

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/05/2021 a 31/05/2021

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-10:32
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Inoperância do Governo Jair Bolsonaro em relação à crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus. Importância da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal. Marca de quase 410 mil mortes provocadas pela Covid-19 no País. Paralisação da vacinação contra a doença em Manaus, Estado do Amazonas. Defesa da criação de melhores condições de pagamento da conta de energia elétrica por pessoas de baixa renda. Questionamento à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL sobre a baixa quantidade de investimentos do setor privado no sistema de energia do Estado do Amazonas e a má qualidade dos serviços prestados. Posicionamento contrário à privatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. Contrariedade do orador às Medidas Provisórias de nºs 1.045, de 2021, sobre instituição do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e disposição sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho; e 1.046, de 2021, sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria saudar V.Exa., todo o povo brasileiro e todos os colegas Parlamentares.

Nós estamos vivenciando esta situação dramática da pandemia do coronavírus e a inoperância do Governo Bolsonaro, e a CPI do Senado é muito importante para apurar a responsabilidade, inclusive, dos crimes cometidos contra a vida da população, porque nós estamos falando de quase 410 mil pessoas que perderam a vida em todo o Brasil - no Estado do Amazonas, foram mais de 12 mil até agora.

E a pandemia continua. E o pior de tudo é que a vacinação está quase parada. Aliás, paralisou em várias cidades, de vários Estados do Brasil. Em Manaus, ela está paralisada: a previsão é de 15 dias sem aplicação da primeira dose. Nós recebemos quase 1 milhão e meio de doses de

vacina. Se formos considerar a população do Estado, aplicando as duas doses, chegamos a 18% da população vacinada. Enquanto isso, a pandemia continua, principalmente no interior do Estado.

Então, é urgente a vacinação - esta é a prioridade -, inclusive para podermos garantir o retorno às atividades comerciais, às atividades econômicas, às aulas. Sem vacina, não dá! Nós precisamos fazer isso com urgência!

Mas, Sr. Presidente, eu queria falar também da energia. Eu estou defendendo que beneficiários do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial, a população mais pobre, tenham prazos maiores e melhores condições para pagar a conta de energia. Há muita gente sem renda, mas essas pessoas não podem ficar sem energia. A energia é como a água: ninguém pode ficar sem ela. Então, nós estamos lutando e defendendo que haja benefícios para favorecer a população que está sem renda para pagar a conta de energia.

Aqui em Manaus, está faltando energia constantemente. Privatizaram todo o sistema de distribuição de energia no Estado do Amazonas, e em Manaus, a sétima maior cidade do Brasil, todo dia falta energia. Daqui a pouco, vamos ter um apagão igual ao do Amapá.

É por isso que nós estamos questionando a ANEEL, a fim de que faça uma fiscalização e veja quais são os investimentos que a empresa privada está fazendo na região. Antes, o investimento na área era público. Todo o investimento do sistema de energia no Amazonas era público. O Linhão de Tucuruí, uma obra gigantesca, recebeu investimento do Governo Federal nos Governos Lula e Dilma. E agora o setor privado não está fazendo investimentos. Está caindo a qualidade do serviço e está aumentando a tarifa de energia. É necessária, portanto, uma fiscalização para efetivamente saber por que está acontecendo isso.

E é por essa razão que nós somos contrários à privatização da ELETROBRAS. Estivemos, na semana passada, em uma reunião com uma série de técnicos e sindicalistas, pensando de novo sobre os reflexos na região de todo o processo de privatização de energia. Nós vamos ter um retrocesso enorme, porque o setor privado não vai fazer investimentos fundamentais para expandir a energia para toda essa região, para desenvolver a região, para fomentar mais atividades econômicas. Por isso, nós não podemos aceitar a privatização da ELETROBRAS nem da ELETRONORTE - aqui nós temos também a Amazonas GT, que faz um trabalho numa área indígena muito importante e administra vários sistemas de energia do sistema global da ELETROBRAS.

Portanto, somos contrários à privatização da ELETROBRAS.

Nós estamos vivendo um momento difícil aqui no Amazonas também por conta da chuvas intensas na Capital. Há muita gente desabrigada. Isso afeta várias localidades da cidade. E mais graves ainda são as consequências das enchentes do Rio Amazonas e do Rio Solimões. Este é um período em que muitas famílias ficam desabrigadas e perdem tudo e há necessidade de ajuda do Governo Federal e de uma ação mais efetiva do Governo do Estado para ampará-las.

A sede do Município de Anamá está 100% alagada; está, literalmente, debaixo d'água. Por isso, é necessária uma ajuda emergencial, uma atenção especial para todas as famílias dessa cidade, para todas as comunidades hoje vítimas dessa realidade da natureza - com certeza, há impactos que vêm também da falta de política ambiental em nosso País.

Manifesto-me também contrariamente às Medidas Provisórias nºs 1.045 e 1.046, de 2021. Oportunamente, quero defender os trabalhadores em relação às questões de que elas tratam

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso, Sr. Presidente.

---

Documento 2/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-10:40
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reunião na Secretaria de Saúde do Governo do Estado da Bahia para debate sobre as obras de recuperação do hospital do Município de Prado. Instalação de CPIs no Congresso Nacional para a investigação do Governo Jair Bolsonaro. Aumento da fome, da miséria e do desemprego. Defesa do impeachment do Presidente da República para o restabelecimento da democracia no País.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, nesta sessão do Congresso Nacional, registrar, primeiro, que, no dia de hoje, aqui na Secretaria da Saúde do Governo da Bahia, reuniram-se o Prefeito de Prado, Gilvam Produções; a Secretária de Saúde e o Vice-Prefeito do Município; e a Deputada Estadual Mirela Macedo, com o intuito de discutir com o Governo do Estado a estrutura e, ao mesmo tempo, a recuperação do hospital do Município de Prado, para que a

Prefeitura tenha condições de cuidar da saúde do povo do Município. Este é um debate que o Prefeito está fazendo junto com o Secretário de Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Sr. Presidente, eu quero trazer também um debate que acho importante, que é sobre as CPIs e o Congresso Nacional. Primeiro, temos a CPI das *Fake News*; segundo, a da COVID; terceiro, a do Salles, que destrói o meio ambiente.

Essas três CPIs têm alguém por trás. Quem está por trás de tudo isso? Bolsonaro. Ele é o responsável pelo suposto crime que vai ser investigado por essas três CPIs. Eu digo isso porque Bolsonaro não apresenta nada novo, nada de esperança para o nosso povo. Ele só apresenta destruição: destruiu o emprego do povo; destruiu a expectativa do povo; ao mesmo tempo, aumentou a pobreza; aumentou a fome; aumentou a carestia; e todo domingo, quase todos os meses, fica flertando com aqueles atos antidemocráticos.

A nossa luta, Sr. Presidente, é uma luta dura, importante. Nós temos que restabelecer a democracia e a esperança do nosso povo. Restabelecer a democracia significa que o Congresso Nacional tem que agir para Bolsonaro não continuar destruindo o Brasil. Bolsonaro tem um Ministro da Fazenda que não cria emprego, não desenvolve o País, não faz os recursos circularem. E ninguém fala nada sobre o Guedes, que está destruindo o Brasil, do ponto de vista econômico. Esse Guedes não tem mais condições de ser Ministro, como o Salles não tem. Da mesma forma, Bolsonaro não tem condições de ser o Presidente do Brasil.

Esta é a nossa luta cotidiana, Sr. Presidente, porque nós temos responsabilidade com o Brasil. Nós temos que resgatar a esperança do nosso povo. Se não pudermos resgatá-la via Congresso Nacional, o povo o fará em 2022, elegendo Lula Presidente do Brasil.

Sr. Presidente, nós temos que cumprir a nossa função. E eu sei que vai chegar o momento de fazermos isso, colocando em pauta um dos pedidos de *impeachment* de Bolsonaro para restabelecer o processo democrático. Esta é a minha esperança. Acredito no Congresso Nacional.

Vamos continuar lutando por vacina para todos e por 600 reais de auxílio emergencial para o nosso povo, porque essa é a nossa esperança.

Fora, Bolsonaro!

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-10:44
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	DELEGADO PABLO-PSL -AM	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação ao Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

---

**O SR. DELEGADO PABLO** (Bloco/PSL - AM. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito bom encontrar V.Exa. presidindo a nossa sessão do Congresso Nacional. Temos muitas matérias importantes a serem votadas hoje, bem como vetos que estão paralisando esta Casa.

Sr. Presidente, venho aqui, em nome dos enfermeiros e dos representantes de enfermagem no Brasil, pedir a V.Exa., que preside o Senado Federal, que paute o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que tramita neste momento no Senado Federal. É um projeto de lei de importância fundamental para todos os profissionais de saúde do Brasil.

Segundo o Conselho Nacional de Enfermagem, 2,4 milhões de pessoas trabalham como técnicos, auxiliares e enfermeiros em nosso Brasil.

Esses profissionais que atuam cuidando das pessoas, nas mais variadas unidades de saúde pelo Brasil, chegam a ganhar - pasmem - pouco mais do que um salário mínimo, em alguns lugares.

As jornadas de trabalho são duplas, triplas. São profissionais que têm vários empregos e estão agora, neste tempo de pandemia, trabalhando com muito mais afínco e à exaustão. Estão tendo o reconhecimento da sociedade brasileira pela importância que têm, são chamados por muitos de heróis. No entanto, esses heróis estão com seus salários defasados, e esse projeto de lei vem com a finalidade de corrigir essa distorção que acontece Brasil afora.

Segundo dados que eu recebi, Sr. Presidente, mais de 80% dos profissionais da enfermagem são mulheres. Logo, além dessa jornada dupla, tripla, de noites e madrugadas em claro cuidando de pessoas, elas ainda têm a rotina dentro dos seus lares e de cuidar também das suas famílias.

Por isso, esse projeto de lei contempla não só a recomposição e

atualização justa das remunerações, mas também a jornada de trabalho de 30 horas dos profissionais de enfermagem. Hoje eles trabalham muito mais do que 30 horas semanais, num verdadeiro regime de exaustão, e ainda têm que sobreviver com salários baixíssimos.

O momento agora, Sr. Presidente, já que a pandemia elevou a importância que eles sempre tiveram, é que esta Casa, o Congresso Nacional, dê a esses profissionais o reconhecimento, com salários dignos e uma jornada de trabalho justa, para que entreguem à sociedade uma assistência de saúde responsável, especialmente àqueles que estão ali na ponta com os problemas decorrentes do coronavírus. De todas as moléstias, doenças e gravidades por que passamos, na hora em que chegamos a uma unidade de saúde, quem nos cuida primeiro é o enfermeiro, o técnico, o auxiliar de enfermagem. Chegou a hora de nós reconhecermos isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 4/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-10:48
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, Distrito Federal, para participação em debates com lideranças políticas do País. Posicionamento em defesa da votação de medida provisória relativa à instituição do auxílio emergencial em 2021 para a população afetada economicamente pela pandemia de coronavírus. Defesa do estabelecimento do valor de R\$ 600 para o auxílio emergencial. Empenho pela garantia da vacinação contra a Covid-19 para todos os brasileiros.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA.** Para discursar. Sem revisão do orador.) - Ao saudar V.Exa., Presidente Rodrigo Pacheco, quero dizer que o Presidente Lula está em Brasília dialogando com lideranças de todo o Brasil. O nosso objetivo é votar a MP que trata do auxílio emergencial, para garantir o benefício de 600 reais durante o período da pandemia. Também queremos contribuir para garantir a vacinação para todo o povo brasileiro. Basicamente, essa é a maior demanda. É claro que precisamos de investimentos na saúde, por causa da COVID, e em outras ações como, por exemplo, para garantir Internet de banda larga na rede pública.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 5/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-10:56
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil. Imediata votação pela Câmara dos Deputados das medidas provisórias sobre a instituição do auxílio emergencial em 2021 destinado à população afetada economicamente pela crise sanitária e sobre o apoio às empresas no período da pandemia. Defesa do estabelecimento do valor de R\$ 600 para o auxílio emergencial.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP.** Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, gostaríamos aqui hoje de informar que se está iniciando neste mesmo momento, lá numa Comissão do Senado Federal, a CPI da Pandemia.

Essa CPI da Pandemia tem uma importância fundamental para que possamos saber quais foram as intenções do Governo Federal na condução desse processo, porque nos parece cada dia mais evidente que o objetivo do Governo não era proteger o povo brasileiro, incentivando o uso de máscaras, incentivando o uso de medidas protetivas, recomendando às pessoas que se protegessem. Ao contrário, parece que o Governo Federal tinha a intenção exatamente de que a contaminação avançasse e se expandisse.

A todo momento, o Presidente da República, que supostamente deveria ser o líder deste País, incentivava as aglomerações, incentivava o desrespeito às medidas protetivas adotadas por Governadores e Prefeitos, incentivava ataques de comerciantes que estavam evidentemente preocupados com o andamento dos seus negócios contra essas autoridades municipais e estaduais.

E o objetivo dele era exatamente promover a chamada imunidade de rebanho. Olha aí a imunidade de rebanho! Mais de 400 mil mortes até agora. Provavelmente, esse número já chegou a 500 mil, porque

muitas pessoas morreram por insuficiência respiratória ou pneumonia, que são causas de morte que não foram averiguadas se houve a contaminação pelo coronavírus. Então, nós estamos vivendo essa situação.

O Governo Federal não adotou, num primeiro momento, um auxílio emergencial que incentivasse as pessoas a permanecer em casa.

Foi este Congresso Nacional que aprovou o auxílio de 600 reais. Foi este Congresso Nacional que lutou pelos recursos para manter os empregos nas empresas. Foi este Congresso Nacional que lutou pelo apoio à pequena e microempresas.

Ao chegar dezembro, o Governo interrompeu todos esses programas, como se a pandemia tivesse sumido. Demorou nada mais, nada menos do que 4 meses para reiniciar o pagamento do auxílio emergencial e ainda não tomou medidas para que os recursos voltem às empresas.

A CPI vai avançar. Agora tivemos a notícia de que o General Pazuello, que foi Ministro da Saúde, alegou que tinha sintomas de COVID para não comparecer, amanhã, à audiência em que seria ouvido.

Vejam só, o General Pazuello está tremendo, porque não quer apresentar suas explicações. Por que o Governo tanto teme esta CPI, se ele fez tudo certo, como diz o Presidente e repetem aqueles que o seguem como uma boiada?

Ora, Sr. Presidente, esta CPI é fundamental. Ela tem que investigar a fundo qual foi a estratégia desse Governo e por que estamos nessa situação. Essa CPI tem que mostrar claramente quem são os responsáveis por isso. O nosso País, se ainda não for o que tem mais mortes por mil habitantes, em breve o será. E isso significa que houve uma péssima gestão, uma gestão criminosa, uma gestão genocida.

Nós da Oposição vamos cobrar e exigimos não só que se apure o que aconteceu, mas também que se adotem medidas efetivas. Queremos votar a medida provisória do auxílio emergencial para ampliar o pagamento desse auxílio por mais tempo e aumentar o valor para 600 reais. Queremos imediatamente que sejam encaminhadas e votadas, no plenário, as medidas provisórias que tratam do apoio às empresas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, de concessão de audiência a representantes de entidades ligadas à área da educação destinada ao debate sobre a votação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e da educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Razões da contrariedade à aprovação da matéria. Apelo aos Parlamentares de rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Descaso do Governador Gladson Cameli com a manutenção da Escola Esperança do Povo, localizada na região do Seringal da Cachoeira, Município de Xapuri, Estado do Acre. Denúncia de desvios de recursos da área da educação pelo Governo acriano. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a vacinação da população contra a Covid-19, com prejuízo à educação das crianças do País.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., Senador Rodrigo Pacheco, pela condução do nosso Senado Federal e parabenizá-lo por, nesses dias, ter recebido 113 entidades ligadas à educação no nosso País.

Essa sensibilidade é própria de V.Exa., que ouviu os nossos educadores e as diversas entidades educacionais a respeito do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que infelizmente foi aprovado na Câmara dos Deputados. De maneira arbitrária, o projeto permite que nossos professores e alunos voltem para a sala de aula, sem a vacinação, que é a luta de todos nós aqui no Congresso Nacional. Nós queremos vacina já! Nós queremos vacina para todos.

Por isso, foi importante V.Exa. ouvir os educadores e, com certeza, terá sensibilidade para tratar do tema. Nós queremos a volta às aulas, sim, mas com segurança, para que as nossas crianças possam aprender.

Neste momento de pandemia, nós estamos vendo de forma cada vez mais clara as dificuldades dos nossos professores, dos nossos alunos e também dos pais de alunos.

Quero chamar a atenção para isso, porque está na pauta o Veto nº 10, de 2021. Nós aprovamos aqui o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que estabelecia um programa de acesso à Internet tanto dos professores quanto dos alunos, neste momento da pandemia. E, pasmem, infelizmente, o Sr. Presidente da República Jair Bolsonaro, Deputado

Afonso Florence e Deputado Carlos Zarattini, vetou integralmente esse programa, que custaria tão somente 3,5 bilhões de reais. O Presidente vetou o PL, e queremos derrubar esse veto.

Chamo a atenção aqui de todos os Deputados. Quero pedir para que todos os Deputados, que aprovaram esse projeto por unanimidade aqui, derrubem esse veto. Assim, permitiremos que os nossos professores e que os nossos alunos possam ter acesso à Internet neste momento tão delicado, em que eles estão tendo sérias dificuldades de aprendizagem.

Também quero chamar a atenção para os problemas educacionais que estão acontecendo lá na ponta. Eu estive recentemente, Deputado Afonso Florence, lá no Seringal Cachoeira, em Xapuri, onde nasceu e viveu Chico Mendes. Infelizmente, vi o descaso do Governo do Estado com uma escola que tem 200 estudantes e que se chama Esperança do Povo. Esse nome não é por acaso. A escola está, praticamente, desabando pelo descaso do atual Governo Estadual, do Governador Gladson Cameli.

O que vemos, infelizmente, no meu Estado é um verdadeiro descaso com a educação. A maior marca da educação hoje no Estado do Acre, na atual gestão, é a corrupção. Só de operações que foram feitas tanto pela Polícia Civil quanto pela Polícia Federal foram quatro, para apurar desvios de merenda escolar, desvios de computadores, desvios de cestas básicas. Mais recentemente, houve uma denúncia inclusive relacionada ao Vice-Governador de desvios de livros didáticos. Não por acaso a Assembleia Legislativa do Estado do Acre criou uma CPI para apurar os desmandos do atual Governo em relação à educação.

Não dá para convivermos com esse tipo de situação. O Secretário caiu ontem, e agora foi nomeada uma nova Secretária. Nós vamos estar firmes para garantir que as nossas crianças voltem com segurança para a sala de aula e os nossos educadores voltem vacinados para a sala de aula, a fim de garantir que a educação possa avançar, Deputado Rogério Correia, em todos os Estados.

Por conta desse descaso do Governo Federal de não conseguir vacina, de boicotar vacinas, de não comprar milhões de vacinas já no ano passado, as nossas crianças estão sofrendo, com os males relacionados à dificuldade de ter acesso a esse que é um direito fundamental, o direito à educação. Então, quero chamar a atenção para isso.

Peço, Sr. Presidente, o registro do meu discurso no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa. Quero parabenizar V.Exa. pela sensibilidade com o tema.

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:08
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil. Defesa da abertura de processo de impeachment do Presidente da República.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Senadores do Congresso Nacional, neste momento está começando a reunião da CPI da COVID, e o primeiro convidado é o ex-Deputado Mandetta, primeiro Ministro da Saúde de Bolsonaro.

Eu percebo na CPI o desespero dos governistas com a investigação sobre a crise sanitária e sobre o combate à COVID, porque os fatos, por si sós, falam muito alto. Nós temos ali, Sr. Presidente, 270 gravações, que já estão no cofre da CPI, do Presidente da República negando a pandemia, defendendo a imunidade de rebanho por contaminação, defendendo remédios sem eficácia e virando garoto-propaganda desses remédios mágicos, como é o caso da cloroquina, ivermectina, tudo isso condenado pela ciência e pela Organização Mundial da Saúde.

Nós temos gravada a lógica de sabotagem da vacinação no nosso País. É só verificar que vai ser convocado também o Presidente da Pfizer. E nós temos gravações que mostram que Bolsonaro e Pazuella não quiseram comprar a vacina da Pfizer, já comprada por 40 países, e foram comprá-la em março. Chegou 1 milhão de doses de vacinas da Pfizer aqui.

A Coronavac foi tida como uma vacina chinesa, uma vacina vermelha que não servia. Agora 90% da população brasileira é vacinada pela Coronavac. Então, é sabotagem da vacina. E o próprio Presidente dá mau exemplo, pois não quer se vacinar.

Então, Presidente, é óbvio que essa CPI vai ser um palco enorme para mostrar a política inédita e genocida em todo o mundo. É o único País do mundo que não tem isolamento social. O Bolsonaro combate o isolamento, combateu o uso de máscaras. E a verdade é a seguinte: nós estamos com 410 mil mortos no Brasil e quase 15 milhões de

contaminados. Isso vai escancarar uma política que não poupou vidas, pelo contrário - como no caso de Manaus -, é um escárnio, um escândalo.

Agora mesmo, na CPI, apareceu a notícia, veja só, Deputado Joseildo, que eu vejo na tela, de que o General Pazuello, Deputada Erundina, não virá depor amanhã - foi anunciado agora -, porque ele foi reinfectado, segundo eles, por dois coronéis que o ajudavam e tocavam o Ministério da Saúde. Nós sabemos que a vinda do Pazuello foi um desastre para o Governo. Foi uma gestão desastrosa, uma gestão do "um manda, e o outro obedece".

Então, é óbvio que o povo brasileiro está cansado da pandemia. Nós não temos vacinas até o final do ano. O atual Ministro da Saúde não consegue fixar uma meta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a vacinação. E é evidente que a política do Bolsonaro vai ser: "o rei está nu". Nesse processo, vão se mostrar dezenas de crimes de responsabilidade do Ministério da Saúde, da Presidência da República. E, quanto à responsabilização por esses crimes, podem os governistas espernear na CPI, mas os fatos falam mais alto. Os depoimentos são absolutamente consistentes. E eu acho que isso vai formar o caldo com o pedido de *impeachment*. Só quem não quer ver não vê.

Então, Sr. Deputado Arthur Lira, prepare-se, porque é preciso puxar o pedido de *impeachment* de Bolsonaro imediatamente na Câmara dos Deputados.

---

Documento 8/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:12
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Resultados positivos das medidas implementadas pelo Prefeito Edinho Silva, do Município de Araraquara, Estado de São Paulo, para contenção do avanço da Covid-19. Caráter demagógico da ajuda concedida pelo Presidente Jair Bolsonaro à municipalidade. Críticas ao discurso proferido pelo Presidente da República ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Senadores desta sessão do Congresso, quero me referir ao nosso Prefeito da cidade de Araraquara, Edinho Silva, que tem cumprido todas as orientações das autoridades sanitárias. Por isso, tem sofrido. Tem sofrido com a dor da

morte de tantos e quantos, tem sofrido, inclusive, com ameaças que ele vem recebendo. Mas o resultado é que a cidade de Araraquara foi um exemplo. Apesar de, nesta semana, o número subir um pouco, lamentavelmente, ainda assim está muito abaixo da média da cidade e muito abaixo da média de qualquer cidade do mesmo porte no Estado de São Paulo.

Quero manifestar este meu abraço ao Edinho, solidário, porque o Edinho inclusive tem uma política própria, no Município, de combate à fome. Além dessa merreca do Bolsonaro de 150 reais, 250 reais ou 375 reais, o Edinho tem uma política própria. E como ele agiu corretamente, a maioria das pessoas que estão ocupando os leitos com COVID são pessoas de outras cidades que, generosamente, Araraquara acolhe.

E digo isso porque Bolsonaro fez uma demagogia e humilhou o povo de Araraquara um dia desses.

A ajuda humanitária é sempre bem-vinda, mas ele manda uma ajuda por 1 dia, provocando filas imensas, sem dialogar com a administração pública, que tem uma política de distribuição na cidade com entidades - sem aglomeração, com alimentação, remédios, cuidados - que vão às residências da nossa gente que mais precisa. E o Bolsonaro não precisa humilhar o povo de Araraquara, nem do Brasil. Não precisa fazer a demagogia que ele faz.

Aliás, que decepção - mais uma - no Dia do Trabalhador! No dia internacional da classe trabalhadora, em que se espera sempre, como se espera dos Presidentes dos países do mundo inteiro, um pronunciamento em defesa dos direitos dos trabalhadores, como fez, inclusive, o Biden nos Estados Unidos, o que fez Bolsonaro? Fez uma fala medíocre, condenando a lei que tipifica o trabalho análogo à escravidão no Brasil. Que coisa absurda! Nós só não nos decepcionamos mais porque não temos mais como nos decepcionar. Bolsonaro, que tem tomado todos os cuidados para ser o mensageiro da morte, e não da vida, não merece ser considerado por qualquer cidadão, inclusive por muitos que votaram nele e que estão arrependidos. E estão arrependidos com razão.

O Edinho é, portanto, esse exemplo de gestão pública no âmbito da saúde e merece toda a nossa solidariedade. Um abraço aos Vereadores e às Vereadoras; um abraço aos empresários que compreenderam que os *lockdowns* que foram lá aprovados salvaram vidas. É diferente da Prefeita de Bauru, que inclusive defendi no plenário desta Casa quando foi ameaçada de morte por ser negra. A postura dela, divulgando dados falsos sobre Araraquara, quando quis comparar Bauru com Araraquara -- ela tem uma postura negacionista --, mostra que efetivamente os próprios jornais a desmentiram,

comparando Bauru com Araraquara.

Por isso, querido Edinho, V.Exa. ficará na história como o Prefeito que teve a coragem de enfrentar os interesses mais escusos em detrimento do interesse da vida. V.Exa. será esse Prefeito que marcou a história de Araraquara quando, no momento mais difícil, teve a coragem de defender a nossa gente, principalmente o povo pobre! V.Exa. não somente, reafirmo, fez o trabalho de combate à pandemia, mas também de combate à fome.

Companheiro Edinho, obrigado! Quiçá outros Prefeitos...

*(Interrupção do som.)*

---

Documento 9/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:16
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elogios ao trabalho realizado pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco. Perplexidade diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicação do Código Florestal nas áreas urbanas brasileiras. Apelo à Câmara dos Deputados para votação do Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, sobre alteração da Lei nº 12.651, de 2012, acerca das áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.735, de 2020, sobre a instituição do Programa Extraordinário de Regularização Tributária da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID/19 - PERT-COVID/19.

---

**O SR. DARCI DE MATOS** (Bloco/PSD - SC. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço este espaço e quero parabenizá-lo pela condução da sessão do Congresso e pelo belo trabalho que realiza na Presidência do Senado.

Sr. Presidente, eu quero falar aqui a respeito da decisão do STJ da semana passada. Que bom eu poder falar na sua presença, nesta sessão!

O STJ decidiu, na semana passada, que o Código Florestal deve ser

aplicado para as construções urbanas do Brasil. Isso é um absurdo! Isso não cabe, Sr. Presidente!

Se aplicarmos o Código Florestal na área urbana do Brasil, Sr. Presidente, nós vamos ter construção a 30 metros, a 500 metros das margens dos rios, conforme a extensão do rio ou do riacho.

Essa decisão, Sr. Presidente, vale, inclusive, para as construções concluídas, para as edificações atuais. Isso é um absurdo! Ora, vamos ter, então, que derrubar as nossas cidades? Não entendi essa decisão, uma decisão intempestiva. Esperamos que o Supremo Tribunal Federal reveja essa decisão.

Eu faço um apelo à Câmara dos Deputados, aos Líderes. Nós temos que pautar com urgência o Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, do Deputado Peninha, que define a competência para os planos diretores e as leis de parcelamento do solo municipais. Essa decisão tem que ser do Município.

A decisão do STJ foi absurda! Vamos ter que derrubar as nossas cidades? É uma decisão que inviabiliza o nosso País. É uma decisão que não está dialogando com as bases, com o interior do nosso País. Por quê? Porque o Código Florestal é uma lei que vale para a Amazônia, que vale para Santa Catarina, por exemplo, que é um Estado cortado por riachos, que tem pequenas propriedades, que tem, portanto, uma característica totalmente diferente.

O Código Florestal não pode ser aplicado para as cidades, para a área urbana, de forma alguma, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, eu quero concluir também fazendo aqui um apelo à Câmara e ao Senado para que aprove o mais rápido possível o projeto de lei que está em tramitação, de autoria do Deputado Federal Ricardo Guidi, do meu Estado, que propõe a criação de um REFIS.

É fundamental o REFIS para o Brasil, visto que milhares e milhares de empresas estão inadimplentes, estão com débitos, não conseguem, por conta da pandemia, arcar com suas obrigações, pagar seus impostos federais. Portanto, o REFIS vai socorrer essas empresas para que elas possam continuar gerando emprego, aquecendo a economia e gerando receita para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro para a condução do País. Desmoralização do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Críticas à proposta governamental de reforma tributária. Morosidade da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de aprovação do novo auxílio emergencial e de programa de renda básica permanente. Prática de crime pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, nós andamos muito preocupados com a falta de rumo em que o País se encontra. Na economia, no meio ambiente, na assistência e no desenvolvimento social, este Governo está sem eira nem beira. Na verdade, nós estamos em uma nau sem rumo.

Observem o que aconteceu agora nos Estados Unidos. O país é a meca do capitalismo mundial. Entretanto, o Presidente Joe Biden está tomando medidas anticíclicas, ou seja, medidas para induzir a recuperação do dinamismo macroeconômico da economia americana. Na capital do mercado, a economia vai ser induzida pelo Estado nacional.

Aqui é diferente. Paulo Guedes, que está desmoralizado no Governo, praticamente nada entregou para a maioria da população, os desvalidos, os desalentados, aqueles que precisam da mão benfazeja do Estado. Nada entregou! A equipe dele está pulverizada, quase todo mundo saiu, e ele anda se segurando. Parece que tem unha de onça: quando agarra, tem dificuldade de soltar. Ou seja, está dentro do Governo, embora esteja desmoralizado.

Manda uma proposta de reforma tributária para cá, no que, aí sim, deveria residir a preocupação de um bom governante, para tornar justo o sistema tributário brasileiro, para melhorar o pacto federativo, para desconcentrar a arrecadação de taxas e contribuições no ambiente do Governo Federal, para fazer justiça tributária neste País, e é simplesmente uma proposta de simplificação. É como se nós tivéssemos que fazer uma boa caminhada, e só demos o primeiro passo. É um passo à frente, mas insignificante, apenas simplifica a organização tributária brasileira.

É uma parafernália, mas era a grande reforma que o Brasil precisava. Ao fazer ajuste fiscal apenas e tão somente pelas despesas, cortando benefícios, cortando conquistas, desorganizando o mundo do trabalho,

Paulo Guedes já vai entrar para a galeria de um dos piores Ministros a reger a economia nacional. Nós éramos a sexta maior economia do mundo. Vejam o que aconteceu com a reforma da Previdência, que ia gerar empregos. Ela praticamente nega o acesso e rebaixa os patamares dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Observem o que está acontecendo com a campanha de vacinação. Nós temos uma infraestrutura que quase nenhum outro país tem. São quase 40 mil postos onde se pode vacinar. Nós podemos aplicar, por dia, 2 milhões ou 3 milhões de doses.

Nós queremos o auxílio emergencial para votar! Queremos uma renda básica permanente! Como sempre pregou Eduardo Suplicy - a quem eu mando um abraço -, a reforma tributária deveria estar na ordem do dia, assim como a vacinação e a renda básica permanente.

Observem também o que está acontecendo na área de proteção ambiental com um dos países mais destacados e que liderava a discussão sobre a sustentabilidade no mundo. Hoje, nós somos párias do ponto de vista ambiental. Ricardo Salles cometeu crime - e ninguém pode dizer que não - quando da maior apreensão de madeira de lei no País. E 70% dessa madeira, Sr. Presidente, não está sendo demandada por ninguém, não tem dono. Isso significa 100 milhões de reais que não têm dono. Então, está aí a prova do crime.

Gostaria...

*(Interrupção do som.)*

---

Documento 11/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:28
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões da contrariedade do orador à apreciação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Agradecimento ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, pela concessão de audiência a delegação de Deputados para o debate do tema. Defesa de aprofundamento das discussões acerca da

retomada das aulas presenciais.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, é uma honra poder ocupar a tribuna do Congresso Nacional sob a presidência de V.Exa.

Eu queria iniciar este pronunciamento com o assunto do Projeto de Lei nº 5.595, que, infelizmente, foi aprovado na Câmara Federal e agora está no Senado. V.Exa. nos recebeu - quero agradecer-lhe por isso -, a mim e a uma delegação de Deputados e Deputadas que fazem parte da bancada da educação na Câmara, os quais também representam 130 entidades que organizam trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes, professores e professoras.

Esse PL 5.595, na verdade, busca tornar a educação presencial um serviço essencial. Mas, infelizmente, não é para melhorar o orçamento e pagar o piso salarial aos trabalhadores da educação, melhorar as condições nas escolas, aprimorar as quadras de esporte para que sejam cobertas. Não, o projeto visa à essencialidade como forma de induzir o retorno às aulas presenciais no contexto desta crise sanitária e desta pandemia.

O Congresso Nacional, através do Senado, instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai averiguar as responsabilidades por mais de 400 mil mortes no Brasil. Todos sabemos que o Governo Bolsonaro está na mira dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não que os Senadores queiram, mas é que o Brasil exige saber por que o Presidente da República recomendou cloroquina em vez de trazer vacina; por que o Presidente da República desdenhou da crise sanitária e da pandemia, chamando tudo isso de gripezinha, e disse: "*E daí?*"; "*É normal, as pessoas morrem mesmo*". E assim ele agiu durante todo o processo da pandemia.

Agora, é evidente, o Brasil sofre com esse procedimento, mas, para além da crise da pandemia e do genocídio que acontece, porque nós estamos indo para 500 mil mortes, o Brasil sofre também com a sua economia, com a paralisação de serviços que são importantes, como, por exemplo, as escolas, o sistema educacional. Mas não pode, neste momento, simplesmente, a Câmara Federal lavar as mãos e dizer: "*Abram as escolas. Elas serão abertas mesmo que não haja vacina, mesmo que as escolas brasileiras, principalmente as públicas, mas também as particulares, não tenham condições para isso*".

Nós temos dito que muitas escolas no Brasil -- muitas mesmo -- não têm condições de atender os estudantes, dando-lhes a segurança necessária, com distanciamento, ainda mais sem a vacinação dos

trabalhadores da educação. Então, nós não podemos, simplesmente, fazer uma lei que obrigue esse retorno nacionalmente.

Eu queria agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco por nos ter recebido e recebido o documento que explicita os motivos pelos quais nós não queremos que o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, seja votado no Senado Federal. Presidente, na verdade, no dia seguinte ao que V.Exa. nos recebeu, nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Educação, na qual o Ministério da Saúde esteve presente. A representante do Ministério da Saúde divulgou um cronograma de vacinação, que, para o setor de educação, segundo ela, começa em junho, com a segunda dose em julho, se for a Coronavac, e em setembro, se for a AstraZeneca. Mas o início da vacinação será em junho.

O que nós queremos reiterar aos Senadores é a não apreciação desse projeto nesta quinta-feira, porque esse calendário -- claro, esperamos que não haja atraso -- se inicia em junho. E Prefeitos e Secretários de Educação dos Estados que estavam presentes na reunião foram unânimes em dizer que esse assunto precisa ser discutido em cada Município e em cada Estado. Não pode haver uma lei que determine esse retorno da forma como foi feito.

Então, eu pediria a V.Exa. que comunicasse aos pares a necessidade de fazermos um debate sobre o retorno às aulas, levando-se em consideração a vacinação, que começa no mês de junho.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 12/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:44
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudação aos participantes de manifestação de rua em favor do Presidente Jair Bolsonaro. Radicalização de movimentos de Esquerda e de setores da imprensa contrários ao Presidente. Insatisfação com os rumos da CPI da Pandemia no Senado Federal. Defesa das ações do Presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia de coronavírus. Votação, pelo Congresso Nacional, de importantes matérias propostas pelo Presidente da República.

---



**O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR** (Bloco/PSD - PR. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente, meu caro Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, primeiro quero falar a respeito desse final de semana, especificamente do sábado, em que milhões de brasileiros, quase 25 milhões de pessoas, foram às ruas manifestar o seu apoio ao Presidente Bolsonaro e o desejo de que tenha a liberdade de trabalhar.

Temos visto hoje uma radicalização por parte da Esquerda, da imprensa, querendo prejudicar o Governo. O correto seria que a Oposição defendesse as suas ideias para, no ano que vem, tentar ganhar a eleição, coisa que não vão conseguir. Mas a postura deles é a de destruição, é a do "quanto pior, melhor". Os brasileiros não aceitaram isso. Foram aos milhões às ruas, voluntariamente, sem o pão com mortadela, sem dinheiro, de graça, para dizer: "*Presidente, conte conosco!*" Essa é uma demonstração de força e de popularidade do Presidente Bolsonaro. E o Brasil o acolhe com carinho, com amor e com respeito.

Também gostaria de falar sobre a CPI da Pandemia, que, infelizmente, está tomando um caminho político. Infelizmente, a CPI está tomando o caminho de querer não averiguar e de querer prejudicar pessoas.

O Presidente Bolsonaro, desde o início, fez o que tinha de fazer. O País, hoje, no mundo, é o quarto que mais vacinou, está quase em quarto lugar, aproximadamente com 45 milhões de doses aplicadas - 33 milhões para a primeira dose e pouco mais de 8 milhões para a segunda dose. Um grupo gigante já foi vacinado. Queriam que o Presidente tivesse assinado contrato referente a vacinas que não existiam há 1 ano e meio, que eram protótipos. A Alemanha, que é o país da Biontech, empresa alemã que produz a vacina da Pfizer, não o assinou. Está hoje mais ou menos no mesmo ritmo do Brasil. Nesta semana, assim como o Brasil, começará a vacinar pessoas que têm menos de 60 anos.

Enviamos recursos a todas as cidades do País, a Municípios, para compra de medicação, compra de respirador, compra do que fosse necessário para atender as pessoas. Infelizmente, muitos Governadores e Prefeitos usaram esse dinheiro para pagamento da folha, fizeram desvios - acho que, se essa questão da COVID for estudada, vai se ver que é maior do que o mensalão do PT, porque muita gente meteu a mão - e agora querem fazer política com a CPI da Pandemia.

É triste ver que Deputados da Esquerda quase comemoram quando alguém morre de COVID. Ficam felizes da vida! Fazem política com a pandemia. Eles defendem a liberação do aborto, que mata milhões de bebês ao ano, defendem a liberação das drogas, que matam e

destróem famílias, mas eles foram contra a liberação de medicamentos que poderiam ter ajudado no tratamento da COVID, porque eles querem o "quanto pior, melhor". É assim que essa esquerda, infelizmente, age.

No ano que vem, vão ter que disputar a eleição, e vão perder. Eles acham que o ideal seria tirar do cargo o Presidente Bolsonaro, fazer o *impeachment*, não deixar que haja reformas, não deixar que haja novas leis. Aqui votamos a Lei do Saneamento, a Lei de Licitações, a reforma previdenciária, estamos analisando a reforma administrativa, fizemos muitas coisas para ajudar as pessoas durante esta pandemia. O auxílio emergencial ajudou dezenas de milhões de brasileiros que nunca foram ajudados, nem pelo Programa Bolsa Família.

Vejam, o meu pai foi Ministro no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foi ele que criou o Vale-Escola, o Vale-Gás e outros programas, que foram reunidos e chamados de Bolsa Família. Nós sempre defendemos ajuda às pessoas que mais precisam. Mas eles, se pudessem, queriam que o Brasil afundasse. Não vão conseguir.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 13/438

---

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:48
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gestão calamitosa do País pelo Presidente da República. Erradicação da fome pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reduzidas dimensões das manifestações governistas. Informações inverídicas do Ministério da Saúde a respeito do processo de vacinação contra Covid-19. Inclusão da cloroquina no protocolo de combate à Covid-19 pelo Ministério da Saúde. Distribuição de alimentos e cestas básicas a pessoas carentes por sindicatos no Dia do Trabalho. Elogio a ações de combate à pandemia por parte de Prefeitos e Governadores. Repúdio à abertura das escolas. Tramitação na Casa de projeto de lei sobre criação de comissão nas escolas para análise das circunstâncias para retomada das aulas presenciais. Falecimento de professores no Distrito Federal.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, quem está afundando com o Brasil é quem acha que a sua eleição, a defesa dos seus familiares e a apropriação

do Estado são prioridades para a Presidência da República.

Nós estamos vivenciando um quadro trágico no Brasil, que provoca muita dor - muita dor, muita dor. Nós estamos vivenciando um quadro de destruição de todos os programas relativos à saúde. Estamos vivenciando um quadro em que mais de 400 mil pessoas já se foram, e quem parte é sempre amor de alguém.

Além disso, a fome voltou a existir neste País. A fome foi erradicada no Brasil durante o Governo de Lula, que dizia que faria um bom Governo e se sentiria feliz se as pessoas pudessem se alimentar pelo menos três vezes ao dia. E Lula erradicou a fome no Brasil. Hoje, a fome está atingindo mais de 19 milhões de brasileiros e brasileiras. Mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras estão em insegurança alimentar. Acordam, e não sabem como vão ser alimentados os seus filhos, como será alimentada a sua família. Esse é o Brasil de Bolsonaro.

Esse é o Brasil que se expressou nas ruas deste País. Aliás, quanto a essas manifestações que ocorreram, grande parte das imagens que foram apresentadas não eram das manifestações do dia Primeiro de Maio, eram imagens de anos anteriores, porque este é um Governo que teima em apostar na mentira. O próprio Ministro da Saúde disse que 18% da população brasileira estava vacinada contra a COVID, já tinha recebido as duas doses. Pouco mais de 7% da população recebeu as duas doses de vacina. E o Ministério da Saúde orientou que Estados e Municípios utilizassem, para aplicação da primeira dose, todas as doses que chegassem a esses locais. Nove cidades estão sem vacinas para ministrar a segunda dose.

No Brasil, transborda cloroquina. Como é que se pode dizer que o problema do Brasil é ausência de cloroquina? O Brasil está abarrotado de cloroquina. O Ministério da Saúde chegou a incluir no protocolo de combate à COVID a cloroquina, que pode matar e não tem qualquer tipo de eficácia no combate à COVID-19.

Pessoas vestiram camisa verde-amarela e colocaram as digitais da morte nessa camisa. Foram comemorar! Comemorar o quê? Comemorar as mortes? Vejam o que fizeram vários sindicatos nesse Primeiro de Maio. Foram para as ruas, numa rede de solidariedade, distribuir cestas básicas, distribuir alento, distribuir carinho. Essa é a manifestação de quem aposta na vida. Vários sindicatos fizeram isso em todos os cantos do Brasil, para dizer que é preciso haver solidariedade para se contrapor ao ódio de quem está na Presidência da República.

Seus áulicos só pensam nas eleições de 2022. É preciso pensar no Brasil real, no Brasil que sofre, no Brasil que precisa de um plano de desenvolvimento econômico, no Brasil que precisa preservar a sua

soberania, o que pressupõe preservar a educação e preservar o meio ambiente! O Brasil está esquecido, está sendo pisoteado. Há os que se enrolam numa bandeira e arrancam o verde-amarelo do povo brasileiro. E mostram cartazes em que se diz: "*Eu autorizo*". Autoriza o quê? A intervenção das Forças Armadas para impedir a realização de *lockdown*, que tem salvado vidas. Tem salvado vidas!

Não há dúvida de que a diminuição do número de mortes se dá através da ação de Prefeitos e Governadores para impedir que haja circulação e aglomeração. O Presidente da República, contudo, teima em incentivar aglomerações. Estamos vivenciando, portanto, um Governo da morte.

Por fim, digo que é absurdo que se tente, nestas condições, abrir de qualquer jeito as escolas. Há um projeto na Câmara que estabelece que cada escola deverá ter uma comissão que analisará todas as circunstâncias, para possibilitar, após ampla vacinação, atendidas todas as condições necessárias, que as crianças encontrem na escola a vida e não a morte. Depois de atendidos esses pressupostos, abre-se a escola para as aulas presenciais.

Aqui em Brasília, onde as escolas particulares estão funcionando, mais de cem infrações foram constatadas, e vários educadores faleceram.

---

Documento 14/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:00
Publ.: DCD - 05/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Iminência de inauguração da Unidade Básica de Saúde Marco Zero, em Macapá, Estado do Amapá, construída com recursos de emendas orçamentárias de autoria do orador. Pedido à Presidência de inclusão na pauta da medida provisória sobre a criação do novo auxílio emergencial. Defesa de retomada do valor de 600 reais para o benefício. Entrega de cestas básicas no Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -**  
Quero cumprimentar todos que acompanham a sessão desta tarde.

Eu gostaria de tornar pública a minha alegria de hoje, pela manhã, ter feito visita técnica à obra da Unidade Básica de Saúde Marco Zero, que

está sendo executada neste momento pela Prefeitura de Macapá.

O Prefeito Antônio Furlan licitou essa obra no início deste ano, e ela já está praticamente pronta. Em menos de 40 dias, mais de 80% da obra foi concluída, e é provável que ela possa ser inaugurada no sábado. Em 50 dias, uma UBS vai ser construída, equipada e entregue para o povo de Macapá, na Zona Sul da nossa capital.

Essa é uma razão de grande alegria para mim, como Deputado Federal, porque é a concretização do recurso de 1 milhão e 50 mil reais que eu aloquei para a Prefeitura de Macapá, com mais 150 mil reais. Assim, 1 milhão e 200 mil reais são recursos que estão sendo, neste momento, investidos para entregar, em poucos dias, uma Unidade Básica de Saúde no Bairro Zerão. Essa referência é porque ele fica no Marco Zero do Equador, um bairro cortado pela linha imaginária do Equador, que foi criado e construído na época da gestão do Prefeito João Capiberibe, o Capi. Depois de 32 anos, esse bairro está ganhando uma UBS, graças à emenda da nossa autoria e ao trabalho diligente do Prefeito, Dr. Furlan, do Cidadania de Macapá, que não mediu esforços para executar essa emenda. Então, estou muito feliz.

Sr. Presidente, eu também gostaria de registrar a nossa luta para que a medida provisória que restituiu o auxílio emergencial possa ser pautada e que nós possamos voltar com o valor do auxílio emergencial de 600 reais. Neste momento tão difícil de pandemia, as pessoas estão isoladas e desempregadas, muitas delas passando fome porque o Governo, insensível, reduziu o valor do auxílio emergencial para as pessoas que mais precisam. No ano passado, eu transformei algumas emendas em emendas para a COVID em alguns Municípios. Nesse final de semana, eu irei ao Município de Laranjal do Jari, com muita alegria, entregar cestas básicas para a população, tanto na sede do Município quanto no interior, Água Branca do Cajari, Padaria, Martins, São Pedro, Santa Clara. São cestas básicas que irão aliviar muito sofrimento, fruto de emenda parlamentar e que o Prefeito Márcio Serrão adquiriu. Um grande abraço para Laranjal do Jari!

Sr. Presidente, peço que essa minha fala seja divulgada.

---

Documento 15/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:08
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*



Superação da marca de 400 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Homenagem às vítimas da doença viral e manifestação de solidariedade aos seus familiares. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus, demonstrada na militância contra o isolamento social e na indicação de medicamentos sem eficácia comprovada. Falta de testes para a Covid-19 e do chamado kit intubação nos estabelecimentos de saúde. Imediata vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de encaminhamento ao Poder Judiciário dos responsáveis pelo agravamento da crise sanitária decorrente da doença.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares.

Mais uma vez, creio ser nosso dever falar a respeito das mortes que acontecem em decorrência da COVID em nosso País. É uma situação muito grave, porque, quando nós passamos de 400, 410 mil mortos, nós sabemos que foram pais, mães, irmãos, filhos, parentes, amigos que morreram. Então, deixo nossas homenagens aos que morreram e nossa solidariedade aos familiares.

Só que isso, aparentemente, nos coloca numa impotência que é inaceitável. Por quê? Algo que desde o início da pandemia já se provou fundamental para evitar a contaminação é o isolamento social. Entretanto, desde o início de 2020, o Brasil não conseguiu fazer de forma contundente, continuada, o isolamento social.

Bom, aí há o suposto conflito entre cuidar da pandemia e cuidar da economia. Foi o Presidente da República Jair Bolsonaro que, de forma absolutamente irresponsável, militou o tempo todo contra o isolamento, supostamente defendendo medicamentos eficazes. Hoje, infelizmente, o noticiário dá conta de que o atual Ministro da Saúde vai deixar de recomendar medicamentos que não têm nenhum efeito seguro ou muito seguro.

Em terceiro lugar, além de faltar isolamento, além de defender medicamento errado, o Brasil não cumpre o mínimo da sua obrigação, que é a testagem em massa. Falta *kit* de sedação - a pessoa vai para a intubação consciente!

Finalmente, quero falar, portanto, que a vacina tem que ser uma conquista imediata para todo o povo brasileiro e que a CPI da COVID que ocorre no Senado não deve ter apenas o objetivo de encontrar culpados. Isso é importante; entretanto, esta CPI, com o nosso apoio,

tem que mostrar para a sociedade que aqueles que não cumpriram com a sua obrigação para evitar mortes terão que responder perante o Ministério Público, perante o Judiciário, até cortes internacionais, exatamente para se colocar freio naqueles que não querem entender.

Portanto, em defesa da vida, nós temos que colocar pressão em cima dos governos.

---

Documento 16/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:08
Publ.: DCD - 05/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulação à Defensoria Pública do Estado do Tocantins pela nomeação de defensores públicos quilombolas para as áreas quilombolas e indígenas. Posse do advogado Rogério Srône Xerente no cargo de coordenador da Comissão Especial de Direito Indígena da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seccional Tocantins. Contestação das alegações do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para não comparecimento à CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a Defensoria Pública do meu querido Estado do Tocantins por nomear defensores públicos quilombolas para a área quilombola e indígena.

Nós estamos encaminhando o ofício do nosso gabinete, parabenizando o defensor público-geral por essa decisão. Da mesma forma, estamos enviando ofício para o Presidente da OAB do Tocantins, Dr. Gedeon Pitaluga, pela admirável decisão de nomear o índio Rogério Srône Xerente, como Presidente, membro da Comissão Especial de Direito Indígena, da OAB do Tocantins, em defesa da cultura, das tradições dos povos indígenas.

No Tocantins, há oito nações indígenas, como krahô, xerente, apinajé, avá-canoeiro. Agora, elas são respeitadas pela OAB, ao nomear uma Comissão Especial para a defesa dos povos indígenas.

Sr. Presidente, também quero falar em relação ao General Pazuello, que está se esquivando de participar da CPI do genocídio, das CPI das vacinas. Ele alega que participou de uma reunião no Exército, com dois

subalternos que estariam acometidos de coronavírus, e não quer comparecer à CPI. Não é brincadeira um negócio desse! O General Pazuello andou em Manaus, no *shopping*, sem usar proteção individual, sua máscara. Ele sempre fez isso. Agora, quer se esquivar de dar o seu testemunho na CPI do Senado Federal, que está apurando o genocídio de mais de 410 mil mortes.

Quatrocentos e dez mil mortes significa que muita gente morreu no Brasil. No nosso Tocantins, no Estado mais novo da Federação, muita gente está morrendo, assim como em Goiás, no Brasil, e o Governo ainda acredita em cloroquina.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Parabéns por estar presidindo a sessão neste momento!

Muito obrigado.

---

Documento 17/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:12
Publ.: DCD - 05/05/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, Distrito Federal, para participação em reuniões com lideranças políticas e articulação em defesa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e do restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho destacar a importante e significativa presença do ex-Presidente Lula, em Brasília, durante esta semana, em que vem lutar juntamente com todos nós brasileiros e brasileiras que defendem o nosso País, para que possamos aprovar o auxílio emergencial de 600 reais. No ano passado, ele era de 600 reais, e o Governo o baixou para 300 reais, no final de dezembro. Agora, está em torno de 150 reais, algo vergonhoso para o nosso povo.

O Presidente Lula vem se somar a essa luta, para que nós possamos mobilizar a sociedade, os Parlamentares, para aprovarmos essa

matéria tão importante, tão essencial para o povo.

O Presidente Lula também vem mostrar a sua capacidade de articulação política. Essa visita dele é muito importante, porque ele vem conversar com a classe política, com os Senadores. São vários Parlamentares com quem o Presidente Lula vai conversar. Inclusive, hoje, houve um convite para o Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo, ingressar no Partido dos Trabalhadores. Ele também veio conversar com outros Senadores, o Senador Weverton Rocha, o Senador Renan Calheiros, Parlamentares, inclusive com Marcelo Freixo, uma das grandes lideranças do Rio de Janeiro. Veio conversar também com o ex-Presidente Sarney, Senador Lobão, o ex-Governador José Reinaldo, além de embaixadores, já que o Presidente Lula vem também se somar à campanha, para que o nosso País não fique isolado e possamos ter mais vacinas. Por isso, creio que essa visita do Presidente Lula é muito importante, porque ela vem se somar a esse movimento, para que nós possamos resgatar a esperança do nosso povo, do nosso País.

O Presidente Lula, que teve as suas condenações anuladas, que teve a declaração de suspeição do ex-juiz Sergio Moro, está hoje apto a participar da vida política do nosso País e contribuir, como ele vem contribuindo, de forma decisiva, para o desenvolvimento da Nação brasileira, para que o nosso País não perca a esperança...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 18/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:16
Publ.: DCD - 05/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Resultados de pesquisa da Confederação Nacional da Indústria - CNI, sobre a opinião dos brasileiros acerca da gravidade da epidemia de coronavírus. Responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro pela tragédia reinante no País. Protesto contra o aumento do preço do gás de cozinha. Transcurso do Dia do Trabalho. Inconstitucionalidade das manifestações em defesa da intervenção militar. Conveniência de apuração pelo Ministério Público do uso de helicóptero pelo Presidente da República para estímulo à aglomeração de

pessoas em Brasília, Distrito Federal.

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO** (PT - PB. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara*, Srs. Parlamentares, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria mostra que a população brasileira está ciente da gravidade da pandemia.

A pesquisa da CNI mostra que 89% dos brasileiros consideram a pandemia grave ou muito grave. A pesquisa também mostrou que três em quatro pessoas perderam algum parente com a COVID-19. Desta forma, Sr. Presidente, não é difícil concluir que o povo também sabe que o maior culpado por toda essa desgraça é o Presidente da República.

Sr. Presidente, também eu deixo registrado o meu protesto contra mais um aumento de 39% no preço do gás. É um País mergulhado em uma crise profunda, e o Governo permitindo que a PETROBRAS assalte o bolso da população. Foi o presente que Bolsonaro deu no Dia do Trabalhador. Isso é um massacre ao povo que já está sofrendo demais.

Sr. Presidente, eu registro nesta Casa os meus parabéns pelas celebrações do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Enquanto os verdadeiros trabalhadores celebraram a passagem da data sem causar aglomeração, muitos fanáticos foram às ruas. O pior é que causaram aglomeração para pedir a intervenção militar, o que é inconstitucional. E o Presidente da República ainda saiu de helicóptero gastando dinheiro público para reverenciar as aglomerações em Brasília. Isso precisa ser apurado pelo Ministério Público.

Peço que esses três pontos que aqui relatei sejam registrados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigado.

---

Documento 19/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:20
Publ.: DCD - 05/05/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aumento dos preços dos combustíveis, dos alimentos e do gás de cozinha.  
Defesa de pagamento de auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e

famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. Responsabilidade do Governo Federal pelo atraso da vacinação do povo brasileiro contra a doença. Autoritarismo do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, demonstrado no pedido à Polícia Federal de investigação das lideranças indígenas Sonia Guajajara e Almir Suruí. Apresentação, pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de requerimento de realização de audiência pública em Comissões da Casa para esclarecimento do assunto.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero tratar de dois assuntos.**

Um deles é o que vou chamar de socioeconomia brasileira, que está indo de mal a pior. O Deputado Frei Anastacio Ribeiro falou sobre o aumento de 39% no preço do gás. O povo brasileiro não aguenta mais esses aumentos. Houve aumento no preço dos combustíveis, aumento no preço dos alimentos. Por outro lado, o Governo suspendeu, quando não deveria ter suspenso, o auxílio emergencial. Agora estamos nessa guerra. Enquanto nós da Oposição lutamos por um auxílio de 600 reais, o Governo está cozinhando o galo, emperrado num auxílio de 30% do valor que a sociedade brasileira já experimentou e deu certo, que foi o auxílio de 600 reais.

Isso tem consequências. Combinada com essa crise econômica, vem a crise da pandemia e, mais uma vez, comprovadamente, a irresponsabilidade do Governo por não ter comprado vacinas a tempo.

Na semana que passou, neste final de semana e já no começo desta semana, a sociedade brasileira assistiu, de forma perplexa e apreensiva, à atitude do Presidente da FUNAI de acionar a Polícia Federal para investigar duas lideranças indígenas: Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, e Almir Suruí, lá de Rondônia. Isso é perseguição política. Isso é inconstitucional. Isso é autoritarismo. Diante dessa atitude, a sociedade tem que reagir, o Judiciário tem que reagir. A APIB já acionou a Justiça para anular esses atos.

Nós apresentamos ontem, junto com outros integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, um requerimento de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão da Amazônia para que o Ministério da Justiça, a FUNAI e a Polícia Federal venham explicar essa atitude de perseguição a essas lideranças.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do*

Brasil e nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 20/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 05/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem aos taquígrafos da Casa ao ensejo do Dia Nacional do Taquígrafo. Confiança nos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, honrosamente, quero prestar uma homenagem a todos os nossos taquígrafos e a todas as nossas taquígrafas da Casa. Por meio deles, homenageio os taquígrafos do Rio Grande afora e do Brasil adentro, por este mundão de Deus, porque na retaguarda eles fazem um grande trabalho.

Ontem, dia 3 de maio, completamos 70 anos desde o início dessa atividade aqui no Brasil de maneira reconhecida. Na prática, desde 3 de maio de 1823, na primeira Constituinte, lá estavam os taquígrafos chamando para si a responsabilidade e registrando os atos e os manifestos de todos os Constituintes da época - José Bonifácio de Andrada e Silva foi aquele que puxou à frente.

Então, registro esta minha homenagem aos taquígrafos - na maioria, são taquígrafas mulheres -, que recebem o nosso reconhecimento.

Eu quero também, Presidente, com fé, manifestar a minha confiança na CPI da COVID. Nós estamos vivendo um drama muito grande no País. É hora de passar tudo isso a limpo. É lamentável que tenhamos que fazer uma CPI para ver quem é quem, para dar nome aos bois, para, quem sabe, mexer com essa situação. É lamentável que, no meio da pandemia, nós que tínhamos que estar todos unidos contra o vírus tenhamos que, entre nós mesmos, achar um caminho meio que no embate, no debate. Mas, se é necessário, tem que se fazer.

Se a CPI tivesse sido feita no meio do ano passado, nós não teríamos melhorado? Eu acredito que sim. Acho que ela pode dar lições muito

importantes e realizar ações e atitudes relevantes para que nós possamos melhorar o enfrentamento ao coronavírus e para que aqueles que estão na linha de frente e que têm responsabilidade saibam e estejam avisados muito claramente que serão responsabilizados por suas ações e, principalmente, por suas omissões.

Aliás, hoje mesmo, na CPI, que não é na Câmara, é no Senado, o ex-Ministro Pazuello não veio, alegando que teve problema, que pode estar com sintoma de coronavírus, que fez contato com alguém contaminado. Mas, na semana passada, ele estava num *shopping* andando sem máscara.

Então, nós precisamos saber quem é quem. São 410 mil mortos praticamente. São vidas, são almas, são seres humanos. Eu posso dizer isso porque fiquei 12 dias numa UTI. Fui ao fundo do poço e voltei para contar, mas muitos não voltaram. Nós temos que ver quem é quem nesse processo. É preciso dar nome aos bois e responsabilizar cada um, para que possamos dar uma resposta ao nosso povo.

---

Documento 21/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:32
Publ.: DCD - 05/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares da Profa. Wilma Mamprini Capistrano de Oliveira, vítima da Covid-19. Expectativa quanto à rejeição, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Apoio ao Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19). Defesa da derrubada de veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta tarde, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar e levar o meu abraço a todas as famílias que perderam entes queridos para a COVID.



Quero abraçar especialmente a família Mamprini Capistrano, do Município de Diamantino, Mato Grosso, pelo falecimento da Profa. Wilma. Eu perdi uma amiga, uma colega de trabalho. Sem nenhuma comorbidade, a Profa. Wilma deixou os filhos, os netos e os familiares. Com certeza, ela tinha muita energia para viver.

Sr. Presidente, eu gostaria de abordar novamente a questão da educação nesta Casa de Leis. Nós tivemos a votação, no plenário da Câmara, do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que trata da volta imediata das aulas presenciais, com os profissionais sem vacinação. Na semana anterior, tivemos uma audiência pública com a presença de entidades que lá na ponta cuidam diretamente da educação - a UNDIME, o CONSED, a CNTE, entre outras - e com a presença do Ministério da Saúde, que afirmou categoricamente que somente no segundo semestre teria condições de colocar, mesmo prioritariamente, no Programa Nacional de Imunizações, os profissionais da educação.

Agora esse projeto de lei está no Senado, indicado para ser votado na próxima quinta-feira. Espero que o Senado tenha bom senso e que esse PL seja retirado de pauta, porque é preciso discuti-lo, é preciso dialogar com a população.

O Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, tem um protocolo que garante segurança para estudantes e profissionais, para os Secretários de Educação Municipais e Estaduais se guiarem para a volta às aulas. Esse, sim, precisa ser votado.

Há também, Sr. Presidente, o veto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020. É o Presidente da República dizendo que não passará 3,5 bilhões de reais de recursos do FUST para Municípios e Estados dotarem as escolas de estrutura mínima, com tecnologia, para que as aulas possam acontecer.

Isso, sim, não é educação essencial, porque pode ser cortada. Além do corte no orçamento, do corte nos salários, tudo isso foi feito! Ninguém se preocupou com a educação. Entretanto, na hora de chamar os professores e os profissionais para dentro da escola sem vacina, aparecem muitos defensores.

Sr. Presidente, eu espero que o Senado retire o PL de pauta e que possamos, enquanto educadores neste País, nos debruçar sobre essa discussão.

Muito obrigada.

Eu solicito a V.Exa. que coloque o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:36
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da criação de CPI na Câmara dos Deputados para investigação dos crimes ambientais cometidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Instalação da CPI da Pandemia no Senado Federal.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, esta Casa tem que cumprir com a sua missão e exercer a sua competência de fiscalizar o Poder Executivo.

Mais uma vez, venho à tribuna me manifestar a respeito da necessidade de abriremos uma CPI para investigar os crimes ambientais do Governo Bolsonaro. A destruição em curso no País praticada pelo Ministro Salles é grave. Destroi o meio ambiente; incentiva o desmatamento, as queimadas, a mineração em terras indígenas; pratica crimes postando-se acima das leis, achando que está protegido. Se ele age assim, com certeza age também a mando de alguém, sob a proteção de alguém.

Esta Casa não pode se furtar a debater um tema tão importante e tão delicado não só para o País, mas para o mundo e para as nossas vidas.

Hoje o Senado investiga as causas de tantas mortes no Brasil pela COVID-19. Com certeza, o número de infectados e de mortos poderia ser bem menor se a política genocida do Governo não estivesse em curso. O Senado, agindo com a devida presteza, investiga. E esta Câmara, nesse caso, não age.

É preciso, no mínimo, que investiguemos aqui o que acontece com o meio ambiente. Tenho certeza de que podemos contar com os colegas que têm sensibilidade com a pauta e, mais do que isso, com aqueles que dizem ter compromisso com a vida nas suas cidades, nos seus Estados, com o seu público.

Quem diz nesta Casa, nesta tribuna, que quer a preservação ambiental, que tem compromisso com a defesa do meio ambiente, pode e deve assinar esse pedido de CPI. Essa é uma demonstração de

independência, é uma demonstração de transparência, é uma demonstração de coragem, é uma demonstração de que os Deputados e as Deputadas vão exercer a sua função, sem nenhuma amarra, sem nenhuma submissão, diante do Executivo.

O Governo Bolsonaro teme as investigações. Diz-se corajoso, mas sabe que está cometendo atrocidades em diferentes áreas. Teme a CPI da COVID-19, no Senado, e com certeza teme uma CPI dos crimes ambientais, nesta Casa. E a Câmara dos Deputados não pode se furtar a cumprir com sua obrigação.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 23/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 05/05/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido de esclarecimentos à Presidência sobre os critérios para divulgação dos discursos dos Deputados no programa *A Voz do Brasil*. Regozijo do orador com a queda dos números referentes à epidemia de coronavírus no Brasil. Importância da união de esforços para o combate à doença. Protesto contra a utilização do termo genocida em referência ao Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de falar, eu gostaria de um esclarecimento. Para que o meu pronunciamento saia no programa *A Voz do Brasil*, eu tenho que fazer o pedido?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Na verdade, se V.Exa. solicitar, os meios de comunicação, que já estão acompanhando a sessão, tendem a fazer essa indicação. Isso não depende de uma determinação do Presidente da Casa. Eu só reforço o pedido de V.Exa., porque V.Exa. direciona o pedido a esta Presidência.

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS) - Pois é, mas isso não é jornalismo. Jornalismo não se faz por pedido, é preciso ver a importância da notícia. Como eu sei que só fala no programa *A Voz do Brasil* a Oposição, eu gostaria de saber se isso tem fundamento. Se tem, eu vou começar a pedir. Eu não peço porque, jornalisticamente, não tem sentido algum pedir se a fala não tem conteúdo. Eu queria

somente esclarecer isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Estou esclarecendo a V.Exa. que essa é uma atribuição da SECOM. Se V.Exa. fizer o pedido, acredito que terão outro olhar, e reforço o pedido de V.Exa., caso assim queira.

V.Exa. tem a palavra por 3 minutos, Deputado.

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS) - Muito obrigado, nobre Presidente. Fico muito honrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Disponha.

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS) - Começa a contar o meu tempo agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que reponham o tempo do Deputado.

Com a palavra o Deputado Bibo Nunes, por 3 minutos.

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS) - Fico muito grato, Presidente.

Digníssimo Presidente, muito obrigado pela deferência.

Nobres colegas, é muito bom estar neste plenário. E melhor ainda é eu estar aqui me sentindo muito bem. Estou me sentindo muito bem pelo fato de ver os números da pandemia caírem a cada dia no Brasil, com mais brasileiros vencendo a doença e mais brasileiros sendo vacinados. Sinto-me muito feliz, muito feliz mesmo!

Conclamo todos os políticos, de Oposição e de Situação, a pensarmos no que é melhor para o Brasil. Qualquer político, em qualquer país, quer o melhor para o seu povo. Então, vamos parar com esse negócio de que Bolsonaro... Eu até me constranjo com o termo que colocam. Sinto-me mal de dizer tal absurdo de Bolsonaro, como se ele quisesse exterminar uma parte da sociedade. Tenho dificuldade de repetir o termo que usam. Vamos pensar em união? "Genocida" é um termo usado para quem quer exterminar uma raça, uma etnia, uma religião. O Presidente está fazendo o melhor. Toda a sua equipe está fazendo o melhor. Estamos conseguindo. Vamos nos unir! Não é momento de questiúnculas. Eu quero, Presidente, que mais pessoas morram, para tirar proveito político?

Não é nada disso! Nós temos que pensar nos irmãos que estão sofrendo. E, felizmente, a cada dia menos pessoas morrem. Mas existem alguns, de plantão, com olhos na nuca, contra tudo e a favor

de nada, os do "quanto pior, melhor", que vibram.

É momento de virar o jogo. Vamos vibrar porque estamos vencendo a pandemia! O Brasil é o quinto país do mundo que mais vacina. Está chegando agora a vacina da Pfizer. Nós temos uma vacina autenticamente brasileira, desenvolvida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, uma vacina verde e amarela chegando. Vamos pensar nisso e na saúde dos brasileiros! Depois vamos para o combate ideológico, para o combate partidário, depois vamos pesar em quem vai vencer a eleição, em quem não vai. Não estou nem aí para isso agora. Vamos pensar na saúde de todos os brasileiros! Nós, unidos, independentemente de cores partidárias, temos tudo para dar o apoio moral de que precisa a população neste momento tão sofrido, com tanta gente desempregada, com tantas pessoas morrendo.

Vamos nos unir em favor da saúde de todos os brasileiros. É para isto que estamos aqui, para fazer o melhor para o Brasil.

Grato, nobre Presidente.

---

Documento 24/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:48
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aplausos ao Presidente do Senado Federal pela retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Preocupação do orador com ações judiciais contrárias à Lei nº 14.057, de 2020, sobre a subvinculação de 60% dos Precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF para o magistério.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos realmente vivendo momentos difíceis. Já passamos das 400 mil mortes por COVID no Brasil, a maioria delas mortes evitáveis. E, neste momento, a educação brasileira se ressentiu de tentativas completamente insanas de retorno às aulas presenciais, sem a possibilidade de imunização dos senhores professores e dos trabalhadores em educação e sem adaptação dos espaços escolares para um retorno seguro. Nós

queremos escolas abertas, mas não queremos escolas contaminadas.

Tendo em vista essa circunstância, eu quero agradecer ao Presidente do Senado, que retirou de pauta, semana passada, o malfadado Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, aprovado na Câmara dos Deputados, e, num gesto de generosidade, permitiu a reabertura do debate. Nos Municípios onde houve a tentativa de reabertura sem essas garantias sanitárias, e com o abraço dos profissionais de saúde, os professores não voltaram. Aqui em Salvador, houve uma rebeldia civil, e eu quero parabenizar os professores e trabalhadores em educação do meu Município, primeira Capital do Brasil.

Quero também asseverar que, neste momento, a Lei dos Precatórios sofre um ataque. Nós não esperávamos isso, porque ela foi aprovada quase que por unanimidade nesta Casa, sob a relatoria do Deputado Marcelo Ramos. Votamos a Lei nº 14.057, de 11 de setembro de 2020, com enorme satisfação, para resolver um débito da Fazenda Pública com os professores, resíduos do antigo FUNDEF. Isso foi aprovado no bojo de outras soluções de débitos da Fazenda Pública, com outros segmentos, entre eles setores privados, que tinham débitos gigantescos. Foi absorvido o precatório do FUNDEF, com toda a possibilidade de negociação, de parcelamento, porque, afinal, os professores não querem quebrar Municípios.

Hoje vemos que há uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar a lei. No TCU, buscam também pareceres e resoluções para tentar derrubar a lei. Ora, efetivamente, é necessário defender quem tem a receber, não somente da área de educação, mas todos que estão nessa expectativa, porque, se cair a lei, ela cai para todo mundo, não cai só para a educação.

Nós estamos de olho. Nós estamos vigilantes, em defesa da educação e dos direitos de quem trabalham na educação. Isso é importante e não é corporativismo. A educação precisa de valorização. Essencial é o que se valoriza.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 25/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:48
Publ.: DCD - 05/05/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Homenagem aos trabalhadores da educação do Brasil, especialmente aos do Estado de São Paulo. Relevância da atuação do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo - Afuse em defesa dos interesses da categoria.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem a uma categoria de educadoras e educadores extremamente importantes, mas de quem se fala pouco no Brasil.

Eu me refiro aos secretários de escola, aos agentes de organização escolar, aos agentes de serviços escolares e aos agentes administrativos: os trabalhadores, os funcionários de escolas.

Em São Paulo, eles são representados pelo grande sindicato AFUSE, presidido pelo nosso querido companheiro João Marcos de Lima e que tem na sua Executiva o companheiro Antonio Marcos, Secretário-Geral; a Rosana Aparecida, Secretária de Finanças; a Lizete Maria da Costa, Secretária de Formação; o Valfrido de Oliveira, Secretário de Legislação; a Norma de Abreu Virche, Diretora da Capital e Grande São Paulo; a Lourdes Margarete, Diretora do Interior I; e o Zezinho do Prado, Diretor do Interior II. Não consigo citar o nome de toda a Executiva, pessoas tão carregadas de dignidade.

Na luta dessa nossa gente, o principal ponto de discussão é a valorização da categoria e a retomada de negociações básicas e importantes, acerca das perdas salariais, dos equipamentos de proteção necessários para a rotina nas escolas, contra a terceirização, pela equiparação dos direitos dos aposentados aos dos funcionários da ativa e pela reversão do aumento de 11% para 14% da contribuição ao SPPREV.

Fato que chama a atenção é a quantidade de decretos - são decretos e mais decretos - que elevam a categoria ao grau de essencial, mas não dão nenhuma condição para que se cumpra essa função essencial. Há inclusive uma cobrança para que as vacinas não sejam oferecidas somente para quem está acima dos 47 anos, mas sejam garantidas a todas e todos. O risco é grande!

Faço esta homenagem a uma categoria de luta carregada de dignidade, com a qual tenho uma relação histórica. Quando eu vejo uma merendeira atendendo os alunos com tanto carinho, vejo que cuidam deles como se fossem professores, como se fossem mães e pais - na verdade, são professores, porque são educadores.

Aos trabalhadores da educação do Brasil, especialmente aos do

Estado de São Paulo, o meu carinho e o meu compromisso. Contem comigo sempre, em todos os momentos.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 26/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:56
Publ.: DCD - 05/05/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Visita do orador ao Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco. Elogio ao Prefeito da municipalidade, Sivaldo Albino. Regozijo com a sanção, pelo Presidente da República, de projeto de lei sobre a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

---

**O SR. FELIPE CARRERAS** (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu quero aqui registrar uma visita que fiz há poucos dias ao Agreste Meridional de Pernambuco, onde estive com o Prefeito Sivaldo Albino, de Garanhuns, um Prefeito jovem, de primeiro mandato. Fui bem recebido no Município por Caio, pela Primeira-Dama, Lívia, por todo o Secretariado e pelo Presidente da Câmara de Vereadores, Johny Albino.

Ficamos felizes, como membro do Partido Socialista Brasileiro, de ver o Prefeito, no seu primeiro mandato, cuidando do povo de Garanhuns, melhorando a qualidade de vida da população, investindo em leitos.

Parabéns, Prefeito! Conte com o nosso mandato aqui em Brasília. Você é um grande orgulho do Partido Socialista Brasileiro.

Mas, Presidente, nós estamos aqui hoje pela vontade de Deus e pelo desejo do povo brasileiro. Nós celebramos compromissos. Eu, como ex-Secretário de Turismo de Pernambuco e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Produção Cultural e do Entretenimento, e no momento em que o setor mais é afetado, ontem tive um sopro de esperança, com a sanção pelo Presidente da República do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, na qual V.Exa., Presidente Eduardo Bismarck, teve participação decisiva.

Agora, quem produz *shows*, os artistas, o setor turístico, o mundo circense, ou seja, quem vive de circo também poderá ter esperança. Com a ajuda do Governo, do Estado brasileiro, as pessoas podem ter

esperança.

O Presidente vetou alguns artigos do projeto de lei, mas virou lei. Isso é que é importante. E talvez aqui, no Congresso Nacional, nós possamos derrubar alguns trechos.

Quero dizer que tudo isso foi alvo de uma grande conquista e mostrou que a grande união do *trade* turístico, com o setor de produção de eventos, construiu essa grande vitória histórica.

Quero aqui parabenizar a todos da ABRAPE - Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, a todos da ABIH, a todos da ABAV, a todos da ABEOC, a todos do movimento Apresenta, a todos do movimento Brasil Invisível, por quê? Porque este projeto que foi sancionado ontem não é só para salvar empresário, microempresário, casas de espetáculos. Ele é para salvar aqueles invisíveis do setor, os carregadores, os bilheteiros, os iluminadores, os músicos - e aproveito para mandar um abraço ao Alemão, Presidente da Ordem dos Músicos do Brasil. Este projeto vai salvar muita gente.

Quero mais uma vez agradecer à Câmara dos Deputados, ao Senado e a todos que fizeram com que este projeto virasse lei e que nós tivéssemos um sopro de esperança.

Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 27/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:04
Publ.: DCD - 05/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os colegas Deputados e Deputadas e o povo brasileiro que nos acompanha em mais esta sessão da Câmara Federal.

Presidente, quero continuar falando sobre vacinas e sobre o enorme prejuízo, Deputado Enio Verri e Deputado Vicentinho, que o Brasil

enfrenta por conta da postura absolutamente irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro.

O Brasil poderia ter comprado em julho do ano passado 70 milhões de doses a mais de vacinas CoronaVac. Não comprou. Depois, 2 meses após essa oferta de 70 milhões de doses, o Brasil comprou 46 milhões de doses da CoronaVac, e o Presidente Bolsonaro mandou o Ministro Pazuello cancelar a compra.

Aliás, abro aqui um parêntese. A covardia do Ministro Pazuello de fugir de um depoimento da CPI da COVID é algo inimaginável. É algo, aliás, inaceitável para o País que um Ministro, que esteve à testa do Ministério durante boa parte da pandemia, tenha se negado a fazer o seu depoimento na CPI.

Além disso, Presidente, depois houve a oferta de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, e o Presidente Bolsonaro mais uma vez orientou o Governo a não comprar as vacinas da Pfizer.

Depois houve mais um movimento: a estruturação do programa global chamado Covax Facility, Deputado Ricardo e Deputado Pastor Sargento Isidório, em que os países poderiam entrar no Covax Facility, que é organizado pela Organização Mundial da Saúde, e ali poderiam encomendar até 50% do total de doses que o país precisaria para vacinar a sua população.

Primeiro, Bolsonaro queria ficar fora desse esforço da OMS, porque os negacionistas da extrema-direita, Deputado Vilson da Fetaemg, contestam a Organização Mundial da Saúde. E, na última hora, ele decidiu aderir com apenas 10% do total de doses. Portanto, o total que Bolsonaro deixou de comprar, que o Brasil perdeu de vacinas, é, no mínimo, em torno de 200 milhões de doses. Na hipótese mais otimista, Bolsonaro jogou no lixo 200 milhões de doses de vacinas que já poderiam estar aplicadas no braço do povo brasileiro!

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 28/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:08
Publ.: DCD - 05/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Participação da oradora em audiência pública na Casa com a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Informações inverídicas do ministro sobre destinação de verbas para combate à pandemia de coronavírus. Esperança de sanção presidencial do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para extensão da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Aumento do desemprego no País.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, colegas que nos ouvem, eu vim aqui fazer um registro que considero importante da audiência pública de hoje, que se iniciou pela manhã - eu consegui participar de parte dela -, com a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Governo foi juntando oito Comissões da Casa, algo antirregimental, que eu nunca vi acontecer. Na minha opinião, isso expressa o desrespeito do Governo com este Parlamento, porque, na verdade, nunca um Ministro vai conseguir falar com 300 Parlamentares em um período curto de tempo. Em algumas horas não é possível responder ao conjunto dos Parlamentares, muito menos aprofundar nenhum assunto.

Mas o que me chamou atenção foi a abertura do Ministro, quando ele disse que confrontou a pandemia, logo no início, colocando meio trilhão de reais nas primeiras 3 ou 4 semanas. Isso é uma inverdade absoluta, porque nós atingimos 600 bilhões de reais ao final do ano, depois do pagamento do auxílio emergencial. E ele disse que propôs 200 reais de auxílio apenas como uma base para discussão, porque tinha certeza que negociaria com o Congresso.

Ora, nós sabemos que não é isso! Na verdade, eles tiveram que engolir os 600 reais por absoluta pressão do Congresso Nacional, pela demanda da sociedade. Vejam o que foi proposto agora: a maioria da sociedade ficou com 150 reais. Ele disse que propôs 5 bilhões de reais - de cara - para enfrentar a pandemia, que foi um remanejamento dentro do próprio SUS. Agora, Deputado, em 2021, o orçamento do SUS está menor que o orçamento de 2020 e menor que o orçamento de 2015, porque não há nenhum respeito pela perda de vidas no enfrentamento da pandemia!

E ainda querem fazer devolver um recurso, que já está na ponta, daquele socorro dado à cultura deste País, que foi de 3 bilhões de reais, no ano de 2020. Ainda temos 700 milhões de reais em conta, e a notícia que se tem é que o Governo quer vetar o que o Congresso quer

liberar.

O apelo que nós fazemos aos Líderes desta Casa e o apelo que fazemos ao mínimo que ainda resta de dignidade neste Governo é que não vetem a Lei nº 795, de 2021, que libera um recurso dos fazedores e fazedoras de cultura, que já foi liberado desde o ano passado por este Congresso, que já está na ponta nos Estados e Municípios, que não é do Orçamento de 2021, mas de 2020, e que os fazedores e fazedoras de cultura precisam, porque estamos no pico da pandemia.

O Sr. Paulo Guedes disse que aumentou o número de empregos, o que é outra inverdade. Na verdade, estamos perdendo empregos, estamos com um número de desempregados absurdo. O último CAGED mostrou que perdemos mais de 220 mil empregos. Não estamos ganhando empregos, estamos perdendo postos de trabalho. Estamos com mais de 36 milhões de pessoas entre desempregados, subocupados e desalentados. Portanto, não há verdade nas falas do Ministro Paulo Guedes. Ele não tem autoridade para vetar projetos que daqui saiam, seja para socorrer a população ou dinheiro que já está nas mãos de Estados e Municípios.

---

Documento 29/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 05/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Vacinação aquém do necessário para imunização da população no País.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Presidente. Eu havia me perdido porque o tempo não estava sendo marcado no cronômetro. Eu falava, então, da enorme carência de vacinas, o que faz hoje do Brasil um dos países mais atrasados no processo vacinação no mundo, Deputado Vicentinho. Há 60 países que vacinaram proporção maior da sua população do que o Brasil. A nossa situação é a seguinte, dados atualizados até 2 de maio: o Brasil aplicou apenas 47 milhões 745 mil doses de vacina. E o objetivo de vacinação do Brasil é aplicar 322 milhões de doses para imunizar 80% da população brasileira. Portanto, faltam-nos 274 milhões e 255 mil doses. No ritmo de 1 milhão de doses por dia, que é o que vem sendo aplicado por este Governo que desatendeu às necessidades do País, vamos levar mais 9 meses para concluir a vacinação.

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter inverídico de afirmação de ministro da Saúde sobre o montante de vacinas aplicadas no País. Indisponibilidade de vacinas contra Covid-19. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Homenagem aos taquígrafos.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, estamos vivenciando um negacionismo estrutural da verdade, da realidade, que está permeando o Palácio do Planalto. Houve um Ministro da Saúde que disse que o percentual das pessoas que já tiveram as duas doses da vacina foi de 18% - é uma mentira. Este percentual chega a 7,48%, por volta disso.

Ao mesmo tempo, em pelo menos oito lugares no Brasil não há vacina para que se possa ministrar a segunda dose. Seguindo-se uma recomendação do Ministério da Saúde, a primeira dose de todas as vacinas teria que ser aplicada, mas faltou vacina para a segunda dose.

Portanto, nós estamos vivenciando uma tragédia no Brasil. Penso que todos aqueles que batem continência para o Presidente da República acabam, de alguma forma, sendo cúmplices dessa tragédia, dessas mortes que entram nas nossas casas, da fome que entra no coração deste Brasil.

Por isso, é muito importante que tenhamos clareza de que o Estado não pode estar a serviço do governante. Temos que dizer "não" a esta "deforma" do Estado, que está na Proposta de Emenda à Constituição nº 32.

Três frases que foram ditas na reunião ministerial, "*passar a boiada*", "*colocar a granada*" e "*defender os familiares e os amigos*", dita pelo Presidente da República, estão presentes na destruição do Estado, da estabilidade, do concurso público, para vários vínculos a serem estabelecidos, e o mandonismo. É a volta da República Velha ou do Império para as estruturas deste País.

É muito importante atacarmos essa deformação do Estado. O Ministro

da Economia tem uma série de frases que indicam profundo preconceito e desprezo com a população pobre deste País e indicam que está governando para os ricos.

E para não dizer que não falei nas flores, encerro meu discurso fazendo a minha homenagem aos taquígrafos e às taquígrafas deste País, que resgatam a história e fazem com que nós tenhamos memória, em particular às taquígrafas e aos taquígrafos da Câmara dos Deputados, que fazem o registro da história, para que ninguém ou para que os autoritários de plantão não possam arrancar do povo brasileiro sua própria memória e sua história.

Vivam os taquígrafos!

---

Documento 31/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:20
Publ.: DCD - 05/05/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Falecimento de Fernando Antônio Mesquita Araújo, ex-vice-Prefeito do Município de Itapajé, Estado do Ceará e de Pedro Deles, ambos vitimados pela Covid-19.

---

**O SR. DANILO FORTE** (Bloco/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, num momento de tanta tristeza, de tanta dor, quero prestar aqui uma justa homenagem a dois grandes cearenses, oriundos da minha cidade de Itapajé, que nos deixaram vitimados pela COVID, por essa doença que tem maltratado e enlutado tantos lares no Brasil e no mundo. Refiro-me a Fernando Antônio Mesquita Araújo, grande engenheiro agrônomo, um técnico da EMATERCE, ex-Vice-Prefeito do Município de Itapajé, que deixou seu legado, sua história, com sua simplicidade, harmonia, carinho, com o respeito que tinha com todos seus concidadãos. À sua mulher, Ana Lúcia, aos seus filhos, Paulo Henrique e demais, deixo aqui o meu abraço.

Registro também o falecimento do Prof. Pedro Deles, que era técnico de informática, professor do IFCE, que tinha na juventude uma expectativa muito grande de transformação numa das regiões mais pobres e sofridas do Estado do Ceará.

À família de Pedro Deles também o nosso carinho, o nosso afeto, a nossa solidariedade, e aos mais de 400 mil brasileiros que nos

deixaram.

Temos a esperança de que cada vez mais nós consigamos avançar na busca da vacina, que é a solução. O Brasil precisa de vacina, vacina, vacina. Essa é a única alternativa que resta para que, de fato, nós possamos extinguir essa praga, essa chaga que tem caído sobre a humanidade neste momento.

Sr. Presidente, peço que autorize esse registro nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Presidente Eduardo.

---

Documento 32/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:24
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ODAIR CUNHA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da medida provisória sobre criação do programa de preservação do emprego e da renda. Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais para garantia de condições mínimas para a população.

---

**O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz a esta tribuna virtual hoje é a medida provisória que cria o programa de preservação do emprego e renda. É uma medida provisória relevante, Sr. Presidente, mas é tarde. Este Governo, que tanto gosta de falar de tratamento precoce, deveria entender que, depois de 4 meses sem nenhuma política de sustentação do emprego e renda, nós estaríamos com uma situação bem melhor se o Governo tivesse tratado de maneira rápida e célere este efeito tão difícil, que tem submetido tantas pessoas deste País a uma situação de miséria, de dor, de sofrimento.

Nós precisamos entender que a superação dos efeitos econômicos dessa pandemia passa pelo papel do Estado, passa necessariamente pelo fato de o Governo Federal entender que ele deve e pode apoiar as micro e pequenas empresas, que ele pode incentivar a geração de emprego e renda no País; que ele deve garantir, sim, auxílio emergencial para o nosso povo e a nossa gente. Não este auxílio que está aí, de 150 reais, mas um auxílio que, de fato, garanta as condições mínimas necessárias para a vida do povo.

Nós precisamos, Sr. Presidente, urgentemente, garantir uma renda

mínima, para que as pessoas tenham condições de ficar em casa; para que possamos, de verdade, fazer com que a transmissão do vírus cesse neste País, desacelere, de maneira que nós tenhamos o nível de contágio sob controle.

Infelizmente, os efeitos estão aí, sobre as empresas, sobre a vida das famílias, sobre o nosso cotidiano, tudo porque nós não temos um Governo que compreenda a saúde pública como um dever do Estado. É omissivo, é negligente, é ineficiente. Quem paga a conta somos todos nós, o povo brasileiro espalhado neste País continental.

É fundamental que nós tenhamos clareza de que o Governo deve agir, não tardiamente, como tem feito o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, trabalhando de maneira retardada, e com isso muitas vidas são tiradas e muitas pessoas vivem em situação de miséria e de desnutrição no nosso País hoje.

Era o que eu tinha que registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 33/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:28
Publ.: DCD - 05/05/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da inclusão das famílias inscritas no Cadastro Único - CADÚNICO no programa Bolsa Família e do reajuste no valor do programa de transferência de renda. Pedido à Mesa Diretora de inclusão na pauta de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre instituição do Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)

---

**O SR. SIDNEY LEITE** (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sras. Deputadas, hoje, com o avanço do segundo ano de pandemia, a desigualdade só cresce no País.

Milhares de brasileiros estão cadastrados no CADÚNICO, mas, infelizmente, não têm acesso nem ao Bolsa Família nem ao BPC. Somente 47% da população ativa para o mercado de trabalho hoje têm oportunidade de exercer esse direito do trabalhador. E isso tem colocado inúmeras famílias, Brasil afora, numa situação de risco não só

em relação ao coronavírus, mas também no que diz respeito à vulnerabilidade social. Milhares de pais não conseguem garantir o mínimo de alimento para sua família. Os preços dos alimentos e do gás de cozinha subiram significativamente.

Faz-se necessário que o Governo inclua essas famílias que estão no CADÚNICO, mas não estão sendo contempladas. E não só isso: que seja reajustado o valor do Bolsa Família, que, para a realidade de hoje, já não atende às necessidades mínimas dessa fatia da população.

Sr. Presidente, também se faz necessário que a Mesa Diretora negocie ou paute a Medida Provisória nº 1.039, que trata do auxílio emergencial de 250 reais - mas uma fatia considerável só recebe 150 reais -, para que não só reajustemos o valor, mas também possamos prorrogar o prazo. Por quê? Porque vemos hoje que falta vacina no tempo certo para garantir a imunização de toda a população brasileira.

Enquanto isso, vários Municípios e Estados têm tomado medidas de restrição, e essa população economicamente ativa não consegue produzir, não consegue trabalhar, não consegue gerar renda. Por isso, faz-se necessário que o Governo tome essa posição não só de prorrogar o auxílio para além de quatro parcelas até garantir a imunização da população, como também, Sr. Presidente, de reajustar o valor. Um auxílio de 250 reais não faz frente às necessidades mínimas da população hoje para garantir o mínimo de condições, seja na alimentação, seja em produtos básicos de higiene.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 34/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:32
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Revogação, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo ético-disciplinar do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - Cremesp contra o parlamentar.

---

**O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -**  
Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que meu pronunciamento fique

registrado e seja divulgado nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Venho a esta tribuna, no dia de hoje, nesta sessão da Câmara dos Deputados, para anunciar uma decisão do Supremo Tribunal Federal que atinge diretamente a mim, enquanto Parlamentar, mas também atinge todos os Deputados e Deputadas desta Casa.

Alguns conselheiros do Conselho Regional de Medicina de São Paulo haviam aberto um processo ético-profissional contra a minha pessoa, porque eu, enquanto Parlamentar, fiz um pronunciamento criticando uma política do Governo Federal em relação à saúde mental. Esses conselheiros do Conselho Regional de Medicina queriam me calar e me censurar, não porque eu estivesse fazendo propaganda charlatã de medicamentos, como cloroquina e outros; não porque eu estivesse, em algum momento, desrespeitando as medidas sanitárias, estimulando a aglomeração, questionando o uso de máscara. Não! Mas porque eu, enquanto Parlamentar eleito pelo povo do Estado de São Paulo, fiz uma crítica à política de saúde mental do Governo Federal. Qual crítica eu fiz, Sr. Presidente? À política do Governo Federal de querer estimular práticas manicomiais contra as quais nós lutamos muito, ao longo de anos, neste País. Inclusive este Congresso Nacional teve um papel fundamental com a lei da reforma psiquiátrica para que essas práticas fossem extintas do nosso País.

O Supremo Tribunal Federal, na sua decisão, diz o seguinte: *"É figura indispensável à concretização do regime democrático e, por consequência, é um absurdo qualquer censura a suas manifestações enquanto Parlamentar quando evidentemente não extrapolar os mesmos limites republicanos"*. Significa ofensa à democracia, à independência do Poder Legislativo e ao povo representado por esse Parlamentar.

O Supremo entende, inclusive, ser pertinente ressaltar que pelo fato de membros do Conselho Regional de Medicina de São Paulo discordarem das manifestações do Deputado em questão ao se expressar, por ter preferido usar a terminologia, não podem aplicar uma censura prévia indireta. Não é justificada uma censura odiosa, prévia e indireta.

Sr. Presidente, a Constituição não me calou. A Constituição não calará as vozes e os gritos das famílias e das pessoas que passaram pelos manicômios. Loucura não...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:36
Publ.: DCD - 05/05/2021 - GASTÃO VIEIRA-PROS -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Preocupação do orador com a suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas. Significativo corte de recursos orçamentários do Ministério da Educação.

---

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (Bloco/PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, à proporção que o tempo vai passando, que os estudos vão sendo realizados, ficamos ainda mais estarecidos com a consequência para jovens, crianças, enfim, para os alunos brasileiros da escola pública de permanecermos tanto tempo sem aulas presenciais. Os dados são muito fortes. Os alunos do 5º ano desaprenderam a matemática. Eles desaprenderam o que tinham aprendido, sem possibilidade, conseqüentemente, de aprender nada de novo. Os alunos praticamente não avançaram em nenhum ponto do ensino. Em nenhum ponto da educação foi avançado.

É preciso que se diga que, ao contrário do que muitos falam, nós não tivemos ensino remoto praticamente na grande maioria das escolas públicas espalhadas por este País. Onde tivemos algum auxílio remoto, algum ensino remoto, ele foi desativado, foi desarticulado, não fazia sentido.

Nós estamos vendo toda uma geração se perder nessa tragédia silenciosa que é a tragédia da educação. Na maioria dos Municípios, as Prefeituras não reabriram as escolas, não tomaram cuidado para que as escolas tivessem pias, tivessem ventilação, tivessem banheiros adequados, enfim, há todo esse tempo, nós estamos parados, literalmente parados. Diz a UNESCO que só em 2030 nós poderemos recuperar o impacto de perda que tivemos até agora.

É uma tristeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mas a educação não é prioridade. Os professores não foram vacinados e ninguém se importa com o que está acontecendo. O MEC perdeu muito recurso. O MEC perdeu recursos vultosos e não tem como aplicar. O orçamento do MEC foi cortado sem dó nem piedade. Eu fico me perguntando: se nós já éramos ruins antes da pandemia na educação,

como nós não estamos agora? O que fazer agora é a grande pergunta. Vamos apenas lamentar as perdas, o desaprendizado, ou nós temos que avançar? Eu acho que nós temos que avançar.

As Prefeituras precisam de apoio do MEC. O MEC poderia, através...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 36/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:40
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Distorção da realidade política e econômica do Brasil pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, em participação em audiência pública conjunta de Comissões da Casa. Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Pandemia).

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.)** - Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, quem nos acompanha pela *TV Câmara* e quem nos ouve pela *Rádio Câmara*.

O Ministro Paulo Guedes está participando agora de uma sessão conjunta de várias Comissões e mais uma vez distorce totalmente a realidade política e econômica. Fala até da pandemia, também distorcendo a realidade.

O Ministro disse que o Governo não vai subir em cadáveres para fazer política neste momento da pandemia. O Governo, por não fazer política pública, por não ter atitude, pelas suas omissões, é responsável pelos cadáveres. O Governo não precisa subir em cadáveres. O Governo produziu cadáveres, produziu centenas de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas no nosso País.

E não é só o Bolsonaro que tem responsabilidade, não! Não é só o Pazuello ou os Ministros da Saúde que têm responsabilidade, não! Paulo Guedes tem muita responsabilidade. No ano passado, ele queria que o auxílio emergencial já fosse de 200 reais, através de *voucher*, e

agora ele impõe isso novamente, depois nós termos provado que o Brasil podia pagar - e pagou! - 600 reais sem quebrar no ano passado. O auxílio emergencial que o Guedes impõe agora de 150, 170, 200 reais, por só 4 meses, é responsável pelos problemas da pandemia no nosso País. Não dá! É impossível alguém ficar em casa se não tem salário, se não tem renda, se não tem alimento na mesa.

O Governo pratica a necropolítica, sim, há muito tempo. A CPI da COVID vai deixar isso mais evidente agora. E o Ministro brinca de fazer economia, mais uma vez querendo explorar o povo mais simples e mais humilde deste País.

Na mesma reunião, com as mesmas Comissões, o Ministro disse hoje que o correto era agora um jovem ter uma bolsa para trabalhar de pedreiro na pandemia - pasmem! -, por 200 reais por mês! O que esse Ministro quer?! O que ele pensa do Brasil?!

O Brasil está na contramão do que o mundo faz neste momento, no que nós podemos imaginar de política econômica, de política fiscal, de política de investimento. Até os Estados Unidos, onde o capitalismo é selvagem, os gastos públicos é que vão proporcionar a retomada do crescimento americano. E aqui o Ministro continua com esse papo furado, com essa cabeça oca de cortes, de ajustes, de reformas que não têm nada a ver com o momento tão grave por que passa o País. É preciso investimento público, gasto público para o Brasil avançar.

Registro todo o meu repúdio à postura do Ministro Paulo Guedes.

---

Documento 37/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:40
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre a CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Pandemia). Expectativa quanto à participação do Senador Eduardo Girão, do PODEMOS, na CPI da Pandemia.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (Bloco/PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPI que está em curso no Senado Federal, instalada para apurar a postura e a condução pelo Governo Federal das ações de enfrentamento da

pandemia da COVID-19, tem um vício de origem: ela não investiga um fato objetivo, foi instalada por submissão do Senado Federal ao Supremo Tribunal Federal, é fruto da judicialização da política, da renúncia de competência.

Sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, estive até recentemente como Secretário de Transparência desta Câmara dos Deputados

e é claro que apoio incondicionalmente uma CPI que apure irresponsabilidades e eventuais desvios ocorridos na aplicação dos recursos da saúde liberados pelo Governo Federal com a autorização do Congresso Nacional, mas a CPI que apoio é aquela que a sociedade brasileira quer ver, a que convide ou convoque os Ministros do STF que decidiram que as ações de combate à COVID seriam conduzidas pelos Estados e Municípios, em detrimento do Governo Federal. Esses Ministros precisam vir ao Congresso Nacional explicar os fundamentos da sua decisão.

A CPI que a sociedade brasileira quer ver traz aqui os Governadores e Prefeitos, fazendo com que eles prestem contas da aplicação dos recursos recebidos, e chama muitos desses gestores para explicar por que usaram os recursos federais destinados ao combate à COVID para outras finalidades.

A CPI que a sociedade brasileira quer ver não pode ter o Senador Renan Calheiros como seu Relator, por motivos óbvios. E não poderia ter, como membros, Senadores que se defendam de ações de improbidade no STF, tampouco Senadores que tenham vínculos sanguíneos primários com Governadores e Prefeitos.

A CPI que eu defendo e que a sociedade brasileira quer ver não é seletiva, é abrangente. Ela ajuda a passar o Brasil a limpo e orgulha a tradição do Senado Federal.

Portanto, a CPI que eu defendo e que a sociedade brasileira quer ver não é essa CPI que está em curso. Essa CPI que está em curso é atemporal, está sendo realizada antes da hora, pois a pandemia não cessou, e recursos ainda serão liberados para o enfrentamento da COVID, para a execução do Plano Nacional de Vacinação. Ela será inconclusiva deliberadamente. Então, ela é imatura, ou prematura, ou deliberadamente seletiva. Essa CPI do Senado Federal poderia fazer um bem enorme ao Brasil, mas temo por ela e temo pelo Brasil.

Que o Senador Eduardo Girão, que é um homem de bem, equilibrado, sensato, justo, preparado, possa ser um autêntico porta-voz das expectativas das pessoas de bem deste País e das bancadas do

Podemos tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

Que a verdade e a justiça prevaleçam na Casa do Povo e que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

---

Documento 38/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:48
Publ.: DCD - 05/05/2021 - CLAUDIO CAJADO-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância do envio pelo Poder Executivo Federal de projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs) adicionais para a recomposição de recursos orçamentários referentes ao exercício financeiro de 2021. Necessidade de recursos para especialmente para o enfrentamento da pandemia de coronavírus e a realização de investimentos para a retomada do crescimento econômico do País.

---

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou, neste momento, avaliando que nós precisamos concluir todo o arcabouço necessário da Lei Orçamentária Anual através dos PLNs que nós já recebemos na Casa e de outros que terão que vir para cá.

Por que isso? Porque, ao votarmos a Lei Orçamentária, houve sanção de parte da LOA e veto de outra parte. Determinados programas, determinadas ações de alguns Ministérios foram zeradas, do ponto de vista orçamentário, no Orçamento Geral da União. Com isso, nós não poderemos recompor esses recursos através de projetos de suplementação orçamentária, e sim através de projetos de créditos especiais.

Daí por que se torna importantíssimo, necessário e indispensável que o Governo Federal envie ao Congresso esses PLNs adicionais, no intuito de nós concluirmos com efetividade a votação do orçamento feita há pouco mais de 3 semanas, 4 semanas. Enquanto isso não chegar à Casa, nós não teremos condições de fazer com que o Poder Executivo exerça, de forma eficiente, responsável e abrangente, a liberação dos recursos para que, principalmente as emendas parlamentares e os

programas do Poder Executivo, dos Ministérios, possam ser abertos e possam ter o encaminhamento necessário e indispensável a Estados e Municípios.

E isso é importante que seja dito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque nós estamos em plena pandemia. E, além de combater a pandemia com a vacinação que está sendo feita, com a aquisição de vacinas, com a ajuda emergencial às pessoas carentes que estão desempregadas e àquelas que tinham emprego formal e o perderam, nós precisamos também pensar no outro lado da moeda, que é a recuperação da economia. E essa recuperação só se dará se nós tivermos o indutor das políticas públicas de geração de emprego e renda, através da aplicação de recursos públicos.

Lá nos Estados Unidos, o Governo do Presidente Joe Biden está liberando recursos que alcançam 27% do PIB, através de endividamento interno. No Brasil, nós somos muito politizados, somos fiscalizados pelo mercado, e o Presidente Bolsonaro, de forma mais abrangente, tem um limitador, que é o teto de gastos.

Por isso, não adianta apenas pensarmos nos recursos financeiros, porque o Governo está aí com mais de 20 bilhões de reais para serem liberados, porque durante 4 meses ficamos gastando só 1/12 da previsão orçamentária, e os recursos ficaram represados. Porém nós não temos orçamento para isso. Daí por que é fundamental que o Congresso Nacional receba do Executivo esses PLNs, no intuito de poder priorizar onde serão gastos esses recursos.

Nós não podemos esquecer que temos que continuar gastando no custeio, combatendo a pandemia, fazendo as ajudas emergenciais, mas também precisamos pensar no investimento, porque, sem o recurso público do Governo Federal, os Estados e os Municípios irão à bancarrota, porque não há recurso para fazer pavimentação, para fazer praça, para fazer novas unidades de saúde, etc.

Então, esta Casa aguarda esses projetos.

---

Documento 39/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:52
Publ.: DCD - 05/05/2021 - JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de autorização da

vacinação contra a Covid-19 de pessoas com deficiência não inscritas no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Pedido ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de liberação de eventos sociais de pequeno porte, com o cumprimento de medidas sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia de coronavírus.

---

**O SR. JULIO CESAR RIBEIRO** (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero neste momento trazer aqui um assunto de suma importância, porque percebemos que, na semana passada, houve restrição na vacinação de pessoas com deficiência, que não poderão ser vacinadas se não estiverem inscritas no BPC.

Penso que não é o momento de ignorarmos o risco efetivo de vida que esse segmento possui e que o critério usado para essa vacinação fere a isonomia e causa desigualdade.

Sr. Presidente, para os demais grupos prioritários, como idosos e profissionais de saúde, não houve a aplicação de nenhum critério socioeconômico na imunização. Diante disso, encaminhei pedido formal ao Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga, de que avaliasse com sensibilidade essa questão, a fim de que todos sejam imunizados sem qualquer distinção socioeconômica, preservando-se o princípio da igualdade. Esse foi o pedido que fiz ao Ministro da Saúde. E peço aqui a S.Exa. que tenha essa sensibilidade, porque, no grupo de pessoas com deficiência, não podem ser vacinadas somente aquelas que estão inscritas no BPC.

Aqui em Brasília, fiz um pedido ao Governador Ibaneis Rocha de que seja analisada, com muita atenção, a possibilidade de liberação de eventos menores, como casamentos, festas de crianças. Nós sabemos que o Governo vem trabalhando para que, o quanto antes, haja o retorno do aquecimento da economia com segurança, mas esse setor pede socorro. Os cancelamentos e adiamentos de festas devido ao isolamento social trouxeram instabilidade econômica para o setor. Entendo que o momento nos pede cautela, mas esse segmento está disposto a cumprir todas as medidas de segurança para realizar seus eventos.

Diante disso, conto com a sensibilidade do Governador Ibaneis, para que analise o nosso pedido e libere essas atividades o quanto antes, a fim de que empresários e trabalhadores voltem a reaquecer a nossa economia. Que ele possa liberar logo a volta dos trabalhos dos nossos prestadores de serviços...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 40/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:56
Publ.: DCD - 05/05/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações às entidades sindicais e movimentos sociais do País, especialmente de Aracaju, Estado de Sergipe, pela realização de campanha de doação de alimentos aos trabalhadores em dificuldades econômicas em face da pandemia de coronavírus, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho. Descompromisso do Presidente Jair Bolsonaro com os interesses do povo brasileiro.

---

**O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho à tribuna para homenagear toda a classe trabalhadora, em especial as centrais sindicais, que, no último sábado, dia 1º de maio, realizaram diversas atividades no Brasil inteiro, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos trabalhistas, em defesa do auxílio emergencial, em defesa da vacina para todos e todas.

Em Aracaju, no Estado de Sergipe, as centrais sindicais, entre elas a Central Única dos Trabalhadores, a UGT, a CTB, a Conlutas, realizaram também doações de alimentos para os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram, graças à política econômica do Governo Bolsonaro, em uma situação terrível de desemprego e desestruturação econômica no Brasil.

É lamentável como o Governo Bolsonaro impõe uma política econômica diante da pandemia, diante de toda esta crise.

Eu ouvi há pouco um Deputado colocar a questão dos Estados Unidos. Bolsonaro copiava muito os americanos, o Donald Trump. Governo brasileiro, Paulo Guedes e Bolsonaro, olhem como o Governo americano mudou sua política econômica, sua política de vacinação, sua política de defesa nacional dos povos americanos. O Brasil precisa de um governo sério. Bolsonaro não representa o povo brasileiro, não representa os interesses nacionais.

Por isso, eu quero parabenizar as centrais sindicais brasileiras e todos os movimentos populares, entre eles o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que, no último dia 1º, fizeram uma luta em defesa do Primeiro de Maio, em defesa do povo brasileiro, e realizaram, na nossa Capital, Aracaju, e em várias cidades do Brasil, atividades de doação de alimentos e de solidariedade.

Que este Primeiro de Maio, diante de uma pandemia e de um governo irresponsável e genocida, nos dê força e coragem, para que a Esquerda brasileira...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 41/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-16:00
Publ.: DCD - 05/05/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial aposto Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a adoção de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; sobre a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC. Congratulações ao Deputado Felipe Carreras pelo empenho na defesa da matéria.

---

**O SR. OTAVIO LEITE** (Bloco/PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, uma luta muito importante travada neste Congresso foi a que levou à vitória do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, um programa específico para socorrer as empresas de entretenimento, de cultura, de turismo, por assim dizer. Cultura, mais esporte, mais entretenimento, é igual a turismo, que é uma força viva brasileira fundamental.

O projeto foi construído a muitas mãos, tendo à frente o eminente Deputado Felipe Carreras, que se houve com muita maestria, e aprovado no Congresso. O Presidente da República, ontem, vetou a parte mais substantiva do projeto. Sim, há ainda uma possibilidade de parcelamento de débitos de REFIS. Enfim, só isso sobrou como

sancionado. É fundamental que se pense esse setor como indispensável para o futuro da retomada da economia brasileira, pela vocação brasileira e pela capacidade de gerar empregos rapidamente. Para a retomada, é preciso que haja oxigênio. Durante um período, é preciso fazer um diferimento dos tributos. Não há arrecadação. Como é que se vai pagar? Então, é necessário que, assim que a pandemia estiver mais ultrapassada, durante um período, o setor tenha a possibilidade de realizar eventos de maneira organizada, segura.

A Apresenta Rio, que é uma bandeira, um organismo importante da sociedade civil, sempre fala em eventos seguros. A ABEOC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos também fala em eventos seguros. A parte de cultura também tem essa primazia de pensar sempre a questão sanitária e profilática em primeiro lugar. Mas a economia tem que girar de alguma maneira.

Portanto, o veto, eu diria, precisa ser reparado. Há informação de que o Presidente vai encaminhar uma medida provisória para corrigir essa questão, a fim de que se ofereça a esse setor aquilo que é indispensável para que ele prossiga funcionando e atendendo a uma vocação que é básica dos brasileiros de norte a sul, de leste a oeste.

O fato é que a Câmara certamente vai cuidar desse assunto com a mesma unidade e o mesmo empenho que lhe foram muito próprios no período em que a matéria tramitou e conseguimos a vitória.

Eu queria, mais uma vez, abraçar, pela perseverança e pelo trabalho, o Deputado Felipe Carreras, de todos os que estiveram juntos, de todo o grupo que esteve militando em prol dessa bandeira, que é o soerguimento do turismo através do entretenimento, da cultura, do esporte, que são tão vitais para o...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 42/438

---

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-16:04
Publ.: DCD - 05/05/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à



investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as consequências da crise sanitária no País. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, relativo à organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa (Reforma Administrativa) e ao Projeto de Lei nº 510, de 2021, relativo à regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. Apoio à carta assinada pela líder indígena Sonia Guajajara e Bispos da região amazônica em defesa da retirada de pauta do Projeto de Lei nº 510, de 2021, oriundo do Senado Federal. Necessidade de interrupção da escalada autoritária e da destruição do meio ambiente no Brasil, ampliadas pelo Projeto de Lei nº 510, de 2021, conhecido como PL da Grilagem.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje talvez o fato mais destacado seja o início do funcionamento da CPI da COVID. Eu queria destacar a importância desse tema. Espero que a CPI da COVID possa comprovar o que já está posto e provado por inúmeros fatos. É importante que a CPI comprove que o comando do País, o Presidente da República, comprou cloroquina em vez de vacina e questione por que ele recusou a compra das vacinas da Pfizer, por que o Governo não autorizou a vacina da Sputnik e quais as circunstâncias disso. Aliás, o representante da Sputnik no Brasil fez denúncias gravíssimas sobre o que poderia estar por trás da negativa em relação a essa vacina, que já foi aprovada em mais de 60 países e tem 97% de eficácia. Então, coisas estranhas aconteceram nesse período. Nós esperamos que a CPI possa passar a limpo, possa deixar muito claro e cristalino o que aconteceu para que houvesse esse genocídio. Mais de 400 mil pessoas morreram até o presente momento no País. A economia está quebrada exatamente em razão desse fato.

O que nós queremos é a verdade, Presidente. Tudo o que nós queremos é isso. E a verdade é que Bolsonaro não se preocupou com a pandemia em nenhum momento. Aliás, ele só passou a ensaiar alguma mudança de postura a partir do momento em que ele tomou conhecimento de que o ex-Presidente Lula estava elegível. Aí, no mesmo dia, ele colocou a máscara; no mesmo dia, começou a ensaiar. Mudou de Ministro da Saúde, etc. Então, sua postura passou a ser diferente somente a partir daquele momento, ou seja, a preocupação dele é uma só: ele só pensa naquilo, só pensa na eleição. Infelizmente, é única e exclusivamente isso que está na cabeça do Presidente da República.

Sr. Presidente, para concluir a minha fala, quero dizer que, além de

tratar da questão da CPI da COVID, nós temos que retirar de pauta a privatização dos Correios, ou seja, o PL 591/2021, que não tem nada a ver com pandemia; a reforma administrativa, ou seja, a PEC 32/2020, que acaba com a estabilidade dos servidores; e o PL da Grilagem, ou seja, o PL 510/2021, que está vindo do Senado e vai destruir o meio ambiente no País. Nós precisamos interromper, de uma vez por todas, a escalada autoritária.

Aqui fica a nossa solidariedade à Sonia Guajajara e também o nosso reconhecimento aos bispos da Amazônia, que emitiram uma nota, uma carta, em defesa da retirada de pauta do PL 510, contra a grilagem...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 43/438

---

44.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/05/2021-
	CD	19:48
Publ.: DCD - 05/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão com o fim de abolir o Estado Democrático de Direito, constante do art. 359-R do Decreto-Lei nº 2.848, de 1.940, inserido pelo art. 2º do substitutivo apresentado pela relatora ao Projeto de Lei nº 2.462, de 1991, sobre o acréscimo ao Título XII na Parte Especial do Código Penal, relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e sobre a revogação da Lei nº 7.170, de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e do dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Reunião do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com lideranças políticas em Brasília, Distrito Federal. Existência de indícios de crimes suficientes, apresentadas na CPI da Pandemia no Senado Federal, para a abertura de inquérito contra o Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mas não está registrado. O PT não orientou. Posso orientar pelo PT?(Pausa.)

O PT quer manter o Estado Democrático de Direito. Por isso, ele é a favor do texto, "sim".

E eu quero registrar hoje dois fatos importantes que estão acontecendo em Brasília. Primeiro, o Lula está em Brasília. O Lula volta a Brasília, depois da anulação de todas as condenações injustas, persecutórias, que havia contra esse grande líder. O companheiro Presidente Lula está trabalhando, conversando com as lideranças para jogar luzes de esperança num projeto de reconstrução do Brasil de que todos precisamos.

Parabéns, Lula! A sua presença em Brasília é bem-vinda!

Eu tive a honra, também, em nome da bancada do PT, de conversar hoje com o nosso querido Presidente.

O segundo fato é o início do depoimento da CPI do genocídio no Senado Federal. Só pelas falas de hoje, já há provas de crimes suficientes para que realmente se faça o inquérito dos crimes que o Presidente cometeu.

---

Documento 44/438

---

44.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 04/05/2021- 20:24
Publ.: DCD - 05/05/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, Distrito Federal, para a realização de articulações políticas em prol dos interesses do Brasil.

---

**A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE.** Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que nos ouvem, tantos fatos têm ocorrido no Brasil! Inclusive a CPI, na verdade, está evidenciando várias coisas que temos afirmado ao longo dos anos, ao longo desses lamentáveis meses de pandemia. Durante todo esse contexto, nós precisávamos de uma esperança, era preciso que a esperança voltasse e que pudesse vencer o medo. E nesta semana em Brasília recebemos o Presidente Lula.

A recuperação dos direitos políticos do Presidente Lula, que foram injustamente tirados, é, sem dúvida alguma, uma esperança para o povo brasileiro, traz mais um alento para tantas pessoas. Hoje elas estão comemorando o fato de o ex-Presidente Lula poder voltar a ser



Presidente da República e de podermos superar esta crise sanitária e econômica. A crise social não foi fruto de algo que veio da noite para o dia, não foi alvo somente de uma pandemia, mas também de um golpe que foi legitimado nas urnas e está em curso e que tinha como interesse muito claro os direitos dos trabalhadores, o direito do povo mais pobre, que vinha nos últimos anos recuperando algumas das conquistas, o que já deveria ter acontecido há tanto tempo.

Nos Governos do Presidente Lula, vimos que se enfrentou, por exemplo, a pandemia do H1N1. Conseguimos superar esse problema vacinando as pessoas, fazendo o que deve ser feito: não negar a ciência, não negar a necessidade de priorizar quem deve ser priorizado. E vimos também que foi nos Governos do PT que se ampliaram, quase dobraram, os recursos destinados ao SUS, que hoje vem salvando vidas, mas foi tão negado, tão atacado por uma parcela da classe política brasileira.

Em meio a tudo isso, temos visto uma liderança política, o Presidente Lula, vir até Brasília não simplesmente por pretensões eleitorais, não por motivos pequenos, mas para se comportar como líder de Estado, que sempre foi e sempre vai ser.

O Presidente Lula está assumindo com o Brasil uma responsabilidade do nosso Presidente; aliás, do Presidente do Brasil, sobre o qual, cada vez mais, com a CPI, por exemplo, já está sendo revelado que realmente tinha a intenção de contaminar o povo brasileiro, de fazer com que o povo brasileiro tivesse uma dita imunidade de rebanho à custa da vida de tantas pessoas.

Mas o Presidente Lula está aqui para fazer articulação para o auxílio emergencial, para fazer articulação com as Embaixadas da Rússia e da China para que venham vacinas para o povo brasileiro, para que a vacina possa chegar a todo mundo. Lula está fazendo o que é de sua vida: doar a sua vida pelo povo do Brasil, principalmente pelo povo mais pobre. Foi nos Governos Lula que vimos o início de uma reparação de tantas desigualdades sociais, desigualdade de gênero, de cor, de região do País.

Eu sou de uma região, de um dos Estados brasileiros que mais sentiram essa reparação. Nós do Nordeste éramos acostumados, nos outros Governos, a ficar com migalhas da mesa que caíam do Sul e do Sudeste. E ela deixou de ser a região problema, para mostrar que o Nordeste tem muita solução para oferecer ao País. E quem enxergou isso, quem priorizou, quem tirou os projetos do papel foi o Presidente Lula.

Por isso que agora vemos o País no caos que está vivendo, caos social, e tantas e sucessivas retiradas de direitos, com ataques à

soberania nacional e tentativas de privatizar o sistema elétrico do Brasil, a ELETROBRAS, quando o que vimos nos Governos do Presidente Lula foi se eletrificar onde nunca se pensou que ia chegar um bico de luz, como nós dizemos lá em Pernambuco. Vimos democratizar-se o acesso ao ensino superior, melhorar a qualidade dos ensinos, de todas as fases do ensino, a construção de 14 universidades e de mais de cem *campi* universitários.

Tudo isso mostra que o Presidente Lula se preocupa é com o projeto de País. O meu avô Arraes, quando comentava alguns avanços neoliberais, dizia que para cada ano de desmonte vamos precisar de 5 anos, 6 anos, ou 10 anos de um governo progressista.

Por isso, é urgente que resgatemos o Brasil aos brasileiros, que possamos ver o Brasil ter esperança de novo, ver o povo brasileiro ter perspectiva, não ficar somente vivendo para trabalhar, para comer, para dormir, acordar e trabalhar de novo. Precisamos vencer o medo, vencer o ódio. E tudo isso se vence com muito amor, com muita esperança. Tudo isso nós vemos com a volta do Presidente Lula ao cenário político.

Seja bem-vindo a Brasília, Presidente Lula! Seja bem-vindo ao retorno às suas atividades! Com certeza, a partir de 2023, o senhor estará de volta conosco.

Muito obrigada, Presidente. Obrigada a todos os Deputados e Deputadas.

---

Documento 45/438

---

44.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/05/2021- CD 20:32	
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento sobre acordo para a aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II). Solicitação aos Deputados de apoio a emendas destinadas à garantia de recursos à agricultura familiar apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, sobre a abertura ao Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, de crédito suplementar no valor de R\$ 19.767.619.840,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária

vigente.

**O SR. ZÉ SILVA** (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Arthur Lira, meus amigos e colegas Parlamentares, vou utilizar este tempo do Solidariedade para tratar de um assunto que em 2020 foi um dos temas mais importantes debatidos no Congresso Nacional e foi votado e aprovado, por unanimidade, tanto na Câmara como no Senado, que são as medidas para a agricultura familiar.

Em 2020, quase a metade dos Parlamentares apresentou projetos de lei, e coube a mim a Relatoria, em que fiz um conjunto de medidas com um substitutivo que foi aprovado, foi à sanção presidencial e foi quase integralmente vetado pelo Presidente da República. Restaram dois quesitos, um que garantiu, através da Lei nº 14.048, de 2020, que todos trabalhadores do campo, trabalhadores rurais, agricultores, produtores rurais, recebessem o auxílio emergencial - eles não perderam a condição de segurados especiais da Previdência -, e que pudessem quitar a sua Cédula de Produto Rural com a própria produção comercializada através da CONAB.

Este ano, novamente, o Deputado Pedro Uczai e uma série de outros colegas comprometidos com a agricultura familiar apresentaram, a partir do substitutivo que foi vetado, o Projeto de Lei nº 823, de 2021. Quando nós realizamos a primeira sessão do Congresso Nacional, foi feito um acordo entre o Líder do Governo no Congresso Nacional e os Líderes partidários no sentido de mantermos o veto do Presidente e colocarmos em pauta para ser aprovado o PL 823, que é apreciado por esta Casa. Já aprovamos a urgência e estou tomando cuidado para que tenha fonte orçamentária e recursos, porque não adianta aprovar as medidas para a agricultura familiar, de indiscutível necessidade e urgência, pois são mais de 4 milhões de agricultores, e depois, novamente, ter vetado o projeto sob o argumento do Ministério da Economia, do Governo, de que não há fonte orçamentária.

Foi com base nisso que apresentei ao PLN que estará na pauta da próxima sessão do Congresso Nacional três medidas: um programa de apoio à comercialização, um programa de fomento à agricultura familiar, para garantir recursos para a retomada das atividades da agricultura familiar e também o armazenamento de água do Semiárido brasileiro por meio de cisternas e outras tecnologias sociais; um crédito de 10 mil reais para os agricultores, especialmente aqueles que precisam muito do apoio governamental para a retomada da economia, sendo que 10 mil reais é um crédito muito pequeno em relação àquilo de que a agricultura familiar brasileira necessita; e renegociação das dívidas rurais.

Portanto, eu peço aos Líderes dos partidos, aos colegas Parlamentares, para ficarmos atentos. Eu já destaquei uma dessas três emendas ao PLN 4/2021 e espero que os partidos possam destacar as outras duas emendas, para garantirmos recursos à agricultura familiar, que tanto precisa de apoio e é tão fundamental para evitar que tenhamos inflação e para manter o abastecimento dos produtos alimentícios no Brasil.

Então, Presidente, eu agradeço e peço que o acordo seja cumprido.

Agradeço por ter sido designado Relator dessas medidas tão importantes para a agricultura familiar e espero vê-las aprovadas em breve. Todos os segmentos da economia brasileira merecem o apoio desta Casa, do Estado brasileiro, mas a agricultura familiar ainda precisa de uma medida concreta de apoio, para que os agricultores continuem no campo e tenham base econômica para a retomada da sua economia, da sua atividade no momento pós-pandemia.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 46/438

---

44.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/05/2021-
	CD	21:08
Publ.: DCD - 05/05/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à Presidência, em nome do PDT, pela votação do Projeto de Lei nº 2.462, de 1991, sobre o acréscimo ao Título XII na Parte Especial do Código Penal, relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e sobre a revogação da Lei nº 7.170, de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e do dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, 1941 (Lei das Contravenções Penais). Solidariedade aos professores do Estado de Sergipe pela decisão de não retorno às aulas presenciais sem a vacinação contra a Covid-19 da categoria e demais servidores e estudantes das escolas públicas.

---

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, em nome do PDT, nós gostaríamos de cumprimentá-lo e agradecer-lhe a capacidade que teve de trazer uma lei que estava na gavetas desde 1991 para ser aprovada, quase que por unanimidade, nesta Casa.

Eu queria, por fim, Presidente, fazer aqui este registro: professores do meu Estado, o Estado de Sergipe, decidiram hoje, em assembleia, que

não vão voltar às aulas presenciais marcadas para o próximo dia 10 de maio. E eu quero aqui me solidarizar com os professores. A nossa posição é a de que aulas presenciais só devem voltar quando estiverem vacinados os professores, as merendeiras, os vigilantes, os secretários, os servidores das escolas e os alunos. Por enquanto, voltar às aulas sem vacinar os professores é uma temeridade. Registro aqui a minha solidariedade aos professores.

---

Documento 47/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:00
Publ.: DCD - 06/05/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo, vítima da Covid-19. Comprovação, pela CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus, da responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo excessivo número de mortes no País em decorrência da doença.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas as pessoas que nos assistem pela *TV Câmara* neste momento, eu quero prestar uma homenagem ao humorista e ator Paulo Gustavo, que veio a falecer vítima de COVID-19 no dia de ontem. Talvez, de todas as mais de 410 mil mortes que nós tivemos no País, esta tenha sido a que gerou a maior comoção no nosso País. Quero sugerir à Mesa que façamos 1 minuto de silêncio.

O importante é que a comoção e a solidariedade a uma pessoa que fez tanto bem para o nosso País, que fez muitas pessoas rirem - e chorarem também, em momentos de emoção -, transformem-se em indignação. Isso é que é fundamental. Eu digo isso, Presidente, porque nós tivemos perdas equivalentes à cidade de Rio Branco, que é a minha cidade, Capital do Estado do Acre, e essa mortandade toda tem um responsável. Ela tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro. Ele é o responsável por esse genocídio.

Isso está cada vez mais claro, Sr. Presidente, com a CPI da COVID. Nunca antes uma CPI teve tantas e tão fartas provas, como estamos vendo na CPI da COVID. Vejam os depoimentos de ontem do ex-Ministro Mandetta e hoje do ex-Ministro Teich na CPI, atestando que o Presidente Jair Bolsonaro foi o maior aliado do coronavírus aqui, ao

longo da pandemia, atestando que o Presidente Bolsonaro apostou que houvesse a chamada imunidade de rebanho, em que o vírus contaminasse boa parte da população. O Presidente inclusive teria cogitado, Deputado Alencar, mudar a bula da cloroquina. O Ministro Teich saiu do Ministério - ele afirmou hoje - porque o Presidente queria empurrar a cloroquina, que é um remédio que não serve para a COVID-19. Falou-se da interferência dos filhos do Presidente Bolsonaro e da existência de um gabinete paralelo, que sabotava as ações do Ministério da Saúde. Foi a crise ideológica que causou sério problemas diplomáticos com a China, inclusive que evitou insumos.

Tudo isso foi dito ontem, Sr. Presidente, na CPI da COVID. São gravíssimas denúncias que vão ser apuradas. A verdade vai aparecer, e o grande responsável é o Presidente Jair Bolsonaro. Então, eu conclamo a população para que se mobilize, porque este Governo é o Governo da morte.

Presidente, eu peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 48/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:00
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio às ameaças do Presidente Jair Bolsonaro de edição de decreto contra a determinação de lockdown para contenção do avanço do coronavírus. Manifestação de pesar pelo falecimento do ator Paulo Gustavo, vítima de Covid-19. Responsabilização do Presidente da República pelo número excessivo de mortes no País em decorrência da doença viral. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, já deixo o registro aqui para que também possa sair no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala, e eu queria aqui deixar o nosso rechaço e o nosso repúdio à ameaça do Presidente Bolsonaro de editar praticamente um novo AI-5, o Ai-5 da pandemia, o AI-5 do genocídio.

Registro aqui o que disse há pouco na CCJ. O Presidente carrega nas costas as mais de 412 mil vítimas no Brasil. Todos estamos tristes, e, ontem, com certeza, a partida do ator Paulo Gustavo deixou os

brasileiros muito mais tristes não só pela sua morte, mas também porque ele era uma pessoa que fazia os brasileiros e as brasileiras rirem.

O Presidente carrega todas essas mortes nas costas, porque não tomou nenhum ato concreto, eficaz, de combate, de prevenção, de apoio. Pelo contrário, suas declarações, suas medidas, desde o início, Deputado Leo, são medidas que causam morte, estimulam condutas que levam à morte: a aglomeração, o não uso da máscara, o uso da cloroquina em vez da vacina.

E ele disse há pouco que vai editar um decreto contra o *lockdown*, para que todas as cidades sejam abertas, para que os Prefeitos não possam mais tomar nenhuma medida de isolamento, de restrição, para evitar maior contaminação, como foi feito em Araraquara, administrada pelo PT, pelo Prefeito Edinho. Além de proibir os Prefeitos, ainda ameaça: "*Meus Ministros terão a força, terão a força para fazer as medidas acontecerem*". Uma medida clara de ameaça do uso eventualmente da violência, como foi no passado, lá atrás, quando o Brasil sofreu. Por isso, é o AI-5 do genocídio, se ele baixar, é o AI-5 da pandemia, que vai levar muito mais mortes.

Temos mais de 410 mil mortes. Parece que o Presidente Bolsonaro, com o AI-5 do genocídio, quer que o Brasil ultrapasse mais de 1 milhão de mortes.

É mais um ato de traição, de ataque ao povo brasileiro, às instituições, aos Poderes, que esta Câmara não pode aceitar. Por isso, tem o nosso repúdio.

O Presidente Bolsonaro teria que, urgentemente, deixar a Presidência.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 49/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:08
Publ.: DCD - 06/05/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza genocida da política implementada pelo Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da epidemia de Covid-19. Resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal

no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu já peço de imediato para ser divulgado no programa *A Voz do Brasil* este meu pronunciamento crítico, de forma contundente, ao Governo Jair Bolsonaro, o Governo do genocídio, o Governo que ficará marcado nas famílias de brasileiros e brasileiras como um sistema de morte e um tripé onde caminham juntos a morte pela COVID, o abandono social e a ausência do auxílio emergencial, assim como a hecatombe econômica do modelo que este Governo impõe ao Brasil, além da violência na forma armamentista.

Sr. Presidente, a CPI que foi instalada no Senado Federal já dá resultados na medida em que aponta responsáveis e indica que os Ministros não agiram sozinhos para impedir o atendimento. Pode-se ver até por parte do Ministro Mandetta, ontem, a tentativa quase desesperada de tentar fazer com que se compreendesse a necessidade de observação da ciência - ciência.

Em outros países, senhores e senhoras, a economia já começa a sua recuperação, a vida começa a sua recuperação. No entanto, o que nós observamos é que no Brasil não há recuperação porque não há governo. Este Governo não só flerta com a morte como também investe em uma política de morte.

A ideia, senhores e senhoras, de que teríamos imunidade de rebanho foi na verdade o que moveu o Governo a nos tratar como o próprio rebanho, como um povo desrespeitado, com 411 mil mortes.

Choramos porque a alegria se vai, quando se vai Paulo Gustavo; choramos por Aldir Blanc, mas sofremos e choramos por cada brasileiro e brasileira.

Eu destaco, sobretudo, o tema dos órfãos. Quem responderá aos filhos e filhas do Brasil? Quem responderá às crianças? Quem responderá sobre o que elas estão vivendo hoje, com a perda de seus pais e mães? São 411 mil mortes, responsabilidade do Governo genocida.

Divulguem no programa *A Voz do Brasil*. Levantemo-nos, povo!

Obrigada.

---

### *Sumário*

Manifestação de pesar pelo falecimento do ator Paulo Gustavo, vítima da Covid-19. Superação do patamar de 400 mil mortes no País em decorrência da doença viral. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Repúdio ao anúncio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da edição de decreto proibitivo da adoção de medidas pelos Estados e Municípios para contenção do avanço do coronavírus .

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje é um dia muito triste, e eu faço o registro do passamento, do falecimento precoce do ator Paulo Gustavo, que foi um grande carreador de alegrias. Estamos todos muito tristes neste dia, com mais essa perda.

São mais de 400 mil vidas. Muitas mortes evitáveis, se não fosse a inépcia, a inconsistência, a incompetência, a falta de prontidão do Ministro e do Presidente da República, que, hoje, numa coletiva, anuncia que tem interesse em editar um decreto que, na verdade, é um novo Ato Institucional nº 5.

Ele deve ter perdido o sono, porque a Câmara dos Deputados, ontem, de forma ampla, substituiu um texto da famigerada Lei de Segurança Nacional. Talvez ele tenha perdido o chão, porque achava que ainda podia tudo.

E não pode, Sr. Bolsonaro! V.Exa., por mais que queira, não pode transformar o Brasil numa ditadura. Por mais que sonhe, por mais que almeje, V.Exa. não pode pôr os tanques na rua.

Ele quer tirar do Supremo Tribunal Federal o direito jurisdicional, o direito de decidir. Ele avisa que fará um decreto impedindo que Governadores e Prefeitos analisem as condições sanitárias de seus Municípios para definir se vai fechar, se vai abrir, se vai fazer um distanciamento moderado. Não importa, porque são as condições sanitárias que devem ditar a possibilidade de abrir ou fechar, as condições sanitárias que devem definir, através dos gestores locais, do poder local, a condição objetiva de circulação.

O Sr. Bolsonaro, que já deu de médico, ou seja, charlatão, constituiu uma prescrição indevida de um medicamento que é muito bom para outros males, mas não para a COVID-19. A partir do momento em que a Organização Mundial da Saúde disse que o medicamento não tinha efeito, ele tinha que ter suspenso toda e qualquer remessa de

cloroquina e de hidroxicloroquina para os Municípios. Mas nós temos fé de que a CPI vai chegar e identificar quem tem responsabilidade em relação a essa inépcia do Ministério da Saúde.

Nós vamos repudiar de pronto esse decreto. Se ele aparecer, se ele não for um balão de ensaio, imediatamente esta Câmara se levantará, e tenho certeza de que não será somente a Esquerda, que tanto deixa sem sono o Sr. Bolsonaro e os seus asseclas desta Casa. Nós não vamos permitir que a democracia tenha desoxigenação maior do que o que já está tendo neste período atípico da história do Brasil.

Portanto, não ao decreto, irmão do AI-5. Ao arrepio da lei, o Presidente da República anuncia medidas rigorosas contra a liberdade.

Acima de tudo, deixo a minha solidariedade a todos que perderam entes queridos na pandemia.

---

Documento 51/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza criminosa da atuação do Governo Jair Bolsonaro diante da epidemia de Covid-19. Expectativas quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, inicialmente peço que se dê divulgação à minha fala no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Câmara.

Eu quero aqui, mais uma vez, denunciar o Governo. Ainda bem que cada dia está ficando mais clara a atuação do Governo genocida, da família Bolsonaro.

É verdade, Presidente, que também nesta Casa há cúmplices. Já é consenso que o Governo é genocida, mas também tem seus cúmplices, porque tem uma base que dá apoio, que continua no negacionismo, retardando a vacinação e desrespeitando todos os procedimentos que impedem a contaminação em massa.

Neste 1º de maio, a base do Bolsonaro e colegas Deputados promoveram aglomerações sem o uso de máscaras. Estão fortalecendo uma nova onda. É uma ação criminosa. É uma ação criminosa! O mundo inteiro sabe quais são as normas e os procedimentos sanitários que devem ser assumidos, sobretudo pelas lideranças. Já basta de o Presidente não usar máscara, aglomerar, desrespeitar, não buscar nenhum acordo, nenhum entendimento com os países produtores de vacina e de insumos; ao contrário, dificulta, sobretudo em relação à China e à Rússia. Uma coisa absurda, criminosa! Eles têm que pagar; cedo ou tarde, vão pagar por essas mortes. Estamos indo na direção de 500 mil mortes. Uma coisa absurda!

Então, mais uma vez, venho denunciar essa ação criminosa do Governo e da família Bolsonaro, que têm seus cúmplices. Por ação ou por omissão, terão que pagar.

A nossa expectativa e esperança é que a CPI, o mais rápido possível, elucide os fatos. Que esta seja a forma, perante a Justiça, de eles irem para a cadeia. Essa omissão não pode ficar impune, porque se trata de mortes, são ações irreversíveis. Esse procedimento é irreversível.

Muito obrigado.

---

Documento 52/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:24
Publ.: DCD - 06/05/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Irresponsabilidade da política adotada pelo Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da epidemia de Covid-19. Protesto contra a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Resultados dos trabalhos da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. MARÍLIA ARRAES** (PT - PE. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Caros colegas, caras colegas, todos que estão nos assistindo pela via remota, gostaria hoje de fazer um pronunciamento com a preocupação que todos nós, brasileiros, temos com a questão da pandemia, com as

mais de 400 mil vidas que se foram - grande parte delas, mortes evitáveis - devido à irresponsabilidade de um Governo que tem como meta cada vez mais atingir a vida do povo brasileiro, a soberania do nosso País, e oprimir cada vez mais aqueles que já são oprimidos.

É com essa preocupação que venho aqui abordar um assunto importantíssimo, importantíssimo para o País, para a soberania nacional, para a infraestrutura e para o desenvolvimento brasileiro, que é a tentativa, a intenção deste Governo de privatizar a ELETROBRAS.

A ELETROBRAS é a quinta maior geradora de energia hidrelétrica do mundo. E, nos últimos 3 anos, rendeu quase 30 bilhões de reais. Além disso, tem um caixa de 14 bilhões, é uma empresa superavitária.

No Brasil, 9 de 10 hidrelétricas são da ELETROBRAS. Ou seja, a privatização de uma empresa que é essencial para levar o desenvolvimento econômico e social, para garantir a soberania nacional, está ameaçando o nosso País, nesse projeto de transformar o Brasil praticamente em uma fazenda. Parece que é isso o que o Governo Bolsonaro pretende fazer com o nosso País.

Então, diante desse momento tão difícil que nós estamos passando no Brasil, não podemos esquecer que temos um patrimônio nacional. Nós temos a obrigação de defender que o Brasil seja soberano e que não vá na contramão de vários lugares do mundo, que estão reestatizando o sistema energético de seus estados-nações.

É por isso, caros colegas, caras colegas, que cada vez mais nós temos a obrigação de conscientizar os cidadãos e as cidadãs brasileiras de todas as ameaças que envolvem a tentativa de acabar com o Brasil que o Governo Federal tem, inclusive com a venda do nosso patrimônio.

Ele tenta criar a imunidade de rebanho, e está sendo cada vez mais comprovado na CPI da COVID que isso acarretou a perda de milhares de vidas. Já se tem comprovação científica de que cerca de 70% das mortes ocorridas em consequência da COVID-19, vidas que se foram com a pandemia, poderiam ter sido evitadas.

É por isso que nós temos que defender um Brasil soberano, vacina para todos e fora, Bolsonaro!

Obrigada, Presidente.



Publ.: DCD - 06/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Alcance do patamar de 411 mortos no País em decorrência da Covid-19. Manifestação de pesar pelo falecimento do ator Paulo Gustavo, vítima da doença viral. Responsabilização do Governo Jair Bolsonaro pelo atraso do início da vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos Correios). Repúdio à sanha privativista do Governo Federal.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar V.Exa. e lamentar, Presidente, a tragédia que nós estamos vivendo, cada dia um pouco pior, por conta do coronavírus e por conta de tudo o que significa esse morticínio, essa verdadeira concorrência macabra que se faz para ver onde morreu mais gente no mundo.

E o Brasil vence com folga. Chegamos a 411 mil pessoas. São almas, são vidas, são famílias, Presidente, não são só números. Aliás, ontem morreu Paulo Gustavo, o humorista que encantava o Brasil e que continua a nos encantar, porque se vai o homem com suas vicissitudes, ficam o seu legado, a sua obra, os seus vídeos, os seus filmes, a sua representação, fica tudo aquilo que ele deixou de legado para nós todos.

Mas as pessoas se foram, Presidente, e nós temos que lamentar isso. Podia ter sido evitado.

Chegaram nesta semana ao Rio Grande do Sul 33 mil doses da vacina da Pfizer. Já tínhamos da CoronaVac, da AstraZeneca. Eu mesmo já fui vacinado. Mas poderiam ter vindo antes! A Pfizer poderia ter chegado em dezembro, mas chegou quase 6 meses depois.

Então é lamentável, profundamente lamentável, e isso ocorreu mais por omissão do Governo do Presidente Bolsonaro. Vamos chegar logo ali, no início do mês que vem, a 500 mil mortes, meio milhão de mortes no Brasil. Temos que lamentar, temos que dizer isso para acordar as pessoas, para que saibam quem é quem.

Por fim, Presidente, quero contestar aqui o Projeto de Lei nº 591, de 2021, do Governo Federal, que propõe a privatização dos Correios. Ora, Presidente, estão querendo colocar esse projeto na pauta da Ordem do Dia. Parece que nós não temos mais o que fazer neste País!

Não há pandemia para combater, não há gente morrendo, pessoas passando fome - não morrem de coronavírus, morrem de fome. A economia está toda atazanada; e estão atrás de privatizar os Correios a toque de caixa, fazendo correr tudo! Trata-se de tirar o pai da força? O que é isso? E aí eles querem que passe a boiada, porque passa a privatização dos Correios; depois da dos Correios, vêm a privatização da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, ELETROBRAS, PETROBRAS, aí vendem a mãe, entregam a velha e vai tudo atrás. Mas não com o voto do PDT, não sem a nossa crítica, não sem a nossa contestação!

Tirem as mãos dos Correios, tirem as mãos do Banco do Brasil, tirem as mãos do nosso patrimônio!

---

Documento 54/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:44
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação, pela Casa, do projeto de lei sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional. Confiança na queda do Presidente Jair Bolsonaro como consequência dos trabalhos da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem a Câmara Federal deu uma lição para a sociedade brasileira. Há momentos em que temos orgulho de fazer parte do Parlamento - um deles foi ontem -, apesar de tantas decepções.

Ontem foi aprovada a derrubada do entulho autoritário da Lei de Segurança Nacional, e com um detalhe importante: o projeto teve como Relatora uma mulher experiente, da área do direito, professora universitária, integrante do PP, o Progressistas, mesmo partido do Presidente da Casa, que é aliado do Presidente Bolsonaro. Devido à pressão de vários Parlamentares e dos partidos como um todo, nós aprovamos uma legislação moderna, tirando da nossa legislação um entulho autoritário. Só dois partidos marcharam contra a história: o PSL e o Partido Novo. Esses partidos tiveram esse papel equivocado.

Eu acho que foi em razão disso a reação que o Bolsonaro teve. Ele não esperava a aprovação da derrubada da Lei de Segurança Nacional.

Então deu uma declaração para criar um factóide, uma cortina de fumaça, ameaçando de novo que poderá colocar as tropas na rua, desrespeitando a nossa Constituição.

Além disso, iniciou-se a CPI da COVID no Senado. Já foram ouvidos dois Ministros da Saúde. E os dois, de forma clara, responsabilizam o Bolsonaro, o ex-Ministro da Saúde General Pazuello e a influência da família do Presidente.

O Presidente não obedeceu à ciência, aliás, negou a ciência; não assinou o contrato com a OMS que deveria ter assinado em maio do ano passado; não comprou vacinas; e estabeleceu um processo de tratamento preventivo que a ciência não recomenda.

Espero que o Senado convoque o Ministro da Defesa para que ele explique a quantidade imensa de cloroquina comprada, no valor de 45 milhões de reais, sem haver necessidade, criando um estoque que ficará praticamente perdido e que não foi autorizado pelo Ministério da Saúde.

A sociedade está acompanhando esse processo. Eu não tenho dúvida de que ele vai ser a derrocada deste Presidente que representa a morte e que não respeita a vida.

Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 55/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:48
Publ.: DCD - 06/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulação à paraibana Juliette Freire pela vitória no programa Big Brother Brasil - BBB, da Rede Globo de Televisão. Protesto contra a redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Educação. Críticas ao não comparecimento, pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, à CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e telespectadores da TV *Câmara*, eu quero parabenizar a paraibana Juliette Freire, que venceu o BBB na Rede Globo de forma brilhante. Juliette representou muito bem a nossa Paraíba, o Nordeste e as mulheres brasileiras.

Parabéns, Juliette! Viva o Nordeste!

Sr. Presidente, infelizmente, a educação brasileira sofre mais um golpe de Bolsonaro. Comparado ao orçamento de 2018, neste ano o orçamento do MEC terá uma redução de 68%, caindo de 23,2 bilhões de reais naquele ano para 8,9 bilhões de reais agora. O corte acontece em um dos anos mais desafiadores para a educação no Brasil. Como será possível resolver problemas e incentivar o ensino a distância com um corte dessa magnitude?

Bolsonaro não pode dizer que esse corte seja culpa da pandemia, já que desde 2019 o orçamento do MEC vem diminuindo. O projeto de Bolsonaro é sucatear a educação pública no País. Em 2018, antes de Bolsonaro assumir, o orçamento da educação foi de 23 bilhões de reais. Em 2019, primeiro ano de Bolsonaro na Presidência, já houve redução para 19,9 bilhões de reais. E, em 2020, esse orçamento caiu para 17,3 bilhões de reais. Agora, em 2021, acontece mais esse corte de quase 50% em relação ao ano passado. Portanto, a educação brasileira pede socorro.

Sr. Presidente, quero também registrar que o Brasil inteiro está criticando a covardia do ex-Ministro da Saúde que fugiu do depoimento na CPI do genocídio, no Senado. Na verdade, o General Pazuello está sendo orientado por Bolsonaro. É uma situação parecida com a de Queiroz, que se escondeu por muito tempo para proteger o filho do Presidente. Agora eles tentam esconder o ex-Ministro, para que a situação do genocida Bolsonaro não fique pior ainda na CPI da COVID. Mas a data do depoimento...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 56/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

***Sumário***

Constatação da política genocida do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente da República.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - A CPI da COVID-19 tem constatado aquilo que já estava de certa forma bastante claro para o País: houve uma política deliberada para provocar as mortes no Brasil.

Ao estabelecer a estratégia de imunidade de rebanho, a Presidência da República tentou estimular que o máximo de pessoas se infectasse para, ao se infectarem, adquirirem a tal imunidade. Ora, nós temos uma taxa de mortes de 2,5%, ou um pouco mais do que isso. Se todas as pessoas se infectassem, ou se 70% do povo brasileiro se infectassem, nós teríamos o correspondente a 2,5% dessas pessoas, ou por volta disso, mortas. Isso é um crime! O que aconteceu e o que está acontecendo no Brasil é um verdadeiro crime.

Além disso, o Governo retirou por 3 meses o auxílio emergencial, depois reintroduziu o auxílio em valores pífios de 150 reais, 250 reais e 375 reais, deixando impossível com ele romper com a fome, para forçar as pessoas a saírem de casa, para forçar as pessoas a se infectarem.

Nós escutamos, no dia de ontem, do ex-Ministro que houve a tentativa de adulterar, de fraudar a bula da cloroquina, para que se pudesse, com essa bula fraudada, assegurar que ela era eficiente para o combate da COVID-19.

São muitos os crimes que estão se cometendo neste País. Mais de 411 mil pessoas já foram embora, e todo mundo que parte é o amor de alguém. O Brasil chora por uma política genocida, chora por uma necropolítica. Enquanto isso, há Parlamentares que fazem dancinhas no Salão Verde e outros que batem palmas ou sorriem. Que falta de sensibilidade com a dor do povo brasileiro, que voltou a conviver com a fome - ah, que saudade do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva! -, que vê a morte o espreitando! As vacinas não chegam em quantidade suficiente, porque o Presidente da República se negou a contratá-las quando era possível fazê-lo.

Nós estamos vivenciando, portanto, as expressões genocidas, a necropolítica, que sempre vai atingir os corpos mais frágeis ou os corpos, eu diria, mais vítimas das violações de direitos. Nós estamos vivenciando a era Bolsonaro. É preciso que a sociedade e este Parlamento retirem a faixa presidencial da necropolítica, do peito da misoginia, do peito do sexismo, do peito da discriminação, do peito da indiferença, do peito do fascismo, do peito daquele que, todos os dias,

ameaça as instituições porque quer o pleno poder.

---

Documento 57/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-13:56
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade das constatações da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Falecimento do empresário Chico Nicoli, do Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, povo brasileiro que nos acompanha, hoje eu quero falar sobre a CPI da pandemia da COVID, a CPI do genocídio.

As revelações até aqui são muito graves. Ontem, o ex-Ministro Mandetta disse que o Presidente Bolsonaro falou para o Governador Caiado que era preciso contaminar todo mundo. É muito grave essa frase. Ela reflete a ideia que está na cabeça do Presidente: a da imunidade de rebanho. E o comportamento do Presidente comprovou isso nos meses que se seguiram, porque o Governo Federal, o Presidente da República, tem desrespeitado as recomendações das autoridades sanitárias, tem aparecido sem máscara, promovido aglomerações e estimulado o tratamento precoce sem comprovação científica.

Quanto à informação dada ontem na CPI pelo ex-Ministro da Saúde de que o Presidente da República queria burlar, queria adulterar a bula da cloroquina, o que é isso, Srs. e Sras. Parlamentares? O que é isso? E digo mais: hoje, o ex-Ministro da Saúde Nelson Teich afirmou que Bolsonaro impôs o consumo nacional de cloroquina mesmo sem comprovação científica. Dois ex-Ministros, Deputado Ted Conti, estão dizendo a mesma coisa. É sinal de que houve, efetivamente, por parte do Presidente da República, prática que deve ser investigada e deve levar a uma punição.

Essa CPI é muito importante para o País, porque nós estamos com mais de 411 mil mortes pela COVID. Todos os dias nós recebemos a notícia de que pessoas queridas, pessoas próximas, que nós conhecemos, perderam a vida. Hoje mesmo eu tive a notícia da morte

do empresário Chico Nicoli, lá da minha cidade, Cariacica. Tantas pessoas estão morrendo, tantas pessoas estão perdendo a vida!

Bolsonaro tem que pagar pelos seus crimes, e a CPI vai chegar aonde tem que chegar. É preciso investigar a fundo, porque vida não pode ser tratada com desprezo, como o Governo trata.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 58/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:04
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Considerações sobre a atuação da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal. Incompetência do Governo Bolsonaro no enfrentamento da Covid-19. Ritmo lento da vacinação contra a doença no Brasil.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, público que nos assiste e nos ouve pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, merece muita atenção da nossa parte o que está acontecendo na CPI da COVID. Por mais que se trate de uma CPI no Senado, cabe, sim, a cada um de nós Deputados e Deputadas acompanhá-la atentamente, porque ela traz temas, relatos e fatos que estão ficando cada vez mais evidentes e que têm muito a ver com essas mais de 400 mil mortes que, infelizmente, estão contabilizadas no Brasil. Está cada dia mais provado que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas.

O Brasil precisa despertar para a gravidade da pandemia, para a irresponsabilidade e a incompetência com que Bolsonaro agiu até este momento, para a omissão do Ministério da Saúde no que se refere à coordenação das ações de enfrentamento da pandemia.

A vacinação é o grande exemplo. O Brasil, com o potencial que tem, com a *expertise* do SUS, com sua estrutura montada, com sua experiência em campanhas de vacinação, jamais poderia estar figurando nas piores posições, tendo apenas 7% ou 8% da população imunizada com a segunda dose.

Que bom que os ex-Ministros da Saúde Mandetta e Teich estão

relatando fatos que provam a irresponsabilidade e a ação criminosa de Bolsonaro e tantos outros durante a pandemia! E é lamentável, é claro, a postura do General e Ministro Pazuello, que literalmente fugiu. Teve um contágio de algo que sabemos não ser COVID, não ter nada a ver com coronavírus. Ele está contagiado pelo vírus do medo, está contagiado pelo vírus da consciência pesada, está contagiado pelo vírus daqueles que querem omitir e esconder quanto Bolsonaro é, sim, o grande responsável pelo péssimo momento que vive o Brasil, no que diz respeito não só à pandemia, mas também à condução da economia.

Como um país tão rico pode ter 19 milhões de pessoas passando fome, 20 milhões de pessoas que recebiam, precisam e não recebem mais o auxílio emergencial? Como um país tão rico, que continua arrecadando muitos impostos, que não perdeu em arrecadação, pode ter 14 milhões de desempregados e nenhuma ação do Governo para ajudar o emprego, a renda? É um país que tem que ser passado a limpo. Que bom que a CPI está fazendo isso! Que a Câmara dos Deputados também o faça.

---

Documento 59/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:08
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desastre sanitário provocado pelo negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro em relação à Covid-19. Ritmo lento de vacinação contra a doença no País.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente Bismarck.

Cumprimento os colegas Parlamentares.

Eu também quero abordar, como outros colegas estão fazendo, essas primeiras revelações que a CPI da COVID, ou a CPI do genocídio, está trazendo a público, confirmando aquilo que nós, ao longo de muitos meses, denunciávamos.

Quero ler aqui, Deputado Merlong Solano e Deputado Joseildo Ramos, uma frase dita pelo Presidente Jair Bolsonaro em 17 de março de 2020, na *Rádio Tupi*: "*Uma nação como o Brasil só estará livre da COVID quando certo número de pessoas for infectado e criar*



*anticorpos*". Essa frase reverbera a famosa tese da imunidade de rebanho, ou seja, a tese de que 60% ou 70% da população deveriam ser infectados para que só então o Brasil superasse a pandemia. No dia 2 de abril, em nova entrevista, em nova fala, o Presidente Bolsonaro diz a seguinte frase: "*Está com medo de pegar o vírus?*". Vejam o desrespeito em relação ao legítimo sentimento de medo da população brasileira. E ele completa: "*Este vírus é uma coisa que 60%, 70% vão ter que pegar*". Então, aí está o centro do negacionismo. O Presidente Bolsonaro conduziu a gestão pública do País para o desastre que nós enfrentamos hoje: o Brasil tem o segundo maior número de mortos do mundo, é um país onde há cloroquina para jogar no lixo e onde faltam vacinas para efetivamente se buscar a solução da pandemia.

Nesse processo de negacionismo, o Presidente Bolsonaro negou a compra de 70 milhões de doses da vacina Pfizer e de 60 milhões de doses da vacina CoronaVac, que foram oferecidas em julho do ano passado. Esses 130 milhões de doses, Deputado Zé Silva, poderiam ter sido entregues até dezembro do ano passado e, portanto, já poderiam ter sido aplicados, protegendo sessenta e poucos milhões de brasileiros, já que são duas doses pra cada um.

Por esses e por tantos outros desmandos, o Brasil é hoje o 56º país do mundo no *ranking* de vacinações por percentual de população. O Brasil está aplicando apenas 661 mil vacinas por dia e é um dos países mais atrasados do mundo no combate à pandemia.

---

Documento 60/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Manifestação de pesar pelo falecimento do padre salesiano Gennaro Tesauo. Importância de lei estadual de autoria do orador sobre a transparência dos gastos públicos no Estado do Amazonas. Histórico de escândalos de desvios de recursos na área de saúde do Estado. Realização de audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para debate sobre o valor do auxílio emergencial em 2021.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa saudação.**



Inicialmente, quero fazer um registro de nota de pesar pelo falecimento, ontem, do Padre Gennaro Tesauro, um padre salesiano de Dom Bosco. Ele, que presidiu o Colégio Dom Bosco na cidade de Manaus e foi coordenador do Pró-Menor Dom Bosco, uma entidade social que trabalha com adolescentes na área da formação, da profissionalização, trabalhou muitos anos no Amazonas e agora estava no Pará. Ele era uma pessoa muito dedicada, muito preocupada com os jovens e dedicou esses anos todos da sua vida a ajudar a salvar vidas.

Registro o nosso lamento.

Um abraço solidário a todos os salesianos do Amazonas, do Pará e do restante do nosso País.

Também quero fazer o registro de uma lei estadual de minha autoria, do ano de 2017, que completa, hoje, mais 1 ano de existência. Refiro-me a uma lei que trata da transparência dos gastos públicos estaduais e municipais do Estado do Amazonas. Ela dá um detalhamento daquilo que é necessário divulgar para conhecimento da população e cria um mecanismo de participação social, de participação das pessoas na administração, de conhecimento daquilo que está sendo feito.

Eu faço esse registro porque acho muito importante, neste momento em que discutimos os gastos públicos que envolvem o combate à pandemia, termos total transparência em relação aos recursos. Há acusações feitas contra o Governador do Estado do Amazonas, que está respondendo a processos, junto com o ex-Secretário de Saúde, e há um histórico no Amazonas de escândalos na área da saúde. Então, é fundamental que possamos fortalecer cada vez mais os processos de participação da população e, para que ela tenha conhecimento dos gastos, focar em processos de transparência. Nós temos que lutar por isso. O dinheiro é do povo, é da população, e é importante ela saber como ele está sendo gasto.

Sr. Presidente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados estará realizando uma audiência pública, de cujo requerimento eu sou um dos autores, para tratar da concessão do auxílio emergencial este ano. Foi aprovada uma redução do valor, em comparação com o ano passado, disponível para o auxílio emergencial, e é notório que o montante vai ser insuficiente para atender tantas famílias que hoje não têm recurso nem para a sua alimentação. Já são 19 milhões de pessoas passando fome, mais de 14 milhões de pessoas desempregadas, e houve uma redução de 7 vezes no valor disponível para o auxílio emergencial. Sabemos que esse recurso contribui para aumentar o PIB, pois circula na economia, e que ele dá a muita gente carente pelo menos mais oportunidade de se alimentar. Portanto, hoje à tarde, realizaremos essa audiência.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso de hoje seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 61/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:24
Publ.: DCD - 06/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aumento da fome no Estado do Tocantins. Denúncias de corrupção contra o Governador do Estado. Defesa do valor de 600 reais para o auxílio emergencial. Mau funcionamento dos órgãos públicos tocantinenses, especialmente do Departamento Estadual de Trânsito - Detran. Ritmo lento de vacinação contra a Covid-19 no Estado.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, é um prazer ter V.Exa. na Presidência da Câmara.

Eu quero falar do meu querido Estado do Tocantins, que passa por sérias crises, Sr. Presidente. A fome no Estado campeia. Tocantins tem tradição na agricultura familiar, e o auxílio emergencial no valor de 5 reais por dia não chega aos trabalhadores rurais. Aliás, nós queremos que o auxílio emergencial chegue a 600 reais.

No Tocantins, Sr. Presidente, 500 mil habitantes ganham até 500 reais por mês, e 1 milhão de habitantes ganham até mil reais. E a nossa população é de pouco mais de 1 milhão e 300 mil habitantes.

O Governo do Estado do Tocantins até agora não fez nada. O DETRAN e outros órgãos do Estado não funcionam. Nada está funcionando, a não ser a distribuição de cestas básicas, que o Governo do Estado utiliza como forma de comprar líderes. Deputados Estaduais, inclusive de oposição, estão recebendo cestas básicas e as trocando por votos. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Nós sabemos que no Tocantins há várias denúncias iguais a do Deputado Vicentinho Júnior, do PL do Tocantins, que acusa o Governador de corrupção.

Sr. Presidente, o Estado do Tocantins está com as suas melhores estradas privatizadas. Tocantins não tem saúde pública, e muita gente está morrendo. O Estado é um dos com menor índice de vacinação da

população. E o Governo do Estado não faz nada, é o Governo mais bolsonarista do Brasil, não acredita da ciência e está deixando a população sofrer.

Hoje mesmo, um grande amigo nosso de Colinas do Tocantins, o Dr. Cosobeck, que se contaminou com o coronavírus, estava sendo enviado para Araguaína, para tentarem salvar a sua vida.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Um forte abraço.

Vamos à luta, Sr. Presidente!

---

Documento 62/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 06/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares e amigos do ator e comediante Paulo Gustavo, vítima da Covid-19. Importantes nomes da cultura brasileira mortos por complicações da doença.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu hoje quero externar os meus sentimentos à família de Paulo Gustavo, aos seus amigos e amigas, aos fãs desse grande artista, cuja morte fez com que ontem o dia amanhecesse diferente, triste.

Paulo Gustavo, com sua arte, era muito responsável em nos trazer alegria. Uma das coisas que me chamou a atenção foi o sucesso que ele fez exatamente quando levou para a arte o cotidiano da sua casa, dos seus amigos, da sua mãe. Afinal, quem não se lembra da Dona Hermínia e de tantos outros personagens que ele incorporou? Por isso, quero registrar nesta tribuna os meus sentimentos pela partida desse grande brasileiro.

Eu aproveito este espaço, Sr. Presidente, para relembrar importantes nomes da nossa cultura que também partiram por causa da COVID, como Aldir Blanc, Genival Lacerda, Nicette Bruno, João Acaiabe, Agnaldo Timóteo, Paulo César Santos, Ubirany Félix do Nascimento,

Eduardo Galvão, Daisy Lúcidí, Gésio Amadeu, Daniel Azulay e, infelizmente, tantos outros que nos deixaram. Esses grandes artistas levaram muita alegria e cultura ao nosso povo.

Sr. Presidente, eu me solidarizo com os milhares e milhares de enlutados - faço isso todos os dias -, com a família de cada amigo ou amiga que está entre os 411 mil que morreram neste 1 ano e 2 meses de pandemia em nosso País.

Hoje gostaria de falar de outros assuntos, mas reservei tempo para falar desse, porque também imputo de grande importância levar uma saudação, um carinho, um abraço a esses amigos e amigas queridos que talvez nem nos conheçam, mas frequentam nossas casas, entram nas nossas casas sem precisar pedir licença, que são os artistas, não é? Seja na televisão, seja no teatro, seja em que palco for, eles fazem parte do nosso cotidiano, não só do lazer; parece que eles se incorporaram às manifestações familiares.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 63/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:32
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Marca de 412 mil mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil. Morte do ator e humorista Paulo Gustavo por complicações da doença. Considerações sobre os depoimentos dos ex-Ministros da Saúde, Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta, na CPI da Pandemia no Senado Federal. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Defesa do Impeachment do Presidente da República.

---

**O SR. JORGE SOLLA (P - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.**

Inicialmente, eu quero registrar o nosso luto, o nosso pesar pelas 412 mil mortes pela COVID, pelo genocídio de Bolsonaro, pelo desastre que se abate em nosso País. Hoje, Presidente, essas mortes têm uma cara, infelizmente, a cara do ator Paulo Gustavo, que, aos 42 anos de

idade perdeu sua vida. Isso não deveria ter sido assim.

Essas 412 mil mortes são de pais e mães de famílias, de amigos, de colegas, de pessoas das mais diversas idades, que foram a óbito pela insanidade, pela irresponsabilidade, pela ação criminosa do Governo Federal, o Governo Bolsonaro, e dos seus cúmplices, dos seus comparsas, é bom lembrar.

Hoje, na CPI da COVID, a fala do ex-Ministro Teich, o "Breve", que ficou no cargo apenas 30 dias, é mais uma prova dos crimes de Bolsonaro contra os brasileiros, contra a humanidade. Na verdade, tanto a manifestação de ontem, do ex-Ministro Mandetta, como a de hoje, do ex-Ministro Teich, reforçam, de forma lapidar, o genocídio que o Governo Bolsonaro levou a cabo neste País. Mas Bolsonaro não se contenta, não se intimida. Hoje Bolsonaro e sua quadrilha ameaçam com decretos contra as restrições de circulação das pessoas, contra as medidas de isolamento social, contra as medidas que visam reduzir a transmissão do vírus.

A mentira desse Governo continua prosperando, mas, como diz o ditado popular, *"é mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo"*. Hoje mais uma mentira foi elucidada: o Ministério da Saúde só contratou metade - pasmem! - das doses de vacina que anunciou ter contratado.

Por isso, não há medida de saúde pública mais importante que o *impeachment* de Bolsonaro. Não há medida mais importante para a defesa da vida e da saúde do que tirar esse insano da cadeira da Presidência da República. Ele é o principal responsável por este genocídio em curso.

A CPI do genocídio, em curso no Senado, está apenas documentando e consolidando as provas de um réu confesso, que sempre anunciou as medidas absurdas que está tomando, como a de hoje, que mais uma vez reforçou a ação contra Governadores e Prefeitos que assumem medidas para evitar as mortes e a contaminação.

Fora, Bolsonaro!

*Impeachment* já!

Pela defesa da vida!

---

### *Sumário*

Comoção nacional com a morte do ator e humorista Paulo Gustavo, em decorrência de complicações da Covid-19. Importância da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal para a apuração de responsabilidades pelas mortes provocadas pela doença no País. Negligência da Câmara dos Deputados com relação ao assunto. Defesa do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, houve no País uma comoção com a morte do ator e humorista Paulo Gustavo, mas esta comoção, como muitos mencionaram nas redes sociais, através do Twitter e do Facebook, precisa se transformar em ação e em responsabilização, porque ele foi vítima da COVID, desta pandemia, deste genocídio que o Brasil está vivendo. Nós já estamos rumando para 500 mil pessoas vítimas do vírus, e a responsabilidade por essas mortes está sendo apurada agora pelo Senado Federal, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, infelizmente, nossa Câmara Federal não quis fazer, não fez.

Eu tenho um pedido já bastante antigo para que nós instalássemos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que eu chamei de "CPI da Cloroquina". Nós temos 70 assinaturas, mas eu não consigo que evolua o número de assinaturas dentro da Câmara Federal. Parece que este não é um problema dos Deputados e das Deputadas. Mas, felizmente, o Senado colocou os pingos nos "is" e iniciou a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as responsabilizações.

A Câmara Federal, não sei, parece estar inerte a este problema, como se nós não tivéssemos que saber quem são ou, principalmente, quem é o genocida responsável por isso.

Nós estamos falando no *impeachment* de Jair Bolsonaro não porque a Oposição queira, mas porque o Brasil precisa. Nós não temos mais condições de trabalhar para melhorar a vida das pessoas, trabalhar contra o vírus, quando o Presidente faz exatamente o oposto. Os dois ex-Ministros foram claros ao dizer da responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro por chamar de "gripezinha" uma pandemia e por não buscar o resultado real para combater esta verdadeira pandemia. Portanto, o responsável pelo genocídio é ele.

O caso da cloroquina é claro! O Ministro Teich acaba de dizer que saiu do Ministério porque o Presidente queria forçá-lo a adotar a cloroquina como remédio. Isso não é crime?

A continuidade do Presidente Jair Bolsonaro no Governo realmente

não nos faz honrar o ator Paulo Gustavo, que, repito - por aqui eu comecei e termino -, criou no Brasil uma comoção. Houve manifestações de muitos artistas. Aliás, o Presidente Bolsonaro, cínico, quis fazer referência ao Paulo Gustavo como se ele sentisse muito sua morte. Ninguém acreditou, porque Bolsonaro não sentiu nada. Pelo contrário, o que ele disse no Brasil inteiro, para todo mundo escutar, é que ele não estava nem aí para as mortes que aconteciam, e continuou receitando a cloroquina, não comprou vacinas. Todos nós vimos isso acontecer no País, dia a dia. Não houve um dia em que ele não tenha dado razão ou guarida ao vírus, ao invés de combatê-lo.

"Fora, Bolsonaro" é o único meio de conseguirmos, de fato, definir melhor o combate a esta pandemia no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 65/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra as crises sanitária, econômica e institucional no País. Considerações sobre o depoimento do ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na CPI da Pandemia instalada no Senado Federal. Negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à ciência.

---

**O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente Bismarck.

Quero dizer da satisfação de, mais uma vez, debater nesta Casa o tema da pandemia e da tristeza que ela provoca - é muito triste. A cada dia, o País depara com uma enorme crise sanitária e uma crise econômica sem precedentes, além de uma crise institucional.

Anteontem, após mais de 7 horas de depoimento do ex-Ministro Mandetta, ficou claro para o País o negacionismo do Presidente da República que se desnudou ali. Esta necropolítica exercida sem empatia, esta necropolítica exercida com o negacionismo à ciência, à doença, e, pior do que isso, com péssimos exemplos, Deputada Jandira, dados pelo Presidente da República o tempo todo, geraram um grande conflito, na medida em que tentava politizar ou partidizar uma pandemia que possivelmente - espero que isto não aconteça - irá

levar o País a mais de 500 mil mortos até julho, segundo as previsões da ciência.

Segundo os dados que eu vi na semana passada, Deputada Jandira, nós temos 13 milhões de pessoas recuperadas e 1 milhão em processo de recuperação. Mas nós sabemos que, numa pandemia de vírus respiratório, o que verdadeiramente salva vidas são as medidas não farmacológicas. Essas medidas não farmacológicas têm que ficar o tempo todo olhando para a vigilância epidemiológica, para a vigilância viral. Como está a sustentação comunitária do vírus? Como está a vigilância genômica do vírus, até para que possamos acompanhar as mutações das cepas? Agora, com a vacina, nós temos que fazer também o que chamamos de vigilância sorológica, ou seja, precisamos acompanhar como está a produção da imunidade pós-vacinal das pessoas. Para isso, nós precisamos da ciência.

No entanto, ontem ficou claro, no depoimento, que, a cada momento em que o Deputado, na época, e então Ministro Mandetta orientava o Presidente, este fazia o contrário. O fato é que há uma crise institucional, Presidente Eduardo Bismarck, dentro de uma crise sanitária sem precedentes e dentro de uma crise econômica.

Para o enfrentamento de uma pandemia desta ordem, nós precisamos articular as medidas não farmacológicas, ou seja, a restrição, o isolamento social, testes, testes e testes. Nós precisamos testar a população que chega com sintomas às unidades de saúde. Tudo isso foi negado pelo Presidente da República. Não tenho dúvida de que isso deverá ser julgado e de que a CPI ora instalada no Senado cumprirá o importante papel, Deputado André Figueiredo, de escutar todos os envolvidos e de dizer para a sociedade brasileira que tudo isto que está acontecendo, o sofrimento de milhões de famílias que perderam seus entes queridos, poderia ter sido evitado se o Presidente não tivesse essa postura negacionista.

Portanto, Sr. Presidente, registramos nosso protesto em relação ao momento que estamos vivendo no País e solicitamos que este depoimento seja registrado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 66/438

---

30.2021.B

Sessão Outro Evento

05/05/2021-14:48

Publ.: DCD - 06/05/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Marca de 412 mil mortes provocadas pela Covid-19 no País. Solidariedade aos familiares do ator e humorista Paulo Gustavo, morto por complicações da doença. Importância da atuação da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal para a apuração de crimes cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Protesto contra a ausência de representantes do sexo feminino no colegiado.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, como fizeram os outros oradores, destacar que o Brasil, infelizmente, virou um país triste, onde 412 mil pessoas já perderam a vida, onde milhares de pessoas e de famílias choram a morte dos seus entes queridos. Hoje, o Brasil se tornou ainda mais triste, pois ontem mais de 3 mil pessoas se foram. Entre elas, destaca-se uma, que significava uma razão de alegria para os brasileiros: o ator e diretor Paulo Gustavo, um dos maiores sucessos de bilheteria do cinema nacional e do humor brasileiro no momento.

Aos familiares de Paulo Gustavo e a todos os familiares das 3 mil pessoas que se foram nosso lamento e nosso abraço de solidariedade.

O Senado Federal está iniciando uma CPI para investigar os réus, os responsáveis por esta crise que estamos vivendo, uma crise a que todos se perguntam como chegamos. Nós chegamos a esta crise com um Presidente irresponsável, que negou a gravidade do vírus, que desdenhou da vacina, que proibiu seus representantes no Ministério da Saúde de encomendar a vacina. Agora, com os depoimentos dos dois ex-Ministros, está claro que gastou o dinheiro do povo e escolheu uma terapia fora da ciência, com a indicação da cloroquina e da ivermectina.

Esse Presidente cometeu todos os crimes. Não usou máscara, continua estimulando aglomerações e continua desdenhando da vida do povo brasileiro. Seus apoiadores continuam mentindo no Congresso, dizendo que o Brasil vacina, enquanto o Brasil nem sequer chegou a 15% da vacinação.

Sr. Presidente, a CPI do Senado, sem dúvida, dará uma contribuição enorme para desvendar esses fatos. No entanto, há um fato negativo na CPI a destacar: a ausência de mulheres. O Senado ignorou a presença de mulheres combativas daquela Casa, representando o povo brasileiro. Nenhum partido sequer indicou uma Senadora. Infelizmente, elas precisam se reunir para brigar e falar na CPI. A voz das mulheres não vai faltar na CPI, porque elas estão reunidas para denunciar também este fato.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero saudar, mais uma vez, o Senado

Federal pela instalação da CPI e lutar para que as mulheres Senadoras tenham...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 67/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:48
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal para a apuração de crimes cometidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa da instalação de CPI na Câmara dos Deputados para a investigação da conduta do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha manifestação de hoje tem cabimento ao observar o que tem acontecido na CPI do Senado, uma CPI que só foi instalada por conta da intervenção do Supremo Tribunal Federal, para que o mandamento constitucional fosse efetivamente tomado.

A falta de vacinas, a omissão de Bolsonaro, a indicação de cloroquina, o negacionismo, tudo isso atrasou o combate à COVID-19.

Se Paulo Guedes, que não faz nada, se dispusesse a fazer um levantamento do número de pessoas que perderam a vida em plena fase produtiva da sua existência, nós iríamos saber quanto de patrimônio no mundo do trabalho nós perdemos, quanto de inteligência acumulada este Brasil perdeu. Seria muito interessante que se olhassem as perdas de vidas e as vidas que poderiam ser salvas, se não tivesse havido atraso na aquisição de vacinas.

Muitas provas estão vindo à tona. A CPI do Senado foi instalada para formalizar as provas de delitos legalmente constituídos, as penalidades, bem como as responsabilidades políticas. Nenhum Ministro da Saúde tinha autonomia. Por isso, o Ministro marionete Pazuello ficou lá esse tempo todo e hoje está correndo pela blindagem desse Governo que só sabe fazer traquinagem. Quem não se lembra

daquela fatídica reunião de Ministros quando Ricardo Salles disse que ia "passar a boiada". A boiada está passando até hoje!

Na Câmara Federal, nós temos um pedido claro para a instalação da CPI do Desmatamento, para apurar a conduta de Ricardo Salles, motivo suficiente para cumprir o desiderato desta Casa. Nós estamos sendo omissos.

A cada dia que Bolsonaro permanece na Presidência da República, a necropolítica traga vidas, ceifa vidas de brasileiros, que poderiam estar produzindo, vivendo e produzindo felicidade.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 68/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Considerações sobre depoimento de ex-Ministro da Saúde do Governo Jair Bolsonaro na CPI da Pandemia no Senado Federal. Irresponsabilidade do Presidente da República no enfrentamento da crise sanitária provocada pela Covid-19. Superlotação dos leitos de UTI no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia. Críticas ao Prefeito da municipalidade. Falta de linhas claras para a implementação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronamp.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dois fatos que estão sendo veiculados hoje por toda a imprensa nacional precisam ser retratados com mais evidência por esta Casa e por aqueles que defendem a democracia neste País.

O Presidente da República, há pouco, depois de ouvirmos um ex-Ministro da Saúde dizer que saiu do Ministério porque ele não lhe dava autonomia, exigia que o Ministro aceitasse e divulgasse a compra e a distribuição de cloroquina. As coisas estão ficando mais claras.

E o Presidente reage, dizendo que tomará medidas para suspender os decretos de Governadores e Prefeitos, que evidentemente visavam até aqui garantir o isolamento social para reduzir a ocupação de leitos de UTI. Assim foi feito na Bahia, com a atuação brilhante do nosso Governador Rui Costa e do Secretário Fábio Vilas Boas, que

conseguiram diminuir, nos últimos dias, em 73% a ocupação de leitos de UTI. Bem diferente é o que vem acontecendo na minha cidade, Feira de Santana, que, infelizmente está sendo muito mal conduzida pelo Prefeito e está em colapso, com todos os leitos de UTI lotados - 100% de ocupação permanente há mais de 6 semanas. E o Presidente da República continua ameaçando Governadores e Prefeitos.

Nós olhamos para essa situação, e a sensação que nós temos é de que há uma anestesia geral em parte da população, que ainda é capaz de ir para as ruas defender um Presidente totalmente desequilibrado do ponto de vista da sua racionalidade, das suas responsabilidades como gestor. Ele, sem dúvida nenhuma, não está satisfeito em ter contribuído com o que fez até aqui: não ter comprado vacinas, ter-se omitido, não ter trabalhado por um "orçamento de guerra" para o enfrentamento da pandemia, por não ter renovado as medidas...

O PRONAMPE é o que estamos discutindo agora. Cadê os liberais desta Casa? Ontem, aprovamos ajuda ao setor de eventos, mas não ficou claro, por exemplo, se estão incluídos os bares e restaurantes, e o PRONAMPE não trouxe sequer linhas claras para sabermos quem vai ser atendido de forma objetiva. Esse é o Brasil em que vivemos.

Mas Lula está aqui em Brasília, discutindo, dialogando e alimentando a esperança de dias melhores e de um Brasil...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 69/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-14:56
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consternação da oradora com a morte do ator e humorista Paulo Gustavo, vítima da Covid-19. Caráter anticientífico do Governo Jair Bolsonaro, segundo depoimentos de ex-Ministros da Saúde na CPI da Pandemia do Senado Federal. Necessidade de altivez do Congresso Nacional ante o autoritarismo do Presidente da República.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -**

Sr. Presidente, colegas, sou movida hoje a dois sentimentos: tristeza e indignação. A situação que nós estamos vivendo cada vez mais intensifica esses dois sentimentos em nós. Não só o número crescente de vítimas fatais pela pandemia, mas a total incompetência desse Governo em lidar com ela, o que tem aumentado a transmissibilidade do vírus em pessoas cada vez mais jovens.

E a minha tristeza aumentou porque nós perdemos, ontem, o ator Paulo Gustavo. E por que Paulo Gustavo gera essa comoção tão grande? Porque ele somava, na figura dele, sentimentos que são do povo brasileiro: a alegria, a vontade de viver, a vontade de sorrir, a vontade de amar, e ele amava profundamente: tinha amor à paternidade dos dois bebês, que precisavam da presença dele, amor à arte, amor à comédia. Era um ator que falava com o povo.

E ele era um jovem de 42 anos de idade, apenas; tinha uma longa vida pela frente. Foi uma pessoa que superou preconceitos, superou adversidades, quebrou paradigmas - ele expunha completamente o seu amor.

Foi levado porque este País foi completamente incapaz de reduzir a transmissibilidade desse vírus - incapaz!

Nós temos um número de contaminados que, todos nós sabemos, é subnotificado. Nós temos hoje mais de 40% de internados em UTIs abaixo de 44 anos de idade. Então, é muito triste ver que cada vez mais vamos perdendo mulheres e homens do País porque este Governo é anticientífico. A CPI já começou a mostrar isso, não só no depoimento do ex-Ministro Mandetta, ontem, como no depoimento de Nelson Teich, hoje, que ficou apenas 1 mês de Ministério e que declarou: *"queriam me impor mais uma atitude anticientífica que era a tal da cloroquina"*.

E hoje, esse infelizmente Presidente da República chamou de canalha quem não defende a hidroxiclороquina, a esta altura da realidade brasileira, e quer impor um decreto ainda falando da Constituição Brasileira. Pasmem! Pasmem, Deputada Alice! Ele cita a Constituição para falar sobre o direito de ir e vir porque quer se confrontar com as medidas de restrição e de isolamento que se colocam para defender a vida.

Então, que este Congresso se levante com a altivez demandada pela sociedade brasileira, a altivez que as mulheres têm buscado protagonizar na Câmara e no Senado, como fizeram hoje, para que se impeça o autoritarismo ditatorial absurdo desse Presidente, que é saudosista da ditadura e da tortura, e que possamos defender a vida do povo brasileiro.

É isso, Presidente. Muito obrigada.

Saudades e minha homenagem ao ator Paulo Gustavo, à arte e à cultura brasileiras.

---

Documento 70/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:00
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Crítica à diferenciação dos portadores de deficiência por classe social adotada pelo Ministério da Saúde.

---

**O SR. JULIO CESAR RIBEIRO** (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Em meio a tantas denúncias que vêm ocorrendo em todo o território brasileiro sobre desvio de recursos destinados ao combate à pandemia, em meio a denúncias de fraude na compra e distribuição de respiradores, algo que deveríamos neste momento enfrentar e considerar crime hediondo, manifesto minha preocupação e tristeza com o equívoco da avaliação que o Ministério da Saúde, por meio do novo Ministro e toda a sua equipe, vem fazendo.

O Ministério da Saúde está diferenciando portadores de deficiência por classe social. Isso é um absurdo! O Ministério da Saúde incluiu entre os prioritários para a vacina apenas os portadores de deficiência beneficiados pelo BPC e ignorou os outros portadores de deficiência.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que não há justificativa para isso. O que diferencia os que devem ser prioritários não é - e não deve ser - a classe social, mas a exposição e a fragilidade diante do vírus.

O assunto é tão sério que até os membros do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE já se manifestaram contra isso. Com todo respeito, repito: o que torna o cidadão vulnerável, pelo menos neste caso, é a deficiência e não apenas a condição social.

É claro, Sr. Presidente, que devemos, dentre outros grupos de iguais, dar preferência aos menos favorecidos, mas não podemos jamais

colocar outra pessoa, como prioritária, à frente as pessoas com deficiência.

O tema é bastante espinhoso e deve ser debatido por esta Casa. Por isso, eu peço ao Ministro, recém-chegado ao Ministério, que tenha sensibilidade e não insista nesse erro absurdo que vem sendo cometido no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 71/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:04
Publ.: DCD - 06/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Diferença entre o número de doses de vacina contra a Covid-19 distribuídas pelo Governo brasileiro e o número de doses aplicadas. Necessidade de investigação sobre o desvio de recursos por Governadores e Prefeitos durante a gestão da pandemia.

---

**O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) -**  
Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos.

Hoje, há 21 milhões de doses de vacinas que os brasileiros querem saber onde estão, e a resposta é simples: o Governo já distribuiu 64 milhões de doses, mas apenas 43 milhões de doses foram aplicadas.

O Senado, que tem em andamento uma CPI, precisa apurar as responsabilidades por essa diferença, em especial nos Estados onde os Governadores fazem oposição ao Governo Jair Bolsonaro e diretamente ao Presidente, porque veem na pessoa dele um adversário para 2022.

Esse procedimento de políticos é inaceitável na política brasileira. Estão matando o povo todos os dias, escondendo as vacinas, não permitindo que elas cheguem ao povo brasileiro. Isso é inaceitável em momento como este. São 21 milhões de doses. Aqui, no Estado de São Paulo, cerca de 4 milhões de doses estão sendo provavelmente escondidas em *bunkers* de vacina, pelo menos no Palácio dos Bandeirantes, para evitar que a população se salve da doença.

Tanto se brigou, tanto se lutou para conseguir vacinas e, no momento

em que elas chegam, nós vemos Governadores, como Rui Costa, da Bahia, Flávio Dino, do Maranhão, João Doria, aqui do Estado de São Paulo, e tantos outros, se omitindo na atividade de vacinar, vacinar, vacinar. É uma política suja, política porca, política que mata. São verdadeiros genocidas esses Governadores que estão praticando atos de crueldade, crimes contra a humanidade.

Eu não posso, infelizmente, pertencer a todas as Comissões, mas adoraria, neste momento, ser um membro da CPI do Senado, para apurar a responsabilidade sobre cada centavo que foi desviado -- e foi desviado muito dinheiro -- por Governadores e Prefeitos durante a gestão da pandemia.

Ao Governo Bolsonaro coube tão somente viabilizar os recursos, porque ele foi tolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, agora, espero que o Senado faça a sua parte e vá atrás de cada centavo que o Governo Bolsonaro concedeu aos Estados e Municípios e coloque os culpados na cadeia.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 72/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alto número de mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil, especialmente entre a população indígena. Necessidade de investigação, pela CPI da Pandemia, de orientações do Presidente da República para mudança na bula do medicamento Cloroquina. Negligência do Governo Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra o coronavírus.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, gostaria de dizer que ainda estamos com um patamar altíssimo de mortes no Brasil. Trata-se de uma situação muito dolorosa para o País ouvir, pela televisão, o que dizem os ex-Ministros da Saúde a respeito da trajetória de 1 ano e 2 meses, do início e até o momento, da pandemia no Brasil: o Presidente da República orientou a mudança de bula de remédio

para convencer a população de que devia tomar cloroquina.

Quero dizer aqui que, no Estado de Mato Grosso, nas aldeias indígenas, também acompanhei a orientação da distribuição da cloroquina. E precisamos que a CPI se debruce sobre isso. Por que morreram tantos indígenas? Por que entregaram cloroquina sem que ela tivesse nenhuma ação sobre essa doença que mata e já deixou mais de 410 mil famílias enlutadas no País?

Neste momento, eu creio que o Brasil esteja olhando estarecido para essa situação. Não temos que nos calar diante dos problemas; devemos, sim, observar o que ainda acontece no País, que não assinou nenhum contrato de vacinas. Percebemos que o ano de 2021 já tem um número bem maior de óbitos do que teve o ano de 2020. Se nós tivéssemos vacinas desde janeiro, quantas famílias não teriam perdido seus entes queridos, amigos e familiares que deixaram a vida por uma pandemia mundial. Não teriam faltado recursos ao Brasil, por estar entre as dez maiores economias do mundo, para ter assinado contratos e livrado grande parte dos que perderam a vida desta situação em que hoje nos encontramos.

Estamos olhando cada depoimento. Sabemos que mais coisas virão. E gostaria muito, de coração, como Parlamentar, que esta pandemia realmente freasse o intuito de se continuar fazendo mal à população, de orientá-la a ir para matadouro ao lhe dizer que não precisa se cuidar, que não precisa evitar aglomerações.

Por último, ouvi dizer que o Presidente da República vai proibir definitivamente Governadores e Prefeitos de tomarem atitudes. O Parlamento brasileiro sabe qual é o seu papel e vai estar ao lado dos Prefeitos e Governadores, para que passemos dessa tragédia e sigamos adiante e vivos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 73/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - RAFAFÁ-PSDB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Morte do ator e humorista Paulo Gustavo, por complicações da Covid-19.  
Vitória da participante paraibana Juliette Freire no programa Big Brother

Brasil.

---

**O SR. RAFAFÁ** (Bloco/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem, 4 de maio, foi um dia de extremos. Tivemos a perda - gigante - do grande Paulo Gustavo, humorista, ator, que levou alegria - e leva ainda - ao Brasil e ao mundo.

Eu defendo que haja mais vacinas em nosso País, para que as pessoas não morram mais de COVID. Ontem, já passamos de 400 mil óbitos, e (*falha na transmissão*) de sentimento de dor, que foi a morte Paulo Gustavo.

Mas, ao mesmo tempo, tivemos também um extremo de alegria, com Juliette sendo a campeã do programa *Big Brother Brasil*.

Eu vou usar este tempo para falar de Juliette não só por causa do programa *Big Brother Brasil*, mas, sim, pelo que ela fez pelo nosso Estado da Paraíba. Juliette mereceu o prêmio do programa não só pelo dinheiro, mas pelo reconhecimento de ser o que ela é. Juliette fez o que muitos Secretários de Turismo nunca fizeram pela Paraíba! Ela levou o nome do nosso Estado ao público com muita garra. Ela falou de detalhes que o nosso Estado tem, da nossa riqueza.

Então, Juliette, em nome de todos os paraibanos, representando a Paraíba, neste momento, na Câmara dos Deputados, eu a parabeno e peço que Deus continue abençoando você sempre.

E à família de Paulo Gustavo e de todos os brasileiros que morreram em decorrência da COVID, desejo conforto e paz no coração. Isso vai passar. Se Deus quiser, em breve, todo mundo vai estar vacinado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muitíssimo obrigado a todos.

---

Documento 74/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares do ator Paulo Gustavo e às vítimas da Covid-19 no País. Indícios de negligência do Presidente Jair Bolsonaro no combate à

pandemia viral demonstradas pela CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Repúdio às ameaças do Presidente da República aos Prefeitos, Governadores e ao Supremo Tribunal Federal.

---

**O SR. PAULO GUEDES** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos acompanhando com muita tristeza tudo o que está acontecendo em nosso País.

Também quero me solidarizar à família e aos fãs do ator Paulo Gustavo e aos familiares das mais de 412 mil vítimas da COVID em todo o Brasil.

Ao mesmo tempo em que o País inteiro clama por uma ação do Governo, nós assistimos a cada capítulo horroroso da reação do Presidente Bolsonaro e daqueles que o seguem, ao tentarem, de todas as formas, desviar a atenção do que realmente está acontecendo em nosso País. Mais de 400 mil pessoas, Presidente, perderam a vida, e várias estão agonizando nos corredores de hospitais.

Todos nós sabemos que a fala dos ex-Ministros, nesta semana, na "CPI do Genocídio", no Senado, já deixou muito claras a omissão e a culpa do Governo Bolsonaro em todas as ações que ele praticou para dificultar a chegada de vacinas, para dificultar as ações que deveriam ser implementadas e coordenadas pelo Governo Federal.

Neste contexto, nós ainda assistimos a um Presidente que tem a coragem de fazer ameaças - ameaças aos Prefeitos, ameaças aos Governadores, ameaças ao Supremo! O Congresso, o Parlamento tem que tomar todas as medidas necessárias a esse respeito. Nós temos que investigar, temos que tomar providências e não podemos aceitar que o Presidente Bolsonaro continue fazendo tudo isso contra o povo brasileiro.

CPI, já, aqui na Câmara também!

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 75/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:20
Publ.: DCD - 06/05/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



### **Sumário**

Participação de reunião com o líder evangélico, Pastor Virgínio de Carvalho Neto, com vista à discussão da abertura de templos religiosos. Posição favorável à retomada dos cultos presenciais, com respeito aos protocolos de prevenção à Covid-19.

---

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero fazer o registro de uma reunião que tivemos na semana passada com um dos maiores líderes evangélicos do Brasil, o Pastor Virgínio de Carvalho Neto, que honra os sergipanos como suplente de Senador do Estado - em algumas ocasiões, ele já assumiu a cadeira de Senador da República. O Pastor Virgínio é um dos mais respeitados líderes evangélicos do País. Homem que fala nove idiomas, já pregou em mais de 60 países, principalmente nos países mais pobres da África.

Faço, Presidente, esta introdução para dizer que, na conversa que tivemos, falamos sobre um assunto muito atual no País, que é a abertura ou não dos templos cristãos - católicos, evangélicos, espíritas - e de qualquer denominação religiosa. E quero deixar clara a nossa posição favorável à abertura dos templos religiosos, porque todos eles estão cumprindo o distanciamento social, com número de pessoas reduzido e uso de álcool em gel. Portanto, os templos cristãos estão cumprindo exatamente o que estabelece a Organização Mundial da Saúde.

Neste momento, Sr. Presidente, um momento de pandemia, que é de dor e desespero para muitas famílias, é na fé que essas pessoas se seguram para vencer as dificuldades pelas quais estão passando. É inaceitável que tenhamos um País em que os ônibus do transporte coletivo rodoviário, diariamente, estão absolutamente lotados; as agências bancárias estão absolutamente lotadas, como é o caso da Caixa Econômica Federal; e as igrejas cristãs estão fechadas!

Deixo, portanto, o meu abraço e o meu carinho a este grande sergipano, o Pastor Virgínio de Carvalho Neto, e a nossa posição favorável à abertura dos templos.

Gostaria, Presidente, que a nossa fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

### *Sumário*

Mau uso pela Governadora do Estado do Rio Grande do Norte de verbas repassadas ao Estado pelo Governo Federal para combate à pandemia de Coronavírus. Comparecimento do Ministro da Defesa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para apresentação dos projetos das Forças Armadas. Defesa de investigação, pela Polícia Federal, de desvios de verbas federais pelo Consórcio Nordeste.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, muito obrigado pela paciência de me esperar. Eu estava recebendo o Prefeito de Cruzeta, uma cidade do nosso Rio Grande do Norte.

Gostaria de dizer que, para nós, é motivo de tristeza, Presidente Eduardo Bismarck, ficar na tribuna ou ficar assistindo as sessões à distância e ouvir discursos repetidos de pessoas que querem atribuir as perdas humanas em função da COVID, que lamentamos muito - o mundo todo lamenta -, ao Presidente da República.

No Rio Grande do Norte, por exemplo, temos uma Governadora que recebeu, no começo do ano passado, recursos do Governo Federal e, infelizmente, ninguém sabe para que eles foram usados. Na verdade, sabemos. Ela comprou respiradores, por meio do Consórcio Nordeste - no qual o seu Ceará também foi inserido, Sr. Presidente -, de uma empresa chamada Hemptcare, empresa que cuida de maconha. E os respiradores nunca chegaram. O Consórcio Nordeste investiu 50 milhões nessa compra, e o valor perdido pelo Rio Grande do Norte foi de 5 milhões de reais.

Hoje os Deputados Estaduais do Rio Grande do Norte resolveram perguntar para a Governadora onde está esse dinheiro. Eu cumprimento cada um dos Deputados que tiveram a coragem de fazer essa cobrança, mesmo que somente agora. Que seja feita a cobrança sim! Não adianta pedir desculpas e dizer que levou um calote, porque não é assim que um gestor público deve agir.

Gostaria de destacar, ainda, que hoje o Ministro da Defesa esteve conosco aqui na CREDEN e fez uma apresentação dos projetos das Forças Armadas. Democrática e republicanamente, o Ministro disse que as nossas Forças Armadas estão, sim, atuando dentro dos limites das quatro linhas da Constituição Federal e estarão sempre atuando dessa forma.

E cada um dos Comandantes expressou aquilo que nós temos orgulho

de dizer: as Forças Armadas estão cumprindo o seu papel em qualquer que seja a situação, inclusive durante a pandemia. Vários são os exemplos disso. No começo da pandemia, em março do ano passado, V.Exas. devem estar lembrados, aviões da Força Aérea Brasileira decolaram de várias bases aéreas para buscar brasileiros que ficaram isolados em determinados pontos de países distantes. Buscaram também vacinas. Enfim, missões foram cumpridas por militares que nem haviam sido vacinados e, apesar disso, foram, sim, a bordo dos seus aviões, a locais onde a COVID estava muito mais forte para levar tranquilidade e conforto para o cidadão brasileiro. Essas são as nossas Forças Armadas, das quais eu me orgulho muito de ter feito parte.

Por favor, espero que a Polícia Federal leve a cabo as investigações dos desvios patrocinados pelo Consórcio Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte.

Queremos saber, Governadora Fátima Bezerra, onde estão os 5 milhões de reais.

Muito obrigado.

---

Documento 77/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:32
Publ.: DCD - 06/05/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Lentidão do processo de vacinação da população contra a Covid-19 no País. Estagnação da economia brasileira resultante das falhas no combate à pandemia. Responsabilização do Presidente da República pelo número excessivo de mortes no País em decorrência da doença viral. Comoção no País com a morte do ator Paulo Gustavo. Falecimento de José Carlos de Jonas, presidente da Câmara de Vereadores do Município de Brumado, Estado da Bahia.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e dizer que o mundo continua acompanhando com muita perplexidade os índices de mortes pela COVID no Brasil. Nós não tivemos primeira e segunda ondas, mas nos mantivemos em patamar elevadíssimo de contaminação e de mortes. A vacinação aqui é extremamente lenta, faltam doses, há filas intermináveis e, em muitos lugares, há desorganização. Pessoas se

preparam para receber a vacina, mas ela não chega.

Com isso, a economia está estagnada, a fome aumenta, o desemprego cresce e o auxílio emergencial não chega. A renda emergencial é uma frustração diante da miséria. As pessoas batem às portas, buscando a solidariedade dos brasileiros, disputando uma cesta básica em cada canto do nosso País. Voltou a ser corriqueira a presença de pessoas nas sinaleiras, nos faróis, nas ruas, com as placas estampadas: "*Me ajude! Tenho fome!*" A miséria só tem crescido.

E não há como separar isso da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro. Ele não tem como se desvencilhar disso. Ainda bem que a CPI do Senado começa a desvendar toda a trajetória que leva a essa situação de caos que o País está vivenciando. E o Presidente insiste no mesmo roteiro: todas as vezes que tem oportunidade, ataca os Governadores, as instituições, os Prefeitos, a ciência e faz apologia à morte, associando-se ao vírus. Não é possível qualificá-lo de outra forma que não seja como genocida. É um comportamento psicopata.

Essa situação vai revelando vítimas a cada dia. Ontem, foi o Paulo Gustavo, cuja morte causou comoção - e isso é muito correto, pois os brasileiros acompanharam o jovem talentoso, destacado, que, com pouca idade, foi vítima do coronavírus.

Portanto, este alerta fica cada vez mais evidente: a morte tem chegado perto das famílias brasileiras.

Eu queria destacar também e prestar minha homenagem ao Presidente da Câmara de Vereadores de Brumado...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA) - Já concluí, Sr. Presidente, cumprindo a orientação de V. Exa.

Só quero manifestar, mais uma vez, minha solidariedade ao povo de Brumado, pela morte de José Carlos de Jonas, Presidente da Câmara de Vereadores do Município.



Publ.: DCD - 06/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido ao Presidente Deputado Arthur Lira de inclusão na pauta de votação dos Projetos de Lei nºs 827, de 2020, sobre suspensão pelo período de 90 (noventa) dias em razão da Pandemia do COVID-19, da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e 6.286, de 2019, de autoria do orador, sobre alteração da Lei nº 4.947, de 1966; do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, o Código Penal, e da Lei nº 6.739, de 1979, para disposição sobre o crime de invasão de terras públicas com base em fraude e falsificação de títulos de propriedade. Iminência da votação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 510, de 2021, sobre alteração das Leis de nºs: 11.952, de 2009, sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; 8.666, de 1993, acerca de instituição de normas para licitações e contratos da administração pública; 6.015, de 1973, sobre os registros públicos; 13.240, e 2015, sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e 10.304, de 2001, sobre transferência ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá de terras pertencentes à União, com vista à ampliação do alcance da regularização fundiária.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que acompanham a sessão na tarde do dia de hoje, eu venho a esta tribuna para solicitar ao Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que coloque em votação o Projeto de Lei nº 827, de 2020.

Esse PL foi apresentado originalmente pelo Deputado André Janones, e a ele foram pensados diversos projetos de lei, de autoria de Deputados de todos os partidos praticamente, do Democratas ao PSOL. São muitos os Parlamentares que defendem a suspensão dos despejos coletivos durante a pandemia. A Deputada Natália Bonavides e o Deputado Paulo Teixeira, são dois dos mais atuantes na construção desse relatório. Eu sou Relator do PL, e todos os partidos da Oposição já fizeram essa mesma solicitação ao Presidente Arthur Lira, mas esse projeto não vem para a pauta da Câmara.

E num momento de pandemia, em que a orientação é justamente para as pessoas ficarem em casa, não há nenhum tipo de justificativa para que nós nos omitamos nesse caso. É preciso impedir qualquer despejo coletivo que esteja acontecendo no Brasil. Além disso, o PL garante condições mais favoráveis para os inquilinos que perderam a renda e para os empreendedores individuais, pequenos e

microempreendedores, na negociação dos contratos de locação.

É um projeto muito necessário, e eu não compreendo, Sr. Presidente, por que esse projeto não vem para a pauta, uma vez que a urgência já foi aprovada, uma vez que isso já foi solicitado em diversas oportunidades no Colégio de Líderes. Esse é um projeto de grande alcance social e não vem para a pauta da Câmara. Vêm para pauta projetos para privatizar os Correios e vários outros que não dizem respeito à pandemia, mas esse que diz integralmente respeito a salvar vidas em tempo de pandemia não vem.

Há uma outra questão, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir também que o Projeto de Lei nº 6.286, de 2019, de minha autoria e de vários outros Parlamentares, que tipifica o crime de grilagem, possa ser pautado. Neste momento, há uma tentativa, tanto na Câmara quanto no Senado, de pautar o PL da grilagem, o PL que supostamente trata da regularização fundiária, mas, na verdade, abre espaço para que as terras públicas da Amazônia sejam griladas pelos mesmos de sempre.

Enquanto acontece esse esforço enorme, um PL que tipifica o crime de grilagem e estabelece penas duras para agentes públicos, empresários criminosos, grileiros e para os cartórios que favorecerem esse tipo de prática fraudulenta e criminosa não é pautado.

Então eu queria pedir que o PL 6.286/19, que tipifica o crime de grilagem, o PL da grilagem zero, possa ser pautado, e que possamos dar o exemplo de que, neste Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados não está apenas preocupada em favorecer aqueles que querem se apossar das terras da União aqui na Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 79/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:44
Publ.: DCD - 06/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

---

### ***Sumário***

Ocorrência de 3.025 mortes nas últimas 24 horas e totalização de 411 mil vítimas pela Covid-19. Comparecimento dos ex-Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich à da CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Sabotagem às investigações do colegiado pelo Governo Jair Bolsonaro. Evasivas do General Eduardo Pazuello

sobre contato com o Coronavírus.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente nós temos aqui dados da pandemia, que ontem ceifou 3.025 vidas e já deixou mais de 411 mil mortos. E ainda perdemos uma figura pública, o que causa grande comoção: o ator Paulo Gustavo. Eu meu solidarizo com os seus familiares, em nome desta Casa.

Ao mesmo tempo, nós estamos vendo as reuniões na CPI da COVID, ontem, com o Ministro Mandetta e, hoje, com o Ministro Teich. É impressionante, Presidente, como o roteiro da sabotagem ao combate à COVID, patrocinada pelo Governo genocida de Bolsonaro, é exposto com uma clareza meridiana.

O ex-Ministro Mandetta apresentou ontem uma carta que enviou ao Presidente da República dizendo: "*Nós vamos ter 180 mil mortos, Presidente. É preciso tomar as medidas*". Ele não acreditou. Ele acreditou no Deputado Osmar Terra, que disse que iriam ocorrer 800 mortes. E ocorreram 194 mil mortes no período anunciado pelo então Ministro.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, foi tema o negócio da cloroquina, essa solução mágica. E hoje o ex-Ministro Teich falou que saiu do Ministério pela imposição de Bolsonaro no que se refere a remédios e a tratamento precoce, que não funcionam e, mais do que isso, enganam a população. Constitui-se num verdadeiro crime o que nós estamos vivendo.

E, por último, quero dizer que o General Pazuello, evidentemente, ou se contaminou no *shopping* de Manaus, onde estava sem máscara, ou ele mentiu a respeito disso, porque teve que fugir do embate no dia de hoje. Os generais brasileiros, os oficiais das Forças Armadas são humilhados todos os dias pela conduta criminosa de Bolsonaro e de Pazuello, que é oficial da ativa.

Então, não é possível que nós continuemos vendo o crime de responsabilidade aparecer. Eu acho que a CPI vai juntar todas as provas suficientes para mostrar crime de responsabilidade e as condições para o *impeachment* do Presidente.

Eu só queria finalizar, Presidente, dizendo o seguinte: olhando o Ministro Teich, eu me lembro daquela reunião do sindicato do crime, ao lado do Weintraub e do Salles. Ele olhou para aquilo e falou: "*Onde eu amarrei meu burro? Aqui nessa reunião do sindicato do crime com o Bolsonaro*". O Bolsonaro ali queria...

(Desligamento automático do microfone.)

---

Documento 80/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da reforma do sistema tributário nacional.

---

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos neste momento com uma preocupação muito grande, todos irmanados na pandemia, mas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a necessidade de recursos passa por uma reforma tributária, e essa reforma tributária, a meu ver, não pode estar desvinculada de um pacto federativo.

Então, de uma maneira muito simples, hoje, como o contexto é muito digital, muitos não emitem nota fiscal. Na economia informal e em outros setores, em que há grandes sonegadores, também não se emite nota fiscal. A reforma tributária passa hoje, no tempo em que estamos, para a taxação de uma movimentação financeira, que é a proposta do Marcos Cintra. Esse dinheiro, ao ser arrecadado, na mesma hora é distribuído a Estados e Municípios, numa proporção de um pacto federativo de 30% para União, 30% para os Estados e 30% para os Municípios. Com isso, vamos mais do que dobrar a arrecadação dos Municípios.

Para complementar e dar transparência, nós vamos executar mais duas medidas: uma é que compras acima de 1.000 reais só sejam eletrônicas, na Europa já é assim hoje; e também que as notas grandes deixem de circular para evitar aspectos da corrupção. Com essas medidas simples, vamos ter o que todos desejamos: todos estarão pagando, ninguém mais vai dever para o Fisco.

Nós vamos ter a oportunidade de diminuir o contencioso tributário.

Nós vamos tributar os dividendos naturalmente. Nós vamos permitir, com essa proposta, que o pobre não pague impostos. Por exemplo, do Bolsa Família, fornecer-se-á o CPF das mulheres para o sistema

bancário, dizendo que desses não se cobre impostos. Então, dessa maneira, o pobre não pagará impostos na sua origem. Aspectos desse tipo são essenciais.

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo fez uma pesquisa de opinião entre os seus associados, através do Datafolha, e, entre ótimo, bom e regular, em torno de 70% aprovam esse tipo de imposto e essa simplificação.

Então, temos que conversar. Eu estou sempre à disposição, dialogando com muitos sobre o tema da reforma tributária, que não se cobre dos pobres, e sim cobre dos ricos, ela vai facilitar totalmente a nossa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 81/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:56
Publ.: DCD - 06/05/2021 - DA VITORIA-CIDADANIA -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

---

**O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Sem revisão do orador.)** - Nobre Deputado Eduardo Bismarck, que preside esta sessão, quero cumprimentar V.Exa. e também todos os nossos nobres pares, Deputadas e Deputados.

Quero falar sobre um tema importante que tem estado na superfície do debate nesta Casa e também no Senado, que é a saúde, mas falar sobre os profissionais de saúde.

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, de autoria do Senador capixaba Fabiano Contarato, que, Sr. Presidente, trata do piso salarial dos profissionais da saúde: enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. Se em outro tempo nós já entendíamos aqui que era importante termos aqui no nosso País um piso nacional para esses profissionais, hoje nós temos certeza dessa importância, porque eles são os profissionais que estiveram no frente, no combate, à frente de todo esse trabalho feito

para proteger as vidas que chegavam às unidades de saúde, aos hospitais, às enfermarias, às UTIs. Muitos foram salvos, mas muitos desses profissionais perderam a sua vida.

Nós sabemos que a classe médica é muito importante, mas sempre é a mais lembrada. E, muitas vezes, quando o profissional médico chega para poder cuidar de um paciente, ele já está todo preparado por um profissional, como um enfermeiro, um técnico de enfermagem, um auxiliar de enfermagem. Todos eles, assim como os médicos, assim como qualquer outro profissional, assim como cada um dos nossos representantes aqui no Congresso Nacional, não só no Senado, onde se debate agora esse projeto, mas também aqui na Câmara, devem ser valorizados.

Então, eu quero fazer um pedido ao Sr. Deputado Eduardo Bismarck e também ao nosso Presidente Arthur Lira: que, com o nosso Presidente do Senado, possam juntar todos os esforços necessários, envidar os esforços possíveis para que coloquemos esta proposta para ser votada com a devida urgência.

O Brasil espera por isso! Acredito que todos os gabinetes dos nossos Parlamentares já tenham recebido *e-mails*, mensagens por redes sociais, por WhatsApp, solicitando que essa pauta seja logo discutida. Não tenho dúvida de que, se existe um tempo ideal para que possamos fazer isso, para valorizar e dar, sim, dignidade necessária a esses profissionais, este é o momento, em que estamos enfrentando esta pandemia sem todos os recursos necessários, mas com a mão de obra daqueles que realmente dedicam a sua vida em prol da vida do próximo, que são os nossos profissionais de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 82/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-16:00
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Existência de vasta lista de crimes cometidos pelo Presidente da República. Pedido ao Presidente Arthur Lira de instalação de processo de impedimento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado**



pela palavra.

Estas são as perguntas que milhões de brasileiros estão fazendo hoje: o que falta para o Congresso Nacional debater e aprovar o *impeachment* do Presidente Bolsonaro? Por que até hoje nenhum processo prosperou? Por que até hoje o Presidente da Câmara não permitiu que algum processo fosse debatido e aprovado? São mais de cem pedidos de afastamento do Presidente por razões as mais diversas, pois crimes não faltam.

Contra a Presidente Dilma, eles levaram 2 anos buscando achar um crime e tiveram que criar um novo patamar de crime de responsabilidade, um procedimento administrativo que sempre foi utilizado. Depois dela, esse procedimento voltou a ser utilizado porque não havia nenhum crime contra a Presidente.

Contra Bolsonaro, a lista é gigantesca: crimes de corrupção são vários; rachadinha roubando dinheiro de assessores parlamentares; acobertamento de milícias, envolvimento com as milícias, inclusive com suspeita de envolvimento de assassinato com milicianos; destruição ambiental, com crimes acobertando grileiros, acobertando e incentivando o desmatamento; privataria em largos passos; destruição do patrimônio público, que está sendo entregue a seus comparsas; destruição do patrimônio da PETROBRAS, das nossas refinarias, das nossas reservas; crime de aparelhamento do Estado, para proteger os filhos criminosos, para proteger Queiroz e a milícia no Rio de Janeiro; crimes contra a vida, crimes contra a humanidade. Um verdadeiro genocídio está em curso.

Presidente, chega de mortes! Presidente Arthur Lira, não continue sentado em cima de mais de cem processos enquanto pessoas estão morrendo -- estamos na marca de 3 mil mortes por dia. Já me disseram: *"Solla, o Centrão não quer tirar Bolsonaro. O Centrão, formado pela maioria dos Parlamentares de direita da Câmara, quer Bolsonaro ajoelhado no milho, quer o Governo fraco, quer o Governo destruído, para aumentar a capacidade de se apropriar do Orçamento público, para se apropriar das riquezas, para acelerar a privataria"*. Dizem que é por isso que não vão tirar Bolsonaro.

Mas nós não podemos permitir que continuem morrendo milhões de brasileiros. Não podemos chamar manifestações na rua de forma irresponsável, como eles fazem. Vamos continuar aqui cobrando o afastamento desse Presidente irresponsável e insano.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

30.2021.B

Sessão Outro Evento

05/05/2021-16:04

Publ.: DCD - 06/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Atividades do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, Distrito Federal, com lideranças políticas para discussão da situação do País. Defesa do líder petista de reajuste no valor do auxílio emergencial. Tratativas do ex-Presidente com embaixadores com vistas à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que nós recebemos, em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva.

Luiz Inácio Lula da Silva, que foi Presidente deste País, está desde anteontem em Brasília dialogando politicamente a situação que o Brasil vive hoje, procurando ajudar com seus pares, companheiros e companheiras de luta, de jornada, para que possamos ter um projeto que unifique este Brasil, que dê ao Brasil uma tranquilidade. Ele chega com a força de um furacão -- um homem que passou por tantos caminhos, e um dos caminhos mais cruéis, que foi a prisão, traz Lula de volta -, defendendo o auxílio emergencial de 600 reais até o fim da pandemia, a aquisição de vacinas para todos os brasileiros, visando única e simplesmente a vida do povo.

Lula procura construir uma frente nacional suprapartidária com Lideranças da Câmara, do Senado e também com Governadores e Prefeitos, para superar essa escassez de vacina e este momento que tanta dor está causando à nossa população.

Lula está conversando com diversos embaixadores no sentido de ampliar a aquisição de mais vacinas. Nada é mais importante do que isso neste momento. A presença de Lula em Brasília mexe com a política nacional, ajuda a deslocar a maioria da sociedade para um campo de oposição ao que nós estamos considerando trágico para o Brasil. E é apenas a primeira viagem de Lula desde que o STF reconheceu a sua inocência, algo em que sempre acreditamos.

A movimentação de uma liderança como Lula, que tem credibilidade nacional e internacional, gera em nosso povo muita esperança na superação do pesadelo da morte, fome e desemprego que está sendo imposto ao País.

Obrigada, Presidente Lula, pela sua sensibilidade e preocupação com

o nosso povo, pois o Brasil clama por mudanças, clama por dias melhores.

Sr. Presidente, essa minha manifestação gostaria que fosse publicada nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 84/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-16:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação de requerimento de realização de audiência pública sobre tratamento precoce da Covid-19 na Comissão de Seguridade Social e Família. Pedido de audiência pública no colegiado sobre a eficácia das vacinas.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, Sras. e Srs. Parlamentares, desde abril do ano passado, eu bato na mesma tecla. Alguns me acham chato, mas chato é nós vermos morrer tanta gente e muitos baterem no mesmo padrão: *"Use máscara. Fique em casa. Espere a vacina"*. Se esse sistema fosse eficiente, não teriam morrido 411 mil brasileiros.

Pode ser até um chavão, mas câncer tem vacina? AIDS tem vacina? Parkinson tem vacina? Alzheimer tem vacina? Não há vacina para essas doenças, mas tem remédio.

Eu me especializei em saúde pública e meio ambiente justamente para cuidar disso e debater com quem quer que seja assuntos relacionados à saúde, à política da saúde. Por isso, na Comissão de Seguridade Social e Família, eu aprovei a realização, na sexta-feira, a partir das 9 horas, de uma audiência pública sobre tratamento precoce.

Por que será que as pessoas dizem que os médicos têm que ter liberdade - eu penso assim também - de indicar os medicamentos que acharem eficientes, mas, ao mesmo tempo, há Parlamentares que fazem a negação de remédios, como se essa doença não tivesse um remédio que pudesse ser usado? Mas dipirona eles defendem, paracetamol eles defendem, Tylenol para COVID também.

Na sexta-feira, para falar sobre a importância do tratamento precoce, teremos a Dra. Lucy Kerr, Dra. Raíssa Soares, Dra. Roberta Lacerda,

Dr. Eduardo Leite, Dr. Francisco Cardoso, Dr. Guili Pech, especialistas que trabalham no dia a dia com essa doença.

Assista, você que nega, porque essa doença virou Fla-Flu, virou Grêmio-Internacional. Vamos tratá-la com remédio também. Aliás, eu pedi ainda uma audiência pública sobre vacina, porque os defensores da vacina agem de forma louca e irresponsável. É uma vacina experimental, que pode acarretar problemas mil, e os laboratórios não assumem esses problemas. Eu defendo vacina, sempre me vacinei, mas vacina que seja eficaz.

Por isso, na Comissão de Seguridade Social, também pedi uma audiência pública sobre a eficácia das vacinas, porque é importante não ser cego, como acontece hoje com essa doença. Na filosofia eu aprendi que precisamos ter 360 graus de possibilidades. Presidente, vamos cuidar das pessoas com remédios, vamos cuidar com vacinas, vamos cuidar com proteção à economia.

Que vergonha fechar um país! Agora está faltando tudo! Subiu tudo, os preços estão nas nuvens! E os mesmos que mandaram fechar o País estão criticando a fome e a miséria. Paguem a conta da pobreza! Paguem a conta dos hotéis que fecharam! Paguem essa conta! Ou quem manda fechar não tem que pagar a conta em um país capitalista? É porque não pesa no seu bolso! Você manda fechar porque não é no seu bolso! Você está com a geladeira cheia, e aí manda fechar.

Que vergonha...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 85/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-16:20
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Prefeitos e Governadores do País de priorização da educação pública. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato

presencial, como serviços e atividades essenciais.

---

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)  
- Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu subo à tribuna para fazer um apelo a todos os Prefeitos, a todos os Governadores e a todos os Parlamentares deste Congresso, para que possamos definitivamente colocar a educação como prioridade no País. Muitas das nossas escolas continuam fechadas. O que acontece aqui é um crime contra crianças, contra adolescentes e contra qualquer pessoa que esteja em algum processo educacional.

Nós votamos há 2 semanas um projeto de lei que torna a educação atividade essencial, do qual eu tenho a honra de ser uma das autoras. O que nós queremos é que as crianças retornem aos bancos escolares. Isso não quer dizer que elas não possam escolher estudar remotamente. É só uma autorização a uma criança que não consiga estudar em casa, porque não tem Internet, não tem computador, para que tenha condições de continuar estudando.

O Brasil está no vergonhoso *ranking* de penúltimo ou último lugar em tempo de duração de escolas fechadas. A média mundial é de 20 semanas, e o Brasil está com as escolas fechadas há mais de 60 semanas. É vergonhoso o que acontece aqui! E os danos são irreparáveis! Muitos estudos internacionais e nacionais recomendam a abertura das escolas. A escola vai ser a última a fechar. Só vai fechar quando tudo fechar.

Eu recebi um *post* de duas Vereadoras do partido de Curitiba - a Vereadora Amália e a Vereadora Indiara - a respeito de um decreto sobre quais lugares as crianças podem frequentar naquela cidade. É a vergonha plena! Olhem só! As crianças podem frequentar atividades comerciais, galerias, escritórios, salões de beleza, barbearias, atividades de estética, serviços de banho, imobiliárias, academias de ginástica, *shopping centers*, restaurantes, lanchonetes, panificadoras, padarias, confeitarias, lojas de conveniência, comércio, quitandas, mercearias, sacolões, lojas de material de construção, *resorts*, pousadas, *hostels*, mas não podem frequentar escolas.

Então, para um país que diz que a educação é prioridade, nós precisamos sair do discurso e passar para a ação. Estou fazendo a defesa das escolas públicas, porque as escolas privadas já se organizaram. A criança da escola pública, aquela que não tem condição de estudar, está largada, está à mercê de sei lá o quê. Se tudo pode funcionar, menos a escola, que tipo de futuro nós estamos dando para ela? É criminoso o que estamos fazendo aqui! Nós estamos roubando sonhos e oportunidades de uma criança. Nós

estamos cometendo um crime contra essa geração. Isso não vai ser recuperado.

Nós temos é que fazer com que as aulas retornem para quem precisa. Os pais podem decidir se mandam os filhos para a escola ou não. Mas nós temos que lhes dar essa oportunidade. A escola tem que ser a primeira a reabrir e a última a fechar. Esse é o apelo que eu faço a todos os senhores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 86/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-16:48
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação aos Senadores de aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e da educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Defesa da inclusão dos profissionais da educação entre os grupos prioritários para vacinação contra a Covid-19.

---

**A SRA. PAULA BELMONTE** (CIDADANIA - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, muito grata pela oportunidade que nos deu de fazer agora a inscrição para falar neste Parlamento. Este Parlamento representa a esperança da nossa sociedade. Quando digo "esperança da nossa sociedade", estou me referindo às crianças e aos jovens, que representam o futuro do nosso País.

Eu peço a todos que estão nos escutando que façam pressão sobre os Senadores de cada Estado para que votem, o mais breve possível, o Projeto de Lei nº 5.595. Ele propõe que a educação seja reconhecida como atividade essencial, como tem que ser. Milhares de crianças estão sem acesso à educação de qualidade. No Distrito Federal, a situação ainda é mais atípica. Além de as crianças não terem acesso à educação, não têm acesso nem ao dinheiro da merenda escolar. O que significa isso? Três reais por dia. O Secretário de Educação do Distrito Federal, em vez de entregar esse dinheiro para as crianças, preferiu comprar alimentos perecíveis que serão entregues daqui a 1 mês, 2 meses, somente quando ele achar que as escolas estão prontas para

recebê-los.

Peço que haja prioridade, na vacinação, para todos os profissionais de educação. Precisam ser vacinados o mais breve possível, principalmente para que consigamos abrir as escolas aos que representam o futuro do nosso País. É para deixar um legado para eles que estamos aqui trabalhando.

Eu peço a todos, sobretudo aos Parlamentares, que acreditam na educação que façam, sim, pressão sobre o Senado Federal, porque, na quinta-feira, será votado esse projeto. Nós precisamos fazer com que a educação seja considerada como atividade essencial no Brasil, para que as nossas crianças e os adolescentes tenham, como diz a Constituição Federal, prioridade absoluta e tenham protagonismo no futuro do nosso País.

Mais uma vez quero agradecer a oportunidade de falar aqui e refaço este pedido: vamos pressionar os Senadores para que o Projeto de Lei nº 5.595 seja aprovado no Senado Federal, na quinta-feira, e logo sancionado para que todas as escolas sejam abertas.

Agradeço ao movimento Escolas Abertas, a todos os pais e aos professores que nos têm procurado e apoiado amplamente esse projeto.

Muito grata.

Que Deus abençoe todos nós!

---

Documento 87/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-16:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Manipulação de informações sobre manifestações em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, especialmente na matéria Atos pró-Bolsonaro devem piorar números da Covid em São Paulo, diz chefe de comitê , publicada pelo portal UOL.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a falta de compromisso do jornalismo brasileiro com a verdade é estupefacente. Não gostar do Presidente Bolsonaro é um

direito de qualquer órgão de imprensa. Ter um lado, o.k., faz parte do jogo do poder. Agora, o que não é possível é manipular a informação. Isso é que não é possível!

No último sábado, as ruas do Brasil tremeram com a democracia. O povo foi à rua no meio de uma pandemia como esta para gritar pela liberdade, para apoiar o Presidente Bolsonaro, que dizem estar enfraquecido.

Sr. Presidente, o *UOL* precisa colocar a mão na cabeça e ter um pouquinho de senso do ridículo. Prestem atenção. Está escrito aqui na matéria do *UOL*, do dia 6 de junho de 2020: "*Protestos do #BlackLivesMatter não causaram aumento de casos de COVID*". Está aqui aquela multidão que foi para as ruas da América protestar contra a morte de um cidadão negro americano.

Pois bem, agora, no dia 2 de maio de 2021, o mesmo *UOL* posta: "*Atos pró-Bolsonaro devem piorar números da COVID em São Paulo, diz chefe de comitê*".

Quer dizer que um movimento de rua tão grande feito na América, só porque foi um movimento patrocinado pela esquerda, não vai causar problemas de COVID, mas o movimento no Brasil, com milhares de pessoas na rua, vai causar problema de COVID? Isso é brincadeira, isso é um absurdo!

Ora, Sr. Presidente, o que nós estamos pedindo da imprensa é um pouco de bom senso, porque o que levou o povo para a rua foi essa imprensa mentirosa, foi esse jornalismo de meia-pataca, foi essa forma mentirosa de tentar manipular a inteligência do povo. Só que o povo não vai se submeter a isso. O povo está livre e clama pela liberdade e em favor do Presidente Bolsonaro.

---

Documento 88/438

---

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-17:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Anúncio da apresentação de requerimento de criação de Comissão Especial destinada à análise de proposta de criação de modelo híbrido de ensino, presencial e virtual, no País. Necessidade de debate sobre o tema em face da pandemia de coronavírus.

**O SR. ELI BORGES** (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, eu tenho percebido debates acalorados no Brasil acerca da educação. Pode haver aula presencial ou não pode haver aula presencial? Se o ensino for presencial, nós vamos colocar em risco os professores, o corpo docente e os alunos, que podem levar COVID para casa. Se o ensino for virtual, não existe qualidade. Assim os debates se afloram no nosso Parlamento brasileiro.

Eu apresentarei ainda hoje, possivelmente, um requerimento para a criação de uma Comissão na Câmara Federal, para que um grupo de trabalho estude um modelo híbrido de educação. O que seria isso, Sr. Presidente? Seria um modelo em que poderíamos trabalhar, com muita eficiência, o ensino virtual e o ensino presencial, de tal maneira que pudéssemos, nessa rediscussão, levar conhecimento para o alunato brasileiro e aqui para o meu Tocantins.

Eu sei que existe um clima de insegurança reinando em muitos setores. Os sindicatos estão se movimentando, dizendo que professores não podem ir para a sala de aula. A verdade é que todos estão se resguardando em defesa da vida de si próprio e até de seus parentes.

O Parlamento brasileiro, *a priori*, saiu na frente, com um modelo de sessões virtuais. Percebemos que nos tornamos maduros. É claro que não é a mesma coisa do sistema presencial, mas estamos conquistando muitas coisas, estamos mudando muitas coisas neste País, mesmo a distância, com alguns Deputados trabalhando de forma presencial.

O Parlamento brasileiro, os educadores brasileiros e o MEC - Ministério da Educação precisam se debruçar sobre a criação de um sistema híbrido, porque as perguntas que não querem calar são estas: quanto tempo esta pandemia ainda vai durar? Haverá apenas este momento de pandemia ou virá uma nova onda da COVID? O vírus vai evoluir? Virão novas cepas?

Está na hora de darmos uma contribuição para o Brasil com um modelo híbrido de educação com a inserção dos pais.

Peço o registro deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Publ.: DCD - 06/05/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Esclarecimento sobre a tramitação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e da educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e sobre o estabelecimento de diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Apelo ao Senado Federal de aprovação da matéria.

---

**A SRA. JOICE HASSELMANN** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, no Senado, um dos projetos mais importantes já votados e aprovados nesta Casa estará na pauta. Trata-se do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, que torna a educação atividade essencial, inclusive em tempos de pandemia, como o que estamos vivendo.

Há muitas mentiras em torno desse projeto. Por que eu posso afirmar com 100% de certeza que há muitas mentiras em torno desse projeto? Eu fui a Relatora. Eu fui a Relatora do projeto.

O que nós vemos são pessoas dizendo: *"As crianças vão ficar empilhadas! Pobres criancinhas! Meu Deus do céu, elas estarão submetidas a um grande risco voltando às aulas!"* Risco? Elas estão submetidas a risco agora, sem a garantia da educação, sem a garantia da alimentação, sem a garantia da segurança. Crianças estão sendo violadas. O índice de suicídio aumentou. Crianças passam fome. Hoje, se o abismo que existe na nossa educação, na educação do Brasil, em relação às áreas pública e privada, é ainda maior; que dirá o abismo que existe entre a educação brasileira e a de outros países!

Logo que nós aprovamos o projeto nesta Casa, com muita luta, pois não foi fácil aprovar esse relatório - eu ouvi a todos e acatei inclusive emendas da oposição -, eu liguei para o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e mandei todos os detalhes.

É claro que há muita pressão, em especial dos sindicatos. A verdade seja dita, pois é isto que acontece: há pressão dos sindicatos ligados aos professores da área pública.

Professores me procuraram e disseram: *"Joice, eu apoio a volta das crianças. Eu sei que é importante, mas eu não posso me manifestar. O sindicato é contra"*. Há uma espécie de coação! O que é isso? Instituição sindical está sendo usada para coação de educadores?

Alguém pode dizer: "Mas os professores precisam ser imunizados". É claro - os professores, os médicos, toda a população brasileira! É por isso que, no meu relatório, eles estão lá no topo do PNI - Programa Nacional de Imunizações.

Construímos esse relatório ouvindo a oposição, e ouvimos também as Autoras do projeto, a exemplo da Deputada Adriana Ventura, do NOVO, e da Deputada Paula Belmonte. Nós trabalhamos a 4, 6, 8, 10, 20, 30 mãos! É um relatório absolutamente factível.

O Senado não pode virar as costas para a educação brasileira. O Senado não pode se dobrar à pressão de quem quer que seja, porque é uma Casa independente. Acima de qualquer pressão sindical, estão a educação e a segurança das nossas crianças, das crianças deste País, e também a dignidade dos professores. Nada é mais importante e mais valioso para um educador do que dizer que o seu trabalho é essencial para este País; que o seu trabalho está na essencialidade; que o seu trabalho é tão importante que nós estamos fazendo um projeto de lei para colocá-lo no topo da importância; que o seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento da saúde intelectual, mental e psicológica, para a educação dos nossos pequenos.

Então, se não quiserem virar as costas para a educação, é preciso apoiar esse projeto. Se não quiserem virar as costas para as crianças brasileiras, é preciso apoiar esse projeto. Se quiserem pensar no futuro dos nossos pequenos, é preciso apoiar e aprovar esse projeto da maneira como foi encaminhado aqui desta Casa.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 90/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD 17:32
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência de realização de 1 minuto de silêncio no Plenário em homenagem às vítimas da Covid-19 no Brasil, e especialmente em homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas solicitar que pudéssemos fazer 1 minuto de silêncio, em nome das vítimas da COVID,

particularmente pelo ator Paulo Gustavo, se for possível.

É uma homenagem, já que V.Exa. se manifestou ontem rapidamente, em nome de toda a Câmara dos Deputados, quando houve o falecimento do ator.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peça 1 minuto de silêncio.

*(O Plenário presta a homenagem solicitada.)*

---

Documento 91/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Aplausos ao Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pelo posicionamento favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Primeiro, gostaria de colocar o respeito tradicional na Minoria, quando há divergências. Eu, particularmente, vou votar favoravelmente, mas a Minoria libera.

Quero aproveitar esses 40 segundos para repercutir, neste plenário, a importantíssima decisão histórica do Presidente americano Joe Biden, que apoiou hoje a quebra de patentes de vacinas, para acelerar a produção de vacinas enquanto durar a pandemia.

Alguns fundamentalistas aqui do Brasil continuam defendendo as patentes de maneira intransigente, radicalizada, enquanto que esta postura de liberação temporária das patentes é necessária para

ampliar a produção de vacinas no mundo inteiro.

Parabéns ao Presidente Joe Biden!

---

Documento 92/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância para os países em desenvolvimento do posicionamento do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero me somar à fala do Deputado Henrique Fontana, porque essa manifestação do Presidente dos Estados Unidos vem ao encontro dos interesses dos países em desenvolvimento.

Nós temos aqui discutido a licença compulsória - e a Deputada Alice Portugal fez uma Comissão Geral de Plenário sobre a licença compulsória -, porque precisamos ter a possibilidade de acessar todas as tecnologias no momento de pandemia, sem que as patentes inviabilizem a produção das vacinas e de outros insumos no enfrentamento à pandemia.

Por isso, essa posição de abrir a tecnologia das vacinas produzidas nos países desenvolvidos, em todos os países que já produzem essa tecnologia, é fundamental para que nós do Brasil e de outros países possamos enfrentar a pandemia neste momento.

---

Documento 93/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização, pela Casa, de Comissão Geral destinada ao debate da quebra de

patentes de vacinas contra a Covid-19. Posicionamento do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, favorável à medida. Aprovação, pelo Senado Federal, de projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim sobre o tema. Sugestão à Presidência de criação de grupo de trabalho para o estudo da matéria.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, exatamente sobre esse assunto, V.Exa. aquiesceu e convocou de pronto a Comissão Geral que propus. Foi um debate de grande porte.

Nós trouxemos grandes especialistas, trouxemos as empresas farmacêuticas brasileiras. Há hoje um grande impasse em relação à liberação de novas vacinas no Brasil.

A ANVISA é respeitável, mas há muito questionamento sobre a forma como foi encaminhado. E Biden anuncia, agora, o apoio dos Estados Unidos à quebra de patentes das vacinas contra a COVID. Se a principal potência mundial pode facilitar a transferência de tecnologia, por que nós não?

No Senado Federal, o Senador Paulo Paim aprovou o seu projeto, com o substitutivo do Senador Nelsinho Trad. E eu queria propor, Sr. Presidente, antes que o projeto chegasse aqui, que V.Exa. montasse um pequeno grupo de trabalho para tratar dessa questão e adequarmos a posição da Câmara dos Deputados, num grande consenso, sobre essa busca de ajudar o Brasil em fazer a transferência de tecnologia, sem afetar os contratos em vigor, sem criar obstáculo a outros contratos, mas abrindo a possibilidade de termos a população vacinada até o fim deste ano.

Por isso, Presidente, fica a proposta para que possamos discutir em profundidade a matéria, agora com esse precedente aberto pelos Estados Unidos, que votavam contra, na OMC, e mudam a posição neste exato momento.

---

Documento 94/438

45.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021-  
CD 17:56

Publ.: DCD - 06/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Importância do posicionamento do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden,

favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Defesa de imediata apreciação pela Casa de projeto de lei aprovado pelo Senado Federal sobre o tema.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que o Brasil deve celebrar essa decisão do Governo americano, que vai apoiar a suspensão de patentes de vacina contra a COVID.

Eu lembro que aqui lamentamos muito o voto do Brasil na Organização Mundial do Comércio, que foi contrário à quebra de patentes, criando-nos, inclusive, um problema diplomático com a Índia, que nos fornece insumos de medicamentos e vacinas.

Isso prova que nós estávamos certos. Só foi trocar o Governo dos Estados Unidos que já mudou a postura sobre vacina. Os Estados Unidos já, já vão conseguir vacinar toda a sua população. O Brasil ainda está muito atrasado. Essa decisão de quebra de patente de vacina é muito importante. Por isso, precisamos nós também votar imediatamente o projeto de lei que veio do Senado, do Senador Paulo Paim, que garante a quebra das patentes.

---

Documento 95/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 18:44
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.012, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 12.343, de 2010, para aumento do prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura (PNC) para 12 anos. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, logicamente, nós vamos orientar "sim", parabenizando a Deputada Benedita da Silva pelo belíssimo relatório.

Vou voltar, nesta oportunidade que estou tendo, uma vez que V.Exa. cortou a minha fala anteriormente, a cobrar de V.Exa. que coloque, já

que é um ato discricionário do Presidente - só depende de V.Exa. -, em votação as 30 horas dos enfermeiros, dos técnicos de enfermagem. Eu tenho certeza de que alguém da sua família foi vacinado recentemente contra a COVID-19. Esse seu parente foi vacinado por um técnico de enfermagem. Eu sei que V.Exa. sabe da importância dos técnicos de enfermagem, dos auxiliares de enfermagem e também dos enfermeiros. Então, peço a V.Exa. que coloque em votação, coloque em pauta o projeto das 30 horas para os enfermeiros.

O MDB orienta "sim".

---

Documento 96/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira pela indicação da Deputada Benedita da Silva como Relatora da Medida Provisória nº 1.012, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 12.343, de 2010, para aumento do prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura (PNC) para 12 anos. Pedido à Presidência de apoio para sanção presidencial do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço a V.Exa. por ter aceito a indicação feita pela Comissão de Cultura da Deputada Benedita da Silva como Relatora desta matéria. É uma indicação justa. Ela é ex-Presidente da Comissão, é uma Deputada experiente na questão cultural. Assim como ela, temos grandes quadros na Comissão. Está aqui a Deputada Jandira Feghali, Relatora do Projeto de Lei nº 795, de 2021, correspondente à Lei Aldir Blanc II, aguardando que V.Exa. nos ajude, se empenhe para a sanção dessa lei.

Quero agradecer, porque esta medida provisória garante a extensão do Plano Nacional de Cultura por 12 anos, o que nos dá a perspectiva de efetivamente planificar as ações da cultura, desde que o Governo Federal também se empenhe para modificar a arquitetura da cultura no Brasil, prejudicada desde o fim do Ministério da Cultura.

Parabéns, Deputada Benedita da Silva! Parabéns a todos aqueles que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 97/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo, acometido pela Covid-19. Repúdio à declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a criação do coronavírus em laboratório pelo Governo da China, com o objetivo de produção de crise econômica mundial em benefício dos interesses do país, e ao ataque aos críticos do uso do medicamento Cloroquina para o tratamento da Covid-19. Resultado de participação do ex-Mnistro da Saúde Nelson Teich na CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Pandemia). Prejuízo às relações diplomáticas do Brasil diante do descaso do Presidente da República com a crise sanitária. Repúdio às ameaças do Chefe do Poder Executivo Federal ao Supremo Tribunal Federal - STF. Posicionamento do Ministro da Defesa sobre o golpe militar de 1964 em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Enfrentamento pela Oposição às ameaças do Presidente Jair Bolsonaro ao Estado Democrático de Direito.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Ao cumprimentar V.Exa. e os demais colegas, venho a esta tribuna, diante deste momento trágico que o Brasil vive. Hoje nós abrimos a sessão, Deputado Marcelo Freixo, com 1 minuto de silêncio em homenagem ao grande ator Paulo Gustavo, cujo falecimento trouxe enorme tristeza a todo o nosso País. Neste momento dramático, foi uma comoção nacional a morte deste talento, deste brilhante ator, desta grande pessoa que foi Paulo Gustavo.

Aproveito o momento para fazer minha homenagem e uma homenagem, em nome de todos os partidos de oposição, ao Paulo Gustavo por sua carreira tão brilhante. Paulo Gustavo foi uma figura

que encantou o Brasil, que iluminou todo o nosso País com seu talento, com sua arte, com seu carisma e com seu jeito.

Não bastassem a dramaticidade e a tristeza do momento, o Presidente da República consegue tornar este momento ainda pior, ainda mais sofrido, ainda mais difícil.

Hoje, ele agrediu o Governo chinês, fazendo uma ilação de que o vírus teria sido produzido como arma biológica para a China aumentar seu Produto Interno Bruto e causar esta crise mundial, beneficiando os chineses e prejudicando o resto do mundo.

Deputado Odorico Monteiro, V.Exa., que é da área da saúde, da FIOCRUZ, e está de volta à nossa Casa - é uma alegria tê-lo aqui novamente -, sabe perfeitamente que esta é uma das maiores barbaridades que o Presidente já falou. É um absurdo, é uma irresponsabilidade, é uma insanidade dizer uma coisa dessas, criando uma crise ou agravando as relações diplomáticas entre o Brasil e a China, especialmente quando nós temos na China um grande parceiro comercial, um país que tem fornecido, inclusive a pedido do Governo brasileiro, insumos fundamentais para a produção das vacinas no nosso País. Aliás, foi por meio de uma parceria do Butantan com os chineses que se produziu a Coronavac. É uma irresponsabilidade o Presidente da República prejudicar, mais uma vez, o Brasil, fazendo esse ataque gratuito e injusto, que nós repudiamos!

Em nome do Parlamento brasileiro - eu tenho certeza de que, se não falo em nome de todos, falo em nome da grande maioria desta Casa -, quero dizer que não concordo com essa acusação injusta. Lamento o episódio e peço desculpas ao Governo chinês, dizendo que não é esta a visão que os brasileiros têm da China.

Não bastasse essa barbaridade, o Presidente da República disse hoje que quem fala contra o tratamento precoce, contra a cloroquina, é canalha. São palavras do Presidente da República. Nós também queremos repudiar essa fala do Presidente da República.

Hoje, o ex-Ministro da Saúde - dele! - Nelson Teich disse que quem receita cloroquina para outros - aqui está a Deputada Jandira Feghali, que é médica - incorre em crime. Hoje Nelson Teich disse na CPI da COVID, no Senado, que o Presidente da República praticou crime. Neste mesmo dia, vem o Presidente da República dizer que quem fala contra a cloroquina é canalha.

O Brasil não merece passar o que está passando com esse homem na Presidência da República, que só agrava o sofrimento do nosso povo, só prejudica as relações internacionais do Brasil, receita remédios sem eficácia, sugere que as pessoas andem sem máscara. Hoje ele disse

que esse negócio de usar máscara está enchendo o saco. Depois, fez uma postagem, Deputado Hildo Rocha, em que lamentou a morte do ator Paulo Gustavo, como se ele, Bolsonaro, não tivesse nada a ver com isso! As ações dele foram decisivas para que tanta gente morresse. Ele tem culpa e, por isso, está morrendo de medo da CPI da COVID no Senado, que há de produzir um relatório corajoso para cobrar a responsabilidade do Presidente da República.

Não bastassem esses dois absurdos, ainda hoje também, o Presidente ameaçou o Supremo Tribunal Federal.

Disse ele que ia baixar um decreto ou algo parecido - alguma instrução, alguma portaria - que seria contra o *lockdown*. Disse ele ao Supremo: "*Não ouse se contrapor!*" Ameaçou o Supremo Tribunal Federal, ameaçou a mais alta Corte deste País. Isso é inacreditável!

Deputado Carlos Veras, que preside a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, o Presidente da República se deu o direito de ameaçar os Ministros da mais alta Corte do Brasil, tentando impedir que eles cumpram seu dever de garantir a governadores e a prefeitos o direito de adotar medidas de restrição fundamentais para proteger a vida, como a OMS tem dito e mostrado e como tem sido feito no mundo inteiro.

A esse absurdo o Ministro Luiz Fux reagiu dizendo que era hora de o Supremo Tribunal Federal permanecer vigilante. O Ministro Fux deu o recado, deu o troco, rebateu dizendo que o Supremo Tribunal Federal segue vigilante. Assim deve ser. O Supremo deve seguir vigilante para proteger a Constituição e a democracia brasileiras.

Este é um momento trágico. Nenhum de nós imaginou que o País pudesse passar por uma situação tão dramática como esta. Hoje, na Comissão de Defesa Nacional, a Deputada Perpétua Almeida, Vice-Líder da Oposição, cobrou do Ministro da Defesa a sua fala ou as ações de algumas instituições em defesa do golpe de 64, ao que o Ministro da Defesa respondeu chamando de golpe que foi golpe. Referiu-se ao golpe como golpe, porque golpe foi.

Nós estamos de pé, Presidente. Nós da Oposição enfrentaremos cada ameaça à democracia, cada ameaça à Constituição, cada ataque à ciência e aos direitos dos povos originários, povos que a Deputada Joenia tão bem representa nesta Casa. Nós resistiremos, e não aceitaremos que se destrua a democracia brasileira, que se continue a atacar a ciência, que se continue a destruir as pontes que o Brasil estabeleceu com outros países, que se continue a dilapidar a Constituição e a atacar os direitos fundamentais.

Os Líderes dos partidos de oposição - o Deputado Elvino Bohn Gass,

do PT, aqui presente; o Deputado Danilo Cabral, do PSB; o Deputado Wolney Queiroz, do PDT; a Deputada Talíria Petrone, do PSOL; o Deputado Renildo Calheiros, do PCdoB; a Deputada Joenia Wapichana, da REDE - faremos o enfrentamento necessário nesta tribuna. Neste plenário, não só defenderemos a Constituição e a democracia brasileira, mas também denunciaremos o irresponsável que hoje ocupa a Presidência da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 98/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD 19:52	
Publ.: DCD - 06/05/2021 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela morte de brasileiros por Covid-19 diante do cancelamento do protocolo de intenção de compra da vacina Coronavac na gestão do então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Consternação com a dor das famílias enlutadas, em especial com os familiares do ator Paulo Gustavo. Apresentação à Presidência de requerimento de encaminhamento de informações produzidas pelo mandato da oradora à CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Pandemia).

---

**A SRA. NATÁLIA BONAVIDES** (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - *"É simples assim: um manda, o outro obedece"*. Estas palavras do ex-Ministro da Saúde General Pazuello não podem ser esquecidas, para que não seja permitida nenhuma tentativa de livrar a cara desse chefe do crime que hoje ocupa a Presidência da República, o Bolsonaro. V.Exas. lembram quando foi que Pazuello disse esta frase? Foi quando Bolsonaro mandou que ele cancelasse o protocolo de intenção de compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac.

Presidente, eu não consigo nem imaginar a dor dessas famílias! Eu não consigo imaginar a dor de pessoas como o marido e os filhos de Paulo Gustavo, que veem alguém ir embora quando, se não houvesse um genocida na Presidência da República, esta pessoa poderia ter sido vacinada!

Por isso e por tantas outras coisas, eu entreguei hoje, Presidente, à Mesa Diretora da CPI da COVID um documento com informações sobre três investigações que foram abertas a partir de provocação do

nosso mandato entre o ano passado e este ano. Nós esperamos, assim, colaborar com os trabalhos da CPI. Houve crimes...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 99/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021- CD	19:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consternação com o falecimento do ator Paulo Gustavo em face das complicações decorrentes da Covid-19. Decretação de luto oficial de 3 dias pela Prefeitura Municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em homenagem ao ator. Solicitação à Presidência de determinação ao Plenário da realização de 1 minuto de salva de palmas ao ator Paulo Gustavo.

---

**A SRA. SORAYA SANTOS** (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Marcelo Ramos.

Eu subo a esta tribuna junto com meus pares e com todos os brasileiros e brasileiras consternados com a passagem de Paulo Gustavo, que é da minha cidade, Niterói, que declarou luto por 3 dias. Às 20 horas, nós vamos parar, para um movimento de aplausos, para celebrar a vida dele e todo o legado cultural que ele nos deixa. Paulo Gustavo representa não só a luta de um jovem, mas também um sentimento.

Eu me solidarizo, como mãe, com a D. Déa. É muito difícil para nós, mães, uma situação como esta, porque os filhos não deveriam anteceder a passagem da própria existência.

Eu queria lhe pedir, Presidente, especialmente, se todos estiverem de acordo, que, às 20 horas, quem tiver falando interrompa, e, no mesmo momento, o Brasil faça ecoar, com Niterói, uma salva de palmas pela vida de Paulo Gustavo, que encarna neste momento a dor de todos nós pela perda de tantos brasileiros e brasileiras.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa., junto com meus pares, concedesse este momento, não de silêncio, porque o lema de Paulo

Gustavo era o de que rir é sinônimo de resistência. Portanto, nós não temos que fazer 1 minuto de silêncio. Nós temos que fazer 1 minuto de palmas, para celebrar a vida e o legado que ele nos deixa, materializando sua passagem num basta: basta de tantas perdas nesta pandemia!

Que venha a cura, para pararmos de sentir dor!

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. concordasse com meu pedido.

Muito obrigada.

---

Documento 100/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 19:56
Publ.: DCD - 06/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Presença do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, Distrito Federal, para realização de debates sobre temas de interesse do País com autoridades e lideranças políticas. Solicitação ao Plenário de salva de palmas em homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo, acometido pela Covid-19. Defesa da abertura de processo de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, pode me avisar. Eu faço questão de que seja feita essa importante homenagem.

Sras. e Srs. Deputados, duas notícias marcam Brasília e o Brasil esta semana. A primeira é o início dos trabalhos da CPI da COVID-19, no Senado, conhecida também como CPI do genocídio, que vai apurar a irresponsabilidade de Bolsonaro sobre todos os temas relacionados à pandemia: a morte de mais de 400 mil pessoas, a falta de cilindros de oxigênio, a falta de *kits* de intubação, a falta de insumos, a ausência de compra das vacinas necessárias. Infelizmente temos mais de 400 mil mortes neste País, símbolos da morte... de Bolsonaro.

Por outro lado, nós temos esta semana a volta de Lula a Brasília. Sim, Lula está de volta, aqui, falando com lideranças.

E não haverá, neste momento em que se começa um reparo de justiça com Lula, em que ele tem todas as suas condenações anuladas, em que tornou-se suspeito Moro, que fez um processo persecutório contra Lula, em que está elegível o Presidente Lula, em que ele está fazendo uma pauta reforçando a vida...

Estamos chegando às 20 horas, Presidente. Eu peço a todos que aplaudam Paulo Gustavo. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Vamos fazer uma homenagem àquele que sempre nos fez rir e que hoje faz o Brasil chorar e também às professoras e crianças da creche da cidade de Saudades.

*(O Plenário presta a homenagem solicitada.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Bravo, Paulo Gustavo!

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presente!

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Pode continuar, Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Estou muito feliz. O simbólico Deputado Marcelo Freixo já havia feito essa referência, bem como a Deputada Soraya Santos, o Deputado Alessandro Molon, a Deputada Jandira Feghali, a Deputada Erika Kokay, a Deputada Joenia Wapichana, a Deputada Perpétua Almeida e todas as Lideranças que estão aqui, Presidente, fazendo esta justa homenagem.

A sua alegria, Paulo Gustavo, fez muita gente sorrir neste País. Que a sua resistência contra essa triste situação, contra a qual milhares de brasileiros também vivem resistindo, contra essa doença, contra esse vírus, realmente sirva de exemplo de superação! Que essa alegria possa continuar presente como resistência e luta para as pessoas, para lutarmos contra todos aqueles que são negacionistas da ciência, contra todos aqueles que negam as orientações da medicina.

Deputado Molon, faz 2 dias que começaram os trabalhos da CPI no Senado, e nós já podemos chegar à conclusão de que crimes cometidos pela Presidência da República não faltam. Nós temos os depoimentos de Mandetta, que foi Ministro. E Mandetta não é do PT, não é do PSB, não é da oposição, não é comunista, não é de esquerda. Ele disse no depoimento aos nobres Senadores: "O

*Presidente não quis fazer campanha contra a doença". Isso é crime! E nós sempre tivemos orientações no País, com recursos públicos, para que as pessoas pudessem se cuidar. Ele duvidou de que haveria milhares de mortes. Aliás, ele fez graça: "É só uma gripezinha".*

O Presidente - olhem o crime! - tentou orientar a ANVISA a alterar a bula da cloroquina, como se a cloroquina, que não serve para esse tratamento, fosse passar a servir com a troca da bula. Isso é algo totalmente contra a ciência!

Ele também dificultou as relações com a China, país que fornece mais de 90% dos insumos das vacinas.

Ainda nas palavras de Mandetta: *"Desobedeceu as orientações de comportamento do próprio Ministério"*.

Além disso, ele não só cometeu como também continua cometendo crimes, fazendo agressões, como fez ainda hoje de manhã, nas suas falas. Agrediu os Governadores e buscou instituições, como o Supremo Tribunal Federal, para interromper as atividades dos Governadores, que, na ausência de política do Governo Federal, estavam trabalhando em defesa da vida de sua população.

Mais do que isso, no segundo depoimento, ocorrido hoje, o ex-Ministro Teich disse o quê? Que não tinha autonomia para estabelecer a política de saúde do País. Ele disse mais: *"Se eu tivesse sabido da distribuição da cloroquina, não teria deixado isso acontecer"*. Então, o tema da cloroquina não era assunto do Ministério, era do Governo, tratado diretamente do Palácio, do Gabinete do Presidente. Esse é um crime cometido!

Nós estávamos aguardando para hoje o depoimento de Pazuello, mas Pazuello não chegou. Pazuello pôde ir a um *shopping*, no Amazonas, sem máscara - e foi Ministro da Saúde! Vamos esperá-lo nos próximos dias, e, com certeza, terá mais afirmações ainda sobre os crimes cometidos neste Governo.

Por isso, esta Casa tem a tarefa de fazer o *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Há mais de cem pedidos de *impeachment*, de afastamento, de interdição deste Governo pelos enormes crimes que já foram cometidos. Nós já juntamos a Oposição, procuramos os demais signatários de pedidos de outros partidos, inclusive que eram ou são da base do Governo Bolsonaro, para fazermos um superpedido de *impeachment*, porque é disso que se precisa. Eu tenho certeza de que o Senado, a partir da CPI, vai trazer muitos elementos para que se tenha uma confirmação e esta Casa dê andamento aos pedidos que já estão aqui neste momento.



Esse é o tema da morte, do genocídio, a partir da política negacionista desse Governo.

O segundo fato importante desta semana é a presença de Lula aqui em Brasília, que não vai trazer a imagem da morte. Está se fazendo justiça com o Presidente Lula. E agora nós precisamos fazer justiça com o País, porque Lula foi impossibilitado de ser candidato a Presidente, e isso prejudicou o País. Lula está aqui, Deputada Alice Portugal, exatamente para fazer um debate com as lideranças políticas e reforçar a pauta de que neste momento o Brasil precisa.

Para que Lula está aqui? Para fazer audiências com as delegações internacionais, as embaixadas, para que, diferentemente de Bolsonaro, que não quer vacina, tragam-se vacina. É isso que Lula está fazendo aqui. É vacina no braço! É isso o que Lula está fazendo aqui, pelo povo brasileiro. Lula está aqui reforçando a pauta a favor dos 600 reais e contra esses valores pífios de 150, 250, 375 reais, que serão distribuídos para menos pessoas, durante apenas 4 meses. Nós temos propostas para distribuir ao menos 600 reais durante todo o período da pandemia, como já aconteceu no ano passado.

Lula está aqui para reforçar a pauta do emprego.

Os micro e pequenos empresários precisam de recursos para garantir a manutenção dos empregos, na luta contra a elevação dos preços da comida, que ficou supercara, dos medicamentos, que estão supercaros, do gás de cozinha, que está insustentável - em alguns lugares perto de 100 reais - e dos combustíveis, cujos preços estão cada vez mais elevados por conta dessa política suicida do plano de preços com paridade internacional. O País, que tem a própria produção de petróleo, não pode se submeter a essa lógica internacional e permitir que os preços aumentem, como estão aumentando desde o tempo do Temer e continuam aumentando, hoje, com o Governo Bolsonaro.

Lula também está aqui para dizer "não" às privatizações da ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios, ao desmantelamento e à destruição das refinarias e da nossa PETROBRAS. O Lula está aqui para falar de vida. O Lula está aqui para falar de esperança ao povo brasileiro.

Eu quero concluir dizendo que nós da bancada do PT estamos aqui exatamente para lembrar esses dois temas desta semana. Um que traz a morte, que é a política do Governo Bolsonaro - espero que realmente o Senado possa apurar os fatos e responsabilizá-lo pelos crimes cometidos, pelas tantas mortes no País. O outro anuncia a esperança, que é a presença de Lula.

Não haverá nada que possa repor a injustiça feita contra Lula, mas nós estamos aqui vendo que essa grande liderança está preocupada com a vida do povo, e é esse povo que passa de novo a acreditar que outro Brasil é possível e que é necessário o reconstruirmos.

Muito obrigado.

---

Documento 101/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 20:08
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ANGELA AMIN-PP -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento ao Plenário pela observância de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às crianças Murilo Massing, Anna Bela, Sarah Luiza e às profissionais da educação Keli Adriane e Mirla Renner, vítimas de ataque de homicida ocorrido em creche do Município de Saudades, Estado do Espírito Santo. Homenagem à memória do ator Paulo Gustavo.

---

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Marcelo Ramos, eu gostaria de agradecer a oportunidade de fazermos 1 minuto de silêncio às memórias de Murilo Massing, de 1 ano e 9 meses, de Anna Bela, de 1 ano e 8 meses, de Sarah Luiza, de 1 ano e 7 meses, da professora Keli Adriane, que era diretora da creche, e da profissional da área de educação Mirla Renner, de apenas 20 anos.

Gostaria, Sr. Presidente, de aqui fazer voz àqueles que lamentaram o incidente ocorrido no Município de Saudades, assim como V.Exa., esperando que, se possível, a alegria de Paulo Gustavo possa fazer com que essas famílias e a cidade de Saudades possam mais uma vez sorrir, o que vai ser difícil, mas é a nossa esperança.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 102/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 20:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Agradecimento aos Deputados pela observância de 1 minuto de salva de palmas em homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo, vitimado pela Covid-19. Arquivamento pela Justiça Federal de denúncia contra a líder indígena Sônia Guajajara por crítica ao Presidente Jair Bolsonaro. Inadmissibilidade da não realização do Censo de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em face da não liberação de recursos pelo Governo Federal. Necessidade de garantia, pelo Congresso Nacional, de recursos orçamentários à realização do Censo de 2021.

---

**O SR. MARCELO FREIXO** (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, obrigado por me conceder o tempo da Minoria.

Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer a todos os Deputados e Deputadas por esse minuto de aplauso ao Paulo Gustavo. Essa ideia, Deputada Erika Kokay, surgiu do Município de Niterói, onde tanto eu quanto ele nascemos. Niterói tirou, oficialmente, 1 minuto de aplauso às 8 horas, e, evidentemente, que isso se espalhou com muita justiça. O aplauso não é só por ele ser um artista, e ele não foi o primeiro nem o único artista que perdeu a vida nessa tragédia. Mas Paulo Gustavo trabalhava com o humor, trabalhava com a alegria, e era uma figura muito querida.

E nesse momento em que uma pessoa tão querida perde a vida, Deputado Marcelo Ramos, é quando nós saímos do número e vamos para a pessoa. São mais de 410 mil brasileiros mortos. Quem perde uma pessoa querida está ali naquela dor específica, mas nós já fomos transformando isso em número e nos tornando, de alguma maneira, menos humanos e mais insensíveis a cada momento.

A morte do Paulo Gustavo nos choca porque nos deparamos com algo que nós mesmos não conseguíamos perceber todos os dias. Nós não podemos perder essa capacidade de indignação e, ao mesmo tempo, de afeto. Acho que essa é uma questão central, pedagógica, neste momento de dor, Deputado Alessandro Molon. Então, à família do Paulo Gustavo e a todos os brasileiros e brasileiras, neste momento, esse aplauso que nos humaniza. E precisamos sempre nos lembrar disso.

Eu quero dar a todos e a todas a notícia de que a Justiça Federal acaba de arquivar a investigação que estava sendo feita contra a líder indígena Sônia Guajajara. Essa notícia acabou de chegar. *(Palmas.)*

Isso é muito importante porque a Sônia Guajajara, assim como outros, estava sendo investigada porque criticou o Presidente da República.

Então, eu quero dizer que nós podemos criticar o Presidente da República, e devemos fazer isso, porque ele merece, porque é um péssimo Presidente e é uma péssima pessoa. De forma cínica, tentou homenagear o artista Paulo Gustavo, que tinha uma vida e valores que, evidentemente, Deputado Renildo, não eram valorizados pelo Presidente.

Então, que possamos agora aplaudir Paulo Gustavo, aplaudir a vida, e criticar o Presidente, como mandam a democracia e o bom senso.

Falando em criticar o Presidente, eu quero falar sobre o censo, Deputada Jandira, que é mais um absurdo, absurdo que nós, desta Casa, Presidente Marcelo Ramos, temos que corrigir - e podemos corrigir. É inadmissível que o Brasil não realize o censo.

Não se trata, como muitos estão dizendo, de um apagão estatístico. É muito pior do que isso. *"Ah, mas estamos em tempo de pandemia."* Aumentam a necessidade do censo os efeitos da pandemia, Deputadas e Deputados, porque a pandemia nos traz um país diferente. Não é comum perdermos 400 mil vidas! Não é comum 100 mil pessoas morrerem em 1 mês! Isso muda um país!

O País se tornou mais desigual, é maior o número de pobres, é maior o número de pessoas dependentes da saúde pública, é maior o número de jovens que saíram da escola. Que país é esse em que vivemos depois da pandemia? Só um censo pode nos ofertar conhecer este País.

E não é apenas, Deputado Marcelo Ramos, por curiosidade que nós queremos saber esses dados, é porque as políticas públicas deles dependem. Como vamos investir na saúde? Como vamos investir na educação? Qual é a realidade de cada Município? Qual é a realidade de cada Estado? Qual é o déficit habitacional? Tudo isso depende do censo. Basta ter bom senso para entender isso.

Então, precisamos consertar isso, Deputada Jandira e Deputada Perpétua. Precisamos fazer os recursos... A expectativa era de 3 bilhões, mas foram oferecidos, Deputada Erika Kokay, 53 milhões! É inacreditável!

Para que todos saibam, o Brasil se iguala a Botswana, Emirados Árabes e Índia, que foram os países que não realizaram o censo neste momento de pandemia. Então, o mundo inteiro está sob a pandemia, mas só Brasil, Botswana, Emirados Árabes e Índia não conseguem fazer o censo?

Quero alertar aqui e trazer para o debate político, Deputado Renildo, algo importante: isso é mais do que um lapso, mais do que um

equivoco - isso é um projeto. Não ter censo é um projeto de um Governo que não tem compromisso com a ciência. Da mesma maneira que nega a ciência e que ataca as instituições, esse Governo não quer o censo.

Quero lembrar aqui duas frases, sendo a primeira do Ministro Paulo Guedes. *"Se perguntar demais, você vai acabar descobrindo coisas que nem queria saber"* - disse o Ministro Guedes sobre o censo.

Quando se refere assim ao censo, o Ministro Paulo Guedes me lembra a arrogância da elite iletrada e escravocrata. E cada vez mais o Ministro Paulo Guedes representa isso: a arrogância de uma elite iletrada e escravocrata. Este Ministro é o mesmo que fala que filho de empregada doméstica quer ir para Disney, que filho de porteiro quer fazer faculdade. Isso é a arrogância de uma elite apodrecida da qual não precisamos.

Só que ele é Ministro da Economia e fala assim do censo, mostrando uma profunda ignorância.

O Presidente Bolsonaro fez o seguinte comentário: *"O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo; nós temos que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa, para depois começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão! Já estou muito feliz"* - disse o Deputado Jair Bolsonaro, em março de 2019.

É um projeto! São um projeto a desconstrução, o enfrentamento à ciência, a negação da ciência, a desvalorização dos profissionais da saúde, a ameaça às instituições.

Um País sem censo é um motorista com o olho vendado - com o olho vedado! -, com o olho tapado; é um País que não sabe para onde vai e, por isso, não pode fazer políticas públicas para a educação, para a moradia, para a saúde. O censo é fundamental! É claro que o Bolsonaro, como motorista, já bateu no primeiro poste, mas não há condições de nós, no Parlamento, aceitarmos a desconstrução de um País que não tem qualquer direção.

Vai aumentar a desigualdade. O efeito de não haver censo não é apenas uma desinformação. O censo tem uma razão de ser. O censo existe desde 1872. Vou repetir: existe censo desde 1872. Tem um sentido o fato de o censo ser feito de 10 em 10 anos. Cada ano que se perde é uma qualidade de informação que não se recupera. É disso que estamos falando! É muito grave não termos censo!

Espero que este Parlamento possa, efetivamente, garantir recursos para a realização do censo. Isso não pode ficar nas mãos de um

incompetente, de um negociacionista, de um Presidente que não tem amor à vida, não tem respeito à vida. A tentativa de desconstruir o País ameaça a vida do brasileiro.

Eu quis trazer o tema do censo porque este não é um debate só da Esquerda. Este não é um debate da Direita ou da Esquerda. Defender o censo é defender a República; é defender a democracia; é defender a ciência; é defender políticas públicas; é defender instrumentos que vão nos permitir conhecer os problemas reais deste País, para que possamos enfrentá-los.

Deputado Marcelo Ramos, cumprindo o que lhe prometi, encerro antes do prazo de 10 minutos, dizendo: Viva Paulo Gustavo! Viva a vida! Viva a vida, com aplausos e com a dignidade que este povo merece! O Brasil é muito maior do que Bolsonaro.

Obrigado, Deputados e Deputadas.

---

Documento 103/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 20:28
Publ.: DCD - 06/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes de brasileiros causadas pela infecção do coronavírus. Sabotagem à vacinação contra Covid-19 pelo Presidente da República. Acúmulo de crimes de responsabilidade cometidos pelo Chefe do Poder Executivo Federal passíveis da abertura de processo de impeachment pela Casa.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria lembrar um fato histórico: no triunfo do franquismo, na Espanha, um oficial gritou alto: "*Viva a morte!*". E ali se iniciou a onda fascista na Europa. Depois da Espanha, foi para a Itália, para a Alemanha, e assim por diante. Aqui nós estamos vivendo a mesma coisa. O discurso do Bolsonaro de hoje é: "*Viva a morte!*". Bolsonaro é um emissário da morte. Ele realmente não tem pejo de fazer isso.

Bolsonaro sabe que a CPI vai ser fatal para ele, conforme mostraram

os depoimentos do Ministro Mandetta, ontem, e do Teich, hoje. E o Pazuello não apareceu; não conseguiu depor. Esse General envergonha as Forças Armadas, assim como o próprio Presidente. Eu acho que as Forças Armadas estão sendo humilhadas. Diante disso, há um medo, um pânico no Planalto.

No discurso de hoje ele faz um ataque à China, que fornece 90% dos insumos necessários para a fabricação de vacinas contra a COVID e é responsável por 50% do nosso comércio exterior; ao Supremo Tribunal Federal, novamente; aos Governadores e Prefeitos, novamente; ameaça baixar um decreto para revogar a Constituição, ou o pacto federativo, sobre o qual há uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Essas ameaças são coisas de fanfarrão. Ele ameaça com um golpe de Estado. Como já está no Poder, seria é um autogolpe.

Ninguém mais acredita que o Bolsonaro não está fazendo uma manobra diversionista para fugir dos fatos, mudar de assunto na CPI. Vejam que ontem, pela primeira vez, ele fez uma declaração de pesar pela morte do ator Paulo Gustavo, pois sentiu a simbologia e o impacto dessa morte. Quando da morte do Senador Major Olimpio, que foi companheiro dele e morreu de COVID, ele se recusou a mandar uma mensagem de solidariedade. Então, essa figura realmente não pode mais permanecer...

Eu quero dizer que a CPI está mostrando que os Ministros "foram saídos" porque teriam sido obrigados a mudar até bula de cloroquina. Esses Ministros "saídos" deixaram o rei nu. Bolsonaro está nu. No cofre da CPI, há mais de 700 declarações e vídeos que são a demonstração de que ele é réu confesso de uma política genocida de enfrentamento da COVID, de contaminação de todo o povo brasileiro, com o alibi de que ou você faz a economia funcionar, ou você morre de COVID. Isso não existe, é uma grande mentira, é uma balela.

Bolsonaro até hoje não se vacinou. Ele sabotou as vacinas no Brasil, ele é contrário à vacinação, ele está na contramão de todos os tratamentos mundiais, e isso vai se acumular, sim, para o processo por crime de responsabilidade que terá que ser enfrentado pela Câmara dos Deputados.

Crime de responsabilidade leva ao impedimento, ao *impeachment*. Tenho certeza de que os Deputados terão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

45.2021                      Sessão                      Deliberativa                      05/05/2021-20:52  
Extraordinária - CD

Publ.:                      DCD                      - ERIKA KOKAY-PT -DF  
06/05/2021 -

CÂMARA                      DOS                      ENCAMINHAMENTO                      DE  
DEPUTADOS                      ORDEM DO DIA                      VOTAÇÃO                      DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado de Emenda de Comissão nº 29 apresentada à Medida Provisória nº 1.014, de 2020, relativa à organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal. Associação à salva de palmas do Plenário em homenagem póstuma ao ator Paulo Gustavo. Solidariedade aos familiares das vítimas de ataque de homicida a creche no Município de Saudades, Estado de Santa Catarina.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas lembro que foi no Governo Dilma que nós mantivemos a paridade da Polícia Civil, e ela foi rompida.

Algumas pessoas falam do Fundo Constitucional negando que Brasília é Capital da República. Brasília é a Capital da República. Aqui estão sediados todos os Poderes, e aqui estão sediadas também as representações de outros países. É por isso que Brasília tem um fundo constitucional. Esse fundo constitucional mantém a segurança. Mas não se pode tirar a autonomia do próprio Governo do Distrito Federal.

Além disso, nós que fizemos um destaque, para discutir aqui a paridade com a Polícia Federal, não podemos manter o destaque porque ele foi inadmitido. Ao ser inadmitido, pela sua inadequação, não podemos discuti-lo. Mas aqui queremos discutir o auxílio-alimentação, porque o plano de saúde, o auxílio de assistência à saúde já foi contemplado...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - São 3 minutos o tempo de encaminhamento.

Peço que recomponham mais 2 minutos para a Deputada Erika.

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF)** - Apenas para concluir, nós tínhamos feito três destaques.

Um destaque era para assegurar a paridade, que era uma realidade aqui no Distrito Federal e foi rompida, considerando que o Distrito Federal é a Capital da República. Portanto, há uma diferença em relação a outras Unidades da Federação. Nós tivemos que retirar esse destaque porque, na medida em que ele não foi admitido, ele foi considerado inadequado, não teria como se destacar esse ponto.

Também fizemos outros dois destaques. Um deles é o que está em discussão e que assegura não apenas o plano de saúde, porque este foi contemplado. E aqui já foi mencionado pelo Relator Luis Miranda o processo de construção para que se tivesse assegurada a possibilidade de o Governo do Distrito Federal conveniar ou estabelecer a possibilidade de convênio da Polícia Civil com um plano de saúde. Todos os servidores do Distrito Federal têm direito a plano de saúde, e a Polícia Civil não tinha esse direito, o que nós estamos assegurando agora.

O outro destaque é sobre o auxílio-alimentação, que já existe. Mas, em grande medida, é preciso também haver a autonomia do Distrito Federal do Governo do Distrito Federal para que ele possa ser implementado.

Portanto, eu diria que esses profissionais que asseguram a vida, esses profissionais que têm um alto índice de resolução de todos os delitos que acontecem nesta cidade precisam ser valorizados.

É também em nome da vida que nós nos somamos aos colegas e batemos palmas para Paulo Gustavo, porque ele dizia que o riso é uma resistência. Também nos solidarizamos com todas as vítimas da cidade de Saudades, em Santa Catarina, que deixa muita saudade em cada um e cada uma de nós.

---

Documento 105/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021- CD	21:28
Publ.: DCD - 06/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Diferença entre o número de vacinas contra a Covid-19 distribuídas e aplicadas pelos Estados e Distrito Federal, com a possibilidade de recrudescimento dos casos e óbitos pela doença causada pela pandemia de coronavírus. Esclarecimento sobre a não aplicação da vacinas pelo Governo Federal.

---

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores colegas, eu vou começar esse meu tempo de Liderança destacando que hoje nós temos 71 milhões de vacinas distribuídas pelos 26 Estados mais o Distrito Federal e estamos atingindo uma porcentagem excelente. A corrida está cada vez mais veloz contra a pandemia.

Mas, ao mesmo tempo em que eu posso comemorar 71 milhões de vacinas distribuídas, infelizmente, o número de vacinas aplicadas é baixo, 44 milhões. Há uma diferença substancial, o que pode estar prejudicando o recrudescimento dos números de pessoas contaminadas e de pessoas indo a óbito na pandemia.

E eu quero reforçar que não é o Governo Federal que está aplicando essas vacinas. Não é o Governo Federal que tem o poder de aplicar essas vacinas, e sim os Estados e os Municípios. A população precisa saber exatamente até onde vai a capacidade do Governo de atuar na pandemia. E causa estranheza porque, para os tipos de vacinação, o sistema funciona numa velocidade (*falha na transmissão*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Coronel Tadeu, está havendo alguma inconsistência na sua Internet e não está dando para entender nada que V.Exa. está falando. Está saindo picotada a fala de V.Exa.

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP) - Então, vamos (*falha na transmissão*).

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Coronel Tadeu, está saindo picotada a fala de V.Exa.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou entrar no próximo item da pauta e, mais na frente, eu chamo V.Exa. com o tempo de 7 minutos e 45 segundos, pois não está dando para entender nada do que V.Exa. fala.

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP) - Sr. Presidente (*falha na transmissão*).

---

Documento 106/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-05/05/2021- 21:44
Publ.: DCD - 06/05/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

*Sumário*



Agradecimentos aos Parlamentares pelo apoio ao Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificada.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como Relator deste projeto, eu quero agradecer ao Presidente Arthur Lira a designação desse relatório e, em especial, ao nosso Líder, Deputado Wellington Roberto, que me ajudou muito a construir este momento de votação. Agradeço ainda a V.Exa., Presidente Marcelo Ramos, que me ajudou a elaborar um projeto que ampliasse as possibilidades.

O Deputado Capitão Wagner, autor do projeto, junto com o Deputado Guilherme Mussi, nossos colegas, foram muito felizes quando criaram essa alternativa da Loteria da Saúde. Aí nós começamos a debater. Não há dúvida nenhuma de que um dos setores mais atingidos, fora o da saúde, é o do turismo, que emprega 2 milhões e meio de brasileiros, os quais estão hoje completamente paralisados e, muitos, quebrados. Fomos construindo um projeto que criasse, além da Loteria da Saúde, a Loteria do Turismo. E, hoje, estamos diante da aprovação do projeto.

Quero agradecer também à Caixa Econômica Federal, aos lotéricos do Brasil, aos meus amigos lotéricos. Hoje, são em torno de 13 mil casas lotéricas no Brasil inteiro, com 70 mil funcionários e arrecadação de 17 bilhões de reais por ano - uma bela arrecadação. Mesmo com essa arrecadação, o Brasil é o que menos paga sorteio ao jogador. Eu sou um jogador de loteria, jogo sempre na Mega-Sena e tenho amigos que já ganharam na Mega-Sena.

O Brasil tem que valorizar as loterias, tem que trabalhar mais em cima delas, tem que dar mais apoio aos lotéricos. Hoje, o Brasil é o País que menos dá retorno a quem ganha. O prêmio que o cidadão que joga na loteria recebe de volta representa só 46% do que é arrecadado. Nós precisamos aumentar mais esse ganho do cidadão e diminuir um pouco, quem sabe, o Imposto de Renda. O Imposto de Renda em relação às loterias é muito alto.

Há beneficiários de loterias que são muito importantes. Recebem recursos da loteria, por exemplo, o Fundo Nacional da Cultura, o Fundo Nacional de Saúde, o Fundo Nacional de Segurança Pública, o Fundo Nacional de Apoio à Criança e o Adolescente, o Fundo Penitenciário Nacional; da administração direta, o Ministério da Cidadania e o Ministério do Esporte; a Receita da União; o Tesouro Nacional. Há ainda recursos sob supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e do Ministério do Esporte.

As loterias prestam um serviço social fenomenal no Brasil. Os Estados deveriam ter também a própria loteria. O brasileiro gosta de jogar. A vida, na verdade, é um jogo. Todo dia temos esperança. Quando você entra numa lotérica, está alimentando uma esperança, uma possibilidade, mas, além disso, com aquele jogo que está fazendo na lotérica, está ajudando algum setor da sociedade.

Eu sempre homenageio o meu querido amigo Raul, da lotérica de Brasília, o meu amigo Vanderlei, aqui em Porto Alegre, o meu querido amigo Júnior. Esses são alguns dos meus amigos lotéricos do Brasil, que merecem a minha homenagem. Não me lembrei de outros, mas recebam todos esta grande homenagem aos lotéricos do Brasil, que precisam ser mais bem tratados. Hoje eles recebem pouco mais de 8% de tudo o que fazem ali, sendo uma espécie de agência bancária. O lotérico abre a sua casa lotérica de manhã cedo, às 8 horas da manhã, e fecha às 6 horas da tarde. Em plena pandemia, todas as lotéricas ficaram abertas, prestando serviços à sociedade brasileira.

Este projeto é muito importante no sentido de lembrar uma fórmula nova e criativa de arrecadação, porque muitas vezes pensamos que os recursos têm que vir só do imposto que o cidadão paga, que também é muito importante. Quero dizer ao Deputado Capitão Wagner e ao Deputado Guilherme Mussi que S.Exas. foram muito felizes quando apresentaram o projeto. E eu procurei melhorá-lo por meio de discussões.

Agradeço à Deputada Erika Kokay, que foi muito gentil no encaminhamento do acordo que fizemos. Na semana passada, como todos viram, o projeto estava com obstrução geral de vários partidos, inclusive do PSOL. E nós fomos trabalhando e tirando as dificuldades, os problemas que havia nele. Definimos a questão da Caixa Federal, que para nós era automático, mas era uma exigência dos nossos acordados. Então, colocamos ali a Caixa Federal e estipulamos também o tempo de vigência da loteria. Tanto a Loteria da Saúde quanto a do Turismo terão um tempo limitado, para vigor somente em época de pandemia.

Acho que nós estamos, mais uma vez, apresentando ao Brasil uma solução - talvez não uma solução, mas uma alternativa importante. É mais uma fórmula criativa de arrecadar recursos para a saúde, e nem se fala da sua importância neste momento que vivemos, e também para o turismo, que representa milhares e milhares de empregos.

Nós que somos do Rio Grande do Sul, de Gramado e de Canela, sabemos dessa dificuldade. Só em 1 dia, foram para a rua 1.200 trabalhadores que cuidavam dos parques de Gramado e Canela. V.Exas. imaginem no Ceará, terra do Deputado Capitão Wagner, e na terra de tantos Deputados que vivem do turismo como estão hoje os

trabalhadores, principalmente os empresários dessa área de turismo.

Então, estamos dando uma contribuição ao Brasil, tenho certeza, com este projeto, ao aprovarmos a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 107/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	21:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retirada de destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificada.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós apresentamos três destaques. Os destaques versavam, dois deles, sobre a importância de a loteria ser operacionalizada pela Caixa. A Caixa é responsável por 98% da habitação popular do Brasil e é o maior articulador de políticas públicas, de políticas sociais do Governo, com mais de 100 milhões de clientes no banco digital, que o Governo quer entregar para a iniciativa privada, como também quer privatizar a área de seguridade da instituição.

O Governo acaba de fazer um IPO, para poder vender o que nenhuma empresa faz. A Caixa é uma empresa que dá lucro e tem uma função social, que começou a sua história como socorro e financiou muitas cartas de alforrias. Por isso, para nós, era absolutamente fundamental que tivéssemos a Caixa operacionalizando essa loteria.

Como foram aceitas pelo Relator as nossas emendas, nós retiramos os destaques.

---

Documento 108/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	22:16
Publ.: DCD - 06/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		

### *Sumário*

Transcurso do Dia Nacional do Expedicionário. Diferença entre o número de vacinas distribuídas pelo Governo Federal e o número de doses aplicadas nos Estados brasileiros. Apreensão de 300 quilos de drogas no Estado do Rio de Janeiro durante operação da Polícia Rodoviária Federal. Investimentos feitos pelos Ministérios de Minas e Energia e da Infraestrutura. Aumento do número de UTIs nos Estados. Antecipação do décimo terceiro salário para os aposentados. Crítica aos partidários da Esquerda. Realização de manifestações, por todo o País, em defesa do Presidente Jair Bolsonaro. Atuação política da CPI da Pandemia instalada no Senado Federal.

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro quero saber se o som está saindo perfeitamente, porque naquela hora estava todo atravessado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Agora sim. Agora eu o ouço perfeitamente.

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP) - Perfeito.

Sr. Presidente, destaco que hoje é o Dia Nacional do Expedicionário. Há 76 anos, 25 mil pracinhas, 25 mil brasileiros entraram em território italiano, onde combateram o nazismo, o fascismo e foram vitoriosos. Este é um dia de homenagem aos expedicionários. Gostaria de saudar todos eles, os poucos que ainda estão vivos, e os seus familiares, que mantêm viva essa história para todo o povo brasileiro.

Agora vou falar um pouco a respeito do Governo Bolsonaro, que é muito importante. Hoje, temos 71 milhões de doses de vacinas distribuídas por todos os Estados - 71 milhões. Mas, infelizmente, o nosso vacinômetro indica que temos apenas 44 milhões. A diferença é muito grande. Não quero crer que Governadores estejam fazendo estoque de vacinas em seus palácios, em suas secretarias. O povo precisa ser vacinado.

Há um esforço muito grande do Governo Federal, do Governo Bolsonaro, do próprio Presidente, em avançar com essa vacinação, mas, como eu já tinha dito desta tribuna um tempo atrás, o Presidente rema num sentido, e alguns Governadores remam em outro sentido. Isso é muito grave para nós. Isso é muito grave porque o Governo Bolsonaro é um Governo que trabalha, é um Governo que atua para o bem da população.

A Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, apreendeu ontem 300

quilos de drogas - 300 quilos de drogas. Essa é a maior apreensão do ano, no Rio de Janeiro. A Polícia Federal desmontou uma quadrilha que movimentou mais de 700 milhões de reais. Lavagem de dinheiro! E por aí vai. Estas duas polícias federais, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, estão trabalhando muito bem.

E o que dizer do Ministério de Minas e Energia? Foram investidos 350 milhões para se levar energia elétrica para os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia. Em relação à área de infraestrutura, basta citar apenas dois dados: 2 mil quilômetros de estradas asfaltadas Brasil afora e 2.500 quilômetros de ferrovias. A nossa infraestrutura ficará um brinco! O Ministro Tarcísio está fazendo um excelente trabalho.

O Governo Bolsonaro, com 58 milhões de reais, aumentou em 1.200 o número de leitos de UTI, em UTIs para adultos e em UTIs pediátricas, em 19 Estados. Não vou citar os 19, mas vou destacar a Bahia, o Ceará, o Maranhão, o Pará, Estados que são governados por verdadeiros opositores do Presidente Bolsonaro.

Para os aposentados, fará a antecipação do décimo terceiro salário: agora em maio, a primeira parcela, junto com o benefício; em junho, a segunda parcela. Sabe o que isso significa? Serão 52 bilhões de reais injetados na economia, porque essas pessoas não fazem poupança. Elas vão comprar seu arroz, vão comprar seu feijão e vão ajudar o comerciante, que vai ajudar toda uma cadeia econômica, que vários Governadores estão tentando bloquear. Mas o Governo vem dando respostas práticas para fazer a nossa economia não parar, mesmo que esses Governadores queiram fazer o Brasil parar.

Por isso Bolsonaro é odiado pela esquerda. Eu costumo dizer que o cristianismo é a maior pedra no sapato do comunismo - o cristianismo -, e Bolsonaro é a pedra no sapato da esquerda brasileira. Por isso todo dia ele é achincalhado; todo dia, a cada 5 minutos, ele sofre uma ofensa; a cada 5 minutos, todos os dias, ele é desrespeitado por imprensa, por políticos, por toda sorte de pessoas que o odeiam. Por quê? Porque ele é cristão? Provavelmente, sim. Porque ele é contra o aborto e contra a ideologia de gênero. Porque ele não é ladrão, ele não é corrupto. Ele tem princípios, ele tem valores.

Esses valores fizeram com que no domingo acontecessem manifestações em mais de 3 mil Municípios deste Brasil. Aqui em São Paulo, na Avenida Paulista, eu fui testemunha da bela manifestação que os brasileiros, que a família brasileira fez em apoio ao Presidente Bolsonaro, em reconhecimento a todos esses dados que eu acabei de passar.

Provavelmente muitos brasileiros estão me ouvindo e precisam saber

que isso acontece, que o Brasil faz, que o Governo Bolsonaro realiza. E não tiro o mérito de muitas votações e muitos projetos que nós, Deputados e Senadores, aprovamos, em total sintonia com o Governo, em total harmonia com o Governo, sem provocar nenhuma desavença.

O Governo Bolsonaro, neste momento de CPI da COVID, está sendo verdadeiramente achincalhado. Mas eu tenho absoluta certeza de que, diante de tantas mentiras que serão ditas naquela CPI por várias pessoas, por vários interlocutores, o Presidente vai aguentar. Tenho toda a certeza. Ele já provou que é forte, já provou que é determinado, já provou que tem o couro grosso na política. Foram 20 anos dentro desta Casa aguentando poucas e boas. Mas ele se viabilizou, candidatou-se e ganhou a confiança do povo. Neste momento em que ele é alvo de inúmeras acusações, ao final desta CPI - cujo destino todo o mundo já sabe qual é - teremos que ver muito provavelmente o Senado concedendo ao Presidente Bolsonaro um atestado de bons antecedentes.

Obrigado.

---

Documento 109/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	22:24
Publ.: DCD - 06/05/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Declarações negacionistas do Presidente Jair Bolsonaro em relação à Covid-19. Acusações infundadas do Presidente da República referentes à China. Preocupação do orador com a manutenção das boas relações comerciais do Brasil com a China e a Índia. Importância desses países para o fornecimento de insumos utilizados na produção de vacinas contra o novo coronavírus.

---

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, sei que a hora está avançada, mas esperamos ainda um relatório chegar, e eu não quero deixar sem registro as palavras proferidas hoje pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, o Presidente da República o tempo inteiro negou a COVID. Os primeiros casos de COVID eram relatados, através das redes sociais, como notícia falsa, porque as pessoas não tinham morrido de COVID e isso era uma invenção. Eles começaram assim. Depois, negaram que a COVID matava as pessoas. Depois, levantaram uma grande campanha contra as vacinas, espalhando o

medo, o pânico na população contra as vacinas.

Ou seja, é uma política contra a vida das pessoas, é uma política contra a Nação, é uma política contra a saúde. Onde o Presidente vai buscar inspiração para isso? Sinceramente, é inacreditável ver essa atitude por parte de um Chefe de Estado.

Vejam o que ele disse hoje. Ele levanta acusações infames contra a China. Acusa a China de guerra bacteriológica, de guerra química. Vejam que irresponsabilidade um Presidente da República fazer isso! E fundamenta, dizendo que é porque a China é uma das poucas nações que está crescendo ainda no mundo, cresceu mais de 12% em 20. Ele é tão ignorante que nem sabe que a China vinha crescendo mais de 10% há muitos anos. A China chegou a crescer 17% ao ano. Quem não cresce é o Brasil de Bolsonaro. É um Brasil que só fez perder.

Nós temos no País uma grande estrutura montada, que é o SUS. O Brasil é uma das nações mais eficientes em vacinação. O que tinha que fazer o Governo Federal? Comprar as vacinas. O que fez o Bolsonaro? Destratou o que o Ministro da Saúde havia comprado de vacinas. E agora ele tenta criar obstáculos para que a China forneça matéria-prima ao Butantan. Ou seja, ele boicota até a vacina que está sendo fabricada no Brasil com a matéria-prima vinda da China. A China tem 1,5 bilhão de habitantes. Não vacinou ainda toda a sua população e fornece matéria-prima para o Brasil. A Índia tem 1 bilhão e 350 milhões de habitantes. Ainda não vacinou toda a sua população e fornece matéria-prima para o Brasil. Era para o Brasil todo dia agradecer à Índia e à China. Era para o Brasil todo dia prestar uma homenagem à China e à Índia, que ainda não completaram a vacinação da sua população e, mesmo assim, fornecem matéria-prima para o Brasil fabricar vacinas e poder vacinar o povo brasileiro.

Os Estados Unidos fazem diferente. Os Estados Unidos têm uma lei própria que diz que eles só vendem vacina depois de imunizar toda a sua população. Então, não vem vacina dos Estados Unidos. Primeiro, eles vão vacinar todos os norte-americanos. Quem abastece o Brasil com matéria-prima para a fabricação de vacina é a China e a Índia. E justamente esses, que são os maiores parceiros comerciais do Brasil, o Presidente ataca. O que pretende ele com isso? Eu acho que ele pretende dificultar a produção de vacinas pelo Butantan. Infelizmente é isso que o Presidente quer.

---

Documento 110/438

---

45.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021-  
CD 22:40

Publ.: DCD - 06/05/2021 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

CÂMARA

DOSORDEM DO DIA

PELA ORDEM

---

### *Sumário*

Nota publicada pelo Ministério da Saúde sobre a disponibilização de 4 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 aos Estados brasileiros.

---

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto a Deputada Joice lê seu relatório, quero só tornar público que o Ministério da Saúde acaba de divulgar nota dizendo que amanhã mais 4 milhões de vacinas serão disponibilizadas aos Estados brasileiros para que possamos continuar com o plano de vacinação. Serão entregues vacinas da FIOCRUZ para imunizar todos os profissionais da rede de saúde que estão mobilizados nos Municípios.

Quem está vacinando são os Municípios. O Governo Federal entrega as vacinas para os Estados, mas os Municípios é que estão vacinando.

Então, quero parabenizar todos os agentes de vacinação dos Municípios que estão proativos, trabalhando incansavelmente. E o Governo Federal, então, estará entregando amanhã, dia 6, mais 4 milhões de doses aos Estados brasileiros.

---

Documento 111/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-05/05/2021-
	CD	23:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão da alínea "b" do inciso I do art 3º da Lei nº 13.999, de 2020, constante no art. 3º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há aquele velho ditado: "para inglês ver". Em relação a este

projeto, é criada uma narrativa exitosa de que agora ele é permanente, o que é muito positivo. Mas ele é permanente como? O seu conteúdo?

Nós percebemos que, para haver celeridade e se votar, houve a digital de Paulo Guedes. Com essa taxa de juros, com a economia que nós estamos atravessando devido à pandemia, o comércio e todo o segmento das microempresas, das médias empresas e das pequenas empresas estão com problemas muitos graves. Essa taxa de juros não vai ter eficácia nenhuma!

Portanto, o PT é favorável ao destaque do PSOL e orienta o voto "não" ao texto.

---

Documento 112/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021- CD	23:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, oferecida ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo, ao manter esta posição recuada em relação ao PRONAMPE, demonstra efetivamente que não está interessado em apoiar decisivamente, de forma robusta, vigorosa, este segmento da economia formado pelas micro e pequenas empresas, os pequenos empreendedores brasileiros, os que geram empregos no País.

É importante dizer que o auxílio emergencial de 600 reais não só matou a fome de milhões de brasileiros, como também aqueceu o mercado interno e, especialmente, deu volume aos negócios realizados pelas micro e pequenas empresas. Portanto, quando o Governo recua dessa maneira, nós só podemos entender que ele não quer apoiar as micro e as pequenas empresas. Ele faz de conta. Como disse o

Deputado Paulão, é para inglês ver.

---

Documento 113/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021- CD 23:12
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, oferecida ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (PSB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer a defesa desta emenda e dizer que o Governo realmente está fazendo cena quando, de certa forma, ele coloca a esperança de um lado e a desesperança de outro.

O Governo acena com a possibilidade de transformar este programa numa política permanente, mas inviabiliza em relação aos juros, criando uma megarrede de produção de lucro para o setor financeiro.

Agora mesmo, nós vimos lucros bilionários. Esse dinheiro tem que ser redistribuído na economia. Um exemplo foi o que aconteceu no ano passado, quando esta Casa criou o auxílio emergencial de 600 reais e manteve o PIB. Há também o exemplo americano, que está jogando recursos na economia.

Por isso, o PSB entende que é fundamental...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 114/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2021-
---------	--

CD

23:16

Publ.: DCD - 06/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, oferecida ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, nós estamos vendo que querem tornar definitivo o PRONAMPE. Por outro lado, dentro dele, há uma armadilha, com estes juros exacerbados, com estes juros exagerados. Eu diria que se trata de uma espécie de presente de grego: aparentemente é muito bom, mas, quando se abre o presente, lá está o cavalo de troia contaminado, exatamente para contaminar a pequena e a microempresa.

O pequeno e o microempresário precisam, nesta hora, de apoio para saírem do sufoco. Nós não queremos que as pessoas morram devido ao coronavírus, mas também não podemos permitir que as pessoas morram de fome, nem podemos permitir que as empresas sejam contaminadas por juros exagerados. É esta a nossa briga.

Nós estamos a favor do empreendedor, daquele que gera emprego e renda, daquele que vai salvar a economia e levantar o PIB, mas não com esse juro.

Xô, juro!

---

Documento 115/438

45.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021-  
CD 23:16

Publ.: DCD - 06/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação

em separado da Emenda de Plenário nº 4, oferecida ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar com a emenda do PSB.

Eu queria argumentar, mais uma vez, que nós estamos falando aqui de 9 milhões de pequenas e microempresas, que é a abrangência do PRONAMPE. No ano passado, 68 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial. O número agora caiu para algo como 40 milhões, e o valor é de 250 reais. É evidente que, sem o auxílio emergencial, não vai haver uma dinâmica na economia. O varejo vai perder muito - quase 12% do seu faturamento. Porém, mais do que isso, o que é agravante, ele vai ser extorquido pela taxa de juros dos bancos, que é o amorzinho do Sr. Paulo Guedes.

Paulo Guedes é, infelizmente, um especulador financeiro no Ministério da Economia do Brasil.

---

Documento 116/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	23:20
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da aprovação da Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fazendo uma paródia do que disse o Deputado Renildo, meu conterrâneo, o PSB apresenta a atitude dos meios, de Confúcio, já

que as outras emendas tiveram um grau de radicalidade.

Esta Casa não tem sensibilidade. Por isso percebemos um desgaste enorme do Congresso Nacional, principalmente da Câmara. Estamos em plena pandemia, e a economia está numa situação gravíssima. Este programa é fundamental para haver estabilidade, mas com uma taxa de juros exequível.

O Paulo Guedes, quando fez uma jogada com a Caixa Econômica, alocou quase 5 bilhões de reais, ou seja, um terço deste investimento. Esta taxa de juros tem nome, ela é a digital de Paulo Guedes, que não atende o pequeno e o microempresário, infelizmente. É uma vergonha para a Câmara Federal.

---

Documento 117/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2021- CD	23:56
Publ.: DCD - 06/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Estranhamento da rejeição, pelo Deputado Marcelo Ramos, à solicitação, feita pelo Deputado Helder Salomão, de votação nominal do Projeto de Lei nº 886, de 2021, sobre alteração da Lei nº 9.277, de 1996, para disposição sobre a cobrança de pedágio. Constatação de vício de inconstitucionalidade na propositura. Defesa da retirada da matéria da pauta de votação. Defesa da análise de modelos de cobrança de pedágios americanos e europeus.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de falar com a presença do Deputado Marcelo Ramos, com quem eu tenho uma relação diplomática, a exemplo da bancada do PT. O ideal é que ele estivesse presente na sua cadeira de Presidente. Mas eu não poderia aqui deixar de fazer esse registro.

Eu quero prestar solidariedade ao Deputado Helder Salomão. O Deputado Helder Salomão, no tempo exato, solicitou verificação para ter votação nominal. Infelizmente, eu não sei qual o motivo. Acredito que pelo cansaço ou ansiedade de querer votar esse projeto que tem a digital do Paulo Guedes, principalmente na taxa de juros. Eu estranhei até o comportamento do Deputado Marcelo, que é um Deputado geralmente diplomático, fleumático, mas hoje, com todo o respeito, houve uma descompensação. Fica o meu registro e minha

solidariedade ao Deputado Helder Salomão.

Eu peço a V.Exa., que sempre conduz esta Casa, que, no momento exato, quando for necessário solicitar questão de ordem ou verificação, o Regimento seja obedecido. Eu faço esse registro.

Em relação ao mérito, Sr. Presidente, quando o Deputado Renildo faz uma solicitação do processo, é um projeto que começou na Câmara, foi para o Senado, houve uma modificação, e o Relator assume todo o substitutivo -- na época, o Deputado Esperidião Amin; e hoje, o Senador Esperidião Amin. É verdade que é um projeto complexo o processo de pedágio. Mas esse projeto, na minha avaliação, tem um item que vai ter vício de inconstitucionalidade porque não se tem aquele modelo padronizado dos pedágios, das filas, faz-se um processo de tarifa cruzada de quem usa e de quem não usa. Tem-se a tarifa cruzada, o preço médio.

Agora, uma pergunta que não quer calar: quem está subsidiando isso? Então, aquelas cidades que tinham os parques, as chamadas praças de pedágio, pagavam. E esta Casa, depois desse debate, isentou essas cidades que você movimentava em torno da praça porque você é morador. O que vai ocorrer agora? O que vai ocorrer agora, para ter esse subsídio cruzado, é que o benefício vai ser alocado através do ISS - Imposto sobre Serviços, um tributo específico do Município.

E o que o projeto define? Que quem vai regulamentar o ISS é a competência do Governo Federal. Ora, um projeto municipal vai ser discutido e regulamentado através do Governo Federal?

Assessoria do PT - acredito que com muita competência - enxerga um vício de inconstitucionalidade. Portanto, o que vai ocorrer? Está passando a ideia de que você não paga mais as tarifas, mas, na realidade, as cidades que têm a antiga praça de pedágio terão uma diminuição no seu ISS.

Agora, imaginem, nesta crise que estamos atravessando, Sr. Presidente, em razão da pandemia, você exigir isso do poder local, do Município, que é o mundo real, onde as pessoas moram, onde existe uma dificuldade imensa para os Prefeitos darem resposta às várias políticas públicas que são demandadas. Imaginem isso com o Brasil atravessando uma crise, com mais de 14 milhões de desempregados, com um auxílio emergencial cujo valor foi diminuído pela metade por esse Presidente irresponsável e genocida, assim como reduziu o seu quantitativo pela metade. No passado, a despesa era de 90 bilhões com o auxílio emergencial, e agora está na ordem de 45 bilhões.

E quem está segurando essa onda? As Prefeituras. São elas que estão mantendo todas as políticas públicas e enfrentando essa questão do

desemprego, porque a população mora nos Municípios e não na estratificação do Governo Federal, que é um processo abstrato. As pessoas moram no mundo real.

Portanto, haverá uma diminuição na arrecadação do ISS, que hoje tem um peso muito forte no *mix* tributário dos Municípios. E são eles que vão pagar, repito, esse subsídio da tarifa cruzada, pois será diminuído do ISS dos Municípios que têm a praça de pedágio.

O PT apresentou uma emenda supressiva, mas tem um problema concreto: quando o projeto sai da Câmara e é todo modificado no Senado, como foi o caso, não há espaço para se apresentar emenda supressiva.

Então, eu avalio que seria importante - e faço um apelo, com todo respeito, tanto ao Relator quanto à Deputada Angela Amin, em nome do ex-Deputado e hoje Senador - tirarmos de pauta esse projeto e fazermos uma construção, possivelmente amanhã, no sentido de equacionar a questão.

Repito, Sr. Presidente: isso é gravíssimo. E estou falando das cidades, principalmente, do Sudeste. Vou dar apenas um exemplo: no meu Estado de Alagoas - e estou vendo daqui o Deputado Coronel Tadeu, que gosta muito de Alagoas e de suas praias -, não temos pedágio. Essa é uma realidade das Regiões Sul e Sudeste.

Então, faço um alerta à bancada, independentemente do corte, seja de Oposição ou de Situação, para o fato de que os Municípios que têm praça de pedágio - e, depois da última decisão, ninguém estava pagando -, agora, com essa tarifa cruzada, vão manter esse subsídio, pois o valor será retirado do ISS dos Municípios, que estão combalidos.

Queria fazer um apelo, Sr. Presidente, Deputado Bismarck, - falando com o Deputado Odorico Monteiro, dois cearenses -, no sentido de que pudéssemos agir de forma prudencial. Indago, portanto, se o Relator teria concordância em dar um tempo até amanhã, para garantirmos que os Municípios não fossem penalizados.

Há outras questões, é verdade. Temos o paradigma da tecnologia. Os tempos mudam, e é real. Então, temos que verificar qual é a realidade exitosa de pedágios não só no mundo americano, mas também no europeu. Existe uma taxa prudencial sobre isso.

Agora, temos que ter muito cuidado para um projeto desses não atender somente a farra das empresas que são donas de rodovias e de grandes pedágios, até porque hoje você não tem rodovias públicas, do ponto de vista da cobrança de pedágios. São grandes corporações da

engenharia nacional e, principalmente, internacional.

Então, queria fazer esse apelo, Sr. Presidente, pois, sendo votado esse projeto, ele poderá ter um vício de inconstitucionalidade, que vai ser questionado. Vamos votá-lo nesta Casa, e depois esse projeto vai ser analisado e derrubado. Eu acho que isso não é prudente. Temos que ter um cuidado na técnica legislativa no sentido de não albergarmos vícios de inconstitucionalidade. Eu, inclusive, lamento, porque a CCJ, seja a do Senado, seja a da Câmara, deveria ter analisado com carinho esse processo, mas, como a celeridade impressa pelo Presidente Arthur Lira é muito forte, muitas vezes ele não respeita esse tempo da CCJ e sempre atropela, com esse ritmo "lirista" de ser, de querer colocar os projetos a qualquer custo. Deveria ter passado com mais cuidado pela CCJ. Repito: existe um vício de inconstitucionalidade. Na minha avaliação, não temos competência de alterar, de diminuir o ISS dos Municípios. Isso não é competência do Governo Federal.

Esse é o foco ao qual eu daria destaque, e pediria um tempo para que pudéssemos fazer uma construção e melhorar esse projeto possivelmente amanhã ou na semana vindoura. Fica a minha reflexão.

E registro, Deputado Eduardo Bismarck -- o senhor, sempre prudente, fazendo abertura: vou ter oportunidade de falar com o Deputado Marcelo Ramos. Presto aqui, mais uma vez, solidariedade ao Deputado Helder Salomão, que, em tempo hábil, pediu o processo de vista para ter votação nominal. O Deputado Marcelo Ramos realmente pisou na bola hoje.

Um grande abraço!

---

Documento 118/438

---

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	05/05/2021-00:24
	- CD	
Publ.: DCD - 06/05/2021	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM DE
		QUESTÃO DE
		ORDEM

---

### ***Sumário***

Questão de ordem sobre prorrogação da sessão indefinidamente apenas no caso de matérias das pautas relacionadas ao § 3º do art. 4º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 14, de 2020, sobre instituição, no âmbito da Câmara dos Deputados, do Sistema de Deliberação Remota, medida excepcional destinada à viabilização do funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde

pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apresentar a seguinte questão de ordem. Só pode haver prorrogação da sessão indefinidamente caso todas as matérias da pauta atendam ao § 3º do art. 4º da Resolução nº 14, de 2020. Não é o caso. O PRONAMPE ainda tratava de matéria ligada à COVID; pedágio, não. E eu sou testemunha de que o Deputado Marcelo Ramos colocou assim: "*Nós precisamos de pouco tempo, até 10 horas da noite, para votar todas as matérias*". Está gravado isso, é só verificar nas notas taquigráficas. Ele falou isso.

Documento 119/438

45.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-05/05/2021-
	CD	00:32
Publ.: DCD - 06/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

### **Sumário**

Posicionamento do orador favorável ao Projeto de Lei nº 5.575, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para permissão do uso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de forma permanente, como política oficial de crédito, com o devido tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, com vista à consolidação dos pequenos negócios como agentes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional.

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, estamos tratando agora, neste instante, de cumprimento do Regimento. Eu, inclusive, sou favorável à aprovação do PRONAMPE, com as situações que estão sendo colocadas para debate.

No entanto, evidentemente, estamos num debate em que não podemos abrir precedentes, nessa situação, no que diz respeito ao Regimento. Acho que com isso, Sr. Presidente, temos que ter cuidado.

Eu vi todo este debate, acompanhei a polêmica. Seria muito interessante até que se pegassem as notas taquigráficas. Eu acho que sempre deve ser o diálogo o caminho - sempre! E, evidentemente, deve haver a preservação da nossa convivência, que é a preservação do Regimento. Fora do Regimento, vamos ter problemas. Eles

parecem simples, mas podem se agravar.

O Deputado Paulão manifestou-se com propriedade. É preciso que tenhamos observância às regras, que façamos com que tudo seja esclarecido dentro de uma lógica de atenção material ao assunto. Não dá, porque um achou, o outro achou, o outro achou... Há uma situação regimental. Acho que isso supera, inclusive, qualquer debate neste momento.

Nós somos a favor do PRONAMPE, mas há questões que estão claramente equivocadas. Inclusive, acho que, se o PRONAMPE vier sozinho (*falha na transmissão*).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Zé Neto, acho que o microfone do dispositivo de V.Exa. se encerrou.

Esclareço que estamos votando o pedágio, não é o PRONAMPE.

V.Exa. precisa ativar o microfone do dispositivo para concluir. V.Exa. dispõe de 50 segundos.

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA) - Mas a polêmica começou na votação do PRONAMPE. O problema começou na votação do PRONAMPE. Essa questão do pedágio é outra polêmica também, mas estou dizendo que a polêmica em relação ao Regimento começou na votação do PRONAMPE.

Não somos contra o PRONAMPE. Inclusive, defendemos todo o tempo que houvesse uma aquiescência em relação ao fato de que o PRONAMPE sozinho não vai resolver o problema do Brasil, porque é preciso ajudar o setor empreendedor. Estou muito seguro disso e acho que é preciso ajudar muito mais.

Também é preciso fazer com que o auxílio emergencial venha para contribuir, porque, sem que recurso circule na base, vai haver dificuldade.

Então, acho que era bom, Sr. Presidente, olhar materialmente o que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

### *Sumário*

Apelo ao Conselho Nacional de Justiça para reexame de decisão sobre o fechamento de comarcas no Estado do Espírito Santo. Posicionamento do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Conveniência de adoção da medida pelo Presidente Jair Bolsonaro. Importância da aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro que nos acompanha nesta sessão, nesta quinta-feira, dia 6 de maio, eu quero me dirigir ao povo capixaba e falar sobre a nossa preocupação em relação ao fechamento de mais de um terço das comarcas do nosso Estado.

Quero fazer um apelo ao Conselho Nacional de Justiça, que adiou esta medida. Apelo para que seja revista esta posição. O fechamento de mais de um terço das comarcas capixabas vai prejudicar sobretudo os mais pobres, vai prejudicar o acesso à Justiça e à Defensoria Pública daqueles que mais precisam. Estaremos juntos nesta luta para evitar o fechamento das comarcas capixabas.

Também quero, nesta manhã, falar sobre a decisão histórica do Presidente norte-americano, Joe Biden, que, no dia de ontem, anunciou a quebra das patentes de vacinas contra a COVID, com o objetivo de acelerar o processo de produção, para que seja possível termos mais rapidamente a imunização da população. Parabéns ao Presidente norte-americano!

Aqui eu pergunto: por que o Presidente brasileiro genocida não faz o mesmo? Por que não anuncia a quebra de patentes, para que nós possamos vacinar o nosso povo, salvar vidas, salvar a economia, salvar empregos? Este é o apelo que nós fazemos. O Governo não toma nenhuma medida nesse sentido, para acelerar o processo de vacinação do nosso povo. Só a vacina salva vidas. Só a vacina vai salvar a economia brasileira e vai salvar os empregos.

Por fim, Sr. Presidente, quero me referir à decisão importante que nós tomamos neste plenário, com a votação do projeto para revogar o entulho autoritário que é a Lei de Segurança Nacional.

Certamente, não foi o melhor texto. Poderíamos ter avançado um pouco mais. É preciso lembrar que a Lei de Segurança Nacional foi utilizada na ditadura militar, é um entulho da ditadura. Foi usada para

perseguir opositores, para perseguir os críticos do governo. Hoje, esta medida é utilizada pelo Governo Bolsonaro para perseguir aqueles que se opõem ao atual Governo.

Portanto, foi muito importante para o Brasil a decisão desta Casa que revoga este entulho autoritário aprovado e criado durante o regime militar em nosso País.

Nós não podemos permitir que as pessoas que se opõem ao Governo - Parlamentares, influenciadores das redes sociais, integrantes de movimentos sociais - sejam perseguidas. Para fortalecer a nossa democracia, precisamos garantir que todos aqueles que fazem militância na política tenham liberdade para expressar as suas opiniões. E há hoje uma clara perseguição.

Portanto, parabéns a esta Casa, porque deu uma resposta!

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 121/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-08:44
Publ.: DCD - 07/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza demagógica das medidas adotadas pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, para contenção da epidemia de coronavírus. Descaso do Governador João Doria com os policiais e com a área da segurança pública de São Paulo.

---

**O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) -**  
Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas Parlamentares.

Ontem, no Palácio dos Bandeirantes, ocorreu um evento com vários prefeitos de cidades do Estado de São Paulo. Um Governador que tanto preza a ciência promoveu uma verdadeira aglomeração.

Após esse evento, eu tive contato com alguns prefeitos. Eles me relataram o descaso com que o Governador trata essa pandemia, em todos os sentidos. Um deles é promovendo um evento, quando ele

mesmo prega o contrário. É lamentável. Nós já sabemos que ele promove vários eventos, há várias semanas, enquanto a cidade está em um *lockdown* que ele promoveu.

O descaso não para por aí. Quero aproveitar esse período de Breves Comunicados para relatar que, a cada dia que passa, o descaso com os policiais e com a segurança pública do Estado de São Paulo só aumenta.

Infelizmente, muitos paulistas e brasileiros que moram em São Paulo, nas eleições de 2018, caíram no conto daquele jargão "Bolsodória". Ele usou o nome do Presidente Bolsonaro para se viabilizar como Governador e ganhou a eleição com uma margem extremamente apertada aqui em São Paulo. Ele enganou os brasileiros. Na sua campanha, ele disse que iria praticar uma gestão do Governo do Estado. Hoje, o que nós vemos é o Estado de São Paulo se desmontando a cada dia que passa.

A segurança pública - falo aqui em defesa dos policiais militares, dos policiais civis, dos policiais penais e da Polícia Científica - está cada vez mais desmontada. A cada dia, nós perdemos uma delegacia de polícia. A cada dia, nós perdemos um policial. A cada dia, fica mais difícil registrar um boletim de ocorrência no Estado de São Paulo. A cada dia, em cada cidade do Estado, nós perdemos policiamento, porque não há efetivo para recompor a Polícia Militar.

A Polícia Científica praticamente padece, sem poder atender a população, da forma como está. A Polícia Penal, que tanto faz dentro do sistema penitenciário, também sofre com uma falta de efetivo terrível. Há concursos já feitos, candidatos aprovados, e o Governador simplesmente não convoca esses policiais para reforçar a segurança do Estado. É lamentável o quadro.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 122/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-08:48
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consequências para o País da incompetência do Governo Jair Bolsonaro para o enfrentamento à epidemia de coronavírus. Defesa de quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Realização, pela Casa, de Comissão Geral destinada

ao debate do tema. Defesa de imediata apreciação do projeto de lei aprovado pelo Senado Federal acerca do assunto. Necessidade de mudança da posição do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC contrária à quebra de patentes das vacinas contra a doença.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Nesta manhã, ainda impactados com a perda de mais de 412 mil vidas no Brasil, dentre elas a do ator e diretor Paulo Gustavo, ontem aplaudido de pé em todo o Brasil e nesta Câmara, é preciso asseverar que estamos no segundo ano de uma pandemia que infelizmente atinge toda a humanidade, e o Brasil sofre com maior rigor pela inépcia, pela incompetência, pela falta de responsabilidade deste Governo.

Nós clamamos pela quebra de patente das vacinas e propusemos a realização de uma Comissão Geral, que foi abraçada e realizada com o aval do Presidente da Casa. Ali pudemos debater com os maiores especialistas do Brasil essa possibilidade.

O Brasil se transformou em uma referência mundial, quando em 2006 o Presidente Lula finalizou um longo processo de debate sobre a quebra de patente do Efavirenz, um dos medicamentos importantes do coquetel anti-AIDS. Há hoje milhões de pessoas que vivem com o vírus da AIDS, e vivem dignamente - não há cura ainda. Essa quebra de patente reduziu de 16 dólares para 48 centavos de dólar a dose do Efavirenz genérico importado.

A quebra de patentes não é uma guerra contra a propriedade intelectual; é uma pactuação de transferência de conhecimento, transferência de conteúdo.

Nessa discussão, o Senado da República se adiantou e aprovou um projeto do Senador Paulo Paim. Eu quero rogar aqui nesta manhã: vamos pôr em votação a matéria! O projeto já deve ter chegado à Câmara. É necessário que se observe se já chegou à Câmara, para que entre na pauta esse projeto. É fundamental, porque teremos o início de um processo que não é rápido. É preciso preparar técnicos, é preciso identificar que laboratórios estarão preparados para isso. O Butantan e a FIOCRUZ já mostraram que têm capacidade instalada, mas nós temos todo um parque privado que está inclusive em grandes dificuldades pela política de importação geral que foi instalada no Brasil.

Como farmacêutica e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, eu quero clamar pela votação desse projeto

e, sem dúvida alguma, dizer que o Brasil precisa mudar o voto na OMC, porque os Estados Unidos mudaram seu voto, e ficam agora Brasil e Israel, já que os demais países ou tinham pedido um tempo ou estavam de acordo com a quebra das patentes, como a Índia, o Paquistão. A China demonstra grande tendência ao apoio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 123/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-08:56
Publ.: DCD - 07/05/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação das declarações do Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luiz Antônio Nabhan Garcia, sobre os motivos da não realização da reforma agrária pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19 e de afastamento do Presidente da República.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero restabelecer a verdade. O Nabhan Garcia, que é Secretário do Governo Bolsonaro - se eu não me engano, Secretário agrário -, foi Presidente da UDR e, nessa condição, ficou famoso por fazer leilões de gado para arrecadar dinheiro com o objetivo de contratar milícias para perseguir, ameaçar os trabalhadores. Esta é uma verdade. Nabhan Garcia afirmou que não existem terras improdutivas no Brasil. Ele disse que todas as terras brasileiras são produtivas. É por isso que Bolsonaro não fez nem uma desapropriação até hoje.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer cidadão ou cidadã que andar por este Brasil de carro, de ônibus ou a pé, verá, a olho nu grandes extensões de terra - terras improdutivas, passíveis de desapropriação. Bolsonaro não faz a reforma agrária, não desapropria terras porque ele é contra os sem-terra, contra os indígenas, contra os quilombolas, contra o povo brasileiro! É por isso!

Sr. Presidente, quer saber o que de mais grave ele disse? Nabhan Garcia disse que não faz reforma agrária porque não há dotação orçamentária. Se não há dotação orçamentária, a responsabilidade é do chefe dele, Bolsonaro, que não libera recursos para a reforma

agrária. Preferiu deixar 26 bilhões no Orçamento para atender emendas de Parlamentares que votam a favor do seu Governo. É por isso que não há recursos para a reforma agrária, para a educação, para a Previdência, para o Bolsa Família, para pagar 600 reais de auxílio emergencial! Esta é a verdade!

O Presidente do INCRA, Sr. Presidente, afirmou que não faz reforma agrária porque não há dotação orçamentária ou porque ficaram débitos dos Governos passados com relação à dívida agrária brasileira. Sr. Presidente, quando o INCRA assume qualquer área desapropriada, tem que pagar imediatamente pelas benfeitorias - todas as benfeitorias são pagas imediatamente. Agora, pela terra nua, como é conhecida, ele tem até 20 anos para pagar. É lógico que um governo não vai pagar pelas terras nuas num mandato; vai levar até 20 anos para fazer esse pagamento. Essa é a lei!

Ou seja, não se faz a reforma agrária porque o Governo Bolsonaro não quer; porque o Bolsonaro é contra o povo brasileiro; porque o INCRA não tem recurso, não tem estrutura, só serve para perseguir as organizações, criminalizar os movimentos sociais.

Nós, os trabalhadores brasileiros, vamos continuar em luta contra Bolsonaro. Continuaremos lutando pelo auxílio emergencial de 600 reais, pela vacina para todos. E agora também lutaremos pelo "Fora, Bolsonaro"! Nós não temos condições de conviver com esse Presidente da República por nem mais 1 ano.

---

Documento 124/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:00
Publ.: DCD - 07/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Confirmação da prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro, pela CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Vinculação entre a superação da marca de 400 mil mortes pela Covid-19 no Brasil e o negacionismo do Presidente da República diante da doença. Protesto contra a retirada do subsídio governamental ao gás de cozinha. Sucessivos ataques do Governo Jair Bolsonaro à população pobre do País.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a gentileza.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, a CPI da COVID no Senado já tem elementos suficientes para indicar o cometimento de crime de responsabilidade por Bolsonaro durante a pandemia. Os depoimentos dos dois ex-Ministros da Saúde já trouxeram a confirmação de muitos crimes praticados pelo Presidente contra o povo. Os dois ex-Ministros foram muito claros e confirmaram o que toda a população já sabe sobre o boicote de Bolsonaro ao combate à pandemia.

É justamente esse negacionismo do Presidente que faz o Brasil chegar a mais de 400 mil óbitos causados pela pandemia. Esperamos que a partir da CPI da COVID Bolsonaro seja punido pelo que fez e pelo que está fazendo contra o povo brasileiro.

Sr. Presidente, uma das maiores mentiras do Ministro da Economia, Paulo Guedes, foi prometer que o gás de cozinha baixaria para 35 reais no Governo Bolsonaro. Um botijão de gás está sendo vendido por 120 reais. E, para piorar a situação, o Governo retirou o subsídio do gás, que havia sido implantado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores para ajudar as famílias de baixa renda. Como Bolsonaro não gosta do pobre, cortou o benefício.

É um absurdo, Sr. Presidente: todos os dias este Governo promete ataques ao povo, principalmente contra os pobres.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara.

Mais uma vez, Sr. Presidente, muito obrigado pela sua atenção.

---

Documento 125/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:00
Publ.: DCD - 07/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização de audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para debate da concessão do auxílio emergencial em 2021. Insignificância do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Defesa de retomada do valor de 600 reais para o benefício. Aumento da fome, da miséria e do desemprego no País. Urgente

vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Ontem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio realizou audiência pública para tratar do auxílio emergencial.

Tivemos, na ocasião, a oportunidade de fazer um debate com a representação do Ministério da Cidadania e com a do Ministério da Economia e também com outras representações, e o que ficou demonstrado, Sr. Presidente, é que, de um total de 56 milhões de pessoas cujos pedidos foram analisados e processados pelo Ministério da Cidadania, só 39 milhões, hoje, estão aptas a receber o auxílio emergencial.

Se compararmos com o ano passado, quando mais de 60 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial, veremos quantas deixarão de receber, este ano, auxílio. E o objetivo seria pagá-lo para 45 milhões, 46 milhões de pessoas, segundo o que foi dito. Portanto, 6 milhões de pessoas que poderiam estar recebendo o auxílio emergencial não o receberão.

Esse auxílio é insignificante, diria assim, considerando o tamanho da necessidade da população, porque, se uma pessoa recebe 150 reais, quando, em Estados como o Amazonas e também em Estados do Centro-Oeste, o gás de cozinha custa 120 reais, o dinheiro só dá para comprar o gás e alguns quilos de feijão e de arroz, o que, com certeza, não dá para alimentar a família.

Não é à toa que hoje há quase 20 milhões de pessoas passando fome. Esse auxílio emergencial, cujo pagamento deveria ter estar sendo feito desde o mês de janeiro, foi reduzido, e os valores totais para a população também diminuiram de 320 bilhões, no ano passado - embora o Ministério tenha dito que foram 293 bilhões -, para 44 bilhões. Além disso, o montante disponível para este ainda não foi todo utilizado: está planejado o gasto de apenas 36 bilhões. Ainda há em torno de 8 bilhões de reais, que até agora não foi definido como será repassado à população, que está passando fome.

É urgente o pagamento do auxílio emergencial. Nós precisamos ter mais rapidez nisso também. Nós temos que lutar para aumentar o valor do auxílio para 600 reais. Não dá para uma família sobreviver com esse valor médio de 250 reais. A fome, a pobreza, a miséria estão aumentando; o desemprego é altíssimo; e nenhuma medida há mais do

Governo Bolsonaro para minimizar a situação de milhões de brasileiros e brasileiros.

Além de tudo isso, a vacinação está atrasada. Ela é urgente. Sem ela, fica muito mais difícil retomar as atividades econômicas.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu discurso, Sr. Presidente.

---

Documento 126/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:08
Publ.: DCD - 07/05/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Participação do orador na solenidade de lançamento da Semana Nacional das Comunicações, no Ministério das Comunicações. Importância da criação do Programa Digitaliza Brasil. Prejuízos causados à educação brasileira pelas dificuldades de acesso à Internet durante a epidemia de coronavírus. Elogios à atuação do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, no exercício do cargo. Agradecimento ao Ministro Fábio Faria pela instalação de pontos de Internet no interior do Estado da Bahia.

---

**O SR. CHARLES FERNANDES** (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Bom dia, Deputado Charles Fernandes.

**O SR. CHARLES FERNANDES** (Bloco/PSD - BA) - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Esta semana, Sr. Presidente, foi importante para o futuro do nosso País no que toca à TV analógica e ao futuro da TV no Brasil.

Eu participei, na terça-feira, no Ministério das Comunicações, do lançamento pelo Ministro Fábio Faria da Semana Nacional das Comunicações no País. Na ocasião, o Ministro mostrou para todos os investimentos que vão ser feitos nesta área.

É muito importante, hoje, a criação do programa Digitaliza Brasil. Nós sabemos que no interior do País ainda temos muitas dificuldades com relação à Internet. Com a pandemia, as nossas crianças do interior,

especialmente do Nordeste, passaram, e ainda passam, por muitas dificuldades. Muitas não têm a mínima condição de participar das aulas à distância - V.Exa. também é do Nordeste brasileiro e sabe disso.

Infelizmente, um ano foi perdido no que diz respeito à educação de milhões e milhões de crianças do nosso País. Entramos neste segundo ano de pandemia, e está ainda muito mais grave a situação no Brasil. Vejam o tamanho do prejuízo para a educação, para o desenvolvimento da educação no nosso País!

Eu não poderia deixar, depois de ter participado, na terça-feira, no Ministério das Comunicações, do evento a que me referi, de mostrar uma coisa boa que esse Ministro está fazendo. O Ministro Fábio Farias é jovem e tem procurado se dedicar a servir ao nosso País.

Infelizmente, nós vemos muitas coisas erradas, ainda, por parte deste Governo, que não dá atenção especial, não dialoga com a população. Esse seu Ministro, ao contrário, vem fazendo um trabalho muito bom no Ministério das Comunicações.

Aqui na nossa região de Panambi, no interior da Bahia - e eu não poderia deixar de agradecer ao Ministro -, os pontos mais distantes da sede do Município já começaram a receber o sinal de Internet. Em várias comunidades da zona rural, já está sendo montado aquilo que foi prometido. Então, é um avanço significativo para o interior do Nordeste brasileiro.

Eu quero agradecer ao Ministro por esse *kits* que já estão sendo instalados aqui na região.

Parabéns ao Ministro Fábio Faria!

Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

---

Documento 127/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Superação da marca de 410 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Defesa de retomada do auxílio



emergencial de 600 reais e dos investimentos na agricultura familiar e nas pequenas e médias empresas. Pedido aos Deputados de apoio para aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19; sobre a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018 (Lei Assis Carvalho II). Natureza histórica do posicionamento do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Sectarismo do Governo Jair Bolsonaro demonstrado na contrariedade à medida.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os dados de hoje mostram que mais de 410 mil pessoas morreram de COVID no Brasil. Penso que está faltando um olhar humano de gente com sentimento, porque nós queremos viver. Nossas vidas importam -- e importam muito.

Portanto, nós temos de fortalecer o Sistema Único de Saúde, que está atendendo a população, e também o Sistema Único de Assistência Social -- SUAS, para que tenhamos vacinas gratuitas para todos e todas e possamos tirar da exaustão os servidores da saúde.

É preciso criar, neste momento, uma consciência e um olhar, para que o auxílio emergencial continue no valor de 600 reais, para que haja investimento nas pequenas e médias empresas e também na agricultura familiar. Aliás, eu aproveito para pedir apoio ao projeto da Lei Assis Carvalho II.

Eu quero dizer que não nos surpreendeu a atitude do Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que foi amplamente comemorada entre várias instituições, ao anunciar apoio à quebra de patentes de vacinas contra a COVID-19. Enquanto isso, aqui nós estamos brigando com a ANVISA, para que libere a importação de uma vacina, para que Governadores e até mesmo Prefeitos possam ajudar, neste momento, os seus Estados, as suas cidades.

Essa decisão do governo norte-americano não tem precedentes. Ao decidir apoiar essa ideia, ele avança, passa na frente de países emergentes e entra na Organização Mundial de Comércio. A postura reflete realmente uma mudança de posição histórica do governo norte-americano em relação à propriedade intelectual, que também é necessária no Governo brasileiro.

E mais: os auxílios que tem dado para a população norte-americana que, em virtude do isolamento, ficou desempregada e na pobreza nem se comparam com o que nós estamos a oferecer para o povo brasileiro.

O Brasil é um dos poucos países no mundo a defender essa posição de que patentes não devem ser quebradas, por conta de uma ideologia e de uma decisão que nós entendemos sectária do ponto de vista de não aceitar que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 128/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade dos depoimentos prestados pelos ex-Ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich à CPI do Senado Federal destinada à investigação de omissões e responsabilidades do Governo Federal no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Prejuízos causados à economia brasileira pelos ataques do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à República Popular da China; e pela devastação ambiental da Amazônia. Questionamento ao Presidente Arthur Lira sobre as razões da não instalação de CPI para investigação do desmatamento na Amazônia.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer repercutir, hoje, na minha fala, as provas cabais, a partir dos depoimentos dados pelos ex-Ministros da Saúde, o Luiz Henrique Mandetta e o Nelson Teich, sobre a existência de um gabinete paralelo, um gabinete de aconselhamento para tratar questões de combate ao coronavírus.

Não há nada mais esdrúxulo do que evitar o funcionamento do centro de emergência de combate à pandemia, que não funciona, que foi esvaziado. E todo Ministro da Saúde que ficar calçado na boa técnica e na ciência terá vida breve, como teve o Teich. Ele foi pressionado a prescrever cloroquina e dividir o estoque desse medicamento com os Estados brasileiros.

O cúmulo foi o testemunho do Mandetta de que haveria a possibilidade de um decreto presidencial para a ANVISA mudar a bula da

hidroxicloroquina.

Além disso, nós temos sucessivos ataques ao maior parceiro externo do País, que é a China, o maior comprador de nossas *commodities*. Nós temos um superávit comercial muito importante com esse país. É o Presidente da República; é o Paulo Guedes, um Posto Ipiranga às avessas!

E tivemos, agora, esta semana, uma reação concreta e forte de compradores europeus no que se refere à exportação de alimentos, principalmente de proteína de alto valor biológico.

Nós estamos transformando este País num satélite. Ele está deixando de ser um dos maiores *players* nas decisões dos 10 países mais importantes do mundo. Deixamos de estar nesse radar. Hoje somos um pária. A reação dos compradores europeus aos alimentos se deve à devastação ambiental da Amazônia.

E aí, Sr. Presidente da Câmara - e me dirijo a V.Exa. -, está faltando o que para instalarmos a CPI do desmatamento? Na Amazônia, há 96 milhões de reais em madeira ilegal. É isso que está acontecendo.

---

Documento 129/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:20
Publ.: DCD - 07/05/2021 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de inclusão na pauta dos Projetos de Lei nºs 5.829, de 2019, sobre alteração da redação do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, acerca da instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do disciplinamento do regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19; sobre a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018 (Lei Assis Carvalho II). Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, neste momento venho pedir à Presidência da Câmara que coloque em votação o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, que cria uma política para a energia solar nos próximos 30 anos. Todo o setor em âmbito nacional está mobilizado, setor que produz energia

elétrica limpa e aproveita a natureza: o sol. É uma fonte de renda para as famílias, para as empresas, para o meio rural. Essa política vem ao encontro da necessidade da economia que estamos vivendo, do momento que estamos vivendo.

Por isso, na condição de Deputado, em 2019, apresentei um projeto de decreto legislativo contra o decreto do Presidente que retirava subsídio dos pequenos geradores de energia elétrica.

Esse projeto agora é para a energia solar, setor que está crescendo no Brasil, no Rio Grande do Sul. Muitas pequenas empresas estão colocando energia solar, as escolas, os hospitais, assim como também as propriedades da agricultura familiar, do agronegócio e as pequenas empresas nas cidades. Por esse motivo, pedimos que o projeto seja colocado em votação.

Há outro projeto que teve apoio da Câmara dos Deputados e foi aprovado, no ano passado, o Projeto de Lei nº 735, de 2020. Agora aguardamos a votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, que tem por objetivo fomentar a agricultura familiar. Esse setor precisa muito, porque é encarregado de produzir o alimento que vai chegar à mesa do povo brasileiro.

O projeto foi acordado entre as Lideranças, e agora o Presidente da Câmara dos Deputados precisa colocá-lo em votação. E nós precisamos aprová-lo para fomentar a produção de alimentos, repassar o auxílio emergencial de 600 reais, como defendemos para todos os trabalhadores brasileiros, e também resolver o problema das dívidas. Os agricultores não conseguiram pagar suas dívidas nem no ano passado, nem neste ano, em virtude da pandemia da COVID-19. E eu não vejo boa vontade do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, nesse sentido.

Presidente Arthur Lira, esse projeto é para ajudar os nossos agricultores gaúchos, mas principalmente os agricultores assentados do Nordeste...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

### *Sumário*

Politização da pandemia de coronavírus no País por setores da imprensa e da Esquerda. Indignação com o descaso da mídia com o assassinato de crianças e professoras de creche no Município de Saudades, Estado de Santa Catarina.

---

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, digníssimo Presidente Eduardo Bismarck. É muito bom estar aqui.

Confesso que ontem fiquei bastante preocupado, chateado e até muito decepcionado com a maneira como estão tratando, de fato, a COVID-19 no Brasil. A questão está totalmente politizada. Não importa se morrer A, B, C, tem que botar a culpa no Governo.

Vejam vocês a tragédia que vivenciamos na cidade de Saudades, em Santa Catarina. Três crianças e duas professoras foram mortas barbaramente com facão. Foi um crime bárbaro e hediondo em todos os aspectos. E deu a grande mídia da imprensa marrom destaque à morte do ator, do humorista, mas todos os brasileiros são importantes.

Não tem como dar mais espaço. Para tentar colocar a culpa em Bolsonaro, artistas preocupados vão dizer em seus discursos que tem que ter a vacina e que a culpa foi da vacina, quando eles mesmos - e isso será provado após a pandemia - cometem o crime de serem contra a prevenção e o tratamento precoce. O japonês que ganhou o Prêmio Nobel de Medicina, Satoshi Ômura, sugere que coloquem na bula da ivermectina que ela evita a COVID-19 também, assim como queriam fazer com a cloroquina. E a hidroxicloroquina é melhor ainda, porque tem zero efeito colateral e não precisa sequer de receita para se comprar.

Agora, por favor, houve uma tragédia com três crianças de 2 anos de idade, que foram esfaqueadas, um crime bárbaro, e dão preferência para divulgar -- ganhou eco, tudo bem, é uma pessoa conhecida -- a morte do ator. Mas não é uma vida mais importante do que a vida dos outros, como a do João ou a da Maria das Camélias.

Politizar dessa maneira é vergonhoso, vergonhoso! Esquece-se do principal: o crime bárbaro, hediondo. Mas aí são contra armas de fogo. Foi com arma branca! Estou envergonhado da política que se faz neste momento no Brasil de parte da Esquerda e da imprensa marrom.

Que vergonha! Três crianças e duas professoras foram assassinadas a facão, mas, não, querem culpar Bolsonaro, culpar, culpar... Que falta

de sensibilidade! Que tipo de coração bate no corpo dessas pessoas?

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 131/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:32
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade de informação prestada por ex-Ministro da Saúde sobre o objetivo do Presidente da República de contaminação da população por Covid-19 para a criação da imunidade de rebanho no País, em depoimento à CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Defesa de ações em defesa da agricultura familiar e dos transportes alternativos. Expectativa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

---

**O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.**

Sr. Presidente, esta é uma manhã importante para a Casa Legislativa, e, neste instante, temos várias tarefas.

Ontem, o Brasil assistiu a uma situação lastimável na CPI da Pandemia, da COVID, e hoje nós estamos aqui já de cabeças erguidas para buscar, evidentemente, caminhos e encontrar saídas para o Brasil. Saídas que, infelizmente, não estão tão claras. Elas não estão tão claras porque nós estamos sem alternativa, tanto na economia como nas questões sanitárias de saúde, para trazer ao Brasil alento.

Ouvir de um ex-Ministro da Saúde que o Presidente da República queria que houvesse uma imunização em massa, a partir do fato de que todos iriam ser contaminados e haveria um efeito manada, isso nos deixa a ideia: "*Morra quem morrer, eu quero que isso passe logo e quero também economizar para sobrar recursos para eu fazer campanha*". Parece-me que o que se passou ontem deixa essa ideia na cabeça de quem acompanhou o raciocínio e as falas dos Ministros.

Hoje, nós temos aí um momento importante - eu, inclusive, sou autor de um dos projetos - do qual faz parte o elenco dos projetos aos quais

foram dados parecer pelo Deputado Zé Silva e que tratam da agricultura familiar.

Nós precisamos, Sr. Presidente, ter uma linha de ação efetiva para ajudar a agricultura familiar, ajudar a área de transporte, principalmente os transportes alternativos complementares, que, no País inteiro, são os transportes de vans, micro-ônibus, que precisam de ajuda. Também estive conversando com o Ministro João Roma, para que o Governo se sensibilize nesse sentido.

Hoje, nós temos um momento importante e podemos começar a pensar na votação desse projeto que tem o parecer do Deputado Zé Silva, que já tramita na Casa, que é o Projeto de Lei nº 823, de 2021, a fim de que possamos encontrar mais um ponto de esperança para ajudar a nossa agricultura familiar a sair dessa profunda crise pela qual vem passando.

---

Documento 132/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:36
Publ.: DCD - 07/05/2021 - GASTÃO VIEIRA-PROS -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consternação com o falecimento por Covid-19 do ator Paulo Gustavo. Realização pelo Plenário de homenagem póstuma com salva de palmas ao ator. Reflexão sobre as reações dos brasileiros diante de mais de 400 mil mortos por Covid-19 no País.

---

**O SR. GASTÃO VIEIRA** (Bloco/PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi uma daquelas noites em que nós nos deixamos dominar pela emoção. Ouvindo todos os programas de televisão, *podcasts*, eu pude sentir o tamanho do sentimento do nosso País em relação à morte do ator e humorista Paulo Gustavo.

Aquele bater de palmas, que veio até o Plenário da Câmara dos Deputados por aqueles que estavam presentes à sessão, representavam-nos. As frases, o carinho com os filhos, enfim, explodiu um grande amor que estava contido no povo brasileiro em relação àquele jovem de 42 anos, que nos fez ter alegrias durante muito tempo.

Eu não o conhecia. Foi durante a pandemia, em casa, com a minha esposa, que minhas filhas nos levaram a ver seus filmes, como *Minha mãe é uma peça* e tantos outros, que eu tomei conhecimento daquele

jovem ator. E ele era fino nas suas ironias, ele era educadíssimo nas coisas que dizia, embora elas tivessem dentro de si críticas muitas vezes pesadas às famílias, à maneira de se criar o filho, à maneira de as mães enfrentarem os problemas.

É muito triste o que nós assistimos. Mas de toda tristeza deve nascer uma grande alegria. E a grande alegria que eu espero que nasça é um sentimento que nos una dizendo que nós não podemos continuar mais vivendo passivamente essa tragédia de mais de 400 mil mortos, talvez 500 mil, se a matéria que deduz que omitimos 30% das notificações for verdadeira.

Mas o que me espanta - e me espanta muito - são as pessoas com as quais convivi a vida inteira que perderam um ente para essa pandemia, não puderam enterrá-los, choraram à distância, muitas vezes deram dinheiro para olhar naquela capa preta do necrotério o seu ente querido. Essas pessoas voltam agora e raramente não estão com a mesma posição política de antes da pandemia, que ceifou a vida de um ente querido.

O que está acontecendo conosco? Essas pessoas são dóceis, em outro sentido, no sentido social, no sentido da conversa de futebol, disso e daquilo, mas são extremamente irremovíveis, se eu posso criar essa palavra...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 133/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:40
Publ.: DCD - 07/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Taxas elevadas de infecções e mortes por Covid-19 no Estado do Amapá. Consternação com o falecimento do ator Paulo Gustavo, acometido pela doença. Alerta à população brasileira sobre a gravidade da pandemia de coronavírus. Crítica ao ataque do Presidente Jair Bolsonaro à China. Defesa do valor de R\$ 600 para o auxílio emergencial destinado à população afetada economicamente pela crise sanitária. Posicionamento do orador sobre a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.)** - Bom dia, Sr. Presidente Eduardo Bismarck. Quero cumprimentar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que nos acompanham nesta sessão.

No meu querido Estado do Amapá, nós estamos tendo neste momento a infelicidade de passar da marca de mais de 1.570 mortos pela COVID-19. São 27 pessoas aqui no Amapá que perderam suas vidas só nesse início do mês de maio.

Então, não obstante as estatísticas mostrarem um recuo da COVID, do coronavírus, aqui no Amapá, no número de infecções e mortes, as taxas ainda são extremamente elevadas. Essas perdas humanas podem ser simbolizadas na perda do ator e humorista Paulo Gustavo, que faleceu, para tristeza do Brasil inteiro.

Esse é um grande alerta que precisa ser feito ao povo brasileiro. Isso porque, quando os números começam a cair - e nós vivemos isso no ano passado -, existe uma tendência de relaxamento, o que não condiz com a gravidade dessa epidemia nem com a irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro e de sua equipe no poder, que não tomaram medidas em nenhum momento da pandemia, e não será agora, apesar de ter parecido que agiria diferente por causa da CPI da COVID, que esperamos possa fazer justiça ao povo brasileiro.

Parecia que haveria uma mudança de atitude do Presidente, mas essa mudança não veio - ontem, atacou a China de maneira irracional. Enfim, todas essas medidas continuam surpreendendo as pessoas razoáveis deste País, mais de 1 ano depois do início da pandemia.

Sr. Presidente, vamos cuidar de nós, e todo o povo brasileiro deve fazer o mesmo. Para enfrentar esta pandemia, precisamos de vacina, precisamos de auxílio emergencial de 600 reais e precisamos nos cuidar, nos proteger e não relaxar neste momento.

Além disso, eu gostaria de tratar de outro assunto. No mês de maio, será feito o leilão de concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá. A CEA, infelizmente, está endividada, apesar de todo o nosso esforço para equacionar esse problema. A empresa tem hoje uma dívida maior do que tinha quando eu deixei o Governo. Ela será privatizada. Se o povo do Amapá não aguenta pagar as contas de energia, hoje, quando ela é uma empresa pública, imaginem quando ela estiver nas mãos da iniciativa privada.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:44
Publ.: DCD - 07/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elogio à atuação parlamentar do Deputado Eduardo Bismarck. Contestação a discurso da Esquerda sobre a responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte por Covid-19 do ator Paulo Gustavo. Contrariedade à proposta de mudança do nome da Ponte Rio-Niterói, Estado do Rio de Janeiro, de Ponte Presidente Costa e Silva para Ponte Ator Paulo Gustavo. Votos de pesar à família do ator Paulo Gustavo e aos familiares dos mais de 400 mil mortos por Covid-19 no País.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Aguerrido Presidente Eduardo Bismarck, que saiu desta Casa depois de 1 hora da manhã e já está dirigindo esta sessão. Parabéns pelo seu patriotismo e pelo seu trabalho.

Sr. Presidente, a Esquerda, como sempre, faz da morte a sua política. Querem transformar o ator Paulo Gustavo na nova Marielle. Que vergonha! Acusam o Presidente Bolsonaro, com uma nova narrativa, de ser o responsável pela morte de Paulo Gustavo, assim como o acusaram de ser o responsável pela morte de Marielle. Manipulam de forma sutil a imagem dos dois bebês que o ator e seu companheiro criam com tanto amor. E agora se mobilizam para criar mais um teatro: transformar o nome da Ponte Rio-Niterói, que leva o nome Presidente Costa e Silva, para Ponte Ator Paulo Gustavo.

Sr. Presidente, Artur da Costa e Silva foi o segundo Presidente do Brasil no período da grande libertação do País, que foi o regime militar. Aclamado pelos brasileiros de bem, livrou-nos do comunismo. Foi no período de Artur da Costa e Silva que o Brasil experimentou o grande milagre econômico, período de maior crescimento financeiro e econômico desta Nação.

Sr. Presidente, a despeito de o Brasil ter se sentido consternado e orado pela recuperação do ator Paulo Gustavo, isso não faz desse pobre homem, que se foi nesta "desgracenta" pandemia, um herói nacional ou mártir.

Paulo Gustavo vale tanto quanto os mais de 400 mil brasileiros ceifados por esta maldita pandemia. À família do ator Paulo Gustavo,

os meus sinceros sentimentos, mas não vamos admitir a atitude covarde da Esquerda de tripudiar em cima do corpo dele, tentando fazer desse grande ator um palanque político.

Em meu nome e em nome do Presidente da República, deixo, Sr. Presidente Eduardo Bismarck, os meus sentimentos à família de Paulo Gustavo e às famílias dos mais de 400 mil brasileiros vítimas desse vírus, que tem matado em todo o mundo.

---

Documento 135/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 07/05/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consternação com mais de 400 mil mortos por Covid-19 no Brasil. Falecimento do ator Paulo Gustavo, vitimado pela doença. Indefinição sobre a disponibilidade da segunda dose da vacina contra Covid-19 em capitais e grande cidades do País. Expectativa quanto ao depoimento do ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello na CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Apoio do Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Imediata adoção do mesmo posicionamento pelo Governo brasileiro. Defesa do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje temos que lamentar 412 mil mortes de brasileiros e brasileiras neste País; lamentar a tristeza da morte de Paulo Gustavo, que o Brasil todo se levantou para aplaudir; e lamentar a nova crise que enfrentamos, dentro da crise sanitária e de vacinação, que diz respeito à segunda dose da vacina.

O Ministro Pazuello garantiu ao povo brasileiro que haveria doses suficientes, no prazo previsto, para vaciná-lo, e todas as cidades brasileiras, especialmente as grandes Capitais, vivem hoje o drama de as pessoas não saberem se a segunda dose da vacina chegará dentro do prazo que lhe garantirá a imunização. Esse é outro assunto para ser tratado na CPI, que busca, e já tem, pelos depoimentos, comprovação da responsabilidade do Presidente da República, que preferiu demitir médicos e especialistas, para admitir alguém que apenas repetisse seus desejos, uma marionete, o Ministro Pazuello.

Agora, o Presidente Joe Biden, além de todas as medidas que tem tomado para intensificar a vacinação, distribuindo recursos para os que menos (*falha na transmissão*) o isolamento, sai a público para defender a quebra de patentes, para que as vacinas cheguem a todos os países do mundo de maneira mais rápida e democratizada. E o que faz o Brasil? Ele vota contra a quebra de patentes, o que é um absurdo. Serve a quem essa posição? Antes servia aos Estados Unidos, apenas para dizer amém, mas, agora, nem a isso serve. Serve, no entanto, para continuar a matança do povo brasileiro. Pela imediata quebra de patentes (*falha na transmissão*) assim se pronuncie o Brasil.

Fora, Bolsonaro, com seu (*falha na transmissão*) diante da crise econômica que está levando o povo brasileiro à fome, à miséria, sem auxílio emergencial digno, e sem a preocupação do Ministro Guedes e de toda sua tropa de frente com a vida da população brasileira.

Portanto, não adianta essa Direita bolsonarista e provocadora ficar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 136/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Manifestação de desejos maternos para os filhos e para o Brasil ao ensejo do transcurso do Dia da Mães.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, bom dia.

Estamos próximos do Dia das Mães. No domingo teremos um dia de comemoração. Não sei se, neste ano, com todas as dores que estamos a sofrer, teremos condições de assim fazer.

Mas eu gostaria de dizer, como mãe, como cidadã e como Deputada que representa o povo de Mato Grosso neste Parlamento, que não autorizo que os nossos filhos vivam em um mundo sem expectativa de futuro. Eu também não autorizo que o planeta seja destruído,

especialmente o Brasil, líder em biodiversidade. Espero que possamos cuidar da casa comum, para que os nossos filhos tenham a natureza preservada e para que os nossos netos possam continuar vivos, em plenitude.

Também não autorizo, Sr. Presidente, a perda da paz humana. Que a paz possa reinar entre nós, filhos pretos, filhos brancos, filhos amarelos! Que filhos e filhas possam ser incluídos, ter acesso a direitos, e ser felizes no mundo que habitamos!

Eu também não autorizo, Sr. Presidente, a disseminação de armas, especialmente em relação aos nossos jovens. Muito mais do que armas, eles precisam de livros, eles precisam de vagas em universidades, eles precisam de lazer, eles precisam de cultura, eles precisam de trabalho e renda, eles precisam de expectativas, eles precisam saber - Paulo Freire nos ensinou a conjugar sempre, todos os dias, o verbo "esperançar" - que amanhã as coisas poderão ser melhores.

Como mãe, eu gostaria de expressar sempre isto que está nesta oração universal, o Pai-Nosso: "(...) *assim na terra como no céu*". Que a Terra, o planeta onde vivemos, a nossa casa comum, possa seguir os moldes do que pensamos que é o céu, havendo mais fraternidade, mais solidariedade!

Por fim, Sr. Presidente, como mãe e como Parlamentar, não autorizo que o Presidente da República tenha deixado de assinar os contratos que permitiriam que tivéssemos mais vacinas no Brasil. Muitos filhos e filhas não teriam perdido a vida, e hoje suas mães não teriam que chorar pela ausência deles.

No próximo dia 9 de maio, em que se comemorará o Dia das Mães neste ano, quantas mães não serão abraçadas e quantas mães não poderão abraçar os seus filhos e filhas?

Que tenhamos paz! Que tenhamos clareza sobre qual é o nosso papel neste planeta!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 137/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:04
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Apoio do Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, à quebra temporária das patentes relativas à fabricação das vacinas contra a Covid-19. Necessidade de pressão do Congresso Nacional sobre o Governo brasileiro para mudança da posição contrária à quebra das patentes das vacinas contra a doença. Importância da questão para o enfrentamento da pandemia de coronavírus.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento também todas as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Ontem, o Presidente norte-americano, Joe Biden, tomou uma decisão que não é da tradição norte-americana tampouco da dos outros países capitalistas desenvolvidos. Ele se somou a mais de cem países, coordenados pela Organização Mundial da Saúde, para a quebra ou a suspensão temporária das patentes relativas à fabricação de vacinas e outros itens fundamentais no combate a esta pandemia.

Há 2 ou 3 semanas aproximadamente, o Ministro das Relações Exteriores, novo no cargo, esteve na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN, onde abordamos esse tema. Ele fez ponderações, como é da tradição da diplomacia, mas estava e ainda está, a exemplo do Governo Federal, contra a quebra ou a suspensão dessas patentes. Eu fiz estas perguntas ao Ministro, ao Chanceler: "*O senhor acredita que, entre os mais de cem países coordenados pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil vai ser perseguido? Todos serão perseguidos? Não é crível*".

Bem, agora, com o Presidente norte-americano tomando essa decisão, acredito que o Parlamento brasileiro, todos nós devemos pressionar o Governo do Brasil para que mude de posição. Lamentavelmente, o Governo brasileiro tem se submetido a interesses, como os dos norte-americanos, em detrimento dos nossos interesses. Exemplo: o Brasil acreditou no então Presidente Trump, que disse que o nosso País participaria da OCDE. O preço disso foi uma aberração. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, concordou com que o Brasil saísse da condição de país em desenvolvimento, abdicasse de todos os benefícios decorrentes dessa condição. Enquanto isso, a China obtém esses benefícios.

Portanto, na luta contra a pandemia, é fundamental a quebra de patentes, porque é a única maneira de haver mais vacinas em todo o mundo. Está faltando vacina no mundo todo.

Obrigado, Presidente.

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:12
Publ.: DCD - 07/05/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia do Enfermeiro e do Dia do Assistente Social.

---

**A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.)** - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Parlamentares e quem nos acompanha nesta sessão.

Eu queria lembrar aqui que no mês de maio estamos a celebrar duas importantes datas no sentido de comemorarmos duas categorias de trabalhadores e de trabalhadoras que estão contribuindo de forma decisiva e generosa com o combate à pandemia e o apoio às famílias vítimas da morte de seus parentes, seus amigos, seus familiares.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que é importante que nessas duas datas - 12 de maio e 15 de maio - estejamos a celebrar o Dia Nacional dos Enfermeiros e das Enfermeiras, portanto, da enfermagem; e no dia 15, o Dia do Assistente Social e da Assistente Social. São duas categorias, como eu disse, que têm estado na linha de frente do combate, do enfrentamento da COVID, que tem, como já se sabe, vitimado centenas de milhares de brasileiros e brasileiras, por falta de uma ação competente, de uma ação responsável do nosso Governo, do Governo Bolsonaro, para que não houvesse tantas mortes, tantas vidas ceifadas por um vírus que poderia ter sido combatido muito antecipadamente, nos primeiros sinais de sua ação deletéria. E hoje já se encontra sem controle, já entrando o nosso País, São Paulo em particular, na terceira onda dessa pandemia que está a afetar a vida do nosso povo com desemprego em massa, com fome, com pobreza, com miséria, com mortes.

A Câmara dos Deputados não pode se sentir como tendo cumprido tudo aquilo que é de sua responsabilidade ao aprovar alguns projetos de lei, sobretudo no início da pandemia. É preciso muito mais que isso. É preciso estar à frente da coordenação e da cobrança ao Governo para que haja mais agilidade, mais boa vontade, mais vontade política na providência da vacinação em massa. Sem isso não estaremos tão cedo livres dessas mortes...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 139/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido de inclusão na pauta de votação da medida provisória sobre o pagamento do auxílio emergencial no valor de 600 reais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -** Bom dia, Presidente Bismarck. Bom dia, colegas Parlamentares. Bom dia, povo brasileiro.

Presidente, eu quero falar hoje, mais uma vez, sobre uma das mais importantes ferramentas do ponto de vista da proteção do tecido social brasileiro e da recuperação da economia brasileira. Ferramenta essa que nós, no Brasil, estamos chamando de auxílio emergencial, renda básica, renda mínima, Presidente Bismarck, Presidente Marcelo.

Nós estamos enfrentando uma das maiores recessões das últimas décadas, que é fruto do encontro de uma pandemia, que traz prejuízos enormes para economia, com um Governo baseado nos critérios do fundamentalismo liberal. Além de um Governo incompetente, que não age, há um Presidente absolutamente despreparado para enfrentar esta crise econômica e sanitária em que está o Brasil.

Aliás, o Presidente segue fazendo as suas bravatas polemizadoras, segue criando falsos conflitos, como esse que tentou criar de novo ontem com um dos maiores parceiros comerciais e sanitários do País. São quase inacreditáveis as coisas que Bolsonaro diz. Só não o é porque faz parte de uma técnica planejada, de uma polarização, para manter uma base social motivada em defesa, de forma irracional, de um governo insustentável.

O que eu defendo nesta fala, Presidente, é que nós temos que pautar a medida provisória do auxílio emergencial. Eu e centenas de Parlamentares queremos ter o direito de defender com argumentos sólidos e responsáveis, econômica e socialmente, o auxílio

emergencial de 600 reais por mês enquanto durar a pandemia.

É inaceitável que alguém continue dizendo que o Brasil não tem dinheiro para sustentar o mínimo de dignidade para milhões de famílias brasileiras. Todos os grandes países do mundo estão fazendo isso, emitindo moeda, ampliando responsabilmente o seu endividamento público para proteger a sua população.

A função do Estado brasileiro é proteger o povo brasileiro da fome, do desespero, é proteger a economia brasileira. Enquanto não houver essa injeção de recursos para ampliar o consumo das famílias brasileiras ao mínimo de dignidade, a economia continuará em recessão e o Brasil na crise.

---

Documento 140/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:20
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da taxação de grandes fortunas e heranças no bojo da reforma do sistema tributário nacional. Necessidade da vacinação da população e do pagamento de auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.)** - Presidente, eu agradeço a oportunidade de, mais uma vez, estar falando no plenário virtual.

Recebi ligações de muita gente preocupada com a guinada que está sendo dada à reforma tributária na Câmara dos Deputados. Quero dividir também a minha preocupação. Compreendo a mudança na condução, mas entendo que é muito importante que se aproveite tudo de positivo que se construiu nos anos anteriores.

Há um acúmulo de debates sobre a reforma tributária. Há um acúmulo de acordos, de posições e de avanços que são importantes para o País. O Brasil precisa vencer a crise sanitária, vacinar sua população, pagar um auxílio emergencial decente. Mas o Brasil precisará, sim, de um novo modelo tributário para voltar a crescer, gerar emprego, ter desenvolvimento e prosperidade.

Eu continuo do lado daqueles que defendem a taxação de grandes fortunas e heranças, daqueles que defendem, obviamente, o que o

mundo todo já faz, que é cobrar impostos dos bilionários, dos banqueiros, taxar lucros e dividendos. É claro, estou do lado daqueles que defendem corrigir talvez a maior distorção do sistema tributário brasileiro, que cobra muito pouco imposto sobre a renda e cobra imposto de forma exagerada sobre o consumo.

Nós sabemos o que isso significa. Significa cobrar mais impostos do trabalhador, da trabalhadora, do assalariado e não cobrar quase nada dos milionários e dos bilionários. Temos que tirar impostos de quem produz, de quem trabalha, de quem gera emprego e temos que ter um modelo que taxe mais a renda e também o patrimônio, além, é claro, de fazer a simplificação necessária que o avanço tecnológico digital hoje já permite e que já é uma realidade dos mais diferentes sistemas tributários do mundo. O pequeno comerciante, o prestador de serviço, o pequeno empresário não aguentam um sistema tributário tão complexo de entender e tão complexo de fazer a devida contabilidade.

Então, que essa guinada, essas mudanças na direção da reforma tributária não atrapalhem o que já foi acumulado de acordo, de entendimento, e que ela avance...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 141/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:24
Publ.: DCD - 07/05/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Urgente votação da reforma do sistema tributário nacional. Apresentação de requerimentos de informação a respeito de obras públicas no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e sobre uso de verbas públicas federais destinadas ao combate à pandemia de Covid-19 na municipalidade.

---

**O SR. RICARDO SILVA** (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu subo a esta tribuna para, primeiro, dizer da necessidade de o nosso País passar por uma reforma tributária. Hoje existe uma cobrança excessiva de impostos em cima da produção. A indústria brasileira sofre com essa carga tributária altíssima. Existe uma cobrança de impostos

praticamente fatal sobre a folha de pagamento, a folha de salários, o que prejudica, e muito, a contratação de pessoas, o desenvolvimento do Brasil e a geração de empregos.

Então, eu quero dizer ao nosso Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, que terá o apoio desta Casa como um todo, numa rápida análise dessa reforma tributária, que, talvez, seja a mais importante, porque diz respeito à vida das pessoas. Se tivermos que fatiar a reforma, para que nós possamos aprová-la mais rápido, vamos fazer isso e vamos avançar com esse tema para o Brasil.

Outra preocupação que tenho, Sr. Presidente, e manifesto desta tribuna é sobre a minha cidade, Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, por meio de sua Prefeitura, faz algumas obras com recursos de empréstimo do PAC do ano de 2013. Ela está fazendo essas obras com dinheiro emprestado. Só que algumas obras pararam. Estamos em 2021, e algumas obras pararam.

Eu estou apresentando um requerimento de informações à Mesa, Sr. Presidente, e de público peço que o Plenário tome ciência, porque o que acontece lá certamente acontece em outros cantos do Brasil, sobre obras paradas com o dinheiro da Caixa Econômica Federal, dinheiro emprestado. Por exemplo, a obra do viaduto na Avenida Brasil sobre a Avenida Mogiana, que custou 20,4 milhões de reais, está parada. Na campanha eleitoral, o Prefeito Municipal disse que a cidade não podia parar, condicionando isso à reeleição dele. E as obras pararam. Isso é um absurdo!

Tem que haver uma apuração. E este Parlamentar Federal não vai se omitir, porque são verbas federais. Isso é um absurdo!

E mais: a construção de um túnel, chamado de Trincheira, na confluência da Avenida Presidente Vargas com a Avenida Nove de Julho também está parada, pelas informações que tenho. E, nessas obras, até os funcionários foram demitidos. Nós queremos saber cadê o dinheiro das obras, dinheiro emprestado.

Estamos apurando também o dinheiro da COVID. Ribeirão Preto recebeu 166 milhões de reais e muito pouco aplicou. Eu já protocolei esse requerimento de informações pedindo explicações do Ministério e manifestação também da Prefeitura. Nós não podemos mais conviver com obras paradas. Nós não podemos conviver, de um lado, com o discurso eleitoral e, de outro lado, com a realidade. Ribeirão Preto é uma cidade que tem importância regional e nacional. Então, nós pedimos essas respostas e seguimos na cobrança, na fiscalização, que é a nossa função.

Sr. Presidente, eu peço que este nosso pronunciamento seja divulgado

no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

---

Documento 142/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:28
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à gestão da área de saúde do Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu quero trazer à tribuna desta Casa uma situação que, embora seja específica de Minas Gerais, tem uma conexão com o comportamento do Governo Federal, Governo que abandonou os pobres, os agricultores familiares, os pescadores, os indígenas, os quilombolas.

Em Minas, a situação não é diferente. Primeiro, o Governador disse que o vírus tinha que passear, tinha que ir para o interior de Minas. Uma frase criminosa que demonstra uma estratégia de governo de não conter o vírus, de não tomar nenhuma medida para garantir o isolamento social, ou seja, faz parte da estratégia do Governo de Minas levar o vírus para o interior. Ele disse isso, essa frase criminosa. É tão genocida quanto Bolsonaro e sua equipe.

Presidente, sabe o que está acontecendo agora na rede hospitalar FHEMIG? Inclusive, a Deputada Erundina fez uma homenagem aos enfermeiros - nós entendemos a importância do piso da categoria. Na rede FHEMIG, as pessoas estão sendo punidas. Se uma pessoa está com suspeita de COVID, tem que se afastar e depois repor os dias, senão descontam-se os dias. Além disso, é descontada a ajuda de custo, a gratificação que ela tem. Na rede FHEMIG, todos têm uma gratificação. Mas, se tiverem que se afastar, porque contraíram a COVID -- são pessoas que estão na linha de frente da saúde --, são punidos: perdem a gratificação -- perdem.

Então, eu me somo a toda esta campanha de se incorporar a gratificação ao salário desses profissionais, porque, assim, eles terão segurança; saberão sempre, com clareza, o que receberão no fim do mês; poderão fazer seus compromissos, ainda mais com este alto custo de vida. Só o bujão de gás está mais de 100 reais. Olhem o preço do arroz, do feijão, do alho, do alimento! E ainda há cortes no

salário das pessoas que estão na linha de frente da saúde.

Deixo manifestado o nosso repúdio a esse comportamento do Governo Zema, que vem punindo os profissionais de saúde da rede FHEMIG.

Presidente, peço a divulgação da minha fala em todos os veículos de comunicação.

Muito obrigado.

---

Documento 143/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:36
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelas mortes no País em decorrência da pandemia de Covid-19, conforme indícios apurados pela CPI da Pandemia do Senado Federal. Pesar pelo falecimento do ator Paulo Gustavo, vítima da Covid-19.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Colegas Parlamentares, a partir dos depoimentos na CPI da COVID, no Senado, estamos vendo confirmar-se aquilo que já sabíamos: o Presidente Bolsonaro é o grande comandante das mortes no País.

Vejam, os depoimentos dos ex-Ministros da Saúde do Governo Bolsonaro têm dito que eles não tinham autonomia para tomar nenhuma decisão. Eles dizem que o Presidente Bolsonaro queria inclusive mudar a bula de um remédio para que aquele remédio fosse indicado para que o Presidente queria.

Não é à toa, Sr. Presidente, que somos hoje o País que mais morrem pessoas por COVID a cada 1 milhão de habitantes.

Um presidente que toma decisão e quer impor aos seus Ministros da Saúde, formados para entender de saúde, médicos, uma medicação que não funciona. Por outro lado, o Presidente Bolsonaro decidiu que o País seria imunizado pela imunidade de rebanho. O Presidente Bolsonaro decidiu que enquanto mais brasileiros adoecessem melhor para serem imunizados logo. E sabemos que isso não é verdade.

Essa mesma decisão do Presidente Bolsonaro foi seguida pelo Governador do Amazonas. E o que vimos lá? A situação do Amazonas agravar-se a tal ponto que não havia oxigênio para salvar a população. Foi preciso sair catando oxigênio pelo Brasil, inclusive do país vizinho, a Venezuela, que o Presidente Bolsonaro tanto esculacha.

Sr. Presidente, no caminho que vamos muitos mais brasileiros vão morrer, infelizmente.

O Brasil está nestes últimos dias de luto profundo pelas suas mais de 400 mil pessoas que morreram, pelas mais de 400 mil famílias que choram a morte de suas pessoas queridas. Mas estamos também com uma dor enorme pela morte de um dos humoristas mais brilhantes deste País, Paulo Gustavo, que sacudiu o País de uma forma muito dolorida.

Quem nos trouxe tantas alegrias, de uma hora para outra, deixa-nos numa profunda tristeza. Paulo Gustavo é exatamente a simbologia de um país que não está conseguindo sair do buraco. Enquanto o Presidente não compreender que é preciso botar vacinas para a população, não vamos salvar vidas.

---

Documento 144/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:44
Publ.: DCD - 07/05/2021 - GUIGA PEIXOTO-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pêsames do orador à cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, pelo atentado a creche da municipalidade resultante em cinco mortes. Não aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 4.754, de 2016, sobre alteração da redação do art. 39 da lei 1.079, de 1950, para tipificação de crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pelo significativo número de vacinados no País. Aplausos ao Deputado Joaquim Passarinho, relator do Projeto de Lei nº 4.139, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.999, de 2020, acerca da instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com vista à destinação dos recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado à Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantia das operações no âmbito do Pronampe.

---

**O SR. GUIGA PEIXOTO** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, fico feliz em vê-lo ocupando essa cadeira tão honrosa, Deputado General Peternelli, pessoa pela qual tenho grande estima, pela capacidade, pela idoneidade e pelo caráter.

Eu queria começar meu discurso dando profundos pêsames, principalmente à cidade de Saudades, onde houve a barbárie de cinco mortes, feitas por facção; não por arma de fogo, por arma branca. Imaginem se tivessem sido por arma de fogo, como se estaria hoje falando do Presidente Jair Bolsonaro!

Também deixo aqui meus pêsames pela não aprovação do Projeto de Lei nº 4.754, de 2016, que ontem, por um voto, foi perdido. Eu sou totalmente a favor dos limites dos poderes democráticos, e eu queria que a população brasileira, em especial a população do meu Estado de São Paulo, soubesse, verificasse quem foram os Deputados que votaram contra esse PL tão importante para a democracia no Brasil. É muito importante que a população brasileira, em especial a do meu Estado de São Paulo, verifique isso.

A Deputada que me antecedeu falou sobre a Venezuela. Eu queria dizer para a Deputada que a Venezuela aumentou o seu salário mínimo em 300%. Mesmo assim, só dá para comprar 1 quilo de carne. Essa é a Venezuela de hoje, uma Venezuela rica em petróleo, rica em tudo, mas onde a população vive uma calamidade de fome - fome!

Eu queria agora parabenizar o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. O Brasil hoje é o 4º país em número de vacinação e o 28º país proporcionalmente em número de mortes. É um trabalho sério, consciente, um trabalho que tem o apoio da ANVISA.

Eu também queria aqui nesta Casa valorizar e parabenizar o Relator Joaquim Passarinho, do Pará, pela relatoria que fez ontem sobre o PRONAMPE, na nossa CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Se Deus quiser, nesta semana iremos votar na Casa o PRONAMPE, que terá 20% dos seus recursos, Deputado Otoni, para o setor de eventos. Esse setor, vamos deixar claro, foi o primeiro que entrou em crise, e, com certeza, será o último a sair dessa crise de saúde que vive o planeta.

Então, parabéns à Comissão! Parabéns ao Relator, que foi muito feliz ao destinar 20% do PRONAMPE para o setor de eventos!

O Deputado que me antecedeu falou do ex-Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Peço-lhe que conclua.

**O SR. GUIGA PEIXOTO** (Bloco/PSL - SP) - Um minuto só.

Eu queria convidar o ex-Presidente Lula e o Presidente Jair Bolsonaro para fazerem aquele teste de rua: os dois saírem na rua, de um lado Lula, do outro o Presidente Jair Bolsonaro. Gostaria de saber quantas ovadas Lula iria receber e quantas rosas Jair Bolsonaro iria receber.

O povo hoje está enxergando o mal que o PT fez para o País.

E para encerrar, eu pediria, meu nobre Presidente, que meu discurso fosse para o programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 145/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:48
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação a pronunciamento de Parlamentar sobre o sucesso da vacinação no País. Ocupação, pelo País, do 56º lugar na classificação de vacinação por 100 habitantes. Expectativa quanto à realização de debates entre o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-lo, Presidente Deputado General Peternelli, e o povo brasileiro que nos acompanha.

Quis a feliz coincidência que eu pudesse falar logo após o nobre colega que me antecedeu e que é um bolsonarista bastante convicto. Talvez ele mesmo acredite nas *fake news* que o bolsonarismo distribui nas redes sociais. E até compreendo por que alguns acreditam nessas *fake news* e nessas mentiras às vezes de maneira até ingênua, quando ele repete na tribuna e cumprimenta, imaginem só, o Presidente Bolsonaro pelo ritmo de vacinação que o povo brasileiro está recebendo.

Eu quero passar ao Brasil e também a este colega que me antecedeu os dados reais sobre um dos países mais atrasados do mundo na vacinação, que é o Brasil.

Hoje o Brasil ocupa o 56º lugar no *ranking* de vacinação por 100

habitantes, na proporção de cada País evidentemente, e não em número absoluto de vacinas.

O desafio do País, General Peternelli, é aplicar 322 milhões de dólares, porque o Brasil tem 161 milhões de brasileiros acima de 18 anos. Em 109 dias de vacinação, o Brasil aplicou apenas 50 milhões 443 mil doses. Nos últimos 7 dias, o Brasil aplicou, em média, apenas a ínfima quantidade de 666 mil doses por dia. Se continuarmos neste ritmo, digo ao nobre colega que me antecedeu: o Brasil vai demorar 407 dias para atingir o objetivo da imunização do povo brasileiro, com 322 milhões de doses de vacinas.

É um absurdo continuar mentindo que o Brasil tem vacinas em quantidade adequada! Bolsonaro negou a compra de 70 milhões de doses da Pfizer. Bolsonaro mandou o General Pazuello cancelar a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac. Hoje a segunda dose está paralisada em diversas cidades do Brasil.

Quanto ao convite para que o Presidente Lula e o Presidente Bolsonaro saiam às ruas, ele é muito bem-vindo. Nós vamos fazer esse embate com muita qualidade. Espero que Bolsonaro não fuja dos debates, neste próximo período. Espero que Bolsonaro não se esconda dos debates, que terá que fazer, sim, com Lula, para comparar o Brasil dos tempos de Lula ao Brasil do caos de hoje - caos econômico e caos sanitário.

---

Documento 146/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:00
Publ.: DCD - 07/05/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem às mães do País, ao ensejo do Dia das Mães. Responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da pandemia de Covid-19. Ataques do Presidente da República à China. Defesa da inclusão na pauta de votação do impedimento do Presidente da República.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, povo brasileiro, é véspera do Dia das Mães, e às mães do Brasil eu me dirijo. Eu me dirijo também aos filhos e filhas, a todos aqueles que têm saudades desta data, para os quais o Dia das Mães nunca mais será igual. Nós não esqueceremos 2020 e 2021. Quem perde: o povo brasileiro. Cada

família que tem um ente querido que partiu sabe do sofrimento e sabe que isso não é natural.

Não se trata, meus amigos e minhas amigas, de mortes naturais, situação em que somente o consolo e a solidariedade entre irmãos e amigos podem fazer superar o sentimento de perda. Ocorre que, no Brasil, a COVID-19 mata não por causas naturais, mas sim pela omissão; mata porque o Presidente Jair Bolsonaro foi negacionista e não tomou as providências que lhe cabiam para trazer vacina ao Brasil, garantir o auxílio emergencial e o afastamento social e agir com responsabilidade.

Nas últimas horas, mais uma vez, este antipresidente atacou países que são irmãos do Brasil e produtores da vacina. Atacou a China. Atacou a China, estabelecendo dificuldade, mais uma vez, para que o Brasil produza sua vacina. Enquanto isso, os Estados Unidos, que sempre foram uma referência para setores importantes da política nacional e conservadores, dá uma guinada importante, taxando grandes lucros e fortunas e definindo posição pela quebra de patentes.

Nós temos que quebrar, de fato, a patente das vacinas, porque vacina, como disse o Papa Francisco, como dizem líderes que lutam pelos direitos humanos no mundo, é um bem público, e a ciência tem que estar a serviço da vida.

Ocorre que, para um Presidente negacionista e que odeia o povo, que naturaliza as mortes quando não são dele, porque ele não trata o povo como seu, trata como família dos outros... Para a família dele, envolvida em milícias e no pior possível, há toda uma blindagem; para as mães chefes de família e seus filhos, para os órfãos, não há nada.

Por isso, nesta véspera do Dia das Mães, eu me dirijo às mães e aos filhos e filhas, com solidariedade e apoio, dizendo que, incansavelmente, nós lutaremos contra este genocida que se encontra na Presidente da República.

É o *impeachment* que o Presidente Arthur Lira tem que colocar na Ordem do Dia.

Muito obrigada.

---

Documento 147/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:08
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Abertura de debate com o Deputado Otoni de Paula sobre a temática da corrupção. Envolvimento da família Bolsonaro com a milícia do Estado do Rio de Janeiro. Inocência do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em casos investigados pela Justiça.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Quero cumprimentá-lo mais uma vez, Presidente, e abrir aqui um debate direto, citando o Deputado Otoni de Paula, que é um líder da tropa de choque bolsonarista, um Deputado que atua de forma bastante fanatizada nas suas posições. Ele é desses que defendem todo o receituário de Bolsonaro para permitir que a pandemia de coronavírus chegue ao estágio a que está chegando no nosso País.

Infelizmente, hoje, o Brasil de Bolsonaro, defendido pelo Deputado Otoni de Paula, é um dos países mais atrasados do mundo no combate à pandemia e está com a economia na lona, porque a pandemia se alastrou, não foi controlada, e a política econômica adotada pelo Governo é uma política econômica falida.

Quero debater com ele a temática da corrupção e dizer a ele que o Presidente Lula provavelmente é um dos cidadãos na história do Brasil que mais investigado foi. A vida do Presidente Lula foi virada de ponta-cabeça. O nível de perseguição que ele sofreu, nessa tentativa insana de criminalizar alguém que jamais cometeu um crime de corrupção, é algo jamais visto, provavelmente, na história do nosso País.

Quero também dizer ao Deputado Otoni de Paula que, por mais nervoso que ele fique, o Presidente Lula é inocente, é candidato a Presidente da República. Felizmente, indicam as pesquisas que a maioria do povo brasileiro quer o Presidente Lula de novo na Presidência - infelizmente para o Deputado Otoni, infelizmente para esse grupo bolsonarista radicalizado e cada vez mais desesperado, que não tem como explicar como o filho do Presidente da República, Flávio Bolsonaro, que sempre foi Deputado Estadual, conseguiu arrumar dinheiro para comprar uma mansão de mais de 6 milhões de reais aí em Brasília. Esse grupo não tem como explicar as rachadinhas; não tem como explicar, Deputado Otoni, a relação da família Bolsonaro com a milícia do Rio de Janeiro, com Adriano da Nóbrega, um dos chefes mais importantes da milícia, que foi morto numa condição obscura; não tem como explicar as rachadinhas e todo o envolvimento da família Bolsonaro com a corrupção.

Nós vamos debater, sim, economia, saúde, vidas, empregos, mas vamos debater corrupção, porque o Presidente Lula não continuará

sendo acusado por inimigos como o senhor.

---

Documento 148/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:20
Publ.: DCD - 07/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Marca de 411 mil mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil. Repúdio à chacina praticada pela polícia durante operação no Bairro do Jacarezinho, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Crítica ao Governador Cláudio Castro.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é difícil ouvir o Deputado Otoni e não querer respondê-lo, diante de tantas barbaridades. Mas eu vou me concentrar no tema que me fez pedir a palavra.

O cenário é dramático no Brasil. Estamos chegando a mais de 411 mil mortos. O luto chega às famílias brasileiras de forma muito triste. Esta é a maior crise que as gerações vivas já experimentaram. Mas mesmo assim, no meu estado, o Rio de Janeiro, o braço armado do Governador Cláudio Castro segue aterrorizando as famílias das favelas brasileiras. Nesta madrugada, nessa insana - eu nem deveria usar essa palavra -, nessa absurda guerra às drogas, que, na verdade, é a guerra aos pobres e aos negros brasileiros, ocorreu uma operação policial na favela do Jacarezinho que resultou em uma catástrofe.

Queria relatar uma cena que ocorreu, em meio a uma pandemia, no Estado do Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho. Depois de assassinado pela polícia, um homem negro, obviamente, foi colocado sentado em uma cadeira com a mão na boca, num sinal de deboche, numa sinalização para toda aquela comunidade. No meio de uma pandemia, um homem assassinado é colocado sentado em uma cadeira da favela!

O que é isso, Sr. Presidente?! Como se pode seguir com uma lógica de ampliação do Estado penal-jurídico-policia, que faz com que a cada 23 minutos um jovem negro seja assassinado no Brasil? E boa parte dos assassinatos têm o braço do Estado, foram cometidos por aqueles que deveriam proteger favelados e faveladas. Isso é inadmissível!

Aliás, isso descumpra decisão do STF que proíbe operações policiais violentas em época de pandemia. Desde que essa decisão foi tomada,

800 corpos, a maioria negros, já foram assassinados!

Estamos chegando ao Dia das Mães, e eu fico me perguntando quantas mães pretas das favelas do Rio de Janeiro estão chorando a morte dos seus filhos, seja daqueles que morreram sufocados na fila do SUS, esperando um leito de UTI, seja daqueles mortos pelo desespero do desemprego, seja daqueles mortos com a bala de fuzil do Estado.

Meu repúdio ao Governador Cláudio Castro, que segue Bolsonaro na sua ânsia genocida, na sua política de morte, Presidente.

Obrigada.

---

Documento 149/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:24
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Associação ao discurso da Deputada Talíria Petrone sobre a violência no Estado do Rio de Janeiro. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto sobre a contratação de pessoal pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro a decisões da Casa. Envolvimento do Presidente da República com a milícia do Estado do Rio de Janeiro. Defesa do impeachment de Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria prestar solidariedade ao discurso da companheira do PSOL, à Deputada Talíria Petrone, que fez uma fala sobre a violência no Rio de Janeiro. Como ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, eu convivi com essa realidade, acompanhando a Deputada Benedita da Silva e o Deputado Wadih Damous.

Com o outro Deputado do Rio, eu não gasto nem tempo. Ele quer um minuto de fama. Na realidade, (*falha na transmissão*) quer discutir e desviar a atenção do principal.

O que eu queria discutir, Presidente, é que hoje está havendo um debate com o Deputado José Nelto, do Podemos, um dos articuladores da luta para a contratação de pessoal pela EBSEH. São mais de 40 hospitais universitários, e esta Casa aprovou a contratação de

profissionais para eles, para a qual definiu a questão orçamentária e financeira. Só em Alagoas, que é um Estado pequeno, o hospital da Universidade Federal de Alagoas irá contratar quase 300 profissionais.

Isso foi aprovado, mas o Presidente Bolsonaro não obedece ao que é aprovado. Ele não obedeceu ao que foi decidido em outra discussão: esta Casa aprovou permissão para que a declaração do Imposto de Renda seja entregue até o mês de junho, e o Bolsonaro vetou isso. Eu quero saber qual vai ser a moral do Presidente Arthur Lira para coordenar esse processo. Nós vamos aceitar esse escândalo do Bolsonaro, que não respeita a Câmara Federal?

Não deu reajuste na tabela do Imposto de Renda esse Presidente genocida, esse Presidente da família, como disse o Deputado Henrique Fontana.

Cadê a apuração sobre o Capitão Adriano, sobre a queima de arquivo?

O seu vizinho de condomínio, Bolsonaro, está envolvido na morte de Marielle, em contrabando. Falo do Sargento Ronnie, que comprou mansão e iate com o salário, que é seu amigo e vizinho.

O Bolsonaro é a marca da corrupção, e não só ele, mas também sua família. Por isso, está caminhando no Senado uma CPI que vai concluir que ele é inimigo da sociedade, é inimigo da vida, é inimigo da ciência.

Portanto, o caminho é o *impeachment*. Fora, Bolsonaro, o genocida!

---

Documento 150/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:28
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Resposta às acusações do Deputado Otoni de Paula sobre a suposta prática de corrupção pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Críticas ao Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -** Obrigado, Presidente. Acho que agora V.Exa. me ouve.

Presidente, eu quero até pedir desculpas aos colegas, mas, de fato, eu não vou mais ouvir calado a fala desqualificada do Deputado Otoni de

Paula e vou debater com ele quantas vezes precisar. Mas antes, quero também me solidarizar com a Deputada Talíria.

Quero dizer algo de novo a V.Exa., Deputado Otoni de Paula, que tem o seu genocida de estimação, que é um bolsonarista fanático, que é amigo das milícias, que silencia diante da corrupção desbragada da família Bolsonaro, que não sobe à tribuna para explicar de onde saiu o dinheiro para Flávio Bolsonaro comprar uma mansão de 6 milhões de reais, que está meio desesperado, porque percebe que o povo brasileiro está vendo o grande embuste que foi o bolsonarismo e caminha para abandonar o bolsonarismo. Eu quero repetir para V.Exa. e para quem mais precise ouvir: Lula é inocente.

Lula foi investigado, de trás para diante, de diante para trás, em uma investigação conduzida por um juiz e um promotor absolutamente parciais. E essa longa investigação deu um atestado de idoneidade e de inocência ao Presidente Lula. Ele não tem nenhuma condenação. E o que diz a lei brasileira é que quem não tem condenação é inocente.

V.Exa., Deputado Otoni de Paula, não é o tribunal do Brasil. V.Exa. pode ser o tribunal do bolsonarismo. V.Exa. pode julgar os seus amigos, mas não tem o poder de julgar os seus adversários políticos.

Nós vamos vencer o fascismo, Deputado Otoni de Paula, e palavras odiosas, de incentivo à intolerância, nas quais V.Exa. é um especialista nas suas redes de *fake news*, serão derrotadas. Um novo tempo surgirá no Brasil, um tempo, Deputada Erika, em que 411 mil mortes não serão banalizadas; um tempo, Deputada Talíria, em que haverá vacinas, e não cloroquina, para o povo brasileiro; um tempo de emprego pleno, como nós tivemos no período do Governo popular de Lula, quando o salário mínimo melhorava, quando os produtos não custavam esta barbaridade que custam hoje, nesta política econômica desastrosa do Governo de V.Exas., Deputado Otoni de Paula.

O desemprego cresce sem parar. As mortes crescem sem parar. Enquanto nós falamos, mais 2.500 brasileiros morrem. E o culpado disso é o bolsonarismo, sim, é o vírus do bolsonarismo, é o Presidente Bolsonaro e seus cúmplices, como V.Exa., Deputado Otoni.

---

Documento 151/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:32
Publ.: DCD - 07/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



### *Sumário*

Alta dos preços no Brasil, especialmente dos combustíveis. Críticas ao Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num momento em que, de norte a sul, de leste a oeste deste País, o que está acontecendo, efetivamente, é que todos os dias os preços dos produtos de plena necessidade estão assumindo patamares jamais vistos na última década, como o preço dos combustíveis neste que é um país essencialmente rodoviário, o preço de uma vida digna sem emprego e sem auxílio emergencial digno.

Quando o Governo Bolsonaro foi inaugurado, na repartição de responsabilidades da produção de energia da Itaipu Nacional, o Senador Flávio Bolsonaro fez uma provocação, através de uma malandragem, uma traquinagem, coisa que caracteriza este Governo, que muitos aqui defendem, muitos que têm muita cara de pau, muitos que estão vendendo fé de maneira messiânica. Aliás, fé na política é só para quem tem estrada e constrói a política no cotidiano deste País.

Nós nunca estivemos tão ruins. Nós sempre fomos os melhores em discutir a preservação ambiental. Há um criminoso, o Ministro Ricardo Salles, que estava liberando 96 milhões de reais em madeira não reivindicada, sem origem definida. Será que isso era produto de crime, de corrupção, de grilagem, de desmatamento em reserva de proteção permanente?

Este é o Governo pária internacional. É vergonhoso conviver com quem nega a ciência, com quem não traz a vacina!

De maneira cotidiana, nós estamos conhecendo as pessoas que estão indo, que são os amores da vida das famílias brasileiras. Só há números: não há rostos, não há corpos, não há solidariedade de um Presidente negacionista.

Hoje, Pazuello está fugindo. Amanhã, no debate sobre os problemas do País, eu quero ver Bolsonaro enfrentar Luiz Inácio Lula da Silva. O povo vai querer ver isso, e eu quero ver como os "bolsominions" desta Casa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:32
Publ.: DCD - 07/05/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Morte do ator e humorista Paulo Gustavo. Boicote do Presidente Jair Bolsonaro ao enfrentamento do novo coronavírus no Brasil. Defesa do impeachment do Presidente da República.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, por me permitir esta breve manifestação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu quero prestar minha solidariedade às famílias dos quase 415 mil mortos pela COVID-19.

É exatamente neste momento que Paulo Gustavo, esta figura que deu tanta alegria para o Brasil, está sendo cremado, no Rio de Janeiro. Isso simboliza a tragédia humanitária e a tragédia sanitária que este País vive. A cada dia, o Governo genocida de Jair Messias Bolsonaro interdita qualquer perspectiva de produção de vacinas. O único instrumento para preservar e salvar as vidas é a vacinação em massa da população brasileira.

Ainda ontem, aqui na Câmara Federal e no Palácio do Planalto, o Presidente, em visita ao Parlamento, dava declarações jocosas de enfrentamento à China, exatamente a China, Deputada Erika Kokay, que é produtora de insumos. Como disse o Instituto Butantan, sem insumos não se pode produzir a vacina. E a vacina está chegando aos Estados a conta-gotas.

Os Governadores buscam, desesperadamente, obter da ANVISA a licença para trazerem a Sputnik e vacinarem a população. De outro lado, o Governo Bolsonaro tudo faz para impedir a ação enérgica e competente dos Governadores no enfrentamento da COVID-19.

Os Deputados bolsonaristas que sobem à tribuna para criticar aqueles que governaram o Brasil, como o Presidente Lula, que fez tanto pelos mais pobres, que colocou o País no eixo, deveriam dar pelo menos uma palavra de solidariedade às vítimas da COVID-19. Falam aos ventos, como se não tivessem nada...

O vírus chamado Bolsonaro vai ser interdito pela incompetência, pela má gestão! Ele não tem compromisso com a vida em canto nenhum. Cada dia, são 3 mil, 4 mil pessoas que morrem, e eles não dão uma palavra sequer de solidariedade. Quando muito, um ou outro faz um comentário. Eles não têm alma. Este é um Governo sem alma, um Governo incompetente.

É por isso que nós vamos derrotá-lo, na luta pelo *impeachment*, pelo seu afastamento. Este é um Governo que seguidamente comete crimes de responsabilidade.

Num momento como este, as forças que defendem a vida e que têm compromisso com este País precisam se unir para derrotar este Governo, sua política econômica, sua política antivacina e antivida, política que simboliza aqueles que dão sustentação a este Governo genocida, que não tem nenhum compromisso com a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 153/438

---

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-11:36
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Farsa judicial da condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atuação do Presidente Jair Bolsonaro para o impedimento de investigações criminais contra sua família.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos vivenciando uma crise sem precedentes. Esta crise deixa claros seus representantes: aquele que articulou, de forma dolosa, uma política de morte e seus áulicos, que se tornam cúmplices deste processo.

Nós vamos ver aqui o desespero dos Deputados que apoiam Jair Bolsonaro. Vamos ver o desespero de Deputados porque foi desnuda a farsa que se estabeleceu contra Luiz Inácio Lula da Silva. Nós vimos como a toga encobriu armadilhas e encobriu a função de acusador de um juiz. Nós vimos a farsa, a fraude. Isso foi descoberto.

Depois de tantos dias de prisão, Lula tem agora restabelecida a

verdade. Nós tivemos um golpe não apenas em 2016, tivemos um golpe também em 2018, porque impediram Lula de disputar as eleições. Naquele momento, tivemos um Brasil que olhava para o povo, um Brasil que erradicou a fome. Aliás, a China também erradicou a fome em seu território. E o Presidente da República o que faz? Continua com sua política beligerante. Continua com sua política de atacar a China. Continua com sua política negacionista. Porém, não se trata apenas de uma negação ou um negacionismo relacionado. A vacina ou o pontual é um negacionismo estrutural. Negam a realidade!

Em determinado momento, Lula disse: "*Ora, se há alguma coisa que tem que se investigar, com relação aos meus filhos, que se investigue, porque ninguém está acima da lei*". Esta foi a postura de Lula. Eles viraram a vida de Lula e a vida dos filhos de Lula de cabeça para baixo, mas não conseguiram encontrar nada. Tiveram que fazer uma acusação que eles mesmos desfizeram. Não tinham provas.

Acusaram Lula de se beneficiar da reforma de um apartamento que, como todos e todas sabem, não é dele, ou de um sítio que também não é dele. Como age Jair Bolsonaro? Ele tenta capturar a Polícia Federal, tenta implementar toda sorte de estratégias para impedir que se faça justiça, para impedir que se investigue seu filho, porque, cada dia que passa, está mais clara a relação criminosa estabelecida pela sua família. Aliás, ele nunca consegue explicar por que sua esposa recebeu 89 mil reais de uma conta manuseada por Queiroz, como também não consegue explicar as mentiras, as mentiras do Ministro da Saúde, que disse que tinha 560 milhões de vacinas disponíveis contratadas, quando isso não existe.

---

Documento 154/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/05/2021-
	CD	12:12
Publ.: DCD - 07/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10 do art. 115 da Lei nº 9.503, de 1997, inserido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 886, de 2021, sobre alteração das Leis nºs 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 10.233, de 2001, para o estabelecimento de condições para a implementação da cobrança pelo uso de rodovias por meio de sistemas de livre passagem. Chacina decorrente de operação policial na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Protesto contra a elevada taxa de homicídios entre a população de jovens negros no Brasil.

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Permita-me trazer de novo um tema que mencionei mais cedo nesta Casa. Infelizmente, no Rio de Janeiro, o braço armado do Estado segue criminalizando a favela, segue matando filhos de mulheres pretas nas favelas e periferias do meu Estado. Na operação na favela do Jacarezinho que começou nesta madrugada, e continua neste momento, já há 15 pessoas assassinadas. É lamentável que Cláudio Castro, Governador do Rio de Janeiro, mesmo com determinação do STF de proibir operação policial em tempos de pandemia, continue, em meio a uma crise sanitária, entendendo que o braço armado tem que seguir a todo vapor.

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Precisamos interromper esse ciclo de mortes.

---

Documento 155/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 12:12
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 10 do art. 115 da Lei nº 9.503, de 1997, inserido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 886, de 2021, sobre alteração das Leis nºs 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 10.233, de 2001, para o estabelecimento de condições para a implementação da cobrança pelo uso de rodovias por meio de sistemas de livre passagem. Registro de voto proferido em votação anterior. Anúncio de realização, pela Casa, de audiência pública destinada ao debate das razões do não cumprimento do Programa Mais Médicos pelo Governo Federal.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós achamos muito importante o voto "não", porque nós vamos suprimir essa parte do texto com as exigências que o projeto vem fazendo.

Eu queria justificar, pedir a V.Exa. que consolide a minha votação na votação anterior.

Quero dizer também que, na próxima segunda-feira, como falou aqui o

Deputado Hildo Rocha - eu estou com S.Exa., apoiando o trabalho de S.Exa. -, nós vamos organizar uma audiência pública sobre os motivos pelos quais o Governo Federal não está cumprindo com o Programa Mais Médicos.

Eu queria também justificar e pedir a V.Exa. que consolide a minha votação na votação anterior.

E quero dizer o seguinte: na próxima segunda-feira, como falou aqui o Deputado Hildo Rocha, nós vamos organizar - eu estou com S.Exa., apoiando o trabalho dele - uma audiência pública sobre os motivos pelos quais o Governo Federal não está cumprindo com o Programa Mais Médicos. Em tamanha pandemia, com mais de 400 mil mortos, o Brasil não convoca, não chama mais de 15 mil médicos brasileiros, formados no exterior, em condições de começar a trabalhar.

O Governo precisa cumprir com o Programa Mais Médicos! Eles não o estão cumprindo.

---

Documento 156/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/05/2021- 12:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Anúncio de acionamento do Ministério Público Federal para criminalização dos gerentes de instituições financeiras descumpridoras de dispositivo da Lei nº 14.131, de 2021, referente à suspensão, por 120 dias, do pagamento de empréstimos consignados pelos aposentados.

---

**O SR. DANILO FORTE** (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a usura, a ganância, a vontade do sistema financeiro brasileiro de ganhar é algo incalculável. Depois de 6 meses de debate nesta Casa, nós conseguimos aprovar a Emenda nº 37 à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, oriunda de um projeto que eu tinha apresentado no ano passado, para suspender o pagamento dos consignados pelos aposentados. E eu já comuniquei isso à FEBRABAN, já comuniquei ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, ao Santander, e os bancos continuam humilhando e maltratando os aposentados, postergando e discriminando, inclusive, a Lei nº 14.131, de 2021, o que é um desrespeito legal e criminoso contra a legislação brasileira!

Nós reconhecemos, aqui nesta Casa, a importância de suspender o pagamento feito por esses aposentados. No caso do Estado do Ceará, o meu Estado, eles são os responsáveis por 86% dos ganhos das famílias no interior do Estado. E os bancos continuam manipulando e desinformando aqueles que têm direito.

Diante disso, só nos resta agora mobilizar o Ministério Público Federal e criminalizar os gerentes de bancos que não atenderem aos aposentados no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 14.131, de 2021, que dá o direito à suspensão por 4 meses, 120 dias, do recolhimento dos aposentados. Com isso, garante a esses aposentados a oportunidade de ter um saldo financeiro melhor para comprar medicação, num momento tão triste da pandemia, que tem tirado tantos entes das famílias brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente Marcelo Ramos.

---

Documento 157/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 12:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Escalada do tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro. Apoio ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, diante de críticas às ações policiais nas comunidades cariocas.

---

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o início desta pandemia, o que mais nós temos visto por aí são Prefeitos e Governadores promovendo *lockdown*, fechando o comércio, falindo empresas e desempregando pessoas. Porém, nós temos visto que o setor que não parou, em momento algum, foi o de tráfico de drogas, o setor que comete diversos crimes, além do tráfico de drogas. Nós sabemos que, nas comunidades, os traficantes violam as pessoas. Eles expulsam aqueles que têm relação com pessoas de comunidades de facções diferentes.

Então, eu ouvi uma Deputada do PSOL criticando a ação do Governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, que tem autorizado, de forma acertada, que haja operações nas comunidades, porque isso não é somente para garantir a lei e a ordem do cidadão que não mora nas comunidades, mas também daqueles que moram dentro das

comunidades e que são a maioria. O cidadão de bem da comunidade necessita e clama pela presença do Estado, a presença da Polícia, para garantir a própria integridade.

A Deputada fala também a respeito da decisão do STF, mais uma interferência indevida que o Supremo Tribunal Federal cometeu contra o Estado! Por quê? Ao passo em que o Ministro Fachin determinou que não poderia haver operações nas comunidades do Rio de Janeiro, fez com que o tráfico avançasse de maneira que se abrissem até novos complexos, como o Complexo de Israel. Fez com que o tráfico de drogas avançasse de forma avassaladora no Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, o Governador Cláudio Castro, de forma acertada, manteve essas operações. Ele tem o nosso apoio e tem o apoio da população de bem do Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

---

Documento 158/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD	12:24
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de justificativa das faltas dos Deputados Waldenor Pereira, Leo de Brito e Luizianne Lins. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do §3º do art. 320 da Lei nº 9.503, de 1997, dado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 886, de 2021, sobre alteração das Leis nºs 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 10.233, de 2001, para o estabelecimento de condições para a implementação da cobrança pelo uso de rodovias por meio de sistemas de livre passagem.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria que V.Exa. pudesse justificar as faltas dos Deputados Waldenor Pereira, Leo de Brito e Luizianne Lins.

Sr. Presidente, é muito interessante o Partido Novo, que de novo não tem nada, mas é coerente - eu reconheço. É um partido que defende a elite brasileira, os poderosos, os ricos.

Esta emenda do NOVO é para que não haja prejuízo às concessionárias. Se, por acaso, não houver grandes movimentos no pedágio, o Estado tem que recompor a iniciativa privada. É dinheiro

público! Mas, quando é para discutir o auxílio emergencial, o NOVO é contra.

Portanto, "não" ao destaque e "sim" ao texto.

---

Documento 159/438

---

46.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/05/2021-12:36	
Publ.: DCD 07/05/2021 -	TABATA AMARAL-PDT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

---

### **Sumário**

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 54, de 2021, sobre alteração do Programa Bolsa Família para a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio.

---

**A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.**

Boa tarde a todos e a todas.

Quero só fazer menção ao que o Presidente já mencionou. Em celebração ao Dia Mundial da Educação, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Educação, a Comissão de Educação e a Comissão Externa do Ministério da Educação se uniram e selecionaram alguns projetos que são de alta importância, mas também muito consensuais, para que nós possamos celebrar esse dia dando uma resposta muito necessária aos nossos estudantes.

Nós fizemos um acordo para votar os requerimentos de urgência nas próximas semanas. Assim que os Relatores forem indicados pelo Presidente Arthur Lira, cada um deles falará com todas as bancadas, para que nós possamos ter os relatórios mais consensuais possíveis.

Então, eu faço um apelo a cada Líder presente, dado que nós já estamos um pouco atrasados na celebração da Semana da Educação, para que possamos votar esses requerimentos de urgência sem nenhuma obstrução. E aqui fica o meu comprometimento, mas falando em nome daqueles que lideram a nossa bancada da educação - Deputada Professora Dorinha, Deputado Professor Israel, Deputado Felipe Rigoni -, de que os relatórios serão discutidos com todas as

bancadas.

Os dois projetos que estão aqui hoje são de altíssima importância. Um deles fala do combate à evasão escolar por meio de incentivos a alunos de baixa renda que estão no ensino médio. O segundo fala sobre a importância de trazermos toda a regulamentação que já foi aprovada no último ano para este ano também, dado que a educação se encontra em um momento de muita dificuldade por causa da pandemia. Seria muito importante que pudéssemos contar com todos os senhores.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 160/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD	12:36
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 54, de 2021, sobre alteração do Programa Bolsa Família para a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio.

---

**O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - O Cidadania vai orientar "sim". Inclusive, para as duas urgências, quero deixar consignado o nosso apoio.

O projeto é fundamental para valorizarmos a nossa educação, ainda mais com esse compromisso dito pela Deputada Tabata Amaral de que nós teremos os Relatores designados conversando com a nossa bancada, para o aprimoramento.

Então, nós queremos apoiar as duas iniciativas, as duas urgências. Deixo isso consignado aqui.

---

Documento 161/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD	12:40
Publ.: DCD - 07/05/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

### *Sumário*

Participação do orador em ato público em frente à Embaixada Colômbia no Brasil em solidariedade às manifestações do povo colombiano contra medidas impopulares adotadas pelo Presidente Iván Duque. Natureza fascista do Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senhoras, senhores, eu estou chegando agora de um ato que acabou de acontecer em frente ao Consulado da Colômbia, em solidariedade ao povo colombiano, que se revoltou, de forma consistente, organizada e potente, contra as medidas tocadas pelo Governo Duque, que tenta fazer com que o povo colombiano seja ainda mais prejudicado no período de uma pandemia.

No Brasil, é a mesma lógica de Jair Bolsonaro, Arthur Lira e companhia: utilizar-se de uma pandemia para passar a boiada, para fazer com que privatizações e retiradas de direito possam ser aprovadas.

É o massacre que aconteceu no Jacarezinho no dia de hoje - terrível!

É a tentativa do Governo Bolsonaro de tirar direitos históricos de brasileiros e brasileiras. Cem milhões de brasileiros não sabem se vão conseguir comer nas próximas 24 horas! Mas uma hora essa poesia arrebenta, e este Governo fascista não vai conseguir se sustentar.

---

Documento 162/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 12:44
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 54, de 2021, sobre alteração do Programa Bolsa Família para a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela dificuldade para a compra de insumos da China destinados à produção da vacina Coronavac pelo Instituto Butantan.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós apoiamos a urgência do projeto da Deputada Tabata Amaral.

É mais um assunto em que o investimento público é extremamente meritório, pois melhora as condições de educação, de vida, de crescimento de renda de um país. Portanto, somos a favor da urgência.

Eu aproveito este momento, Presidente, para ressaltar, nesta sessão, que o Diretor do Instituto Butantan, o Sr. Dimas Covas, informou há poucas horas que pode não haver mais vacinas Coronavac, do Butantan, a partir do dia 14 de maio, por conta da dificuldade de acesso aos insumos que devem vir da China.

Seguramente, a irresponsabilidade, o desatino e o despreparo do Presidente Bolsonaro estão trazendo mais este prejuízo para o País: a falta de insumos para mantermos a produção de vacina.

---

Documento 163/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/05/2021- 12:52
Publ.: DCD - 07/05/2021 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio ao requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre acréscimo do § 2º ao art. 1º da Lei nº 14.040, de 2020, para a prorrogação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 para além das disposições previstas no Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com eficácia finalizada em 31 de dezembro de 2020. Solicitação à Presidência de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 284, de 2021, sobre autorização aos Estados e Municípios para distribuição aos pais e responsáveis dos alunos das escolas públicas de alimentos ou recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

---

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, quero só apoiar esse requerimento de urgência. É um projeto bastante meritório, uma vez que, infelizmente, a pandemia continua no Brasil com grande intensidade.

E venho solicitar também uma providência. Parece-me que V.Exa. não leu um terceiro projeto, também desses projetos da educação, com

requerimento de urgência para a pauta de hoje - falo do Requerimento nº 857, de 2021. Esse é o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 284, de 2021, que autoriza os Estados e Municípios a distribuírem aos pais e responsáveis dos alunos das escolas públicas alimentos ou recursos financeiros do PNAE. É um projeto muito importante para nós podermos manter a segurança alimentar dos alunos, enquanto, infelizmente, as escolas ainda estiverem fechadas.

Agradeço a V.Exa. Se, eventualmente, não puder ser hoje, solicito que, numa próxima sessão, o projeto seja colocado em regime de urgência.

Obrigado.

---

Documento 164/438

---

46.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021- CD	12:56
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Atuação da bancada federal do PT em defesa da educação pública e dos profissionais da educação. Apoio do partido a projeto de lei relativo ao tema.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero dizer que o Partido dos Trabalhadores tem a educação como princípio basilar de sua organização. Para nós, e para mim, especialmente, que coordeno a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, queremos sempre lembrar a esta Casa que se faz educação com professores e com profissionais. Por isso, o Senado está hoje pautando a matéria que trata da escola como serviço essencial, e nós queremos colocar a escola como serviço estruturante e fundamental.

Queremos chamar a atenção para o respeito aos profissionais da educação, para a necessidade da vacina e para a necessidade de que nós respeitemos o dia a dia da escola quando qualquer discussão for feita neste Plenário. Que a educação seja vista realmente como política estruturante e que nós possamos nos lembrar disso todos os dias na nossa vida de Parlamentar.

Muito obrigada. O PT está junto neste projeto de lei.

---

Documento 165/438

---

46.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021-  
CD 13:36

Publ.: DCD - 07/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, aqui é o Deputado Bohn Gass. V.Exa. poderia me informar sobre o Projeto de Lei nº 823, de 2021.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - O Deputado Zé Silva ainda não estava pronto para apresentar o relatório do PL 823/21. Por isso, nós passamos ao PL 3.292. Mas ele será o próximo item da pauta.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, é sobre isso que eu queria falar. Eu acabei de falar com o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, porque nós estamos ainda, junto com o Relator, o Deputado Zé Silva, e o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, buscando um entendimento para a aprovação desse projeto. Até o momento, nós ainda não conseguimos entendimento junto ao Governo. Mas está marcada uma reunião, na terça-feira, que foi acertada com o Deputado Ricardo Barros, para tentarmos, junto com o Relator e com o nosso núcleo, fazer esse ajuste.

Então, eu solicito, Deputado Marcelo, que o projeto não entre na pauta de hoje. E, a partir da semana que vem, independente do acordo ou não - e foi isso que eu acertei com o Líder do Governo -, nós iremos à votação desse projeto. Essa será a última tentativa, no sentido do entendimento, pela importância desse projeto, a Lei Assis Carvalho II. Então, eu solicito essa compreensão, a fim de que o projeto não seja apreciado hoje. Teremos essa reunião na terça-feira e, na sequência, havendo ou não acordo, o projeto irá à votação.

---

Documento 166/438

---

47.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021-  
CD 17:08

Publ.: DCD - 07/05/2021 - BACELAR-PODE -BA

### *Sumário*

Marca de 420 mil mortes provocadas pela Covid-19 no País. Crítica à irresponsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo não fornecimento da segunda dose da Coronavac ao povo brasileiro. Protesto contra o caráter intervencionista e antiliberal do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

**O SR. BACELAR** (Bloco/PODE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu começaria a minha intervenção pedindo que reflitamos sobre um País que tem 15 milhões de infectados pelo coronavírus, já batendo 420 mil mortes, 15 meses de escolas fechadas. O povo tomou a primeira dose da Coronavac, Bolsonaro não deu a segunda, o que é uma irresponsabilidade, colocando em risco a saúde do povo brasileiro.

E num quadro desse me vem uma proposta para alterar um programa que tem 66 anos de êxito, um programa que é referência no mundo todo, que fornece hoje alimentação para 50 milhões de estudantes, do qual ninguém reclama.

E aí, Deputado Afonso Florence, vem uma proposta de um partido dito liberal para que a União decida o cardápio da escola. O burocrata do FNDE vai dizer se em Chorrochó, na Bahia, se em Xique-Xique, na Bahia, ou se em Cabrobó, em homenagem ao Deputado Ossesio, em Pernambuco, haverá no cardápio leite, cocada, rapadura ou estrogonofe. Não estão vendo que isso é irracional, o Governo Federal decidir cardápio de escola? Isso é não conhecer a realidade escolar do Brasil.

Eu quero saber lá na Ilha de Maré, que não cria vaca, como é que esse estudante vai beber leite. E aqui em Salvador, lá na minha Boca do Rio, se a Diretora do Julieta Calmon não tiver uma geladeira - e as escolas não têm água, quanto mais geladeira -, onde ela vai guardar esse leite?

Deputada Professora Dorinha Seabra, este é o apelo que deixo aqui. Quem defende a educação, quem defende o estudante tem que ser contra esse projeto.

A minha querida amiga Deputada Lídice da Mata mesmo, que é uma defensora do cacau e do chocolate, com certeza, vai querer que o chocolate produzido nas fazendas de cacau da Bahia seja adicionado à

merenda escolar. Eu quero chocolate na merenda escolar, mas não é função do Governo.

E eu chamo a atenção da REDE, porque temos uma indígena, para honra nossa, na bancada: o PL é maldoso, o PL retira das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas a prioridade da aquisição. Há outra contradição: diz que é para ajudar o pequeno produtor, e o projeto tira da prioridade as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas. Debaixo deste angu tem carne, tem alguma coisa!

Eu respeito o autor, eu respeito o PSL, não quero adjetivar. Mas como é que um Deputado - e Deputado só quer viver antenado com a sociedade - apresenta um projeto em que a comunidade objeto do projeto rejeita o projeto? Eu estou aqui com documentos e mais documentos do Observatório da Alimentação Escolar, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, dos Secretários Municipais de Educação, dizendo que esta é a porta de entrada de destruição do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Não podemos - Sras. e Srs. Deputados, esse programa alimenta 50 milhões de crianças e jovens! - colocar um programa desse em risco. Há 66 anos está dando certo. E agora, e se chega ao Palácio do Planalto e se manda botar leite condensado no pão para distribuir para as crianças? Vamos chegar a esse nível de loucura, esse nível de aberração, esse nível de disfunção, disfunção do ente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputado.

**O SR. BACELAR** (Bloco/PODE - BA) - O Podemos libera a bancada.

---

Documento 167/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021- CD 17:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009,

com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, matérias como esta, que não têm acordo, não deveriam ser pautadas às quintas-feiras, porque nós tínhamos combinado de tratar de matérias que são consensuais às quintas-feiras, e este não é o caso. Esta matéria está tomando o dia praticamente todo.

Eu vejo que esse projeto foi rejeitado na Comissão de Educação.

Se foi rejeitado na Comissão de Educação, ele não deveria nem estar aqui neste momento.

Há tantas matérias que eu julgo mais importantes para o momento que nós estamos vivendo, da COVID-19, matérias de combate à COVID-19!

Eu acho que é inoportuno votar essa matéria no dia de hoje. Logicamente eu entendo o espírito da proposta de lei; ela, de fato, pelo que foi dito aqui, tira a autonomia dos Municípios, e realmente tira a autonomia dos Municípios e também dos trabalhadores...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - O MDB vai liberar a votação, em função de parte da bancada ser a favor do projeto.

---

Documento 168/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/05/2021-
	CD	17:52
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de investigação profunda sobre chacina ocorrida durante operação policial no Bairro do Jacarezinho, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Crítica ao posicionamento do Deputado Carlos Jordy sobre o assunto. Boicote do Governo Jair Bolsonaro aos mecanismos de combate à pandemia do novo coronavírus. Colapso da economia brasileira. Crítica à cartilha econômica ultraliberal defendida pelo Ministro Paulo Guedes. Protesto contra o engavetamento, pelo Presidente Arthur Lira, de pedidos de impeachment contra o Presidente da República. Defesa de alteração nos critérios para a abertura de processos de impedimento contra o mandatário da nação.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar mais uma vez os colegas Parlamentares.

Eu quero abordar três temas neste tempo de Liderança. O primeiro deles é a respeito da operação policial em Jacarezinho hoje. Um Líder do PSL acaba de usar a palavra, e eu tenho uma opinião totalmente diferente da dele.

No meu ponto de vista, existem indícios muito fortes de que pode ter havido uma chacina. Eu quero, evidentemente, como todos nós da Oposição, solidarizar-me com o policial que morreu, com a família desse policial. Nós defendemos direitos humanos e respeito à vida de todos. Mas quero dizer também que muito provavelmente a investigação mostrará que muitos inocentes foram mortos nisso que eu defino como uma provável chacina, porque a morte de 25 pessoas dentro de uma favela, numa operação policial, não é algo normal. Isso é algo para ambiente de guerra, e olhe lá.

Quero, inclusive, Presidente, sugerir a V.Exa. que, especialmente com colegas nossos que são Deputados representantes do Estado do Rio de Janeiro, forme uma Comissão Externa da Câmara para acompanhar, Deputada Talíria Petrone, a investigação dessa operação no Jacarezinho. Nós não podemos deixar que isso passe sem uma investigação profunda.

Quero dizer ao Deputado do PSL que me antecedeu que ele não é juiz de nada. Nós temos um Estado Democrático de Direito. Não é ele, Deputado Leônidas Cristino, que definirá, da tribuna da Câmara, que os outros 24 mortos hoje, cujas famílias choram essas mortes, eram culpados. Eu assisti a vídeos, vi fotos aqui no meu celular, Deputada Professora Rosa Neide, e vejo ali gente brasileira que tombou, que morreu, sem necessidade, provavelmente. Não é um Deputado de extrema-direita, na tribuna da Câmara, que vai instalar o tribunal de exceção, o tribunal da chamada justiça do inimigo. Ele define: "*Este é meu amigo. Este é inocente. Este eu homenageio. Os outros são meus inimigos*". Isso é fascismo, Deputado. E o Brasil está cada vez mais cansado do fascismo e do bolsonarismo, que andam de mãos dadas.



Aliás, vou para o segundo assunto que me traz a esta tribuna: o Brasil está derretendo. Nós não temos Governo. Essa que é a grande realidade! Se tu olhas para a questão sanitária, o Brasil está à deriva. Faltam vacinas. Existe um Presidente que boicota todos os mecanismos de combate correto à pandemia. Ainda bem que o Senado teve a altivez de montar uma CPI para investigar as barbaridades que estão ocorrendo ao longo deste mais de 1 ano e que fazem do Brasil, Deputada Professora Rosa Neide, o país considerado como um dos piores, se não o pior, no manejo da pandemia no mundo inteiro.

Quanto àquele papo furado do Bolsonaro e dos bolsonaristas de que se tinha que manter tudo aberto, de que não deveria haver mecanismos de controle para conter a pandemia, porque as pessoas precisavam trabalhar, e a economia tinha que andar, toda essa mentira, infelizmente, está nos levando, de um lado, a um recorde de mortes no mundo inteiro e, de outro lado, ao colapso da economia.

E o Ministro da Economia e Bolsonaro são da cartilha do fundamentalismo liberal. Então não haverá saída para a recessão em que nós estamos. Não há saída, se não houver auxílio emergencial de 600 reais, se não houver a retomada de um plano para obras públicas para alavancar a economia, se o Estado não interferir da maneira como tem que interferir e como está interferindo nos mais diversos países do mundo. Posso citar como exemplo disso os Estados Unidos, o Reino Unido, a Itália, a França, a Alemanha, os nossos vizinhos aqui na América do Sul. Todos estão usando a cartilha da atuação do Estado para alavancar a economia em um processo recessivo. Isso é do bê-á-bá da economia.

Como eu vou pedir, por exemplo, para um empresário que tem uma indústria moveleira, ou uma indústria de confecções, ou uma indústria alimentícia, Deputado Afonso Florence, Deputada Talíria, que invista e duplique o tamanho da fábrica, Deputado Leônidas, se não há consumo? Se não há consumo, ele não vai investir! Então, no meio desta crise, temos que mudar a política econômica.

Aliás, eu sei que não é o Presidente Marcelo Ramos quem decide isso, agora, o Presidente Arthur Lira dizer que nenhum dos cem pedidos de *impeachment* que estão sob sua análise tem fundamento? Eu inclusive estou trabalhando em uma proposta de mudança constitucional, Deputado Leônidas Cristino, dando direito à Minoria, com 171 assinaturas, de que possa solicitar, uma vez por ano, a análise no plenário de um pedido de abertura de processo de *impeachment*.

O que ocorre hoje é um absurdo! O Presidente Arthur Lira é o homem mais poderoso do País. O Brasil está nas mãos dele! Ele disse que vai deixar todos os pedidos de *impeachment* na gaveta, e ponto final. O



que eu quero é um tecido constitucional equilibrado. Se tivermos 171 assinaturas, o Presidente é obrigado a colocar um pedido de *impeachment* em votação no plenário. Se o Plenário der 257 votos a favor da abertura de um processo de *impeachment*, o Presidente terá que abrir o processo, e, depois, virão a acusação, a defesa, o processo democrático, um processo dentro do Estado Democrático de Direito, e teremos ou não teremos os votos necessários para o *impeachment*. Então, temos que mudar isso, temos que mudar essa legislação.

Eu quero dizer ao Presidente Arthur Lira que muitos dos pedidos de *impeachment* que estão na gaveta dele têm enorme consistência. Ali há crimes de responsabilidade evidentes, no meu ponto de vista. Só no manejo da pandemia, Deputada Professora Rosa Neide, por exemplo, temos o crime de negar a compra de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, o crime de cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronovac. Isso é crime de responsabilidade. Isso está custando milhares de vidas. Isso está custando bilhões de reais em prejuízo para a economia brasileira.

Por fim, eu quero, Presidente Marcelo Ramos, voltar ao dado real sobre a vacinação, porque eu já ando cansado, como a maioria dos brasileiros, com o conjunto de mentiras que a rede bolsonarista coloca nas redes sociais. Essa história de dizer que o Brasil é o quarto ou quinto país do mundo que mais vacinou é um desrespeito à inteligência alheia. Quando se analisa uma vacinação, olha-se quantos por cento da população foi vacinada, e não o número absoluto, Deputado Heitor Schuch, de vacinas aplicadas.

E a realidade brasileira, em números mais próximos do exato possível, é a seguinte: o Brasil tem que aplicar 322 milhões de doses de vacinas, porque nós há 161 milhões de brasileiros com mais de 18 anos, Deputada Joenia. Esses 161 milhões de brasileiros devem receber duas doses cada um. Portanto, são 322 milhões de doses. Pois bem, em 109 dias, o Brasil aplicou apenas 50 milhões 443 mil doses. Faltam, Deputado Afonso Florence, 271 milhões 556 mil doses para o Brasil vacinar a sua população. E sabem qual é a média diária de aplicação da vacina nos últimos 7 dias, Deputado Leônidas Cristino, povo brasileiro? É de 725.899 doses. Se continuarmos nesse ritmo, vamos demorar 374 dias para concluir a vacinação de proteção coletiva neste País! Isso é um escândalo! Isso é um escárnio! Isso é um desrespeito! Aqui tem crime de responsabilidade! O Brasil precisa mudar! O Brasil precisa se levantar! O Brasil precisa tirar Bolsonaro da Presidência da República!

Eu faço um apelo ao Presidente Arthur Lira: abra o processo de *impeachment*! Permita que a democracia debata, que se apresente defesa, que se apresentem os fatos. Não engavete os pedidos

de *impeachment* de Bolsonaro, os quais têm, sim, fundamento na minha avaliação.

---

Documento 169/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 18:08
Publ.: DCD - 07/05/2021 - LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado, ressalvados os destaques.

---

**O SR. LEÔNIDAS CRISTINO** (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar "não". A intenção desta proposta é fazer com que passemos a tarde todinha discutindo este projeto, que não tem nenhuma lógica com relação à educação do nosso País, e esqueçamos as vacinas. Onde estão as vacinas?!

O PSL deveria apresentar um projeto de lei mandando o Governo vacinar os estudantes, os professores, os funcionários da área de educação, para começarmos a conversar. Mas, não, ele vai e apresenta este projeto com esses 40%. Onde está a memória de cálculos que demonstra que 40% é um número razoável, importante? Eu queria a memória de cálculos. Por que 40%, e não 50%, e não 30%, e não 60%?

Por isso, o PDT vota "não", Sr. Presidente.

---

Documento 170/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 18:08
Publ.: DCD - 07/05/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o

estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado, ressalvados os destaques. Importância do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de vacinas contra a Covid-19. Convite ao Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e ao representante dos produtores da vacina russa Sputnik V para discussão do assunto.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (Bloco/PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vai liberar a bancada.

Eu quero aproveitar este momento para fazer uma cobrança ao Ministro da Saúde: é hora de entregar vacinas. Nós não temos outra saída. O Governo tem que comprar vacinas e vacinar o povo brasileiro. É aquele velho *slogan*, Sr. Presidente Marcelo Ramos: *Vacina no braço e comida no prato*. Esse é o desejo de todo o povo brasileiro.

A economia só será recuperada se tivermos o nosso povo vacinado. O povo brasileiro não pode esperar mais. Esse (*falha na transmissão*) jogo.

Quero aproveitar o momento (*falha na transmissão*) requerimento convidando o Presidente da ANVISA e o representante da Sputnik V para discutirmos esse assunto, porque eu entendo que está havendo uma pressão da Pfizer para o Governo brasileiro não liberar 30 milhões de vacinas para vacinar o povo brasileiro.

Vacina não tem ideologia!

---

Documento 171/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021 - CD	18:16
Publ.: DCD - 07/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a votação pela Casa do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado. Expectativa de não votação da matéria pelo Senado Federal.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Como Líder. Sem

revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de falar neste tempo de Líder ao Deputado Bohn Gass, Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer, nesta tarde, que nós passamos o dia inteiro praticamente produzindo. E eu realmente gosto que produzamos quando estamos com a fluência necessária para fazer o melhor para a política que estamos discutindo no dia aqui no Parlamento.

Como eu disse, havia 16 projetos de lei apensados a esse projeto do leite. São projetos que propõem que se compre o peixe num percentual na escola, que se compre o café, a comida vegana, a comida orgânica, o mel, a carne de porco, o chocolate, entre outros alimentos que são indicados. Propõe-se que o PNAE passe a colocar obrigatoriamente esses alimentos nos cardápios. Aí também há esses 40%. E não venham me dizer que não existem esses 40%, porque, se a escola quiser comprar 20% mas for comprar leite, obrigatoriamente ela terá que comprar 40%.

Trata-se de um programa de mais de 60 anos, um programa histórico no Brasil, criado para resolver de forma justa, igual... Ele paga pouco, mas em sua legislação há mecanismos que garantem a justiça na saída do recurso de Brasília e na chegada aos Estados, aos Municípios e às escolas.

No passado, viu-se muito a questão do desvio de recursos da alimentação escolar. Os mecanismos foram se aprimorando. Eu e a Deputada Professora Dorinha, como Secretárias de Estado, assim como vários Parlamentares aqui que são professores ou Secretários de Educação, sabemos qual foi a nossa luta para melhorar os mecanismos, de modo que houvesse transparência, acompanhamento da sociedade civil, um PNAE cada vez mais robusto - ele ainda está magrinho -, com mecanismos para levar à ponta, às escolas, a melhor alimentação, respeitando o cardápio, os hábitos alimentares, colocando nutricionistas à disposição das regionais para que os cardápios fossem construídos.

E aí vemos o Parlamento passar um dia inteiro discutindo este projeto de lei. Digo isso com todo o respeito aos Parlamentares que assim propuseram, que tiveram esse interesse neste momento em que a questão da produção de leite no Brasil realmente está prejudicada, em função da alta dos preços e da pouca aquisição por parte da população, que está desempregada e não tem o auxílio emergencial de 600 reais.

Tudo isso prejudicou a nossa população, impedindo que ela tivesse recursos para acessar os alimentos que estão à disposição. Mas como podemos levar isso para dentro da escola, que tem 0,36 real *per*

*capita* para comprar o alimento e entregá-lo, no dia a dia, para as crianças? Alguém prometeu que ia resolver o problema dos produtores de leite no Brasil com os recursos do PNAE?

Então, eu quero pedir - ainda dá tempo - que tenhamos bom senso. A escola vai judicializar; os Prefeitos e Governadores não vão aceitar uma interferência dessas, porque é muito ruim para o País.

A nossa Lei de Diretrizes e Bases, no seu art. 12, diz que a escola tem autonomia para fazer o seu projeto. No projeto da escola, há a parte pedagógica, há tudo. O momento da alimentação escolar faz parte das práticas pedagógicas da escola. A escola tem autonomia para planejar, discutir o cardápio, organizar, ouvir as crianças. E agora nós, os 513 Deputados e Deputadas, vamos querer interferir, determinar qual é a cor do lápis com que o menino vai pintar a ponta da asa da borboleta? Nós vamos fazer uma norma dizendo com que a criança vai se alimentar, em um país continental como o nosso?

A nota do FNDE fala da liberdade, fala da nutricionista, pontua tudo. Agora, o projeto diz que, se se comprar, tem-se que comprar 40%. Se eu só quero comprar 20% ou 10%, por que eu tenho que comprar 40%?

Então, não há como dizer que não se trata de intervenção. Nós estamos lidando com pessoas adultas. Aí, ouve-se a Comissão da Agricultura, ouve-se a frente da agricultura...

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Professora Rosa Neide, deixe-me só dizer, em nome do PSB, que nós continuamos em obstrução.

E eu concordo plenamente com a sua fala. Parabéns!

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT) - Muito obrigada.

Então, o que é que nós estamos fazendo com a questão educacional do País num momento de tanta sensibilidade, de tanta dor, em que professores estão fazendo cestas e levando para as casas dos estudantes? E aí nós vamos ter no pós-pandemia, no dia a dia da escola, liberdade. Os diretores de escola discutem com os Secretários Municipais ou Estaduais os recursos do PNAE.

O PNAE vem passando de governo a governo com uma estrutura que respeita a base, respeita a sociedade brasileira. É um programa que todo mundo diz ser a maior cozinha do mundo. As escolas públicas do Brasil ofertam alimentação gratuita aos nossos estudantes. Em muitos países do mundo, oferta-se alimentação paga. A nossa cozinha é estruturada para que a criança que precisa mais vá para a escola,

estude, aprenda e tenha alimentação.

Digo que o PNAE só tem um problema: os recursos são poucos. Mesmo assim, querem agora atravessá-lo e tirar desse programa o subsídio que vai para cada criança do Brasil.

Então, eu quero dizer que ainda dá tempo de discutirmos qualquer programa para apoiar a questão da aquisição do leite dos pequenos produtores no Brasil. Eu vivo muito próximo a eles aqui no Estado de Mato Grosso. Eu quero que o Governo acerte essa questão, mas, volto a dizer, não com os recursos do PNAE.

A situação no País está muito difícil, está gravíssima. Nós, vendo o que está acontecendo no Rio de Janeiro, estamos brincando com vidas, chamando morte de "CPF cancelado".

As pessoas que morreram provavelmente não tiveram acesso a escola, ou, se tiveram, as coisas eram tão difíceis que de lá saíram. Em vez de discutir a barbaridade da pandemia, a falta de vacina, a situação dos profissionais da educação, que precisam ser vacinados, nós estamos querendo tirar do pouco de alimento que é destinado às crianças. Ninguém tem direito de intervir no 0,36 real que os gestores das escolas têm para fazer um milagre com relação à alimentação dos estudantes.

Quero dizer que os partidos que estão aqui fazendo essa discussão são partidos que têm consciência do papel da educação. Não gosto, quando discutimos educação, que alguém diga: "*Ah, o pessoal da Esquerda!*". É só o pessoal da Esquerda que gosta da educação? Não. Aqui, quando votamos o FUNDEB, nós discutimos com todo o mundo, aprimoramos as discussões.

Deputados e Deputadas que têm familiares que são gestores de escolas ou Secretários de Educação, façam uma ligação e perguntem se eles concordam com isso. Perguntem aos Prefeitos. Os Prefeitos passam os recursos da alimentação escolar para a gestão dos seus Secretários. Por isso, perguntem. Saibam como é que as coisas acontecem lá na base.

Agora nós abrimos um sério precedente. Todos os outros vão querer uma fatiazinha desses poucos recursos que alimentam mais de 50 milhões de estudantes da escola pública brasileira. Então, nós temos que tratar da escola quando for para aprimorar a legislação. Tratar da escola para tirar a autonomia que ela tem, intervir nela e não aprimorar os mecanismos é muito difícil.

Eu já fui professora de sala de aula, Diretora de escola, Secretária Municipal e Secretária de Estado. Quando o Brasil comprava

alimentação escolar, a rapadura que vinha para Mato Grosso não era aceita pelos meninos daqui, porque eles não tinham o hábito; era aceita pelos meninos do Nordeste. Mas o Brasil comprava no atacado nacional, dividia e entregava por meio de caminhões ao País inteiro. Nós melhoramos, nós avançamos, nós descentralizamos os recursos. Hoje, eles chegam diretamente - os recursos estão descentralizados - às escolas, e é isso que faz com que o programa seja o melhor do mundo para a alimentação escolar.

Eu espero, Sr. Presidente, que nós ainda tenhamos bom senso, ou que, quando a proposta chegar ao Senado, o Senado tenha bom senso, para que nós não façamos o esraçalhamento desse programa tão rico do País. O Senado, hoje, já tirou o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, da pauta, porque tem bom senso. Eu espero que a Câmara não fique nos envergonhando o tempo todo e que o Senado não tenha que corrigir os deslizes que porventura cometamos aqui.

Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, à Liderança do PT e a todos os Parlamentares que gostam de educação. Os meus 40 anos de história me deram um pouco de experiência para dizer que a educação tem que ter liberdade para decidir o que é melhor para ela.

Muito obrigada.

---

Documento 172/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021 - CD 18:24
Publ.: DCD - 07/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alerta aos Deputados sobre a necessidade de tratamento respeitoso à China. Inconveniência e inconsistência de acusação do Presidente Jair Bolsonaro sobre a criação do coronavírus pelo Governo chinês. Necessidade de manutenção das relações diplomáticas e comerciais com a China, inclusive para a garantia da aquisição de insumos utilizados na produção da vacina contra a Covid-19 pelo Instituto Butantan.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os colegas Parlamentares.

Lamento, mas eu tenho que dizer da tribuna desta Casa que eu ouvi muita coisa. Eu acho que vou morrer, vou dar meus olhos e não vou

ver tudo, diante do que estou vendo e do que está acontecendo.

Eu vi e ouvi agora o Presidente Bolsonaro falando mal da China. Eu não sou chinês, não sou defensor da China, não tenho procuração para isso, não sou defensor do regime comunista, mas eu defendo o Brasil e os brasileiros, e a China é importante para o Brasil, como o Brasil é importante para a China. A importância de um e de outro interessa aos chineses - estou usando o tempo de Líder, Presidente - e interessa aos brasileiros.

Conseqüentemente, eu preciso dizer da tribuna do Parlamento Nacional que não é assim que se relacionam os países democráticos do mundo. Ainda que a China tenha um jeito de ser diferente do nosso - somos uma democracia plena -, as relações comerciais têm que ser respeitadas, recíprocas, sinceras e, fundamentalmente, cordiais entre as nações. Os problemas da China, na China, são deles. Os problemas do Brasil, no Brasil, são nossos. Que eles resolvam os deles, e nós, os nossos. O que nos interessa lá na China é a sua atividade comercial. E o que interessa para a China, no Brasil, é a atividade comercial. Não nos interessa o regime da China, o regime comunista, nem interessa a eles o regime capitalista do Brasil.

Ora, a vacina vem da China, especialmente os insumos, os fármacos ativados. E nós, brasileiros, que compramos da China esses insumos, vendemos as nossas *commodities*. Se a China não quiser nos vender os insumos, nós não vamos ter vacina aqui. E nós vamos à bancarrota se a China não quiser comprar as nossas *commodities*, especialmente a soja, que levanta a economia no País, inclusive no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Eu me lembro de que o Ministro Ernesto Araújo falava mal da China. Isso constrangeu as relações comerciais entre os países. O meu colega Eduardo Bolsonaro falava mal da China também. Isso colocou para baixo as nossas relações. E agora o Presidente Bolsonaro vem falar mal da China, inclusive dizendo que a China teria inventado o vírus. Não é hora para isso. Não interessa quem inventou o vírus. Nós temos que enfrentar isso com clareza, com transparência, com responsabilidade. É uma via de duas mãos: nós compramos da China o que nos interessa e vendemos para eles o que interessa a eles. A China é o principal parceiro comercial do Brasil no mundo, e o Brasil é um dos principais parceiros comerciais da China no mundo, ou seja, temos interesses recíprocos. Ganham eles, ganhamos nós. Não é brigando que nós vamos resolver. As nossas brigas têm que ser para avançar, aumentar as nossas relações comerciais e negociais.

Agora mesmo, o Butantan foi notificado de que vão diminuir os insumos vindos da China para fazer a vacina. Enquanto isso, morrem 100 mil, 200 mil, 300 mil, 400 mil pessoas. Vamos chegar a 500 mil.

Dizem: "Ah, a vacina é comunista!". Não importa o pelo do gato; o importante é que o bicho cace o rato. Não importa de onde vem a vacina; o importante é que ela funcione. É isso que nós queremos, é isso que nós defendemos.

Eu quero defender o meu País. Quem negociar ou comercializar com o meu País tem a minha compreensão. A China tem 1,5 bilhão de bocas para comer, mas tem 3 bilhões de braços para trabalhar. Eles fazem muitas coisas que nos interessam e comem muitas coisas que nós podemos vender para eles. Eu não abro mão da relação comercial com a China. Não quero, não defendo o comunismo, muito pelo contrário. Mas isso é problema da China. Eles que se resolvam lá. O que me interessa é o que nós temos para vender para eles para sustentar o nosso mercado interno, melhorar o nosso PIB. Divisas, dólar, comércio elevam o nosso Produto Interno Bruto. É isso que nós queremos.

E queremos mais: queremos, neste momento de pandemia, trazer da China o que eles têm de bom para o mundo. Se o vírus veio daqui, dali ou de acolá, isso não nos interessa nesta hora. O que nos interessa é a saída do problema, e a saída do problema é só a vacina. Para melhorar o comércio, a indústria e o serviço, voltar ao trabalho, gerar emprego e renda e melhorar a economia, a saída é a vacina.

Então, não briguem com a China. Não briguem com ninguém. Vamos brigar com o vírus. O nosso inimigo é o vírus, e o nosso amigo é a vacina. Se nós brigarmos com a China, vamos perder o amigo, vamos abraçar o inimigo e morrer abraçados com o vírus. Esse é o desafio. É por isso a nossa advertência.

---

Documento 173/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/05/2021-
	CD	18:32
Publ.: DCD - 07/05/2021 - LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque de votação em separado, com parecer pela rejeição, da Emenda de Plenário nº 2 oferecida ao substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado, Questionamento à bancada do PSL sobre a vacinação contra a Covid-19 dos estudantes e profissionais da educação do País. Necessidade de vacinação de toda a

população brasileira.

---

**O SR. LEÔNIDAS CRISTINO** (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT está em obstrução.

Queria perguntar novamente ao PSL: onde estão as vacinas? Seria importante nós vacinarmos os estudantes, os professores e os demais profissionais que trabalham nas escolas. Temos que vacinar toda a população brasileira, mas estamos falando hoje só das escolas. Não podemos ficar jogando para a plateia cortina de fumaça para não discutirmos as muitas coisas erradas que estão acontecendo neste Governo.

Por isso, o PDT está em obstrução.

---

Documento 174/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/05/2021- 18:36
Publ.: DCD - 07/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em separado, com parecer pela rejeição, da Emenda de Plenário nº 2 oferecida ao substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado, Cobrança à Casa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre à adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19 (projeto de Lei Assis Carvalho II).

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução, Presidente.

Se estão preocupados mesmo com os agricultores familiares, com o pequeno produtor, por que não votam de uma vez o Projeto de Lei nº 823, de 2021, que dispõe sobre medidas de amparo aos agricultores familiares, para mitigar os impactos da pandemia? O que, na verdade, estão querendo fazer é tirar o PNAE da sua função, e a isso não temos como votar favoravelmente.

O PSOL está em obstrução contra esta matéria, que é antieducação,

anticomunidades indígenas, anticomunidades quilombolas. Eu, como professora, não tenho como concordar com tal matéria.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 175/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/05/2021- 18:40
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Esclarecimento sobre a orientação da Minoria na votação do requerimento de votação em separado, com parecer pela rejeição, da Emenda de Plenário nº 2 oferecida ao substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado, Razão do posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria, sinceramente, se distraiu. Não sei se todos os partidos da Minoria votaram "sim". Eu vi que o PT encaminhou "sim". Mas eu gostaria de aproveitar...

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "sim", Deputado Henrique.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Perfeito, Deputado Heitor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - O PSB vota como, Deputado Heitor Schuch? *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Eu estava falando com o meu colega gaúcho Deputado Heitor Schuch, que encaminhou o voto "sim" da Minoria.

Sabe o que solucionará o problema do produtor de leite e do agricultor familiar no nosso País pelo menos em grande parte, Deputada Professora Rosa Neide? A implementação de um auxílio emergencial de 600 reais por mês, porque aí milhões e milhões de litros de leite serão comprados pelas pessoas que hoje estão passando fome. Essa é a questão central. No Brasil, hoje, a fome voltou, e voltou violentamente. Imagina-se que em torno de 100 milhões de brasileiros

não estejam se alimentando adequadamente.

Não é com um projeto como este que se resolve o problema do leite.

---

Documento 176/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021- CD 18:52	
Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado, para fins de supressão, do art. 1º do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para o estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificado. Crítica à pretensão do ex-Mnistro da Saúde Eduardo Pazuello de utilização de habeas corpus para a garantia do direito ao silêncio em depoimento à CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Importância da CPI da Pandemia.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria indica "não" e se solidariza com V.Exa., que está enfrentando heroicamente esta obstrução.

Agora eu quero falar algo sério, Presidente. Notícia das 17h49min: "*Após adiar ida à CPI, Pazuello estuda habeas corpus para não falar em CPI da COVID*". A covardia desse ex-Ministro e general é algo quase inacreditável, é revoltante. O que o Pazuello tem para esconder ou qual é o medo dele de ir a uma CPI? Se ele fez as coisas certas no Ministério, Deputado Heitor Schuch, é só sentar na cadeira e explicar o que ele fez.

O problema é que ele sabe que cometeu crimes como Ministro da Saúde. Essa militarização do Ministério da Saúde foi um desastre para o nosso País. Pazuello, de forma covarde, acolheu todas as orientações ilegais e inadequadas de Bolsonaro.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - O PCdoB está

em obstrução.

Pode concluir, Deputado Henrique.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu estava falando do problema do Pazuello.

Bolsonaro trocou de Ministro duas vezes porque ele queria um Ministro que comprasse cloroquina, que cancelasse compra de vacina, que incentivasse aglomeração, ou seja, ele queria um antiministro da saúde, alguém que fosse como é o Presidente. E o Pazuello aceitou essa função.

Então, a covardia desse cidadão é algo inacreditável. Ele tem que vir a público e defender a gestão dele, o que ele fez no Ministério da Saúde.

A CPI é algo importantíssimo. O Brasil precisa tirar a limpo o que aconteceu e o que está acontecendo no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Eu espero que Pazuello não obtenha esse *habeas corpus*.

---

Documento 177/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-06/05/2021-
	CD	19:00
Publ.: DCD - 07/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Declarações inverídicas do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta à CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Manobra da CPI da Pandemia para proteção dos Governadores e Prefeitos Municipais.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta mentiu descaradamente na CPI do Senado Federal quando disse que, em novembro, nós já poderíamos ter iniciado a vacinação no Brasil. Sim, ele falta com a verdade. Por quê? Vamos, então, aos números, à cronologia.

No dia 4 de fevereiro, o Sr. Presidente da República decretou estado de emergência, quando não havia um caso de COVID no País. No dia 8 de maio, o Sr. Presidente da República acionou o Ministério da

Saúde para as primeiras negociações da vacina. Agora atenção, Brasil: como que no Brasil poderíamos ter iniciado a vacinação em novembro, conforme mentiu Henrique Mandetta, se somente no dia 8 de dezembro do ano passado a primeira pessoa foi vacinada no mundo, uma britânica de 90 anos, que tomou a vacina Pfizer?

No dia 17 de janeiro, a ANVISA aprovou o uso emergencial das vacinas Coronavac e Oxford contra a COVID. No dia 17 de janeiro, a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, foi a primeira brasileira a ser vacinada em território nacional. No dia 19 de janeiro, o Ministério da Saúde divulgou nota afirmando que concluiu a distribuição do primeiro lote de vacinas para os 26 Estados e o Distrito Federal.

Como Mandetta diz na CPI que em novembro poderíamos ter aplicado as vacinas, as primeiras doses da vacina contra a COVID, se os Estados Unidos aplicaram a sua primeira vacina, em um hospital em Nova York, somente no dia 14 de dezembro?! Como iríamos aplicar vacinas aqui em novembro, Mandetta?!

Outra coisa: somente no dia 10 de março foi aprovada por esta Casa a MP que flexibilizou as regras para a compra de vacina. Aí, sim, houve a liberação para que o Governo comprasse a vacina da Pfizer.

No dia de hoje, na data de hoje, o Brasil, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ultrapassou a marca de 50 milhões de doses de vacina aplicadas, empatando com o Reino Unido, só que com uma diferença: nós alcançamos esse número de 50 milhões de doses de vacina em 108 dias, enquanto o Reino Unido levou 147 dias. Se todas as vacinas liberadas pelo Governo Federal aos Estados e aos Municípios já tivessem sido aplicadas, seríamos o quarto país a mais vacinar no mundo.

Quero desta tribuna denunciar que há uma manobra na CPI do Senado para blindar Governadores e Prefeitos. A população do Brasil quer a verdade! A população do Brasil quer saber quem são os culpados...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Quer concluir, Deputado Otoni de Paula?

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ) - Não. Era somente isso, Sr. Presidente.

47.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -06/05/2021-  
CD 19:08

Publ.: DCD - 07/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### *Sumário*

Repúdio à declaração do Chefe das investigações sobre as mortes ocorridas na Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, durante operação para o cumprimento de mandados de prisão, sobre a responsabilidade de entidades defensoras dos direitos humanos pelo óbito de policial civil. Solidariedade aos familiares do policial civil. Necessidade de enfrentamento do modelo de segurança pública violento adotado pelo Governo fluminense. Dados sobre mortes em consequência de operações violentas realizadas no Rio de Janeiro em 2020, inclusive com policiais em serviço ou em folga vítimas do atual modelo de segurança pública. Ocorrência de chacina na Favela do Jacarezinho. Exigência, pela bancada do PSOL na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Governador e ao Procurador-Geral de Justiça de realização de perícia independente sobre a chacina. Solicitação à Casa de criação de Comissão Externa destinada ao acompanhamento das investigações sobre o caso. Necessidade de valorização dos profissionais de segurança pública, inclusive para o enfrentamento das milícias no Rio de Janeiro. Defesa da regulamentação do uso de drogas e do controle de armas e munições. Atuação das entidades ligadas aos direitos humanos na defesa de vida digna para os moradores de favelas.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, mais uma vez venho aqui tratar do tema que está estarecendo toda a população do Rio de Janeiro, todos nós.

Agora há pouco, em entrevista para tratar sobre o caso, o delegado da Polícia Civil responsável pelas investigações da chacina que ocorreu no Jacarezinho disse que o sangue do policial civil morto é responsabilidade de entidades, de movimentos, de defensoras e defensores de direitos humanos. Isso é inacreditável, diante do que é a realidade do Rio de Janeiro.

Eu presto solidariedade à família do policial e entendo que deveríamos estar aqui nos debruçando sobre soluções para enfrentar o que é o modelo sangrento de segurança pública no Rio de Janeiro, que se baseia no confronto, no enfrentamento violento, que levou à morte, só no ano de 2020, 1.245 pessoas, vítimas de intervenção policial, casos antigamente chamados de autos de resistência. Estou falando de 1.245 pessoas! Esse mesmo modelo vitimou, Sr. Presidente, 19 policiais em serviço, 46 policiais na sua folga, também assassinados por serem

policiais.

Há uma lógica de que a favela é inimiga, de treinar um policial para entender a favela como inimiga. E muitas vezes colocam um policial mal remunerado, muitas vezes de origem popular e também negro, para operar a política de morte do Estado.

É preciso parar de enxugar sangue no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. É esse modelo de segurança pública, de enxugar sangue, que permite, que possibilita que ocorram chacinas como a de Jacarezinho.

Sim, houve uma chacina. Chacina é o nome. Não é possível que, das quase 30 mortes que ocorreram - dizem que houve mais, mas vamos falar de quase 30 mortes -, nenhuma foi evitável. São 30 mortes não evitáveis?

Inclusive, nossa bancada, em conjunto com a bancada da ALERJ, em conjunto com a Deputada Benedita, está cobrando o Governador do Estado do Rio de Janeiro e cobrando o Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro em relação à investigação, para que haja uma perícia independente, para que se protejam as testemunhas da chacina. Também estamos pedindo que esta Casa abra uma Comissão Externa para investigar esse absurdo, que está enlutando as famílias do Rio de Janeiro.

Não dá para seguir com essa lógica. É preciso valorizar profissionais de segurança, investir em inteligência, inclusive para enfrentar as milícias, que dominam parte do território do Rio de Janeiro. É preciso legalizar e regulamentar drogas - uso abusivo de drogas é questão de saúde pública, não de segurança pública. É preciso controlar armas e munições e entender os direitos humanos como também pertencentes aos moradores de favela do Rio de Janeiro, um cenário com 46 mil mortos vítimas da COVID, onde hoje houve mais um recorde: 9 mil pessoas contaminadas pelo vírus, enquanto a prioridade do Governador Cláudio Castro é operar a morte.

Chega! Chega, Sr. Presidente, de favelado ser morto por bala de fuzil do Estado; ser morto na fila do SUS, sufocado, vítima de COVID; ser morto pelo desemprego e pela fome que chega à vida das famílias brasileiras, porque é no mesmo corpo que essas diversas violações aos direitos humanos se concretizam.

Obrigada, Presidente.

Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, para estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Contestação a pronunciamento do Deputado Otoni de Paula, ofensivo ao ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Eu sou um crítico de muitas atitudes do ex-Ministro Mandetta, quando foi Ministro da Saúde, Deputado Afonso Florence, mas, diante da barbaridade que o Deputado Otoni de Paula acaba de dizer dessa tribuna, eu vou defender o Ministro Mandetta. Ele se enganou quando falou "novembro", ele queria dizer "dezembro".

Agora, vejam o que faz a indústria criminosa de *fake news* dessa gente bolsonarista: eles querem criar um fato em cima disso. A própria fala do Deputado Otoni, ela, sim, é uma grande mentira, pois diz que a primeira vacina Pfizer foi aplicada em dezembro, nos Estados Unidos. E sabe quando é que essa vacina Pfizer chegou ao Brasil, Deputada Rosa Neide? Só em maio.

Então, aqui no Brasil também a Pfizer podia ter chegado em dezembro, assim como a Coronavac podia ter chegado antes e nós podíamos ter, no mínimo, 150 milhões de pessoas a mais vacinadas hoje.

---

Documento 180/438

---

47.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021-  
CD 19:32

Publ.: DCD - 07/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Desinteresse do Presidente Jair Bolsonaro na compra de vacinas do Instituto Butantan. Cancelamento, pelo Presidente da República, da compra de 46 milhões de doses de vacinas efetuada pelo ex-Ministro da Saúde, Eduardo

Pazuello.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero justificar, a pedido do Deputado José Guimarães - ele me ligou antes de embarcar, está voando neste momento -, que ele vota com o partido.

Eu vou fazer esse embate dia a dia, hora a hora, com esses bolsonaristas mentirosos, Deputado Afonso Florence. A bem da verdade, é que há um ofício assinado no dia 30 de julho no qual o Instituto Butantan oferece 60 milhões de doses da Coronavac para entregar ainda em 2020. O Presidente Bolsonaro desconsiderou. Ele era contra a vacina, continua sendo, aliás, e não comprou.

Depois, o Ministro Pazuello, este que tem medo de ir à CPI, tinha comprado 46 milhões de doses, em outubro de 2020. Mas daí o Bolsonaro mandou ele cancelar a compra. E ele, de forma covarde, cancelou, e, portanto, o Brasil perdeu também essas 46 milhões de doses.

Esse é o problema, Deputado Otoni de Paula.

---

Documento 181/438

---

47.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/05/2021- CD 20:12	
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de medidas emergenciais em prol da agricultura familiar. Aprovação da tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para a mitigação dos impactos socioeconômicos da Covid-19; sobre a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018 (Lei Assis Carvalho II). Elaboração do relatório da matéria pelo orador.

---

**O SR. ZÉ SILVA** (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, primeiro, quero dizer que é uma alegria ver V.Exa. conduzir a sessão com tanta maestria e valorizar a democracia nos trabalhos da nossa Casa.

Eu fico muito feliz, porque a agricultura familiar, até alguns anos atrás, era tida como aquela retratada pelo nosso escritor Monteiro Lobato: o

agricultor sentado num banco de três pernas, porque não era preciso ter quatro pernas para o banco ficar de pé, menos desenvolvido... Hoje, a agricultura familiar é pauta que está no topo das prioridades do Congresso Nacional. É assim que eu quero falar com todos os colegas Parlamentares sobre as medidas emergenciais para a agricultura familiar.

O projeto é liderado pelo Deputado Pedro Uczai, mas praticamente metade dos Parlamentares desta Casa apresentou essas mesmas proposições em 2020, que foram aprovadas por unanimidade na Câmara e no Senado, e vetadas quase que integralmente pelo Presidente Bolsonaro. Só restaram dois quesitos, um deles o que garante que trabalhadores e agricultores que receberam o auxílio emergencial não perdem a condição de segurado especial. Mas houve um acordo, e os vetos foram mantidos.

Nós já aprovamos a urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, que estava na pauta de hoje. Acontece que estamos tomando todo o cuidado, especialmente no Colégio de Líderes, para que essas medidas, uma vez aprovadas, não venham a ser novamente vetadas, até porque esse é o único segmento da economia brasileira que não tem ações efetivas e representativas do Governo Federal de apoio durante este tempo de pandemia. Houve ações complementares, isoladas, mas não ações tão efetivas como as que atenderam, merecidamente, outros segmentos importantes da economia brasileira, medidas importantes de fomento para a retomada da economia, um financiamento pequeno, de 10 mil reais, apoio à comercialização...

Eu estou resgatando para o meu substitutivo, para o meu relatório, alguns pontos fundamentais, como a renegociação de dívidas rurais que não foram acolhidas pela Medida Provisória nº 1.016, de 2020, relatada pelo nosso competente Deputado Júlio Cesar.

Trago também aquelas dívidas do Banco da Terra, do crédito fundiário e outros investimentos e custeios dos agricultores familiares que venceram ou vencem até o final deste ano. Elas ficam para o final do contrato, mantendo-se as mesmas cláusulas de incentivos, de rebate...

E trago também a questão das dívidas inscritas na Dívida Ativa da União, além do pagamento do Garantia-Safra independentemente de laudo onde são colocadas as perdas acima de 50% dos agricultores cadastrados e inscritos no Garantia-Safra.

Então, é fundamental, na próxima semana, apoiarmos esse conjunto de medidas para a agricultura familiar. Há um acordo, e já temos uma reunião marcada para terça-feira, às 10 horas da manhã.

Eu agradeço ao Líder Bohn Gass, que liderou esse processo de

negociação em que nós garantimos a aprovação dessas medidas e as condições necessárias para que elas não sejam vetadas pelo Presidente da República.

A propósito, eu apresentei três emendas ao PLN 4, que devemos votar na próxima semana, para garantir pelo menos 1 bilhão para a agricultura familiar, esse segmento tão importante, como foi destacado por todos os Parlamentares, dos diversos partidos que estão debatendo este projeto na noite de hoje.

Acho que nem precisávamos discutir o projeto hoje, mas, já que ele está em debate, a democracia tem que prevalecer. É uma conquista fundamental a merenda escolar ser comprada da agricultura familiar. A lei é tão importante, que não precisava de nenhuma mexida neste momento.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 182/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:04
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da votação, pela Câmara dos Deputados, de projeto, de lei de autoria do Senador Paulo Paim, sobre a quebra de patentes de medicamentos.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Peço que esta minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil* e por todos os meios de comunicação desta Casa Legislativa.

É fundamental que nós possamos voltar ao tema da quebra de patentes nesta Casa. O Brasil já foi um país que considerava a quebra de patentes de medicamentos uma concessão de tecnologia em socorro daqueles que precisam, fundamentalmente em momentos de grandes epidemias. E atualmente vivemos a maior pandemia de todos os tempos, a pandemia do novo coronavírus, que desencadeia uma doença que se torna fatal quando agravada, batizada de COVID-19.

A discussão sobre a quebra de patentes teve relevo quando o Brasil quebrou a patente do efavirenz, medicação de grande importância e impacto no controle das consequências do contágio do vírus do HIV. O Brasil, portanto, passou por um momento de grande efervescência

científica e tecnológica, e hoje nós temos muitas pessoas que vivem dignamente mesmo sendo portadoras desse vírus, que gera uma doença para a qual não há cura.

Nós tivemos a sorte de o Senado da República ter tomado a iniciativa e aprovado um projeto do Senador Paulo Paim para a quebra de patentes. É necessário, Sr. Presidente, que esse projeto seja pautado na Câmara dos Deputados. Esta é uma questão de grande importância, porque o País tem parque para iniciar um processo de discussão sobre essa transferência de tecnologia.

A Organização Mundial do Comércio - OMC realizará sua próxima reunião ministerial em novembro. O Conselho do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual reuniu-se nos últimos dias 10 e 11 de março. É importante dizer que a Índia é a favor, que o Paquistão é a favor, que a China é a favor e que, agora, os Estados Unidos pós-Trump, na gestão Biden, também são a favor dessa transferência, desse compartilhamento de tecnologia. Portanto, colocar obstáculos a essa possibilidade é algo que não é inteligente e não segue a tendência mundial.

Por isso, como promotora da grande reunião que realizamos de Comissão Geral nesta Câmara dos Deputados, peço que o projeto seja posto em votação. Essa suspensão permitiria mais colaboração internacional na fabricação de vacinas e outros produtos médicos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 183/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:08
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Matéria publicada pela revista Veja sobre a eficiência do combate à COVID-19 no Estado do Maranhão. Elogio à atuação do Governador Flávio Dino. Importância do legado da ex-Governadora maranhense Roseana Sarney para a infraestrutura do setor de saúde pública no Estado.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente Eduardo Bismarck, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a revista *Veja* deste fim de semana traz uma matéria sobre o combate à COVID no Estado do Maranhão. De fato, no Maranhão, o combate à COVID tem se destacado em função de que lá, graças a Deus, ocorrem menos óbitos, proporcionalmente, do que nos demais Estados da Federação brasileira. Ocorre que a revista *Veja* atribui apenas ao Governador Flávio Dino esse êxito.

É lógico que o Governador Flávio Dino deve ser reconhecido pelo trabalho que tem feito, mas quero dividir esse crédito com os Prefeitos, que também têm se dedicado, nos seus hospitais municipais, ao combate à COVID.

Também temos que reconhecer o legado do Governo da Roseana Sarney, que teve como Secretário de Saúde o Ricardo Murad, que deixou o Estado estruturado na área da saúde. Foram 70 os hospitais construídos no Governo da Roseana Sarney, vários deles hospitais regionais, como é o caso dos de Caxias, Imperatriz, Balsas, Chapadinha, entre vários outros. Essa estrutura tem permitido ao Estado combater, com bastante eficiência, essa maldita doença, esse vírus SARS-COV-2.

Portanto, nós temos que dar a César o que é de César. Se não tivesse havido, por parte do Governo da Roseana Sarney, a construção desses hospitais, eu tenho certeza de que o Flávio Dino estaria patinando no combate à COVID-19, como estão patinando alguns Governadores. Todas as UPAs que existem no Maranhão foram construídas no Governo da Governadora Roseana Sarney, que teve como Secretário de Saúde o Ricardo Murad.

Então, eu subo à tribuna hoje para reconhecer que o Governador tem feito um trabalho bom na área da saúde no que diz respeito ao combate à COVID-19. Mas grande parte da estrutura que existe no Maranhão foi feita no Governo da Roseana Sarney. Muito desses hospitais foram concluídos no Governo da Roseana Sarney. Outros foram concluídos já no Governo Flávio Dino, mas ficou em caixa o dinheiro para a conclusão dessas obras estruturantes da saúde.

Portanto, devemos reconhecer também o trabalho dos Prefeitos e da Governadora Roseana Sarney, e não apenas do Governador Flávio Dino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que este nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

---

32.2021.B Sessão Outro Evento 11/05/2021-14:12  
Publ.: DCD - 12/05/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Pedido de apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

---

**O SR. PAULO GUEDES** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã comemoraremos o Dia Internacional da Enfermagem. Eu quero aqui prestar as nossas homenagens a essa categoria, que desenvolve um belíssimo trabalho no mundo inteiro, especialmente no Brasil.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar esta oportunidade para pedir o apoio de cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para um projeto de lei que está tramitando no Senado e que em breve estará na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que institui o piso nacional para a categoria e também as 30 horas semanais, que são a maior reivindicação dessa classe.

A categoria tem mais de 50 anos de luta e mais de 2 milhões e 400 mil profissionais no Brasil, entre enfermeiros, técnicos e auxiliares, que, no dia a dia, seja no PSF, numa ambulância do SAMU, num pronto-socorro ou num hospital, são quem está na linha de frente para atender a população, principalmente num momento como este, de pandemia, em que esses profissionais já salvaram milhares e milhares de vidas em todo o País.

E eles estão sempre lá, sem cara feia nem para aqueles negacionistas que não veem nenhum problema nesta pandemia, que fingem que não existe problema neste País. Os profissionais de enfermagem estão lá para atender a todos, sempre com um sorriso no rosto, sempre com boa vontade, e é por isso que chegou a hora do reconhecimento.

Não existe momento mais propício para se discutir o piso nacional da enfermagem e as 30 horas semanais do que este. Por isso, venho aqui fazer este apelo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. Inclusive, quero pedir apoio para a nossa frente parlamentar em defesa do piso e das 30 horas semanais. Protocolamos aqui na Câmara dos Deputados o pedido, que já tem mais de 100 assinaturas.

Quero aproveitar esta semana, a semana em que se comemora a luta dessa categoria tão importante para o mundo e para o Brasil, para pedir o apoio de todos para que, juntos, nós possamos, somando forças, aprovar esse projeto...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 185/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Comparação entre o Governo Joe Biden, dos Estados Unidos da América, e o Governo Jair Bolsonaro. Tentativa de alteração da bula do medicamento Cloroquina pelo Presidente Jair Bolsonaro, para indicação ao tratamento da Covid-19, de acordo com depoimento do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Pandemia).

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Parlamentares que acompanham esta sessão. Também quero saudar o povo brasileiro nesta tarde de terça-feira.

Nos últimos anos, o Brasil e os Estados Unidos caminhavam de maneira muito semelhante, caminhavam na mesma direção.

De uns tempos para cá, as coisas mudaram muito. Desde a posse, Joe Biden, nos Estados Unidos, propôs taxar as grandes fortunas e fortalecer os sindicatos; propôs um pacote trilionário para auxiliar os pequenos empreendedores, para auxiliar as pessoas que mais precisam; propôs a quebra das patentes das vacinas contra COVID; e adotou medidas para fortalecer o papel do Estado na vida das pessoas.

E no Brasil? No Brasil, com Bolsonaro, o que se propõe é taxar os mais pobres e retirar direitos dos trabalhadores. Aliás, o Brasil talvez seja o único país do mundo onde se retiram direitos e se reduzem recursos

das áreas sociais em plena pandemia. No Brasil, o Governo, com suas medidas e reformas, quer acabar com os sindicatos, com a organização dos trabalhadores.

Aqui, na semana passada, no Governo Bolsonaro, nós votamos o PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, infelizmente, a base do Governo aprovou aumento de juros para os pequenos empreendedores e surrupiou 7 bilhões de reais do Fundo Garantidor que já estavam garantidos desde o ano de 2020. Reduziu-se o auxílio emergencial para 150 reais, 170 reais, 300 e poucos reais, além do corte do auxílio durante 4 meses. Aqui, em vez de se acelerar o uso e a aquisição de vacinas, estimula-se o uso da cloroquina.

Sr. Presidente, eu quero aqui aproveitar e fazer uma denúncia, com base no que foi dito hoje pelo Diretor da ANVISA: Bolsonaro tentou, sim, mudar a bula da cloroquina.

Então, o que nós precisamos não é trocar o fogão a gás pelo fogão a lenha, não é trocar a carne por outra comida mais barata. Nós precisamos é trocar de Presidente, como fizeram os Estados Unidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 186/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:36
Publ.: DCD - 12/05/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de atuação da Cara para o estabelecimento do valor de R\$ 600 ao auxílio emergencial concedido à população afetada economicamente com a pandemia de coronavírus no Brasil. Defesa da instalação de CPI destinada à investigação sobre o uso de orçamento secreto pelo Governo Federal para a garantia de apoio parlamentar.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer, nesta tarde, um debate já corrente nesta Casa, o sobre o auxílio emergencial de 600 reais. É inaceitável o valor de 150 reais ou 170 reais por família. Nós não podemos concordar com isso de forma nenhuma

Nós temos que fazer um esforço, nesta Casa, para estabelecer para o

nosso povo brasileiro, que precisa da ajuda e do apoio da classe política, auxílio de 600 reais, para existirem condições de alimentação e a economia girar nos Municípios novamente. É preciso fortalecer o processo econômico, mas de forma que as pessoas tenham o direito de se alimentar.

Isso é ainda mais necessário diante desta notícia que recentemente saiu em um jornal e nas redes sociais: o Presidente da República montou um orçamento secreto. Esse orçamento de mais de 3 bilhões de reais é para quê?

É para comprar votos e apoio na Câmara dos Deputados. Eu não quero acreditar que isso seja verdade, porque, se for verdade, é um dos maiores escândalos da história brasileira e é preciso que o Congresso Nacional o investigue. Os partidos têm que apoiar a CPI, têm que investigar para deixar os fatos transparentes para a sociedade.

Agora eu entendo por que não se tem 600 reais para o auxílio emergencial da população brasileira. Agora eu entendo por que parte dos partidos ou dos Deputados não faz esforço algum, não discursa e não defende 600 reais para atender à população brasileira com o auxílio emergencial. Não fazem discurso e não defendem na Câmara dos Deputados porque alguns, segundo a imprensa, estão coniventes justamente com o Presidente da República, que utiliza 3 bilhões de reais para ter maioria na Câmara dos Deputados, para ter maioria no Senado, para ter o Presidente da Câmara, para ter o Presidente do Senado. Isso é um absurdo, Sr. Presidente, e em plena pandemia!

É preciso que a classe política dê uma resposta...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 187/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 12/05/2021 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Imediata inclusão na pauta dos Projetos de Lei nºs 459, de 2015, e 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar



de Enfermagem e da Parteira, em tramitação, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Registro de mortes por Covid-19 entre profissionais de enfermagem no Brasil. Congratulações ao Deputado Andre Moura e ao Senador Fabiano Contarato pelo apoio aos profissionais de enfermagem. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.986, de 2020, sobre alteração da Lei nº 8.213, de 1991, para determinação do óbito de profissionais da saúde e demais profissionais em decorrência da contaminação por COVID-19 como acidente de trabalho para fins de recebimento dos benefícios previstos na Lei.

---

**O SR. EDUARDO BISMARCK** (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer vê-lo presidir os Breves Comunicados, nobre amigo.

Venho hoje a esta tribuna fazer um discurso sobre nosso 12 de maio, em que comemoramos o dia internacional de uma das profissões mais importantes, principalmente neste momento tão delicado por que o mundo está passando: a enfermagem.

Tramitam nesta Casa e no Senado Federal dois projetos da mais alta relevância, cuja aprovação fará jus a uma categoria que está sendo duramente sacrificada pela pandemia do novo coronavírus e que até hoje não tem nem piso salarial nem jornada máxima de trabalho estabelecidos em lei, dois direitos muito importantes que, se aprovados, seriam um grande reconhecimento para a categoria.

Os projetos em tramitação que estabelecem o piso salarial da enfermagem são o Projeto de Lei nº 459, de 2015, do Deputado Andre Moura, que prevê o piso de 7.880 reais, e o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, do Senador Fabiano Contarato, que traz o piso de 7.315 reais. Ambos estão prontos para ir ao plenário. Eu me associo às dezenas de Deputados e Senadores que já se manifestaram em defesa da inclusão urgente destas duas proposições na pauta de votação.

A definição de um piso salarial significa o ajuste de uma antiga reivindicação da categoria, que representa 65% da força de trabalho do setor de saúde. A falta de um piso salarial sempre penalizou esses profissionais, tornando frequente o acúmulo de mais de um emprego como forma de garantir a renda mínima necessária para compor o orçamento familiar. Desde que a pandemia da COVID eclodiu, o acúmulo de jornadas de trabalho tornou-se mais do que desgastante, letal, para um grande percentual dos profissionais da enfermagem, categoria com o maior número de óbitos em decorrência da atividade laboral que exerce.

Até janeiro deste ano, segundo o Conselho Federal de Enfermagem, já havia sido registrado, no Brasil, o total de 567 vítimas: 163 enfermeiros,

338 técnicos de enfermagem e 66 auxiliares de enfermagem.

Estes números representam quase um quarto de todos os óbitos entre os profissionais de enfermagem no mundo.

Quero, pois, saudar os nobres Parlamentares Deputado Andre Moura e Senador Fabiano Contarato pela sensibilidade e pela empatia com uma categoria profissional que sempre desempenhou uma função de extrema relevância social e que, desde o início da pandemia, tem demonstrado toda a sua grandeza e altruísmo.

Por fim, ao reconhecer a importância destes profissionais no combate à pandemia, reforço que apresentei o Projeto de Lei nº 1.986, de 2020, que determina que o óbito de profissionais da saúde em decorrência da contaminação pela COVID seja considerado acidente de trabalho para fins de recebimento de benefícios, como auxílio-acidente e pensão por morte. Independentemente de algum nexos causal, isso já seria considerado no próprio projeto de lei, portanto, um grande ganho. Nós estamos falando de técnicos de enfermagem, enfermeiros, motoristas de ambulância que estão na linha de frente do combate à COVID.

Não poderia haver momento mais significativo para retribuirmos a esses profissionais o zelo e o verdadeiro heroísmo para minorar o sofrimento e preservar a vida de centenas de milhares de brasileiros e de brasileiras.

Sr. Presidente, peço a divulgação pelo programa *A Voz do Brasil* deste meu pronunciamento pelo Dia da Enfermagem.

Muito obrigado.

---

Documento 188/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:44
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HÉLIO COSTA-REPUBLICANOS -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Valorização do Sistema Único de Saúde - SUS com o advento da pandemia de coronavírus no Brasil. Apoio a projeto de lei sobre a instituição de piso salarial nacional aos profissionais de enfermagem.

---

**O SR. HÉLIO COSTA** (Bloco/REPUBLICANOS - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero

aproveitar este espaço para falar do momento em que cheguei à Câmara, já que sou Deputado de primeiro mandato.

Eu passava pela Comissão de Saúde, pela Comissão de Educação e nada, nada, nada. Não se falava em SUS, não se falava em fortalecer o SUS, e os doentes morriam nos corredores dos hospitais. Eu sou jornalista, fazia matérias nos hospitais e via que os hospitais tinham gente morrendo praticamente todos os dias, como acontece hoje.

"Graças à pandemia", entre aspas, é que passaram a dar valor aos profissionais da saúde. Hoje eles são heróis, mas antes eram marginalizados. Agora, são heróis. Antes, não se falava em valorização do profissional de saúde. Não se ouvia falar do SUS. O SUS estava abandonado!

Não se aumentavam as autorizações de internação hospitalar, as AIHs. Não se aumentavam as UTIs. Agora, a pandemia veio, mostrou a fraqueza do Governo e o pegou de calças na mão, porque o SUS estava destruído. Tudo estava destruído. A pandemia chegou e, "graças a ela", entre aspas, esses profissionais, que já sofrem há muitos e muitos anos, se tornaram heróis.

Presidente Bismarck, dar um salário-base nacional é meritório, mas, a meu ver, este assunto já deveria ter sido discutido há muito mais tempo, tendo em vista o valor do trabalho da categoria.

Eu quero saber o que eles vão fazer agora com essas UTIs para tratamento de pacientes com COVID. Quero saber se vão deixá-las em algum depósito do SUS ou se em algum hospital porque, por falta de UTI, um acidentado, ao passar na frente da porta de uma sala de cirurgia, voltava para o quarto, sofrendo e, às vezes, acabava contraindo uma infecção hospitalar.

Estes profissionais da saúde - técnicos, enfermeiros, maqueiros, atendentes e até os vigilantes - contraíam infecção hospitalar. A pandemia chegou, e agora eles são deuses, são heróis. Aliás, há uma música que fala sobre isso.

A situação se complicou, aliás, já está complicada há muito tempo. Esta proposta é muito boa, muito boa mesmo, para os profissionais da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 12/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Satisfação com a distribuição e aplicação de elevado número de vacinas contra a Covid-19 no País. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela excelência de sua administração.

---

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde para todos os colegas. É um prazer estar falando nestes Breves Comunicados.

Temos boas notícias para dar à população, até para combater tamanhas mentiras que são contadas todos os dias, todas as horas, em jornais, revistas, redes de televisão, redes sociais. Nós precisamos contar a verdade para o povo brasileiro para que possamos mostrar o que é o Governo Bolsonaro e o tanto que o Governo Bolsonaro vem fazendo pela população brasileira.

Uma dessas boas notícias é o número de vacinas distribuídas. A última vez que eu olhei os dados, e não faz muito tempo, vi que foram distribuídos 74 milhões de vacinas e que aproximadamente 45 milhões de pessoas estão vacinadas. E essa boa notícia vem acompanhada de dados estatísticos fornecidos pelas Secretarias de Saúde de todo o Brasil, ou seja, o número de contaminações por COVID vem diminuindo dia a dia e o número de óbitos, mais ainda, vem diminuindo drasticamente. Temos que ressaltar que, se hoje nós estamos vacinando mais de 1 milhão de pessoas por dia, às vezes chegando perto de 2 milhões de pessoas por dia, nós devemos isso ao trabalho que foi feito pelo Ministro Pazuello nos últimos meses e ao trabalho que vem sendo feito agora pelo Ministro Marcelo Queiroga, que vem dando continuidade ao trabalho do antecessor.

Há algumas semanas atrás, eu disse durante os Breves Comunicados: a hora em que o Brasil tivesse 25% da sua população vacinada, haveria uma queda brutal dos números. Os dados de hoje só vêm comprovar que nós estamos nos aproximando desses 25% e que os casos de contaminação e morte por COVID vêm caindo, conforme eu já havia dito que aconteceria. Estamos repetindo a experiência dos países que ultrapassaram essa porcentagem da população vacinada, o que significa que muito em breve - abro parênteses para dizer: queiram ou não os Governadores de oposição - o Brasil vai sair da pandemia.

Portanto, parabéns ao Presidente Bolsonaro pelo trabalho e parabéns

a todos que estão envolvidos nesse processo!

---

Documento 190/438

---

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 12/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação com ação violenta da Polícia Civil no bairro do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apelo em favor da sanção presidencial do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para extensão da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -**  
Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, abrir com um tema que tomou conta das nossas cabeças e dos nossos sentimentos na última semana, a chacina na comunidade do Jacarezinho. Quero dizer que fiquei muito indignada e muito chocada com o que aconteceu e principalmente com os desdobramentos que nós vimos ocorrer, a forma como foram narrados os fatos, as *fake news* que foram divulgadas depois dos fatos e o próprio debate que se deu neste Parlamento, inclusive com a edição de vídeos com a minha fala e com a fala de outros Parlamentares.

A operação que se deu no Jacarezinho levou à morte um policial, o que eu lamento muito, e sou solidária com a sua família, e mais 28 pessoas, o que eu também lamento, e sou solidária com as suas famílias. Pelos fatos relatados de que tomamos conhecimento até aqui, a maioria dessas pessoas estava desarmada, teve execução sumária, independentemente de que parte dessas pessoas estivessem ou não envolvidas com algum tipo de delito.

Não há, no Brasil, execução sumária, Sr. Presidente. Essa operação de execução sumária não é recepcionada no Código Penal Brasileiro, na legislação brasileira ou na Constituição brasileira. Confrontou-se o Supremo Tribunal Federal e isso, de fato, precisa ser exemplarmente apurado, sob pena de colocarmos em risco, de forma grave, a democracia brasileira. Nós precisamos enfrentar isso de forma exemplar. Essa apuração precisa começar e precisa ser exigida pelo

Supremo Tribunal Federal, porque não podemos mais aceitar que essas operações continuem, pois não têm nenhuma eficácia e levam à morte policiais e moradores não só do Rio de Janeiro, ainda que particularmente do Rio de Janeiro, mas também outras comunidades periféricas e comunidades de favelas do País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, nós estamos às vésperas da sanção ou veto do Projeto de Lei nº 795, de 2021, que é exatamente a complementação da Lei Aldir Blanc. Esse dinheiro não é do Governo Federal. Esse dinheiro é dos artistas, é dos técnicos, é dos produtores, é das fazedoras e fazedores de cultura e já está nas contas dos Estados e Municípios. O que esse projeto de lei, de autoria do Senador Wellington Fagundes e aprovado pela Câmara sem nenhuma alteração, fez foi liberar esse dinheiro para que essas pessoas possam usufruir dele no pico da pandemia.

Eu apelo para a sanção, contra o veto, porque nós precisamos que esse dinheiro seja executado.

---

Documento 191/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 16:48
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.157, de 2019, sobre a extinção de multas de pequeno valor oriundas de débitos tributários. Protesto contra o ritmo lento de vacinação contra a Covid-19 no Brasil.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria libera, Sr. Presidente. Há posições diferenciadas entre os partidos.

Sr. Presidente, neste minuto, eu quero atualizar a situação de dramático atraso na vacinação em nosso País. O Brasil tem o objetivo de aplicar 322 milhões de doses de vacinas para garantir duas doses para cada um dos 161 milhões de brasileiros que têm mais de 18 anos. Até o momento, aplicou apenas 53 milhões 983 mil doses. Falta aplicar 269 milhões, 983 mil doses. Seguir a média dos últimos dias, apenas 769 mil vacinas por dia, significa que o Brasil levará 348 dias para concluir a vacinação contra a COVID-19. Está muito mal a vacinação

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD	18:00
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre alteração do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto do Idoso, para o aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor e para a disposição sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, e sobre a alteração da Lei nº 9.492, de 1997. Tentativa de cerceamento da atuação da Oposição com a aprovação de projeto de resolução sobre alterações no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Necessidade de criação de Comissão Especial destinada ao debate aprofundamento do tema..

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, este projeto está há algum tempo já nesta Casa e não vai ter a nossa oposição. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto. Ele diz respeito a educação financeira, ele diz respeito a alguns elementos que são importantes para que se possa considerar que há um superendividamento que, obviamente, se agudiza com a pandemia.

Aliás, estamos vivenciando uma tragédia continuada neste Brasil. Nos últimos tempos, nunca foi tão relevante a inflação, e veja-se o atual número de desempregados. O Governo Lula eliminou a fome no Brasil, e a fome voltou a existir no Brasil. E nós temos essa quantidade de pessoas que foram vítimas de uma política deliberada - deliberada - de não enfrentamento desta pandemia. Essa é uma política deliberada. Agora há comprovação de que a ANVISA foi pressionada a mudar a bula da cloroquina. No Brasil, onde sobra cloroquina, faltam vacinas. E, nesta crise, o Presidente da República ainda trabalha para açular os ânimos e, a partir daí, atacar a República da China.

Nós estamos vencendo uma tragédia, e a pauta que está estabelecida para este Parlamento é a de privatização da ELETROBRAS. É um absurdo privatizar uma empresa que é lucrativa e é tão fundamental para a nossa soberania energética. É um absurdo privatizar os Correios, acabar com o licenciamento ambiental.

Não é à toa que se busca mudar o Regimento, que aqui se busca tirar os instrumentos de discussão da própria Oposição. Uma democracia

se constrói respeitando-se as minorias. Se não se respeitam as minorias, não há democracia. E aqui se diz que a Oposição obstrui demais, mas os dados não mostram isso. Foram 11 as medidas provisórias, e nós só obstruímos duas delas. A obstrução é um instrumento que possibilita inclusive discutir as matérias. Mas, se nem vai ser possível votar os destaques separadamente - será votado tudo em globo -, vai se esconder da sociedade a posição dos Parlamentares. Talvez seja esta a intenção: não mostrar para a sociedade como as leis são debatidas e construídas.

É muito importante haver tempo para se fazer a discussão. Há uma discussão. Não se pode mudar as regras do jogo durante o jogo. Durante o jogo, mudar as regras? Seria preciso criar uma Comissão, fazer uma discussão aprofundada, porque o que estamos vivenciando aqui é uma tentativa de calar a Oposição. E essa tentativa fere a democracia.

---

Documento 193/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD	18:12
Publ.: DCD - 12/05/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Manifestação de pesar pelo falecimento de correligionários acometidos pela Covid-19. Discussão do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre alteração do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto do Idoso, para o aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor e para a disposição sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, e sobre a alteração da Lei nº 9.492, de 1997.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico até constrangido com o que vou dizer agora, antes de falar sobre este projeto.

O Senador Renan Calheiros, Relator da CPI da COVID, disse que o Brasil virou um cemitério. Eu fico constrangido de ter que falar aqui a respeito de tantos seres humanos que perderam a vida.

Recentemente, o nosso companheiro Ney Domingues, presidente do nosso partido em Piedade; o nosso companheiro Miúdo, Presidente da Associação dos Metalúrgicos Aposentados de Sorocaba e Região; e o nosso companheiro Vilmo, de Santo André, um grande militante, grande companheiro, perderam a vida para a COVID. Manifesto a

minha mais profunda solidariedade aos seus familiares.

Acabo de saber que a nossa querida companheira Genilda, que foi Vereadora em Guarulhos, também se foi. Eu a conhecia desde a época em que ela era presidente do sindicato dos servidores públicos municipais em Presidente Prudente. O primeiro acordo, o primeiro contrato coletivo realizado entre uma administração e o sindicato dos trabalhadores em que ajudei como Presidente da CUT foi com a nossa querida Genilda. A nossa irmãzinha Genilda todo mundo queria muito bem. Ela foi secretária nas nossas administrações, uma surpresa.

Quero mandar o meu abraço ao querido companheiro Rafael, seu esposo, e a todos os seus filhos, com carinho.

Tenho uma mensagem da Genilda, de 3 dias atrás, quando manifestou alegria pelo fato de a minha filha estar curada. Vejam que coisa! E agora se vai a nossa querida Genilda. É uma perda para a mulher lutadora, que representa o sentimento, a dignidade das mulheres neste País, que lutam para o nosso partido, para a nossa militância.

Nossa querida Genilda, você estará sempre presente em nossos corações.

Quanto a este projeto, Sr. Presidente, eu acho que a sociedade tem que fazer um pacto, cuidar dos devedores, ainda mais em uma crise como esta. A classe média, que cresceu na época do Governo Lula, agora afunda. E esse afundar leva às dívidas, e à dureza das cobranças, e à tomada de patrimônio.

Regulamentar essa situação para que se ajude a encontrar uma solução, a melhor possível, é o caminho. É nesse sentido que eu entendo a aprovação do projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 194/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-11/05/2021-
	CD	18:24
Publ.: DCD - 12/05/2021 - CHICO D'ANGELO-PDT -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Informação do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antonio Barra Torres, na CIP da Pandemia do Senado Federal, de tentativa de alteração de bula de medicamento. Contestação a fala do Líder do Governo no

Senado Federal, Senador Fernando Bezerra, no programa Roda Viva a respeito de divergência entre a classe médica sobre a prescrição de medicamento contra a Covid-19.

---

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT também defende a continuidade do debate.

Eu queria usar o tempo do partido para dizer que, hoje, na CPI no Senado, o Presidente da ANVISA novamente confirmou a tentativa de alteração da bula dentro do gabinete do Presidente da República.

O Senador Fernando Bezerra, ontem, Líder do Governo no Senado, fez um debate no programa *Roda Viva* e disse que existe uma divisão entre os médicos, entre a ciência.

Entre os colegas médicos sérios, os colegas médicos comprometidos com a ciência, não há um que defenda o uso de cloroquina. Isso é uma coisa de charlatão.

Então, eu queria aqui dizer essa... O Líder do Governo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado, nós não recebemos nenhum comunicado do partido de V.Exa.

Concedo mais 30 segundos a V.Exa. para que conclua, por favor.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PDT - RJ) - Vou concluir.

Isso é uma coisa que desorienta a população, atrapalha o enfrentamento da COVID. Não é papel de um Líder do Governo no Senado fazer, num debate público, esse tipo de pronunciamento.

Não há um médico no Brasil qualificado, competente, sério que faça essa defesa. Não há lugar nenhum do mundo onde essa defesa seja feita, do ponto de vista científico.

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento do Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, sobre alteração das Leis de nºs: 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor e disposição sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento; e 9.492, de 1997. Razões do posicionamento da oradora contrário ao Projeto de Resolução nº 35, de 2021, sobre alteração dos arts. 9º, 10, 65, 66, 67, 84, 89, 117, 122, 155, 157, 161, 162, 163, 177, 178, 185, 186, 192 e 193 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para reordenação do uso da palavra em sessão e disposição sobre o tempo de duração das sessões.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu vou juntar o tempo de orientação ao tempo de Liderança.

Presidente, nós poderíamos encaminhar a favor do encerramento da discussão. Para nós do PSOL não existe nenhum problema em não se discutir uma matéria que é tão importante e que tem um parecer que, de fato, ajuda a população brasileira, que está superendividada.

Nós estamos vivendo a pior crise sanitária, sem sombra de dúvida, potencializada por um Governo genocida e criminoso, mas também uma crise econômica profunda, anterior à pandemia e potencializada pela pandemia.

A população brasileira está endividada e, cada dia, é mais caro comer, cada dia é mais caro comprar o gás de cozinha. É inconcebível a quantidade de pessoas que não tem gás para cozinhar. O botijão de gás custa 100 reais para uma família desempregada, que recebe um auxílio emergencial minúsculo de 150 reais. O Governo destinou quase quatro vezes o que foi gasto com o auxílio emergencial, no ano de 2020. O valor do auxílio foi aprovado por esta Câmara, não por vontade do Paulo Guedes e do Bolsonaro. O Governo gastou quatro vezes o valor do auxílio emergencial com os bancos.

O dinheiro que beneficiou 69 milhões de brasileiros, no valor de 600 reais e de 1.200 reais para mulheres chefes de família, poderia ter sido quatro vezes maior, se não dessem dinheiro para os bancos e para os parasitas do sistema financeiro a partir da dívida pública.

Nós não encaminhamos "sim" ao encerramento da discussão, porque há uma matéria que cruza, Deputado Silvio, e eu quero dialogar com as

lideranças partidárias. A Oposição tem feito este debate desde a semana passada.

Quero aqui, em nome do PSOL, dizer que é um absurdo querer mudar as regras do jogo durante o jogo. Não é concebível que haja um projeto de resolução que altere o direito de Minoria. E aí não é um direito de Oposição ou de Situação. É o direito da Minoria de expressar as suas opiniões e apresentar destaques para fazer debate na Câmara dos Deputados - todos os requerimentos, as emendas de bancada.

Então, Deputado Silvio, eu não poderia, como Líder do PSOL, no ano passado, ter apresentado uma emenda que aumentava para 1.200 reais o auxílio emergencial, porque não seria votada - seria votada em globo com o conjunto das emendas. E aí os Deputados dizem que a obstrução incomoda, mas esquecem que todos aqui são Parlamentares, que aqueles que quiserem fazer debate sobre as suas cidades vão ter limitado o seu tempo de fala e não vão poder falar dos problemas locais da sua terra e que hoje quem está na base do Governo ou mesmo independente pode ser Oposição e não terá prerrogativa de fazer o debate.

É a primeira vez desde 1989. V.Exas. têm noção do que é isso? São mais de 30 anos. Há uma mudança de Regimento em meio, Deputado Marcelo, à maior crise sanitária da nossa história. Nós estamos nessa luta porque a Câmara dos Deputados está tolhendo o seu próprio papel e o poder de todas as bancadas. Não se enganem. Podem achar que é para o partido A, o partido B, o partido C, que vão inviabilizar o nosso discurso, mas, se não houver condições de fazer discurso, eu estarei todos os dias no plenário presencialmente, e V.Exas. verão o nosso enfrentamento.

Agora, o que não dá para aceitar é que essa mudança de forma aconteça em uma semana, em um Regimento que dura mais de 30 anos, no meio da pandemia, com votações como a do licenciamento ambiental. E, desculpem-me, podem botar no Facebook o que quiserem. O licenciamento ambiental proposto é para desmatar um país que teve um desmatamento recorde na Amazônia, que teve as maiores queimadas da história do Pantanal. Autolicensing neste País com o Governo Bolsonaro, que tem um Ministro do Meio Ambiente contra o meio ambiente? Será um escândalo internacional!

Será que a mudança de Regimento é para acelerar o licenciamento ambiental? Será que a mudança de Regimento é para votar uma reforma administrativa contra os servidores públicos que não ataca privilégio nenhum? Nenhum, Presidente Silvio, nenhum!

Peço-lhe mais 1 minuto para concluir, por generosidade.

Eu lhe agradeço.

Os Deputados, a alta cúpula dos militares... Não! Trata-se de acabar com a estabilidade do servidor público para gerar uma máquina clientelista, patrimonialista, comandada por superpoderes do Presidente criminoso, genocida, como é o Jair genocida Bolsonaro. Então, como não juntar lé com cré e ver que essa mudança de forma tem vinculação a essas pautas que são antipovo?

Por isso, eu, tranquilamente, orientaria pelo encerramento da discussão neste projeto do superendividamento. Nós estamos a favor, no mérito, do parecer. Quero já deixar registrado aqui, já que não o debati, mas, diante desses gestos e da ainda faça no pescoço da negociação do Projeto de Resolução nº 35, oriento, pelo PSOL, "não".

---

Documento 196/438

---

48.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 11/05/2021-19:32		
Publ.: DCD 12/05/2021 -	- HILDO ROCHA-MDB -MA			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE	

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor da urgência, tendo em vista que esta proposta do Deputado Francisco Jr. pretende incorporar aos serviços do Sistema Único de Saúde esse procedimento médico auxiliar no combate à COVID-19, para pessoas que estejam com os pulmões bastante atingidos pelo vírus SARS-COV-2. É um procedimento já realizado por hospitais particulares, com bom êxito, e tem dado aos pacientes que tem tido a oportunidade de usá-lo a possibilidade de salvamento.

Acredito que esta é a ideia do Deputado Francisco Jr., ou seja, que toda a população brasileira possa vir a ser beneficiada com um procedimento mais moderno e muito melhor do que o procedimento de intubação, que, muitas vezes, leva o paciente ao falecimento,

principalmente os pacientes graves, e nós temos comprovado isso. Este é um procedimento moderno que precisa ser utilizado pela população que é beneficiária do Sistema Único de Saúde.

Hoje esse procedimento não pode ser bancado pelo Sistema Único de Saúde, não pode ser bancado pelo Ministério da Saúde, não pode ser bancado pelo Governo Federal. Eu vejo que é importante, que é urgente a necessidade de aprovarmos o projeto. Logicamente, há um custo em relação a isso, e o projeto não teve ainda colocado qual é o impacto orçamentário, mas, com certeza, nada é caro no momento em que nós podemos salvar a vida de brasileiros que estão sendo atingidos pelo SARS-COV-2.

Portanto, eu sou a favor desta matéria e, logicamente, também a favor da urgência, porque isso implica o salvamento de vidas.

---

Documento 197/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:36
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões da contrariedade do orador ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu vou utilizar a palavra por 1 minuto. Reconheço que V.Exa. está sendo consistente ao explicar e vou verificar o que está ocorrendo. É muito razoável a sua ponderação.

Neste minuto que eu tenho para dialogar com os colegas, quero fazer um apelo ao Plenário da nossa Câmara. Primeiro, eu quero reconhecer a boa intenção do nosso colega. É evidente que esse tipo de terapia, pelas questões que eu tenho lido, especialmente como médico que sou, parece ser positiva. Mas eu entendo que o Plenário da Câmara dos Deputados, Deputado Júlio Cesar, Deputado General Peternelli, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado Danilo Cabral, não deve ser o local onde nós vamos fazer protocolos de atendimento de pacientes. Esses protocolos têm que ser feitos pelo Ministério da Saúde, ouvindo os técnicos.

Eu imagino que a ampla maioria dos Parlamentares não consegue ter uma leitura adequada sobre quais são as prioridades ou não prioridades do tratamento mais atual ou menos atual. Nós não podemos transformar a Câmara dos Deputados em um fórum para debater procedimentos técnicos de atenção à saúde, porque senão, daqui a pouco, nós estaremos alterando bulas de medicamentos.

Eu só peço mais 1 minuto para poder concluir, Presidente. Inclusive V.Exa., Presidente Arthur Lira, teve uma postura que me pareceu muito ponderada ao segurar a conclusão da votação daquele projeto de lei que queria determinar quais as categorias profissionais deveriam se vacinar antes ou depois.

Deputado Cherini, nós não podemos fazer do plenário da Câmara o lugar onde se define, por exemplo, se um motorista de caminhão é mais importante do que um educador ou é mais importante do que o profissional A, B ou C para receber uma vacina antes ou depois. Esses protocolos têm que ser feitos por quem está acompanhando o processo e por quem está respaldado por um conjunto de informações técnicas. Há profissionais e associações que auxiliam com essas informações.

Essa é a minha preocupação. Nós não devemos, na minha opinião, votar tratamentos médicos aqui, no plenário da Câmara.

---

Documento 198/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:40
Publ.: DCD - 12/05/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19. Apoio ao posicionamento do Deputado Henrique Fontana acerca da matéria. Conveniência de apreciação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2021, de autoria do orador, sobre alteração do art. 20 do Decreto-lei nº 73, de 1966, relativo ao Sistema Nacional de Seguros Privados e regulação das operações de seguros e resseguros, para instituição do seguro obrigatório destinado à cobertura de danos pessoais decorrentes de efeitos adversos causados pela administração de vacinas contra COVID-19 distribuídas ou comercializadas no território nacional; e de outras proposituras relativas à epidemia de coronavírus.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu voto "sim" e concordo plenamente com as ponderações do Deputado Henrique Fontana. Inclusive tramita na Casa o Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2021, de minha autoria, que cria o seguro para dano colateral de vacina. Acho que seria extremamente importante o votarmos também. Há outro projeto que disponibiliza medicamentos para o tratamento dos pacientes do SUS. Outro projeto prevê a possibilidade de acompanhante para pacientes, para que não fiquem sozinhos nos hospitais quando estão em tratamento.

Nós discutimos o tratamento precoce o tempo todo. Mas qual é o conhecimento científico que temos para votar este projeto? Nós estamos aprendendo ainda. Então, ou liberamos os medicamentos e o tratamento em geral, o que sempre defendi...

Já concluo, Sr. Presidente. Defender o tratamento, não...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 199/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:40	
Publ.: DCD - 12/05/2021 - FRANCISCO JR.-PSD -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. FRANCISCO JR.** (Bloco/PSD - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto, de forma alguma, busca fazer qualquer interferência na decisão médica. Ao contrário, ele busca justiça social. Sabemos que há pessoas com recursos financeiros que podem pagar o atendimento particular e ter esse tratamento. O que o projeto faz é dar condições para que haja justiça, para que o SUS possa proporcionar esse tratamento. Estamos assistindo a outra

situação muito interessante também. No Brasil inteiro, em todos os Estados, as pessoas estão entrando na Justiça, e os juízes estão dando essa garantia ao obrigar que se faça esse tratamento, como ocorre com os remédios de alto custo.

O que este projeto faz é dar condições claras, com critérios claros, com todo o apoio médico e científico para que todos possam ter, se necessário e indicado for pelos médicos, atendimento justo e necessário com a ECMO. Isso vai dar também oportunidade para que o País inteiro adquira um equipamento que, passada a pandemia, é fundamental para cirurgias de coração, de transplantes e diversos outros tratamentos respiratórios.

O PSD orienta "sim".

---

Documento 200/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:44
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Logicamente o MDB orienta "sim", Sr. Presidente.

A proposta é boa, há urgência. Não há nenhuma interferência dos Deputados no trabalho do médico, nem indução sequer. Os profissionais da saúde têm a liberdade, e sempre tiveram, de escolher o tratamento que entendem ser o melhor para o paciente. Aqui o que nós estamos criando com a proposta do Deputado Francisco Jr. é uma alternativa que o profissional da medicina pode usar. Acho até que é melhor do que outras e que salva muito mais vidas.

O MDB logicamente é a favor do fortalecimento do SUS, porque foi o MDB que criou o SUS. Num Governo do MDB é que foi criado o SUS. Foi através do MDB que se fortaleceu o SUS.

O MDB é a favor de se fortalecer o SUS cada vez mais, portanto,

orienta "sim" à urgência.

---

Documento 201/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021 - CD 19:44
Publ.: DCD - 12/05/2021 - DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19. Apresentação de emenda sobre a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (Bloco/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta "sim".

O PSDB tem se posicionado de maneira muito clara a favor da vida. Esta matéria trata de criar mais uma alternativa e, mais do que isso, de democratizar a saúde. Este é um princípio fundamental do SUS. Não pode haver aqueles que têm direito à vida e os que não têm o direito, quando se tem o conhecimento de que há um recurso cientificamente comprovado. E ele tem que ser disponibilizado também pelo SUS.

Mas aproveito, Presidente, para externar um pensamento que tenho com relação ao que é fundamental para salvarmos a vida dos brasileiros e também do mundo inteiro: a vacina. Neste sentido, eu protocolei uma emenda a uma medida provisória que tramitou esta semana, para que, em caráter excepcional e emergencial, o Brasil autorize o direito à quebra de patente. Isso é fundamental, Presidente, para que possamos ter vacina para todos.

Eu acrescentei este sentimento que trago comigo, que sei que é de todos os brasileiros e de todos os Parlamentares que estão aqui. Nós queremos vacina para todos os brasileiros e estamos vendo o drama que estamos vivendo, com os fornecedores internacionais tendo dificuldade de entregar ou não entregando ao Brasil as vacinas ou os insumos necessários para produzi-las.

A quebra de patente é prevista inclusive na legislação brasileira e é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em situações excepcionais. Está aí uma situação excepcional. Nós precisamos incluir

na legislação brasileira a possibilidade dessa quebra de patente, para que laboratórios nacionais, para que a estrutura brasileira possa produzir vacina no Brasil.

Nós não vamos ficar em uma dose só contra o coronavírus, não! Nós vamos ter que vacinar no ano que vem de novo. Então, a quebra de patente é fundamental, e a defendo com muita convicção.

---

Documento 202/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:48
Publ.: DCD - 12/05/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - O PSB, Sr. Presidente, vai orientar "sim" a esta proposta, porque nós entendemos que ela é muito importante neste momento tão desafiador que o Brasil atravessa. Ontem alcançamos a marca de 423 mil brasileiros que perderam a vida.

É importante que nós estruturemos, sobretudo, o Sistema Único de Saúde, os hospitais públicos, aqueles que estão focados no combate à COVID, não só com recursos humanos, mas também com equipamentos que ajudem os médicos a salvar vidas. O equipamento para a ECMO, que é uma terapia para oxigenação extracorpórea, funciona como suporte de oxigenação do sangue, como o nosso pulmão e já tem demonstrado que é fundamental para salvar vidas. Por isso, nós entendemos que é necessário que o Sistema Único de Saúde também esteja estruturado da mesma forma que os hospitais privados. Esse é mais um recurso para salvar vidas.

Portanto, o PSB orienta "sim".

---

Documento 203/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021-
---------	--

CD 19:48  
Publ.: DCD - 12/05/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19. Associação às declarações da Superintendente de Vigilância em Saúde do Estado de Goiás, Flúvia Amorim, acerca da desorganização do Plano Nacional de Imunização - PNI.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (Bloco/PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos encaminha "sim".

Eu quero aproveitar este momento para pedir a V.Exa. que conste do programa *A Voz do Brasil* o que eu vou falar agora sobre as palavras da Superintendente de Vigilância em Saúde do meu Estado de Goiás. Ela disse o seguinte, em um jornal da cidade: "*Trabalho há 21 anos com vacinação e nunca vi tamanha desorganização*". É isso o que disse Flúvia Amorim sobre o PNI.

Eu também quero aproveitar a oportunidade para denunciar essa desorganização. Quando chegou o momento de vacinação das pessoas com idade de 60 anos, o Governo deveria dar seguimento por faixa etária...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 204/438

---

48.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021-  
CD 19:48  
Publ.: DCD - 12/05/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea)

aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL, Sr. Presidente, orienta "sim", primeiro porque nós estamos discutindo a urgência, e a matéria é bastante importante no sentido de que esse tipo de equipamento é essencial para salvar a vida de doentes que estejam em estado grave por causa da COVID-19.

É muito importante que esse equipamento seja disponibilizado pelo SUS, embora eu ache que, no mérito, possamos debater sim se isso deve ser feito a partir da Câmara dos Deputados ou tem de vir uma determinação do Ministério da Saúde.

Ouvi atentamente o nosso colega Deputado Henrique Fontana, que é médico também. Eu só acho que o nosso problema aqui é que nós não temos um Ministro da Saúde. O depoimento do Queiroga na CPI foi muito claro. O Brasil não tem Ministro da Saúde; tem um Presidente irresponsável, que atua para atrapalhar quem está no Ministério da Saúde, seja quem for. Tanto é que nem Mandetta aguentou; Teich também não aguentou; Pazuello foi títtere; e até o Queiroga...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 205/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:52	
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, Sr. Presidente, vai votar a favor da urgência

com a compreensão de que o equipamento médico de respiração para casos graves utilizado na técnica ECMO já é produzido no Brasil pelo Instituto Eldorado e pela empresa Braile Biomédica. Esse equipamento, que é sem dúvida uma das grandes inovações, popularizou-se pelo grande socorro e elástico da vida do humorista, ator e produtor Paulo Gustavo, que o Brasil acaba de perder.

A avaliação de dez hospitais universitários que estudaram isso é que - e os achados assim sugerem - metade dos pacientes adultos pesquisados com a síndrome do desconforto respiratório agudo relacionada à COVID-19, que é grave, podem ser tratados com sucesso com a ECMO.

Portanto, de fato, é uma tecnologia valorosa, mas é importante ressaltar o que o Deputado Fontana disse: nós precisamos de vacina...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO)** - O Solidariedade, Sr. Presidente...

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF)** - Presidente, pelo PT...

**O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP)** - O Cidadania...

**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA)** - Sr. Presidente, deixe-me terminar a orientação.

O voto é "sim".

---

Documento 206/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-11/05/2021-
	CD	19:56
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT vai votar "sim" à urgência.

Agora, é preciso que nós tenhamos clareza de que o Brasil não precisaria estar passando por tanta tristeza, com mais de 420 mil pessoas que já perderam a vida. Quem parte sempre é amor de alguém.

Nós não temos vacinas como poderíamos ter, porque o Presidente da República agiu com a necropolítica, que é dolosa, intencional, e abriu mão de fazer os contratos e os acordos necessários para que o Brasil não tivesse que viver essa angústia, inclusive a angústia que está acometendo as pessoas que já tiveram acesso à primeira dose e que não sabem se terão a segunda dose.

A ECMO salva muitas vidas, e é preciso que esteja disponível não apenas nos hospitais de campanha, mas também no SUS. A diferença entre a vida e a morte não pode ser determinada a partir de quem tem condições financeiras.

Viva o SUS! E que o SUS se fortaleça, oferecendo todas as terapias.

---

Documento 207/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD 19:56
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. ELI BORGES** (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade tem a compreensão de que todo esforço brasileiro, sobretudo na questão da saúde e em tempo de pandemia -- até porque o orçamento do Ministério da Saúde é de mais de 125 bilhões de reais --, precisa socorrer os brasileiros que dependem do equipamento de ECMO, que tem salvado a vida de muitas pessoas que podem pagar por ele.

Agora, como Poder Legislativo temos que ser favoráveis a socorrer pessoas que não podem pagar -- até porque todos são iguais perante a lei -- e que também dependem desse equipamento, desse tratamento pelo SUS.

Nossa orientação é "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 208/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021 - CD 20:00
Publ.: DCD - 12/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Alerta para a ingerência do Parlamento nas atribuições do Ministério da Saúde, ao ensejo da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é evidente, por tudo aquilo que eu já li e outros leram, que a terapia da ECMO é positiva. Agora, a questão que eu quero ponderar aos colegas não é essa. Eu percebi que os partidos de Oposição vão votar a favor. A questão é que votar uma lei como essa não vai garantir ECMO amanhã para as pessoas que precisam. Não é preciso uma lei para que uma terapia positiva seja utilizada no SUS. Isso é uma gravidade - o Deputado Enrico colocou muito bem -, porque o Parlamento quer substituir o Ministério da Saúde, os conselhos de técnicos que têm que estudar protocolos para definir a entrada ou não de produtos em uso no atendimento público do SUS, porque há também, obviamente, interesses comerciais muito grandes nessas coisas.

A minha pergunta é a seguinte: vamos votar, na terça-feira que vem, se vai haver cloroquina ou não vai haver cloroquina para tratar a COVID? Vamos votar se se deve ou não utilizar a Sputnik? Eu acho que se devia começar a utilizar amanhã. Nós vamos começar a votar protocolos no Parlamento?

---

Documento 209/438

---

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021 -
---------	---

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição está tratando do Regimento, para manter a nossa voz, que é a nossa força.

Eu quero dizer, Presidente, que nós vamos votar a favor porque conhecemos a tecnologia. Agora, o Governo nem conhece, porque é através de um projeto de inovação que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem ajudado, através do EMBRAP II - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a produzir a ECMO. Já há pesquisa em dez hospitais universitários, mas não há dinheiro para mandar para todo mundo. Há muita restrição.

O que o Deputado Henrique Fontana diz é fundamental. Nós temos que tirar diretrizes, mas quem faz escolhas são os técnicos do Ministério da Saúde, quem faz escolha é a ANVISA, em relação ao próprio protocolo de adequação das vacinas à circunstância da bioequivalência no Brasil.

Então, nós temos que tratar de vacinas, temos que tratar de equipar os hospitais. A terapia é espetacular. O Brasil já produz, com dinheiro público envolvido.

Existe toda uma circunstância que foi criada pela morte do grande ator Paulo Gustavo que popularizou (*falha na transmissão*).

O Parlamento não é isso.

Nós vamos votar a favor, mas dando essa orientação, que é uma orientação de bom senso para o Parlamento brasileiro.

Publ.: DCD - 12/05/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Alerta para os impactos financeiros decorrentes da aprovação de propostas similares ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2021, sobre a obrigatoriedade de fornecimento da terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes em estado grave, pelos hospitais de campanha para o combate à Covid 19.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos colegas Parlamentares para a urgência que nós aprovamos agora há pouco da circulação extracorpórea. Temos que tomar muito cuidado na hora de aprovarmos esses projetos, já que o SUS está tão debilitado em tantos recursos. É mais uma demanda importante que nós vamos jogar nas costas do SUS. E quem vai sair prejudicado são os nossos pacientes.

Vamos votar os projetos, mas com responsabilidade. É preciso ter muito cuidado com o que se vota aqui. Vamos preservar a vida, que é importante, mas com responsabilidade. Hospitais, como o Moinhos de Vento, no Sul do País, que tem dinheiro, que faz parte do PROADI-SUS, não podem estimular esse tipo de projeto.

Muito obrigada.

---

Documento 211/438

---

33.2021.B

Sessão Outro Evento

12/05/2021-13:00

Publ.: DCD - 13/05/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio à proposta do Prefeito Axel Graef, do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, de mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo.

---

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, quero falar com todos os que nos acompanham através da *TV Câmara* e sobretudo com a população da minha cidade, Niterói.

Como vocês sabem, a morte do ator Paulo Gustavo trouxe muita tristeza a todos nós, trouxe muita indignação, muitos lamentos, mas também trouxe muito vagabundo oportunista que quer fazer do caixão do Paulo Gustavo um palanque eleitoral.

Em Niterói, minha cidade, o Prefeito Axel Grael, da família Grael, uma família consagradíssima, renomada, de esportistas, de velejadores, está envergonhando o nome da família Grael. Esse cidadão, do PDT, está querendo destruir a história da cidade de Niterói. É isso mesmo. Por conta da morte do ator Paulo Gustavo, ele agora quer saciar um antigo desejo da Esquerda de Niterói, que é o de mudar o nome da Rua Coronel Moreira César. Por quê? Porque é o nome de um militar. Eles sempre quiseram adotar essa medida, alterar o nome da rua mais tradicional e mais charmosa de Niterói, uma rua em que inclusive existem muitos moradores e comerciantes, que é um dos maiores centros comerciais de Niterói, que estão sendo afetados pelas medidas irresponsáveis do Prefeito neste período de pandemia, porque promove o *lockdown*. Agora ele quer prejudicar novamente os moradores dessa rua. Ele fez uma consulta pública pela Internet, uma verdadeira patifaria. Qualquer um poderia votar, mesmo que não fosse morador de Niterói - podia votar morador de outras cidades. Votaram 34 mil pessoas, não houve auditoria, não foi divulgado antecipadamente, só foi divulgado ao final o resultado, e ele disse que a maioria da população votou para alterar o nome da rua mais antiga e mais famosa de Niterói.

Esse cara é um canalha! Eu estou falando aqui com todas as letras.

A população de Niterói está sendo consultada agora pelo meu grupo. Estamos em vários pontos da cidade coletando um abaixo-assinado físico, sobretudo na Rua Coronel Moreira César, para ver se realmente a população quer mudar o nome dessa rua. Não é só um prejuízo histórico que vai ser feito contra a população, é também um prejuízo o registro de imóveis, a mudança de contrato social, o custo do *marketing* por causa da mudança de endereço. Tudo isso vai afetar a população, e eu quero saber quem vai pagar por todo esse prejuízo.

Eu digo para vocês: esse cidadão, que envergonha a família Grael, não é o dono da cidade.

Axel Grael, você não é o dono de Niterói.

Não permitam que alguém que sinta temporariamente na cadeira de

Prefeito mude para sempre a nossa história e as nossas vidas.

Obrigado.

---

Documento 212/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:20
Publ.: DCD - 13/05/2021 - REJANE DIAS-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Destinação, pela oradora, de 1 milhão de reais em emendas parlamentares para equipamento das salas de aula e estruturação da rede estadual de ensino do Estado do Piauí. Investimentos do Governador Wellington Dias nas escolas estaduais. Transcurso do 13º aniversário de criação do Centro Integrado de Reabilitação - CEIR, no Município de Teresina. Destinação de emendas parlamentares para expansão do Centro Especializado de Reabilitação, no Município de Parnaíba. Defesa do Projeto de Lei nº 827, de 2020, sobre a suspensão, pelo período de 90 (noventa) dias em razão da Pandemia do Covid-19, da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais

---

**A SRA. REJANE DIAS** (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar que nos últimos dias, precisamente na semana retrasada, nós entregamos 1 milhão de reais em emenda parlamentar, fruto do nosso mandato, para equipar as salas de recursos e estruturar melhor a rede estadual de ensino do Piauí. Estava ali presente o Governador Wellington Dias, que também vai investir aproximadamente 10 milhões de reais na reestruturação de toda a rede, que compreende a reforma das escolas e a aquisição de novos equipamentos. O Governo do Estado do Piauí, sob o comando do Governador Wellington Dias, e o nosso trabalho deram um passo importantíssimo pela inclusão educacional das pessoas com deficiência no nosso querido Piauí.

Sr. Presidente, quero também registrar que o Centro Integrado de Reabilitação - CEIR, que funciona em Teresina, completou 13 anos de existência, fruto do nosso trabalho, iniciado na primeira gestão do Governador Wellington Dias, e de muita dedicação dos profissionais. Parabéns a direção do CEIR e todos os que fazem parte dessa importante instituição, que já atende milhares de piauienses.

Agora destinei emendas para expandir o Centro Especializado de Reabilitação na cidade de Parnaíba, que já está funcionando, e, até o

final do mês, com fé em Deus, entregaremos outro CER na cidade de São João do Piauí, que vai atender, portanto, a região sul do Estado.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que está na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 827, de 2020, de iniciativa da Deputada Rosa Neide e da Deputada Natália Bonavides, do Partido dos Trabalhadores, ao qual o nosso projeto foi apensado. Ele trata da suspensão dos despejos, das desocupações e das remoções forçadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.

São milhares de pessoas ameaçadas em todo o Brasil. Imaginem, famílias que já estão passando por uma situação difícil, devido ao desemprego, à fome, à falta de assistência, agora têm o seu bem mais importante, depois da saúde, ameaçado.

Nos últimos 11 meses, mais de 9 mil famílias brasileiras tiveram o seu direito à moradia negado. Foram despejadas de suas casas. Muitos foram despejados e não tinham para onde ir. Mais de 64 mil famílias foram alvo de ameaça de despejo durante a maior crise sanitária da história.

Esse projeto de lei é muito importante, urgente, necessário e meritório.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada

---

Documento 213/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:32
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ALÊ SILVA-PSL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação de emendas parlamentares pelo orador destinadas à Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, para construção de laboratório de produção de medicamentos fitoterápicos, e ao Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, para a pavimentação de via de acesso à região turística dos cocais. Êxito da distribuição pelo Governo Jair Bolsonaro de vacinas contra Covi-19. Expectativa de retomada do crescimento econômico do País com a imunização da população contra a doença.

---

**A SRA. ALÊ SILVA** (Bloco/PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa

tarde, Presidente. Boa tarde, amigos. Boa tarde, Brasil!

Para quem ainda não sabe, as emendas orçamentárias dizem respeito a recursos do Governo Federal. Por lei, aliás, por lei aprovada no Congresso Nacional, é dada a chance aos Parlamentares de dizer ao Governo em quais lugares e em quais projetos esses valores devem ser aplicados.

Final de contas, nós, Deputados, é que convivemos com as pessoas, convivemos nas bases, conhecemos as reais necessidades de cada Município, de cada Estado e até de cada região.

Com base nisso, chamo a atenção do meu público para a emenda parlamentar que eu indiquei este ano, das minhas emendas impositivas, no valor de 1,5 milhão de reais, para a construção de um laboratório junto à Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Esse laboratório vai servir para fabricar remédios fitoterápicos, remédio de baixíssimo custo, que vão estar ao alcance da população, principalmente da população mais carente.

Inicialmente, prevê-se que a produção irá atender a região do Triângulo Mineiro e do Vale do Aço. A partir daí, a intenção é expandir esse projeto, essas medicações de baixíssimo custo e de alta eficiência para o restante do Estado. Convido os demais colegas de outros Estados a conhecerem esse projeto e assim o ampliaremos para todo o Brasil.

Falando em emendas, chamo aqui também a atenção para uma cota minha de emenda, no valor de 4 milhões de reais, que eu indiquei para o Município de Coronel Fabriciano, cujo valor já está devidamente empenhado e está na fase de análise do projeto arquitetônico. Ele se destina a pavimentar a via de acesso à região de Cocais, em Coronel Fabriciano.

É uma região turística que por tantos e tantos anos ficou prejudicada devido ao seu difícil acesso. Então, eu entendo que com esse recurso, em parceria com a administração municipal, seja possível pavimentarmos, senão toda a via, boa parte dela. Pelo andar das coisas, isso deve acontecer o mais rápido possível.

Aproveitando o ensejo e destaque também que hoje o Brasil está completando quase 80 milhões de doses de vacinas distribuídas pelo Governo Federal e quase 50 milhões de doses de vacina já devidamente aplicadas. Isso significa que quase 25% da população brasileira já está imunizada.

Essa é mais uma ação do nosso Governo Bolsonaro, que não está deixando faltar a vacina para o Brasil, para os brasileiros, para assim

conseguirmos retomar a nossa economia.

Muito obrigada a todos.

Presidente, por favor, faça com que o meu discurso possa constar do programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 214/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:36
Publ.: DCD - 13/05/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Existência na Casa de proposição similar de autoria da oradora e do Deputado Reginaldo Lopes. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o enfrentamento da pandemia de coronavírus e com a vacinação da população contra a Covid-19. Luta da Oposição, no Congresso Nacional, em defesa dos direitos do povo brasileiro, dos servidores públicos e da preservação do meio ambiente. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

---

**A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Sem revisão da oradora.)** - Obrigada e boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que nos ouvem, boa tarde a todos os colegas.

Gostaria de estar aqui, na tarde de hoje, comemorando, por exemplo, a aprovação do Projeto de Lei 2.564, de 2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato. Aqui na Câmara tramitam alguns projetos parecidos, como o do qual sou coautora junto com o Deputado Reginaldo Lopes.

Gostaria de estar comemorando muitas conquistas que tínhamos para fazer, mas, nos últimos anos, tem sido cada vez mais distanciadas da população, e, o pior, com retrocessos que andam a galope, a passos largos, porque Bolsonaro não para de atacar o País, não para de atacar o Brasil.

Além da gestão desastrosa, que é vergonha no mundo, em relação à pandemia, a vacinação - cada vez mais, com a CPI da COVID, isto tem ficado atestado e provado - não era prioridade do Governo Federal,

cuja política de morte já custou vidas de centenas de milhares de brasileiros. Há toda essa dificuldade para vacinar a população brasileira e a tentativa de sucatear o Estado nacional brasileiro cada dia mais, inclusive para tirar a esperança das pessoas.

Estão querendo retirar direitos, estão tirando comida do prato das pessoas, estão negando o direito da vacina. As pessoas estão perdendo seus empregos, e o que falta é perder a esperança.

Estamos aqui nesta luta que travamos diariamente no Congresso, principalmente a bancada da Oposição, para dizer que não podemos perder a esperança num governo que está acabando com o meio ambiente, que quer fazer reformas que vão prejudicar o povo brasileiro como um todo, que está buscando acabar com o funcionalismo público sem cortar privilégios de verdade.

Tudo isso precisa ser denunciado, e nós precisamos fazer o papel de cidadãos, que é mostrar para cada brasileira e cada brasileiro o que está em jogo. Mas falta pouco. Falta pouco para que nas urnas possamos decidir qual o futuro que o Brasil quer. E é por isso que nós vamos dizer "não" à privatização da ELETROBRAS, "não" à privatização dos Correios. Vamos preservar o meio ambiente, vamos ter vacina para todos e vamos ter Bolsonaro fora da Presidência da República.

Gostaria de fazer constar meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 215/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:44
Publ.: DCD - 13/05/2021 - HEITOR FREIRE-PSL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Solicitação de celeridade ao Senado Federal na votação de projeto de lei sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem. Apresentação do Projeto de Lei nº 830, de 2020, sobre o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo pela atuação de profissionais de serviços essenciais no combate a epidemias.

---



**O SR. HEITOR FREIRE** (Bloco/PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, todo o povo brasileiro que acompanha os trabalhos desta Casa, hoje é o Dia Internacional da Enfermagem, e eu gostaria de aproveitar este momento para parabenizar todos os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares, atendentes e outros profissionais que compõem essa categoria que, mais do que nunca, segue nas suas rotinas exaustivas nos hospitais espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

A pandemia do coronavírus nos mostrou o quanto precisamos desses profissionais na condução dos cuidados com a nossa saúde e o quanto eles são imprescindíveis nas suas funções.

Nós estamos muito agradecidos pelo empenho e dedicação ao cuidar das pessoas, muitas vezes sendo preciso até mesmo colocar o convívio com seus familiares e amigos em segundo plano, e até mesmo arriscar as suas próprias vidas por conta dessa grande exposição na qual eles vivem diariamente.

Prezados colegas, além dos parabéns e das palavras bonitas, a categoria da enfermagem merece valorização e reconhecimento. Por isso, eu resolvi hoje trazer esse tema a esta tribuna, para contar com o apoio dos colegas na defesa do piso salarial da enfermagem, projeto que já tramita no Senado, ao qual eu peço celeridade na votação.

O meu colega de bancada, Deputado Julian Lemos, também tem um projeto semelhante a esse nesta Casa e conta com o meu total apoio. Eu já me comprometo a trabalhar junto com ele pelo avanço dessa pauta tão importante.

Além disso, Sr. Presidente, eu protocolei o Projeto de Lei nº 830, de 2020, pelo qual estamos trabalhando para garantir o piso máximo de adicional de insalubridade para todos os profissionais de serviços essenciais ao combate de epidemias, destacando os que trabalham diretamente com a enfermagem. Hoje nós temos quase 2,5 milhões de profissionais de enfermagem espalhados em todo o Brasil. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, como já destaquei, há mais de 2 milhões de profissionais de enfermagem.

Esses profissionais merecem o nosso reconhecimento. É por essas pessoas que eu faço este pedido aos colegas Parlamentares da Câmara e do Senado: precisamos valorizar essa categoria. Essa valorização só ocorrerá com a regulamentação de funções e o piso salarial para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja veiculado nas mídias desta Casa

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:52
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Luta da oradora pela instituição de piso salarial nacional e da jornada de 30 horas semanais para a categoria. Cobrança ao Parlamento de aprovação de projetos de lei relativos aos temas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje, 12 de maio, é o Dia Internacional da Enfermagem.

Sabemos que a enfermagem é que carrega os hospitais nos ombros. Está na cabeceira dos leitos dos pacientes de COVID, na administração hospitalar, na organização das escalas do pessoal, nas enfermarias, nos ambulatórios, na garantia efetiva da vacinação. Refiro-me à enfermagem em todos os níveis: os profissionais de nível superior, os profissionais de nível médio, técnico, os atendentes de enfermagem, os cuidadores de pessoas, que são técnicos de enfermagem.

Portanto, é uma profissão que está na linha de frente no combate à COVID-19 e que precisa ser reconhecida em relação aos seus problemas.

A luta pelas 30 horas não é uma luta corporativa, é uma necessidade de garantir saúde a quem cuida da saúde das pessoas. Nós temos um grande número de absenteísmo por problemas de coluna, por problemas de varizes. O trabalho é feito em pé, é penoso: é banho de leito, é virar um paciente em decúbito. O paciente de COVID precisa ser virado para respirar melhor. É muito peso, é muita luta, é muita caminhada de madrugada dentro dos hospitais.

A enfermagem precisa de 30 horas! A Organização Mundial da Saúde já asseverou que essa é a jornada minimamente justa para esses profissionais.

A enfermagem tem a grande Ana Néri - baiana de Cachoeira,

enfermeira que foi para a Guerra do Paraguai - como sua patronesse. Com dois filhos na guerra, perdeu um deles. Ana Néri enobrece toda a área de saúde.

Mas a lâmpada da vida, a chama da vida, é quando enfermeiras e enfermeiros fazem o juramento no momento da sua assunção a esta tarefa tão nobre e tão sacrificante.

Este Congresso, portanto, e esta Câmara precisam aprovar as 30 horas da enfermagem. É justo, é correto profissionalmente, é indicado do ponto de vista da saúde desta categoria numerosa, em maioria formada por mulheres.

Meus parabéns a todos os profissionais da enfermagem do Brasil, que honram a equipe multidisciplinar da saúde, que se organizam nos seus sindicatos e conselhos! A Associação Brasileira de Enfermagem é de grande qualidade técnica.

De fato, essa é uma profissão que precisa receber o nosso abraço, o nosso amparo e o nosso voto a favor dos seus interesses, pois, ao fim e ao cabo, ao cuidarmos do piso salarial e das 30 horas de um profissional da enfermagem, nós estamos tratando de melhorar o ânimo para que cuidem melhor da saúde dos brasileiros.

Parabéns a enfermeiros e enfermeiras de todos os níveis do nosso Brasil!

---

Documento 217/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:52
Publ.: DCD - 13/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento, na condição de Relator, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca da suspensão pelo período de 90 (noventa) dias, em razão da pandemia de COVID-19, da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais. Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Participação do orador como signatário do Projeto de Lei nº 2.997, de 2020, sobre o estabelecimento da jornada semanal de 30 horas e a criação do piso salarial nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e parteiras.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -**

Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os que acompanham a sessão na tarde de hoje.

Sou Relator do Projeto de Lei nº 827, de 2020, encabeçado pelo Deputado André Janones, mas de autoria também das Deputadas Natália Bonavides e Professora Rosa Neide, cujo texto prevê duas questões fundamentais e uma terceira que também é importante.

A primeira questão diz respeito à suspensão dos despejos coletivos durante a pandemia. A segunda questão trata da suspensão da concessão de liminares nos casos em que os locatários tenham efetivamente perdido renda neste tempo de pandemia. E, finalmente, a terceira questão diz respeito à possibilidade de os locatários residenciais e comerciais encerrarem os seus contratos, se não tiverem mais renda, sem serem onerados em função de multas e demais encargos.

O projeto também possibilita uma renegociação por meios eletrônicos, como *e-mail*, WhatsApp, SMS, enfim qualquer meio eletrônico, que passa a valer como título extrajudicial.

Eu quero lembrar que o dispositivo que suspendeu liminares de despejo foi aprovado no ano passado através da Lei nº 14.010, de 2020, que disciplinou várias outras relações do setor privado. Ela foi aprovada na Câmara e no Senado. A parte do despejo foi vetada pelo Presidente Jair Bolsonaro, e nós derrubamos no veto.

Nesse novo projeto de lei, nós estabelecemos, de maneira muito clara, a data de encerramento dessa medida excepcional: 31 de dezembro de 2021.

Quanto ao despejo, nós adotamos um mecanismo que não vai permitir que essa lei retroaja. Serão suspensos apenas e tão somente os despejos coletivos ocorridos até março de 2021. Então, não há incentivo à inadimplência, não há incentivo à invasão, não há nenhum incentivo.

Lembro que, na lei aprovada no ano passado, não existia a exigência de se demonstrar, por exemplo, na suspensão de liminar de despejo, que o locatário tivesse perdido renda. Nós aprovamos uma lei ampla, geral e aberta. Essa lei é fundamental, porque vai proteger pequenos comerciantes e cidadãos e cidadãs que, durante a pandemia, perderam a renda.

Por fim, parablenizo os enfermeiros pelo Dia Internacional da Enfermagem! Eu sou signatário do Projeto de Lei nº 2.997, de 2020, que fixa o piso salarial da categoria.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 218/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:00
Publ.: DCD - 13/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Congratulações aos profissionais da categoria do Estado de Tocantins. Luta pela implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais e do piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem. Expectativa de apreciação de projetos de lei sobre os temas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Defesa do Sistema Único de Saúde - SUS.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu amigo Eduardo Bismarck, da nossa querida Icapuí, da Praia Redonda, quando vejo V.Exa. presidindo a sessão, lembro-me daquelas praias lindas do nosso litoral cearense.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO) - Sr. Presidente, eu também vou falar do dia 12 de maio, Dia Internacional da Enfermagem, essa profissão tão importante. Quando nós chegamos ao hospital, a primeira pessoa que nos recebe para tratar do assunto da saúde ou para nos dar uma informação é uma enfermeira ou um enfermeiro.

No Estado do Tocantins, dezenas e dezenas de cidades têm a enfermeira ou o enfermeiro como única autoridade de saúde para socorrer a população quando ela precisa da saúde pública. É raro, numa cidade pequena, você ter a chance de ser atendido pelo médico.

E nós estamos na luta, Sr. Presidente, pela jornada de 30 horas para a enfermagem, bem como pela garantia do teto salarial para os enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.

Nós sabemos que existem várias associações, sindicatos, inclusive no meu querido Estado do Tocantins, lutando por esta categoria tão importante, que está na linha de frente contra esta maldita COVID-19, que tira a vida de tantos brasileiros. Nós sabemos que, no Brasil inteiro, muitos enfermeiros e enfermeiras, técnicos de enfermagem e agentes

de saúde perderam a vida na luta em favor da saúde do povo brasileiro.

Sr. Presidente, nós temos o projeto de lei do Senador Contarato no Senado e temos também, na Câmara dos Deputados, o projeto dos Deputados Reginaldo Lopes e Marília Arraes para serem votados. Eu espero que os *lobbies* que estão sempre atrapalhando a votação desses PLs parem, para que seja considerada a vida do enfermeiro, da enfermeira e dos técnicos de enfermagem, que estão recebendo salários de miséria, enquanto os médicos, que nós respeitamos muito, recebem salários altíssimos em Municípios e Estados - em comparação, é claro, com os salários dos enfermeiros. Nós queremos que os enfermeiros e enfermeiras e os técnicos de enfermagem sejam respeitados no Brasil.

Sr. Presidente Deputado Eduardo Bismarck, nós queremos também dizer que os enfermeiros e enfermeiras estão passando por sérias dificuldades. Ficam por 24 horas, 18 horas nos hospitais e nas clínicas defendendo a saúde do povo brasileiro.

Por isso, viva a enfermagem no Brasil!

Viva o SUS!

Sr. Presidente Eduardo Bismarck, como não eu não tenho condições de saber se meu tempo acabou, eu gostaria que V.Exa. determinasse a divulgação da minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Quero saudar todos os tocantinenses que estão nesta luta, os enfermeiros e enfermeiras do meu querido Estado do Tocantins. Contem com o Deputado Federal Célio Moura na luta por melhores salários, pela jornada de 30 horas e pela dignidade desta profissão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 219/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:04
Publ.: DCD - 13/05/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Pedido aos Parlamentares de apoio à Proposta de Emenda à Constituição sobre direitos dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Expectativa de sanção do Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para extensão da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, quero me somar aos demais colegas neste Dia Internacional da Enfermagem para ressaltar a importância de aprovarmos - não pode ficar só em discurso - o projeto de lei que cria o piso salarial, a jornada de 30 horas e também a aposentadoria especial para esses profissionais.

Desejo, ainda, que isso se estenda para a PEC - que os nossos colegas assinem a PEC que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias -, que também trata dos mesmos componentes.

Eu estou querendo chamar atenção, Deputada Alice Portugal, nossa Presidente da Comissão de Cultura, para o fato de que hoje, se não me engano, é o último dia para a Presidência da República sancionar a prorrogação da Lei Aldir Blanc. Que o Sr. Presidente sancione sem vetos essa lei que foi tão democraticamente construída, discutida, inclusive com os Líderes do Governo no Parlamento.

Então, queremos que seja sancionada sem vetos (*falha na transmissão*).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Airtton Faleiro, nós não estamos conseguindo ouvir o discurso de V.Exa. Há mais de 1 minuto está travado.

Eu vou chamar o próximo orador, e, conforme for, logo mais chamo V.Exa. de novo.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA) - Peço para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode concluir.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA) - Tentar amordaçar o Parlamento é autoritarismo em dobro.

Sr. Presidente, peço que determine a divulgação do nosso

pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de publicação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 220/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:24
Publ.: DCD - 13/05/2021 - EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem aos profissionais de enfermagem do País, no transcurso do Dia da Enfermagem. Defesa da vacinação de professores e líderes religiosos.

---

**O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) -**  
Boa tarde, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os colegas.

Eu não poderia deixar de subir nesta tribuna hoje para fazer uma homenagem a toda a enfermagem do nosso País neste momento tão difícil por que estamos passando.

Fui diretor do hospital na minha cidade, por 8 anos, e sei o quanto é importante o trabalho de toda a enfermagem, que põe a mão na massa. O médico consulta, prescreve, mas quem executa ali, no dia a dia, é a enfermagem.

Todos têm o nosso reconhecimento: os enfermeiros, as enfermeiras. E, em nome da enfermagem do Hospital Municipal Santa Rita, de Nova Resende, quero cumprimentar, abraçar e parabenizar toda a enfermagem de toda a nossa região, de todo o Estado, de todo o nosso País.

Tenho uma irmã, a Terezinha, que é técnica de enfermagem há mais de 25 anos. Um grande abraço, Terezinha! A sua filha, Juliana, também enfermeira, minha sobrinha, há mais de 15 anos está em Confresa, no Mato Grosso, porque foi para lá trabalhar com seu esposo, Renato. Um abraço, Juliana! E a todo o povo de Confresa que a acolheu aí um grande abraço!

Eu queria aproveitar este momento também para pedir prioridade para que os nossos professores sejam vacinados. Eu acho que há um entendimento de que cada Município, cada Estado tem uma situação. As aulas vão voltar ou não? Mas eu acho que tinha que se priorizar a

vacina para todos os nossos professores e também para os líderes religiosos, pois eles precisam muito desta vacina para fazer seu trabalho. Nós também precisamos de muitas orações, e os pastores, padres tinham que ser também prioridade.

Uma boa tarde a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 221/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 13/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a inauguração de obras prontas pelo Presidente Jair Bolsonaro no Estado de Alagoas.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. e de dizer que o Presidente Bolsonaro, conhecido como genocida, agora vai ter outro título: engenheiro de obra pronta. Amanhã, dia 13, quinta-feira, ele fará uma programação em Alagoas, na área de engenharia, inaugurando três obras, sendo que mais de 90% são fruto do trabalho dos Governos do PT, de Lula e Dilma, do próprio Governo Temer e menos de 10% são do atual Governo.

A primeira é o Canal do Sertão, uma obra hídrica importante no Alto Sertão que o Presidente Lula iniciou. Obra essa que teve mais de 2 bilhões de reais de investimento, mas que, neste Governo, teve pouco mais de 100 milhões de reais. Ele visitará essa obra. A segunda obra é a do chamado Viaduto da Polícia Rodoviária Federal, aqui em Maceió, um anel viário, também do Governo Dilma e do Governo Temer, na qual praticamente não houve ação nenhuma dele.

E a terceira é o conjunto habitacional para trabalhadores, aqui no Bairro Tabuleiro dos Martins, onde praticamente não há nenhum recurso. Há um detalhe: foi o Governo do Bolsonaro que destruiu a moradia quando retirou todo o orçamento para a habitação popular.

A vinda dele a Alagoas, é claro, inaugurando obras, não é bem-vinda. No Estado de Alagoas, temos orgulho de dizer que, se houvesse o processo eleitoral, ele seria derrotado. As pesquisas demonstram

também que a Capital, que sempre foi mais conservadora, também o derrotaria. Além disso, a inauguração do Viaduto da Polícia Rodoviária, que, praticamente, é vizinho da Universidade Federal de Alagoas, fez um corte e vai paralisar as atividades da universidade.

Presidente genocida, que agora é um engenheiro de obra pronta, é uma pena que, num momento como este de pandemia, de forma prudencial, não possa haver aglomeração. Se estivéssemos em tempos normais, tenho certeza absoluta de que os partidos de esquerda e os movimentos sociais iriam fazer grandes mobilizações, colocando na ordem do dia uma frase que está na garganta do Brasil: fora, Bolsonaro! Fora, genocida!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 222/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:32
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Insensibilidade do Presidente da República diante de elevado número de mortes resultante da pandemia de Coronavírus. Retorno da fome ao País. Anacronismo da defesa do voto impresso pelo Presidente da República. Denúncia de existência de orçamento secreto. Denúncia do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre tentativa de mudança de bula de medicamento. Repúdio à proposta de alteração do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Estamos vivenciando uma tragédia sem precedentes no Brasil. Estamos vivenciando ataques constantes e permanentes à própria democracia. Estamos convivendo com a morte nos espreitando - já são mais de 420 mil pessoas que partiram. Quem parte sempre é amor de alguém.

Vivenciamos, contudo, na Presidência da República um ser desprovido de qualquer empatia, desprovido de qualquer possibilidade de sentir a dor do outro. A CPI da COVID-19 tem mostrado as suas digitais na tragédia que está assolando o povo brasileiro.

Estamos convivendo com mais de 100 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Estamos convivendo com a volta da

fome. Fome essa que foi erradicada por Luiz Inácio Lula da Silva, este que deu ao Brasil a real dimensão da sua potencialidade. É uma grande Nação que está sendo açoitada. Como está sendo açoitada a democracia!

O Presidente da República chega a dizer que, se não houver o seu querer, o voto impresso, não haverá eleições, como se fosse dono da vida, como se a realidade, inclusive, não existisse. É como se a realidade fosse construída a partir da sua imagem e semelhança.

Nós estamos vivenciando momentos muito trágicos no Brasil e com um ineditismo macabro. Nunca tivemos, nesta Casa, a denúncia de um "orçamento secreto", que atenta contra a dignidade deste Parlamento. Isso significa que Parlamentares se submeteram a vender o seu voto, a sua história e a sua própria eleição em troca de emendas contempladas em um "orçamento secreto".

Para além da inflação, que está rompendo com a necessidade de termos a dignidade humana florescendo neste País, nós vamos vivenciar este Governo, que é uma verdadeira fraude. Aliás, o representante da ANVISA foi claro ao dizer que foi pressionado para mudar a bula de um remédio. No Brasil, onde faltam vacinas, sobram cloroquinas, em função do caráter genocida do Presidente da República, intencionalmente genocida.

Aqui na Casa, retomando esse ineditismo macabro, quer-se mudar o Regimento e se quer impedir que a Oposição disponha dos instrumentos que tem para dialogar sobre as matérias. Quer-se impor aqui um silenciamento, uma mordaza, para que esta Casa não conte com a voz de oposição, com a voz das ruas, para enfrentar ou impedir que o País seja retalhado e vendido, para que nós não tenhamos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Afonso Motta. PDT - RS) - V.Exa. tem 1 minuto para concluir, Deputada.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF) - Quais são as pautas que se avizinham, e eles querem calar a Oposição para impor? Primeiro, a pauta do fim do licenciamento ambiental. Chega-se ao cúmulo de apontar que mineradoras não precisem de licenciamento. Segundo, a pauta da privatização dos Correios, tão fundamental para a integração nacional, um empresa que dá lucro. Terceiro, a pauta da privatização da ELETROBRAS. Se nós considerarmos que, nos Estados Unidos, há hidrelétricas protegidas pelo Exército, nós vamos ver o tamanho do crime que eles querem impor a esta Nação.

Por isso, eles querem mudar o Regimento, um Regimento de 1989, que perpassou inúmeros Governos. E querem mudá-lo para poder aprovar as medidas antinacionais e antipovo sem a Oposição poder utilizar os instrumentos historicamente das minorias para defender a democracia e defender o direito...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 223/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 13/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Homenagem aos enfermeiros. Importância da categoria no enfrentamento à Covid-19.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, eu quero fazer uma homenagem à enfermagem, às enfermeiras e enfermeiros, àqueles que, no dia a dia nesta pandemia, num grande pandemônio, assistem a mais de 420 mil pessoas perdendo a vida, no entanto, alegram-se quando um paciente consegue superar essa doença. Fazem festa, cantam, oram, agradecem, porque têm se dedicado às nossas famílias, aos nossos pacientes.

Sr. Presidente, neste momento em que nós precisamos fortalecer, cada vez mais, o SUS, são elas que lá estão, elas e eles, dando sustentação à execução desse sistema que atende principalmente os mais vulneráveis, um sistema universal.

Quero parabenizá-los, porque elas, sim, eles, sim, salvam vidas, são heroínas, são heróis que estão diante da nossa família, trazendo uma boa notícia ou uma má notícia, mas dando ali o seu abraço fraterno e se dedicando, cada vez mais, responsabilizando-se pelo carinho. E estão ali, neste momento de pandemia, lamentando...

**O SR. PRESIDENTE** (Afonso Motta. PDT - RS) - Deputada, a sua imagem não está aparecendo, só a sua voz. A sua imagem não está

aparecendo, só para constar.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Sr. Presidente, então é algo aí, porque eu estou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Afonso Motta. PDT - RS) - Pode continuar, Deputada. *(Pausa.)*

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Sr. Presidente, não está aparecendo a minha imagem, mas o problema não é aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputada, eu acho que a câmera está voltada para uma cadeira. Talvez esteja voltada para o lugar errado. Eu vou passar...

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Mas a câmera está aberta para mim, Sr. Presidente. Há algo errado, porque a câmera está aberta para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua o seu discurso, então, para registrarmos na Casa.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Só aparece a minha voz. Poderia me dar mais tempo para eu concluir o meu discurso, porque eu tenho mais a falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode concluir, Deputada, para podermos registrar aqui.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. poderia me dar outra oportunidade? Eu preciso da imagem. Posso voltar depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Sim, Deputada. Quando V.Exa. estiver apta, avise-nos aqui na Mesa, e eu lhe concederei a palavra com o maior prazer.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ) - Obrigada.

---

Documento 224/438

---

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-15:00
Publ.: DCD - 13/05/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Avanço da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Apoio da população brasileira ao Presidente Jai Bolsonaro. Confiança na reeleição do Presidente da República. Recomendação do uso da ivermectina contra a Covid-19 pelo cientista japonês Satoshi Omura, vencedor do Prêmio Nobel de Medicina. Resultados positivos do tratamento precoce contra a doença.

---

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Lira. Nobres colegas, é muito bom estar aqui.

Estou muito feliz, porque o Brasil não é mais o quinto país que mais vacina no mundo; o Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo, passando à frente do Reino Unido. Isso é muito bom e mostra o quanto o Governo está empenhado, junto com Governadores e Prefeitos. A vacinação não é um ato político, é um ato patriótico de saúde, que, independente de cores partidárias, nós temos que apoiar, cumprir e incentivar, com o amor de um sangue verde e amarelo na veia.

Também fico muito feliz pela demonstração de apoio ao Presidente Bolsonaro que tivemos nas ruas. No Rio de Janeiro, em breve, teremos outra manifestação, com motociclistas de todo o Brasil, mostrando que popularidade se vê nas ruas. E, segundo as ruas, felizmente, Bolsonaro está imbatível e vem aí para o seu segundo mandato.

Quero também deixar bem claras a importância e a eficiência da ivermectina. Atenção, o japonês Satoshi Omura, Prêmio Nobel de Medicina, com pesquisas em mais de 40 países, juntamente com três cientistas PhDs, chegou à conclusão de que deveria ser colocada na bula da ivermectina a aplicação para COVID-19. Estou falando de um Prêmio Nobel de Medicina, juntamente com três cientistas PhDs!

O tratamento precoce é muito eficiente - muito eficiente! - do primeiro ao terceiro dia. Aí eu me pergunto: por que algumas pessoas, ou muitas pessoas, são contrárias a um tratamento precoce que não tem efeito colateral? Ele não tem efeito colateral! Então, por que ser contra? Querem mais brasileiros mortos, o que se pode prevenir com a ivermectina, como diz o Dr. Satoshi Omura?

Falta o quê? Amor ao próximo? Ou simplesmente querem mais mortes para tentar culpar o Presidente Bolsonaro?

É hora de ter um pouquinho mais de solidariedade ao povo brasileiro e ver que o tratamento precoce não tem efeito colateral. Aliás, a cloroquina e a hidroxicloroquina não precisam de receita.

Que amor à pátria é esse? Agora querem o quê? Quanto pior, melhor?

São contra tudo e a favor de nada?

O povo brasileiro sabe o que é o melhor para si. Eu estou dizendo isso aqui porque eu também uso o tratamento. Use você a ivermectina, em cuja bula o Dr. Satoshi Omura, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, japonês, recomendada que esteja a indicação para COVID.

Grato, nobre Presidente.

---

Documento 225/438

---

50.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021 - CD	19:56
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alcance do patamar de 425 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Transcurso do Dia Internacional do Enfermeiro. Defesa de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

---

**O SR. ISNALDO BULHÕES JR.** (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um rápido registro enquanto o Deputado Darci de Matos ocupa a tribuna.

Primeiro, quero dizer que o Deputado Sergio Souza, Presidente da FPA, usará o tempo da Liderança e conduzirá a votação da matéria pelo MDB.

Sr. Presidente, hoje nós batemos mais de 425 mil mortes por COVID-19 no País e comemoramos o Dia Mundial do Enfermeiro. Inicia-se uma semana de comemorações por parte dessa categoria, uma das mais fundamentais e importantes à frente do combate à COVID-19, à frente do Plano Nacional de Imunização e do tratamento das pessoas acometidas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Isnaldo, peça a V.Exa. que conclua seu pronunciamento.

**O SR. ISNALDO BULHÕES JR.** (Bloco/MDB - AL) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que eu tenho levado ao Colégio de Líderes - e peço o apoio - o Projeto de Lei nº 2.295, para que seja apreciado por esta Casa.

O projeto trata da jornada de trabalho de enfermeiros e auxiliares, luta histórica dessas duas categorias. Esse é um pleito sempre renovado pelo Deputado Flaviano Melo, do Acre, e pelo Deputado Hildo Rocha, ambos do MDB.

Eu acho que é mais do que justo, no momento em que enfrentamos esta dura pandemia, a categoria obter essa conquista durante a semana em que é homenageada, tendo início na data de hoje, o Dia Mundial do Enfermeiro.

---

Documento 226/438

---

50.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD 21:16
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### **Sumário**

Inadmissibilidade da votação de projeto de lei relativo ao processo de licenciamento ambiental em meio à pandemia de coronavírus no Brasil. Crítica a propostas de privatização de estatais e de redução do Estado brasileiro. Repúdio à aprovação de alterações no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em prejuízo à atuação da Oposição nas sessões deliberativas. Expectativa quanto à vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022. Pedido de esclarecimento ao Presidente Arthur Lira sobre sua declaração. Minhas emendas são as que todo mundo sabe, mas algumas não são bem o que todo mundo sabe.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria saber a quem, de fato, estamos neste momento servindo. A Oposição, tenho certeza, está servindo aos propósitos do povo brasileiro, especialmente num momento de pandemia, Sr. Presidente.

É inadmissível que um debate sobre o meio ambiente, precioso e extremamente detalhado, seja feito num momento de pandemia, sem a ampliação do debate como deveria. Já que está tudo certo, qual é o medo de debater? Mas a boiada tem que passar, e a boiada tem que passar, inclusive nesta Casa, com menos trabalho, e por isso o Regimento está sendo alterado. Onde fica a política? Onde ficam os

métodos? Sr. Presidente, isso é inadmissível no momento de pandemia que vivemos.

Estamos vendo transformações muito rápidas no mundo inteiro. O Biden, nos Estados Unidos, lança um pacote de 2 trilhões de dólares inicialmente. E vai investir em quê? Vai investir em energia limpa, vai investir na infraestrutura, vai botar dinheiro público na veia da produção nacional, vai fortalecer para valer a economia nacional, a economia interna dos Estados Unidos.

"Ora, mas ele não é liberal?" Ele é liberal. Ele é o liberal do momento. Nesta Casa, eu não sei quem são os liberais. Quem são esses liberais que pegam uma empresa do Brasil como os Correios e a entregam num momento extremamente delicado da economia mundial, em que a parte de logística e a parte tão importante e suculenta da nossa estrutura de desenvolvimento, que é a entrega postal - e não só a entrega postal, mas também a entrega comercial -, podem sofrer muito?

Não é à toa que os 20 maiores países em termos territoriais do mundo têm agências postais públicas. Não é à toa que a Alemanha comanda os destinos da DHL, que é a maior empresa do mundo em logística e entrega postal. Não é à toa que a Jadlog, no Brasil e no mundo inteiro, é comandada pela França.

E quem são os liberais aqui do nosso País? Quem são esses liberais? Que liberais são esses que pregam uma reforma neste momento tão delicado da economia mundial em que o Brasil é visto como um país agressor do meio ambiente? Agressor! Quem será o comandante das ações?

Eu ouvi agora a Deputada dizer que vamos destravar. Destruar? Alguém depois disse: "*Na Bahia já é assim*". Não, na Bahia nós ainda temos muitas políticas de proteção, temos a gestão ambiental compartilhada entre Estado e Município. Nós temos preparo para fazer as coisas lá. Não é feito lá da forma como estamos vendo aqui, com a entrega que está sendo feita. Que entrega é essa tão rápida? Esse passar a boiada pode nos colocar sabe onde, Sr. Presidente? Lá no fim da fila dos países que precisam se desenvolver.

O que foi que nós ganhamos com este Governo que está aí? Dezenove milhões de pessoas com fome. O PIB não está pior graças a esta Casa e à Oposição, que tencionou para que o auxílio emergencial fosse de 1.045 reais. Eles queriam 200 reais por 2 meses, e o valor acabou sendo de 600 reais. Queriam 2 meses, e o auxílio acabou sendo pago até o fim do ano. Aliás, se tivessem feito no fim do ano o que era preciso, estender o auxílio emergencial por medida provisória, talvez nós não estivéssemos hoje com as dificuldades econômicas que

estamos. Se tivessem estendido o PRONAMPE, talvez nós não estivéssemos hoje com as dificuldades que estamos.

Eu queria saber o que é que os partidos que se dizem modernos e que se dizem liberais defendem, porque a construção civil brasileira está um caos! A Lava-Jato acabou com as maiores empresas de engenharia do nosso País e das maiores do mundo!

No começo de 2019, o Minha Casa, Minha Vida era responsável por 62% de tudo o que era produzido na construção civil em São Paulo. Como é que está hoje? Estamos sem recursos para a construção civil. Por que não há recursos? A cada 1 real que o Minha Casa, Minha Vida Faixa 1 botava na construção civil, retornavam, no mínimo, 1 real e 26 centavos. No Minha Casa, Minha Vida Faixa 2, o valor era de 1 real e 46 centavos, sem contar as prestações; considerando só as taxas e os recursos que rodavam na mão da construção civil.

Se é tão lucrativo, por que pararam de investir? Porque querem um Estado falido - eu não diria nem um Estado mínimo! Não querem um Estado! Na verdade, querem ser - eu digo isto todo dia - a filial do capital especulativo mundial. Se quisessem ser a matriz, lutariam por um capital nacional.

Hoje foi um dia de derrota para o povo brasileiro. Houve derrota no Regimento e houve derrota aqui, no momento em que se aprovou esta situação absurda de uma lei ambiental. Estamos num momento de pandemia, Sras. e Srs. Deputados, em que ninguém pode se mobilizar! Isso é covardia! Desculpem-me, mas é covardia! Respeitem a sociedade! Respeitem o povo! Debatam! Tragam para cá os antagônicos. Vamos ver em que se pode melhorar. Esta Casa não deveria ter uma pauta ordinária quando mais de 430 mil brasileiros morreram e outros mais vão morrer. Não dá para, neste mesmo momento em que vemos a boiada passar, facilitarmos o Regimento para ficar mais leve o enfrentamento, para não gastarem tanto óleo no trator. Não dá para aceitar isso!

De bom, hoje, tivemos a notícia do Lula: 55% contra 32% no segundo turno, na última pesquisa. E ninguém vai segurar o velhinho, porque ele vem com todo o gás, ele vem com todo o vigor. Parece um menino de 30 anos conversando conosco. Ninguém está mais esperançoso no Brasil do que Lula. E Lula me disse na quarta-feira passada uma coisa interessante: "*Desafie-os lá*". E eu vou desafiá-los. Chamem todos os Presidentes, de Sarney a Temer, e até esse que está aí, para saber se todos eles reunidos atenderam mais o setor produtivo do que Lula. Eu quero saber se atenderam a construção civil, a indústria brasileira.

É uma coisa caótica o que estão fazendo com a indústria brasileira! E ainda passam o gás, passam o petróleo, querem vender os Correios,

querem vender a PETROBRAS e a ELETROBRAS. O próximo passo é a venda da ELETROBRAS. A boiada tem que passar, e tem que passar rápido. Não é possível que aceitemos essa contramão no mesmo momento em que vemos tudo isso acontecer. Inclusive, já estão gestando a venda da Caixa Econômica e do Banco do Brasil! Enquanto estamos vendo o Reino Unido criar bancos públicos para fomentar o desenvolvimento, aqui se está defendendo o contrário. Esta Casa precisa ter responsabilidade com o destino deste País!

Hoje, o Presidente Lira fez uma fala aqui, para a qual eu peço esclarecimentos. Ele disse: "*Minhas emendas são as que todo mundo sabe, mas algumas não são bem o que todo mundo sabe*".

Então, esclareça isso, Presidente Lira! Esta cadeira é muito mágica, é muito grande, é muito possante, é muito importante, mas muitos dos que passaram por aí se deram mal. Eu torço, Presidente Lira, para que V.Exa. se dê bem, no sentido de poder contribuir com a democracia e com o nosso Brasil.

Chega! Já deu! Nós tivemos um dia de derrota para o povo brasileiro, e essa pesquisa divulgada agora, no fim da tarde, trouxe-nos a esperança de ter quem de fato quer um Brasil melhor, ama seu povo, ama sua gente, acredita no seu setor produtivo e acredita no Brasil.

Lula, estamos te esperando!

---

Documento 227/438

---

50.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD	21:44
Publ.: DCD - 13/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental. Regozijo da oradora com a sanção de projeto de lei sobre a garantia do afastamento de mulheres grávidas do trabalho presencial durante a pandemia.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Oposição segue em obstrução.

Mas eu quero aproveitar a oportunidade para, no meio de tanta notícia triste, trazer uma notícia boa. Acaba de ser sancionado o nosso projeto

de lei que garante o afastamento das grávidas do trabalho presencial durante a pandemia. Sabemos, Sr. Presidente, que 77% das grávidas que morreram eram brasileiras. Então, eu quero aqui agradecer à bancada feminina, agradecer à nossa Líder, agradecer à nossa Ministra Flávia, que ajudou muito, também, para garantir que fosse sancionado esse projeto hoje.

As grávidas agradecem. Para salvar a vida das mulheres e de seus bebês, é muito importante essa decisão. É muito importante que elas trabalhem num ambiente seguro.

Então, muito obrigada a toda a bancada feminina, a todo o Plenário desta Casa. Mais de 15 Deputados subscreveram o projeto comigo. Eu queria agradecer o apoio de todos, o esforço de todos e dizer: esse projeto aprovado, sancionado agora, vai evitar a morte de muitas mulheres.

No ano de 2021, aumentou 150% o número de mortes de grávidas com relação ao ano passado. E, de todas as grávidas que morreram ano passado, 77% eram brasileiras. Ao salvar uma grávida, estamos também salvando o seu bebê.

Viva a vida! Vivam as mulheres! E precisamos seguir em defesa das mulheres.

---

Documento 228/438

---

50.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD 22:36
Publ.: DCD - 13/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o planeta está doente, e com ele estamos todos nós. Nesta pandemia, mais de 3 milhões de pessoas já morreram no planeta.

Alguém tem dúvida de que o desequilíbrio ambiental pode trazer novas pandemias? Alguém tem dúvida de que o que nós estamos vivendo hoje tem uma relação direta com o desequilíbrio ambiental? Imaginem

que estamos vivendo tudo isso e seguimos aqui atendendo a *lobby* de empresas e rasgando a Constituição Federal, que protege o licenciamento ambiental, o meio ambiente e o nosso direito de conviver num meio ambiente sadio.

Nós estamos em obstrução.

---

Documento 229/438

---

50.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD	23:24
Publ.: DCD - 13/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa do adiamento da votação do Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Prejuízos à atuação da Minoria com a aprovação de alterações no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Críticas à concentração de excesso de poder decisório na Presidência da Casa. Contestação a fala do Presidente Arthur Lira sobre inconsistência dos pedidos de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Atribuição de prática de crime de responsabilidade ao Presidente da República pelo atraso na compra de vacinas contra a Covid-19. Arquivamento no Senado Federal do Projeto de Lei nº 948, de 2021, sobre a alteração do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, com vista ao estabelecimento de regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.**

Quero até me desculpar com os colegas, porque me parece que seria muito mais razoável que a continuidade da votação deste importante projeto de lei, contra o qual eu tenho inúmeras críticas, se desse no dia de amanhã. Não entendo muito bem por que esta teimosia da suposta maioria.

Vejo inclusive que, em alguns momentos, está havendo até uma certa arrogância de parte de alguns que compõem a Maioria, Deputado Leônidas Cristino. Talvez achem que agora descobriram o caminho para salvar o Brasil. O caminho para salvar o Brasil era mudar o Regimento da Câmara e asfixiar a Minoria, como se outros Governos não tivessem conseguido governar com este Regimento.



Eu fui Líder dos Governos Lula e Dilma. Enfrentamos muitas vezes, Deputado Nilto Tatto, obstruções severas da Oposição. Mas nós não tratávamos de vencer essas obstruções, Deputado General Peternelli, com base na ostensividade da força. Este não é o critério da democracia.

Nós mudamos o Regimento em muitas áreas que não deveríamos ter mudado. E pergunto ao Presidente Arthur Lira e a todos os Srs. Deputados que nos acompanham se não deveríamos mudar o Regimento, por exemplo, para retirar este hiperpoder monocrático do Presidente da Casa de ser a única pessoa no Brasil que pode analisar cem pedidos de *impeachment* que estão em sua mesa.

Presidente Arthur Lira, não seria uma evolução democrática se permitíssemos à Minoria que, com 171 assinaturas, pedisse urgência para ir ao Plenário um desses pedidos de *impeachment*, enquanto V.Exa. se nega a analisar todos eles? Na realidade, V.Exa. nem arquiva os pedidos. Hoje nós estamos num limbo.

Eu aproveito para dizer que outro dia vi que V.Exa. me criticou, e eu também critico o ex-Presidente Rodrigo Maia, porque este poder concentrado, monocrático, autoritário, não é bom para a Câmara, não é bom para o Brasil. Parece-me que um Regimento - este sim - modernizado deveria prever que, com 171 assinaturas, como é o direito da Minoria para instalar uma CPI, Deputado Coronel Tadeu, também pudesse a Minoria trazer ao Plenário da Câmara, uma vez por ano que fosse, não para banalizar pedidos de *impeachment*, fazendo-os todos os meses, Deputado Leônidas Cristino, um pedido de *impeachment*, para que a maioria do Plenário pudesse analisar se o pedido deveria ou não prosperar.

E se a maioria absoluta de 257 votos decidisse dar andamento a um pedido de *impeachment*, o Presidente deveria abrir a Comissão processante.

Hoje não, hoje nós temos o Regimento do atraso, o Regimento segundo o qual uma única pessoa pode submeter um país inteiro, dizendo que, mesmo que Bolsonaro tenha jogado na lata do lixo a compra de 70 milhões de dólares da vacina da Pfizer, isto não é um crime de responsabilidade.

Eu ouvi uma frase um pouco irônica do Presidente, dizendo que havia analisado os cem pedidos e que todos eles eram absolutamente inconsistentes.

Impressiona-me a arrogância desta avaliação, Presidente. Eu, particularmente, recebo muitos pedidos de *impeachment* com enorme respaldo jurídico. Quando o Presidente Bolsonaro, por exemplo,



mandou o ex-Ministro Pazuello cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, a minha avaliação, Deputada Alice Portugal, é a de que ele cometeu um crime de responsabilidade. Mas eu não quero julgar sozinho, Presidente. Eu só quero ter o direito de analisar, por maioria, se o Presidente Bolsonaro deve ficar totalmente blindado pela decisão monocrática de V.Exa., ou se deveríamos evoluir no Regimento da Casa para que a democracia fosse mais respeitada.

O problema do Brasil nunca foi o Regimento da Câmara. Alguns falam aqui da produtividade. A produtividade num Parlamento, numa democracia, não se mede pelos minutos que se demora para votar um projeto. Quando há negociação, quando há transigência, quando há diálogo, consegue-se compor maiorias para votar, com maior rapidez, os projetos. E a preservação do direito de minoria é fundamental para se garantir o equilíbrio democrático de um país. A ideia de que alguém possa conduzir uma maioria e, a partir desta maioria, impor de maneira cada vez mais intensa a sua maioria, isso gera desequilíbrios democráticos.

Hoje é um dia triste para a democracia brasileira e a última demonstração do Regimento antigo. E eu quero assumir o compromisso, desde já, de que nós voltaremos a trabalhar para que não permaneça esse Regimento que dá a uma única pessoa... Não sei de V.Exa. se deu conta, Presidente Arthur Lira: V.Exa. está eleito, por maioria, para presidir um Parlamento plural, com 513 vozes e opiniões. Mas sabe o que aprovou nesta mudança do Regimento? Que V.Exa., quando quiser, pode manter uma sessão aberta por 24 horas, até que a sua opinião, por exemplo, seja atendida.

Por isso, havia no Regimento... E digo ao Deputado Marcelo, a quem respeito, assim como respeito V.Exa.: não era sem motivo que havia um momento para terminar uma sessão. O motivo é porque não se pode impor a vontade de uma maioria numa sessão contínua, interminável, em que, enquanto eu não consigo aprovar o que quero enquanto maioria, a sessão não termina. Isso é gravíssimo.

E as pessoas estão lendo tudo isso.

Quando eu leio uma pesquisa como a do dia de hoje, que mostra que essa proposta representada pelo bolsonarismo está cada vez mais isolada na sociedade brasileira, eu percebo que as pessoas estão acordando para o problema que nós estamos vivendo. As pessoas estão percebendo que há uma escalada autoritária conduzida por Bolsonaro. Alguns acompanharão essa escalada; outros não a acompanharão. Agora, uma coisa eu posso dizer com muita segurança: a força da democracia é maior do que a tentativa de se impor uma suposta maioria temporária. Eu já vi outros líderes que estiveram muito arrogantes, achando que eram os donos da maioria,

achando que imporiam a sua visão de mundo para a maioria da sociedade brasileira.

No entanto, quero dizer ao Presidente Bolsonaro que o Brasil não está parado. O Brasil sabe reagir. E questões como a desta legislação que nós estamos debatendo agora, que altera negativa e profundamente a legislação do licenciamento ambiental no País, que coloca o Brasil na estrada do atraso do ponto de vista ambiental, poderão ser revertidas. Aliás, eu acho inclusive que o Senado Federal não aprovará esse projeto de lei.

Eu lembro que poucas semanas atrás, Deputada Alice Portugal, aqui na Câmara Federal se dizia que a solução para vacinar o Brasil era a liberação para que as empresas comprassem vacinas. E a arrogância daqueles que queriam aprovar aquela lei, Deputado Coronel Tadeu, Deputado General Peternelli, era ampla, geral e irrestrita. As vozes do atraso vinham daqueles que diziam, como eu e outros, que a vacinação devia ser pública, devia ser única, devia ser universal, devia ser republicana, que não podia ter o poder econômico comandando quem tem ou quem não tem vacina.

Agora, eu pergunto: por que esse projeto não foi adiante lá no Senado Federal? Por que está engavetado? Porque o Senado teve mais temperança do que a Câmara Federal. A Câmara cometeu um erro grave, e o Senado o está corrigindo.

Eu espero que na questão ambiental o mesmo filme se repita, e o Senado segure esse absurdo que estamos votando aqui.

---

Documento 230/438

---

49.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD 16:04
Publ.: DCD - 13/05/2021 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Resolução nº 84, de 2019, sobre a alteração dos arts. 41, 65, 66, 67, 70, 85, 89, 117, 122, 155, 157, 161, 162, 163, 175, 177, 178, 185, 186, 191, 192 e 193 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, para reordenação do uso da palavra em sessão, disposição sobre o tempo de duração das sessões e outras providências.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) -**

V.Exa. poderia restituir o meu tempo, por gentileza, Presidente?

Senhoras e senhores, a nossa assessoria fez o trabalho de ler todos os projetos apresentados na época do regime militar, inclusive aqueles que diziam respeito ao Regimento, à regulamentação das nossas sessões. Nesses documentos não foi encontrado absolutamente nada parecido com o autoritarismo e com o cerceamento à capacidade de atuação dos Parlamentares, como está se expressando neste projeto que está sendo votado no dia de hoje.

Nós, através da votação desse projeto, acabamos endossando uma postura que é muito perceptível e é marca característica do Governo Bolsonaro, que é o autoritarismo, a não permissão das vozes divergentes. É absolutamente lamentável que isso seja feito por pessoas que se dizem democratas, pessoas que se dizem contrárias ao jeito autoritário do Governo Bolsonaro e querem, através desse projeto, calar a voz da Oposição.

Quero lhes dizer que, ainda que estejam avançando com esse projeto, não é nenhum tipo de autoritarismo que vai fazer calarem as vozes divergentes. É evidente que a nossa capacidade de disputa política no plenário se reduz muito. É muito grave que percamos a capacidade de apresentar requerimentos de obstrução, que se perca tempo nas nossas orientações, que se perca inclusive a possibilidade de apresentar emendas aglutinativas para contribuir com o conteúdo das matérias. Mas as nossas formas de luta, de combate e de denúncia contra este Governo genocida e a cumplicidade que muitos Parlamentares e bancadas têm nesta Câmara vão seguir. Não será nenhum projeto autoritário que vai calar as vozes divergentes, ainda que este projeto de hoje seja uma grande vergonha.

Não é possível que, em plena pandemia da COVID-19, com mais de 420 mil brasileiros e brasileiras sendo assassinados pelo Governo Bolsonaro, porque hoje a CPI da COVID-19 comprovou que o Governo se recusou, mais de uma vez, a comprar vacinas que poderiam garantir a imunização do povo brasileiro, a Oposição não possa cumprir com o seu papel de denunciar os desmandos do Governo Bolsonaro, exigir auxílio emergencial, emprego e renda, exigir vacinas, exigir medidas sanitárias.

O que está sendo feito no dia de hoje não é para melhorar o processo legislativo, como o Deputado disse da tribuna: é para tentar calar a voz daqueles que denunciam legitimamente os desmandos do Governo Bolsonaro. Isso é uma grande vergonha!

Mas eu já disse e repito: nós não vamos parar de fazer a denúncia política deste Governo Bolsonaro. E a história vai cobrar a sua conta do

Bolsonaro e dos cúmplices dele.

---

Documento 231/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD 10:28
Publ.: DCD - 14/05/2021 - PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia da Abolição da Escravatura. Protesto contra a presença do Presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, no Estado de Alagoas para inauguração de obras.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é 13 de maio, uma data que tem uma simbologia pouco institucional, mas muito importante. O movimento negro considera o dia 20 de novembro...

Aqui em Alagoas, nós estamos recebendo o genocida Bolsonaro. O nosso aeroporto tem o nome de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela resistência. E quem chega agora a Alagoas? Dois feitores: o genocida Bolsonaro e o Presidente da Câmara, Arthur Lira, os feitores que destroem os direitos e o serviço público, os feitores que fazem a reforma da Previdência e as privatizações, os feitores que aprovam uma matéria simbólica como esta, liberando o licenciamento ambiental para passarem a boiada, os feitores que mudam o Regimento para esmagar as minorias.

O Presidente genocida veio inaugurar três obras, obras feitas pelo Presidente Lula, pela Presidente Dilma e pelo Michel Temer. Ou seja, o Presidente é um engenheiro de obra pronta.

Por isso, a resistência dos movimentos sociais começou, hoje pela manhã, no aeroporto, colocando claramente a palavra de ordem: Bolsonaro é genocida! Não é bem-vindo à terra de Zumbi e Dandara, que são a marca da luta!

Nós protestamos contra dois feitores da história: Bolsonaro e o Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 232/438

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 10:32  
Publ.: DCD - 14/05/2021 - JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de liberação de eventos de pequeno porte na Capital do País.

---

**O SR. JULIO CESAR RIBEIRO** (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta semana, o nosso Governador de Brasília, Ibaneis Rocha, sinalizou a possibilidade de retomada das atividades do setor de eventos.

Diante dessa possibilidade, eu gostaria de pedir ao Governador Ibaneis que também dê uma atenção especial à liberação dos eventos de pequeno porte, como, por exemplo, aniversários e festas de casamento. Tenho recebido várias demandas das empresas que atuam nesse segmento - seus empresários estão pedindo socorro.

Nós não podemos fechar os olhos para quem mantém pequenos negócios para o seu próprio sustento. Não podemos deixar de reconhecer todo o trabalho que vem sendo feito pelo nosso Governador, mas é importantíssimo que ele tenha a sensibilidade de liberar os eventos de pequeno porte aqui em Brasília.

---

Documento 233/438

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 11:36  
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem póstuma ao presidente do Alecrim Futebol Clube, Ubirajara de Holanda.

---

**A SRA. NATÁLIA BONAVIDES** (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente, é um dia muito triste para o povo potiguar.

Faleceu ontem de COVID o Presidente do Alecrim Futebol Clube, o meu amado e querido amigo Ubirajara de Holanda.

Conheci o Sr. Bira quando o seu filho faleceu num trágico acidente aos 25 anos, o Birinha, que foi meu companheiro no Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti. E o Sr. Bira, naquele momento, acolheu-nos, consolou-nos, disse que tinha ganhado vários filhos, que éramos nós, os amigos do Birinha.

O Sr. Bira foi um defensor da democracia, um defensor dos direitos do povo brasileiro e dedicou-se incansavelmente ao Alecrim Futebol Clube.

E a dor de perdê-lo, Presidente, é ainda maior, porque nós sabemos que não era para ser assim se tivéssemos um Governo que respeitasse o povo brasileiro no combate à pandemia.

Eu deixo meu abraço apertado à Dona Terezinha, à Dani, ao Daniel, aos amigos, aos familiares e a toda a torcida do Alecrim Futebol Clube.

Ubirajara de Holanda presente!

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 234/438

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 12:48

Publ.: DCD - 14/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia da Abolição da Escravatura. Defesa da derrubada de vetos presidenciais apostos ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc), para extensão da prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Liderança da Minoria não pode, de forma alguma, nesta data, 13 de maio, furtar-se a falar sobre este tema.

Eu pedi este tempo, como Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro - sei que todos os Parlamentares dos partidos da Minoria vão

compreender e fortalecer esta posição -, porque aqui, no Estado do Rio de Janeiro, o morticínio do povo negro é muito elevado. Sei que isso ocorre no restante do Brasil também, mas aqui, no Rio de Janeiro, mulheres negras perdem aos milhares os seus filhos nas comunidades e periferias do Estado.

Esta frase, Sr. Presidente, foi muito popularizada por canção gravada por Elza Soares: "*A carne mais barata do mercado é a carne negra*". Ela diz:

(...)

*A carne mais barata do mercado é a carne negra*

(...)

*Que vai de graça pro presídio*

*E para debaixo do plástico*

*E vai de graça pro subemprego*

*E pros hospitais psiquiátricos*

(...)

*A carne mais barata do mercado é a carne negra*

*Que fez e faz história*

*Segurando esse país no braço, meu irmão*

*O cabra que não se sente revoltado*

*Porque o revólver já está engatilhado*

*E o vingador eleito*

*Mas muito bem intencionado*

*E esse país vai deixando todo mundo preto*

*E o cabelo esticado*

*Mas mesmo assim ainda guarda o direito*

*De algum antepassado da cor*

*Brigar sutilmente por respeito*

*Brigar bravamente por respeito*

*Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)*

*De algum antepassado da cor*

*Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar.*

(...)

Essa canção popularizou aquela frase porque a arte expressa o que a vida real nos diz. Eu ouvi há pouco o depoimento do Deputado Orlando Silva, ouvi mais cedo o da Deputada Benedita da Silva e ouvi agora o canto nagô que o Deputado Bira expressou. Século XVII: Zumbi dos Palmares e Dandara. Século XIX: Revolta dos Malês e toda a luta abolicionista que envolveu religiosos, até monarquistas, parlamentares, como Joaquim Nabuco, mulheres, como Chiquinha Gonzaga, e tantas outras lideranças políticas, ativistas.

De fato, o Treze de Maio não caiu do céu, mas ele não significou a libertação real do povo negro, porque o povo liberto, 700 mil escravos, configurou-se num imenso contingente de órfãos, de despossuídos, de completos marginais em relação a qualquer proteção, a qualquer posse, a qualquer política pública que os possibilitassem ser cidadãos com igualdade de direitos, ser cidadãos e cidadãs. Até hoje o racismo estrutural, que provém dessa composição e dessa formação do Brasil, é sentido em toda e qualquer dimensão da sociedade brasileira, em qualquer estatística, em qualquer dado, em qualquer levantamento que se faça. Considere-se a precarização relativa ao trabalho, à saúde, aos salários, que atinge particularmente a mulher negra. Vejam quem preenche as estatísticas da extrema pobreza, da pobreza, da diferença salarial. Vejam quem está no Parlamento, no comando das empresas, nos bancos escolares, na saúde. Vejam quem são as grávidas e puérperas que mais morrem nesta pandemia.

Nós somos campeões em um campeonato que, infelizmente, nos envergonha no mundo inteiro. O Brasil é campeão mundial no que se refere a morte de grávidas e puérperas durante a pandemia de COVID. Nesse contingente, quem são majoritárias? As mulheres negras. Em todo e qualquer dado, há recortes de classe, de gênero e de raça. Não adianta querer fugir desse dado. Isso é racismo estrutural. Você, quando chegar a determinado local, olhe ao redor. Se ali não estiver ninguém diferente de você, por favor, preste atenção, observe o que está acontecendo e comece a tomar medidas para mudar esse ambiente.

O Treze de Maio precisa levantar as nossas vozes, os nossos comportamentos, fazer com que seja observada a nossa pauta. Isso não é tentativa de vitimização, é o real. Isso é estrutural na formação da civilização brasileira.

Por isso, o Treze de Maio, de fato, não é um momento de celebração, é um momento de luta contra o genocídio do povo negro, é um momento de luta contra essa discriminação estrutural, é um momento de luta, de busca de superação da desigualdade. O Rio de Janeiro sofre muito, como sofre o Brasil inteiro.

Quero dizer que é exatamente nesse debate que precisamos entrar, porque dizer que todos aqueles que morrem nas comunidades e nas periferias são bandidos é inaceitável. Nós precisamos compreender que política de segurança envolve política de prevenção do crime, de prevenção do delito, de mais educação, de mais cultura, de mais informação, de mais oportunidade.

É muito fácil dizer que um menino de 16 anos executado no Jacarezinho era um bandido e que seria preciso matar mais, como ouvi ontem na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa. Este Parlamento não pode ser isso. Quando esta Casa não consegue sequer enfrentar de forma concreta determinados debates, faz a negação da história construída neste País, a negação de como se formou a civilização brasileira, a negação do que significou a escravidão neste País e do racismo que permeia todas as políticas brasileiras até aqui.

Por isso, neste Treze de Maio, é importante que se reflita. De fato, não é uma data, como o Oito de Março não é a data para se enfrentar o problema da discriminação contra a mulher, como o Primeiro de Maio não é a única data para se discutir a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. Mas é importante que esta data nos faça refletir.

Hoje haverá manifestação no País inteiro, com todos os protocolos, com todos os cuidados e com toda a solidariedade. No Rio de Janeiro, partirá da Candelária. Em todas as cidades haverá manifestações. Aqui no Rio, a puxada é contra o genocídio do povo negro, principalmente pelo que ocorreu no Jacarezinho na semana passada e pelo que acontece todos os dias nas favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Quero agora dizer que ontem tivemos um momento de celebração. O Tribunal de Contas da União decidiu que os recursos referentes à Lei Aldir Blanc podem ser utilizados pelos Estados e Municípios. A decisão foi taxativa, baseada em lei complementar, na Lei de Responsabilidade Fiscal. Decidiu-se que os recursos relativos à Lei Aldir Blanc podem ser

utilizados.

Pasmem, o Governo Federal vetou artigos fundamentais, contrapondo-se a lei complementar, contrapondo-se ao Tribunal de Contas da União. Vetou o que o Congresso Nacional, por unanimidade, decidiu quanto ao uso dos recursos. Trata-se do PL 795/21. O Congresso está sendo chamado a cumprir o que decidiu, derrubando os vetos do Governo e cumprindo também a decisão do Tribunal de Contas da União. O Congresso precisa derrubar os vetos do Governo Bolsonaro, que se posicionou contra a cultura.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 235/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	13:00
Publ.: DCD - 14/05/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia da Vitória, em comemoração à derrocada nazista na Europa. Enaltecimento da participação da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial. Transcurso do Dia de Nossa Senhora de Fátima e do Dia da Redentora. Regozijo do orador com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Elogio à atuação do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Visita do Presidente Bolsonaro ao Estado de Alagoas. Contestação dos dados apresentados pelo Instituto Datafolha sobre a popularidade do Presidente da República. Defesa da eficácia do tratamento preventivo contra a Covid-19.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (Bloco/PSL - RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste tempo de Liderança que me foi concedido, eu gostaria de me expressar em relação ao dia 8 de maio. Nós militares carregamos com muito orgulho as tradições da Força Expedicionária Brasileira. No último 8 de maio, houve mais uma celebração do Dia da Vitória, dia em que o mundo comemorou o fim do maior conflito armado da história. É o dia em que mundo livre celebra a rendição incondicional das forças do Eixo, assinalando o fim de um dos mais sangrentos conflitos pelo qual passou a humanidade.



Não podemos deixar de reverenciar essa histórica data, quando o mundo, parecendo sofrer de uma amnésia coletiva e seletiva no que diz respeito a acontecimentos tão importantes da nossa história, ignora a necessidade de combater toda e qualquer manifestação de intolerância, como o neonazismo, o fascismo, o terrorismo fundamentalista e falácias como a negação do Holocausto.

Transcorridos 76 anos da vitória, não há como não lembrar os bravos soldados brasileiros, os verdadeiros antifascistas, aqueles que vêm *"do morro, do Engenho, das selvas, dos cafezais, (...) das praias sedosas, das montanhas alterosas, do pampa, do seringal"*, tão carinhosamente chamados de pracinhas. Com coragem e bravura, atendendo ao chamamento da Pátria e da humanidade, honraram os compromissos em defesa da liberdade. Foram 25.334 militares, homens e mulheres, que, em duras e violentas refregas, irmanados aos valentes e audazes pilotos da nossa Força Aérea e aos aguerridos herdeiros das tradições de luta de Tamandaré, trocaram os verdes mares bravios da terra natal, deixando para trás os braços mornos de Moemas, os lábios de mel de Iracemas, a casa branca da serra, o luar do Sertão, pela claridade e o estrondo da artilharia inimiga. Nos momentos mais delicados, cantarolavam, em verdadeira oração: *"Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra sem que volte para lá"*. Esses são os verdadeiros heróis que combateram e conquistaram montes que ainda azulavam no horizonte. Trocaram a casa pequenina lá no alto da colina pelas gélidas e mortais montanhas da Itália, onde não se ouvia o canto do sabiá, mas, sim, o som das poderosas metralhadoras inimigas.

Nossa Força Expedicionária fez a cobra fumar. Fez também o mundo conhecer uma brasilidade até então desconhecida, mostrando que, na nossa bandeira, temos o verde mais belo, o mais dourado amarelo, o azul mais cheio de luz, cheio de estrelas prateadas que se ajoelham deslumbradas fazendo o sinal da cruz.

Tinha-se nessa flâmula um sinal de respeito à humanidade, principalmente para com o inimigo derrotado, que procurava nossas cores quando queria se render. Isso é história. O próprio povo italiano reconheceu a sua figura como libertadora, sendo um legado dos pracinhas para todos os brasileiros e para o mundo, resultando em traços que foram muito além da nossa vitória final, antes vista tão somente pela mira do fuzil, reverberando as asas de um ideal e a glória de um Brasil.

O Dia da Vitória é o coroamento de todo o esforço de guerra realizado pelo Brasil entre 1941 e 1945, dignificando o nosso povo, fazendo-nos visíveis à comunidade internacional, dando-nos orgulho, segurança e nos tornando exemplos para o mundo. Esse dia especial merece ser lembrado, sim, estudado, discutido e cultuado por todos, não somente

pelos militares nos quartéis. Deve ser motivo de lembrança para todos os cidadãos, nas ruas, nas praças, nos eventos cívicos, nas escolas, nas representações diplomáticas, em todos os lugares onde houver um brasileiro.

Abro um parêntese para dizer que até hoje, nos campos da Itália, a comunidade italiana reverencia, sim, a Força Expedicionária Brasileira e a bravura dos nossos soldados. Nós temos que fazer o mesmo aqui também. Um povo com história é um povo forte que nunca será dominado.

A nossa continência a todos os Pracinhas, em especial àqueles 471 que não tiveram a oportunidade de voltar para cá! Que cobras não precisem mais fumar, que não precisemos mais de outros pracinhas, que o Senhor dos Exércitos permita que o Estado brasileiro não precise nunca mais mandar um filho seu à luta, mesmo tendo a certeza de que este dela não fugirá, para garantir a liberdade da terra querida da Senhora Aparecida e do Senhor do Bonfim! Lembre-se mais uma vez: *"Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra sem que volte para lá"*.

Prossigo o meu pronunciamento, nobres colegas Deputados e pessoas que nos assistem pela *TV Câmara*, para dizer que o dia de hoje, 13 de maio, também é o Dia de Nossa Senhora de Fátima. É um dia em que nós católicos reverenciamos o milagre de Fátima. Tivemos a oportunidade de estar presentes naquele local e conhecer a fundo como os portugueses e o mundo todo reverenciam também esse acontecimento e essa imagem.

Gostaria de deixar registrada a nossa solidariedade também pelo Dia da Redentora, o dia 13 de maio, como já foi dito aqui por outros colegas Deputados que nos antecederam.

Para finalizar este pronunciamento, gostaria de dizer, Deputado Neri Geller, que esse projeto de lei que V.Exa. tão bem apresentou aqui tem um exemplo muito claro que precisa ser citado. Como V.Exa. mesmo disse, o Ministro Tarcísio é uma das pessoas que mais tem atuado e executado obras, inclusive obras que estavam inacabadas. O Ministro Tarcísio colocou isto entre suas prioridades: *"Vamos concluir as obras que estavam em andamento"*.

Uma das obras é exatamente a de duplicação do trecho entre Natal e Fortaleza. Na verdade, antes de se chegar a Fortaleza, de Aracati até Fortaleza, vê-se que há um trecho que já está duplicado, no Estado do Ceará. Mas, no Rio Grande do Norte, na saída de Natal, está sendo duplicado um trecho de apenas 18 quilômetros. Mais 300 quilômetros precisam ser duplicados. E a faixa de domínio está lá para ser utilizada.



Se fôssemos precisar de uma autorização, de um licenciamento ambiental, que sabemos ser muito demorado, custoso e complicado, de maneira nenhuma conseguiríamos oferecer segurança aos que ali trafegam.

Muito obrigado por termos vencido essa votação aqui, democraticamente. Lamento que aqueles não tenham enxergado essa possibilidade. A faixa de domínio é para ser utilizada exatamente em benefício dos que circulam ali. Nós não podemos ser alienados, não enxergar isso.

Acredito que é exatamente dentro do espírito democrático que nos levou a vir para cá e nos leva a nos manter aqui que precisamos entender que o País não pode parar. Talvez aqueles que querem que o Brasil pare estejam no país errado. Vão para a Venezuela, que está numa situação cada vez mais complicada, ou para outra localidade em que haja essa situação. No Brasil, não!

Sr. Presidente, colegas Deputados, espero que possamos estar a cada dia mais abertos a discussões, a argumentações.

Para concluir, gostaria de destacar, Deputado Sanderson, que hoje o Presidente Bolsonaro - sabemos que este instituto de pesquisa, o Datafolha, é altamente manipulador - foi ovacionado lá em Alagoas. Ele foi recebido de um jeito maravilhoso pela população, de um jeito carinhoso. Vocês do Datafolha serão cobrados, sim, à luz da Justiça, para que sejam corretos, justos. Compromisso com a verdade vocês não têm. Vocês vão ser cobrados em relação a isso. Compromisso com a verdade esses institutos de pesquisa não têm.

O Brasil não aceita mais mentiras. Chega! Já passamos por um período de mais de 30 anos de mentiras. Nós queremos verdades.

Que Deus nos proteja e que Nossa Senhora Aparecida também possa nos acolher, no sentido de mantermos nossa vontade de lutar contra esta pandemia tão maluca! Digo "maluca" porque não é possível que se continue negando que o vírus da COVID-19 pode ser combatido sim com medicação profilática, com medicação preventiva.

Nesta semana, na segunda-feira, o Presidente Bolsonaro recebeu uma comitiva de médicos de todo o País. Foram até ele para dizer que existe, sim, medicação preventiva e que essa história de que não há comprovação científica em relação a isso já está sendo derrubada por argumentações dos médicos que são racionais e que, conforme o juramento de Hipócrates, querem sim salvar vidas, porque essa é a missão deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 236/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	13:24
Publ.: DCD - 14/05/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia da Abolição da Escravatura. Crítica ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Protesto contra a tentativa de quebra de acordo durante a apreciação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Fala do executivo da empresa Pfizer, Carlos Murillo, sobre a negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Presidente, pela consideração e apreço.

Eu falava que esse 13 de maio seria muito bom se ele pudesse inspirar o Poder Legislativo em relação a uma semana tão dura que nós tivemos.

Esta matéria, o PL 3.729 - ontem foi votado o seu texto-base e hoje, os seus destaques -, retira do Estado brasileiro o acompanhamento das licenças ambientais diante de um País que está sem credibilidade no mundo todo, por conta da política equivocada e irresponsável em relação ao nosso meio ambiente, conduzida pelo Presidente Bolsonaro.

Ainda, Sr. Presidente, tem sido muito difícil a questão da PEC 32. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, quase que nós tivemos um atropelo daquilo que tinha sido pactuado com a nossa Presidente Bia Kicis. (*Falha na transmissão*) daquilo que nós conquistamos, Sr. Presidente, antes e durante a Constituição de 1988.

A questão, Sr. Presidente, foi a tentativa de intimidação em relação ao Supremo Tribunal Federal, o nosso guardião da Constituição, da nossa Carta Mãe. Nós vencemos essa questão na Comissão de Constituição e Justiça por um voto. Imagine limitarmos o guardião da nossa

Constituição! Tudo isso durante esta semana.

A mudança no Regimento veio para impedir, para limitar o bom debate no Parlamento, na Casa do Povo, na Casa da Democracia. Ninguém nunca ouviu falar nisso, Sr. Presidente.

E ontem, nós escutamos, nós acompanhamos, o Brasil inteiro acompanhou, a fala do executivo da Pfizer, o Sr. Carlos Murillo, que falou que, no ano de 2020, durante todo o mês de agosto, a empresa insistiu com o Presidente Bolsonaro para que o Poder Executivo adquirisse 100 milhões de doses de vacina. Sabe, Sr. Presidente, *(falha na transmissão)* que o Sr. Carlos Murillo, que a Pfizer encaminhou ao Presidente da República.

E foi mais duro ainda, Sr. Presidente, quando nós tomamos conhecimento de que 700 mil pessoas poderiam ter sido vacinadas com a vacina da Pfizer no mês de dezembro. Quantas dessas pessoas, caso estivessem vacinadas, teriam sobrevivido a esse terrível mal, a essa terrível pandemia, que já ceifou mais de 420 mil vidas somente aqui no Brasil? É de uma irresponsabilidade, e nós não temos nem como quantificar isso, Sr. Presidente.

E pior do que isso: a negação à ciência. Nós assistimos a algumas falas de Deputados apaixonados pelo Presidente Bolsonaro, agora mesmo, agora de manhã. *(Falha na transmissão) ...que têm mostrado como tem sido difícil, Sr. Presidente, e como tem sido irresponsável o Governo do Presidente Bolsonaro com relação à pandemia.*

Se estivéssemos em outro País, Sr. Presidente, Bolsonaro não estaria mais sentado na cadeira de Presidente da República. Só lamento uma coisa: o Parlamento não está fazendo o dever de casa, o Parlamento está deixando a desejar, e muito, Sr. Presidente.

Não apenas estamos deixando de defender, de cuidar deste mal terrível, que é a pandemia da COVID-19, mas estamos voltando no tempo, estamos desmontando tantas conquistas que foram celebradas com muita luta, com muita determinação, ao longo de tantos anos.

Por isso, gostaria muito que este 13 de maio pudesse servir de inspiração aos 513 Deputados do Parlamento, para que possamos rever, na reunião do Colegiado de Líderes, o nosso comportamento, a condução dos trabalhos no Plenário Ulysses Guimarães, a partir das próximas votações, Sr. Presidente, na semana que vem. Não dá para continuar como estamos, retrocedendo e em um caminho muito ruim para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 13/05/2021- 13:36
Publ.: DCD - 14/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 59, apresentada ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Fala do executivo da empresa Pfizer, Carlos Murillo, sobre a negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19. Defesa do impeachment do Presidente da República.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota "sim".

Houve outro retrocesso de um Regimento, que piorou, restringiu a democracia, restringiu o direito de fala.

Aproveito este minuto para reafirmar aqui aquilo que já sabíamos, mas que o CEO da Pfizer na América Latina, o Sr. Carlos Murillo, confirmou hoje na CPI: mais um dos crimes de responsabilidade de Bolsonaro.

A partir de agosto do ano passado, ele negou três ofertas consecutivas de negociação da Pfizer. Só em março deste ano o Governo brasileiro passou a adquirir vacinas da Pfizer, Deputado Enrico.

Milhões de brasileiros não foram vacinados por causa do crime de responsabilidade de Bolsonaro, que orientou o Governo a não buscar vacinas, a não comprar vacinas.

Eu espero que o Presidente Arthur Lira acolha um dos pedidos de *impeachment* que estão na Casa para que nós...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 13:40

Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS                      DOS ORDEM DO DIA                      PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 59, apresentada ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Resposta ao pronunciamento do Deputado Henrique Fontana sobre declaração de representante da empresa Pfizer, Carlos Murillo, acerca da negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD orienta "não", Presidente.

Eu quero aproveitar este tempo para responder ao Líder do PT, o Deputado Henrique Fontana. Eu assisti ao depoimento do representante da Pfizer e entendi algo totalmente diferente do que eles entenderam.

A Pfizer disse o seguinte: "*Olha, nós fizemos uma proposta para o Governo de que, até o final de 2020, nós entregaríamos 500 mil doses; no primeiro trimestre de 2021, entregaríamos 1,5 milhão de doses; no segundo trimestre, entregaríamos 13 milhões de doses; no terceiro trimestre, entregaríamos 30 milhões de doses*" - desde que a ANVISA aprovasse a vacina.

Então, é falsa a narrativa! É mentirosa a narrativa da Oposição de que o Governo não quis comprar as vacinas da Pfizer, tanto que o Governo comprou as vacinas, a partir do momento que a ANVISA deu autorização.

Antes de a ANVISA dar autorização, Sr. Presidente, o Governo não poderia comprar essa vacina. A ANVISA só autorizou a compra da vacina da Pfizer em fevereiro. E, a partir do momento em que a ANVISA deu autorização, o Governo comprou 100 milhões de doses, Sr. Presidente.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA  
14/05/2021 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS      DOS ORDENS DO DIA      ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DE DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 21 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Expectativa de apuração de responsabilidade do Governo Federal no agravamento da crise de saúde resultante da pandemia de Covid-19 pela CPI da Pandemia do Senado Federal.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada pela compreensão. Obrigada, Deputado Rogério.

O destaque do PDT modifica o art. 21, que cria o Licenciamento por Adesão e Compromisso. Na prática, é uma forma de autoconcessão do licenciamento ambiental pelos empreendedores, por meio da mera declaração. Isso já foi muito batido no debate de ontem. Especialmente o Deputado Nilto Tatto trouxe, com detalhes, as agruras desse texto. O que esse texto significa para o licenciamento, para o *laissez-faire*? É a completa abertura, a completa desregulamentação. Esse texto infelizmente levará à disputa.

Então, este destaque do PDT pretende suprimir o artigo que permite o licenciamento simplificado mediante adesão e compromisso. Nós apoiamos o destaque e votamos "sim".

Mas quero aproveitar este tempo para dizer que estamos vivendo tempos sombrios no Brasil, tempos sombrios, tempos de negação. Nós entendemos que a CPI da COVID, no Senado, que investiga a completa falta de zelo com a vida dos mais de 430 mil brasileiros que se foram na pandemia, terá que chegar à conclusão de que houve leniência, houve dolo e, portanto, houve crime em relação ao trato da saúde no Brasil.

O representante da empresa Pfizer acaba de dizer, com todas as letras, que o Sr. Wajngarten, que ontem mentiu na CPI, estava com o filho do Presidente da República, hoje Senador também, na conversa com a empresa e que houve até negação da possibilidade da compra precoce. Quantos morreram? Quantos se foram?

O Brasil está olhando para essa CPI. Ontem, evidentemente, de olhos na CPI, deixou de ver o que está acontecendo aqui. Mas nós deixaremos claro que essa completa desregulamentação do licenciamento ambiental só levará o Brasil a ficar na contramão, e o agronegócio perderá. É isso que eu não entendo. Perderá diante das grandes potências que compram *commodities* do Brasil.

Por outro lado, a tentativa de nos silenciar é absolutamente absurda e não se sustentará, porque deixará os Deputados de castigo no período das votações. Quando o Governo quiser votar uma PEC, e vai querer esperar 1 hora para ter o número suficiente, nós vamos ficar de castigo, silenciados na votação?

Então, Sr. Presidente, é preciso ter bom senso, como V.Exa. tem. É preciso ter olhos de ver para a CPI. E nós vamos apoiar o destaque do PDT.

Muito obrigada.

---

Documento 240/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	14:04
Publ.: DCD - 14/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 21 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Pedido de explicações à Liderança do Governo a respeito do cancelamento, pelo Presidente da República, da compra de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - "Não" ao texto, Presidente, e "sim" à emenda.

Há pouco, um Líder bolsonarista tentou defender o indefensável. Ele tentou dar uma explicação sobre a questão da vacina da Pfizer.

Eu quero voltar à denúncia do que é real. As negociações com a Pfizer se iniciaram em maio de 2020. Até agosto de 2020, ocorreram duas ofertas, uma delas de 70 milhões de doses. Enquanto isso, o Presidente Bolsonaro preferia organizar *lives* para fazer propaganda de

cloroquina e não comprou a vacina da Pfizer. Já poderiam ter sido entregues pelo menos 20 milhões dessas doses e já poderiam estar aplicadas nos braços dos brasileiros.

O próximo Líder bolsonarista que falar poderia explicar por que o Presidente mandou cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac e por que não aderiu ao Covax Facility, trazendo mais vacinas para o Brasil.

Documento 241/438

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 13/05/2021-
	CD	14:16
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 21 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Contestação a afirmação da Oposição sobre não realização de compra de vacinas contra a Covid-19 em tempo hábil pelo Governo Federal.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria orienta "sim", porque entende a importância deste projeto.

Agora, rebatendo o que disse o representante da Oposição anteriormente sobre a vacina, eu vou insistir nesta tese, Sr. Presidente: as pessoas dizem que o Governo deveria ter comprado as 70 milhões de doses da vacina da Pfizer. Ele as comprou - comprou 100 milhões de doses, e não 70 milhões -, mas só depois que a ANVISA autorizou o uso dessa vacina.

*"Ah, o Governo deveria ter comprado. Poderiam ter chegado 500 mil doses até dezembro."* A Pfizer ofereceu 70 milhões de doses, mas só entregava 500 mil até dezembro. Não poderiam ter chegado 500 mil doses em dezembro porque a Pfizer só entrou com o processo de registro da vacina no Brasil no mês de fevereiro, e a ANVISA só a aprovou em fevereiro.

Então, é falsa essa narrativa! É mentirosa! Nós precisamos é de união e de autossuficiência na produção da vacina brasileira! E isso eu estou

fazendo aqui desde o início do meu mandato!

A Maioria encaminha "sim".

---

Documento 242/438

---

51.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 13/05/2021-14:20
Publ.: DCD 14/05/2021 -	- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Protestos populares contra o Presidente Jair Bolsonaro em visita ao Estado de Alagoas. Não aquisição de vacinas contra a Covid-19 em tempo hábil pelo Governo Federal.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -**  
Estou aqui, Sr. Presidente.

Quero falar a favor do destaque apresentado pelo PDT, porque ele é importante para diminuir os danos que temos neste projeto, caso ele seja aprovado no Senado - esperamos que não. E depois ele ainda tem que passar pelo STF. Com certeza, há muita inconstitucionalidade nele.

É claro que, se ele fosse aprovado, teríamos essa tal Licença por Adesão e Compromisso, e estamos, neste destaque, mitigando danos e propondo pelo menos condições e critérios para esse absurdo dessa Licença por Adesão e Compromisso.

Eu fico imaginando esse tipo de licenciamento para as mineradoras; elas próprias se licenciando. Nós apresentamos uma emenda que diminui essa hipótese, mas esse tipo de licenciamento ainda permite diversos projetos das mineradoras. Imagine, Deputado Fontana, as mineradoras se autoliciando para fazer barragens em Minas - para matar mais pessoas. Isso seria uma irresponsabilidade completa. Por isso, o destaque do PDT é correto.

E como estão apavorados os bolsonaristas com a pesquisa do Datafolha! Pesquisa agora não vale nada? Basta saber o quadro do Brasil para ver o desespero do Presidente Jair Bolsonaro. Agora foi vaiado em Alagoas, e eles querem dizer que foi aplaudido. Foi recebido com muitos protestos o tal Presidente Jair Bolsonaro, que levou o Presidente da Câmara dos Deputados a tiracolo para ver, quem sabe, se ganhava menos apupos.

Eu sei que o pavor dos bolsonaristas é grande, e não é à toa. Foram recusadas 18 milhões de doses de vacina. Eles recusaram mesmo, e com a presença do filho do Presidente, o Carluxo, na reunião que tratou do assunto. O que o Carluxo estava fazendo lá? O desespero do irmãozinho Flávio, o Senador da rachadinha, de fato, nós entendemos. O seu irmãozinho Carluxo terá que ir à CPI agora explicar por que estava na reunião com a Pfizer. Por que ele estava lá? Fazendo o quê? Para negar a compra das vacinas?

Eu também fico sem entender por que Deputado bolsonarista agora defende a vacina. Cadê o Deputado cloroquina, aquele que ia aí todo dia pedir ao povo para tomar cloroquina? Agora eles estão com medo de receitar esse charlatanismo e ser responsabilizados também pelo genocídio.

A CPI agora vai ouvir o Carluxo, e quero estar lá para ver o que ele vai dizer.

Fora, Bolsonaro! Essas são as únicas palavras de ordem de que o Brasil precisa.

Obrigado.

---

Documento 243/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD 14:32	
Publ.: DCD - 14/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Cancelamento da compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac pelo Presidente Jair Bolsonaro. Atraso do País no processo de vacinação da

população contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o nosso voto é "sim" à emenda, "não" ao texto.

E eu quero falar de novo sobre vacinação.

Não compramos a vacina da Pfizer. Bolsonaro cancelou a compra de 46 milhões de doses da Coronavac. Bolsonaro comprou o mínimo de doses do COVAX Facility, perdendo mais 100 milhões de doses ali.

Qual é o balanço hoje, Deputado Rogério Correia? O Brasil é o 58º país do mundo mais atrasado na vacinação. De uma meta de 322 milhões de doses, para vacinar 161 milhões de brasileiros maiores de 18 anos, Deputada Perpétua, o Brasil aplicou apenas 55.856.000 mil doses. E a média diária que vem aplicando é de apenas 774.549 doses. Sabe quanto tempo vai demorar para imunizar a população brasileira nesse estilo Bolsonaro? Trezentos e quarenta e três dias. É um absurdo a situação brasileira!

---

Documento 244/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	14:36
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Contestação a pronunciamento de Deputado sobre atraso da vacinação no País.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD encaminha "não", Sr. Presidente.

Vou debater aqui sobre o que o Deputado da Oposição disse em relação à vacinação.

O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacina. Gostaríamos de ser o primeiro, mas nós não fabricamos a nossa própria vacina. Gostaríamos de ter vacinado toda a população, mas está faltando

vacina no mundo.

Não é à toa que nós já vacinamos mais do que a Alemanha, do que a Inglaterra, do que a Itália, do que a Espanha. Alguns podem dizer: "*Mas a população da Alemanha é só de 80 milhões, Deputado*". E daí? Era para a Alemanha ter vacinado 80 milhões muito mais facilmente do que nós, que já vacinamos muitas pessoas - praticamente 75 milhões de doses foram distribuídas no Brasil.

A Alemanha tem dinheiro. A Alemanha tem um território pequeno, como a Itália, como a Inglaterra, e nós já vacinamos mais do que esses países - vacinamos mais, inclusive, do que a Inglaterra, que tem dois fabricantes de vacinas internacionais.

Queremos vacinar toda a população brasileira e vamos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 245/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	14:36
Publ.: DCD - 14/05/2021 - AROLDO MARTINS-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa dos procedimentos do Governo Federal em relação à vacinação da população contra a Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988.

---

**O SR. AROLDO MARTINS** (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, em relação à vacinação contra a COVID e ao procedimento dos Governos quanto a essa pandemia, não há nenhum país que seja mestre. Por quê? Responda a minha pergunta: qual foi o país que já passou antes por uma pandemia causada por um vírus chamado COVID? Nunca houve isso na história da humanidade!

O que se vê hoje é uma politização do assunto, e isso tem sido utilizado para bombardear e crivar o Governo do Presidente Bolsonaro de críticas simplesmente pelo fato de que o ano que vem é ano de eleição. Então, espero que as pessoas que nos acompanham saibam ver a diferença.

O Republicanos orienta "não", Sr. Presidente.

---

Documento 246/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD 14:40	
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Colocação do País na quarta posição mundial em relação ao número de pessoas vacinadas contra a Covid-19.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria vai encaminhar "não".

E, antes que o Deputado Henrique Fontana fale - e ele vai falar sobre vacina, porque ele fala em todas as oportunidades que tem -, eu quero dizer que, hoje, o vacinômetro brasileiro registra a distribuição de mais de 76 milhões de doses de vacina.

O executivo da Pfizer falou hoje, no depoimento - aliás, eu quero parabenizá-lo, porque ele falou a verdade -, que há o compromisso de entregar ao Brasil, até o final do ano, 80 milhões de doses de vacina, Sr. Presidente. Com as demais vacinas que já estão compradas pelo Governo, eu acredito - e estou torcendo - que nós possamos chegar ao final do ano com toda a população brasileira vacinada, principalmente a população que necessita de vacinas, segundo os estudos científicos. E nós acreditamos na ciência, Sr. Presidente.

O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacina.

---

Documento 247/438

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 14:40  
Publ.: DCD - 14/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### ***Sumário***

Colocação do País na 58ª posição mundial em relação ao número de pessoas vacinadas contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em homenagem à tentativa do bolsonarismo de criar *fake news*, eu vou ler aqui o *ranking* da CNN: "*Brasil está em 58º no ranking global*".

Ao meu colega Deputado Aroldo Martins, eu digo o seguinte: Israel, Chile, Estados Unidos, Reino Unido, Hungria, Uruguai, Canadá, Espanha, Dinamarca, Alemanha, Itália, França, todos esses países têm um percentual de população vacinada maior do que o Brasil.

Infelizmente, para todos nós brasileiros, que somos governados por um governante e um Governo negacionista, faltam vacinas. Em sendo aplicadas 770 mil doses por dia, isso significa que o Brasil vai demorar 340 dias para imunizar a sua população. Isso é muito ruim para o País.

---

Documento 248/438

---

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 14:56  
Publ.: DCD - 14/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 87, apresentada ao Projeto de Lei 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Responsabilização do governo do Presidente Jair Bolsonaro pela crise sanitária resultante da negligência no combate à pandemia do Coronavírus.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vai votar "sim", logicamente, ao nosso destaque.

Em primeiro lugar, o próprio Relator falou que quer ouvir as entidades intervenientes, mas não quer dar poder para elas, porque não é vinculante.

Em segundo lugar, o STF vai resolver claramente essa questão das terras homologadas ou tituladas, homologadas para os indígenas e tituladas para os quilombolas. Então, o texto é ilegal, inclusive. Eu peço aos colegas que votem a favor do destaque do PSOL, porque ele é muito importante.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar este minuto, este tempo que tenho, para falar o seguinte: como é que pode alguém, algum bolsonarista vir aqui dizer que o Bolsonaro defende vacina? Ele falou que quem toma vacina vira jacaré, ele negou a vacinação, ele não quer se vacinar, ele é a favor da imunidade de rebanho, ele quer matar milhões de pessoas. Ele é insano, é um psicopata. Ele não comprou a vacina da Pfizer. Eram 70 milhões de doses, que 39 países compraram antes. Não mintam para a população! O Pazuello devolveu os 46 milhões de doses da Coronavac. Isso é tudo mentira. Nós temos um psicopata no poder. A CPI vai levar Carluxo, o homem da rachadinha também, para depor e todos os demais, porque eles querem a contaminação do povo brasileiro.

Finalmente, Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão com V.Exa. A melhor coisa no encaminhamento que os partidos fazem é ouvir todo mundo, porque o fato principal não é a obstrução ou não, o fato é o convencimento. Temos que tentar convencer o outro, seja da Situação, seja da Oposição. Por isso, antes de abrir a votação, todos precisam ser ouvidos. Essa é a regra...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 249/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	15:04
Publ.: DCD - 14/05/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 87 apresentada ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro na vacinação contra Covid-19 da população brasileira. Descaso da Organização Mundial da Saúde - OMS com a reserva de mercado de vacinas contra a doença praticada por países. Crítica à Esquerda pelo apoio à pré-candidatura às eleições presidenciais de 2022 do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL orienta "não", Sr. Presidente.

Para ocupar o meu tempo, a esses Deputados de esquerda que criticam o Governo do Presidente Bolsonaro em relação às vacinas eu quero dizer que o Presidente Bolsonaro faz o possível para vacinar toda a população brasileira.

Eu já falei e repito - e eles sabem disso - que 70% das vacinas do mundo estão na mão somente de 10 países, que estão fazendo reserva de mercado, sim! E a Organização Mundial de Saúde, sabendo que é uma pandemia, nada está fazendo para combater isso. E isso sim é massacrar a população mundial. As vacinas estão nas mãos de países ricos que não estão nem aí para o resto do mundo.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que eles querem muito a volta do ex-Presidente Lula, mas nós não queremos, não. E sabe por quê? O País está crescendo com gente honesta, Ministros honestos e Presidente honesto. É isso que mata a Esquerda.

---

Documento 250/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	15:08
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 87 apresentada ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental. Inconsistência de dados apresentados pela Oposição sobre a posição do Brasil no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19 e de óbitos pela doença.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta "não", Presidente.

Falando sobre vacina, é interessante que a Oposição, quando quer criticar o Governo por vacinação, usa percentual, não usa número real, porque o Brasil...

Está aqui no *site*: a China vacinou 354 milhões de pessoas; os Estados Unidos, 264 milhões; a Índia, 176 milhões; a Inglaterra, 54 milhões; e o Brasil, 49 milhões. Está atrasado, já são 54 milhões de pessoas. Nós somos o quarto país do mundo que mais vacina, em números reais.

Agora, quando a Oposição vai falar de mortes, ela não usa percentual, porque, no percentual, o Brasil é o 12º país em que mais morreram pessoas vítimas da COVID. Não usa o número real, ela faz o jogo da mentira, de acordo com as suas conveniências.

Então o Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo, sim, com mais de 76 milhões de doses já distribuídas para a população brasileira.

---

Documento 251/438

---

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	15:28
Publ.: DCD - 14/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Critica à intimidação de testemunha em reunião da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Conivência da legislação brasileira com criminosos. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de convocação da Assembleia Nacional Constituinte e da realização de plebiscito sobre o tema.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Evair, ontem eu estava assistindo a um depoimento na CPI da COVID, no Senado Federal, e um fato me chamou a atenção. Então, quero também chamar a sua atenção para esse fato, você que nos assiste nesta oportunidade.

Vimos ali uma testemunha que foi depor na CPI e que foi acusada pelos Senadores de não estar falando a verdade. Aquela testemunha

chegou a ser intimidada pelos Parlamentares ali, alguns corajosos demais, ao dizerem que queriam que o Presidente determinasse a prisão daquele depoente, porque ele estava mentindo - eles diziam que o depoente estava mentindo. Eu não posso afirmar se ele estava mentindo ou não. Eu acredito na palavra dele, acredito que dizia a verdade. Mas algo me chamou a atenção, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Gostaria que fosse repostado o meu tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Pode continuar, Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES) - Então, Sr. Presidente, eu ouvi o depoimento daquela testemunha, e os Senadores queriam prendê-la, dizendo que ela estava faltando com a verdade.

Agora, prestem atenção: nós temos uma lei no Brasil, em que o acusado do crime não é obrigado a falar a verdade. A testemunha, que não tem nada a ver com o crime, se não falar a verdade, vai presa. Olhem o absurdo da legislação brasileira! Quem fez essa lei, em que o acusado do crime não é obrigado a falar a verdade?

É comum, Deputados, nós vemos caso de motorista embriagado que se acidenta, mata pessoas nas rodovias, na BRs e ruas brasileiras, e não é obrigado a fazer o teste do bafômetro. Sabem por quê? Porque a legislação brasileira diz que ninguém é obrigado a produzir prova contra si.

Nós temos uma legislação feita há mais de 30 anos, a Constituição Federal brasileira, que garante tantos direitos para as pessoas que estão erradas, para bandidos, criminosos e costuma ser enérgica, enfática e rigorosa com o cidadão de bem.

Nós temos uma legislação no Brasil - prestem atenção -, em que quem comete um crime e é preso em flagrante recebe todo o rigor da lei. Mas, se o criminoso foge do flagrante, tem todo o benefício da lei.

Sr. Presidente, se fosse para dar benefício a algum criminoso no Brasil, teríamos que dar para quem é preso em flagrante, porque, quando alguém é preso em flagrante, o Estado não gasta dinheiro para ir atrás, não precisa tirar delegado da delegacia para ir atrás na investigação, não gasta diária de hotel com policial para fazer campana e tentar prender o cidadão que fugiu da cena do crime. Mas não! A legislação beneficia o esperto. Quem fugiu da cena do crime e se apresenta depois tem o benefício da lei no Brasil. Quem não for preso em flagrante pode se apresentar 2 dias depois na delegacia e ter benefícios.



Outro dia ocorreu um fato assim no Espírito Santo, Deputado Neri Geller. O cidadão matou a esposa, grávida de 8 meses. Aquele cidadão escondeu o corpo de sexta-feira para sábado. Na segunda-feira, ele se apresentou na delegacia, caminhando, junto com o advogado, e assumiu o crime. Ele disse: *"Eu matei e oculte o corpo"*. E aquele cidadão, como não foi preso em flagrante e como não existia ordem judicial contra ele, prestou depoimento e saiu andando da delegacia.

A imprensa questionou o delegado: *"Como ele saiu andando daqui, se ele assumiu que matou?"*. O delegado disse: *"Olhe, está escrito no art. 5º da Constituição Federal que ninguém será preso, senão em flagrante de delito ou por ordem judicial"*.

A legislação brasileira, Sr. Presidente, é frouxa e conivente com o crime. Nós não podemos aceitar isso.

Eu queria conclamar este Parlamento. Nós já estamos debatendo a questão da saúde, da pandemia. Já aprovamos quase todas as legislações para permitir vacinação, para permitir o envio de recursos, para auxiliar empresas, para auxiliar os cidadãos deste Brasil. Nós precisamos voltar agora o nosso olhar para a questão da violência no Brasil. Nós não podemos aceitar que os marginais continuem agindo no Brasil e recebendo apoio da legislação.

É comum ouvirmos depoimentos de Secretários de Segurança, de delegados, de policiais em que dizem que já estão cansados de fazer papel de bobo, porque eles prendem e a Justiça solta. A Justiça, quando questionada, fala: *"Tem que mudar as leis. Tem que mudar a legislação. Eu tenho que cumprir a lei"*. Até quando, Sr. Presidente, o povo brasileiro vai clamar e este Parlamento não vai ouvir?

A Constituição de 1988, Sr. Presidente, estragou o Código Penal brasileiro. Ela o estragou, Deputado Evair, quando garantiu tantos direitos assim para o criminoso no Brasil. Vejam o caso que eu citei, o da testemunha. A testemunha, que não tem nada a ver com o crime, tem que falar a verdade. Mas quem cometeu o crime não é obrigado a falar a verdade, só pode falar em juízo, fica em silêncio. Nós temos que mudar isso.

Aí, você que está me ouvindo pergunta: *"Deputado, por que você não muda isso?"*. Sabe por quê? Porque isso está no art. 5º da Constituição, está como legislação pétrea neste Brasil, está garantido. Nós só podemos mudar isso se fizermos uma nova Constituinte, se convocarmos uma nova Assembleia Constituinte, elegermos Parlamentares exclusivamente para alterar a nossa Constituição.

Sr. Presidente, deparando-me com essas barreiras na Constituição, eu

fico me perguntando: quem escreveu a Constituição brasileira? Qual o perfil da maioria dos Parlamentares que escreveu essa Constituição com tantos artigos assim, que impedem mudanças, que garantem tanto direito à bandidagem no Brasil? Quando se vai estudar a história, logo se vê que boa parte dos Parlamentares constituintes no Brasil - sabem o que eles eram?- eram ex-presos. Eram ex-presos que passaram 20 anos nas cadeias e chegaram aos seus Estados em 1985 como salvadores da Pátria, aqueles que lutaram contra o regime militar. Muitos lutaram mesmo e merecem o nosso reconhecimento. Mas muitos desses ex-presos foram eleitos Deputados constituintes, vieram para este Parlamento e escreveram a Constituição como se todo criminoso do Brasil fosse criminoso político, e não é.

Peço um tempo para concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Conclua.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES) - Então, Sr. Presidente, esse é o perfil dos Parlamentares que escreveram a Constituição brasileira. A maioria dos Constituintes eram ex-presos políticos do Brasil que chegaram aqui e escreveram a Constituição como se eles fossem voltar para a cadeia um dia. Muitos voltaram mesmo e foram beneficiados por essa legislação.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo aqui ao Presidente Jair Bolsonaro: Presidente, volte o seu olhar para este Parlamento. Vamos ajudar a enfrentar essa legislação! Vamos aprovar a convocação de uma nova Constituinte no Brasil! Vamos fazer um plebiscito!

Nós não podemos dar mais para a população que sofre sendo refém dos bandidos - milhares de pessoas morrem - a desculpa de que nós não podemos mudar a lei porque se trata de algo que é cláusula pétrea.

Precisamos, sim, fazer uma reforma constitucional completa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 252/438

---

51.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-  
CD 16:20

Publ.: DCD - 14/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Apelo ao Ministro da Saúde de realização de negociações para a aquisição de 100 milhões de doses da vacina Covishield, contra a Covid-19, produzida pelo Instituto Vital Brazil, laboratório público do Estado do Rio de Janeiro.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu recebi uma carta do Instituto Vital Brazil, um laboratório público do meu Estado do Rio de Janeiro, que denuncia que, desde o dia 28 de abril, o Instituto Vital Brazil tenta iniciar negociações com o Ministério da Saúde - atenção! - para a aquisição de 100 milhões de doses da vacina Covishield, já aprovada pela ANVISA, com um cronograma de entrega espetacular: dos 100 milhões de doses, seriam entregues 30 milhões agora em maio, mais 35 milhões de doses em junho e 35 milhões de doses em julho!

Srs. Deputados, o que me assusta é que, no meio desta pandemia em que nós estamos vivendo, o Ministério da Saúde, até hoje, 15 dias após o contrato inicial, não manifestou interesse efetivo em avançar nas tratativas com o Instituto Vital Brazil!

Eu quero fazer um apelo diretamente ao Ministro da Saúde, em nome dos milhões de brasileiros que estão precisando ser vacinados, e reafirmar que nós teremos 100 milhões de vacinas no Brasil em 3 meses e 35 milhões de vacinas agora.

O que está acontecendo? Nós vamos salvar vidas, ou vamos deixar pessoas morrerem? Eu quero saber a custo de quê. É o que eu reivindico desta tribuna.

---

Documento 253/438

---

34.2021.B	Sessão Outro Evento	13/05/2021-09:20
Publ.: DCD - 14/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação do orador com possíveis prejuízos ao Brasil no plano internacional com a aprovação do novo Marco Regulatório do Meio Ambiente. Previsão de 1 milhão de mortes causadas pela Covid-19 no País em face da escassez de vacinas. Protesto contra alterações efetuadas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com limitações à atuação da Oposição.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luis Miranda, é uma satisfação vê-lo aí na direção da Casa.

Sr. Presidente, ontem foi um dia terrível para o agronegócio, para a produção nacional, com a abertura das porteiras e das cercas com esse Marco Regulatório do Meio Ambiente. Nós jogamos por terra tudo aquilo que ainda salvava os indígenas, os quilombolas, as reservas indígenas, as terras indígenas deste País.

Com o novo Marco Regulatório do Meio Ambiente, com a extinção de alguns direitos e de alguns deveres que ainda existiam, com certeza absoluta esses contratos e esses acordos internacionais começarão a ruir. Logo, logo, a questão voltará aqui para a Câmara dos Deputados, para darmos uma solução para que o agronegócio possa prosperar no País.

Infelizmente este Governo Bolsonaro já matou 420 mil brasileiros.

E, pelas informações divulgadas, chegaremos a 1 milhão de brasileiros mortos, porque não existe vacina, principalmente no meu Estado, o Tocantins, que tem um dos piores índices de vacinação do Brasil, e é o Estado onde o agronegócio cresce bastante.

Daqui a uns dias, vão ter colocar fogo na soja, vão ter que distribuir carne na rua, porque não vão ter mais os países da Europa, a Rússia, a China, o Japão para comprar as nossas *commodities*. Infelizmente, esqueceram que o cuidado com o meio ambiente é uma exigência internacional.

E mais, Sr. Presidente, ontem acabaram com a Oposição, com a mudança no Regimento. A partir de hoje, a Oposição vai ser colocada num cantinho. Mas as pesquisas estão mostrando que Lula pode ganhar no primeiro turno, e essa é a chance, a oportunidade de o povo brasileiro sair desta pressão do Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

### *Sumário*

Transcurso do Dia da Abolição da Escravatura. Protesto contra alterações efetuadas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com limitações à atuação da Oposição. Caráter genocida do Governo Jair Bolsonaro. Esperança na reeleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Importância da retomada de políticas e programas em favor do povo pelo Estado brasileiro.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, já de início solicito que a minha fala seja divulgada nos veículos de comunicação da Câmara.

Hoje, 13 de maio, é um dia de luta - é um dia de luta! Não temos o que celebrar. A Abolição foi, de certa forma, uma farsa, porque negou ao povo negro o direito à terra, o direito à alimentação. E as farsas continuam. Elas continuam. Quem deveria, por natureza - por natureza -, proteger o meio ambiente e toda a nossa biodiversidade, nega essa proteção. E o Parlamento - lugar de *parlare*, de falar - nega a possibilidade de fala às minorias, nega a possibilidade de fala à Oposição.

Vivemos um tempo de negação: a negação da verdade, a negação da própria realidade! Há um vírus letal, e o Governo, com os seus cúmplices genocidas... Bolsonaro é genocida, mas ele tem cúmplices! Bolsonaro tem cúmplices nesta Casa que dão sustentação a ele.

Então, são tempos difíceis. Mas nós temos esperança. A esperança já venceu o medo uma vez. Agora, a esperança vai vencer o negacionismo, com o apoio do povo, dos quilombolas, dos indígenas, dos ribeirinhos, dos vazanteiros, do povo do campo e da cidade, trabalhadores e trabalhadoras abandonados por este Governo, sem auxílio digno para poder enfrentar a pandemia, garantindo o isolamento social. Sem esse auxílio, estão morrendo trabalhadores e trabalhadoras.

Mas, Presidente, há uma esperança, há uma luz, há uma grande estrela. Com Lula e as estrelas espalhadas por este Brasil afora vamos retomar o Estado brasileiro. É uma urgência retomar o Estado brasileiro, para garantir perspectiva de vida para as gerações futuras; garantir dignidade agora para esta geração e garantir perspectiva para a nossa juventude, para os quilombolas...

Por isso, fazemos a nossa homenagem a todo o povo negro que resiste nos quilombos.

É importante que eles tenham os seus territórios. Legaliza-se a terra para grileiros e se nega a terra para indígenas e quilombolas.

Nós temos muita luta a fazer. Vamos retomar o Estado brasileiro, para ir ao encontro de cada cidadão brasileiro com programas e políticas públicas.

Obrigado.

---

Documento 255/438

---

34.2021.B	Sessão Outro Evento	13/05/2021-09:28
Publ.: DCD - 14/05/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Facilitação do cometimento de crimes ambientais pelo Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o genocídio, a tragédia humana provocada pela pandemia e por Bolsonaro, está se comprovando, cada dia mais, na própria CPI da COVID.

E o que aconteceu ontem aqui e vai se consolidar hoje é outra tragédia humana, ambiental, social e econômica: a desconstrução do sistema de licenças ambientais com a aprovação da nova Lei do Licenciamento. O Relator provoca: "*Quais crimes essa lei vai produzir?*" Relator Neri Geller, eu vou dizer quais são os crimes.

Primeiro crime: essa lei não vai garantir a toda a sociedade o direito humano universal ao meio ambiente equilibrado, à casa comum, como diz o nosso Papa.

Segundo crime: essa lei vai aumentar o aquecimento global, com consequências para o mundo, para o Brasil, para a agricultura e, principalmente, para o povo mais pobre.

Terceiro crime: essa lei vai liberar 13 atividades, obras e empreendimentos, da necessidade de licenciamento ambiental,

umentando os crimes ambientais.

Quarto crime: essa lei vai transferir o licenciamento ambiental para Municípios que não têm secretaria de meio ambiente, não têm técnicos e não têm orçamento, ou seja, faz uma liberação geral do licenciamento ambiental, porque Municípios e Estados não vão dar conta de fazê-lo e, pelo contrário, vão liberá-lo, para atrair novos investimentos. Com isso, vão aumentar exponencialmente os crimes ambientais no País.

Quinto crime: essa lei prevê licença baseada na boa-fé. Relator Neri Geller, se com toda a legislação que existe hoje já acontece muito crime ambiental, muita destruição ambiental no País, V.Exa. imagina que o empreendedor vai se autoliciar de boa-fé por adesão e compromisso? Isso vai gerar muitos crimes neste País.

Sexto crime: a licença de operação corretiva. Quando a pessoa que cometeu um crime ambiental faz um novo empreendimento e adere às condicionantes de licença por adesão e compromisso, fica...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 256/438

---

34.2021.B	Sessão Outro Evento	13/05/2021-09:32
Publ.: DCD - 14/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental. Avanço lento da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Incompetência do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus. Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Apresentação pelo orador de projeto de lei sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos profissionais da saúde, inclusive enfermeiros.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Também quero me manifestar contra o que foi aprovado ontem na Câmara. Eu já me manifestei aqui, no Estado do Amazonas, sobre o retrocesso que significa esse projeto que praticamente acaba com o licenciamento ambiental. Isso vai prejudicar a Amazônia, vai prejudicar os povos amazônicos. Não há desenvolvimento, quando se permite a degradação ambiental. Ao restringir a atuação de órgãos importantes no processo de licenciamento, nós estaremos realmente facilitando a ampliação do desmatamento, de atividades que efetivamente agredem o meio ambiente. Portanto, foi um retrocesso sem tamanho. Lamento que a maioria da Câmara dos Deputados não esteja ouvindo a sociedade, os vários segmentos, ex-Ministros do Meio Ambiente, alertando para as consequências que o Brasil terá com a aprovação desse projeto de lei, com esse retrocesso.

Da mesma forma, manifesto-me também em relação à redução da democracia, da participação no debate, na discussão dos projetos, com a mudança no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Na verdade, isso enfraquece o processo legislativo, restringe direitos à fala, dificulta e efetivamente reduz o debate. Nós estamos no meio de uma pandemia. As Comissões não estão conseguindo debater com a população os projetos, e agora vão aprovar projetos aqui a toque de caixa. A chamada boiada passará agora com mais facilidade na Câmara dos Deputados. Por isso, protesto também em relação a esse encaminhamento.

Sr. Presidente, a vacinação também está extremamente lenta em todo o Brasil. Eu vejo a situação dramática aqui, no Estado do Amazonas, um dos Estados que mais sofreu com a pandemia no começo deste ano. Numa audiência pública realizada na Comissão da Amazônia, nesta semana, foi dito que o objetivo era atingir 80 milhões de pessoas vacinadas até o mês de setembro, e o público-alvo geral seria algo em torno de 160 milhões de pessoas. Quer dizer, não há previsão efetiva de quando a população toda estará imunizada. Enquanto isso, as mortes estão aumentando pela irresponsabilidade do Governo Federal, pela sua incompetência de enfrentar esta crise. Portanto, ele é causador, sim, da morte de boa parte das pessoas vítimas da COVID.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria ainda de parabenizar os enfermeiros pela data de ontem. Nós estamos apoiando o projeto do piso salarial e da jornada de trabalho da categoria. Tenho um projeto também que trata do pagamento de 40% de insalubridade para os profissionais da saúde, incluindo os enfermeiros. Vamos continuar apoiando essa categoria fundamental para a saúde da população.

Peço, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos

---

Documento 257/438

---

34.2021.B	Sessão Outro Evento	13/05/2021-09:36
Publ.: DCD - 14/05/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações à entidade Coalizão Negra por Direitos pela realização de atos contra o racismo no Brasil e em resistência ao Governo Jair Bolsonaro, ao ensejo do transcurso do Dia da Abolição da Escravatura (13 de maio). Descaso do Governo Federal com a população negra, especialmente em meio à pandemia de coronavírus. Transcurso dos 5 anos do golpe contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff. Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Pandemia). Retorno à vida pública do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é 13 de maio, um dia de lutas do povo negro por direitos.

Eu quero aqui parabenizar a Coalizão Negra por Direitos, que está realizando atos no Brasil inteiro, atos de resistência, de resistência sobretudo a esse Governo que está aí, cujo Presidente, sentado na cadeira presidencial, é o maior representante da casa-grande. É um Presidente que profere discursos racistas e não tem vergonha disso.

Neste momento, quem tem mais sofrido em consequência da pandemia é exatamente a população negra, que está morrendo de COVID-19, que está sem vacina, que está sem auxílio emergencial, que está passando fome. As únicas políticas públicas deste Governo são para fazer um licenciamento que vai poluir os territórios quilombolas, fazer a regularização de terras griladas em territórios quilombolas, fazer o encarceramento da população negra e fazer chacinas como a que aconteceu no Jacarezinho. Portanto, é um Governo que não tem compromisso nenhum com as populações negras.

Ontem foi 12 de maio. Eu quero registrar, Presidente, que, no dia 12 de maio de 2016, houve o golpe. Foi quando começou tudo isso. Faz 5 anos que tiraram a Presidenta Dilma, que tiraram o Partido dos

Trabalhadores do poder, Deputado Pedro Uczai.

Eu pergunto para as pessoas que estão em casa agora nos assistindo: o que melhorou na sua vida?

Eles diziam que iria haver uma ponte para o futuro, mas essa ponte foi, na verdade, uma ponte para o abismo, porque a vida do nosso povo só piorou de lá para cá, só piorou. As pessoas estão mais pobres. A classe média derreteu. As pessoas estão passando fome, estão sofrendo com a pandemia. O desemprego está atingindo níveis alarmantes. Os programas sociais importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil, Deputado Vicentinho, foram todos destruídos. Os direitos dos trabalhadores foram retirados. A população só perdeu nesses 5 anos.

Mas a esperança está aí. A pesquisa de ontem é um alento. A população acordou e quer Lula de volta, quer a esperança de volta, quer ter dias melhores, quer ter comida na mesa, quer ter emprego, quer ter saúde de qualidade, educação de qualidade. Lula está voltando. Ontem a pesquisa mostrou que Lula, com três pontos, pode ganhar a eleição no primeiro turno. E o Governo Bolsonaro está deteriorando, como nós vimos na CPI da COVID no dia de ontem.

Viva Lula!

---

Documento 258/438

---

34.2021.B	Sessão Outro Evento	13/05/2021-10:08
Publ.: DCD - 14/05/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa de aquisição, pelo Governo brasileiro, das vacinas cubanas Abdala e Soberana 2, contra a Covid-19.

---

**O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu os convido a colocar o preconceito ideológico de lado sobre o que eu vou falar agora, que é de grande importância.

Refiro-me a Cuba, um país acolhedor, de gente maravilhosa e gente capaz. Cuba concorre agora com seus médicos ao Prêmio Nobel da Paz pelo que seus médicos estão fazendo em defesa do tratamento da COVID no mundo inteiro, especialmente na África, nos países pobres.

Nós temos a lembrança maravilhosa da presença deles aqui no Brasil.

Cuba tem enfrentado todas as dificuldades com o bloqueio criminoso dos Estados Unidos, mas, ainda assim, é uma ilha teimosa. Por ser teimosa, agora está vindo com duas vacinas fantásticas: a Abdala e a Soberana 2, que já estão na fase 3. Estas vacinas vão ajudar, ainda mais no caso do Brasil. Eles querem oferecê-las ao Brasil e ao mundo a preços módicos, porque não visam ao lucro. Esta será uma grande contribuição para salvar vidas.

Se Bolsonaro continuar com essa política de excluir vacinas como tentou fazer várias vezes, como no caso do Governo do Estado de São Paulo, com a Coronavac, já que a vacina veio da China, cada vez mais ele se afundará nos crimes que estão sendo apurados pela CPI da COVID.

As vacinas estão prestes a chegar ao Brasil, logo após sua aprovação. Que nós abramos nossos corações e compreendamos que o mais importante é salvarmos vidas! A medicina cubana é uma das maiores referências no planeta. Pessoas importantíssimas vão àquele país para fazer tratamentos.

Seja bem-vinda, Soberana 2! Seja bem-vinda, Abdala! Sejam bem-vindas, para nos ajudar a salvar vidas, já que o Governo brasileiro, lamentavelmente, está devendo demais, pelo boicote à vacina e pelo prejuízo causado às quase 420 mil pessoas.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 259/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 19/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Falta de emprego, de vacina contra a Covid-19 e de alimentos na mesa dos trabalhadores atingidos pela epidemia de coronavírus. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros Parlamentares, o Brasil é o único país do mundo que vende a preço de banana, ou pelo menos tenta vender a preço de

banana, o seu patrimônio, as suas riquezas.

E é o único país do mundo que não pauta, neste momento de pandemia, as matérias que interessam efetivamente ao povo brasileiro, matérias que ajudam o Brasil a ter mais vacinas -- o Presidente se recusou por 11 vezes a adquirir vacinas, e hoje o nosso povo está morrendo sem vacina; comida para o nosso povo -- era a hora de nós pautarmos aqui o auxílio emergencial de 600 reais; e a apoiar os pequenos empreendedores brasileiros para gerar empregos. O povo está sem comida, sem vacina e sem emprego, abandonado por este Presidente.

A tentativa de votar nesta tarde a medida provisória que prevê a privatização da ELETROBRAS é um crime contra o povo brasileiro, é um crime lesa-pátria, que vai fragilizar o Brasil no cenário internacional, vai ferir de morte a nossa soberania.

E é importante dizermos aqui que, onde houve privatização do setor elétrico, houve dois efeitos colaterais importantes. O primeiro são os apagões. Como não lembrar o apagão que durou 20 dias, recentemente, no Estado do Amapá? Uma empresa privada é responsável pela distribuição e geração de energia naquele Estado. Nós estamos falando de 20 dias sem energia no Estado do Amapá.

E como não falar do possível aumento de tarifas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares? O aumento é um efeito muito danoso para a população brasileira, para a indústria, para o comércio. Haverá um custo mais alto para as famílias brasileiras, para a indústria e para o comércio.

Portanto, a tentativa de privatizar a ELETROBRAS é vender a preço de banana uma empresa estratégica. Enquanto os principais países do mundo protegem suas empresas, o Presidente Bolsonaro quer entregar numa bandeja as empresas e as riquezas do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Que nós possamos repudiar essa atitude do Governo Federal!

---

Documento 260/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 19/05/2021 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Fragilidade das finanças dos Estados e Municípios brasileiros. Apresentação do Projeto de Lei nº 712, de 2021, sobre o parcelamento, pela Fazenda Nacional, de débitos previdenciários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Apelo ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, e ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de celeridade na tramitação e aprovação da propositura.

---

**O SR. EDUARDO BISMARCK** (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço 1 minuto da vossa atenção. Vou falar hoje para Prefeitos e Governadores de todo o Brasil. Quero chamar a atenção para um tema que tem atingido proporções muito graves e que pode atingir proporções ainda maiores: a fragilidade das finanças estaduais e municipais.

Não há tempo agora, Sr. Presidente, para nos aprofundarmos nas imperfeições do federalismo brasileiro sob os aspectos tributário e financeiro, mesmo porque o problema da concentração de recursos na União é de conhecimento de todos. O importante, neste momento, Sr. Presidente, é expor que, se a dificuldade dos entes subnacionais para honrar seus compromissos já era patente antes, com o advento e a persistência da epidemia do novo coronavírus, a situação tornou-se ainda muito mais perigosa. O declínio da arrecadação e a ampliação dos gastos na área da saúde prejudicaram seriamente o trabalho de Governadores e de Prefeitos. Muitos Prefeitos e Governadores já se encontram sem meios para fechar a folha de pagamento, queixa que recebemos quase que diariamente de Prefeitos e Governadores de todo o Brasil, especialmente do meu Ceará.

Como defensor da pauta municipalista, sem dúvida apoio medidas estruturais que remodelam o nosso pacto federativo, sendo esse um dos pilares do meu mandato. A população brasileira, contudo, não pode esperar o encaminhamento naturalmente mais lento dessas medidas. Sendo os Estados e sobretudo os Municípios os entes federados mais próximos do povo, onde as políticas públicas são efetivamente realizadas, urge empreendermos ações para impedir que os serviços à população sejam prejudicados. Assim, nobres Deputados e Deputadas, venho defender o parcelamento de débitos previdenciários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Se não é a solução para todos os nossos males, creio que a medida trará fôlego e dará um prazo para que possam os gestores organizar as finanças em tão crítico momento nacional.

Nesse sentido, apresentei o Projeto de Lei nº 712, de 2021, que propõe o pagamento dos débitos previdenciários dos entes subnacionais vencidos até 31 de janeiro de 2021 em até 60 parcelas de pagamento, em conformidade com a nova redação do art. 195 da Constituição,

introduzida pela reforma tributária, além da redução de juros e multas.

Chamo a atenção para a importância desse projeto de lei, para não aprovarmos uma medida semelhante através de PEC, que é o que está começando a crescer dentro desta Casa. Por quê? Quem defende o municipalismo, assim como eu, sabe que nesta Casa nós aprovamos o acréscimo de 1 ponto percentual no repasse ao FPM - Fundo de Participação dos Municípios do mês de setembro de cada ano. Entretanto, votamos apenas o primeiro turno da matéria. Quanto ao segundo turno, aguardamos há mais de 1 ano nova sessão, para que seja aprovado e para que garanta aos Prefeitos esses recursos a mais.

Gostaria registrar que estive reunido com o Presidente da CNM, a Confederação Nacional de Municípios, o Sr. Glademir Aroldi, para tratar deste assunto, e ele declarou ser amplamente favorável à aprovação do meu projeto neste Parlamento.

Peço, portanto, o apoio das Sras. e dos Srs. Deputados desta Casa, especialmente dos Presidentes Rodrigo Pacheco, do Senado, e Arthur Lira, desta Casa, de modo que possamos aprovar essa medida o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

Peço a divulgação, pelos meios de comunicação desta Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*, do discurso de hoje.

---

Documento 261/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-14:44
Publ.: DCD - 19/05/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.975, de 2020, sobre a suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa resultante em despejos, desocupações ou remoções forçadas, durante o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19. Agravamento da fome e da miséria no País. Necessidade de reação do povo brasileiro contra o Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, há hoje uma enxurrada provocando uma erosão, o desmonte do Estado brasileiro. Como eu já fiz um pronunciamento em relação à privatização da ELETROBRAS,

hoje quero trazer outro tema cruel em que nós não conseguimos avançar, que é o despejo em plena pandemia.

O Projeto de Lei nº 1.975, de 2020, dispõe sobre o impedimento de despejos durante a pandemia.

O que nós sabemos é que mais de 12 mil famílias foram despejadas em plena pandemia e 72 mil famílias estão ameaçadas de despejo. É muita crueldade!

O povo brasileiro tem que acordar para darmos um basta a esse desmonte. Não há um auxílio emergencial digno - ele não existe! Foram excluídos vários auxílios e não existe nada, é zero. Não há vacina, não se criam condições de emprego, de trabalho, e agora há o despejo. Nós estamos numa situação em que as pessoas não têm alimento. Mais de 20 milhões de brasileiros estão passando fome e são jogados na rua sem teto e sem comida. É muita crueldade!

Eu tenho me mantido, colegas Deputados, no isolamento, em respeito à situação de vulnerabilidade para todos.

Eu li uma frase, Deputado Joseildo Ramos, Deputado Leo de Brito e Deputada Rosa Neide, que é importante: *"Quando a sociedade percebe que tem que ir para a rua, é porque o Governo é mais cruel, é mais violento do que o vírus"*. Eu estou percebendo isso, ou seja, que a crueldade, a letalidade deste Governo é maior do que o vírus. Estou percebendo que estamos no limite de ter que ir para as ruas, com os devidos cuidados, e não da forma como o genocida do Bolsonaro fez e vem fazendo. Nós temos que nos organizar para dar um basta nisso, porque, do contrário, não vai restar nada do Estado brasileiro.

---

Documento 262/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-15:08
Publ.: DCD - 19/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atribuição ao Governo Jair Bolsonaro da responsabilidade por mortes decorrentes da Covid-19. Denúncia do jornal O Estado de S. Paulo sobre a existência de orçamento secreto no âmbito da Câmara dos Deputados. Contrariedade à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho me manifestar hoje especialmente por conta da situação do nosso País, da situação do Governo Bolsonaro.

Observem que temos uma CPI em que, a cada dia que passa, fica mais clara a incompetência, a omissão, o descaso deste Governo. É enorme o número de inocentes que estão morrendo por causa da completa incompetência deste Governo. É o Governo da cloroquina! É o Governo anticiência!

O *Estadão* coloca para todo o País que existe nesta Casa um orçamento secreto. Será verdade? Eu não estou ouvindo a resposta do Poder Legislativo a essa acusação do *Estadão*.

Será que aqui existem Deputados mais iguais do que os outros? Será que aqui, como a nossa querida Deputada Rosa Neide falou antes de mim, quando o Deputado chegar à roça pedindo voto, ao acenderem a luz, luz esta que só ficou acesa por causa do papel importante da ELETROBRAS nos rincões deste Brasil, vão olhar para a cara dele e perguntar: "*Você votou a favor ou contra a venda da ELETROBRAS na bacia das almas?*"

A ELETROBRAS não é qualquer empresa, é uma empresa fundamental para o País, que tem uma das maiores matrizes de energia limpa de todo o mundo quase desde sempre. No entanto, o Brasil joga o melhor que tem para fora, exatamente num momento em que o povo não está podendo ir para as ruas, num momento em que não há vacina, porque, desde o início, o Presidente se omitiu e disse que quem tomasse a vacina iria virar jacaré. Quem vai virar jacaré em 2022 é este Presidente, que não disse a que veio, e é este Paulo Guedes, que nunca entregou nada em 2,5 anos de Governo. Na realidade, ele é um moleque de recado do mercado, do setor financeiro, que já desembarcou deste Governo, o pior Governo deste País. Neste momento em que estamos em plena pandemia, em vez de estarmos cuidando da vacina, do auxílio emergencial, do direito dos brasileiros, nós estamos aqui vendendo o nosso País.

---

Documento 263/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 19/05/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Tendenciosidade da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Apoio à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR** (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Hoje, dois temas me trazem à tribuna.

Primeiro, meu caro Deputado Charles, da Bahia, que viajou 9 horas de estrada para chegar aqui, já que não há caminho para chegar pela via aérea, a CPI do COVID, para variar, está fazendo política com a COVID. É uma CPI tendenciosa, uma CPI que simplesmente trabalha para tentar incriminar o Presidente, não é séria e ainda tem como protagonista Renan Calheiros, que tem uma história que, como todos sabemos, não é das melhores.

É muito triste ver a Rede Globo e outros veículos de comunicação colocarem Renan Calheiros como herói, porque ele é alguém que tenta conduzir a CPI para um relatório que nós já sabemos que não é sério e que já está pronto antes de começar. Renan Calheiros, PT e Esquerda, para variar, fazem política com a pandemia. Eles chegam quase que a comemorar quando um brasileiro morre pela doença. Chegaram a dizer que *"essa doença é um presente de Deus para a Esquerda"*. Que triste esse pensamento. Que triste essa maneira de ver as coisas.

Outro tema que também me traz à tribuna é a questão da ELETROBRAS, uma empresa que sempre foi deficitária, que já deu centenas de milhões de reais de prejuízo aos brasileiros, o que é pago através de impostos, que sempre foi um cabide de empregos e realmente tem que ser privatizada. Não faz sentido o Governo ser dono de uma empresa na área de energia elétrica que seja deficitária, cabide de empregos e que seria muito melhor operada, para gerar renda e riqueza para os trabalhadores, se sua gestão fosse feita por alguém competente e correto.

Então, parabéns a este Plenário, que espero que hoje aprove essa mudança de rumos no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 264/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 19/05/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Falecimento dos militantes petistas Fernando Tremura e Damião Conrado Pereira, respectivamente, dos Municípios de Ribeirão Preto e São Bernardo do Campo, em decorrência da Covid-19.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 14, o sol acabara de sair, e eu recebi uma ligação do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, meu companheiro Oséias, lá do Município de Ribeirão Preto. Ele me disse no primeiro momento: "*Vicentinho, o Fernando Tremura faleceu nessa madrugada*".

Fernando Tremura, um companheiro advogado, militante, dirigente do nosso partido naquele Município tão acolhedor, tinha toda uma história de dedicação à luta da classe trabalhadora, como advogado, defensor do povo dos Correios. Ele e sua esposa Paulinha estavam internados. Inclusive, falei com o Fernando Tremura no hospital. Ele estava com dificuldade de falar e muito preocupado com a Paulinha, que estava pior do que ele. A Paulinha saiu do hospital, está em casa se recuperando, e o Tremura perdeu a vida para a COVID. É uma dor muito grande pela militância do Tremura, pelo compromisso, pelo homem que ele era.

A Paulinha sabe muito bem do nosso carinho, do amor que temos por eles. Quando eu vou a Ribeirão Preto, fico na casa deles. Tenho um carinho muito especial pelos seus filhos, o Dodô, o Gabriel, o Laene, o David, com quem vínhamos nos comunicando enquanto eles estavam internados - eu tinha um grupo de oração aqui por causa do David -, a Maria Rita, menina nova, a sua filha caçula. Deixo o meu carinho especial a cada um de vocês, minhas condolências.

Ocorre, Sr. Presidente, que hoje ainda há pouco recebo a notícia de outro falecimento, desta vez em São Bernardo do Campo. O nosso companheiro Damião, coordenador do nosso núcleo do partido na Vila São Pedro, em São Bernardo do Campo, acaba de falecer. Não foi COVID, mas foi uma dor muito grande. O Damião era um líder popular, militante da categoria dos químicos, depois foi do conselho popular, que vê o que tem na comunidade, e dirigente partidário. Deixou a nossa querida Euzeni, mais conhecida por Rena, viúva. Deixou três filhos.

O meu abraço a você, querida Rena. Muito carinho, força e coragem para continuar a jornada da vida.

Que Deus acolha Damião e o nosso querido Oséias. O que havia em comum entre os dois? Eram lutadores em defesa da dignidade

humana.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 265/438

---

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-15:24
Publ.: DCD - 19/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Proximidade do alcance da marca de 450 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Agravamento da fome e da miséria no Brasil. Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, referente à instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Descrença do povo brasileiro com o Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, é lastimável ver o País caminhando para a marca de mais de 450 mil pessoas mortas. A fome e a miséria estão aumentando, e o Governo continua sem dar a atenção devida à pandemia.

O povo não tem dinheiro para nada, mas o Governo nem fala em aumentar o auxílio emergencial para 600 reais. A Câmara precisa, Sr. Presidente, votar a medida provisória que permite o auxílio de 600 reais para as famílias.

O povo está sofrendo, está passando fome, não tem emprego, e a situação vai piorar ainda mais. Precisamos aprovar o auxílio de 600 reais para amenizar o sofrimento do povo.

Sr. Presidente, neste fim de semana, eu estive no Alto Sertão e no Médio Sertão da Paraíba, onde conversei com o povo e participei de pequenas reuniões. O povo, consciente, já anuncia que o Governo Bolsonaro chegou ao fim. Esse sentimento é justamente o que a pesquisa do Datafolha mostrou no fim da semana passada. A maioria dos entrevistados já manifestava apoio ao *impeachment* de Bolsonaro. A maior parte ainda afirma que não acredita no que o Presidente da República fala. É muito grave, Sr. Presidente, termos um representante maior da Nação desacreditado pelo povo, sem a confiança do povo. Isso mostra o fim deste Governo.

Enquanto isso, a preferência pelo nome de Lula continua aumentando e supera Bolsonaro em todos os cenários. O povo tem consciência de que, com Bolsonaro, o Brasil afunda cada vez mais.

Sr. Presidente, peço que esses dois registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigado.

---

Documento 266/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	16:28
Publ.: DCD - 19/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas e dizer que estamos aqui com o relatório do Projeto de Lei nº 827, de 2020, que trata dos despejos em tempos de pandemia.

Quero dizer que esse PL 827 é, na verdade, resultado do trabalho de muitos Parlamentares. São 22 projetos apensados a ele, de Deputados que vão do Democratas ao PSOL, do PCdoB ao PT. Quase todos os partidos ingressaram com projetos para tratar dos despejos coletivos em tempos de pandemia.

O PL suspende pelo período de 90 dias, em razão da pandemia da COVID-19, a execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências. Encabeçam o PL o Deputado André Janones, a Deputada Natália Bonavides e a Deputada Professora Rosa Neide.

Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.



## "I - Relatório

O Projeto de Lei nº 827, de 2020, de autoria do Sr. Deputado André Janones e das Sras. Deputadas Natália Bonavides e Professora Rosa Neide, estabelece a suspensão, pelo prazo de 90 dias, da execução de ordens de despejos, em decorrência da inadimplência de contrato de locação de imóvel residencial, contra inquilinos desempregados ou que tiverem sua renda afetada pela cessação de atividade laboral exercida de forma autônoma.

A execução da ordem de despejo também será suspensa pelo prazo de 90 dias em caso de inadimplência do aluguel decorrente de contratos de locação de imóvel comercial utilizado por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Durante o período de suspensão, fica proibida a cobrança das respectivas taxas e da multa pelo não pagamento do aluguel no prazo ajustado. Trata-se de medida excepcional a ser adotada durante a vigência do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Tramitam em conjunto com a matéria legislativa referida os seguintes projetos apensados:

- PL 936/20, do Sr. Deputado Luis Miranda, que altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para dispor sobre a não aplicação da ação de despejo enquanto perdurar a vigência do estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. (...)."

Eu não vou entrar em detalhes de cada projeto, mas eu faço questão de citá-los, porque são de Deputados de muitos partidos. Especificamente aqui, no caso do projeto do Deputado Luis Miranda, cito: "No caso de famílias que não tenham condições de prover o sustento, o desconto poderá ser de 100%."

Digo também que nós não acolhemos na integridade, evidentemente, todas as propostas. Nós tentamos construir um substitutivo que pudesse representar este conjunto tão amplo, tanto partidário quanto de iniciativas de Deputados que coubessem dentro deste substitutivo.

"- PL 957, do Sr. Deputado Helder Salomão, que prevê desconto de 70% sobre o valor do aluguel decorrente de contrato de locação de imóvel comercial localizado em centros comerciais enquanto vigorar o período de emergência sanitária que importe quarentena ou isolamento social, (...).

- PL 1.028/20, do Sr. Deputado Júnior Mano, que propõe a suspensão por 90 dias de ações judiciais de despejo propostas em razão de falta de pagamento de aluguel ou do vencimento do prazo para substituição

de garantia contratual (...).

- PL 1.112/20, do Sr. Deputado Marcelo Freixo, que institui medidas temporárias sobre despejo, locação e pagamentos em geral, (...).

- PL 1.246/20, do Sr. Deputado Luiz Antônio Corrêa, que suspende a decretação ou o cumprimento de ordens judiciais de despejo de locatários de imóveis urbanos locados sob a regência da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, (...).

- PL 1.312/20, dos Srs. Deputados Carlos Sampaio e Vitor Lippi, que prevê medidas alternativas à dissolução de contratos de locação de imóvel não residencial urbano durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus. (...).

- PL 1.340/20, do Sr. Deputado Alexandre Frota, que suspende as execuções de ação de despejo até 31 de dezembro de 2020 em virtude do estado de calamidade pública (...).

- PL 1.367/20, do Sr. Deputado Christino Aureo, que altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para impedir a rescisão em razão de inadimplemento e suspender, pelo prazo de 6 meses, a propositura da ação de despejo de contrato de locação de imóvel comercial (...).

- PL 1.432/20, do Sr. Deputado Ricardo Izar, que faculta aos locatários de imóvel comercial pedir o abatimento do valor do aluguel, proporcionalmente aos dias em que as atividades foram reduzidas ou interrompidas (...).

- PL 1.489/20, do Sr. Deputado Delegado Marcelo Freitas, que assegura aos locatários de imóveis comerciais atingidos pelas medidas de isolamento ou quarentena decorrente do coronavírus o desconto de 50% no valor do aluguel (...).

- PL 1.583/20, do Sr. Deputado Alexandre Frota, que assegura o desconto de 70% no valor do aluguel de estabelecimentos comerciais (...).

- PL 1.684/20, do Sr. Deputado Alencar Santana Braga, que suspende o cumprimento de mandados de reintegração de posse expedidos até a data de publicação desta lei, (...).

- PL 1.784/20, do Sr. Deputado Paulo Teixeira, que impede a concessão e o cumprimento de mandado judicial para a reintegração de posse de bem imóvel, urbano ou rural, de propriedade pública ou privada, em desfavor de ocupante que o use, no todo ou em parte, para fins de moradia para si ou sua família, exceto se a desocupação vise prevenir ou mitigar eventuais riscos associados à possibilidade de

ocorrência de desabamentos, (...).

- PL 1.831/20, do Sr. Deputado Luiz Carlos Motta, que assegura ao locatário de imóvel residencial ou comercial que sofrer alteração econômico-financeira em virtude de demissão, diminuição de remuneração ou interrupção de atividades comerciais a suspensão do contrato ou redução dos valores vincendos durante a vigência do estado de calamidade. (...).

- PL 1.834/20, do Sr. Deputado João Daniel, que altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para vedar a concessão de liminar para desocupação de imóveis urbanos em ação de despejo, bem como em ação de reintegração de posse de imóvel privado até 30 de outubro de 2020. (...)."

São muitos projetos. Eu faço questão de mencioná-los porque são de Deputados dos mais variados partidos, o que mostra que é uma preocupação suprapartidária.

"- PL 1.902/20, da Sra. Deputada Rejane Dias, que veda despejos por falta de pagamento e remoções judiciais ou extrajudiciais durante o estado de calamidade pública decretado. (...).

- PL 1.975/20, das Sras. Deputadas Natália Bonavides e Professora Rosa Neide, que suspende o cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas, em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar, e tem como objetivo evitar medidas que resultem em pessoas e famílias desabrigadas. (...).

- PL 2.093/20, do Sr. Deputado Fausto Pinato, que visa a suspender o cumprimento de sentença das ações de despejo até 31 de outubro de 2020, (...).

- PL 2.909/20, do Sr. Deputado Alexandre Frota, que assegura o desconto de 70% no valor do aluguel devido por academias de ginástica que não tenham filiais ou franquias e de 50% para academias de maior porte (...).

(...)

- PL 1.765/21, do Sr. Deputado José Guimarães, que estabelece a data de 31 de dezembro de 2021 como marco inicial do prazo para desocupações voluntárias de imóveis nas locações residenciais de imóvel urbano, em razão de ordem de despejo por falta de pagamento



e demais encargos. (...)."

Nós recebemos, ainda hoje, dois projetos que foram apensados: um do Deputado Orlando Silva, o PL 1833/21, que suspende os despejos, imissões, e o do Deputado José Guimarães.

"A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor e Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, para análise do mérito; Finanças e Tributação, para análise da adequação orçamentária e financeira e do mérito; e Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e também do mérito. Em razão da distribuição a mais de três Comissões de mérito, foi determinada a criação de Comissão Especial para analisar a matéria, conforme o inciso II do art. 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação pelo Plenário.

É o relatório, Sr. Presidente.

## II - Voto do Relator

### Competência da Comissão Especial.

O art. 34, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados atribui à Comissão Especial não só o exame do mérito das proposições submetidas à sua apreciação, mas também da admissibilidade, que abrange os aspectos apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa - e pela Comissão de Finanças e Tributação - aspectos financeiro e orçamentário públicos, quanto à compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual).

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria se insere no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, cujo teor atribui à União a competência privativa para legislar sobre direito civil e processual civil. Além de figurar no rol de competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, notadamente no dever atribuído a esses entes de "promover a melhoria das condições habitacionais", não excluída na hipótese a necessidade de assegurar o próprio direito à habitação, especialmente em razão da situação de emergência em saúde pública enfrentada. Neste aspecto, conclui-se que as proposições não apresentam vícios constitucionais a obstar sua regular tramitação.

Quanto ao aspecto de constitucionalidade material, observa-se a adequação das proposições com os direitos e garantias fundamentais, e o respeito aos fundamentos, objetivos fundamentais e princípios da República Federativa do Brasil. O conjunto de proposições submetido à análise desta Comissão Especial regula, de forma transitória, relações entre pessoas e bens imóveis no âmbito privado, com a finalidade de mitigar os efeitos sociais e econômicos gerados pela pandemia do coronavírus sobre o acesso à moradia - primeira porta de saída da condição de vulnerabilidade - e sobre a manutenção de estabelecimentos, essencial para a continuidade do exercício da atividade produtiva e, conseqüentemente, para o atingimento da função social da empresa de gerar emprego, renda e de fazer circular riquezas. Visa, portanto, proteger relações jurídicas que propiciam a efetivação de direitos constitucionais, cujos valores estão consubstanciados nos fundamentos da República, notadamente a dignidade da pessoa humana e o valor social da livre iniciativa.

De igual modo, o pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa utilizada nas proposições está adequada aos comandos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Da adequação financeira e orçamentária.

Quanto à admissibilidade e compatibilidade financeira e orçamentária da matéria, não se vislumbra qualquer desrespeito às normas vigentes, em especial em relação à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, à Lei do Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária da União.

Do mérito.

A quarentena e o isolamento, como instrumentos de restrição do trânsito de pessoas por razões sanitárias e segregação de pessoas doentes ou contaminadas, inserem-se no rol de medidas à disposição das autoridades públicas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional desencadeada pela pandemia da COVID-19. No atual cenário de incertezas quanto aos prazos para a disponibilização das vacinas e da nova onda de contaminação, com recordes nos índices de mortalidade, as limitações impostas pela determinação de quarentena e isolamento continuam sendo as principais políticas públicas adotadas com a finalidade de reduzir a transmissão comunitária do novo coronavírus e garantir a manutenção da capacidade dos serviços de saúde.



A efetividade dessas medidas e, por consequência, da política de proteção e prevenção da saúde, perpassa pela temática da segurança habitacional. Afinal, o direito à moradia adequada e segura durante a pandemia da COVID-19, sem ameaças de despejos e remoções, com o devido acesso aos serviços básicos, como água potável, saneamento e coleta de lixo, é essencial para garantir o cumprimento das medidas de proteção. Sem isso, o simples ato de lavar as mãos com regularidade fica comprometido.

Ao passo que a política pública do Estado se socorre dos lares dos brasileiros para enfrentar os efeitos sanitários da pandemia, não pode, principalmente neste momento, ignorar as dificuldades enfrentadas pelas famílias na manutenção de moradia capaz de atender dignamente as suas necessidades, independentemente do vínculo jurídico que conduz à posse do imóvel.

A Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, assegurou a suspensão das liminares admitidas em ações de despejo, de modo a impedir a desocupação de imóvel objeto de contrato de locação quando o fundamento da ação judicial for o não pagamento do aluguel e acessórios no prazo ajustado, em contratos sem garantia; em razão do término de contrato de trabalho quando a ocupação do imóvel se der em razão do emprego; em vista da permanência de sublocatário no imóvel após o término do contrato de locação celebrado com o locatário; pelo término do prazo para substituir garantia que mantenha a segurança do contrato de locação e no caso de término do contrato de locação não residencial em ações de despejo propostas no prazo de 30 dias do encerramento do vínculo locatício.

Apesar de representar um avanço legislativo, a suspensão das liminares em ação de despejo ainda não foi suficiente para garantir a proteção dos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade mais fortemente afetados por crises socioeconômicas e sanitárias, especialmente aqueles estabelecidos em assentamentos irregulares, que certamente encontrarão mais dificuldades para encontrar outra moradia. Essas ocupações abrigam comunidades inteiras, que suportam, além da insegurança da posse, a infraestrutura insuficiente e a oferta precária de equipamentos e serviços públicos.

Não há dúvida de que tais condições já implicam risco aumentado de contágio e, conseqüentemente, de morte. E, se antes da pandemia milhões de brasileiros não tinham assegurado o direito constitucional à moradia, com déficit habitacional que supera 7,8 milhões de unidades habitacionais, a crise que agora vivenciamos, e notadamente o avanço do desemprego - atualmente, mais de 41 milhões de pessoas não exercem qualquer ocupação remunerada - agravam o problema. Não por mera coincidência, na Região Sudeste, onde ocorre o maior déficit habitacional, concentra-se a maioria dos casos diagnosticados da

doença e de óbitos em decorrência da COVID-19.

O desalojamento coletivo de pessoas de baixa renda em meio à pandemia é medida injustificável, especialmente se nenhuma contrapartida dos poderes públicos é oferecida para assegurar a provisão de habitação alternativa permanente ou de caráter assistencial que confira proteção em relação à situação vivenciada. Promover desocupações coletivas, deixando as famílias ainda mais vulneráveis ao vírus, é uma grave violação da dignidade humana.

Não são poucos os exemplos pretéritos sobre a violência resultante de remoções forçadas, com prazos exíguos para abandonar residências, demolições em horário noturno e destruição de bens pessoais, reassentamento em áreas muito distantes e indenizações com valores baixíssimos ou até mesmo inexistentes, que afastam o morador da vida comunitária e social e o forçam a permanecer na informalidade. No presente caso, esse modo de proceder é agravado pelo risco de dano à integridade física e à vida das pessoas que ocupam informalmente essas áreas e dos demais membros da sociedade, pelo potencial de frustrar as orientações sanitárias.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entendemos justa e necessária a normatização de regras que impeçam as desocupações e remoções forçadas de imóveis que sirvam de moradia ou de área produtiva pelo trabalho individual ou familiar. Trata-se de medida que se coaduna com diversos instrumentos internacionais de proteção ao direito à moradia, conforme expressamente manifestado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para América do Sul (...) e pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos no Brasil (ONU-Habitat), em documento de apoio à aprovação desta matéria.

A prática de despejos coletivos é, por exemplo, reconhecida pelo Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas - 1991 -, órgão que monitora e interpreta as obrigações dos Estados junto ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (...), ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, como grave violação de direitos humanos, por se tratar de prática incompatível com os requisitos do pacto, uma vez que também podem ocasionar violações ao direito à vida, à segurança pessoal e a desfrutar de seus bens pessoais.

Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, medidas efetivas de remoções forçadas atingiram cerca de 12 mil famílias. Estima-se ainda que 72 mil famílias ainda estão sob a ameaça de remoção forçada. Sabe-se que os dados são subdimensionados, diante da dificuldade de mapear e identificar processos dessa natureza, entretanto, são suficientemente hábeis a demonstrar a urgência na adoção de

providências para evitar o aumento do contingente de pessoas desabrigadas em meio à pandemia - ato de defesa da vida e da dignidade dos cidadãos brasileiros neste momento em que superamos a marca de 436 mil óbitos confirmados pelo Ministério da Saúde.

Esse cenário levou o Conselho Nacional de Justiça a emitir recomendação, aprovada em 23 de fevereiro de 2021, para que o Poder Judiciário, na análise de pedidos de tutela de urgência que tenham por objeto desocupações coletivas de imóveis urbanos e rurais, sobretudo nas hipóteses que envolverem pessoas em estado de vulnerabilidade social e econômica, leve em consideração os impactos negativos do deferimento da medida para a manutenção de condições socioambientais e sanitárias favoráveis à contenção da COVID-19."

Logo, o CNJ se coloca a favor desta medida.

"Constitui dever do poder público assegurar a materialização do direito à moradia, e a remoção forçada deve ser considerada a última alternativa, jamais viabilizada sem a garantia imediata de realocação em local que possa atender às demandas sociais, inclusive produtivas, dos indivíduos e da comunidade. Observa-se que a suspensão de despejos e execuções hipotecárias já foi adotada por outros países no enfrentamento aos efeitos da pandemia, a exemplo dos Estados Unidos, para desacelerar a contaminação em meio às atividades do sistema judicial, mas também em atenção ao déficit de moradia e como mecanismo de proteção de trabalhadores de baixa renda.

À vista do exposto, entendemos ainda necessária a manutenção de dispositivo legal que imponha a vedação de concessão de liminares em ações de despejo. Isso porque a vigência da Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que continha tal previsão, esgotou-se em 30 de setembro de 2020, e os efeitos nefastos da pandemia persistem e, para as pessoas de baixa renda, são agravados com a significativa redução do programa auxílio emergencial.

Também inserimos mecanismo que visa a incentivar a realização de acordos para a redução ou suspensão do pagamento de aluguel de imóveis, como parte do esforço de evitar que os impactos sobre a renda possam comprometer a subsistência familiar e o seu direito à moradia. Para tanto, admite-se expressamente que aditivos em contratos de locação possam ser pactuados por correspondências eletrônicas e aplicativos de mensagens, e conferimos a esses acordos o mesmo efeito do contrato originalmente firmado entre locador e locatário, de título executivo extrajudicial, facilitando a celebração de acordos e a cobrança posterior do valor devido, por força do acordo de suspensão ou redução de aluguel durante a pandemia. De outra banda, buscamos desonerar os locatários que não puderem honrar o pagamento do aluguel, mediante a previsão de dispensa do pagamento



de qualquer multa fixada para as hipóteses de denúncia antecipada da locação quando as tratativas de acordo para adiamento ou redução do aluguel resultarem infrutíferas.

Essa previsão alcança inclusive as locações não residenciais. A pandemia do coronavírus (...), além de trazer consigo uma tragédia na área da saúde, vem se mostrando altamente desastrosa para a economia dos países. No Brasil, o fato de na última década a economia ter crescido razoavelmente abaixo da média mundial nos torna especialmente vulneráveis a quaisquer variações negativas do nosso Produto Interno Bruto. Somente no ano de 2020, a queda do PIB foi de 4,1% - a maior queda anual desde 1996. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas estão sendo fortemente afetadas pela crise.

Nesse contexto, organismos multilaterais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional publicaram textos recomendando a adoção de medidas no sentido da suspensão das ordens de despejo de locações, sejam elas residenciais, sejam elas comerciais. Nesse mesmo sentido, países como Estados Unidos, Portugal, Emirados Árabes, Singapura, dentre outros, adotaram medidas que protegem empresas e cidadãos.

Além da questão social envolvida, numa economia já fortemente debilitada como a brasileira, com empresas sofrendo para sobreviverem com seu fluxo de caixa negativamente afetado, o fechamento de empresas por não conseguirem manter seu local de funcionamento é mais um fator de risco que deve ser combatido pelo Estado.

A vulnerabilidade das empresas durante a pandemia foi também debatida pelo Conselho Nacional de Justiça, que, sem poderes para modificar questões de cunho jurisdicional, recomendou a todos os magistrados do Poder Judiciário brasileiro a adoção de cautelas na avaliação do deferimento de despejo por falta de pagamento e atos executivos de natureza patrimonial em ações judiciais que demandem obrigações inadimplidas em razão da pandemia.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE Nacional confirma que 38% de pequenos negócios que desenvolvem suas atividades em lojas ou salas de rua possuem dívidas em atraso. O endividamento dessas empresas é evidentemente maior nos Municípios em que houve restrição de circulação de pessoas e entre empresas que se encontram com as atividades interrompidas temporariamente. No perfil apresentado, os negócios com dívidas em atraso também tiveram maior queda de faturamento durante a pandemia, representando uma perda em média de 58% do faturamento.

Assim, entendemos que todas as propostas são meritórias e merecem

a aprovação, porquanto visam a assegurar o direito social à moradia e a continuidade do desenvolvimento das atividades empresariais de pessoas evidentemente em condição de vulnerabilidade, agravada em razão da crise decorrente da pandemia pelo coronavírus.

### Conclusão

Por todo o exposto, voto:

I - pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 827, de 2020, e de seus apensados;

II - pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 827, de 2020, e das proposições apensadas, as quais não produzem impacto financeiro ou orçamentário;

III - no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 827, de 2020, bem como de todos os apensados, na forma do Substitutivo anexo."

É isso, Sr. Presidente. Uma vez lido o relatório e o voto, eu gostaria apenas de dizer que se trata, mais uma vez, de medidas excepcionais, que não inovam em relação ao que esta Casa já aprovou no ano passado. A Lei nº 14.010, de 2020, suspendeu liminares em ações despejo. Neste substitutivo, nós tivemos a preocupação de incluir, na redação, um dispositivo que exige do locatário a comprovação de que teve perda de renda e, ao mesmo tempo, outro dispositivo que estabelece, no caso de o imóvel ser o único do locador e ele depender da renda daquela locação para sobreviver, que as medidas previstas nesta lei sejam excluídas. Verificamos que 70% dos locadores são de um imóvel só e 60% desses locadores dependem da renda dele obtida para a sobrevivência alimentar. Então, não seria justo. E preciso inclusive dizer que isso é fruto de emenda da Deputada Tabata Amaral, que deu essa solução para a denúncia no contrato.

Nós temos aqui dois dispositivos e um benefício: suspensão de remoções coletivas, suspensão de liminares e dispensa da multa quando o locador não tem mais condições de arcar com a despesa e quer sair daquela relação contratual.

Ressalto para os senhores e para as senhoras que nada nesta lei inova em relação ao que nós já aprovamos. Inclusive, na questão da decisão das liminares, nós a tornamos ainda mais restrita, para garantir que aquele locador que depende da renda de um único imóvel não seja penalizado, para nós podermos, então, aliviar a dureza da situação econômica que o Brasil enfrenta na vida do locatário.

Sr. Presidente, pedimos ao Congresso Nacional, neste momento de pandemia, que possa estender as mãos para aqueles que mais

precisam, para que aqueles que moram de maneira precária, que já estão submetidos a todo tipo de privação, na maioria das vezes sem água, sem energia, sem a mínima segurança, na beira da estrada, possam ter a proteção que o Estado deve dar em qualquer circunstância.

Sr. Presidente, esse é o relatório e o voto. Podemos seguir.

---

Documento 267/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD 17:00
Publ.: DCD - 19/05/2021 - GILSON MARQUES-NOVO -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. GILSON MARQUES** (NOVO - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que adicione o meu tempo de Líder.

Sr. Presidente, o projeto tem ótima intenção e dois objetivos, Deputado Luiz Lima: primeiro, impedir os despejos em tempos de pandemia; segundo, impedir a cobrança de multa contratual, isso tudo até 1 ano após a finalização da calamidade pública decorrente da pandemia.

Positivo, a intenção é boa. Pretende-se atender a população carente que não tem condições de pagar. Porém, ele tem uma visão diferenciada, na medida em que não vamos alcançar o objetivo pretendido. É a teoria da janela quebrada, de Frédéric Bastiat: o que se vê e o que não se vê.

O que não se vê são duas consequências básicas. Primeiro, a medida é inconstitucional, porque não pode o Legislativo afrontar as decisões tomadas pelo Judiciário no caso concreto - ele analisa aquela situação em particular, como, por exemplo, o inquilino ser o Abílio Diniz; o juiz vai analisar aquele caso concreto -, muito menos fazê-lo de forma retroativa, que é o que prevê o projeto. A pessoa entrou com a ação no



passado, em virtude de uma legislação posterior, e ele vai ser sucumbente, inclusive tem penalização jurídica por conta disso? Que segurança jurídica temos? E emendo com a segunda problemática: o contrato. Os nossos princípios de direito são o *pacta sunt servanda*, o contrato faz lei entre as partes: a autonomia de vontade, a liberdade, a propriedade.

Sou advogado. E sempre dizia: para quem é sério, não precisa de contrato; para quem não é sério, não adianta.

Que país passa a ser confiável se não respeita contrato? Quem vai investir aqui para construir empreendimentos, casas populares para alugar, sendo que não vai poder cobrar multa, não vai poder despejar? Isso afasta o capital; afastando o capital, afasta empregos, afasta arrecadação. Essa é a consequência inevitável, a verdade inconveniente que precisa ser dita, que fica ao largo dessa discussão do Congresso Nacional.

Vou mais além: estamos decidindo pelos outros. Não somos os ungidos que sabem qual é a melhor solução de todos os contratos, de todos os lugares, de todas as pessoas. Não temos essa brilhante consciência - não a temos! Confio muito mais em um poder descentralizado, na liberdade das pessoas contratar. A política de preços é dispersa na sociedade. Ela sobe ou desce conforme a demanda e a procura, e não conforme um político de Brasília decide. Não é assim.

É interessante, porque esses contratos, se acaso forem desrespeitados - coloquem-se na posição do proprietário do imóvel -, o que ele vai fazer? Usem de empatia. Vai fazer o que estão fazendo na Argentina: contrato de 6 meses, fixado em dólar. Ou então como a revista *The Economist* revelou: a política de controle de aluguéis da Alemanha foi um fracasso, porque, em 5 anos, tentou fazer esse tipo de controle.

O proprietário sempre encontra uma forma de equilibrar a demanda. Ninguém assina um contrato de aluguel, ou não deveria assiná-lo, se não tem condições. E repito: eu não estou dizendo que é preciso despejar ou não. O que estou dizendo é que há necessidade de se respeitar um trâmite legal. Isto aqui fere o direito de acesso ao Judiciário, porque, se o proprietário sabe que não pode despejar e não pode cobrar multa, ele sequer pode entrar na Justiça, porque vai perder.

É incrível a abrangência que pretende o projeto. Olhem o que um artigo diz: "*Execuções de decisões liminares e de sentenças; despejos coletivos; desocupações e remoções promovidas pelo Poder Judiciário; medidas extrajudiciais; despejos administrativos em locações em assentamentos; autotutela de posse*". É tudo retroativo! É para isso que

o Legislativo tem o poder? Ou acha que tem o poder de determinar para todo o Brasil, para todos os contratos, infringindo evidentemente a hegemonia, a harmonia dos Poderes? Todo mundo aqui diz que é contra o ativismo judicial. Mas contra o ativismo legislativo, não?

Se está determinado pelo juiz, no caso concreto, avaliando a razoabilidade, a proporcionalidade dos elementos das duas partes, e ele toma uma decisão, nós a estamos infringindo de maneira genérica. E o mais interessante é que o CNJ já tem uma recomendação para flexibilizar esses contratos. Ele recomenda que em tempos de pandemia esses contratos sejam relativizados. Há o princípio da função social dos contratos. Se for feita a intermediação por uma imobiliária, ainda há toda a proteção do direito do consumidor.

Mas, não, ainda não é o suficiente! *Top down*, este Legislativo pretende trazer uma decisão unânime, igualitária para todos os contratos, para todos os proprietários, os quais, muitas vezes, podem ser menos ricos do que os inquilinos. Em Brasília, por exemplo, não raras vezes, a locação é de 6 mil ou 7 mil reais, Deputado Luiz Lima. E esse imóvel é de família, e há seis ou sete herdeiros que dividem o aluguel. É óbvio que essa não é a regra, é a exceção. Mas aqui, numa lei genérica, às vezes, miramos no...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC)** - Por isso, vamos encaminhar contra, Presidente.

---

Documento 268/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 19/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.



**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - O exercício do mandato parlamentar pressupõe que se veja a realidade da população, a realidade deste País. Não cabe ao mandato parlamentar que representa o povo negar a realidade, porque a realidade entra nas nossas casas, a realidade se impõe.

Nós estamos vendo o aumento da pobreza, o aumento da fome. Milhões de brasileiros e brasileiras voltaram a passar fome, que foi erradicada neste País durante o Governo Lula. Estamos vendo que mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de insegurança alimentar, não sabem o que vão comer ou se vão comer. Estamos vendo também o aumento do desemprego.

Neste quadro, é preciso que esse Brasil que é invisibilizado pelos negacionistas, pelos que não têm sensibilidade possa ser resgatado quanto a sua dignidade humana. Quando falamos a respeito de casa, estamos falando em cidadania. Endereço é cidadania. Pessoas estão sendo expulsas de suas casas. Nós estamos em uma pandemia, e crises estão trançadas - crise sanitária, crise econômica, crise social. Os números não mentem, e a realidade se impõe.

Nesse sentido, não se pode permitir que essas pessoas sejam despejadas, que desocupações violentas ocorram. Aqui, no Distrito Federal, comunidades foram arrancadas dos seus espaços, moradores foram arrancados de suas habitações precárias e foram tratados com bombas de gás, foram tratados com violência. Sua comida foi triturada pelos tratores. Comunidades foram despejadas, e os remanescentes, por decisão judicial, foram cercados. Construíram-se valas para que pessoas não pudessem demonstrar a sua solidariedade e levar alimentos e água para eles.

Construíram-se valas, fossos. A polícia foi colocada para vigiar aquelas pessoas 24 horas por dia, usando helicópteros à noite. Portanto, é preciso acabar com isso, é preciso acabar com esse nível de insensibilidade, de arrancar a pessoa de dentro de si mesma, arrancar a dignidade humana. Esse projeto visa possibilitar a moradia, possibilitar que não haja despejo, possibilitar que as famílias tenham dignidade.

Aqueles que defendem as famílias deveriam ser os primeiros a defender esta proposição, porque ela significa que nós estamos construindo os tetos, na medida do possível. Mas esses tetos não podem sofrer a violência de serem arrancados.

Por isso, nós somos favoráveis ao projeto.

52.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021 -  
CD 17:24

Publ.: DCD - 19/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO  
DISCURSO

### *Sumário*

Discussão do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu também apresentei um projeto de lei, que está apensado. Considero este debate muito importante. A aprovação deste projeto é fundamental para o momento que nós vivemos em nosso País.

Em 2020, ainda na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, eu recebi um comunicado da ONU sobre a necessidade de interrupção dos despejos durante a pandemia. Como membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, representando a Minoria da Câmara, eu também citei em várias oportunidades a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre a situação dos despejos durante a pandemia. E é preciso que se diga que, mesmo diante da gravidade do que nós estamos vivendo, no ano de 2020 aconteceram despejos absurdos pelo nosso País.

Acompanhamos de perto, fizemos todos os esforços para que, efetivamente, essas ações fossem paralisadas. Mas há, na verdade, um entendimento equivocado, absurdo, que viola direitos humanos, que viola direitos fundamentais das famílias brasileiras e também de empreendedores, que, sem o apoio do Governo, vivem em situação dramática em vários locais do nosso País.

Portanto, eu quero render as minhas homenagens a todos os Deputados e Deputadas que tiveram a iniciativa de apresentar esses projetos, especialmente à Deputada Natália Bonavides, do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que acabou de fazer o seu pronunciamento por essa iniciativa importante.

Nós não podemos permitir despejos durante a pandemia. É preciso

tratar o período da pandemia da maneira como tem que ser. Por exemplo, não votarmos aqui projeto de privatização. A hora, agora, é de garantirmos comida para o nosso povo, emprego, vacina, moradia. A moradia das pessoas está sendo ameaçada, muita gente sendo ameaçada. A aprovação deste projeto de lei faz justiça a milhões de brasileiros que estão vivendo esse drama neste momento de pandemia grave que o País atravessa.

Muito obrigado.

---

Documento 270/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	17:28
Publ.: DCD - 19/05/2021 - ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. ANDRÉ JANONES** (Bloco/AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou muito surpreso em ver que conseguimos encontrar discordância em um projeto que prevê nada mais nada menos do que dignidade e condições para que as pessoas cumpram aquilo que nós, de forma hipócrita, estamos pedindo aqui da tribuna, das redes sociais, a todo momento, que é o chamado "fique em casa". Pela primeira vez, desde que eu estou aqui na Câmara, como Deputado, eu vejo um projeto de lei que, de fato, beneficia praticamente todos os brasileiros. Prova é que eu sou autor do projeto principal, porém, nós temos mais de 22 apensos dos mais variados partidos: PP, PMDB, PSDB, PT, tudo que é partido está representado nessa causa. Infelizmente, quando achamos que se está beneficiando todo o povo brasileiro, como de fato estamos, vemos que alguns ainda conseguem discutir, falar em segurança jurídica, em segurança de um contrato, em *pacta sunt servanda*, quando o povo está passando fome sem o mínimo de dignidade para continuar sobrevivendo, eu não diria nem vivendo

durante esta pandemia aqui em nosso País.

Então, eu quero dizer a um dos Deputados que me antecederam, que falou tanto sobre a segurança jurídica, que não podemos falar em segurança jurídica, quando o que está em jogo é a segurança alimentar do povo brasileiro, é a dignidade, é o direito básico à moradia.

Só para ilustrar isso o que eu estou dizendo, para mostrar que nós temos embasamento, o próprio CNJ recomendou aos magistrados que, antes de conceder uma ordem de despejo durante a pandemia, fizessem uma análise mais criteriosa. O próprio CNJ pediu cautela. Então, o que o CNJ disse para os magistrados? *"Olha, você só pode despejar a pessoa em casos excepcionais"*.

Ora, o que nós estamos fazendo é justamente trazer segurança jurídica para os negócios em nosso País. Nós estamos mostrando que é o Legislativo quem legisla. Só estamos invertendo a ordem. O que o CNJ disse foi que a regra agora durante a pandemia é conceder o despejo, porém, com cautela, de modo que, analisando o caso à parte, essa liminar de despejo possa não ser concedida. Só estamos transformando o não despejo em regra. Em regra, é bom frisar, aqui, durante a pandemia.

O Parlamentar do Partido Novo, quando vem fazer suas observações, manipula o debate, dando a entender que estamos aprovando aqui um projeto de lei que vai perdurar por toda a eternidade, até que seja revogado. Isso é mentira! Nós estamos falando de uma situação excepcional. Ninguém previa uma pandemia nesses moldes no mundo e, principalmente, aqui no Brasil, onde infelizmente várias medidas necessárias não foram adotadas, fazendo-nos chegar a essa situação calamitosa.

Então, que possamos fazer um debate verdadeiro, sem manipulações, sem mentiras! É preciso contar a verdade para o povo brasileiro, de forma simples, resumida. Eu acho que estamos aqui para nos comunicar com quem está lá fora. Ficar fazendo jogo só aqui para dentro e se esquecer lá de fora não resolve os problemas de quem mais precisa.

De forma resumida, o que está sendo votado aqui e agora é se vamos autorizar o Poder Judiciário a colocar na rua pessoas carentes, sem o mínimo de condições de sobrevivência, durante a pandemia. É isso o que está sendo debatido.

Lembro também outro detalhe que, de forma muito conveniente, foi esquecido: o proprietário que tenha só um imóvel que seja para sua subsistência não será afetado pela lei.

Então, eu peço aos senhores a aprovação.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 271/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 18/05/2021- 17:32
Publ.: DCD - 19/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias. Protesto contra a redução do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu acho que, no debate, nós ganhamos três inscrições, mas, no cômputo global, há uma restrição da voz da oposição. Vamos seguir debatendo isso com serenidade.

Eu quero falar sobre este projeto. Eu fiquei muito impressionado quando ouvi, com toda atenção, a fala de um Parlamentar do NOVO, uma fala baseada nas teses do fundamentalismo liberal. A Deputada Natália Bonavides trouxe o argumento central de forma muito precisa. Este tipo de fala não conhece a realidade de milhões de pessoas - milhares mais provavelmente - que ficam de uma hora para outra na rua, sem um lugar para morar. Não se está falando aqui de rompimento de contratos, mas, sim, de proteção do direito social à vida digna de pessoas que não têm outra alternativa. E lembro que nós estamos enfrentando uma pandemia.

Eu não sei se o Parlamentar do NOVO tem lido os mesmos dados que eu. Milhões de pessoas perderam o emprego, milhões de pessoas tiveram a sua renda reduzida pela metade. Aliás, a pandemia está cada vez mais grave, porque o negacionismo e a incompetência do Governo Bolsonaro estão jogando o Brasil num buraco cada vez mais duro e difícil de enfrentar, porque ele não toma atitudes.

Veja este auxílio emergencial agora, Deputada Professora Rosa Neide!

O auxílio emergencial, que deveria ser de 600 reais enquanto durar a pandemia - é o que estão fazendo todos os países do mundo -, foi cortado para 250 reais, 150 reais, conforme a situação. Parece que é uma aposta no caos social, uma aposta na não tomada de decisões para que a economia possa se reerguer.

O que a Câmara está fazendo hoje - nós vamos votar com muita convicção este texto - é proteger temporariamente milhares ou milhões de pessoas que poderiam ser despejadas. Infelizmente, algumas estão sendo despejadas. O Deputado Vicentinho, do Tocantins, acabou de nos trazer a informação de que, ontem ou anteontem, foram despejadas 58 famílias, o que agrava a pandemia, desrespeita a dignidade das pessoas e agrava a situação econômica e social do nosso País.

Parabéns ao Deputado Camilo Capiberibe e a todos os Autores dos projetos! Vamos votar, porque isso, sim, é a democracia protegendo os mais vulneráveis num momento dramático como o que estamos vivendo.

---

Documento 272/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 19/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio ao discurso de Deputados neoliberais. Discussão do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria descortina todo o processo que cada partido tem para tratar determinadas questões. Por exemplo, o voto impresso custa dinheiro, mas eu vi Deputados do NOVO achando que o voto impresso é necessário, mesmo que inconstitucional. Eu quero ver agora como vão votar a privatização da ELETROBRAS.

Como diz o meu companheiro Deputado Henrique Fontana, esse

fundamentalismo neoliberal tem limites. Parece-me que são Parlamentares que estão abduzidos pelo mercado, Parlamentares que, em plena pandemia, tratam de questões de ordem temporária, de questões de ordem emergencial como se estivéssemos num ambiente natural, num ambiente em que as coisas se dão de maneira natural e adequada. É preciso ter consciência de que nós estamos num País cuja desigualdade faz repercutir na pandemia os efeitos colaterais que outras sociedades mais equilibradas não produzem. É preciso sair da artificialidade de determinadas causas para não estar aqui, em pleno Parlamento, tentando tratar de situações que são muito sensíveis para o nosso povo como se aqui estivéssemos tratando apenas e tão somente de matérias jurídicas, como se fosse algo hermético.

Entretanto, nessa situação, nós devemos ter a consciência de que essas pessoas que dependem da mão do Estado para se livrarem de ficar à toa, debaixo dos viadutos, em extrema vulnerabilidade, por conta do aspecto pandêmico, devem ter deste Parlamento a mão benfazeja, a mão de quem efetivamente tem a responsabilidade de reagir de maneira firme, contundente e solidária.

O Parlamento brasileiro tem que fazer a sua parte.

---

Documento 273/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 19/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

"Durante a discussão da matéria, foi apresentada uma única emenda de Plenário.

A Emenda nº 1, de autoria da Deputada Tabata Amaral, impede a denúncia da locação de imóvel em caso de tentativas de acordos frustradas para redução, suspensão ou adiamento do pagamento do aluguel quando o imóvel objeto da locação for o único de propriedade do locador, excluído o utilizado para sua residência, desde que os aluguéis consistam na totalidade de sua renda.

## II - Voto do Relator

Pela Comissão Especial, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda e pela adequação financeira e orçamentária da emenda. A emenda é meritória por trazer maior equilíbrio nas relações contratuais de locação, notadamente no que diz respeito à hipótese de hipossuficiência do locador, razão pela qual acolhemos a Emenda nº 1, na forma de Subemenda Substitutiva Global.

Desde logo, agradecemos à Deputada Tabata Amaral por essa relevante contribuição para o aperfeiçoamento do nosso parecer. De igual modo, aproveitamos a oportunidade para acolher a sugestão do Deputado Enrico Misasi para a supressão do art. 4º do substitutivo anteriormente apresentado".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o parecer.

---

Documento 274/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD 17:56	
Publ.: DCD - 19/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias, ressalvados os destaques.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "sim" ao projeto. Este é um projeto que visa, inclusive, atender a solicitação de muitas famílias que, neste momento de pandemia, estão sendo ameaçadas de remoção. Mais ainda, a ONU estabeleceu como recomendação, neste momento de pandemia, que os Estados - caso em que o Brasil também se enquadra - suspendam o despejo e remoções. Este PL vai ao encontro destas recomendações, com medidas estabelecidas para conter o avanço do coronavírus. Este é um projeto meritório, que visa atender por um período provisório - estabelece o prazo de 90 dias de suspensão -, até para que se resguarde o direito de saúde, de moradia, de vida, justamente para não expor ainda mais as pessoas em situação de vulnerabilidade social, inclusive com a negação de direitos básicos.

A REDE orienta "sim" e parabeniza o Relator e os autores.

---

Documento 275/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD 18:00	
Publ.: DCD - 19/05/2021 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias, ressalvados os destaques.

---

**A SRA. NATÁLIA BONAVIDES** (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT orienta "sim".

Eu gostaria de aproveitar este minuto de orientação para dizer que a situação que o Deputado do NOVO trouxe não se aplica. Se o Deputado tivesse lido o relatório, tivesse visto as restrições, as travas que o Relator trouxe para esse projeto, iria entender que não atinge aqueles proprietários mais vulneráveis, não atinge quem aluga aquele único imóvel que tem, além do seu, e tira dali a sua fonte de subsistência. Não se aplica para esses casos, Deputados.

Lembramos ainda que existe uma limitação de valor. Não é para proteger quem vive em casas que têm aluguel com valor de mil ou de 2 mil reais. Também não se aplicar a isso. Nós estamos tratando aqui de uma situação excepcional, que vai proteger quem está em situação muito vulnerável, nas situações em que não são prejudicados aqueles pequenos locadores que só têm um imóvel para alugar e que dependem daquela fonte de aluguel para sua subsistência.

---

Documento 276/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD 18:00	
Publ.: DCD - 19/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias, ressalvados os destaques.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "sim", Presidente.

Eu quero reforçar as palavras da Deputada Natália Bonavides. O projeto que nós estamos votando visa proteger os inquilinos que têm a sua moradia ou o seu pequeno negócio, os microempreendedores que perderam a condição de pagar por esses aluguéis. Se forem despejados, nós agravaremos a situação social e a expansão da pandemia.

Para aqueles que falam muito no direito de propriedade, eu pondero que o direito à vida deve estar acima do direito de propriedade. Sempre que possível, respeita-se o direito de propriedade, mas, quando se vai colocar a vida em risco, a dignidade, o direito de viver de um cidadão, isto tem que estar acima. E aí, sim, negociações futuras resolverão problemas pontuais, mas temos que aprovar esse projeto.

---

Documento 277/438

---

52.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021-  
CD 18:04

Publ.: DCD - 19/05/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias, ressalvados os destaques.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela Oposição, quero inicialmente dizer, como Presidente da Frente Parlamentar da reforma urbana, que nós apoiamos na íntegra esse projeto. Este Parlamento já votou anteriormente a suspensão dos despejos privados, na relação entre locadores e locatários, no âmbito da pandemia. Nós sabemos que as pessoas precisam ficar em casa e, para isso, elas têm que ter uma casa. Este Parlamento já suspendeu os despejos no âmbito das relações privadas, relações entre locador e locatário. Esse projeto trata dos despejos coletivos. Nós não podemos jogar nas ruas do Brasil pessoas desprotegidas, que precisam se cuidar agora, para que não contraíam a COVID-19 e possam ter risco de vida.

Por isso, a Oposição é favorável ao projeto.

---

Documento 278/438

---

52.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021-  
CD 18:08

Publ.: DCD - 19/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento ao Plenário sobre o teor do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à

desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento, porque me parece que existe uma dúvida quanto ao alcance da lei. Eu quero repetir isto de maneira muito clara: a lei não atinge aquele locador que tem apenas um imóvel e que desse imóvel decorre uma dependência da renda que venha dele. Não incide sobre esse caso específico. No caso do pedreiro, o caso que foi levantado aqui pelo colega do partido NOVO, ele não terá que se submeter à suspensão de liminar de despejo ou aceitar os termos da denúncia do contrato sem pagamento de multa. Em todo caso que houver um locador que tenha apenas um imóvel e que dependa da renda desse imóvel, nenhum dos termos desta lei que nós estamos votando agora será aplicado.

Portanto, na votação, se há alguém que esteja preocupado com aquele que é pequeno e que vai ser prejudicado, digo que esta lei não prejudica o pequeno. Ela favorece os mais vulneráveis, que estão sofrendo com redução de renda no período de pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 279/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021 - CD 18:12
Publ.: DCD - 19/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à aprovação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Adoção pela Casa de providências a respeito da agressão física praticada pelo Deputado Diego Garcia contra o Deputado Paulo Teixeira.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, hoje é dia de subirmos à tribuna e dizermos em alto e bom som: Não à privatização da ELETROBRAS.

Primeiro, por ser uma medida provisória. Mas a medida provisória tem

que ter urgência, relevância - há projetos de lei tramitando nesta Casa que também somos contrários - e fazemos via medida provisória que sequer teve Comissão instalada. Inclusive, o relatório veio direto para o plenário.

Estamos falando da maior empresa de energia da América Latina: 30% de energia administrada e consumida no Brasil vem da ELETROBRAS; 45% das redes de transmissão são da ELETROBRAS; a energia mais barata para a população brasileira é da ELETROBRAS. E está prestes a entrar em votação a sua privatização. Política do Governo Bolsonaro.

Na verdade, quero registrar aqui uma situação. Vejam que diferença enorme. Tenho o pronunciamento do ex-Presidente Lula, o estadista, exatamente referindo-se à importância estratégica da ELETROBRAS para o Brasil, do outro lado, no Governo, um vendilhão. Sim. Lula estadista, posicionando-se contra a privatização e, do outro, Bolsonaro, um vendilhão, entregando esse patrimônio tão importante para o Brasil.

Vou ler aqui a manifestação do ex-Presidente Lula no dia de hoje:

*"Está em curso mais um crime contra o povo brasileiro e o futuro do nosso país. O alvo da vez é a Eletrobras, que Bolsonaro quer vender a preço de banana, colocando em risco a soberania e a segurança energética do Brasil.*

*Se esse crime não for evitado, a privatização da Eletrobras vai também elevar consideravelmente as tarifas de energia, levando a conta de luz a fazer companhia aos preços abusivos do gás de cozinha, da carne e dos demais alimentos, que não param de subir.*

*Sem falar no risco de apagões, como o que aconteceu em novembro no Amapá. Uma série de falhas cometidas pela empresa privada responsável afetou o abastecimento de energia elétrica e água encanada, além dos serviços bancários, internet e telefonia, levando o caos à população.*

*A Eletrobras é a maior empresa de energia da América Latina. São 48 usinas hidrelétricas, 62 eólicas, 12 termelétricas, duas termonucleares e uma solar. Além de mais de 70 mil quilômetros de linhas de transmissão, suficientes para dar uma volta e meia ao redor da Terra.*

*A empresa foi também responsável pela operação do programa Luz para Todos, criado no nosso governo - diz o Presidente Lula - que levou energia elétrica a quase 17 milhões de brasileiros que viviam na escuridão, em pleno século 21.*

*Privatizar a Eletrobras é entregar de bandeja esse inestimável patrimônio duramente construído pelo povo brasileiro. É permitir que*

*interesses privados passem a controlar as barragens e as vazões das águas, bem como o acesso a importantes fontes hídricas do nosso país.*

*Em defesa da soberania e da segurança energética do Brasil, e para evitar que o governo Bolsonaro leve ainda mais nosso país à escuridão, é preciso dizer NÃO à privatização da Eletrobras."*

Esta é a manifestação do Presidente Lula, o estadista que estava preocupado e está preocupado. Quando Presidente, trabalhou exatamente para que as empresas públicas do Brasil pudessem ajudar no desenvolvimento estratégico, fazendo os investimentos e garantindo para a população atendimentos qualificados e custos baixos desses serviços à população.

Por isso, nós temos aqui de um lado Luiz Inácio Lula da Silva, o estadista preocupado com o desenvolvimento do País e, de outro lado, nós temos Bolsonaro, o vendilhão da Pátria brasileira. Vendilhão! E muitas vezes vêm aqui Parlamentares que defendem esta política do Governo dizerem que esta é uma política moderna. Não há nada de moderno nisso. É um atraso! Nós somos praticamente, de uma forma atualizada, uma colônia. Antigamente se dizia que o Brasil era colônia dos países que vieram aqui fazer a colonização, porque entregávamos a madeira, entregávamos os minérios. Pois bem, o Bolsonaro continua entregando a madeira de forma clandestina, irregular, como foi testemunhado há poucos dias, no caso da madeira clandestina vendida na Amazônia. Continua entregando os minérios, só que mais do que entregar esse patrimônio, hoje também o vendilhão Bolsonaro entrega o patrimônio construído, que são as estruturas públicas, como é o caso específico da ELETROBRAS, que está aqui para ser votada. Mas vamos fazer de tudo para não aprovar essa privatização.

Ao mesmo tempo, o Bolsonaro, vendilhão, está entregando a PETROBRAS, está entregando as refinarias. Então ele é responsável não só pelas mortes por COVID. Hoje o Senado está fazendo a CPI da COVID, está apurando as irresponsabilidades, os crimes que foram cometidos, esse genocídio da população! Praticamente meio milhão de pessoas já morreram no País por causa da irresponsabilidade do Governo que negou vacina para sua população. Aliás, o tema da vacina está cada vez mais presente e é necessário viabilizarmos para a nossa população sob pena de mais pessoas irem a óbito. E o Governo dizendo que isso é apenas uma gripezinha.

Pois bem, além da responsabilidade pelas mortes, agora o Bolsonaro é responsável pela entrega desse patrimônio. E o custo vai ficar para a população brasileira. Não há nada de moderno. É um atraso! E o prejuízo será pago pela população brasileira.

Por isso, faremos de tudo para impedir que essa venda se consolide. O PT, junto com os demais partidos - com todos os partidos da Oposição -, está aqui e fará todo o processo para impedir essa venda.

Muitas manifestações foram realizadas hoje pelo Brasil afora e também aqui em Brasília contra essa medida provisória, que, aliás, ficou conhecida como a medida provisória do apagão. O apagão no Amapá aconteceu por problema de uma empresa privada, e esta foi socorrida por uma empresa pública, a ELETRONORTE, que é do sistema ELETROBRAS.

É esse o debate que a sociedade brasileira precisa fazer, compreender os dois projetos que estão postos neste momento: do estadista Presidente Lula, que se manifesta preocupado com a ELETROBRAS, e do Bolsonaro, como vendilhão, entregando esse belo patrimônio, infelizmente, para empresas provavelmente de fora do País, que irão tratar dos temas que deveriam ser tratados estrategicamente pelo Brasil, como qualquer nação do mundo está fazendo.

Por último, Presidente, eu não posso deixar de registrar o que está acontecendo nesta Casa. E pediria uma atenção especial do Presidente Arthur Lira sobre episódios de crescimento de ondas de violência e de ódio que está acontecendo nesta Casa.

Eu preciso fazer dois registros. Quanto ao primeiro, está aqui o nosso querido Deputado Paulo Teixeira, que, como Presidente da Comissão que regulamenta o uso de medicamento à base de *Cannabis*, foi agredido durante o debate, hoje de manhã, Presidente. S.Exa. foi agredido fisicamente pelo Deputado Diego Garcia, do Podemos do Paraná.

Eu faço esse registro porque, Presidente, precisam ser tomadas atitudes.

Esta Casa não pode ser contaminada pela onda odiosa com que muitos bolsonaristas ou milicianos têm trabalhado pelo Brasil afora - essa onda não pode se transferir aqui para dentro! Esta Casa é do debate, do bom debate e da democracia. Se a pessoa não tem argumentos qualificados para debater, como fez hoje de manhã o Deputado Paulo Teixeira, que não faça agressão.

Deputado Paulo Teixeira, faremos o devido acompanhamento na Comissão de Ética, como também nos manifestamos aqui com relação à Deputada Maria do Rosário...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 280/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/05/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 19/05/2021 - POLICIAL KATIA SASTRE-PL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.568, de 2019, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), e das Leis de nºs 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 1990, para tipificação do feminicídio como crime autônomo e agravamento das penas impostas ao condenado.

---

**A SRA. POLICIAL KATIA SASTRE** (Bloco/PL - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Presidente.

Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. e à bancada feminina, na pessoa da Coordenadora, Deputada Celina Leão, a designação da presente Relatoria.

Antes de entrar no parecer, é importante pontuar aqui que não se tratam de questões políticas envolvidas de ideologias, mas sim de combate à violência contra a mulher, de garantir uma punição severa àqueles que se valerem de uma condição de força superior para subjugar qualquer mulher. Feitas essas considerações, passo ao relatório.

Parecer proferido em plenário ao PL 1.568/19.

"I - Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.568, de 2019, de autoria da Deputada Rose Modesto, que pretende aumentar a pena mínima do crime de feminicídio e, também, endurece o cumprimento de pena ao prever que o condenado deverá cumpri-la integralmente em regime fechado.

Ao projeto principal foram apensadas as seguintes proposições: PL 2.939/19 e PL 4.555/19.

O Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, também de autoria da Deputada Rose Modesto, endurece o cumprimento de pena do crime de feminicídio ao rezar

que a progressão de regime só se dará após o cumprimento de quatro quintos da pena, estabelecendo, ainda, proibição de qualquer tipo de saída temporária.

O Projeto de Lei nº 4.555, de 2019, de autoria do Deputado Sanderson, no mesmo sentido do projeto anterior, proíbe a concessão de saída temporária aos condenados pelo crime de feminicídio.

A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e art. 54, RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em plenário.

É o relatório.

## II - Voto da Relatora

No que concerne à constitucionalidade das proposições ora analisadas, verifica-se que todas atendem aos preceitos constitucionais referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

No que tange à juridicidade, observa-se que os projetos guardam consonância com os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

Quanto à técnica legislativa, as propostas atendem aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, cabendo, contudo, pequenos reparos a fim de compatibilizar o texto proposto com a nova redação da Lei nº 8.072, de 1990 - Lei de Crimes Hediondos e da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução Penal, recentemente alteradas pela Lei nº 13.964, de 2019.

Passemos, então, à análise do mérito das proposições, salientando, de antemão, a extrema relevância da matéria.

Os dados mais recentes divulgados pelo CNJ sobre processos de violência doméstica e de feminicídio no Brasil revelam uma situação alarmante: o número de casos novos envolvendo assassinatos de mulheres foi de 2.788 em 2020, um aumento de 39% em relação a 2019. Registra-se que a Justiça brasileira tem mais de 1 milhão de processos tramitando relacionados à violência doméstica. Desses, mais de 5 mil são de feminicídio.

Situação crítica que merece atenção desta Casa é o aumento substancial de casos de violência doméstica durante a ocorrência de calamidade pública da COVID-19. De fato, não há como negar que o isolamento social potencializa a ação dos agressores, uma vez que se tornou ainda mais difícil a mulher procurar ajuda de autoridades policiais, parentes ou pessoas conhecidas, já

que muitas vezes a mulher está confinada em casa com o seu algoz.

Diante da gravidade da situação, este Parlamento deve ser contundente em propor uma legislação que impeça a disseminação da violência contra a mulher, a fim de dar uma resposta firme à sociedade, reprimindo com veemência os agressores que insistem em promover terror contra as mulheres. Nesse sentido, são meritórios e oportunos os projetos de lei ora examinados.

Inicialmente, entendemos ser imprescindível o aumento da pena do crime de feminicídio para frear o aumento de casos recentes de violência contra a mulher. Apesar de o feminicídio ser crime hediondo com pena de 12 anos a 30 anos de reclusão, tais penas não intimidam os criminosos, que insistem na violência, não temendo a aplicação da lei penal.

Para isso, balizados pelo Projeto de Lei nº 1.568, de 2019, propomos atualização na legislação penal, aumentando a pena mínima de 12 anos para 15 anos de reclusão, com o intuito de reprimir os agressores e impedir o cometimento desta gravíssima infração penal, que indigna toda a população.

Em paralelo ao aumento de pena, entendemos que também há necessidade do endurecimento das regras de progressão de regime e das saídas temporárias de criminosos que tenham cometido feminicídio, acatando as sugestões trazidas nos PLs 2.939/19 e 4.555/19.

Por fim, acreditamos ser oportuno conceder autonomia ao crime de feminicídio. Com essa medida, este Parlamento, num momento histórico, dará recado bem claro para a sociedade: *"Não toleramos violência contra as mulheres"*.

Com efeito, entendemos que o crime de feminicídio merece ser norma incriminadora independente, com a intenção de dar destaque e trazer luz para esse problema no campo da justiça criminal, prestigiando nossa causa.

O reconhecimento do feminicídio como crime autônomo se justifica, portanto, pela necessidade de tornar mais visível essa forma de violência historicamente recorrente em nosso País.

Além de imprimir maior reprovabilidade à conduta, a proposta de criação de um tipo penal específico para o feminicídio busca viabilizar a uniformização de informações e estatísticas sobre as mortes de mulheres no Brasil.

Mesmo após a edição da Lei nº 13.104, de 2015, que inseriu o feminicídio no Código Penal, observa-se que esse crime ainda é subnotificado, uma vez que a classificação do feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio dificulta a sua efetiva contabilização em âmbito nacional.

Cabe salientar que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano de 2020, ao retratar a escalada dos casos de feminicídio no Brasil, apresentou estatística que tem como principal fonte os dados das polícias civis estaduais e

as informações provenientes dos boletins de ocorrência registrados. Nesse cenário, a classificação do registro como feminicídio ou homicídio depende da interpretação da autoridade policial.

Há de se mencionar, ainda, que a autonomia do delito de feminicídio facilitaria a aplicação da lei penal e a dosagem da pena pelo juiz no caso concreto.

O feminicídio, então, deixaria de ser uma qualificadora do crime de homicídio e passaria a figurar como crime autônomo, inaugurando o art. 121 do Código Penal.

A criação de um tipo penal próprio para o feminicídio demandaria, conseqüentemente, a alteração da Lei nº 8.072, de 1990, a fim de que seja mantida a natureza hedionda do crime.

### III - Conclusão do Voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, nosso voto é pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.568, de 2019; 2.939, de 2019 e 4.555, de 2019, na forma do substitutivo anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 1.568, de 2019, 2.939, de 2019, e 4.555, de 2019, e, no mérito, pela aprovação de todos, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2019.

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.568, de 2019

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos, para aumentar a pena do feminicídio e considerá-lo crime autônomo, bem como para tornar mais rígida a progressão de regime e vedar a concessão de saídas temporárias ao condenado que cumpre pena por praticar feminicídio.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa vigorar acrescido do seguinte art. 121-A:

*'Feminicídio*

*Art. 121-A. Matar mulher por razões da condição de sexo feminino:*



*Pena - reclusão, de 15 a 30 anos.*

*§ 1º Considera-se que há razões de condições de sexo feminino quando o crime envolve:*

*I - violência doméstica e familiar;*

*II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.*

*§ 2º A pena do feminicídio é aumentada de um 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:*

*I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;*

*II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;*

*III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;*

*IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.'*

Art. 3º O art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI-A:

'Art. 112. 112.

.....  
.....  
.....

*VI-A - 55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional;*

.....'  
(NR)

Art. 4º O § 2º do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 122. 122.

.....  
.....  
.....



§ 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o caput deste artigo:

*I - o condenado que cumpre pena por praticar feminicídio;*

*II - o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.' (NR)*

Art. 5º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....  
.....  
.....

*I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII);*

.....  
.....

*I-B - feminicídio. (art. 121-A);*

.....  
' (NR)

Art. 6º Revogam-se o inciso VI do § 2º e os §§ 2º-A e 7º, todos do art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2021."

Obrigada, Presidente. Eu espero realmente que este projeto seja aprovado, para que nós consigamos defender as mulheres do nosso País.

---

Documento 281/438

---

52.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 18/05/2021-
	CD	19:48
Publ.: DCD - 19/05/2021 - CHRISTINO AUREO-PP -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

*Sumário*



Desempenho da coordenadora da bancada feminina na Casa, Deputada Celina Leão. Relevância do Projeto de Lei nº 1.568, de 2019, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), e das Leis de nºs 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 1990, para tipificação do feminicídio como crime autônomo e agravamento das penas impostas ao condenado. Regozijo com a tramitação do Projeto de Lei nº 1.367, de 2020, de autoria do orador, apensado ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias. Agradecimento ao Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, general Luna e Silva, pela concessão de audiência ao orador e ao Prefeito Municipal de Macaé, Welberth Rezende, para tratativas de assuntos de interesse da municipalidade.

---

**O SR. CHRISTINO AUREO** (Bloco/PP - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Eduardo Bismarck, primeiro, quero agradecer pela gentileza da concessão do tempo e pela condução serena dos trabalhos.

Sr. Presidente, quero fazer um registro, em nome do Partido Progressistas, do papel da Deputada Celina Leão na coordenação da bancada feminina. Neste dia tão importante, assinalo também a relevância do projeto de autoria da Deputada Rose Modesto, sob a Relatoria da Deputada Policial Katia Sastre. É importante ressaltar não só o aspecto do aumento da pena, mas também, no que se refere à prescrição, a tudo o que envolve o fato de nós reafirmarmos, homens e mulheres, a importância de repudiar o feminicídio e, mais do que repudiar, de criar a cultura, tanto em meninos e em meninas, de que o lar tem que ser respeitado, de que a violência não deve fazer parte, em nenhum momento, das relações que são tecidas no ambiente doméstico.

Por isso, o respeito entre mulheres e homens faz parte do trabalho de formação das novas gerações. Se não foi possível, no passado, que isso fizesse parte naturalmente dessa teia de relacionamentos, que a punição exerça o papel absolutamente inibidor da prática do feminicídio, da prática de qualquer violência.

Feito o registro da relevância desse projeto, eu quero também, Presidente, voltando um pouco à matéria anterior, registrar que estou muito feliz de ter sido o autor do PL 1.367/20, que tramitou apensado ao projeto aprovado na noite hoje, que tratou exatamente do respeito à condição das pessoas que são locatárias, ou de imóveis residenciais,

ou de imóveis comerciais, e que, por força da pandemia, perderam seus empregos ou perderam sua condição de sobrevivência à frente de empreendimentos.

É muito importante que partidos de todos os matizes, de direita a esquerda, passando pelo centro, com todos os tipos de concepção de mundo, olhem com a mesma visão de solidariedade para este momento da pandemia. Impedirmos o despejo não é uma medida de força contra aqueles que lutaram para ter acesso ao patrimônio e à propriedade, é, sobretudo, uma medida de respeito à condição de vulnerabilidade que se espalhou por toda a sociedade.

Temos um conjunto de projetos aprovados nessa direção, que eu tenho a convicção de que o Senado vai confirmar. E nós vamos conseguir a sanção, finalmente, desse conjunto de projetos que põe justiça e, principalmente, traz um pouco menos de aflição e de angústia para aqueles que, de alguma forma, além de terem que sobreviver com o auxílio emergencial, ainda têm que se preocupar se vão continuar com o teto que os abriga ou se vão continuar com as portas abertas de um pequeno empreendimento que traga renda para a família.

Portanto, fazer este registro é por demais importante neste momento, para todos nós.

Para finalizar, eu quero fazer um agradecimento ao Presidente Silva e Luna, da PETROBRAS, e também ao Diretor Roberto Ardenghy, por terem nos recebido, a mim e ao Prefeito de Macaé, Welberth Rezende, no dia de ontem, em audiência, para que pudéssemos tratar dos assuntos da minha cidade de Macaé, que é a sede principal da PETROBRAS no Brasil.

O Estado do Rio é detentor da produção de quase 80% do óleo e mais de 60% do gás do País, e a PETROBRAS tem em Macaé a sua sede relevante, a sua sede operacional. Nós trabalhamos para que assim continue, mas com uma parceria produtiva entre a PETROBRAS, o Município e toda a região do norte fluminense, que tanto dependem desse esforço da companhia.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 282/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-13:52
Publ.: DCD - 20/05/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da Covid-19. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELEBRAS; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Envolvimento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em esquema de exportação ilegal de madeiras. Defesa de abertura, pela Casa, da CPI do Meio Ambiente.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.**

Atenção, Parlamento brasileiro! Atenção, Poder Judiciário do nosso País! Atenção, sociedade organizada! Atenção, nossos Governadores! O nosso País, esta poderosa Nação, não pode deixar ser derrotada por um Governo em fim de mandato, para não dizer em fim de carreira política.

O que observamos - e a CPI da COVID está comprovando - é um Governo que foi um caos na gestão da COVID, facilitando e até incentivando mortes e dor ao povo brasileiro. Agora vem com a política de privatização, que nada mais é do que um ataque ao patrimônio nacional, para beneficiar o capital e aumentar os preços ao povo brasileiro. Não às privatizações da ELETROBRAS e dos Correios, daqui a pouco, serão Caixa Econômica e Banco do Brasil!

E mais, vemos agora um escândalo ambiental. Um escândalo ambiental, primeiro, oriundo das políticas antiambientais do Ministro Salles e sua equipe. Houve um ataque ao meio ambiente e aos territórios dos povos da Amazônia, um ataque com a flexibilização da legislação em favor de um capital predador.

Quanto a esta ação da Polícia Federal - é bom que o povo brasileiro saiba -, inclusive gerada com apreensão de madeiras pelo Departamento de Pesca e Vida Selvagem nos Estados Unidos, é bom que se diga que, se essa madeira está sendo contrabandeada, é porque assim como o Salles abriu as portas para atacar as florestas amazônicas, abriu os portos para facilitar a exportação ilegal de madeira, ou seja, a exportação de madeira ilegal.

Não existe outro caminho, o Parlamento brasileiro tem que agir, temos que instalar logo a CPI do meio ambiente. Peço que os nossos colegas assinem essa CPI.

Presidente, eu peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-13:56
Publ.: DCD - 20/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Cumprimento, pela Polícia Federal, de mandado de busca e apreensão na residência do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Afastamento do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Desprezo do Presidente Jair Bolsonaro pelas vítimas da Covid-19. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Hoje nós tivemos busca e apreensão na casa do Ministro Salles, quebra de sigilos, por denúncias de estar mancomunado com o próprio crime. Houve o afastamento do Presidente do IBAMA. Aliás, essa mesma denúncia foi feita pelo Superintendente da Polícia Federal, em um outro caso, no Amazonas, que foi exonerado da sua condição de Superintendente.

Imaginem o que acontecerá com a reforma administrativa, por meio da qual o Presidente vai poder tirar quem ele queira - quem ele queira - e colocar quem ele quiser, porque se elimina a estabilidade que dá a possibilidade de o servidor público apontar os maus feitos e seguir a orientação de servir ao povo brasileiro.

Este Governo está sendo desmontado na CPI, porque a cada dia fica mais claro que havia um gabinete paralelo e que há um desprezo do Governo Bolsonaro com as vítimas da COVID. Esse negacionismo está matando!

Este Governo não pode ter o aval da maioria desta Casa de forma absolutamente irracional. Privatizar a ELETROBRAS para seguir e ficar bem com este Governo? Para quê? Para se beneficiar de um orçamento paralelo? É um crime contra o País!

A ELETROBRAS teve mais de 30 bilhões de reais de lucro! Ela deu, em termos de dividendos em 2020, por volta de 1,6 bilhões de reais! É uma empresa que tem 15 bilhões de reais para investir!

*"Ah, nós precisamos aumentar a capacidade de investimento."* Olhem o que foram as privatizações na década de 90, que originou inclusive o apagão em 2001. Por quê? Porque as empresas que compraram as

nossas empresas públicas não investiram. *"Ah, mas nós precisamos de recursos para as nossas bacias, para o desenvolvimento regional."* Sim, a proposta dos servidores, dos trabalhadores e trabalhadoras, que mantêm o controle da União, que mantém a ELETROBRAS sob o controle do povo brasileiro, que, portanto, preserva os nossos reservatórios, preserva a vazão dos rios, preserva a energia, estabelece que não seriam só 850 milhões anuais por 20 anos que se destinariam para as bacias do São Francisco e outras bacias, mas ela possibilitaria, apenas com a descotização, mantendo o controle acionário da União, 3,8 bilhões de reais por ano durante 30 anos.

Então, portanto, não há justificativa a não ser trair o País, a não ser trair o povo brasileiro, votarem a favor da privatização da ELETROBRAS!

---

Documento 284/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-13:56
Publ.: DCD - 20/05/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Constatação, pela CPI da Covid, da irresponsabilidade e descaso do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Apresentação de notícia-crime contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por envolvimento com organização criminoso e desmatamento ilegal. Quebra dos sigilos bancário e fiscal de Ricardo Salles e da cúpula do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Existência de motivos para a abertura da CPI do Meio Ambiente. Necessidade de apuração de denúncia do jornal O Estado de S. Paulo, a respeito da existência de orçamento secreto no âmbito da Câmara dos Deputados. Suspeita de acobertamento, pela Casa, de operação do Poder Executivo para compra de apoio político ao Presidente da República. Necessidade de investigação de crimes praticados pelo Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para repercutir o que está acontecendo na CPI da COVID-19, que está cumprindo com o seu papel no Senado, colocando luzes na desastrosa ação do Governo Federal.

Diante de farta produção de provas públicas, abertas a partir da incompetência, da irresponsabilidade e dos crimes contra a saúde

pública, a CPI demonstra, ao vivo e a cores, como age o Presidente genocida na maior crise sanitária que já se abateu sobre nós.

Agora, depois da notícia-crime contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, hoje, devido ao envolvimento com organização criminosa, por crime de advocacia administrativa, pelo apoio ao desmatamento ilegal em terras de proteção permanente, toda a cúpula do IBAMA e o Ministro tiveram o seu sigilo bancário e fiscal quebrado. Houve o afastamento de oito dirigentes do IBAMA. Nós queremos motivos mais evidentes para abrir uma CPI?

Sr. Presidente, V.Exa. está com a palavra. Hoje a Polícia Federal comanda uma grande operação de busca e apreensão nas residências de funcionários públicos federais, do Ministro do Meio Ambiente, que defendeu abertamente a ilegalidade na devastação da Amazônia, defendeu madeireiros ilegais, grileiros e hoje está metido com o afastamento do presidente e de toda a cúpula do IBAMA. E nós vamos ficar quietos?

Vejam que a denúncia partiu de autoridades americanas e europeias, por causa da liberação de madeira apreendida nos portos internacionais pela ausência de autorização de exportação de produtos florestais. O Supremo Tribunal Federal suspendeu o "esquentamento" da madeira ilegal, feito através de um despacho criminoso do IBAMA, mesmo sem a autorização de exportação.

Não é possível que a suposta blindagem do Presidente da República nesta Casa esteja por conta de um suposto orçamento secreto, denunciado pelo *Estadão*. Hoje a Câmara está também sob suspeita de abrigar uma operação do Poder Executivo na compra de apoio político ao desgastado Presidente. Vamos matar no peito essa denúncia?

Esta Casa não pode se esquivar de ir a fundo na fiscalização dos crimes cometidos por este Governo, e também não pode estar alheia às graves denúncias feitas pelo *Estadão*.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 285/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-14:00
Publ.: DCD - 20/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Protesto contra a liberação, pelo Governo Jair Bolsonaro, da comercialização de novos tipos de agrotóxicos no Brasil. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca do estabelecimento de medidas excepcionais em face da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa destinada à desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural; à concessão de liminar em ação de despejo nos termos da Lei nº 8.245, de 1991, e ao estímulo à celebração de acordos nas relações locatícias.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, é lastimável ver o Presidente que nos governa liberar venenos e mais venenos em nosso País. Foram liberados mais de 32 tipos de agrotóxicos pelo Governo Bolsonaro.

Até agora esse Governo genocida já autorizou o uso de 1.066 novas marcas de veneno no Brasil, muitas delas proibidas em diversos países, por causa do grande mal que fazem ao ser humano e ao meio ambiente.

Com essa nova liberação, Bolsonaro atinge a marca de um terço de todos os venenos em uso hoje no Brasil. O nosso País hoje utiliza 3.231 marcas de veneno. É lastimável ter um país governado por um Presidente que deixa o povo morrer por não comprar vacinas, que está envenenando o Brasil.

Sr. Presidente, eu também deixo aqui os meus parabéns pela aprovação do projeto de lei conhecido como Despejo Zero. Ao aprovar este projeto, a Câmara está cumprindo o seu papel social de proteger os humildes que passam por dificuldades nesta pandemia. Tenho orgulho de ser um dos coautores de dois projetos que foram apensados a esta matéria aprovada. Esperamos que o Senado também aprove este projeto. Não é admissível aceitar o despejo de pessoas que sofrem por causa de uma pandemia que levou suas finanças no campo e na cidade.

Sr. Presidente, peço que estes dois assuntos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 20/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Omissão do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pela crise gerada pela Covid-19 e por morte decorrentes da doença. Descumprimento, pelo Chefe da Nação, de afirmações contrárias à privatização de empresas estatais.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não podemos conceber que o Brasil seja governado por narrativas, por mentiras, por covardia e por situações como a de hoje pela manhã, até há pouco, com o ex-Ministro Pazuella. Quem o ouve falando diz: *"Espere aí! Está tudo certo!"* Então quem foi que deixou de comprar vacina? E quem foi que propôs, que propagou que não se usasse máscara, que não se usasse álcool? Quem foram os responsáveis pela não renovação de políticas que esta Casa aprovou? A população passou 5 meses sem auxílio emergencial. Já se passaram 5 meses, até agora, sem renovação do PRONAMPE. E o pior é que o Presidente ainda joga os empresários contra os trabalhadores, contra os Prefeitos, contra os Governadores, porque ele acha que é otário quem fica em casa.

Hoje a imprensa está apontando para uma terceira onda. E será uma terceira onda que provavelmente irá ceifar ainda mais vidas, podendo nos levar a ter 750 mil brasileiros mortos. E ninguém teve culpa?

Não se comprou vacina, mas ninguém teve culpa? Não se tomaram as medidas cabíveis, mas ninguém teve culpa? E o orçamento, não é o "orçamento de guerra". Quem são os culpados?

Há pouco, um Deputado bolsonarista disse: *"Olha, existe um projeto do Presidente"* - e ele fala do Presidente atual, que era Deputado - *"que diz claramente que deve haver punição para quem vende madeira vinda das florestas"*.

Ora, ora, ora! É claro! No passado, ele disse muita coisa. Ele disse que não se vendesse a PETROBRAS, mas a está vendendo. Ele disse que não se vendesse madeira vinda de floresta, mas a está vendendo. Ele disse que não iria privatizar os Correios, mas os está vendendo. E ele disse que não iria privatizar a ELETROBRAS. Há pouco, eu estava ali com o Deputado Glauber Braga, e S.Exa. estava me mostrando velas. É isto: velas! Se venderem a ELETROBRAS, nós vamos viver à base

de velas!

Num momento em que o mundo está se protegendo, num momento em que os ditos papas do liberalismo estão todos se protegendo, o Brasil quer vender a ELETROBRAS, o Brasil quer entregar as suas riquezas. Este Governo de narrativas, de mentiras e de covardia está destruindo o futuro do nosso País.

---

Documento 287/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-14:28
Publ.: DCD - 20/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à votação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Demissão de trabalhadores e reajuste de tarifas, como consequência da privatização de companhias de energia elétrica. Omissão do Governo Federal no combate à Covid-19 no País, notadamente quanto ao fornecimento de oxigênio às unidades de saúde em Manaus, Estado do Amazonas. Não agradecimento ao governo venezuelano, pelo Governo brasileiro, pela doação de oxigênio ao País. Encaminhamento, pelo orador, de moção de louvor ao governo da Venezuela.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, boa tarde.

Queria também me manifestar contra a urgência e a tramitação - está agora na pauta - da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que trata da privatização da ELETROBRAS. É um absurdo que se coloque em votação uma matéria como essa, que vai prejudicar o Brasil, vai prejudicar o futuro do País, numa área estratégica, que é a da energia, num momento de pandemia, quando nós temos quase 440 mil mortes no Brasil e quase 13 mil no Amazonas. Agora querem entregar ao setor privado uma área tão fundamental para a vida da população.

Nós vimos, aqui na Amazônia, que privatizaram todo o sistema de distribuição de energia. E a tarifa não para de aumentar. Prometeram que não iria ter aumento, e agora aumenta todo mês. Além das demissões, além de pararem o programa Luz para Todos, muitas comunidades, hoje, estão sem condições de pagarem as contas altas, e há comunidades que não têm energia elétrica. Então, nós vamos, mantido esse projeto, realmente, trabalhar contra o desenvolvimento do

nosso País. Portanto, é inadequado, é um absurdo, é um crime contra a vida da população o Governo querer insistir na aprovação dessa medida provisória.

Sr. Presidente, também queria aqui me manifestar em relação à CPI no Senado que está verificando as responsabilidades por tantas mortes no nosso País. Nós estávamos vendo o depoimento do ex-Ministro das Relações Exteriores e agora estamos vendo o do ex-Ministro da Saúde falar sobre a questão que envolveu a falta de oxigênio que aconteceu em Manaus, no Estado do Amazonas.

Ali está sendo demonstrada a omissão efetiva do Governo Federal, a falta de responsabilidade, as dificuldades criadas, inclusive para que pudéssemos buscar oxigênio em países vizinhos, como é o caso da Venezuela. Em 1 hora se poderia ir com um avião à Venezuela, pegar oxigênio e trazer para salvar centenas, milhares de vidas no Estado do Amazonas, e eles não fizeram isso. Até a ONU, por meio dos Estados Unidos, tinha avião à disposição para ajudar no transporte de oxigênio, e eles não viabilizaram isso.

Pior ainda, no fim, quando o Governo da Venezuela fez uma doação e mandou por estrada uma grande quantidade de oxigênio, o Governo nem agradeceu. E o ex-Ministro Ernesto Araújo ainda disse que não pediram e não agradeceram. Olhem a ingratidão! E o povo morrendo!

Eu tinha encaminhado uma moção de louvor, de agradecimento ao Governo da Venezuela, ao povo da Venezuela, por estar preocupado com o Brasil. Faço agora um registro também de repúdio a este Governo de morte. A CPI está mostrando a irresponsabilidade, a omissão, a negação das ações desses ex-Ministros.

Sr. Presidente, gostaria que fossem divulgadas no programa *A Voz do Brasil* as nossas palavras de hoje.

Muito obrigado.

---

Documento 288/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-14:44
Publ.: DCD - 20/05/2021 - GUIGA PEIXOTO-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aplausos ao motoclub A Brutre's - Raça em Extinção, pela arrecadação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade. Aprovação pela

Câmara Municipal de Rincão, Estado de São Paulo, de moção de repúdio ao orador pelo posicionamento favorável à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Apoio do Parlamentar à desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e de outras empresas estatais.

---

**O SR. GUIGA PEIXOTO** (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, parabéns por ocupar essa cadeira! Muito obrigado por esta oportunidade.

Todo mundo fala que, toda vez que eu subo a esta tribuna, eu venho aqui para reclamar: "*O Deputado Guiga Peixoto vai lá, sobe à tribuna, mete o pau, fala um monte de coisa*". Mas hoje eu venho falar de algo que me surpreendeu, um ato solidário que devia ser exemplo para toda a Nação brasileira feito pelo motoclub chamado Abutre's - Raça em Extinção neste final de semana.

Quando pensamos em motoclubes, achamos que eles servem somente para andar de moto. Mas o motoclub Abutre's vai muito além disso, ele é muito mais do que um grupo de amigos de motocicletas; é amor ao próximo, fazendo o bem sem ver a quem. E eu quero gravar nos Anais desta Casa o que os Abutre's fizeram neste final de semana, que foi muito bonito: no aniversário de seu Presidente, o Trovão, eles fizeram um ato solidário e arrecadaram toneladas de alimentos para servir àqueles que neste momento de pandemia necessitam do mínimo, de se alimentar.

Quero render os meus agradecimentos, em nome da sociedade civil, em nome de muitos Deputados desta Casa, aos Abutre's, pelo ato solidário que fizeram, que é um exemplo para todos nós de amor, de carinho, de responsabilidade, de respeito com as pessoas que mais precisam.

Deixo os meus parabéns ao Presidente Trovão, ao Sérgio, de Boituva, ao Rambo, enfim, a todos aqueles que fazem parte do Abutre's.

Abutre's, orgulho do Brasil!

Eu recebi agora uma moção de repúdio da Câmara Municipal de Rincão por eu ser a favor da privatização dos Correios. Mas, pasmem, eles já estão reclamando nessa cidade de que o serviço dos Correios é péssimo.

Por isso, digo que, sim, há necessidade de nós privatizarmos, além dos Correios, a ELETROBRAS e tantas outras estatais que hoje prestam um péssimo serviço ao Brasil. Sou a favor da privatização da

ELETROBRAS, que, se Deus quiser, ocorrerá, e também dos Correios.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 289/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-14:56
Publ.: DCD - 20/05/2021 - HEITOR FREIRE-PSL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio à perseguição praticada contra missionários cristãos no continente africano, sobretudo em países de maioria islâmica.

---

**O SR. HEITOR FREIRE** (Bloco/PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, povo brasileiro que nos escuta nesta tarde, eu subo hoje à tribuna para expressar a minha mais profunda consternação com um assunto que é muito importante, mas pouco divulgado pela grande mídia brasileira.

Na última semana, temos visto na televisão o ódio na prática. Missionários estão sendo expulsos de países da África, tendo que voltar ao Brasil. Esta é uma questão que muito me afeta: o ódio ao Cristianismo ou a cristofobia. A perseguição aos missionários cristãos pelo mundo tem alcançado patamares absurdos. Em outros casos, as minorias cristãs estão sendo fortemente perseguidas, sobretudo em países de maioria islâmica. Isso foi agravado com a pandemia da COVID-19. Segundo o relatório anual da ONG Portas Abertas, aumentaram os números de fiéis mortos pela fé, assim como as restrições às liberdades religiosas.

A fé em Deus é fundamento da vida humana e não pode, sob hipótese alguma, ser motivo para perseguições. A Constituição Federal é expressa ao assegurar a liberdade religiosa, a liberdade de crença e a liberdade de atos de culto.

Eu pergunto aos senhores: viveremos em um período em que cristãos serão refugiados? Seremos pessoas que sofrem perseguição pelo único fato de professarmos a fé cristã? Será que viveremos um tempo em que será perigoso falar que somos cristãos, que temos fé em Deus?

Caros Parlamentares, o Estado é laico, mas o povo brasileiro, não. Grande parte da população brasileira é composta de cristãos. Cerca de

80% ou mais dos brasileiros seguem a fé cristã.

Prezados colegas, eu mesmo, em determinada época da minha vida, fui missionário da palavra de Cristo. Por isso, fico ainda mais preocupado e chamo a atenção nesta tribuna para esse triste fato.

Caro Presidente, agradeço esta oportunidade e gostaria de finalizar aqui recitando a 2ª Crônica 7:14: *"Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar e orar, buscar a minha face e se afastar dos seus maus caminhos, dos céus o ouvirei, perdoarei o seu pecado e curarei a sua terra."*

Lembrem-se: *"Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor"*.

Eu peço que o meu discurso seja veiculado pelas mídias da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 290/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-15:00
Publ.: DCD - 20/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desprezo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula a Silva à comunidade cristã evangélica. Concessão, pelo governo petista, de apoio financeiro à comunidade LGBT. Falsidade e mentira como marcas indelévels do ex-Presidente da República.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Alexandre Leite, folgo em vê-lo nesta Presidência e saúdo V.Exa. e os demais Deputados e Deputadas.

Quero me dirigir, nesta hora, à comunidade cristã do meu País, em especial à comunidade cristã evangélica.

Lula zomba das Igrejas. Lula chama, em uma entrevista a jornalistas, o povo da fé cristã evangélica de "esse povo", mostrando o seu total desprezo aos evangélicos do Brasil. Diz com deboche que quer ser pastor para tirar vantagens. Em um de seus primeiros pronunciamentos à imprensa, após sair da prisão graças à liberação do STF, Lula fez questão de acusar as Igrejas Evangélicas pela pandemia do

coronavírus no Brasil. Depois, associou-nos ao charlatanismo, ao atacar de forma caluniosa o apóstolo Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, uma das maiores Igrejas Evangélicas do Brasil.

Se não bastasse Lula ser contra todos os princípios morais basilares da fé cristã e, portanto, da família, foi durante o seu Governo que movimentos claramente inimigos dos princípios cristãos receberam financiamentos públicos. Foi no Governo Lula o movimento político de desconstrução da família tradicional, o LGBT, que finge representar o cidadão homossexual, mas representa os seus interesses e a sua gana de destruir os princípios judaico-cristãos. Foi no Governo Lula que esse movimento maligno recebeu apoio e dinheiro.

Um cristão deveria justificar o voto em Lula porque Lula lhe deu Bolsa Família, ou porque colocou o filho na faculdade, ou porque viajou de avião pela primeira vez durante aquele Governo? Ora, não! Por quê? Naquele tempo, o mundo era outro. O mundo vivia uma prosperidade que hoje não vive. Portanto, o Governo Lula não fez mais do que a sua obrigação, já que o mundo todo fazia isso pelos seus cidadãos.

Meus irmãos em Cristo, evangélicos e católicos, eu me dirijo a vocês. Nosso voto não é baseado nas benesses pessoais que o Estado poderá nos dar, até porque nos é dito, pela palavra de Deus, que satanás tem o poder de se transfigurar em anjo de luz para enganar até mesmo aqueles que são de Deus. E esse é Luiz Inácio Lula da Silva, um homem perito em enganar, em mentir. Ele mesmo afirma isto: que é mentiroso.

Vejam no que se transformaram as escolas dos nossos filhos. Nossas faculdades se transformaram em antros de prostituição e drogas, em um centro de idiotização comunista no Governo de Lula e de Dilma.

Foi quando houve a discussão ridícula sobre o banheiro único para meninos e meninas nas escolas, a discussão sobre homens utilizarem banheiros femininos de acordo com a opção sexual. Todas essas discussões e balelas foram feitas no Governo Lula. Foi no Governo Lula que Igrejas e pastores foram perseguidos pela Receita Federal, recebendo multas indevidas, sendo tratados como defraudadores.

Não estou divinizando Bolsonaro e muito menos dizendo que seu Governo é perfeito, mas Bolsonaro impediu avanços dos inimigos da fé, da família e dos princípios morais, que avançavam com o apoio do Estado.

Um cristão consciente não vota em Lula!

36.2021.B Sessão Outro Evento 19/05/2021-15:04

Publ.: DCD - 20/05/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Necessidade de adoção, pelo Ministério da Saúde, de política de amparo aos atingidos pela síndrome pós-Covid.

---

**O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) -**  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho, já há tempos, sustentando a necessidade de o Ministério da Saúde estabelecer uma política própria para aqueles recuperados da COVID. Eu me refiro à síndrome pós-COVID. São milhões de pessoas, milhões de brasileiros que estão sofrendo ainda os efeitos da COVID, que atinge com agudeza. Muitos, em virtude desse problema, não conseguem trabalhar, não têm qualidade de vida.

Atinge os pulmões, atinge o cérebro, atinge o sistema nervoso, atinge os rins, atinge, na realidade, a estrutura. Por isso mesmo, nós temos que estar atentos para cobrar do Ministério da Saúde uma política para os que se recuperaram da COVID, que são milhões de pessoas. Isso atinge, inclusive, a capacidade laborativa. Muitos estão faltando ao trabalho ou deixando de trabalhar porque ainda estão padecendo dos efeitos e das consequências desse vírus que atinge milhões de pessoas.

Aqui no Brasil, há uma alarmante taxa de letalidade e, evidentemente, de pessoas que, embora recuperadas, ainda se encontram doentes.

Sr. Presidente, o SUS - por isso, eu venho alertando o Ministério da Saúde - não se preparou para suportar e, sobretudo, acolher aqueles que precisam de um acompanhamento em relação aos problemas pulmonares. Essas pessoas têm muita dificuldade de respirar e extrema debilidade no sistema de locomoção, porque o vírus atinge o sistema nervoso. Então, é preciso fazer fisioterapia pulmonar, fisioterapia para recondicionar a musculatura, que, em virtude da internação, ficou fragilizada, definiu. E nós não temos, por parte do Ministério da Saúde, uma ação clara, padronizada, nacional para atender aqueles que sofrem com a síndrome pós-COVID.

Sr. Presidente, eu solicito que este pronunciamento reverbere no

programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 292/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-15:08
Publ.: DCD - 20/05/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Associação ao pronunciamento do Deputado Fábio Trad sobre a necessidade de adoção, pelo Ministério da Saúde, de política de amparo aos sequelados pela Covid-19. Pedido aos Deputados de apoio ao Projeto de Lei nº 907, de 2021, relativo à reabilitação de vítimas do coronavírus, pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Importância do papel desenvolvido pela CPI da Covid. Incompetência e despreparo de ex-Ministros de Estado do Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. ZECA DIRCEU** (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Sr. Presidente, todos os Deputados, todas as Deputadas e quem nos acompanha pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Quero parabenizar o Deputado Fábio Trad pelo que acabou de dizer e concordar com S.Exa. É minha também a preocupação de que o Deputado acabou de falar em relação a todos esses pacientes que, desde o ano passado, estão sofrendo com as sequelas do coronavírus, sem nenhum tipo de iniciativa consistente, planejada, organizada e unitária em todo o País por parte do Ministério da Saúde.

Queria, inclusive, pedir apoio a todos e a todas para o projeto de lei que eu apresentei no ano passado que trata justamente dessa necessidade que se impõe, desde 2020, de haver uma legislação que obrigue o Ministério da Saúde a fazer o seu dever.

A sigla SUS fala por si só: o Brasil tem um Sistema Único de Saúde. Cabe, sim, ao Ministério da Saúde planejar as ações, propor iniciativas e disponibilizar orçamento necessário para que o País amplie o número de profissionais de saúde, a quantidade de equipamentos e as estruturas, a fim de que possa atender e tratar de forma especial e diferenciada quem acabou sendo atingido pelo coronavírus e hoje vive as suas sequelas.

Quero, aproveitando o tema, reforçar a importância do papel que tem

tido a CPI da COVID e lamentar, é claro, e salientar, obviamente, o papelão que esses ex-Ministros, ex-integrantes do alto escalão do Governo Bolsonaro, têm feito. É um bando de mentirosos descarados. Pessoas de uma hipocrisia sem tamanho e de uma desfaçatez sem tamanho vão sendo conhecidas de uma maneira mais ampla pela população brasileira.

Mas nós conhecíamos essas figuras. Nós conhecíamos esses ex-Ministros, esses ex-ocupantes do alto escalão do Governo Bolsonaro e, desde 2019, já os denunciávamos. Alertávamos em 2019 e em 2020 que o Brasil estava nas mãos de gente incompetente, de gente irresponsável, de gente despreparada, de gente que não tem nenhum tipo de sentimento de humanidade, nenhum tipo de compromisso com a Nação.

Que bom que agora a CPI da COVID está revelando o nível das pessoas que ocupam esses cargos e de quem caminha ao lado de Bolsonaro!

---

Documento 293/438

---

36.2021.B	Sessão Outro Evento	19/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 20/05/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização, pela Polícia Federal, de operação de busca e apreensão nas dependências do Ministério do Meio Ambiente e na residência do Ministro Ricardo Salles. Afastamento do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Envolvimento do Ministério do Meio Ambiente em exportações ilegais de madeira. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a Amazônia e com as populações indígenas. Negligência do Presidente da República e do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, no combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Descaso do Chefe da Nação com o meio ambiente e com a saúde do povo brasileiro. Contrariedade à votação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, colegas, hoje realmente o dia não está fácil para Jair Messias Bolsonaro, não é mesmo? A Polícia Federal amanheceu na casa do Ministro do Meio Ambiente e também nas dependências do

Ministério, e uma intervenção da Justiça manda afastar o presidente do IBAMA.

Qual é a denúncia ou acusação, pelo menos a que consta nos jornais? A de que o Ministro do Meio Ambiente fez um despacho, em 2020, autorizando a exportação ilegal de madeira. Aliás, essa denúncia veio de fora: a Polícia Federal foi avisada por autoridades estrangeiras que tinham recebido a carga do Brasil.

É esse o papel do Ministério do Meio Ambiente no País: ajudar a exportar madeira ilegalmente. A nossa Amazônia, cada vez mais queimada; a nossa Amazônia, cada vez mais descuidada; a nossa população indígena e a nossa população originária sofrendo violência. Até agora eu não vi nem uma ação do Governo Federal em relação aos ianomâmis, cujas terras estão sendo invadidas por garimpeiros - duas crianças já morreram.

É esse o retrato do Brasil. Quem deveria cuidar do meio ambiente não cuida. Também, pudera! O Presidente tinha que cuidar do povo e também não cuida. O Ministério da Saúde tinha que cuidar da vida e também não cuida. E, aliás, como disse o meu colega Zeca Dirceu, a CPI da COVID, Deputado Patrus Ananias, está nos mostrando exatamente como age esse Governo. Não é só uma questão de irresponsabilidade, não. O Governo agiu deliberadamente para não conter a pandemia.

E hoje o Ministro da Saúde dá uma informação que, do ponto de vista de gestão, é um absurdo: ele, Pazuello, se encontrava a cada 15 dias com o Presidente. Imagine, Sr. Presidente, nós numa crise de saúde, numa pandemia, as pessoas morrendo, e o Ministro da Saúde despacha a cada 15 dias com o Presidente da República! É injustificável isso, mas é o que nós temos no Brasil.

E ainda há a vacina, que não foi comprada. O ex-Ministro ficou lá, hoje, falando, falando, falando, justificando e, por fim, negou que seguia as ordens de Jair Bolsonaro, depois de ter dito para todo o País que quem mandava era o Presidente.

Portanto, temos, hoje, um País que não cuida do meio ambiente, um País que não cuida da saúde, um País que não cuida da economia, um País que não cuida da vida das pessoas. Para que serve esse Governo? Para atormentar a vida do Brasil; para levar ao retrocesso este País. E agora ainda que vender o patrimônio nacional!

Eu espero que esta Casa se recuse a votar a PEC que privatiza a ELETROBRAS, para o bem da nossa soberania, do nosso povo, do nosso País. Não vamos entregar o patrimônio brasileiro nessa loucura

de Jair Messias Bolsonaro.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 294/438

---

53.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	19/05/2021-20:00
	- CD	
Publ.: DCD - 20/05/2021	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM
		QUESTÃO DE
		ORDEM

---

### ***Sumário***

Questão de ordem sobre a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial nas dependências da Câmara dos Deputados. Repúdio às ameaças e intimidações do Deputado Éder Mauro contra a oradora e outras Parlamentares.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é conforme o art. 3º-A da Portaria nº 107, de 20 de abril de 2020, que diz:

*Art. 3º-A Fica determinada a obrigatoriedade de utilização de máscara de proteção facial, a partir de 30 de abril de 2020, em todas as dependências da Câmara dos Deputados, nos termos do Decreto distrital nº 40.648 (...).*

Temos aqui o Deputado Delegado Éder Mauro, que, graças à minha questão de ordem, acabou de botar a máscara - ela, pelo menos, serviu para alguma coisa -, que é acostumado, a gritar, a desrespeitar as mulheres, a nos ameaçar. (*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado... Deputado...

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS) - Eu quero aproveitar meus 2 minutos, Presidente.

Eu não tinha feito a formalização aqui no plenário, mas esse cidadão nos ameaçou na Comissão de Constituição e Justiça, depois de dizer, de se autodefender como assassino. E todos sabem que ele já foi investigado como torturador - enfim, foi ele que falou, não fui eu. E aí

ele disse que esperava que nós não acordássemos.

Eu não tinha trazido isso ao conhecimento do Plenário, eu estava debatendo só a máscara. Mas, como o Deputado gosta de gritar e já começou a gritar comigo, eu quero trazer esse tema à consideração do Plenário, porque não pode ser normal, num Parlamento, um Deputado não gostar de um relatório e dar um soco no Presidente da Comissão, como aconteceu ontem com o Deputado Paulo Teixeira; porque não pode ser normal, numa Comissão, uma mulher fazer uma intervenção e ser chamada de "Maria do Chilique" ou "Maria do Barraco"; porque não pode ser normal, numa Comissão, um Deputado dizer que espera que uma Deputada não acorde na manhã seguinte.

Sabe, Deputado Éder Mauro, eu acordei. E vou acordar todas as manhãs, assim como as mulheres deste Parlamento, porque nós não aceitamos ser intimidadas, não aceitamos ser ameaçadas, não aceitamos a tentativa de nos silenciar. Eu não aceito os seus gritos. A minha questão de ordem é baseada num artigo, V.Exa. estava sentado, há mais de meia hora, sem máscara.

A Câmara está lotada de Parlamentares. A situação é tensa. Nós temos opinião contrária à MP 1.031/21. E temos muitos Parlamentares aqui no plenário pela gravidade da pauta. E V.Exa. estava sentado ao lado dos seus colegas sem máscara, sujeito a se contaminar. E eu não desejo a COVID nem para V.Exa., porque aquilo que desejamos de mal para os outros volta para nós mesmos. V.Exa., que deseja tão mal às mulheres da Esquerda, que ataca tanto aquelas mulheres que não têm medo de dizer o seu nome, que não têm medo de dizer que são da Esquerda valendo, essas mulheres não se intimidarão.

Eu não tenho medo de V.Exa. Aliás, estou esperando V.Exa. falar na minha cara o que falou lá na Comissão, mas pia grosso quando está sozinho lá na frente da câmera. Quando está aqui na minha frente não tem coragem de me ameaçar. V.Exa. não mete medo nas mulheres brasileiras. Saiba que nós exigimos respeito e máscara no plenário.*(Manifestação no plenário. Muito bem!)(Palmas.)*

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (Bloco/PSD - PA) - Sr. Presidente, eu fui mencionado. Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu sei que V.Exa. foi mencionado, Deputado, mas eu quero fazer um último lembrete a todos os Deputados que compõem tanto o Plenário quanto as Comissões. E ontem aconteceu um fato desagradável. A minha recomendação foi para que fizessem uma representação contra o Deputado, e vamos apurar o que aconteceu.

Da mesma forma, Deputada Fernanda, cabia representação. Não é

aceitável nenhum tipo de xingamento, como foi feito. Então, eu queria ler o art. 73, inciso XII, para definitivamente definirmos uma meta de prática neste plenário, sob pena de nós termos que tomar medidas injustas ou justas em relação a algum Deputado.

O referido inciso XII dispõe:

*Art. 73 .....*

*.....*

*XII - nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas;*

Então, vamos tentar, com o máximo de cortesia e educação, manter o nível elevado nas discussões no plenário desta Casa. É o último aviso que eu faço no caso de injúrias, difamações, calúnias, agressões de parte a parte no plenário deste Poder.

Deputado Delegado Éder Mauro, como V.Exa. foi citado, concedo-lhe a palavra por 1 minuto.

Eu penso que V.Exa. poderá responder, sem causar mais conflito também.

---

Documento 295/438

---

53.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-19/05/2021-
	CD	21:24
Publ.: DCD - 20/05/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Acompanhamento, pelo PSOL, do posicionamento dos demais partidos opositoristas na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, em detrimento do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021. Apoio às mobilizações de estudantes e trabalhadores no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do**

orador.) - O PSOL manteve sua obstrução, mas entendendo a diferença tática na tentativa de derrotar o Governo que neste momento existe na orientação dos demais partidos de oposição.

Quero saudar daqui a greve dos metroviários, os estudantes contra o fechamento da UFRJ no Rio de Janeiro, os atos antirracistas contra a chacina no Jacarezinho, a paralisação dos portuários por vacina, os trabalhadores da CEDAE, da ELETROBRAS e dos Correios.

Isto que está acontecendo hoje aqui é uma farsa. Ou nós nos mobilizamos, na rua, para derrotar este Governo e a sua agenda criminoso, ou eles vão continuar passando a boiada. Que nos inspiremos nos exemplos da Colômbia e do Chile e derrotemos este Governo de...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 296/438

---

53.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/05/2021- CD 22:48	
Publ.: DCD - 20/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, acerca da instituição do novo auxílio emergencial. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria orienta "sim" a este destaque.

Aproveitamos a oportunidade para dialogar com V.Exa., Presidente, no sentido de que hoje, na abertura dos trabalhos, mesmo com o nosso desejo de fazer obstrução dentro das nossas possibilidades, V.Exa. colocou esta nova sistemática, a de que as medidas provisórias serão votadas na Câmara sempre com 30 dias de antecedência em relação à data da caducidade, para que o Senado possa analisá-las também.

Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que também pautar, nesse prazo, a medida provisória que introduziu o auxílio emergencial de apenas 150 e 250 reais, para que possamos fazer um debate franco, completo, com dados. Nós da Oposição, no dia da votação dessa matéria, vamos lutar por um auxílio emergencial de 600 reais.

---

Documento 297/438

---

53.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/05/2021- CD	00:00
Publ.: DCD - 20/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão à Eletrobras e às suas subsidiárias e, constante no art. 12 do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Caráter vexatório do depoimento prestado pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Quero falar um pouco sobre o depoimento vergonhoso do General Pazuello hoje na CPI da COVID, um depoimento covarde, um depoimento cínico, de alguém que sustentou uma política, o tempo inteiro enquanto esteve no Ministério, ao lado de Jair Bolsonaro, em favor da cloroquina e contra as vacinas, que adotou a lógica da imunidade de rebanho, que não trabalhou para efetivamente adotar as medidas de controle da pandemia e que, quando vai fazer um depoimento, diz o contrário do que fez. Por que não sustenta aquilo que fez? Esse tipo de covardia do Governo Bolsonaro e essas mudanças de posição, como fez aqui, onde ele havia dito que não venderia a ELETROBRAS, e agora está vendendo, vão cobrar o seu preço no devido tempo histórico.

---

Documento 298/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	11:24
Publ.: DCD - 21/05/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		

### *Sumário*

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Não restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Realização, pela Polícia Federal, de operação de busca e apreensão nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, e nas residências do Ministro Ricardo Salles e do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Desestruturação da política ambiental pelo Governo Jair Bolsonaro. Encaminhamento, pela bancada do PT, de queixa-crime ao Supremo Tribunal Federal para afastamento do Ministro Ricardo Salles. Defesa de criação pela Casa da CPI do Meio Ambiente.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, eu quero agradecer ao Deputado Bohn Gass, nosso Líder da bancada, por nos conceder a oportunidade de falar em nome da Liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O momento que o nosso País atravessa requer de nós serenidade, mas também ofensividade no embate e no debate político aqui neste Parlamento. Eu diria a V.Exas. que este Parlamento brasileiro não pode se curvar diante de um Governo que já está, como se diz aqui na Amazônia, do meio-dia para a tarde, já está caminhando para o final do seu mandato, um Governo que, saindo da sua bolha, dos seus apaixonados, perde prestígio junto à opinião pública. Mas esse Governo busca implementar uma pauta de retrocessos permanentes aqui no Congresso, na Câmara, no Senado. É um Governo que deixa marcas dramáticas na história e que vai entrar para a história como um dos piores governos que este País já teve.

Sr. Presidente, a CPI que trata da pandemia da COVID-19 apenas está comprovando o que a Oposição já vinha falando há tempo neste País. Não bastasse o negacionismo orientando equivocadamente o povo a se proteger da COVID, não bastasse a não compra de vacinas no tempo certo, nós observamos que se festeja, por parte do Governo, o negacionismo, tenta-se influenciar. Eu vou usar aqui uma palavra talvez não devida, mas me parece que se comemora o número de vítimas e de mortes neste País. Mas, mais do que isso, um desastre do ponto de vista da política de combate à pandemia, há o desastre da política da economia no período da pandemia. Cadê o auxílio emergencial, que nunca devia ter parado? Parou! Não aprovou mais nem os 600 reais. E o povo está passando fome, Sr. Presidente.

Mas eu queria ir fundo numa outra temática que está na ordem do dia



dos nossos debates. Eu digo que, ontem, com muita tristeza, nós fomos derrotados, o povo brasileiro foi derrotado. Esta Câmara, para quem pensa o futuro deste País, sofreu uma derrota, porque aprovar a medida provisória de privatização da ELETROBRAS foi o sinal claro de um ataque à soberania nacional, de um ataque a um Estado que pode ser indutor, que pode ser regulador, que pode ser um Estado de proteção social a partir do seu capital, das suas empresas estratégicas, as suas estatais.

Agora, com certeza, essa onda vai atingir Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica, o que é um desastre. Deixo aqui o nosso lamento e o nosso protesto. Tomara o Senado corrija o erro cometido por esta Câmara.

Mas eu quero falar sobre meio ambiente, que é outro desastre da política desse Governo. Ontem assistimos à Polícia Federal dando busca e apreensão não só na casa e no Ministério do Sr. Ricardo Salles, até então Ministro do Meio Ambiente, como na do Presidente do IBAMA e de diversos agentes do IBAMA.

V.Exas. da nossa bancada, os nossos colegas sabem do meu trabalho, e é por isso, talvez, que o Líder Bohn Gass tenha me concedido este momento. Tenho dito no Fórum Permanente em Defesa da Amazônia quanto aos ataques, mas não quero discutir só as denúncias de corrupção que vou tratar daqui a pouco. Quero discutir a política suicida que o Governo Bolsonaro está conduzindo sobre o meio ambiente, uma política que vai comprometer os contratos de venda da nossa economia nacional com Europa e com outros continentes. É uma política de abrir as porteiças para o ataque às florestas, aos territórios e aos povos da Amazônia.

Então, o problema não é só a denúncia que a Polícia Federal executa, em que faz essa busca e apreensão, e é bom que se diga: a pedido do Supremo Tribunal Federal. É uma política equivocada do ponto de vista do papel do Brasil e da Amazônia no equilíbrio climático. É uma política equivocada do ponto de vista do lugar da Amazônia no projeto nacional e no projeto global!

Sr. Presidente, essa ação da Polícia Federal, a pedido, ordenada pelo Supremo no Tribunal Federal, baseia-se em denúncias de flexibilização. Vou ser menos simpático: abriram os portões dos portos nacionais para importação de madeira, extraída ilegalmente, especialmente da Amazônia. Ninguém quer condenar antecipadamente ninguém, mas é preciso que a verdade venha à tona.

Eu vou antecipar aqui a iniciativa da nossa bancada hoje junto ao STF, onde entramos com uma queixa-crime pedindo que o Ministro Ricardo Salles seja afastado da sua função. Se está sendo investigado, ele tem

que ser afastado - assim como o Presidente do IBAMA foi afastado - porque está no topo da hierarquia e pode, sim, influenciar, atrapalhar as investigações.

Eu vi que a Liderança da Minoria também entrou com a mesma ação pedindo afastamento do Ministro junto à Justiça Federal em Brasília, mas cabe a nós do Parlamento também não perder a oportunidade.

Eu faço um convite aqui. A questão ambiental está acima da Oposição e Situação, está acima das disputas partidárias e políticas. A questão ambiental fala sobre o futuro das gerações, fala sobre o País que nós queremos, a Amazônia que nós queremos. E nós não podemos perder a oportunidade, Sr. Presidente, de instalar a CPI do meio ambiente, que já está em busca de assinaturas nesta Casa.

Então, solicitamos a compreensão das Lideranças e de cada Parlamentar individualmente para que assinem a CPI do meio ambiente, para que nós, enquanto Parlamento, possamos cumprir o nosso papel.

Olha como está sendo salutar, como está sendo esclarecedora e como a sociedade está gostando de ver a CPI da COVID no Senado. Então, a Câmara tem que ter protagonismo para trazer para depor nessa CPI quem acharmos de direito, para falar sobre as acusações de crimes ambientais, de corrupção no que refere à política ambiental.

Eu peço, Sr. Presidente, a sua compreensão e agradeço mais uma vez ao nosso Líder a concessão desse espaço da Liderança.

---

Documento 299/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/05/2021-
	CD	14:28
Publ.: DCD - 21/05/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Homenagem póstuma ao Prefeito Bruno Covas, do Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Congratulações ao Prefeito Eduardo Paes pela denominação de Largo Bruno Covas, do espaço contíguo à Rua Mário Covas, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Vacinação de portadores de deficiência no Estado. Realização, pela Comissão de Turismo, de audiência pública para debate da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação da abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, o favorecimento do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e

intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, d de 2002 - Código Civil.

---

**O SR. OTAVIO LEITE** (Bloco/PSDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, é uma satisfação vê-lo presidir esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, eu tenho para mim que todos nós, independentemente de posição político-partidária, ficamos muito comovidos e sentidos com o falecimento precoce de um grande brasileiro: o Prefeito Bruno Covas. No pouco tempo em que ele esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, ou no Parlamento, ele sempre se caracterizou por ser um homem muito íntegro, muito vocacionado para a coisa pública, de modo que ele é merecedor de todas as homenagens. E, nesse sentido, nós temos a tradição no Brasil de homenagear pessoas nas denominações de logradouros. Isso é muito natural.

Aqui, no Rio de Janeiro, nós fizemos uma sugestão ao Prefeito Eduardo Paes, que a acolheu. Há na cidade uma rua hoje denominada Mário Covas - uma forma de o Rio de Janeiro homenagear também esse grande homem público e homenagear o povo de São Paulo -, e, ao seu final, há um largo. E o Prefeito acolheu a ideia de esse largo ser denominado Largo Bruno Covas. Ou seja, é a presença do avô e do neto no mesmo espaço urbanístico, para permitir que as pessoas, quando ali passarem, lembrem-se desses grandes brasileiros. Eu acho que esse sentimento perpassa todo o tecido político, porque, afinal de contas, essa homenagem há de servir não apenas de reconhecimento, mas também de inspiração para as novas gerações.

Então, eu queria fazer este registro e cumprimentar o Prefeito Eduardo Paes pela sensibilidade em face dessa sugestão.

Outro ponto, Sr. Presidente, que eu gostaria de informar é que nós prosseguimos, no Rio de Janeiro, lutando para que todas as pessoas com deficiência sejam finalmente vacinadas. Há todo um percurso, há o Plano Nacional de Imunizações, mas foi criado, no âmbito do Governo do Estado, um posto específico que já está atendendo, há cerca de 1 mês, as pessoas com síndrome de Down, as pessoas com transtorno do espectro autista e as pessoas paralisadas cerebrais. Agora tudo se encaminha para se iniciar também a vacinação dos deficientes visuais, a partir dos 18 anos. Isso é muito importante, porque os cegos vivem essencialmente do tato. Por isso são pessoas que têm uma taxa de risco muito grande no seu cotidiano.

Então, no posto que funciona no Maracanã - é possível ir de carro ou não -, há um espaço muito adequado para a vacinação das pessoas

com deficiência, independentemente dos e ne outros postos, das centenas de postos que existem. Mas li está bem focado.

Nós precisamos divulgar mais isso para que não fique nenhum deficiente, nenhuma pessoa com deficiência sem a vacina, porque ela é indispensável para a vida de todos.

Então, eu queria também fazer este registro de que, agora, nós teremos o início da vacinação das pessoas com deficiência visual - os cegos e aqueles com baixa visão aguda -, também nesse posto.

Finalmente, eu queria, Presidente, indo para outro tema que também é muito relevante para nós do Rio de Janeiro e do Brasil, o setor do turismo, dizer que hoje fizemos uma audiência pública na Comissão de Turismo muito interessante, muito importante.

Na verdade, imaginem os senhores que, desde sempre, qualquer Governo sempre cuidou de lutar para que se exportasse mais. Quanto mais produtos manufaturados se exportar, melhor para economia. Se se produz um calçado por 100 aqui no Brasil e ele é vendido para a Alemanha, hipoteticamente, por 200, houve uma mais-valia de 100, e se internalizaram, portanto, líquidos 100 no território nacional. Isso é muito importante para a economia, com qualquer que seja o manufaturado com se exporte.

E, da mesma maneira, de forma absolutamente isonômica, de acordo com o princípio constitucional da isonomia, todo agente econômico que traz turistas para o Brasil também está trazendo divisas, tal qual quem exportou o manufaturado. Então, é preciso carimbar no ordenamento jurídico, de uma vez por todas, que todo o turismo receptivo nacional é um agente exportador. Parece paradoxal, mas não é. E isso é para que se tenha o mesmo tratamento financeiro, tributário e administrativo dado às políticas de exportação também para aqueles que atuam em atividades econômicas para trazer turistas. Quanto mais turistas, mais divisas, mais empregos, mais empreendedorismo, mais oportunidades para as pessoas.

O debate, hoje, foi sobre a MP 1.040/21. Essa MP tem uma emenda nossa - minha, do Deputado Bacelar, que é o Presidente da Comissão, e de vários colegas. Todo o chamado G-20 do turismo, todo o *trade* turístico nacional está apoiando a medida, para que nós possamos insculpir na lei brasileira esse procedimento, essa retaguarda, esse respaldo jurídico para que quem traz turistas para o País tenha uma série de facilidades, a fim de que possa trazer mais turistas ainda.

A MP tem um capítulo específico sobre as facilidades para a exportação. Se nós vamos ter facilidades para a exportação, temos que

ter facilidades para quem traz turistas para o Brasil. Isso é fundamental.

É óbvio que nós estamos num período de pandemia, é óbvio que ainda há um período difícil à frente, mas é preciso enxergar antes para que nos preparemos, para que os agentes econômicos possam estar mais habilitados, estimulados, fomentados para trazerem mais turistas para o nosso País, porque isso é fundamental para o soerguimento da nossa economia.

O turismo é de tal ordem estratégico, importante e fundamental que ele está, no meu modesto entender, acima das divisões partidárias, acima das divisões político-ideológicas. Ele é intrinsecamente uma vocação nacional, e nós precisamos fazer dele uma bandeira de desenvolvimento econômico. Não é só de crescimento econômico, é de desenvolvimento econômico. Crescimento é uma taxa que vai para frente. Desenvolvimento é o crescimento que é mais bem repartido na sociedade. Isso é muito importante.

Eu queria fazer este registro em prol do turismo receptivo brasileiro, que cada vez mais precisa de apoio.

Vamos aprovar essa emenda na MP 1.040/21.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 300/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	16:20
Publ.: DCD - 21/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza fantasiosa das declarações prestadas pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, à CPI da Covid no Senado Federal. Incapacidade e incompetência do ex-Ministro na condução das ações de combate à epidemia de coronavírus. Necessidade de aquisição pelo País de novos lotes de vacina contra a doença. Apelo ao Presidente da República por antecipação do pagamento dos 13º salário dos trabalhadores aposentados.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. pudesse colocar o cronômetro na tela, isso me auxiliaria bastante.

Eu gostaria de cumprimentar cada uma das Deputadas e cada um dos



Deputados.

O que aconteceu ontem e hoje na CPI da COVID, com a presença do Ministro Pazuello, foi algo inusitado. Eu diria que seria cômico se não fosse trágico. Vejam bem! O Ministro perdeu a memória: *"Não sei, não me lembro, não vi, não estava lá, não conheço, desconheço"*. Ele negou tudo. Ele não tem culpa de absolutamente nada daquilo que aconteceu. Para ele, Bolsonaro não sabia nada. A vacinação no Brasil, para ele, é um sucesso. Para ele, o PIB do Brasil é o maior PIB do mundo, é melhor do que o PIB americano. Na verdade, para ele, não morreram mais de 440 mil pessoas; o Brasil é o país que mais vacina no mundo; e a cloroquina é o melhor remédio para o coronavírus. Só faltou dizer que o Brasil ganhou de 7 a 1 da Alemanha na Copa do Mundo. É uma coisa impressionante!

A única coisa que é absolutamente verdade é que tudo que ele disse não é verdade, ou seja, mentiu para o tio. Há uma expressão de uma música que diz: *"Pega na mentira!"* E, quando ele mentiu tanto que não tinha mais o que mentir, desmaiou, passou mal. Então, é algo inusitado.

Veja, Presidente, onde nós estávamos, quem governava a saúde no País, quem administrava a saúde na pandemia! Não foi por acaso que faltou oxigênio lá no Amazonas, lá em Manaus. O Ministro, que, como general, atuava na logística do Exército, se perdeu na lógica da logística. Aliás, ele está mais perdido do que cego em tiroteio. É lamentável que isso tenha acontecido.

Assim compreendemos por que há este horror da pandemia, este morticínio, esta trágica e macabra contabilidade de tantos mortos que nós temos no País. O Ministro é responsável, por ação ou por omissão, por tudo que está acontecendo e tudo que já aconteceu. O País não pode consentir, não pode concordar. Nós temos que apontar quem é quem nesse processo todo, quem nega a vacina, quem nega a doença.

A vacina vem a conta-gotas. É por isso que as pessoas estão morrendo. E o pior cego não é quem não vê. Só quem não quer ver é que não enxerga esta dura e lamentável realidade que acontece no Brasil.

Nós precisamos resistir, persistir e, se for o caso, teimar, para que a vacina chegue. Precisamos dialogar com a China, com os Estados Unidos, com quem tem o IFA, com quem possa fornecê-lo, com quem possa nos socorrer, senão vamos ficar na base do "salve-se quem puder".

O Ministro demonstrou que é incapaz e incompetente e que não tinha

condições de ser o Ministro da Saúde do Brasil.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Presidente da República, ao Governo, em favor do 13º salário dos nossos aposentados e pensionistas.

No ano passado, o 13º salário foi antecipado para maio. Faz 1 ano que os aposentados receberam o 13º salário. É justo que seja antecipado também neste ano. Eles precisam, merecem, necessitam. Eles têm esse direito. Aliás, na pandemia, quem botou ordem na casa, quem botou pão na mesa, quem pagou as contas foi o vô, foi a vó, o aposentado, a aposentada, porque o filho está sem renda, o neto está desempregado, e a vó bancou a conta. Esse vô e essa vó precisam de um socorro. O 13º salário vem e vai, porque o aposentado vai gastar no mercado, na quitanda, aqui, ali. Oxigena a economia, melhora, levanta, interage, Presidente.

Essa é a preocupação que nós temos. Precisamos fundamentalmente que o aposentado seja amparado, seja protegido. O que essas pessoas recebem mês a mês é fruto da contribuição de uma vida inteira. Quem carregou o Rio Grande no ombro e o Brasil nas costas foram os trabalhadores de ontem, que são os aposentados de hoje. Eles precisam dessa proteção, desse amparo, precisam do 13º salário, porque faz 1 ano que eles receberam o último. A César o que é de César, a Deus o que é de Deus, ao Governo o que é seu, mas aos aposentados o que lhes pertence. E o Governo pode pagar, tem condições. O Orçamento foi aprovado. Há verba para isso. É o que nós queremos: que os aposentados possam receber. É o nosso apelo enfático para que os aposentados recebam o que é justo nesta hora de pandemia, de dificuldade.

Não queremos que as pessoas morram de coronavírus. Não queremos que as pessoas morram de fome também. O 13º salário nesta hora é algo fundamental, essencial, necessário, humanitário, Deputada Luiza Erundina. É um apelo. V.Exa. tem a memória, tem a história de um passado de glória, de feitos e benfeitos em favor do povo mais humilde, do povo mais pobre, pois os mais humildes, os mais pobres...

*(Desligamento automático do microfone.)*



---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, da Medida Provisória nº 1.018, de 2020, sobre a alteração dos valores das tabelas da Taxa de Fiscalização de Instalação (Fiscalização das Telecomunicações); da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Esclarecimento ao Plenário sobre o gestão do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

---

**O SR. GENERAL PTERNELLI** (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL, Presidente, encaminha "sim" ao texto.

Até por um dever de justiça, como ouvi comentários sobre o Ministro Pazuello, eu gostaria de comentar o seguinte: na Câmara, nós temos a Comissão Externa do Coronavírus e, no Congresso, nós temos a Comissão Mista do Coronavírus, que fez um relatório sobre o período do Ministro Pazuello no Ministério. Ele se reunia com o CONASS e o CONASEMS todas as semanas. O Ministro, durante o período em que lá esteve, foi elogiado praticamente pelos 27 governadores. Ele sempre se colocou à disposição para ajudar a saúde nas melhores condições possíveis.

O relatório da Comissão Mista do Coronavírus, do Congresso, está à disposição de todos. É um dever de justiça esclarecer isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado General Pternelli, V.Exa. orientou pelo bloco também ou apenas pelo PSL?

**O SR. GENERAL PTERNELLI** (Bloco/PSL - SP) - Pelo bloco, conforme foi solicitado, e pela Maioria, ressalvado se algum Líder quiser fazer uso da palavra, caso em que, logicamente, contamos com a colaboração de V.Exa.

Muito obrigado.

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, da Medida Provisória nº 1.018, de 2020, sobre a alteração dos valores das tabelas da Taxa de Fiscalização de Instalação (Fiscalização das Telecomunicações); da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Contestação a discurso proferido no plenário em defesa da gestão do ex-Ministro da Defesa, general Eduardo Pazuello.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- O PT vota "não", para manter o Conselho Gestor do FUST da forma como este Plenário deliberou semanas atrás.

Agora, ouvir um discurso em defesa de Pazuello na condução do Ministério da Saúde? Quando ele assumiu a Pasta, havia 14.600 mortos e, quando a deixou, já eram quase 300 mil os mortos. Portanto, não é possível dizer que o Ministério foi sério nesse período.

Na CPI, começa-se a identificar que ele já mentiu pelo menos 14 vezes. E vejam a ironia da história! O discurso da cloroquina, a negação da vacina, a aglomeração humana, o veto ao uso obrigatório de máscara, e o Ministro busca negar sua própria prática ou negar sua própria omissão. Está ficando cada vez mais claro e evidente para a sociedade brasileira...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 303/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021 - CD	16:36
Publ.: DCD - 21/05/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2021, da Medida Provisória nº 1.018, de 2020, sobre a alteração dos valores das tabelas da Taxa de



Fiscalização de Instalação (Fiscalização das Telecomunicações); da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Comemoração da Semana Brasileira de Enfermagem; do Dia Internacional dos Enfermeiros e das Enfermeiras; e do Dia do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem. Falecimento de profissionais da enfermagem na linha de frente de combate à Covid-19. Necessidade de discussão do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais; do Projeto de Lei nº 459, de 2015, relativo ao piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira; e do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para instituição do piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "sim" ao texto.

Quero aproveitar este momento para dizer que, do dia 12 ao dia 20 de maio, nós comemoramos a Semana Brasileira de Enfermagem. Dia 12, comemorou-se o Dia Internacional dos Enfermeiros e Enfermeiras e hoje, dia 20, comemora-se o Dia do Técnico e Auxiliar de Enfermagem.

Nesta pandemia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós perdemos 779 profissionais da enfermagem, homens e mulheres que foram para a linha de frente salvar vidas e tiveram a sua vida ceifada. Esses profissionais da área da saúde, da equipe de enfermagem, que estão, durante todo esse período, combatendo a pandemia precisam de mais do que aplauso; precisam de reconhecimento. Nós precisamos discutir o PL 2.295/00, que trata da jornada de trabalho, e o PL 459/15 e o PL 2.564/20 - este está no Senado Federal -, que tratam do piso salarial.

Sr. Presidente, reconhecer o trabalho dos profissionais da área da saúde nesta pandemia, em especial nesta Semana Brasileira de Enfermagem, é dizer muito obrigada aos homens e mulheres que estão indo, dia a dia, para a linha de frente na atenção básica, na média e na alta complexidades, nas nossas UTIs, sendo, além de profissionais, familiares dos pacientes, porque esta pandemia está isolando os pacientes do convívio com os seus familiares nas unidades hospitalares.

Muito obrigada, Presidente. Fica o meu agradecimento, como única enfermeira da Casa, a todos os profissionais da enfermagem. Manifesto a minha gratidão a esses homens e mulheres, enfermeiros, técnicos e auxiliares que estão nessa linha de frente.

Vamos juntos construir caminhos para a melhoria salarial e para uma

jornada justa de trabalho!

---

Documento 304/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021 - CD 17:08
Publ.: DCD - 21/05/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não realização, pelos órgãos competentes, de pressão política sobre o Governo Federal para vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Omissão da Câmara dos Deputados sobre as crises sanitária e econômica. Quadro de pobreza, fome e miséria reinante no País. Aprovação, pela Casa, de matérias contrárias aos interesses da sociedade brasileira.

---

**A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero retomar o tema que comecei a abordar em breve comunicação a respeito da posição desta Casa e da sua relação com a sociedade brasileira.

Isso me trouxe de volta à memória um dos dias mais tristes, sobretudo para nós, mulheres do campo democrático e popular de esquerda: o momento em que, num golpe parlamentar, de forma absolutamente inconstitucional e ilegal, a primeira mulher eleita democraticamente à Presidência da República brasileira foi retirada, foi cassada do seu mandato por conta de uma disputa política rebaixada, com traições e conspirações, que pode ser comparada à situação de hoje, com os crimes de responsabilidade, que são muitos.

Haja vista, por exemplo, o que se está constatando na CPI do Senado em relação aos crimes de responsabilidade do Governo, especialmente do Presidente genocida, do seu Ministro da Saúde e de outros governantes que estão sendo cúmplices, todos eles, inclusive a Câmara dos Deputados, que nada tem feito para pressionar o Governo, para fazer sua parte de pressão política, no sentido de garantir a vacinação de todo o nosso povo, de toda a população brasileira. Só com a massificação da vacinação é que se poderá controlar o coronavírus, a COVID-19, que tem vitimado centenas de milhares de mulheres, homens, crianças, jovens, idosos.

Sr. Presidente, esta Casa se mantém omissa, funcionando de costas para a realidade brasileira - a trágica realidade brasileira -, não só do ponto de vista da profunda crise sanitária, mas também da crise



econômica, com geração de milhões de desempregados, com grande parte de sua população com carências alimentares, passando fome num país que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, que exporta grande parte ou quase todo esse produto gerado nas terras brasileiras e o nega ao seu povo, que é quem constrói a Nação. Quem mantém a cultura e a vida de uma nação é o povo, e esse povo está submetido a uma situação de extrema miséria, de extrema pobreza, de extrema fome. Sr. Presidente.

Esta Casa, dia após dia, está a aprovar matérias contrárias ao interesse da população, absolutamente insensível ao que ocorre de perdas, de destruição de conquistas históricas, como os direitos trabalhistas, os direitos sociais, os direitos humanos. Lamentavelmente, Sr. Presidente, há uma absoluta indiferença desta Casa em relação ao seu papel e à sua responsabilidade diante do povo brasileiro.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

---

Documento 305/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 21/05/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Transcurso dos Dias do Enfermeiro e do Técnico e Auxiliar de Enfermagem. Solidariedade aos familiares dos profissionais da saúde falecidos na linha de frente de combate à Covid-19.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "não" a este requerimento de adiamento de discussão e votação.

Como única enfermeira da Casa, já me pronunciei a respeito da importância e do papel da enfermagem e dos trabalhadores da saúde

frente a esta pandemia.

Hoje é o Dia do Técnico e Auxiliar de Enfermagem e, no dia 12, foi o Dia do Enfermeiro. Mais uma vez quero render as minhas homenagens, neste dia, em especial, às famílias dos 779 profissionais, homens e mulheres, enfermeiros, técnicos e auxiliares, que tombaram frente à luta para vencer esta pandemia, buscando salvar vidas. Eles foram a óbito, muitas vezes, depois de saírem de casa saudáveis, irem para a unidade de saúde, para o serviço, para o trabalho, e acabaram não retornando para os seus familiares. Então, deixo a minha homenagem, mais uma vez, a todos esses homens e mulheres.

O Cidadania, então, vota "não" a este requerimento, Sr. Presidente.

---

Documento 306/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Inconstitucionalidade da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados. Natureza contraditória do depoimento prestado pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai votar pela obstrução em relação a este tema.

Eu queria novamente afirmar que é muito sério que esta Casa tenha feito um procedimento diferente, que não seja a apreciação no tempo adequado, como determina a Constituição, através de uma Comissão Mista, e, por outro lado, colocar em discussão temas que são importantes e que correm o risco de não terem um texto adequado.

Sr. Presidente, aproveito também para falar da "CPI da COVID", que neste momento está questionando o ex-Ministro Eduardo Pazuello, que

falou da distribuição de cloroquina nas comunidades indígenas. Ele nega o que realmente o Governo apresentou, quando diz que distribuiu mais de mil comprimidos de cloroquina para indígenas, e agora fala totalmente o contrário, que a distribuição não seria para indígenas, na medida do Ministério da Saúde. É totalmente contraditório o que ele diz.

---

Documento 307/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 21/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.575, de 2021, (apensado ao Projeto de Lei nº 50, de 2021), sobre a suspensão, excepcionalmente, do pagamento de obrigações de beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Quero aproveitar e pedir ao Plenário desta Casa para que aprove o nosso projeto de lei que pede anistia para os estudantes do FIES. Já passa de 800 mil jovens endividados no Brasil porque não conseguem pagá-lo.

Quando foi criado o FIES, o Brasil vivia pleno emprego. A juventude, com grande expectativa de futuro, correu para acessar os recursos do FIES para ter uma faculdade. E conseguiram fazê-la. Acontece que, a partir do Governo Bolsonaro, só piora o desemprego no País. Como eu disse, já passa de 14 milhões de brasileiros desempregados. E, junto com isso, está a juventude que fez o FIES.

Portanto, se a juventude está desempregada, não tem como pagar o FIES, faço um apelo para que aproveemos o nosso projeto de lei que anistia a dívida...

(Desligamento automático do microfone.)

---

Documento 308/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	18:52
Publ.: DCD - 21/05/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 1, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Defesa da concessão de anistia de dívidas de mutuários junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vai liberar, porque os partidos não têm um acordo sobre uma direção única.

No entanto, eu gostaria de dizer que essa não é uma boa direção para o País. Um perdão, em valores demasiados, para empresários que não são pequenos, neste momento de pandemia, faz-nos ver que também poderia ser dada uma anistia aos mutuários do Programa Minha Casa, Minha Vida. A inadimplência dos moradores do Programa Minha Casa, Minha Vida gira em torno de 50% a 60% em tempo de pandemia. São os conjuntos habitacionais das pessoas de mais baixa renda. Os moradores não têm condições e não estão conseguindo pagar as parcelas, porque precisam pagar uma energia que sobe de preço, o condomínio, uma série de questões. E, já que se está dando praticamente uma anistia, porque não anistiar também os mutuários do Minha Casa, Minha Vida? Acho que o Congresso poderia estender esse benefício a todos.

---

Documento 309/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	18:56
---------	--	-------

Publ.: DCD - 21/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Afonso Florence pela atuação.

Aproveito, Deputado Afonso Florence, para dizer que essa farra feita com dinheiro público para alguns, quando nós apresentamos o projeto da agricultura familiar - e V.Exa. foi Ministro do Desenvolvimento Agrário -, o Projeto Assis Carvalho, que era para ter fomento para a agricultura familiar, para quem produz comida, para dar apoio especial à renegociação de dívidas em condições boas para quem não pôde trabalhar na agricultura familiar, nós o aprovamos e Bolsonaro o vetou, disse "não". Portanto, são dois pesos e duas medidas inaceitáveis!

Por isso, nós votamos "não" a essa farra e queremos que o Projeto Assis Carvalho seja aprovado de novo, porque existe o Projeto Assis Carvalho 2, para ajudar quem produz comida e quem ajuda a desenvolver e sustentar recursos dos nossos Municípios.

O PT orienta "não".

Documento 310/438

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-  
CD 19:00

Publ.: DCD - 21/05/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 1.812, de 2020, acerca da suspensão temporária do pagamento de empréstimos consignados de pessoas físicas.

---

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai acompanhar o texto que foi aprovado pelo Senado, orienta "sim".

Aproveito esta oportunidade, Presidente, para fazer um apelo para que esta Casa possa votar um projeto que, inclusive, é de nossa autoria, similar a vários outros na Casa - só na nossa bancada, há um do Deputado André Figueiredo e um do Deputado Pompeo de Mattos -, um projeto que suspende a cobrança relativa a empréstimos consignados durante o período da pandemia. Esses projetos tramitam na Casa há mais de 1 ano, e, de maneira estranha, simplesmente não são colocados em votação, porque favorecem pessoas que, na hora da dificuldade, foram a instituições financeiras buscar empréstimo. Ora, os bancos também precisam dar a sua contribuição durante a pandemia. O Senado aprovou um projeto igual a esse, mas, na Câmara, esse projeto não é colocado em votação.

Esse é o apelo que nós fazemos em nome de tantas pessoas que estão agora endividadas e precisando desse recurso para sair das dívidas.

O PDT orienta "sim".

---

Documento 311/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/05/2021-
	CD	19:00
Publ.: DCD - 21/05/2021 - VIVI REIS-PSOL -PA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às

debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Defesa de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 1.731, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 8.856, de 1994, com vista ao estabelecimento do piso salarial nacional dos profissionais da fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

---

**A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- O PSOL orienta "não".

Queria aproveitar este minutinho, já que só temos a oportunidade de usar 1 minuto, para dizer, nesse clima de mobilização da enfermagem, que eu também gostaria de declarar apoio e dar toda a força aos profissionais da fisioterapia e da terapia ocupacional. Essa é a minha categoria. Com muito orgulho, sou fisioterapeuta.

Está tramitando no Senado o PL 1.731, que dispõe sobre o piso salarial dos profissionais da fisioterapia e da terapia ocupacional, categorias importantíssimas que também atuam na linha de frente do combate à COVID-19, seguem sendo fundamentais, inclusive no processo de reabilitação pós-COVID, e precisam urgentemente de valorização, com piso salarial digno.

Então, em defesa do SUS, em defesa da fisioterapia e da terapia ocupacional, reforço meu apoio à aprovação do piso salarial dessas categorias.

---

Documento 312/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 21/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Tentativa do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de blindagem do Presidente da República na CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Indagação sobre as medidas adotadas no País para

enfrentamento da terceira onda de coronavírus.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Aproveito este momento para lembrar que Pazuello, na CPI, tenta livrar a cara do Governo Bolsonaro quanto à responsabilidade pelas mortes por COVID-19. Ambos, Pazuello e Bolsonaro, tentam jogar essa responsabilidade para cima dos Governos e das Prefeituras. Mais de 440 mil pessoas já morreram no Brasil por causa dessa doença. Eles inclusive omitem que o SUS, então sob a responsabilidade de Pazuello, reduziu a quantidade de leitos nos Estados brasileiros. Foi preciso até que o Governador do Maranhão, Flávio Dino, recorresse ao Supremo para que o SUS mantivesse a quantidade de leitos que, por obrigação, deveria manter no Maranhão.

Está chegando a terceira onda, segundo entrevistas hoje de vários técnicos da FIOCRUZ. O que o Brasil está fazendo para enfrentar essa terceira onda e evitar novas mortes?

---

Documento 313/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	19:08
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pela Polícia Federal. Contradições do depoimento prestado pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, na CPI da Covid, notadamente com relação ao uso do Kit Covid para tratamento precoce da doença.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE encaminha o voto "sim" à emenda, Sr. Presidente.

Também gostaria de reforçar o pedido para que a sociedade não

esqueça esses retrocessos que estão acontecendo no País, como atitudes do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investigado pela Polícia Federal, que vão de encontro à proteção do meio ambiente; não esqueça tudo o que está sendo dito na CPI da COVID. Defende-se, de maneira irresponsável, o uso do *kit* COVID pelas comunidades indígenas, que são um dos grupos mais vulneráveis nesta pandemia. Não se pode dizer que é solução o *kit* COVID ou a cloroquina. Apesar de toda a divulgação feita nos jornais pelo Ministério da Saúde, hoje o ex-Ministro Pazuello estava negando, contradizendo-se ao responder perguntas no Senado.

É preciso não esquecer, é preciso não ter memória curta, porque outros dias estão chegando.

---

Documento 314/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	19:20
Publ.: DCD - 21/05/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "sim" a esta emenda do Senado. Ela melhora o texto.

Nesta pandemia, em que a atividade produtiva sofreu impactos muito vultosos, faz-se necessário, não só no Brasil - o mundo está fazendo isso -, colocar o Estado para revitalizar a economia. Nos Estados Unidos, que detêm a economia mais portentosa do planeta, o Estado está chegando com 4 trilhões para fazer o enfrentamento da pandemia, no que se refere tanto à questão sanitária quanto à preservação das atividades econômicas essenciais. E esta emenda vai nessa direção.

O PCdoB encaminha "sim", porque a emenda do Senado melhora o texto.

54.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/05/2021-19:36	
Publ.: DCD 21/05/2021 -	NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

### **Sumário**

Posicionamento da bancada do PT contrário à votação da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, com vista à renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO; do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a instituição de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, essa medida provisória já teve o posicionamento contrário da bancada do PT, entre outras razões, pelo seu conteúdo altamente permissivo aos grandes devedores de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. A bancada avalia que a futura lei terá impactos erosivos substanciais no patrimônio desses fundos, o que refletirá em restrições vultosas na oferta de crédito aos setores produtivos destas Regiões do País. Nesse contexto, os agentes econômicos de menor porte serão os mais afetados pelas limitações da oferta de crédito.

Gostaria de dialogar com os colegas Parlamentares. Nas votações de hoje, as das duas medidas provisórias anteriores e desta, há, de certa forma, uma inversão de valores, uma inversão de princípios. Em todas essas medidas provisórias nós estamos colocando recursos vultosos na mão de poucos e tirando recursos fundamentais dos setores produtivos dos pequenos, dos menores. Ao mesmo tempo, esta Casa não vota projetos fundamentais para o enfrentamento da crise econômica e sanitária que nós estamos vivendo neste momento.

Muito bem lembrou pouco tempo atrás nosso Líder Elvino Bohn Gass o projeto da Lei Assis Carvalho II. Há quanto tempo ele está na fila para ser votado? Há muito tempo está na pauta e não é votado. Qual seria o

impacto econômico desse projeto de apoio emergencial à agricultura familiar, em especial àqueles que mais precisam do apoio do Estado, do poder público neste momento? O impacto dele seria muito menor do que o de qualquer uma destas medidas provisórias que nós votamos aqui.

Então, eu quero chamar a atenção dos colegas Parlamentares, perguntar-lhes se nós não estamos votando e aprovando nesta Casa leis que invertem valores, se nós não estamos priorizando grandes devedores, que inclusive vão prejudicar esses fundos constitucionais que são fundamentais para enfrentar as desigualdades regionais, em detrimento da maioria das pessoas?

---

Documento 316/438

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	20:24
Publ.: DCD - 21/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2021, da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, com vista à renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO; do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - Sim, Presidente, vou orientar. O PSOL segue em obstrução.

O Brasil está explodindo nesta crise sem precedentes. O ex-Ministro da Saúde está mentindo mais uma vez na CPI da COVID, e o Ministro do Meio Ambiente, inacreditavelmente, está sendo investigado por violações ambientais. O caos e o luto estão chegando às famílias brasileiras, e nós estamos aqui querendo dar aos grandes.

Nós temos que taxar os grandes, dividir a terra dos grandes, dar a terra dos grandes aos pequenos produtores em um Brasil marcado pela lógica do latifúndio, pela lógica colonial.

Então, neste momento drástico, o PSOL segue em obstrução, Presidente.

---

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-20/05/2021- 20:28
Publ.: DCD - 21/05/2021 - IGOR TIMO-PODE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2021, da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, com vista à renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO; do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Apelo ao Ministério da Saúde de liberação de maiores recursos aos Municípios brasileiros para enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos.

---

**O SR. IGOR TIMO** (Bloco/PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta "não", mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade para tratar de um tema de extrema relevância para o nosso País.

Eu acabo de chegar do Ministério da Saúde. E agradeço aqui a recepção que tive lá hoje do Secretário Especial do Ministro, o Sr. Carlos Eduardo, que, junto comigo, conseguiu constatar um fato importantíssimo. Comparando os valores da tabela do Teto MAC dos exercícios 2020 e 2021, nota-se que houve uma redução significativa de um para outro. Refletindo sobre os fatos que levaram a tal situação, observa-se a interferência da pandemia da COVID-19 nos resultados apresentados. Ou seja, como os atendimentos aos procedimentos eletivos foram suspensos, a produção destes caiu vertiginosamente.

O apelo que faço é para que os Municípios não sejam punidos, uma vez que não tiveram responsabilidade sobre isso. No momento, eles necessitam de um aporte financeiro de recursos do Governo Federal. E peço que essa ação de exceção nos parâmetros, para alocação de recursos de emendas e de recursos extras de saúde, não seja balizada pelo teto do exercício de 2020. Certamente, adotando tal medida, S.Exa., o nosso Ministro, poderá socorrer os Municípios e demonstrar a nossa preocupação com os resultados negativos, que tanto têm prejudicado a nossa população.

Na certeza da atenção especial do Ministro, rogo aqui a esta Casa para que todos fiquem muito atentos a isso e comuniquem aos seus

Municípios para que façam essa correção do teto ao Ministério - peço 1 minuto para finalizar, Presidente -, para que os recursos possam chegar para o enfrentamento à COVID e, principalmente, para que haja a retomada das cirurgias eletivas.

Obrigado, Presidente.

O Podemos orienta "não".

---

Documento 318/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:04
Publ.: DCD - 21/05/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Empenho do Presidente Arthur Lira na aprovação de matérias de interesse do Governo Jair Bolsonaro. Não retomada da discussão sobre o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho do Palácio do Planalto. Expectativa de rejeição, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem, a Câmara aprovou a medida provisória que privatiza a ELETROBRAS. Isso é uma vergonha para o Congresso brasileiro, porque privatizar a ELETROBRAS significa privatizar os rios, significa encarecer a vida do povo pobre brasileiro.

A minha grande surpresa com a aprovação dessa medida provisória, Sra. Presidente, é que o Presidente desta Casa, um nordestino, a primeira atitude que tomou como Presidente foi imediatamente estabelecer a votação da autonomia do Banco Central, ou seja, uma medida desnecessária, mas ele fez questão de fazer a vontade de Bolsonaro. Para completar, vem sempre botando medidas para poder ajudar o Governo Bolsonaro aqui na Câmara. E mais ainda: não teve coragem de voltar à discussão dos 600 reais para ajudar o povo brasileiro no auxílio emergencial, fez com que a Casa aprovasse uma medida provisória que estabelece 150 reais para o povo, quando o povo está passando fome, o Brasil está com uma carestia terrível.

Sra. Presidente, nós não podemos de forma nenhuma aceitar que esta Casa, que a Câmara dos Deputados seja um puxadinho de Bolsonaro, seja um puxadinho do Palácio do Planalto, porque o Palácio do Planalto está envolvido desde o crime de corrupção da família até o Ministro Salles. Nós não podemos ser coniventes com o Governo Bolsonaro.

Por isso, eu espero que, como a Câmara dos Deputados não cumpriu a sua parte, o Senado Federal rejeite essa medida provisória para não permitir a privatização dos rios, das águas, da ELETROBRAS e, sobretudo, o encarecimento da energia elétrica no Brasil, porque basta sim. Todos nós sabemos o preço da gasolina, o preço da carne, o preço do gás. Se houver ainda reajuste do preço da energia, aí o povo brasileiro não aguenta.

A esperança está chegando, 2022 vai chegar. E eu tenho certeza de que nós vamos resgatar a esperança do Brasil, a esperança do nosso povo.

Era isso, Sra. Presidente.

---

Documento 319/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:24
Publ.: DCD - 21/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Lentidão do processo de imunização dos brasileiros contra o coronavírus. Possibilidade de alcance da marca de 750 mil mortes no Brasil pela Covid-19 até o mês de agosto de 2021, conforme previsão da Universidade de Washington. Recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à aquisição de vacinas em tempo hábil. Inclusão de empregados de supermercados, balconistas de farmácias, frentistas e motoristas de ônibus em grupos prioritários de vacinação.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, no ritmo em que vai a vacinação em nosso País, as previsões são as mais sombrias possíveis.

Um estudo da Universidade de Washington prevê que até agosto o Brasil poderá chegar à triste marca de 750 mil mortes por COVID. De acordo com o estudo, o ideal seria que, diariamente, cerca de 2

milhões de pessoas fossem vacinadas no Brasil. Só assim esse número de mortes seria barrado. O melhor cenário foi em abril, quando o Brasil atingiu apenas 1 milhão de vacinados por dia. Atualmente, o País está vacinando, em média, 500 mil habitantes por dia. Se continuar assim, Sra. Presidenta, poderemos chegar a 750 mil mortos até agosto, como diz a pesquisa. E a culpa disso é do Bolsonaro, que não realizou a compra das vacinas no tempo devido.

Sra. Presidenta, eu trago para esta Casa um pedido de quatro categorias que estão mandando mensagens para o nosso mandato: os trabalhadores e as trabalhadoras de supermercados, de farmácias, de postos de combustíveis e os motoristas de ônibus. Eles alegam que não pararam na pandemia. Essas categorias são consideradas essenciais, mas não estão lista de prioridades de vacinação. Isso é verdade, Sra. Presidenta.

Esses trabalhadores e essas trabalhadoras estão na linha de frente, lidando com o público, e também merecem entrar na lista de prioridades da vacinação.

Em respeito a esses profissionais, Sra. Presidente, eu deixo aqui este registro. Peço que esses dois assuntos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 320/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:40
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza vexaminosa das declarações do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, à CPI da Covid no Senado Federal. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes do coronavírus.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Obrigada, Deputada Rosângela, pelo belo adjetivo. Quero cumprimentá-la, ao vê-la presidindo a sessão.

Quero, Deputada Rosângela, em primeiro lugar, registrar a minha vergonha por ver um ex-Ministro da Saúde, numa CPI, passar por uma situação tão vexaminosa. Eu até fiquei feliz de ele não ter ido fardado,

porque seria mais uma humilhação para as Forças Armadas brasileiras, como instituição.

Foi muito triste ver a que ponto chegamos: um ex-Ministro da Saúde vai a uma CPI e, sem nenhuma vergonha, diz tantas inverdades, tantas mentiras. Seria bom que tivéssemos ali os vídeos divulgados durante a sua gestão; os vídeos que mostram as falas do Presidente da República à época, junto com ele; os vídeos de todas aquelas *lives* em que ele concordava com o Presidente da República, em que se submetia, se subjugava às ordens do Presidente da República, sem nenhuma autonomia - ele fez barbaridades com o povo brasileiro; muitas mortes foram produzidas na sua gestão, foram permitidas e induzidas na sua gestão. Seria uma verdadeira acareação. Aliás, é disso que precisa aquela CPI: acarear os mentirosos, os covardes.

Aliás, ele se permitiu ser um mordomo. Ele foi um mordomo. Eu me lembrei dos livros de Agatha Christie. Ele tentou blindar o Presidente da República, mas não conseguiu, obviamente, porque todos sabem que ele seguiu, como um cordeirinho, as ordens do Presidente da República, que nada entende de saúde pública, como ele, e induziu o País à situação em que nós estamos hoje. O Presidente da República, através dele, que foi a sua correia de transmissão, induziu pessoas à morte neste País, e a CPI vai ter que demonstrar isso: a responsabilidade do Presidente da República pelas mortes no Brasil. É isso que vai ter que ser demonstrado nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não adianta o Dr. Pazuello, General - lamentavelmente, um General foi Ministro da Saúde -, tentar blindar o Presidente da República, porque ele foi e é o grande responsável pelas mortes no Brasil, pelas vacinas não compradas, pelos medicamentos ineficazes e com efeitos colaterais dados à população, pelas *fake news* divulgadas, enfim, pela situação em que nós nos encontramos hoje, com as mortes evitáveis que aconteceram, que foram produzidas, com as vidas que foram perdidas neste País.

Lamento profundamente o que ocorreu.

---

Documento 321/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:44
Publ.: DCD - 21/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Protesto contra a aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Expectativa quanto aos resultados da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes do coronavírus.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, ontem, esta Casa, lamentavelmente, votou, com o apoio de 313 Sras. e Srs. Deputados, uma matéria que leva a uma especulação enorme a nossa energia, que entrega o patrimônio da nossa Nação, que empobrece os pobres cada vez mais, porque resolveram privatizar setores que não são apenas estratégicos, mas que rendem lucro para o Governo, para os nossos Estados, para o povo brasileiro.

Eu não consigo entender que quem tem consciência, quem recebeu do pobre o voto tenha tido a coragem de entregar esse patrimônio, a energia, que vai fazer com que os nossos trabalhadores e trabalhadoras paguem mais caro por ela.

E vai fazer também que deixem de possuir - eu já disse isso ontem - algo que é fundamental de se ter em casa hoje em dia, uma geladeira, além de outros equipamentos.

Eu já falei ontem e quero falar hoje novamente sobre a CPI da COVID, que está demonstrando o quanto o Governo abandonou a maioria do povo. O Governo colaborou para que não tivéssemos as vacinas no tempo necessário. Caso as tivéssemos, poderíamos ter impedido ou minimizado as 441 mil mortes que ocorreram neste País. Nós não temos como aceitar. Isso é um escândalo para o Brasil, é uma vergonha a negligência no combate à COVID! Poderíamos ter reduzido essas mortes.

Só no Estado do Rio de Janeiro, no Município do Rio de Janeiro, houve 50 mil mortes, Sra. Presidente. Não ajudaram o povo e ainda atrapalharam, quando não fizeram no tempo devido a compra das vacinas. Essa responsabilidade não é de outrem senão do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Muitos morreram por isso, porque o Governo desde o início implantou a necropolítica. E é com muita dor que nós estamos vendo essas famílias sofrerem.

A CPI há de indicar os responsáveis, como já está indicando, para que eles sejam processados.

O que eu peço à população é que se cuide, na medida do possível, fique em casa se puder, use álcool em gel...

(Desligamento automático do microfone.)

---

Documento 322/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:48
Publ.: DCD - 21/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo à Presidência de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 5.510, de 2020, sobre a suspensão, pelo período de quatro meses, do pagamento de parcelas junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui fazer um apelo à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para que coloque em votação o Projeto de Lei nº 5.510, de 2020, ainda do ano passado, de minha autoria, que suspende o pagamento do FIES, que é o financiamento estudantil, pelo período de 4 meses.

Na verdade, Presidente, ano passado, nós já aprovamos um projeto dessa natureza. Dentre os vários projetos, um deles era de minha autoria: o Projeto de Lei nº 1.262, de 2020, que foi aprovado e, por conta disso, foram suspensos os pagamentos por 4 meses desse financiamento estudantil.

Sabemos perfeitamente que os jovens que estudaram e se formaram, graças ao FIES, têm 1 ano de carência para começar a pagar o financiamento, mas, com a chegada da pandemia, esses jovens formados e qualificados estão desempregados, não estão trabalhando na profissão para a qual se formaram, com o conhecimento que buscaram obter na faculdade. No entanto, eles têm que pagar o financiamento, mas como vão pagar se não estão empregados? O emprego se foi, a pandemia levou. Não queremos que as pessoas morram de coronavírus, mas não podemos permitir que as pessoas morram de fome. A economia está sendo muito atacada.

Então, foi suspenso o pagamento do FIES por 4 meses no ano passado.

E precisamos repetir a dose, porque o coronavírus teve uma segunda

etapa também, uma segunda onda. Precisamos que esses jovens tenham também a suspensão desse pagamento para que não fiquem com o nome sujo junto ao SERASA e ao SPC, porque mal começaram suas atividades profissionais e já estariam com o nome sujo.

Inclusive, Sra. Presidente, projeto semelhante já foi aprovado no Senado e veio para a Câmara. Nesta Casa, ele se junta a projetos de outros colegas, mas o Projeto de Lei nº 5.510, de 2020, é de minha autoria, e tenho a expectativa de que possamos votar essa matéria, que é relevante, é importante para os jovens que estão começando e que precisam de um fôlego nessa hora.

A pandemia ataca todos, como também ataca os jovens, que estão pedindo o primeiro emprego, pedindo a primeira oportunidade. Eu sei, porque passei por isso. Como estagiário do Banco do Brasil, eu tive uma chance. Com essa chance, eu pude subir, fazer uma carreira tanto no Banco do Brasil, quanto na minha atividade depois, como advogado.

Portanto, nós precisamos votar e aprovar o Projeto de Lei nº 5.510, de 2020, de minha autoria, suspendendo o pagamento do FIES por 4 meses, em benefício dos jovens que se formaram.

Muito obrigado.

---

Documento 323/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 21/05/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Caos reinante no País em decorrência da crise sanitária. Omissão da Casa sobre a abertura da CPI do Meio Ambiente, para investigação de crimes praticados pelo Ministro Ricardo Salles. Necessidade de busca de solução para o pretendido despejo da organização não governamental Mata Ciliar, instalada na área administrada pela concessionária do Aeroporto Estadual de Jundiaí, Voa São Paulo, no Estado de São Paulo.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero cumprimentá-la e cumprimentar os demais colegas Deputados que nos acompanham.



A boiada vai passando. Nesta Casa, neste ano, já passou a independência do Banco Central; já passou também o dito novo marco de licenciamento ambiental, que, na verdade, é uma autorização para o desmatamento; e hoje, na CCJ, querem iniciar a discussão da reforma administrativa, que também é um grande ataque ao serviço público, ao Estado brasileiro, aos servidores como um todo. Enquanto isso, o País vive esse caos, sem vacina, com centenas, milhares de pessoas ainda morrendo por conta da COVID.

Ao mesmo tempo, esta Casa não se manifesta sobre a CPI do meio ambiente, tão necessária e importante para investigar os crimes cometidos pelo Ministro Salles, que não são poucos: incentivou o desmatamento, apoiou a grilagem e o desmatamento ilegal, atacou o meio ambiente e perseguiu servidores públicos do IBAMA, de outros órgãos ambientais e do Ministério, que justamente estavam cumprindo suas funções.

Por isso, defendemos a necessidade e a importância desse tema e pedimos o apoio aos demais colegas para que assinem o pedido de abertura da CPI do meio ambiente, para investigar os crimes do Ministro Salles.

Aproveitando o tema, eu queria aqui manifestar preocupação com o que está acontecendo na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo. Lá há uma entidade ambiental, a Mata Ciliar, que cuida de animais silvestres há mais de 20 anos. Centenas de animais estão abrigados, numa área pública cedida pelo Governo de São Paulo.

Ocorre que, ao lado da Mata Ciliar, está o aeroporto estadual de Jundiaí, e a concessionária que administra o aeroporto quer tirar os animais do local. Eles estão ocupando um pedaço da área, onde há pequenas construções de apoio para o atendimento dos animais. Além de servir como uma área de proteção ambiental, há animais naquele local.

A Voa São Paulo, que administra o aeroporto de Jundiaí, nega-se a dialogar, nega-se a marcar agenda, dizendo que o assunto não é com ela. Porém, em contrapartida, vai lá e notifica a entidade para que deixe o local. Ora, é uma contradição imensa e é mais um ataque ao meio ambiente, é mais um ataque que se faz contra pessoas e entidades que querem justamente colaborar, de uma maneira voluntária, de uma maneira compromissada, de uma maneira altruísta, eu diria, preocupadas com a vida silvestre, para a proteção daqueles animais.

Esperamos que a Voa São Paulo e, da mesma maneira, o Governo do Estado estejam dispostos ao diálogo e percebam claramente que aquele trabalho está sendo feito ali há muitos anos, e é um trabalho

respeitado por toda a comunidade.

Por isso, espero que nós possamos conjuntamente buscar uma solução, garantindo o uso daquela área pela Mata Ciliar, que vai ali proteger tantas vidas de tantos animais, que depois são soltos na natureza, no seu hábitat natural.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidenta e colegas Deputados.

Obrigado.

---

Documento 324/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:12
Publ.: DCD - 21/05/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Informação à Presidência sobre a ocorrência de falha no sistema de transmissão da sessão remota. Protesto contra a aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Caráter falacioso dos depoimentos prestados pelos ex-Ministros da Saúde, general Eduardo Pazuello, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, à CPI da Covid, no Senado Federal.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, eu queria relatar, primeiro, que nós estamos com um problema técnico, o que o Deputado Professor Israel Batista já identificou. Quando alguém fala da sala de Líderes ou da tribuna, nós que estamos acompanhando pelo Zoom, em casa, não ouvimos. É preciso alertar a área técnica da Casa.

Peço que reponha o meu tempo, por favor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero voltar a tratar daquilo a que nós assistimos ontem. A noite de ontem foi triste, a madrugada de ontem foi triste. Não sei como os Deputados, que em sua maioria aprovaram aquele absurdo da privatização da ELETROBRAS, podem ter dormido com tranquilidade, porque condenaram o povo brasileiro a uma tarifa de energia elétrica mais alta, ao risco de apagões, condenaram uma empresa que é investidora em pesquisa, que é investidora em cultura, que investiu em expandir o acesso à energia elétrica através do Luz para Todos, para todos os rincões distantes, principalmente do campo no Brasil, que é inovadora na produção de

energia limpa, no momento em que isso tem a importância que tem para o mundo. Sra. Presidente, principalmente no momento em que a água tem um significado tão grande para a humanidade, nós estamos privatizando o acesso aos rios brasileiros e a sua gestão e impedindo a população de definir qual o uso mais adequado para as águas brasileiras, para os rios brasileiros. O uso para o consumo humano pode se tornar secundário.

Então, "não" à privatização, a minha solidariedade aos trabalhadores do sistema ELETROBRAS em nosso País e aos trabalhadores da CHESF, que é uma expressão quase de identidade do povo nordestino, e o meu repúdio àqueles que, nordestinos, traíram o sentimento e a luta do povo nordestino votando pela privatização da CHESF.

Mas não posso deixar de registrar que a CPI da Pandemia está demonstrando novos atores para a sociedade brasileira, canastrões.

O Ministro Pazuello mentiu tanto ontem, que se sentiu mal. Aí a Internet já registrou: "*Mentira faz mal à saúde, Ministro. Aprenda de uma vez por todas com isso*". O povo brasileiro está chocado com a capacidade de mentir que o Ministro Ernesto Araújo e o Ministro Pazuello demonstraram no seu depoimento. São personagens diferentes daquelas que a sociedade conheceu: arrogantes, pregando a sua ideologia negacionista. Na CPI, mansos, falam baixinho, sem, no entanto, deixarem uma característica básica deste raciocínio e desta postura, que é a postura de mentir, mentir e mentir, para, dessa forma, fazer uma realidade paralela, uma realidade paralela.

É impossível ouvir o que o ouvimos ontem no depoimento do Ministro Pazuello sem ficarmos absolutamente indignados.

Ministro Pazuello, o senhor é responsável, assim como o Presidente da República pelas mortes...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 325/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:20
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## **Sumário**

Homenagem póstuma ao Juiz Michel Pinheiro, ex-titular do 3º Juizado Especial Cível de Fortaleza, Estado do Ceará, falecido em decorrência da Covid-19. Irresponsabilidade, incompetência e falta de humanidade do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Caráter fantasioso de depoimentos prestados à CPI da Covid, sobretudo pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO** (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Bom dia, minha querida Presidente Rosangela! É uma alegria rever V.Exa., que preside a Mesa desta Casa tão importante, representando o Parlamento brasileiro.

Sra. Presidente, eu também queria partilhar a minha tristeza, o meu luto pela perda irreparável de um amigo, o Juiz Michel Pinheiro, ser humano que nos deixou e que sabia, como bom juiz, que uma sentença precisava ser muito bem elaborada, em função dos impactos que poderia causar no sentenciado. Ele se colocava no lugar das pessoas e partilhava as dores daqueles que eram sentenciados.

Eu quero aqui prestar minha homenagem e registrar o meu pesar a esse colega que tive o privilégio de conhecer. Fomos colegas do mestrado, juntamente com a esposa dele, Elizabete Pinheiro, a quem transmito meus votos de pesar, de tristeza, de solidariedade, assim como aos seus familiares e amigos, porque é uma perda realmente muito grande para a magistratura cearense.

Aqui fica, portanto, o meu lamento por mais uma vítima da COVID que nós tivemos no Ceará e no Brasil. Nós estamos assistindo, na CPI da Pandemia da COVID, a essa situação grave que o Brasil está vivenciando, fruto da incompetência, da irresponsabilidade e, por que não dizer, da falta de humanidade e de compromisso do Governo.

O depoimento dos Ministros que participaram da CPI, sobretudo, o de Pazuello, ontem, que deverá prosseguir hoje, mostra falta de sensibilidade, de compromisso, de seriedade. Ele, junto com outros, vêm mentindo sistematicamente.

Eu quero aqui dizer, nas palavras de Paulo Coelho, o que a CPI, na verdade, está mostrando: falta de humanismo, falta de seriedade com a coisa pública - é um descalabro -, falta de princípios éticos e, sobretudo, falta de dignidade. E muito...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 326/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:28
Publ.: DCD - 21/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Transformação da CPI da Covid em instrumento contra o Presidente Jair Bolsonaro. Elogio ao ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela postura adotada diante de investidas manipuladas do Relator Renan Calheiros. Declaração Não faltou dinheiro do Governo Federal para o Amazonas, proferida pelo Senador Eduardo Braga durante diálogo reservado com o Presidente da CPI, Senador Omar Aziz. Desvio, por Governadores e Prefeitos Municipais, de recursos destinados ao combate à Covid-19.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Minha querida Presidente e amiga particular, Deputada Rosângela Gomes, folgo em tê-la na Presidência desta sessão.

Amigos Deputados que aqui estão, ontem aconteceu um *show* de horrores para aqueles que fazem da CPI da COVID um circo. É verdade. Aqueles que armaram o circo, armaram o picadeiro para transformar a CPI da COVID em movimento de destruição do Presidente Bolsonaro, do Governo Federal, tentando incriminar o Presidente da República, passaram mal.

Eu lido com o mundo espiritual, sou pastor há 25 anos, e, ontem, algumas vezes achei que o Senador Renan Calheiros estava ficando oprimido, meio endemoniado, algo assim. Ele não estava puro, devido ao ódio, ao ver a postura do ex-Ministro General Pazuello, que não se negou, Sra. Presidente, Srs. Deputados, a responder a nenhuma pergunta. Pelo contrário, ele confrontou todas as investidas manipuladas do Relator, que é um Relator com relatório pronto, que é um Relator que nós já sabemos qual relatório vai apresentar.

Agora, senhores, o circo está caindo por terra. Ontem houve um episódio interessante. O Senador Eduardo Braga, do Amazonas, chegou à Mesa para falar com o colega, o Presidente da CPI, Senador Omar Aziz. O vídeo já está circulando pela Internet. Eles não sabiam que estavam sendo gravados. Então, o Senador Eduardo Braga

diz: "*Não faltou dinheiro para o Amazonas, Osmar! Não faltou dinheiro do Governo Federal para o Amazonas!*"

Quer dizer que, quando as câmeras estão ligadas e eles sabem disso, fazem o *showzinho* deles, mas, quando eles não sabem que estão sendo filmados, falam a verdade: não faltou dinheiro do Governo Federal! O que houve foi desvio, roubo de Prefeitos e Governadores, que, esses sim - alguns deles, não são todos -, merecem as barras dos tribunais. Foi o que aconteceu com Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, que só caiu porque este Deputado teve a coragem de ir à PGR denunciar o comportamento fraudulento, de ladrão do ex-Governador. Wilson Witzel foi o primeiro a cair, e vão cair mais Governadores, porque nada podemos contra a verdade, a não ser pela verdade.

Já disse na tribuna e vou repetir: Bolsonaro sairá maior do que entrou nessa CPI, porque a verdade sempre prevalecerá!

---

Documento 327/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:36
Publ.: DCD - 21/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela crise sanitária reinante no País. Queda do ritmo de vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Responsabilidade do Presidente da República pelas mortes provocadas pela doença no território nacional. Revelação, pela CPI da Covid, de crimes praticados pelo Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus, notadamente quanto ao cancelamento da compra de vacinas de combate à doença.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Bom dia, Presidenta Rosângela. Bom dia, colegas Parlamentares.

Quero também falar sobre a CPI do Genocídio, sobre a CPI da COVID, mas não apenas sobre ela. Quero repercutir tudo o que está em torno deste desastre sanitário que o Brasil enfrenta e que tem como grande responsável o Presidente Jair Bolsonaro, evidentemente, muito mais que o próprio ex-Ministro que esteve ontem na CPI.

Primeiro, citarei dados da vida real. Ao contrário do que disse o Deputado bolsonarista Otoni, que me antecedeu, o Brasil está reduzindo o ritmo da vacinação. Pasmé, Sra. Presidenta. O Brasil já

vinha vacinando pouco. Há 10 dias, a média móvel estava em torno 750 mil vacinas por dia. Essa média foi reduzida, na última semana, para 631 mil vacinas por dia.

O Brasil, que tem a obrigação de aplicar 322 milhões de doses, Deputada Erika Kokay, aplicou, até o momento, em 120 dias de vacinação, apenas 60 milhões e 274 mil vacinas, meu Líder, Deputado Elvino Bohn Gass. Faltam ser aplicadas, para se garantir imunidade aos brasileiros, 261 milhões de doses. Nesse ritmo, isso levará mais 414 dias.

Se o Deputado Otoni não percebeu que a oferta de cloroquina e a tentativa de permitir a busca da chamada imunidade de rebanho, que levou desnecessariamente milhares de brasileiros à morte, são um crime contra o País, e ele continua chamando a CPI de circo, o que eu percebo é o contrário. A CPI mostra, cada vez com mais clareza, de forma didática e organizada, o volume de crimes que foram cometidos pelo Governo Bolsonaro e, especialmente, pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Mandar cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, ficar durante 4, 5 meses sem comprar doses de vacinas ofertadas pela Pfizer, que poderiam ter sido aplicadas em dezembro do ano passado e nos primeiros meses deste ano, produzir em excesso cloroquina, tentar induzir um tratamento que não funciona - ao contrário, pode matar pessoas, devido aos efeitos colaterais -, tudo isso é crime. São diversos os crimes que a CPI está mostrando e que nós continuaremos a mostrar.

---

Documento 328/438

---

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:40
Publ.: DCD - 21/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Iminência do alcance da marca de 450 mil mortes no Brasil provocadas pela Covid-19. Perplexidade ante o discurso de Parlamentares em defesa do Governo Jair Bolsonaro. Investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por favorecimento ao contrabando de madeiras. Denúncia de existência de suposto orçamento clandestino no âmbito da Câmara dos Deputados. Protesto contra a aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Expectativa de rejeição da propositura pelo Senado Federal.

Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos vivenciando um verdadeiro genocídio no Brasil. O País caminha a passos muito largos, de forma muito cruel e muito triste, para atingir o número de 450 mil mortes por COVID - 450 mil pessoas.

Eu não consigo acreditar que haja Parlamentares que continuem defendendo este Governo. Quase 5 milhões de pessoas estão com a segunda dose da vacina atrasada. Nem 9,5% da população recebeu as duas doses, e a campanha se iniciou em janeiro. Quer-se construir uma fantasia. Construir uma fantasia neste quadro é um profundo desrespeito à dor das pessoas no Brasil, e há muitas pessoas que estão convivendo com a fome e com o desemprego.

É um imenso desrespeito acreditar que não é corrupto este Governo, em que o Ministro do Meio Ambiente - o Ministro do Meio Ambiente! - está sendo investigado, aliás, é alvo de busca e apreensão, de quebra de sigilos, porque estava favorecendo o contrabando de madeiras ilegais. Esse mesmo Ministro foi acusado, pelo então Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, de estar mancomunado com grupos criminosos de extração ilegal de madeira. Isso tudo está acontecendo neste País, onde houve aumento, de 243%, da derrubada de matas nativas entre 2018 e 2020.

Esses são os fatos. Os fatos implodem as fantasias. Negar a realidade significa desrespeitar a dor deste País.

Ontem esta Casa varou a madrugada, talvez prestando contas sobre o orçamento clandestino com que foram comprados tratores, ao que se indica, superfaturados, cobrando a fatura, como áulico, como sabujo de um Governo que entregou a ELETROBRAS, com esta Casa. Nós vamos reverter isso no Senado, vamos reverter, porque o povo brasileiro não pode ver um patrimônio que dá lucro ser entregue para a iniciativa privada.

Vejam, a dívida que a União tem para com a ELETROBRAS passa a ser uma dívida da União com empresa privada. Ontem, numa absoluta ousadia contra a soberania nacional, aprovou-se que a União vai continuar garantindo negócios escusos que não dão lucro para a iniciativa privada. É a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros.

Por isso, é Fora, Bolsonaro!

37.2021.B Sessão Outro Evento 20/05/2021-11:00  
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOSBREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Comemoração do Dia do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais; e do Projeto de Lei nº 459, de 2015, relativo à instituição do piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Subscrição pelo orador do Projeto de Lei nº 1.810, de 2021, a respeito da suspensão do pagamento de parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Declaração de voto contra a aprovação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Realização de audiência virtual para debate da conclusão do Residencial Parintins, empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Realização, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, de audiência pública para discussão de obras inacabadas no País.

**O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta,** quero saudar V.Exa. e os demais colegas Parlamentares.

Quero também hoje saudar todos os técnicos e auxiliares de enfermagem pelo seu dia e dizer que nós estamos lutando e apoiando o projeto do piso salarial e também da jornada de trabalho da categoria. Nós temos que valorizar os profissionais de saúde, que estão na linha de frente no combate à pandemia.

Sra. Presidente, também quero dizer que eu subscrevi o projeto de lei que propõe a suspensão do pagamento das mensalidades do FIES até o ano de 2023. O projeto é da Deputada Gleisi Hoffmann, do Partido dos Trabalhadores. A proposta é exatamente suspender essa obrigatoriedade do pagamento relativo aos financiamentos do FIES até o final deste ano e até 2023 para aqueles estudantes que não têm nenhum vínculo formal de trabalho.

A realidade é que o desemprego está altíssimo, a situação está dramática para muitas famílias, para muitos estudantes, e não é justo que eles sejam penalizados por conta de não terem recursos para pagar o FIES. Então, é importante a aprovação dessa lei para ajudar os estudantes, os usuários da educação e fazer justiça a todos eles.

Sra. Presidenta, ontem eu votei contra o projeto de privatização da ELETROBRAS. Aqui no Amazonas, privatizaram a empresa de

distribuição de energia, a Amazonas Energia, como em toda a Amazônia, e a tarifa não para de aumentar. No interior do Estado, o Programa Luz para Todos parou também. Muitas famílias estão sem recursos para pagar a conta de energia, e ela tem sido cortada. Nós estamos tendo um grande retrocesso no Brasil por conta dessa privatização, e isso vai piorar com a privatização da ELETROBRAS, aí incluída a geração e a transmissão. Isso vai, com certeza, fazer aumentar o preço final da energia, afetando tanto as famílias como também o setor econômico. O polo industrial vai ser muito afetado em Manaus, por conta do aumento da energia, com essa privatização. Além de ser um prejuízo para o País, é uma forma de atentar contra a soberania do nosso País, por se tratar de uma área estratégica.

Sra. Presidenta, eu quero informar que, amanhã, estarei realizando uma audiência virtual com o Município do Parintins, por conta do Residencial Parintins, uma obra inacabada do Minha Casa, Minha Vida. O Governo atual não a concluiu. As famílias estão sendo ameaçadas de despejo, e nós estamos lutando para elas garantirem o direito a moradia digna. O Minha Casa, Minha Vida simplesmente deixou obras abandonadas. Realizarei uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano, exatamente para tratar de obras inacabadas, recursos para a construção de casas e novo programa habitacional do Governo.

Peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil* de meu discurso de hoje.

Muito obrigado.

---

Documento 330/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Provocação de aglomerações pelo Presidente Jair Bolsonaro. Desprezo do Presidente da República pela vida do povo brasileiro. Alcance do patamar de 450 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Descumprimento, pelo Chefe da Nação, das recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS para combate à transmissão do coronavírus.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos



acompanham neste período de Breves Comunicados, gostaria de, novamente, abordar a questão da COVID, essa questão que tanto incomoda a população brasileira, que tanto faz sofrer todos e todas que adoeceram, que levou pessoas a perderem a vida e que incomoda os familiares de todas essas pessoas.

No dia 15 de maio passado, no chamado "Brasil Verde e Amarelo", houve uma aglomeração em Brasília, a convite do Presidente da República, para uma homenagem ao Presidente. O Presidente chegou a cavalo, subiu a um trio elétrico e disse para as pessoas saírem dos carros, se não ele não falaria. Ontem, nós já tivemos as primeiras vítimas enterradas daquelas que estavam em Brasília na aglomeração. Portanto, Sr. Presidente, o Presidente da República, que poderia zelar pela vida do povo brasileiro é o mesmo Presidente que aglomera e que faz com que a população perca a vida. Uma senhora que estava em Brasília vestida de verde e amarelo - as cores da nossa bandeira -, que estava lá se aglomerando, como possivelmente já estava infectada, deve ter infectado outras pessoas que também se aglomeraram. E o Presidente, continuando o seu rito, também no Rio de Janeiro provocou grandes aglomerações nesse final de semana.

Gostaria que esta Casa se debruçasse sobre esta questão. Vamos continuar espalhando o vírus a partir do Presidente da República? O Presidente da República faz chamadas para que as pessoas se juntem em determinado lugar. Ele continua com a contaminação para que o rebanho inteiro seja contaminado e não precise investir em vacina? Depois de 1 ano e meio de uma sequência de mortes - já estamos em 450 mil pessoas mortas -, o Presidente da República continua com a mesma metodologia?

O estranho é que, ontem, na posse do Presidente do Equador, o Presidente da República e comitiva estavam de máscara, alinhados, respeitando o distanciamento. Estavam com todo o comportamento que a Organização Mundial da Saúde recomenda. É assim? Para o nosso povo, o vírus; para os vizinhos, todas as recomendações que a Organização Mundial da Saúde determina?

Como Parlamentar, como mãe, como cidadã, como mulher, eu gostaria que nós nos debruçássemos sobre esta questão. Não podemos ter sinais tão invertidos e ver a nossa população morrer.

Gostaria, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento estivesse no meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.



38.2021.B

Sessão Outro Evento

25/05/2021-14:12

Publ.: DCD - 26/05/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Provocação de aglomerações pelo Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do Presidente da República diante da marcha fúnebre da Covid-19. Abandono, pelo Governo Federal, do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Corte pelo Governador do Estado do Acre, Gladson Cameli, da subvenção social concedida à Diocese de Rio Branco para custeio da Casa de Acolhida Souza Araújo, entidade de amparo aos portadores de hanseníase.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico impressionado com a falta de sensibilidade social e de empatia mesmo dos atuais governantes do Brasil e do Acre.

Vamos olhar o que aconteceu no último domingo. O Presidente da República, junto com o ex-Ministro da Saúde Pazuello, sem máscara, causou aglomerações no Rio de Janeiro, comemorando sei lá o quê, talvez esses 450 mil mortos que nós tivemos no Brasil, uma verdadeira marcha fúnebre. E é o mesmo Governo que abandona um programa importante como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, um programa que protege testemunhas em processos judiciais.

Aqui no Estado do Acre, o programa não recebeu, no mês de maio, 35 mil reais.

Eu quero falar, em especial, Sr. Presidente, da falta de sensibilidade do Governo do Estado do Acre para com a Casa de Acolhida Souza Araújo, que trata de pessoas com hanseníase. O Governo do Estado tem obrigação sobre essa casa desde 1966, portanto, há 55 anos, e, num processo, cedeu a administração para a Diocese de Rio Branco, para que ela trabalhasse de maneira suplementar no cuidado à saúde daquelas pessoas. Ocorre que, até 2019, as obras sociais da Diocese recebiam uma subvenção social de 220 mil reais, aprovada pela Assembleia Legislativa, para esse cuidado. E o que aconteceu? O atual Governo, com falta de empatia, com falta de sensibilidade social, a partir de 2020 cortou essa subvenção, que era muito importante para custear a alimentação, a limpeza, a manutenção, para pagar serviços terceirizados, serviços administrativos, medicamentos e material hospitalar. Então, eu quero repudiar essa situação!

É importante dizer que nós estamos falando de 20 pessoas com hanseníase que estão dentro dessa casa de acolhida, que estão impossibilitadas, inclusive, de voltar ao convívio familiar. Mas não é só isso. Além desses 20 internos, que são atendidos com assistência à saúde, com assistência social, com convivência comunitária, há também outras pessoas que frequentam a Casa de Acolhida Souza Araújo.

Então, é lamentável o que está acontecendo, extremamente lamentável! Isso é uma falta de sensibilidade completa em relação a pessoas que foram abandonadas pela sociedade. Abandonar essas pessoas é um ato de desumanidade do Governador Gladson Cameli, que segue o exemplo do seu Presidente Jair Bolsonaro.

Por isso, eu peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 332/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:16
Publ.: DCD - 26/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudações aos agricultores brasileiros. Prioridade da Casa na votação de proposições contrárias aos interesses do povo brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Fechamento do restaurante popular Bom Prato, no Bairro do Grajaú, em São Paulo, Estado de São Paulo. Omissão da Casa na retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Suspensão da gratuidade no transporte coletivo para trabalhadores desempregados, aposentados e idosos na Capital paulista. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Presidente, caros colegas Parlamentares, primeiro, eu quero aqui fazer a minha saudação aos agricultores, aos camponeses. Eu, que sou filho de agricultor, que também fui camponês até os 15 anos de idade, quero fazer a minha homenagem, neste dia de luta, a eles, que precisam muito de políticas públicas, das instituições públicas. Esta Casa, no entanto, acaba priorizando a votação de projetos que não são do

interesse do povo brasileiro do campo ou da cidade, que não dialogam com as reais necessidades desse povo.

Está na CCJ e logo deve vir ao plenário a PEC da reforma administrativa. Todos se lembram do resultado de se aprovar a Emenda Constitucional nº 95 - inclusive há muitos nesta Casa que aqui estavam na legislatura passada, quando ocorreu a aprovação -, que tirou toda a capacidade do Estado, do poder público, de fazer os investimentos necessários. E a PEC 32 vem para colocar uma pá de cal, para acabar a destruição de todo o serviço público.

Eu digo isso porque a insensibilidade do Governo Bolsonaro acaba se refletindo também aqui no Estado de São Paulo. Para vocês terem uma ideia, mesmo o País estando em plena pandemia, com 20 milhões de pessoas passando fome - o Brasil voltou ao Mapa da Fome -, o Governo Doria acaba de anunciar que vai fechar o Bom Prato do bairro do Grajaú, um dos bairros mais populosos e mais carentes da cidade de São Paulo, fazendo com que as pessoas que não têm a ajuda emergencial, porque esta Casa não vota, não prioriza a votação da ajuda emergencial de 600 reais, não tenham a possibilidade de se alimentar naquela unidade.

Para completar, mostrando um pouco sua insensibilidade, a Prefeitura de São Paulo, já no ano passado, também cortou parte do passe livre de desempregados, aposentados e estudantes em São Paulo. Isso mostra o quanto o Poder Executivo no Município de São Paulo, no Estado e no País está completamente fora da realidade do povo brasileiro.

Então, Presidente e caros colegas Parlamentares, vamos priorizar a pauta de interesse direto. No dia de hoje, seria muito importante que o primeiro item de pauta a ser votado fosse o Projeto nº 823, a Lei Assis Carvalho II, de apoio à agricultura familiar, tão fundamental para ajudar esses pequenos produtores a produzir alimento.

Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 333/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:24
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Artigo de autoria do orador e do Prof. Keny Colares, a respeito da falácia do Kit Covid, publicado pelo jornal O Povo, de Fortaleza, Estado do Ceará. Provocação de aglomerações sem uso de máscaras pelo Presidente Jair Bolsonaro. Omissão e mentiras da Secretária da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, no depoimento prestado à CPI da Covid, no Senado Federal. Comprovação como inverdadeiras as declarações prestadas ao órgão pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

---

**O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Presidente.

Quero saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Presidente, gostaria de hoje aqui repercutir um artigo de autoria nossa e do nobre professor e amigo Keny Colares publicado sábado no jornal O POVO. Nesse artigo nós discorremos sobre a falácia do *kit* COVID. Em cima disso, gostaria também de repercutir o depoimento de hoje da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro.

No artigo, nós colocamos claramente que a história da humanidade e a ciência do século XX e do século XXI mostram que, em epidemias de vírus respiratórios, são necessárias medidas não farmacológicas e vacina. O negacionismo do Presidente da República e o engodo de alguns de seus auxiliares, entre eles a Secretária Mayra, vêm fazendo com que se crie na sociedade brasileira a ilusão de que existe tratamento precoce, de que existe um *kit* COVID.

Sem dúvida nenhuma, o comportamento do Governo Federal é um péssimo exemplo. O Sr. Presidente da República, ao fazer aglomerações, aglomerações e aglomerações sem máscara, está não só dando um péssimo exemplo, como também está provocando a sustentação comunitária do vírus. Com isso, nós poderemos entrar numa terceira ou quarta onda. Alguns Estados, como o Espírito Santo, já enfrentaram a terceira onda.

O comportamento dessa senhora que hoje está sendo ouvida na CPI da COVID, Deputado Eduardo Bismarck, não contribui para melhorar a situação. Essa senhora hoje vai sair da CPI promovida. Ela vai ser promovida porque entrou na CPI como a Capitã Cloroquina e vai sair da audiência de hoje como a Major Pinóquio.

Em tudo o que lhe foi perguntado, ela tergiversou, ela se omitiu, ela mentiu sobre inúmeras informações. E ela quis transferir esse problema grave do País para a Organização Mundial da Saúde.

O chefe dela, inclusive, o tempo todo desdenhou da Organização Mundial da Saúde e das medidas não farmacológicas e, o tempo todo, deu péssimo exemplo. Nesse final de semana, por exemplo, no Rio de Janeiro, ele se aglomerou e fez carreatas, desperdiçando recursos públicos. Esse dinheiro podia estar apoiando as várias pesquisas e as várias intervenções nos Estados e nos Municípios, mas ele o tempo todo joga contra.

Então, seguindo o exemplo do chefe dela, o ex-Ministro Pazuello, que teve todas as suas afirmações comprovadas como inverdades, a Capitã Cloroquina sairá dessa audiência de hoje promovida, Deputado Bohn Gass, a Major Pinóquio.

Gostaria que este nosso pronunciamento e o artigo publicado no jornal *O POVO* sobre a falácia do *kit* COVID fossem divulgados nos meio de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 334/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia do Trabalhador Rural. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação em massa a população brasileira. Vocação agrícola do Estado de Tocantins.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como representante dos trabalhadores rurais do meu Tocantins, eu gostaria que minha fala fosse divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*, porque eu não sou jornalista, nem apresentador de televisão, nem torcedor do Internacional. Eu peço que V.Exa., que é cearense do interior, das praias mais lindas do Nordeste, também possa estar sempre no programa *A Voz do Brasil*.

Hoje é o Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, portanto,

um dia em que nós devemos homenagear os homens e as mulheres que mais trabalham no Brasil, que colocam alimentos nas mesas dos ricos, da classe média e dos pobres deste País. São eles que mais sofrem, no sol ou no frio, trabalhando diuturnamente para tratar das suas famílias e nos prover com alimentação de qualidade.

Nós precisamos aprovar a nova Lei Assis Carvalho, o PL nº 823, de 2021, porque a lei anterior foi vetada totalmente pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, eu sou filho de trabalhador e trabalhadora rural. Nasci no interior de Minas Gerais, na cidade de Arapuá. Sou filho de camponeses, trabalhei até os 12 anos de idade na roça, na enxada. Depois, fui para a cidade grande para fazer curso superior.

Nós precisamos aprovar o auxílio emergencial no valor de 600 reais, para que ele chegue aos trabalhadores rurais. Nós precisamos vacinar toda a população brasileira. Vacinação já!

O Tocantins, onde eu moro, é um Estado com vocação para a agricultura familiar. Por isso, nós precisamos dar qualidade de vida a esses homens e mulheres que fazem um Estado brasileiro ligado à agricultura, principalmente à agricultura familiar.

Hoje é um dia especial. É o dia daqueles que fazem de tudo para termos uma alimentação saudável.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 335/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia da África. Criação do Dia da África e da Diáspora, no Estado da Bahia. Assassinato de negros, sobretudo de jovens, nas periferias metropolitanas brasileiras. Repúdio ao auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Presidente Jair Bolsonaro. Saudação ao movimento negro brasileiro. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de

Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de n°s 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1963 foi instituído pela ONU o dia 25 de maio como o Dia da África. Aqui na Bahia, o Deputado Estadual Bira Corôa apresentou um projeto, aprovado em 2017, que institui o dia 25 no calendário oficial do Estado da Bahia como o Dia da África e da diáspora.

Eu digo isso porque o dia 25 também é um dia de luta, luta contra a segregação, contra a separação do povo negro. É um dia de luta para firmar que o povo negro precisa de oportunidade, porque a maioria do povo negro, que sempre trabalhou e construiu boa parte deste Brasil, está nas cadeias. Boa parte deles foi assassinada. Estamos vendo um grande exemplo disso nas periferias das cidades, com o assassinato do povo negro, sobretudo da nossa juventude.

O povo negro está desempregado. Um dos maiores exemplos de *apartheid* que nós vemos no nosso Brasil é a falta de oportunidades. O Governo Bolsonaro quer estabelecer o teto salarial de 70 mil reais para um Ministro e, ao mesmo tempo, quer pagar 150 reais de auxílio emergencial a quem precisa. Nós não podemos concordar com isso! Um auxílio emergencial de 600 reais ainda é pouco!

Por isso, eu quero, neste dia 25, o Dia da África, parabenizar o movimento negro, que sempre resistiu e sempre defendeu a população negra para que tenha mais oportunidades neste País. Quero saudar todos aqueles e todas aquelas que lutam contra a separação dos povos no nosso Brasil. Quero saudar todos aqueles e todas aquelas que não medem esforços para lutar por uma sociedade em que todos tenham as mesmas oportunidades.

Parabenizo o Deputado Bira Corôa, que apresentou a lei aprovada aqui no Estado da Bahia.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção de todos, porque hoje é um dia importante para aprovarmos o projeto de lei Assis Carvalho II...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia da África e do Dia do Agricultor Familiar. Falecimento do ex-Vereador Divino Sabará, da Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais. Realização de movimento contra o Governo Jair Bolsonaro, em Belo Horizonte. Falta de alimentos na mesa de 20 milhões de brasileiros. Convivência de Parlamentares com omissões e desmandos do Presidente da República. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, inicialmente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Câmara.

Hoje é o Dia da África e o Dia do Agricultor Familiar. Mas hoje, para nós, também é um dia de dor, dia do passamento do companheiro Divino Sabará, que foi Vereador em Congonhas, alguém que sempre lutou pela igualdade racial e pelos direitos humanos.

Sr. Presidente, mesmo com o número de mortes e mesmo cientes da letalidade deste vírus, nós temos a consciência popular maior de que mais letal que este vírus é este Governo. Quando o Governo é mais letal que o vírus, a população tem que ir para as ruas, mas não com a irresponsabilidade de Bolsonaro, o genocida, que não usa máscara e provoca aglomerações.

Neste sábado 29, nós estaremos nas ruas. Aqui em Belo Horizonte, nós vamos nos concentrar, respeitando o distanciamento, às 10 horas, na Praça da Liberdade. Nós temos que conter o desmonte que está acontecendo neste País. A concentração será na Praça da Liberdade, às 10 horas deste sábado.

Se vamos morrer, vamos morrer lutando em solidariedade aos médicos e a todos os trabalhadores da saúde que lidam diariamente com pessoas infectadas, que correm risco de vida, que colocam suas vidas e as vidas dos seus familiares em risco.

Sr. Presidente, eu testei positivo para o vírus em janeiro. Meu

organismo não criou imunidade, não constituiu anticorpos, mas, mesmo assim, eu estarei nas ruas lutando, porque nosso povo está morrendo de fome. Há 20 milhões de brasileiros que passam fome!

Hoje, no Dia do Agricultor Familiar, lembro que os agricultores familiares estão abandonados, porque esta Casa também dá suporte ao genocida. Se há um genocida no Governo, é porque há quem o sustente. Muitos nesta Casa o sustentam, só pensam no entreguismo, na privatização e no sucateamento das empresas. Pensam em entregar as empresas, como fizeram com a ELETROBRAS, e em aprovar a PEC 32, que é um absurdo, uma crueldade com os servidores públicos. Querem aniquilar o Estado, querem diminuir o Estado para os pobres. No entanto, o Estado pode ser grande e poderoso para os grandes, para os banqueiros. Para estes o Estado vale! Para perdoar dívidas, o Estado vale. Para dar cobertura a ruralistas criminosos o Estado vale, e tem que ser forte.

É neste sentido que vamos às ruas.

Fora, Bolsonaro genocida!

---

Documento 337/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 26/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro contra o povo brasileiro, com relação à epidemia de coronavírus. Mentiras e fake news do Governo Federal reveladas pela CPI da Covid. Desprezo do Presidente da República pela vida dos brasileiros.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Srs. Parlamentares, povo brasileiro que nos acompanha, o Governo Federal não cometeu apenas erros na condução da pandemia.

O Governo Bolsonaro cometeu crimes desde o início e continua a cometer absurdos em Brasília e por onde anda. O Governo não comprou vacinas, porque defende a tese da imunidade de rebanho. Ele mesmo disse: "*Vamos deixar o povo todo se contagiar com este vírus*". Repito, não foram apenas erros, o Governo Federal cometeu crimes contra o povo brasileiro. As práticas do Bolsonaro e do seu

Governo são absurdas e criminosas. Já são 450 mil mortes. Quanta dor, quanto sofrimento das famílias brasileiras! Milhares das mortes poderiam ter sido evitadas. Estamos diante de um genocídio.

Enquanto isso, o Presidente negacionista se recusa a comprar vacinas, que salvam vidas, e estimula o uso da cloroquina e de outros medicamentos que, segundo especialistas, não têm nenhuma eficácia. Enquanto isso, o Presidente e seus aliados promovem aglomerações sem máscaras, como ocorreu neste fim de semana no Estado do Rio de Janeiro, e isso tem acontecido com frequência em muitos outros lugares. Enquanto isso, o Presidente faz passeios de *jet ski*, a cavalo, de moto nos fins de semana. Quanta, quanta insensibilidade do Presidente da República! Quanta desumanidade! É muita falta de empatia. O Presidente debocha das mortes pela COVID. Diz que quem fica em casa, cumprindo o necessário isolamento social, é idiota. É assim que o Presidente da República trata o povo brasileiro.

A CPI da COVID, Sr. Presidente, está desnudando as mentiras e as *fake news* deste Governo. Que a CPI siga em frente firme e que o Presidente da República responda pelos seus atos desumanos, pelos seus crimes. Já não se precisa investigar muita coisa, embora o papel da CPI esteja sendo muito importante. Enquanto o povo está morrendo, sem emprego, sem comida, sem vacina, o Presidente passeia a debochar da dor, do sofrimento das famílias brasileiras.

Não foram erros do Governo, não foram apenas erros do Presidente da República. Tudo foi planejado, tudo foi deliberado. Foram crimes! São crimes contra o nosso povo, e o Presidente precisa pagar por tudo aquilo que fez contra a nossa gente.

Peço, Sr. Presidente, que divulgue no programa *A Voz do Brasil* este meu pronunciamento.

---

Documento 338/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:12
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca da suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa para desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural, diante da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19. Apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e ao

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST. Realização, pela Comissão de Legislação Participativa, de audiência pública para debate dos preços de combustíveis.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, queria tratar com muito carinho de dois temas rapidamente.

Primeiro, quero dizer que nós aprovamos na Câmara o Projeto de Lei nº 827, de 2020, com um pouco de atraso, porque estava há tempo na pauta.

Nós apresentamos também um projeto nesse sentido, sobre a questão dos despejos durante a pandemia. Esperamos que o Senado o aprove rapidamente e que possamos ter uma lei nacional que proíba a realização de despejos, seja de sem-teto, seja de sem-terra, seja de posseiros, como ocorreu na semana passada e como vem ocorrendo hoje.

O nosso total apoio e solidariedade ao Movimento Sem Teto, ao Movimento Sem Terra, a todos que vêm sofrendo essa vergonhosa forma de despejar durante a pandemia. O Judiciário deveria ter sensibilidade, e os Governos municipais e estaduais deveriam ter uma política para cuidar das pessoas, e não utilizar a força contra as populações que lutam pelo direito à vida, à moradia ou à terra.

Peço a divulgação deste discurso nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Quero registrar também, Sr. Presidente, que a CLP realizou ontem uma audiência pública, objeto de requerimento de nossa autoria, uma grande audiência pública sobre o preço dos combustíveis no Brasil. Ouvimos estudiosos, lideranças dos petroleiros, representantes da PETROBRAS e do Governo. Lamentavelmente, a PETROBRAS e o Brasil seguem uma política de interesses das corporações internacionais privadas, seguem os interesses dos acionistas da PETROBRAS. Nada tem a ver o preço dos combustíveis do petróleo sobre a questão nacional e da PETROBRAS. Nós produzimos petróleo barato em grande quantidade, mas nos submetemos aos interesses privados internacionais a serviço...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 26/05/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Nacional da Agricultura Familiar. Saudações aos agricultores familiares dos Municípios de Caiuá e Presidente Epitácio, no Estado de São Paulo. Participação do orador no ato de criação do sindicato da agricultura familiar. Presença do Parlamentar em reunião destinada ao debate da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrariedade à venda da estatal. Contaminação e morte de carteiros pela Covid-19. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

---

**O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 25 de maio, é o Dia Nacional da Agricultura Familiar.

Quero saudar os agricultores familiares do Município de Caiuá e Presidente Epitácio. Participei da assembleia, neste final de semana, de inauguração e criação do sindicato da agricultura familiar daqueles pequenos empreendedores, que merecem o nosso total apoio. É mais um instrumento em defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, que merecem tanto apoio no nosso País, estimado Deputado Joseildo Ramos.

Quero aqui neste momento também, Sr. Presidente, informar que, ontem à noite, houve uma importante assembleia. Antes de falar da assembleia, quero saudar o Sr. Guilherme Duque, Presidente eleito nesta assembleia que ocorreu para a criação do sindicato da agricultura familiar. O Guilherme Duque é um grande companheiro de jornada de todos os tempos.

Por fim, Sr. Presidente, tive essa reunião com o pessoal dos Correios, uma plenária grande em São Paulo. Participaram também lideranças nacionais, dentre elas o nosso companheiro José Rivaldo, Presidente da FENTECT - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos. Ali ouvimos a realidade desses seres humanos que estão perdendo a vida. Mais de 300 carteiros e agentes morreram devido à COVID-19, sem falar de milhares de pessoas contaminadas.

Sofrem a ameaça da privatização, ameaça cruel, porque significa

vender um patrimônio do Brasil.

Nós não concordaremos jamais com a venda dessa instituição extraordinária, que unifica o nosso Brasil, essa instituição, Sr. Presidente, que garante a chegada da correspondência e das encomendas inclusive nos rincões deste País, onde jamais irão as empresas que estão de olho para comprá-la, até porque hoje essas empresas privadas já usam os Correios para mandar encomenda para as comunidades mais carentes.

Por isso, a minha solidariedade e o meu apoio ao meu querido Bolinha, que coordenou aquele evento, e aos meus companheiros carteiros, agentes e atendentes. Tenho até projetos de lei para garantir a esses companheiros que tenham os mesmos direitos que os bancários têm, porque trabalham com riqueza e com patrimônio e também sofrem violência, perdem a vida.

Sr. Presidente, há uma luta interna que nós fizemos e queremos fazer para que o carteiro tenha um horário adequado para a distribuição e, à tarde, que é mais quente, um momento para as seleções. Dou meu total apoio. Eu me sinto carteiro, meus colegas Deputados! Por isso, quero me manifestar.

Sr. Presidente, quero também dizer que o Projeto de Lei nº 591, de 2021, que está nesta Casa, fere a própria Constituição. Para decidir sobre a entrega de um patrimônio público, não basta, Sr. Presidente, basear-se apenas na vontade de entregá-lo. O art. 21, inciso X, diz claramente que os Correios pertencem à União, e qualquer mudança tem que ser feita por meio da proposta de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, eu quero agradecer. Vamos continuar neste debate em defesa dos Correios como instituição de qualidade, pública e para o Brasil!

Obrigado.

---

Documento 340/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:20
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização de nova mobilização nacional contra a aprovação, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização da

empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Transcurso do Dia Nacional da Agricultura Familiar. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente eu quero falar da mobilização do Senado Federal, junto com os eletricitários e com as Frentes Parlamentares em defesa do setor elétrico, em defesa da soberania nacional, em defesa das empresas subsidiárias do sistema ELETROBRAS.

Na semana passada, perdemos uma batalha: houve a aprovação da Medida Provisória nº 1.031, na Câmara dos Deputados. Mas continua a mobilização, continua a pressão da sociedade brasileira contra o desmonte, a destruição e o crime de lesa pátria, que o Bolsonaro está fazendo contra o setor estratégico, que é a ELETROBRAS. A partir das 10 horas de amanhã, haverá uma nova mobilização nacional. Todos estão convidados, de forma virtual, para pressionar os Senadores a resistir à privatização do sistema ELETROBRAS e derrotar o desmonte que o Bolsonaro está fazendo com o patrimônio do povo brasileiro.

Amanhã, a partir das 10 horas, todos estão convidados para a continuidade dessa mobilização nacional, contra a privatização da ELETROBRAS.

O segundo tema que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é o 25 de maio, Dia Nacional da Agricultura Familiar. E nós temos na pauta da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 823, de 2021, que produz fomento à agricultura familiar: 2.500 reais para fomento à produção de alimentos; 6 mil reais para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, para que o agricultor produza alimento e seja distribuído para as políticas públicas e programas sociais; financiamento de até 10 mil reais; programa de cisterna e tecnologias de produção de água - há muitas regiões do País convivendo com a estiagem; e a renegociação das dívidas.

É só isso, Deputados, que nós queremos aprovar, Projeto de Lei nº 823, de 2021. Se nós queremos reduzir a inflação dos alimentos, é preciso produzir alimento neste País, é preciso enfrentar a fome neste País. A fome não espera.

Por isso, Presidente, em 25 de maio, parabéns aos agricultores e às agricultoras familiares do País! E o presente que nós podemos lhes dar é aprovar o PL 823/21, que apoia a agricultura familiar, reduz a inflação

dos alimentos e destina alimentos para os programas sociais.

Viva a agricultura familiar!

---

Documento 341/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:24
Publ.: DCD - 26/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Deboche e desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro com a Nação brasileira, demonstrado na realização de comícios e campanha política com a utilização de vultosos recursos públicos. Descaso do Presidente da República diante do luto dos brasileiros em face da Covid-19. Queda vertiginosa das verbas orçamentárias destinadas à assistência estudantil.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, é revoltante ver o Presidente da República fazendo festas pelas ruas enquanto o Brasil está de luto.

Bolsonaro está literalmente fazendo comícios, enquanto famílias enterram os seus mortos. O pior é que o Presidente faz esse deboche e desrespeita a população usando o dinheiro público. As estimativas apontam que os gastos com o comício do domingo, no Rio de Janeiro, chegaram a quase meio milhão de reais, ou seja, Bolsonaro debocha, faz pouco caso do luto da Nação e ainda usa o dinheiro público para fazer campanha política.

Fora, genocida! Você há de prestar contas de tudo isso!

Sr. Presidente, eu deixo também aqui o meu repúdio ao Governo Federal pelo desprezo com os estudantes pobres das universidades públicas. No Governo Bolsonaro, a assistência estudantil é a menor dos últimos 10 anos. No último ano do Governo da Presidenta Dilma, antes do golpe, o orçamento para a assistência estudantil foi de 1,2 bilhão de reais. No Governo Bolsonaro, esse valor caiu para 865 milhões de reais. Com isso, os estudantes pobres que vivem em alojamentos nas universidades estão abandonados pelo Governo. São hoje 20 mil estudantes em 40 universidades que estão vivendo em situação de miséria, enquanto este Governo faz festa com o dinheiro público.

Peço, Sr. Presidente, que esses dois registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 342/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atuação deplorável do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, com relação ao combate à Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Colocação do Brasil na condição de pária junto à comunidade internacional, diante do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Necessidade de avocação, pelo Parlamento brasileiro, do protagonismo na celebração de grande aliança nacional contra a Covid-19 e em defesa da vida.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu estava dizendo que mais uma vez quero tratar do tema da COVID-19 em nosso País.

A própria apelidada Dra. Capitã Cloroquina, ao depor na CPI, informou que o ex-Ministro Pazuello, 2 dias antes da crise do oxigênio na Amazônia, já sabia quando ele (*falha na transmissão*). Primeiro, o General Pazuello é o exemplo, talvez, mais triste desta pandemia. Ele só pede para o próprio Presidente da República. Por quê? Hoje se fala muito na terceira onda no Brasil. Será que nós não estamos desde a primeira onda de forma continuada com algumas variações? Eu acho que nós nunca saímos, de fato, da pandemia. O resultado é que, em 14 meses, morreram 450 mil pessoas em nosso País.

Nós nos solidarizamos com as famílias, homenageamos as vítimas. Agora, existe um instituto de métricas na Universidade de Washington, que a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e o Governo americano acompanham, que acertou praticamente todas as previsões e que prevê que, se o Brasil não se reorganizar com o isolamento social para valer, mesmo as pessoas vacinadas se não usarem as máscaras, se não houver significativa ampliação de vacinas para o povo brasileiro, vão morrer exatamente mais 450 mil pessoas, porém,

em 4 meses, não em 14.

A essa altura, nós temos a CPI, nós temos os órgãos de saúde, nós temos os cientistas, nós temos os infectologistas, nós temos o Parlamento. A única coisa que não se move é o Governo brasileiro. Nesse sentido, creio que nós devemos dar um basta aqui na Câmara dos Deputados. Nós temos que voltar à atividade presencial de forma cautelosa, chamar a vigilância sanitária para prever quantos Deputados, em segurança, cabem no plenário. Todos devem ficar aqui na Câmara dos Deputados, porque nós temos que contribuir para arrumar uma saída, seja pressionando, seja denunciando, seja procurando as embaixadas de outros países, porque nós temos um Governo que não acredita no isolamento, não acredita na vacina, não acredita na máscara e colocou o Brasil como párea internacional.

Nesse sentido, o Parlamento tem que assumir a sua responsabilidade, ampliar o seu papel, fazer aqui uma grande aliança em defesa da vida.

Se houver bolsonarista que queira acompanhar o Presidente, que assuma, mas que não passe a vergonha que tem passado Deputado quando a morte de um assessor o denuncia. Nós precisamos ter essa responsabilidade de defender vidas no Brasil.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 343/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - LUIZIANNE LINS-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudações aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do País. Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a instituição de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Envolvimento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em esquema de exportação ilegal de madeiras. Protesto contra a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Encaminhamento, à Procuradoria-Geral da República, de notícia-crime contra o Presidente Jair Bolsonaro por improbidade administrativa e malversação de dinheiro público. Deboche do povo brasileiro pelo Presidente da República.

---

**A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Sem revisão da oradora.) - Sr.**

Presidente Eduardo Bismarck e demais Deputados, primeiro, eu gostaria de saudar todos os trabalhadores rurais do Brasil, em especial as mulheres trabalhadoras rurais e pedir que esta Câmara se debruce sobre a Lei Assis Carvalho. Já passou da hora.

Vou falar com tanta tristeza. Até liguei aqui o meu cronômetro, porque está difícil falar no Parlamento brasileiro. Não sabemos nem o que falar. É tanta coisa para falar. Infelizmente, esta Casa, de forma muito equivocada, mudou a forma de se fazerem intervenções no plenário, dificultando ainda mais o debate já tão comprometido com a pandemia.

Eu poderia falar aqui da destruição do meio ambiente. Estão acabando com a nossa Amazônia. Esse Ministro, além de ser um despreparado, na verdade, é um larápio.

Está posto inclusive que ele é um dos vendilhões da Amazônia para os madeireiros, enfim, para as pessoas que estão comprando madeira. É triste você saber que o Ministro do Meio Ambiente é o maior lobista de madeira ilegal do Brasil. Isso é grave.

Eu poderia falar aqui da privatização da ELETROBRAS. O Presidente desta Casa, Arthur Lira, jamais poderia ter admitido que, num momento como este, sem abrir discussão com a sociedade, se pudesse, por medida provisória, privatizar a ELETROBRAS, o sistema elétrico do Brasil desde 1962, até porque é superavitário. E nós, a toque de caixa, com 26 votações nominais na madrugada, conseguimos privatizar um sistema público, que é um patrimônio do povo brasileiro. Isso é muito grave.

Eu fiz uma notícia-crime endereçada ao Sr. Aras para ver se ele faz alguma coisa na Procuradoria-Geral da República. Nessa notícia-crime pedimos esclarecimentos sobre a improbidade administrativa e a malversação do dinheiro público. Só a segurança, Deputado Frei Anastacio, o senhor que falou dos 500 mil reais aos policiais, toda a estrutura do aparato de segurança do Presidente da República foi avaliada em torno de meio milhão de reais. O Presidente está zombando e rindo do povo brasileiro, daqueles e daquelas que perderam mais de 450 mil amores, homens, mulheres, mães, pais, familiares. Todos nós temos uma mágoa, uma ferida para curar desta pandemia, mas o Presidente da República zomba da cara do povo brasileiro. É impressionante que, com o secto bolsonarista, nós chegamos a um nível inacreditável de civilização no Brasil, a civilização da barbárie.

Por isso, Sr. Presidente, estou aqui desabafando como Deputada Federal do Estado do Ceará, esperando que os nossos pares compreendam que a única saída hoje para o povo brasileiro é o

Congresso Nacional, é a Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

---

Documento 344/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à agenda dos trabalhadores brasileiros sob o lema Vida, Trabalho e Democracia. Negligência do Presidente Jair Bolsonaro na coordenação do processo de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Necessidade de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a retirada do programa de apoio às pequenas e microempresas para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero cumprimentar os trabalhadores do Brasil que, através das centrais sindicais, trazem nesta quarta-feira a Brasília a agenda dos trabalhadores, a agenda do trabalho, a agenda que traz o lema *Vida, Trabalho e Democracia*.

Vida, porque 450 mil brasileiros e brasileiras perderam as vidas. E não há vacina porque o Governo não tomou providências para que ela pudesse chegar a todos os brasileiros. O Governo negligenciou, não cumpriu com o seu papel de coordenar esse processo. Basta olhar para o que está acontecendo no mundo. Os governos que unificaram a sociedade, a nação e tomaram as providências estão recebendo a vacina, e vidas estão sendo poupadas.

Aqui houve um ato criminoso de disseminação do vírus, através da ação do Presidente da República, com sua inoperância, irresponsabilidade e insensibilidade.

Vida, porque nós queremos que as pessoas continuem vivendo, comendo, trabalhando, para que não virem pedintes.

A renda emergencial, que atendeu a 68 milhões de brasileiros no ano passado, permitiu que quase 300 bilhões de reais fossem distribuídos na economia para matar a fome e não tivesse tido essa interrupção. Isso tudo aconteceu no ano passado, e agora o Governo interrompeu. São 44 bilhões de reais apenas para metade das pessoas que foram

atendidas no ano passado.

Essa agenda precisa ser retomada. Os 600 reais precisam ser retomados. Precisa haver um atendimento amplo a 70 milhões de brasileiros necessitados. Está faltando comida. A fome começou a grassar em todo o lugar.

A defesa da vida é essencial. A defesa do trabalho dá condições às empresas para que operem, aos trabalhadores para que não sejam demitidos, e à sociedade para que possa bancar essa garantia. Por que retiraram isso? Por que se retirou o plano de proteção à micro e pequena empresa?

Então, deve haver a defesa do trabalho, da democracia, para que este Governo genocida não fique por aí disseminando o vírus e ameaçando a democracia, agredindo as demais nações, as instituições, convocando para...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 345/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões motivadoras da realização, no Rio de Janeiro e no País, do Movimento em Defesa da Democracia e da Liberdade.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, enganam-se os que pensam que o que levou o povo às ruas do meu Rio de Janeiro foi o Presidente Bolsonaro.

Não, senhores. O Movimento em Defesa da Democracia e da Liberdade, realizado mesmo em meio à pandemia, revela que o que levou o povo às ruas não foi Bolsonaro, foi a ditadura da toga patrocinada pelo STF. O que levou o povo às ruas foi a manipulação da imprensa parcial, que tenta manipular a informação de acordo com os seus próprios interesses.

O que levou o povo às ruas foi a tentativa do *establishment* de impedir o voto auditável, com a única intenção de fazer o golpe em 2022. O que levou o povo às ruas foi a manipulação das pesquisas mentirosas, que negam e tentam impedir o crescimento e a popularidade do Presidente Bolsonaro. O que levou o povo às ruas foi a união dos canalhas da velha política, com a maquiagem de Frente Ampla em Defesa da Democracia.

O que levou o povo às ruas foi a soltura pelo STF do maior canalha e larápio que assaltou este País com a sua quadrilha, através do aparelhamento das estatais. O que levou e levará sempre o povo às ruas foi e será o circo em que se transformou a CPI da COVID, cujo Relator já tem relatório pronto, cujo Presidente, o Senador Paulo Azi, virou um comentarista de telejornais, espumando pelo canto da boca ódio pelo Presidente da República.

O que levou o povo às ruas foi a deliberada ação dos imorais Senadores Paulo Azi, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros de proteger e de blindar os Governadores que desviaram dinheiro público destinado pelo Governo Federal. O que levou o povo às ruas foi o encontro de FHC e Lula, o rei do mensalão e o rei do petrolão se unindo contra o único Presidente honesto após o Governo Militar.

Sr. Presidente, quanto à narrativa de que Bolsonaro dá mau exemplo quando não usa máscara ao ar livre, fico pensando. Se o exemplo de Presidente influenciasse o povo brasileiro, como se o povo brasileiro fosse uma cambada de retardados, imagino que os 8 anos em que Lula foi Presidente do Brasil teriam, então, deixado uma geração de ladrões, mentirosos e cachaceiros, como ele sempre foi.

A influência de Bolsonaro sobre o povo brasileiro é a esperança que ele nos devolveu de que ainda podemos acreditar no Brasil. Viva a democracia! Viva a expressão máxima da democracia, mesmo em meio a uma pandemia! Só há um vírus maior do que a COVID e que mata mais do que a COVID: o vírus dos ladrões que se unem para tentar voltar ao poder e assaltar a Nação brasileira.

---

Documento 346/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ZÉ CARLOS-PT -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia do Trabalhador Rural. Alcance da marca de 450 mil mortes



no País em decorrência da Covid-19. Indignação com a negligência e a postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Repúdio ao Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), relativo às medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Corte, pelo Governo Federal, de recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19, Saudações aos produtores rurais brasileiros, aos movimentos sociais do campo e às comunidades quilombolas maranhenses.

---

**O SR. ZÉ CARLOS** (PT - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 25 de maio, é o Dia do Trabalhador Rural, dia que nós deveríamos comemorar muito, pela importância dessa classe para o nosso País, uma classe que coloca na nossa mesa, na cidade, diariamente, praticamente 70% dos alimentos que consumimos. Mas, infelizmente, como podemos comemorar este dia, se já ultrapassamos a marca dos 450 mil brasileiros e brasileiras que padeceram nesta pandemia, se outros milhares se encontram numa UTI? E, diante desta crise gravíssima, o nosso Presidente negacionista se aglomera, não usa máscara, mostra claramente que não respeita o povo brasileiro, porque o induz contrariamente às orientações da medicina. Ele não usa máscara, mas ele respeita o povo do Equador, porque lá ele se comportou como deveria se comportar aqui no Brasil.

Por outro lado, quando se fala de agricultura familiar, o nosso Presidente também tem atitudes que, lamentavelmente, não se podem comemorar. O nosso Presidente vetou o Projeto de Lei nº 735, de 2020, aquele projeto intitulado Lei Assis Carvalho, que visava dar condições para o recebimento do auxílio emergencial aos nossos agricultores e agricultoras familiares que padecem na pandemia. Bolsonaro vetou. E o que faz mais? Corta recursos do PRONAF, corta recursos do PAA.

Portanto, não é um dia que nós podemos comemorar, embora nossos agricultores mereçam muito essa comemoração, porque são dignos de respeito e estão sofrendo no campo, sem apoio do Governo.

Nós da Câmara Federal temos um compromisso com eles. A bancada do PT tem o Projeto de Lei nº 823, que visa resgatar exatamente o veto de Bolsonaro ao Projeto de Lei nº 735, no ano passado, o projeto de lei intitulado Lei Assis Carvalho. Por eles, neste dia, eu quero pedir a todos os Deputados e Deputadas Federais que aprovelem esse projeto.

Vamos colocá-lo em regime de urgência! Os nossos agricultores não podem sofrer mais. A fome e a doença não esperam, matam.

Eu quero encerrar as minhas palavras dando os meus parabéns a todos os produtores rurais do Brasil, especialmente aos pequenos produtores, às comunidades quilombolas do Maranhão, aos movimentos sociais do campo e a todos os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 347/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Irresponsabilidade, provocação e deboche do Presidente Jair Bolsonaro, revelados na passeata de moto acompanhado de militares, em meio à crise humanitária enfrentada pela população brasileira diante da epidemia de coronavírus. Utilização pelo Presidente da República de recursos públicos na campanha à reeleição.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero neste momento pedir o registro desta minha fala.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos um grande passeio do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, ao lado do General ex-Ministro da Saúde.

Foi um ato irresponsável - irresponsável porque nós temos 450 mil mortes por COVID-19; irresponsável porque não dá para fazer um passeio de moto no momento em que nós precisamos estar servindo a essas pessoas que ainda têm chance de se salvar, com vacinas, com atendimento médico, com hospitais equipados para esse atendimento. Mas assistimos ao Presidente passear com mil militares. Nós perguntamos: com que recursos, para um ato de apoio ao Presidente da República? Qual foi o sentido desse aparato?

Acham que é inveja, que é ciúme? Registraram isso, como já registraram outros atos do Presidente, o que não deveriam fazer, porque isso é um deboche, isso é uma provocação.

Para quem ele está mandando o recado? É para a imprensa, é para a pesquisa, é para o Supremo, é para o Congresso Nacional, para aqueles que não o apoiam nas loucuras que faz contra o povo, como a falta de respeito e a falta de humanidade? Não, de forma nenhuma. Nós estamos vendo um Presidente em plena campanha para reeleição e com recursos públicos, com recursos públicos. Aqueles que o apoiaram naquele momento deveriam estar prestando serviços em seus quarteis ou à população da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, mas estavam passeando com ele.

Isso é um escândalo, e nós abominamos essa prática.

---

Documento 348/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:32	
Publ.: DCD	- ZECA DIRCEU-PT -PR		
26/05/2021 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	APRESENTAÇÃO PROPOSIÇÃO DISCURSO	DE

---

### ***Sumário***

Natureza vexaminosa e falaciosa de depoimentos prestados por membros do Governo Jair Bolsonaro à CPI da Covid. Saturação de leitos de UTIs nas unidades de saúde paranaenses. Contrariedade à votação pela Casa de proposições alheias à epidemia de coronavírus. Necessidade de apoio financeiro aos pequenos empresários, agricultores e trabalhadores para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - (Falha na transmissão)** que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Tenho que trazer aqui, novamente, a minha indignação diante da maneira com que o Governo conduz - ou deixa de conduzir, na verdade - a pandemia, principalmente com a postura mentirosa, cretina e irresponsável dos integrantes do Governo que vão até a CPI. O que nós vimos hoje é vergonhoso. São mentiras e teses falsas mais uma

vez permeando os depoimentos de integrantes do Governo na CPI.

Enquanto isso, a população padece sem vacina. Aqui no Paraná, acabamos de atingir a triste marca de mil pessoas aguardando leitos de UTI e leitos de enfermaria, sem atendimento adequado na rede hospitalar. E o Governo Federal faz de conta que não está acontecendo nada.

Eu defendo e insisto que nós, Deputados e Deputadas, não tenhamos a mesma postura. Nós não podemos fazer de conta que não está acontecendo um genocídio no País. Nós não podemos continuar votando, na Câmara dos Deputados, pautas que não dizem respeito ao enfrentamento da pandemia. Cadê o apoio ao pequeno agricultor, ao pequeno empresário? Cadê o apoio a 30% da população brasileira que precisa do auxílio emergencial, mas não está recebendo nenhum centavo e passa fome?

O Congresso Nacional e, em especial, a Câmara dos Deputados têm que se ocupar com esses temas. Não aplaudirmos o avanço, por exemplo, de uma pauta como a da PEC da Reforma Administrativa, a destruição da Constituição cidadã, um ataque não aos servidores públicos apenas, mas ao serviço público.

Nós não podemos aceitar que prosperem propostas constitucionais como a que tenta vender os Correios, empresa que dá lucro; propostas como a que acabou de avançar na Câmara e tem que ser paralisada no Senado, que tenta vender uma empresa pública como a ELETROBRAS, que também dá lucro.

Espero que a CPI da COVID, com a postura do Senado, com o enfrentamento que está sendo feito lá, chegue aqui na Câmara dos Deputados, para que tenhamos a nossa CPI e haja capacidade de enfrentamento real das necessidades do País.

---

Documento 349/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alcance da marca de 450 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Ações do Presidente Jair Bolsonaro contra a educação, o meio ambiente e o patrimônio público nacional. Desrespeito do Presidente da República à Constituição Federal. Tentativa do Chefe da Nação de apropriação do Estado

brasileiro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra o reajuste dos vencimentos de Ministros de Estado.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - O Presidente da República, logo que foi eleito, disse que vinha para destruir, e está mostrando isso todos os dias ao destruir a vida do povo brasileiro, porque nós temos um genocídio em curso. São mais de 450 mil pessoas que partiram. Quem parte é sempre o amor de alguém.

Ele quer destruir o patrimônio público, destruir a educação, destruir as florestas e, agora, destruir a Constituição brasileira! Quer destruir a Constituição brasileira! A Constituição brasileira é a tentativa do Brasil de fazer o luto de um período extremamente traumático da nossa história. E ela tem princípios, tem fundamentos: da não discriminação, da soberania, da cidadania, do bem-estar social. É uma Constituição que assegura o estado de proteção social, porque nós precisamos de serviços públicos. Este País tão marcado, com tantas marcas na pele e na alma, de tantos anos de escravidão, de tantos períodos traumáticos, precisa de políticas públicas, para que nós possamos fechar esse ciclo.

E aí o Governo Bolsonaro quer se apropriar do Estado, quer acabar com o concurso público. Dos cinco vínculos estabelecidos, três não realizam concurso público. Aliás, ampliou-se a função dos comissionados, que podem assumir funções técnicas. É o velho "quem indica", o governante apropriando-se do Estado - do Estado!

Por isso, este Governo demite, exonera o Superintendente da Polícia Federal do Amazonas. Ali se atestou que nós temos, no Ministério do Meio Ambiente, um criminoso, um criminoso!

Ele quer se apropriar do Estado para que o Estado possa lhe beneficiar. Acaba com a estabilidade. Ainda, nos cargos permanentes, há um tal de vínculo de experiência, em que as pessoas podem ser demitidas, inclusive assumindo, durante anos, função de Estado.

Portanto, nós estamos vivenciando uma tentativa de matar o Estado de proteção social, o Estado do bem-estar social para transformá-lo num Estado do bem-estar empresarial, porque o Estado vai poder fazer tudo com todo tipo de negociações com a iniciativa privada. Este mesmo Governo, este Governo, quer calar o Poder Legislativo.

É preciso dizer "não" a essa deforma de um Presidente que ataca servidores, mas aumenta em dez vezes o valor da inflação os salários de Ministros, para mais de 60 mil reais.

É um absurdo!

---

Documento 350/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudações aos trabalhadores rurais maranhenses, em nome da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - FETAEMA. Defesa de aprovação pela Casa de proposições de amparo à agricultura familiar, diante da epidemia de coronavírus. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste 25 de maio, eu queria saudar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do meu Estado, o Estado do Maranhão, em nome da Diretoria da FETAEMA, da nossa Presidenta Ângela, e reivindicar que projetos que asseguram medidas emergenciais, em razão da pandemia, sejam pautados e aprovados nesta Casa.

Não é possível, Sr. Presidente, que 17 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem da agricultura familiar estejam sofrendo em razão da pandemia. Várias categorias já foram beneficiadas com muita justiça, mas não é possível que esta categoria tão importante, que assegura e garante o pão de cada dia na mesa de cada um de nós, pelo suor do rosto de cada um e de cada uma, seja simplesmente esquecida.

Aliás, este é um tema que nós temos que pautar nesta Casa. Estão dizendo que, neste momento, o mais importante é vacina no braço e comida no prato. E quem garante comida no prato se não os trabalhadores e as trabalhadoras da agricultura familiar?

Nós temos que pautar esses temas nesta Casa e não os temas que nada têm a ver com o enfrentamento da pandemia e só trazem mais problemas para o povo brasileiro, a exemplo da privatização da ELETROBRAS, que não tem nada a ver com o enfrentamento à pandemia, ou dos Correios, ou, agora, para piorar, a aprovação, na

Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 32, que desmantela, de uma vez por todas, o serviço público no Brasil para acabar com a estabilidade do servidor público.

A que ponto nós chegamos? Quanto retrocesso! Foram conquistas da cidadania brasileira a estabilidade do servidor, o concurso público, que, agora, querem transformar em seletivos. Tudo isso para precarizar o serviço público, tudo isso para favorecer o mercado financeiro, para desmantelar e prejudicar ainda mais o exercício da cidadania, já tão difícil em razão desta pandemia.

É lamentável essa aprovação, mas nós não desistimos. Nós vamos prosseguir na luta: temos a Comissão Especial, temos o Plenário da Câmara, temos o Senado. Vamos aonde for. A população está reagindo, os servidores públicos e a sociedade brasileira não aceitam esse ataque violento contra o povo brasileiro.

Eu queria, Sr. Presidente, que esta fala fosse registrada e divulgada pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 351/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter vexaminoso do depoimento prestado à CPI da Covid pela Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente da República.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, se nós contarmos algumas coisas, fora do Brasil, ninguém acreditará. Uma delas está acontecendo, Deputado Rui Falcão, agora no Senado. Está depondo lá a "Capitã Cloroquina". Imagina um Governo que tem uma "Capitã Cloroquina". Ela está lá fazendo a defesa da cloroquina. Já pensou isso no Parlamento francês? Seria motivo de muita risada. Está lá a "Capitã Cloroquina".

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG) - Presidente, posso começar novamente, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Leite. Bloco/DEM - SP) - V.Exa. tem a palavra.

Restitua-se o tempo do Deputado.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG) - Obrigado.

Eu vou recomeçar, Presidente. Eu dizia que se nós contarmos algumas coisas, no exterior, ninguém acreditará, e uma delas - eu dizia ao Deputado Rui Falcão - está acontecendo agora no Senado. Numa Comissão Parlamentar de Inquérito responsável por apurar quem são aqueles que fizeram com que no Brasil 450 mil pessoas morressem e não tivessem socorro, está depondo, para fazer a defesa do Governo, a "Capitã Cloroquina". Imagina isso no Parlamento francês, inglês, alemão, norte-americano. Está lá a "Capitã Cloroquina" fazendo a defesa do Governo, de que ele agiu corretamente, está lá para dizer que ele agiu corretamente. A "Capitã Cloroquina" vai fazer a defesa dessa correção.

A "Capitã Cloroquina" trabalhava junto também com um tal "Ministério paralelo da Saúde". Nesse Ministério paralelo também estava, negociando com a Pfizer a não vacina, o Carlucho, o chamado Zero Três, o que nos leva a questionar: quem coordena isso? E nós vamos chegar ao "Capitão Genocídio". O "Capitão Genocídio" indicou um Ministro, que era o "General Mentira", aquele que foi também ao Senado, mentiu inúmeras vezes e é amigo do "Ministro Motosserra", que vigia o meio ambiente. Passou por lá o "Embaixador da Guerra", e há o "tchutchuca" dos banqueiros, que continua ditando o rumo da economia brasileira.

É um Governo de mentecaptos! Eu digo mentecaptos, mentalmente desordenados, porque não é possível algo desse jeito. O Brasil tem 450 mil pessoas mortas, e o Presidente vai ao Rio de Janeiro, faz um passeio de moto e depois declara - declara! - que nós estamos no fim da pandemia. Ele já havia declarado isso antes. E do ponto de vista técnico-científico, todos dizendo que não foi embora, infelizmente, a pandemia.

Se não houver vacina, esta pandemia não irá embora tão cedo. E o Presidente briga com a China e chama a vacina de "vachina", para que a vacina não venha. Está lá a Capitã Cloroquina defendendo a política do Governo.

Este Governo ainda está aí! Mas eu pergunto: o que nós temos a ver com isso na Câmara dos Deputados? Temos tudo a ver, porque o Presidente desta Casa senta-se sobre 115 processos de *impeachment* e não nos deixa analisar nenhum, diante de um governo genocida, como é este Governo Bolsonaro! Às vezes, ficamos envergonhados.

Fora, Bolsonaro! Dia 29, vamos às ruas!

---

Documento 352/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:04
Publ.: DCD - 26/05/2021 - CELSO MALDANER-MDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia do Trabalhador Rural. Relevância do papel desenvolvido pela agricultura familiar no Estado de Santa Catarina e no País. Apelo aos Deputados de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, hoje, dia 25 de maio, é o Dia do Trabalhador Rural. Hoje é o dia do nosso colono, é o dia do nosso agricultor, é o dia do pequeno agricultor familiar, que trabalha de sol a sol para colocar comida na mesa dos consumidores. Portanto, hoje é um dia muito importante.

No Brasil, 70% dos alimentos saem da agricultura familiar, do nosso pequeno agricultor, que tem sofrido muito, principalmente em Santa Catarina. Para V.Exas. terem uma ideia, o nosso Estado compreende 1,3% do território nacional e é um grande produtor. Santa Catarina é o maior exportador de suínos, o segundo maior exportador de aves e se destaca também na bovinocultura de leite, graças principalmente ao pequeno agricultor. Praticamente 50% do milho produzido em Santa Catarina vai para silagem.

Neste ano, nós tivemos a seca, a estiagem na safra do cedo, a praga da cigarrinha e também a estiagem na safra do tarde. Santa Catarina, que precisa de praticamente 7 milhões de toneladas de milho, produziu apenas 1,8 milhão de tonelada. Vamos ter que importar de outros Estados ou, quem sabe, até do exterior em torno de 5 milhões a 6

milhões de toneladas de milho.

O pequeno agricultor é quem produz alimentos para a merenda escolar. Quando as prefeituras licitam, falta tudo: falta cebola, falta alho, falta tomate. Enfim, todos esses alimentos são produzidos pelos nossos agricultores familiares.

Nós temos aqui, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 823, de 2021. O apelo que faço é para votarmos este PL, que está na pauta, para ajudar o pequeno agricultor familiar, que sofreu tanto durante a pandemia. Ele, que produz alimentos, precisa de um olhar diferenciado do Congresso Nacional. Este é o meu apelo.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado, Sr. Presidente.

---

Documento 353/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:04
Publ.: DCD - 26/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença no plenário do ex-Senador Marcos Guerra, do Estado do Espírito Santo. Relato da visita do orador à sede da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, no Rio de Janeiro. Produção de vacinas contra a Covid-19 pela Instituição e pelo Instituto Butantan. Realização de investimentos na FIOCRUZ pelo Governo Jair Bolsonaro. Expectativa quanto à vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19 em 2021.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu quero registrar a presença aqui conosco do Senador Marcos Guerra, do Espírito Santo, da cidade de Colatina. Ele foi Senador pelo Estado do Espírito Santo de 2006 a 2008, aqui no nosso Senado Federal.

Sr. Presidente, eu queria fazer um registro extremamente importante. Eu fui convidado, na semana passada, para visitar a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, no Estado do Rio de Janeiro. O instituto é responsável hoje pela fabricação de 41 milhões de doses de vacina já entregues ao Ministério da Saúde para ajudar no processo de imunização da população brasileira.

Eu fiquei surpreendido positivamente com a estrutura da FIOCRUZ e



do Bio-Manguinhos. Quero parabenizar o profissionalismo da equipe daquele instituto e daquela fundação. Quero agradecer o carinho e a atenção dispensada pelo Prof. Juliano, um cientista, pelo Daniel, pelo Bucker e pelos demais profissionais daquela instituição, Sr. Presidente.

A FIOCRUZ é orgulho do povo brasileiro, Senador Marcos Guerra, Deputado Da Vitória, nosso Coordenador. Fiquei extremamente feliz em saber que a FIOCRUZ vai entregar, até julho, 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca. A partir de julho, a FIOCRUZ vai fabricar a vacina brasileira. Já foi assinado um protocolo de transferência de tecnologia com a AstraZeneca. Serão entregues, até o final de dezembro, mais 100 milhões de doses, ou seja, só a FIOCRUZ, uma instituição ligada ao Ministério da Saúde, vai entregar neste ano 200 milhões de doses.

O Instituto Butantan vai entregar mais 100 milhões de doses. O Governo comprou da Pfizer mais 100 milhões de doses. Vamos chegar, no final do ano, a quase 400 milhões de doses de vacinas ou mais entregues pelo Ministério da Saúde, para vacinar a população brasileira.

Saí de lá extremamente confiante com os resultados dos investimentos que foram feitos naquele instituto pelo Governo Federal. Parabéns ao Ministério da Saúde! Parabéns ao Presidente Jair Bolsonaro pelos investimentos feitos naquele instituto! Parabéns! Neste momento em que o povo brasileiro mais precisa de vacina, o Governo Federal não economizou recursos.

Eu perguntei ao Presidente do instituto: *"Faltou, por parte do Governo Federal, algum apoio? Faltaram recursos para modernização e para obras importantes, como as que estão sendo feitas até o momento?"* Todos me disseram: *"Não! Tudo o que nós pedimos, o Ministério da Saúde nos concedeu".*

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Leite. Bloco/DEM - SP) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES) - E disseram: *"É por isso que hoje nós já entregamos 41 milhões de doses da vacina; temos já prontas mais 10 milhões de doses em fase de análise; temos insumo para produzir mais 12 milhões de doses até 15 de junho; e vamos receber mais insumos para completar 100 milhões de doses até o mês de julho".*

Portanto, eu saí de lá bastante confiante. O Brasil está no caminho certo para vacinar a população brasileira até o final de 2021.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 354/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações aos Deputados opositoristas, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela luta empreendida contra a retirada de direitos dos servidores públicos. Anúncio de realização, pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo sem Medo, de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar todos os membros da Oposição que integram a Comissão de Constituição e Justiça, pois fizeram uma dura batalha contra a retirada de direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos deste Brasil.

Paulo Guedes é um farsante, que diz que vai economizar até 450 bilhões de reais, mas não apresentou nenhum número.

Eles estão acabando com o serviço público republicano no nosso País, que precisa do concurso público, do Regime Jurídico Único e da estabilidade. Nós sabemos que o que eles querem, de verdade, é jogar o povo contra o Estado brasileiro. O Brasil precisa de mais Estado. O Brasil precisa, na verdade, no momento, é de um orçamento de guerra, para ter mais vacina, para ter auxílio emergencial, para garantir emprego, para distribuir renda.

É por isso que nós estamos, neste momento, divulgando que a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo e todos aqueles que lutam contra este Governo que pratica o genocídio no nosso País vão às ruas no Brasil inteiro e, aqui em São Paulo, em frente ao MASP. Por quê? Porque está na hora, mesmo com todos os cuidados, com todos os protocolos de saúde, como distanciamento e uso de máscara. O bolsonarismo está matando mais do que o vírus. Mata de desemprego, de fome e por propor a contaminação por imunidade de rebanho, que está sendo denunciada na CPI todos os dias, ao acusar as mentiras que nós estamos vendo ali a cada dia que passa - hoje, está ouvindo a Capitã Cloroquina. Então, este é o momento de irmos para a rua demonstrar a enorme indignação do povo brasileiro com tanta desídia,

com tanto descaso, com tanta perversidade.

Em vez de responder à pandemia e ao desemprego, o Presidente passeia de moto, sem máscara, junto com o ex-Ministro da Saúde, contaminando outras pessoas.

Neste momento, eu entendo que é hora de o Exército brasileiro mostrar a cara e dizer que não é mais possível se falar em ditadura, em AI-5, em tortura e apoiar Bolsonaro e Pazuello. É preciso puni-lo como exemplo.

No dia 29, todos às ruas para demonstrar a indignação com o genocídio que se pratica contra o povo brasileiro!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 355/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:12
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prioridade do Parlamento brasileiro nas ações de enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Necessidade de conclusão do Residencial Parintins, no Município de Parintins, Estado do Amazonas. Contrariedade à privatização de empresas estatais e à reforma administrativa. Protesto contra a determinação do Governador Wilson Lima de retomada das aulas presenciais. Imediata vacinação dos profissionais da educação no Estado do Amazonas.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu queria dizer, primeiramente, que nós temos que definir o que é prioridade no Parlamento brasileiro. Eu estou entendendo que a prioridade é enfrentar o coronavírus e a COVID; é enfrentar esta pandemia que já matou 450 mil pessoas - aqui no Estado do Amazonas, quase 13 mil pessoas já perderam a vida.

Então, a prioridade é exatamente garantir a vida das pessoas e a vacinação - o Brasil chegou à média de 20%, só, de pessoas que receberam a primeira dose da vacina, e a menos de 10% de pessoas que receberam também a segunda dose. Prioridade é o auxílio emergencial de 600 reais. Prioridade é o auxílio às micro e pequenas

empresas. Prioridade é gerar emprego construindo casas, tendo projetos habitacionais, como é o caso do Residencial Parintins, no Município de Parintins, que espera a conclusão das obras de construção de quase mil casas, às quais o Governo atual simplesmente não deu continuidade.

Prioridade, portanto, é a vida. Não é a privatização dos Correios, da PETROBRAS, da ELETROBRAS, da DATAPREV. Não é a reforma administrativa, para atingir os funcionários públicos, ameaçar a estabilidade, o emprego e, portanto, a vida dos servidores públicos. A prioridade, portanto, é a vacinação; é cuidar das pessoas, e não fazer o que o Governo está fazendo.

Aqui no Amazonas, nós queremos denunciar a situação da volta às aulas. O Governo do Estado impôs que, desde o dia 19 de maio, as aulas voltassem, sem garantir a segurança dos professores.

Professores do Município de Itacoatiara me fizeram, hoje, um relato acerca da situação precária em que trabalham. Por quê? Porque eles querem um retorno seguro. Querem trabalhar, mas só receberam a primeira dose da vacina. Eles querem ao menos uma janela mínima de proteção, de prevenção, que o Governo não oferece. Eles querem que seja garantida também a testagem dos estudantes e que os demais colegas que trabalham na escola sejam vacinados.

Os professores estão preocupados, porque a pandemia não acabou. No Município, dobrou o número de pessoas internadas na Sala Rosa em situação mais grave. Este é também o relato de pessoas de outros Municípios, como Manacapuru, Tefé e vários Municípios do interior.

Os professores estão alarmados com essa imposição do Governador Wilson Lima. Ele é apoiador do Bolsonaro e também, com certeza, tem a sua parcela de responsabilidade pelas quase 13 mil mortes aqui no Estado do Amazonas.

Portanto, a vacinação é urgente.

Volta às aulas com segurança, para garantir a vida dos professores e dos trabalhadores da educação!

Gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

---

### *Sumário*

Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro para com o povo brasileiro, demonstrado nos elevados gastos com o cartão corporativo e o baixo valor do auxílio emergencial. Repúdio às acusações de Deputado Federal contra Senador da República.

---

**O SR. ELIAS VAZ** (PSB - GO. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós tivemos, há poucos dias, a revelação de uma situação absurda: o gasto de 2 milhões e 400 mil reais do Presidente nas férias de fim de ano. Eu acabei, Presidente, de receber agora a informação de quanto ele gastou no carnaval: 1 milhão e 700 mil reais!

Isso é um tapa na cara do povo brasileiro! Enquanto o País passava por dificuldades enormes - naquele momento, chegava-se a quase 300 mil mortes, o auxílio emergencial ainda estava pendente e, quando veio, veio muito baixo, 250 reais -, o Presidente gastava, Deputado Freixo, 1 milhão e 700 mil reais no carnaval. E era dinheiro público!

Isso é uma indecência! Isso é um grande absurdo! Esta Casa não pode ficar omissa diante de um comportamento tão abominável como esse deste genocida, que não se importa com a vida humana, que não se importa com os gastos do dinheiro público! Aliás, ele tem um discurso de austeridade, mas esconde o que gasta com o cartão corporativo! É um verdadeiro absurdo o comportamento deste Presidente! Gastar 1 milhão e 700 mil reais de dinheiro público no carnaval é uma grande indecência!

Quero deixar registrado o nosso protesto. É preciso nós irmos a fundo no conhecimento desses dados. Hoje, nós aprovamos a proposta de fiscalização e controle do cartão corporativo do Presidente, para que fique claro, transparente para a sociedade para onde está indo esse quase 1 milhão de reais de dinheiro público que ele gasta por mês.

Essa é a nossa posição.

Sr. Presidente, eu quero também aproveitar a nossa vinda a esta tribuna para registrar um fato lamentável que aconteceu aqui na semana passada. Eu vi um Deputado Federal fazer críticas duras a um Senador - prefiro não citar nomes - apenas por ter publicado nas suas redes sociais uma matéria de um grande jornal. Ele apenas havia reproduzido essa matéria e foi aqui duramente atacado.

Acho que não é assim que devemos fazer. É preciso haver respeito

mútuo; é preciso fazer o bom debate político, e não atacar, inclusive com adjetivos pesados, um Senador da República simplesmente por ter divulgado algo que um grande jornal, um jornal de grande circulação no País havia trazido como conteúdo.

Fica registrada a nossa indignação com essa posição.

Muito obrigado.

---

Documento 357/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:24
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Contrariedade à atribuição, ao Poder Legislativo, da competência para demarcação de terras indígenas. Continuidade das invasões de territórios dos povos indígenas no País.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)**  
- Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu gostaria de me pronunciar, porque nós estamos vivendo um verdadeiro retrocesso hoje na questão social, de direitos dos povos indígenas e do meio ambiente. Por isso, eu não poderia deixar de falar no dia hoje.

Nós estamos vendo que há, hoje, propostas em andamento no Congresso Nacional que vêm com bastante peso em relação aos povos mais vulneráveis, incluindo os povos indígenas, uma minoria que vem sobrevivendo a muitos anos de uma colonização forçada em relação aos seus direitos.

Eu queria falar de uma pauta que está prevista para a reunião de amanhã da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Trata-se do Projeto de Lei nº 490, de 2007, que, desde que foi apresentado, vem se arrastando com o propósito de diminuir os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Ele é totalmente inconstitucional - inclusive, já há um parecer da Comissão de Direitos Humanos nesse sentido -, porque pretende colocar sob a responsabilidade do Legislativo a demarcação de terras

indígenas, mas hoje a nossa Constituição assegura que seja de responsabilidade da União tanto demarcar terras quanto proteger os direitos dos povos indígenas.

Pouco se fez em relação à demarcação das terras indígenas por interesses individuais, interesses que vêm de encontro à nossa Constituição, no sentido de explorar os recursos naturais que os povos indígenas protegem. Estão querendo fazer disso uma questão política, diminuindo os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Isso é totalmente inconstitucional, porque a nossa Constituição Federal previu essa garantia aos povos indígenas para que eles pudessem ser protegidos desses interesses escusos, interesses de exploração.

Os povos indígenas hoje têm sobrevivido com muita dificuldade. Inclusive nesta pandemia eles têm sido um dos grupos mais vulneráveis do nosso País. A invasão de suas terras continua, sem que haja qualquer medida eficaz em contrário. Nós vimos, esses dias, o povo ianomâmi chamando a atenção das autoridades, alertando a sociedade brasileira para que tome providência com relação a isso. Hoje, nós estamos vendo o contrário: está sendo tomada providência para se colocar em pauta, em plena pandemia, um projeto que vem de encontro aos direitos dos povos indígenas.

Por isso, quero chamar a atenção dos nossos Parlamentares e da sociedade em geral para o fato de que os direitos dos povos indígenas que existem hoje estão em risco. Querem aprovar a demarcação de suas terras, com o estabelecimento de um marco temporal, que o Supremo, em muitos casos, já definiu que é inconstitucional - inclusive, há um processo que está tratando disso.

E mais ainda, há uma série de projetos apensados ao PL que vão de encontro aos interesses dos povos indígenas.

Então, o Brasil precisa chamar atenção para a proteção desse grupo, e não o contrário.

---

Documento 358/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desconexão entre as alegações do Governo Jair Bolsonaro sobre a inexistência

de recursos para o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e amparo às pequenas e microempresas, e à farra promovida com o dinheiro público e o orçamento secreto. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a privatização de bancos oficiais e de empresas públicas. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com o serviço público.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham esta sessão e todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, neste período da pandemia, nós temos visto como este Governo é insensível à vida do povo brasileiro: não há recursos para o auxílio emergencial de 600 reais, não há o montante de recursos necessários para a pequena e a microempresa, mas há proposta de reformas que retiram direitos dos trabalhadores. A exemplo da reforma da Previdência, que reduziu direitos previdenciários, agora o Governo apresenta a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que é um absurdo, é um atentado, é um crime contra os servidores públicos, porque retira direitos e precariza os serviços públicos. O Governo alega que não tem dinheiro, mas está fazendo farra com o dinheiro público, está fazendo farra com o orçamento secreto. Três bilhões de reais estão sendo distribuídos para Deputados da base aliada e para Senadores também. Estão distribuindo esses recursos nos Estados, para garantir aqui a aprovação de absurdos contra o povo brasileiro.

O Presidente está fazendo farra, quando libera, a partir do Banco Central, 1,2 bilhão de reais para os grandes bancos do nosso País. O Governo faz farra, quando gasta recursos públicos no carnaval, nas férias e até para fazer atos políticos no Rio de Janeiro. É um Governo que não prioriza a aquisição de vacinas, porque acredita na imunidade de rebanho. E é o Governo que está gastando muito - gastando muito - com os absurdos que são praticados aqui no Congresso Nacional.

Nós precisamos, nobres Parlamentares, fazer esta denúncia, porque o Governo que se diz um governo do povo é um governo contra o povo, é um governo que promove reformas, que quer vender o patrimônio público brasileiro, que quer vender a ELETROBRAS, os Correios, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, para torrar o dinheiro público com o orçamento secreto, com gastos absurdos, quando nós deveríamos, Sr. Presidente, estar todos aqui empenhados - empenhados todos os dias - para ter mais vacinas. Mas o Presidente da República prefere promover aglomerações, andar sem máscara, dar mau exemplo para o mundo. Estão aí as pequenas e microempresas à míngua, porque não têm crédito, porque a burocracia é grande. Estão querendo vender todo o nosso patrimônio e promover o fim do serviço público no Brasil,

precarizando-o.

E é bom que o povo saiba que, se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, quem vai sofrer é quem procura o SUS, é quem precisa de escola pública, é quem precisa da assistência social! É um crime contra as políticas públicas, contra o serviço público no nosso País. O Governo gasta dinheiro, faz farra com dinheiro público, mas não faz investimentos para salvar a vida do nosso povo.

Sr. Presidente, peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

---

Documento 359/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, o que me traz a esta fala neste momento é a tragédia que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça, hoje pela manhã. O último ciclo, o último período no Brasil foi marcado por vários passos que representam o desmonte do Estado brasileiro, e esses foram passos dados. A justificativa era de que, com esses passos, a vida do povo brasileiro iria melhorar.

Falavam isso à altura da reforma trabalhista. Falavam isso, quando aprovaram o teto de gastos para a saúde, a educação e a assistência. Falaram isso, quando infelizmente aprovamos - e não com o nosso voto - o desmonte da Previdência pública. Falaram isso, quando da aprovação da autonomia do Banco Central. Falaram isso, quando da aprovação da PEC 186/19. Falam isso toda vez que querem aprovar a privatização de bens públicos, como a dos Correios, como a da ELETROBRAS, que aconteceu na última semana, lamentavelmente, nesta Casa. E estão falando que é fundamental aprovar a PEC 32/20, a reforma administrativa no Brasil, para ter dinheiro para o auxílio emergencial, para ter dinheiro para o povo. Hoje, na CCJ, inclusive, falaram que o Estado brasileiro é um fardo, quando se referirem ao

tamanho do Estado brasileiro.

Eu queria dizer que todos esses passos geraram mais empobrecimento no Brasil, causaram mais dor para o povo brasileiro. Desde 2012, nós temos um recorde de desemprego no Brasil de mais de 14 milhões de pessoas, Sr. Presidente. Lamentavelmente, nos últimos 2 anos, no cenário que estamos vivendo, houve aumento das pessoas que passam fome no Brasil, esse índice chega a mais de 27% da população. E triplicou, nos últimos 6 meses, o número de pessoas que vivem na pobreza no Brasil. Estamos falando dos trabalhadores do iFood e da Uber, da trabalhadora doméstica, desses todos que usam o serviço público, que vai ser desmontado com esse ataque ao funcionalismo perpetrado por essa reforma administrativa.

É lamentável que, no meio de uma pandemia, trabalhadores, servidores sejam atacados, e os usuários do serviço público, que são os mais precarizados no Brasil, estejam tendo seus direitos constitucionais enfrentados. É lamentável que esta Casa esteja sendo palco de tantas medidas antipovo, como a PEC 32/20.

---

Documento 360/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudações aos trabalhadores rurais brasileiros. Pedido aos Parlamentares de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, a respeito do parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras.

---

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente quero dizer da alegria de vê-lo presidindo, na tarde de hoje, esta sessão.

Em primeiro lugar, quero parabenizar todos os trabalhadores rurais do Brasil, em nome do meu avô, Severino Costa, que foi trabalhador rural, cortador de cana, e tem origem no setor sucroenergético. Em seu nome, eu quero saudar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do campo, num dia tão especial.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a todos os Deputados aqui da Casa, independentemente de serem da base do

Governo ou da Oposição: nós protocolamos, na última quinta-feira, uma emenda que trata do parcelamento para 240 meses da previdência dos Municípios. V.Exa. sabe que infelizmente a situação financeira e fiscal dos Municípios do Brasil é dramática. Infelizmente, cada vez menos sobra dinheiro para investimentos, os Prefeitos estão com o pires na mão, com muita dificuldade para pagar a folha dos servidores, com dificuldade para pagar a previdência do Município e, além disso, os Municípios estão perdendo cada vez mais a sua capacidade de investimento - investimento em saúde, educação, infraestrutura.

É fundamental, neste momento, o Congresso Nacional se debruçar sobre essa PEC que trata do parcelamento das dívidas previdenciárias em 240 meses, que tem o apoio da Confederação Nacional de Municípios, a CNM, e da Frente Nacional de Prefeitos, a FNP, porque, dessa forma, nós vamos ajudar na saúde fiscal dos Municípios, vão sobrar mais recursos para investimentos, e na previsibilidade. Nós vamos ajudar sobretudo os Prefeitos, que, neste momento, precisam ter um mínimo de tranquilidade para poder imprimir a sua gestão.

Assim, Presidente, eu faço um apelo a todos os Deputados da Casa para que assinem essa PEC, para que, a partir daí, nós possamos votá-la na CCJC, instalar a Comissão Especial e aprovar o parcelamento de 240 meses, a fim de ajudar os Prefeitos e as Prefeitas de todo o Brasil. Vamos formar uma comissão para visitar o Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Essa PEC já vem sendo discutida com o Dr. Bruno Bianco, do Ministério da Economia, mas eu tenho certeza de que, ao fim, o Congresso Nacional fará uma construção coletiva.

Presidente, é por isso que peço o apoio de V.Exa. e de todos os nossos pares para que assinem essa PEC, em apoio aos Municípios.

---

Documento 361/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação do Projeto de Lei nº 1.937, de 2021, acerca da inclusão de sequelados pela Covid-19 entre os grupos prioritários de imunização. Apelo à

Casa de apreciação da propositura em regime de urgência.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apresentei um projeto de lei, que foi hoje protocolado, que dispõe sobre a inclusão de pessoas com sequelas graves da COVID-19 entre os grupos prioritários para a imunização no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. A ideia é do meu assessor parlamentar, Rodolfo Lustosa Pereira, a quem, neste momento, rendo as minhas homenagens. E a justificativa é muito simples, tão simples quanto convincente, Sr. Presidente.

Atualmente, sabemos que o fato de a pessoa já ter tido a infecção pelo coronavírus não impede a ocorrência de reinfecção. As mutações desse vírus têm desafiado a ciência, e as pessoas que já tiveram a doença podem novamente adoecer de forma grave. Indivíduos que já apresentam sequelas da COVID-19 podem ficar ainda mais debilitados em uma segunda infecção.

Por esse motivo, apresentei a proposição, ressaltando que a melhora dos sintomas prolongados da COVID-19, após a utilização dos imunizantes, é um fato inquestionável. Algumas pesquisas têm demonstrado redução significativa dos sintomas pós-COVID entre os pacientes que tomaram a vacina.

Também é importante ressaltar, Sr. Presidente, de acordo com o National Institutes of Health, dos Estados Unidos, que cerca de 10% a 30% das pessoas que contraem COVID-19 apresentam sintomas de longo prazo. Tal fato continua, então, sobrecarregando os sistemas de saúde com a necessidade de tratamento por longos períodos.

Assim, a vacinação desses pacientes pode ser importante diferencial para a melhora significativa ou completa dos sintomas persistentes da COVID-19.

Portanto, Sr. Presidente Alexandre Leite e Parlamentares que me ouvem neste momento, eu rogo e peço a todos os Parlamentares, sobretudo aos Líderes, que no Colégio de Líderes encampem esse projeto, para que ele seja votado em regime de urgência e o seu mérito aprovado. São milhões de pessoas que estão com sequelas graves de COVID, e as pesquisas mostram que, sendo vacinadas, melhorarão e deixarão de sobrecarregar o sistema de saúde em uma eventual reinfecção.

Solicito a V.Exa., Deputado Alexandre Leite, que ora preside a sessão, que o meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do*

Brasil.

Muito obrigado.

---

Documento 362/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:48
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia do Trabalhador Rural. Reafirmação, pelo orador, do seu compromisso de luta em prol do homem do campo. Desestruturação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de estruturas públicas de apoio ao setor agrícola e aos trabalhadores rurais.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui me manifestar mais uma vez, em especial para destacar o Dia do Trabalhador Rural, da trabalhadora rural, da agricultora, do agricultor, o dia daqueles que efetivamente produzem os alimentos que a população consome.

É um dia também de nós reafirmarmos essa luta em defesa dos trabalhadores. Eu apoiei, fizemos o debate sobre a Lei Assis Carvalho, uma grande conquista, para poder garantir, neste período de pandemia, um apoio aos agricultores familiares.

Nós sabemos da luta dos sindicatos de trabalhadores rurais, ainda mais neste Governo. Desde o Governo Temer, desde o golpe, direitos são retirados com a reforma trabalhista, com a reforma da Previdência.

Há muito mais dificuldades agora, criadas pelo Governo, para que o trabalhador rural, para que a agricultora possa se aposentar, possa ter direito aos benefícios da Previdência.

Nós estamos vivendo um momento em que se desmontam estruturas públicas que existiam no sentido de avançarmos em relação ao desenvolvimento do nosso País.

O meu pai é um agricultor. Do Rio Grande do Sul, ele veio para o Amazonas. O Governo militar prometia e não cumpriu nada no sentido de valorizar os agricultores. Nunca houve um projeto. Houve projeto no Governo Lula, inclusive com Ministério específico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para implementar as políticas que

aumentaram a produção de alimentos no País e garantir uma política de segurança alimentar.

Isso foi tudo destruído, desde o golpe de 2016, com Temer, e agora, principalmente, com Bolsonaro. Com isso, também retorna a fome. Oficialmente, o IBGE já falou que nós temos quase 20 milhões de pessoas que estão passando fome, num país que tem capacidade, conhecimento, pesquisas desenvolvidas. Avançou muito, mas agora retrocedeu em relação à garantia de alimentação básica para a população, principalmente para os que estão sem renda, desempregados, por conta deste Governo.

É um Governo que ameaça agora o Banco da Amazônia, um banco importante de financiamento, da agricultura, dos pequenos, dos empreendedores, nesse setor da produção de alimentos.

Portanto, é o momento de nós continuarmos apoiando a luta dos trabalhadores. Aqui, no Amazonas, nós temos a FETAG -- Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Eu estive reunido com ela. Nós estávamos estudando recursos, inclusive, para trabalhar a capacitação, para fortalecer o trabalhador, o sindicalista, aquela pessoa que está lá na sua comunidade produzindo, mas, ao mesmo tempo, tem que ter a consciência política para defender os seus direitos e enfrentar este Governo que, todos os dias, massacra a população mais pobre.

Um grande abraço a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso País!

Presidente, gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

---

Documento 363/438

---

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:52
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável o que nós estamos assistindo neste momento: uma reforma administrativa que vai

causar ainda mais danos aos serviços públicos. Estão passando uma boiada no serviço público com essa PEC.

Existe todo um reforço aos privilégios. Esqueceram que eles vão criar apenas um mínimo de castas que não poderão jamais atender ao serviço público de qualidade, como é necessário.

Sr. Presidente, é de doer.

Nós estamos numa pandemia e sabemos como têm sido os esforços desses servidores e servidoras públicos, ainda que o SUS esteja sucateado, ainda que a educação esteja sendo sucateada, ainda que as nossas estatais estejam sendo sucateadas. Estão privatizando as nossas estatais e prejudicando cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras qualificadíssimos para os serviços que hoje prestam à Nação brasileira. Esses são os prejudicados.

Noventa por cento deles vão ficar sem os benefícios necessários. Eu pergunto, Sr. Presidente: como tipificar 10% de servidores como sendo do Estado? Vamos entregá-los a quem? À iniciativa privada? Ou eles vão trabalhar, como servidores públicos, sem terem seus direitos garantidos, sem terem direito ao Regime Jurídico Único, sem terem direito à estabilidade? Nós temos mais de 140 milhões de servidores e de brasileiros que precisam de serviços de atendimento público do Estado, tanto na educação quanto na saúde.

Então, não é possível que haja uma PEC que traga para o Brasil... É de se estranhar que a política econômica de Paulo Guedes, muito parecida com a política de Bresser, venha prejudicar cada vez mais os servidores públicos.

Hoje, esses que nos prestam serviços até agora, que estão nos prestando serviços até agora...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 364/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-25/05/2021- 18:04
Publ.: DCD - 26/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.466, de 2019, sobre a instituição da campanha Maio Laranja, destinada à implementação de ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Pedido de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, boa noite a V.Exa. e a todos os colegas.

A Minoria orienta "sim" e segue reivindicando, Presidente, que venha para o plenário o debate e a votação da medida provisória do auxílio emergencial. A nossa visão é de que é um erro de política econômica e um erro social gravíssimo a redução do valor do auxílio emergencial.

Deputado Danilo Cabral, todos os países do mundo estão investindo recursos públicos tanto na retomada da economia quanto na proteção da vida dos seus concidadãos. Nós queremos fazer um debate sério neste plenário. Temos voto provavelmente para elevar o valor do auxílio emergencial e para garantir que o auxílio emergencial seja permanente enquanto durar a pandemia. Este é o nosso pedido, Presidente: a vinda da MP do auxílio emergencial para o plenário.

Documento 365/438

55.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/05/2021-18:08	
Publ.: DCD 26/05/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

### **Sumário**

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nós estamos votando mais uma medida provisória, apesar de a Casa estar funcionando de forma híbrida, com Deputados presentes no plenário e

outros acompanhando a sessão pelo sistema virtual. E mesmo as Comissões Permanentes, grupos de trabalho e Comissões temporárias estão funcionando também de maneira híbrida, com alguns Deputados participando presencialmente, como aconteceu hoje foi na CCJ, onde, tristemente, aprovou-se a PEC da reforma administrativa, e outros acompanhando também pelo sistema virtual.

Mas, Deputado Odair Cunha, para as medidas provisória até agora não conseguimos ter a Comissão Mista instalada, para que ali Deputados e Senadores pudessem fazer o debate da matéria, Líder Bohn Gass, para que ali pudessem ser feitas audiências públicas, para que ali se pudesse debater o assunto e, eventualmente, chegar a um texto aprimorado, bem melhor e de comum acordo deste Parlamento, tanto na Câmara quanto, eventualmente, no Senado. Mas não! Vamos votar mais uma MP sem ser instalada a Comissão Mista, sem que tenha havido debate prévio, e vamos apreciar a matéria diretamente aqui no plenário.

E temos outras MPs urgentes que também necessitariam de debate também nesta Casa, Deputado Veras, como, por exemplo, a MP do auxílio emergencial, Deputado Zé Neto.

Onde está a MP do auxílio emergencial, para que este Parlamento faça o debate sobre ela? Estão dizendo pelo jornal que há interesse na prorrogação do auxílio emergencial, mas não querem trazer o debate para cá porque sabem que se ele for a voto, Deputado Bohn Gass, o auxílio não será somente de 150 reais a 250 reais. Nós teremos um auxílio de, no mínimo, 600 reais para atender, de fato, a necessidade do nosso povo, de forma a garantir o mínimo para a sobrevivência. Mas nós estamos pulando a ordem de votações. E é por isso que queremos a retirada de pauta desta MP.

Não tem sentido pularmos a ordem de votação das MPs sem debate nas Comissões, e ainda numa MP que tem jabuti, numa MP que tem conteúdo diverso inserido nela.

Senhoras e senhores, observem bem esta MP. Ela era tão somente sobre uma simples prorrogação do direito de reembolso de passagem aérea pelos consumidores, mas estão colocando ali um jabuti, e é um jabuti grande, não é pequeno, é um jabuti gigante. Observem bem esta MP. A quem será que interessa esse jabuti?

Por isso...

*(Desligamento automático do microfone.)*

Documento 366/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021 - CD	18:12
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós orientamos "sim", pela retirada.

Em primeiro lugar, como disse o Deputado Alencar, essas medidas provisórias deveriam ter sido discutidas em audiências públicas com a participação da sociedade. E, em segundo lugar, a nossa bancada está insistindo em votar o tema da renda emergencial.

O povo brasileiro está passando fome, a política econômica do Bolsonaro é ruim, a desigualdade aumenta, e um auxílio no valor de 150 reais significa 5 reais por dia - 5 reais por dia! Nós tivemos, no ano passado, auxílios de 600 reais e de 1.200 reais. O medicamento ficou mais caro, a comida ficou mais cara, o gás de cozinha ficou mais caro, e o auxílio agora é de 150 reais e de 250 reais.

Esta Casa precisa apreciar a medida provisória da renda emergencial, Presidente, para elevarmos o seu valor, porque isso vai ajudar o comércio e vai gerar emprego. Por isso, nós votamos pela retirada de pauta para debatermos a renda emergencial.

---

Documento 367/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021 - CD	18:16
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de

2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

---

**O SR. DANILO CABRAL** (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Presidente, vai orientar "sim" a esta matéria, mas fazendo ressalvas a ela por duas questões. A primeira é em relação ao próprio conteúdo da medida provisória. Nós entendemos que é importante fazer as adequações com relação à garantia dos direitos dos consumidores, daqueles que fazem uso da aviação civil, para que, quando houver alguma alteração do seu voo, eles possam preservar o direito ao cancelamento e ao ressarcimento do valor pago. A segunda é que nós entendemos que, no mérito desta medida provisória, existe um tema que não deveria lá, porque seria preciso um debate mais aprofundado sobre ele. Eu me refiro ao tema que diz respeito a algumas concessões que estão sendo discutidas em transportes no Amazonas. No nosso entendimento, essa não é matéria para estar nesta medida provisória.

Por fim, o PSB reforça as posições que foram colocadas quanto à importância de nós tratarmos prioritariamente, nesta Casa, a medida provisória do auxílio emergencial, que é a pauta que está presente hoje na sociedade brasileira.

---

Documento 368/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	18:16
Publ.: DCD - 26/05/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil durante a epidemia de coronavírus, segundo matéria divulgada pela emissora BBC de Londres, Inglaterra.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PROS/PSC/PTB orienta "não".

O assunto combate à miséria e à fome é prioritário no Governo Bolsonaro. E há uma boa notícia trazida pela BBC de Londres, publicada na última quinta-feira, dia 20, de que o Brasil foi o país da América Latina que mais diminuiu a pobreza e a extrema pobreza durante a pandemia de coronavírus.

Enquanto a Oposição tenta posar de bom moço aqui no Congresso Nacional, falando sobre aumento dessa contribuição do Governo ao pobre, ao necessitado, o Governo está fazendo o seu trabalho, não para de fazer as suas ações.

---

Documento 369/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	18:20
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BACELAR-PODE -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Importância de aprovação da propositura para o setor turístico nacional.

---

**O SR. BACELAR** (Bloco/PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos Deputados e Deputadas integrantes da Comissão de Turismo e dos Deputados e Deputadas integrantes da Frente Parlamentar do Turismo. Esta medida provisória é fundamental para o turismo brasileiro.

Quero lembrar que o transporte aéreo nunca atravessou uma crise tão grave quanto a do biênio 2020-2021. Em tempos de pandemia, houve queda significativa na venda de passagens, mas as companhias aéreas brasileiras não recuaram diante da crise. Por isso, elas merecem esse apoio.

Nós vamos votar contra e conclamar: a medida é urgente porque ela mata a fome também; a medida é urgente porque ela garante emprego. Sem a aviação, não há turismo internacional nem turismo nacional.

Votamos contra.

Documento 370/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-25/05/2021- 18:20
Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, relativa à instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Defesa de submissão de medidas provisórias à apreciação das respectivas Comissões Especiais.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)** - O PSOL orienta "sim", Sr. Presidente, à retirada de pauta.

Primeiro, a medida teve o seu caráter original desviado. É uma medida provisória que começa com uma ampliação dos direitos do consumidor, ao permitir reembolso de passagem aérea e mudança de data de viagem, contudo, recebeu a inclusão de um jabuti que pode levar, entre outras coisas, à privatização, à entrega para a iniciativa privada, por meio de PPP, de oito aeroportos no Estado do Amazonas.

Segundo, Sr. Presidente, achamos que esta Casa tinha que estar priorizando - como muitos disseram aqui, mas as suas ações no Parlamento não correspondem ao que disseram - o enfrentamento da fome e da pobreza. Para isso, a MP 1.039 é fundamental. Nós queremos um auxílio emergencial que dê pelo menos para pagar uma cesta básica. E 150 reais, convenhamos, Sras. e Srs. Deputados, não dá.

Por fim, gostaríamos que as medidas passassem também por Comissões, rito que entendemos ser o melhor.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 371/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-25/05/2021- 18:24
---------	--	-----------------------

Publ.: DCD - 26/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Agravamento da fome e da miséria no País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância da tributação de grandes fortunas, lucros e dividendos.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Presidente, libera a bancada nesta votação. Nós temos posições diferentes.

Eu trago aqui duas informações. Primeiro, a Fundação Getúlio Vargas nos informa que, de agosto de 2020 a fevereiro de 2021, 17,7 milhões de pessoas retornaram para abaixo da linha da pobreza.

A ampliação da fome é enorme no Brasil. Segunda informação: dobrou o número de bilionários brasileiros, que aumentaram suas fortunas em mais de 1 bilhão de dólares durante a pandemia.

Presidente, nós temos que colocar em debate o auxílio emergencial de 600 reais, acompanhado da votação do imposto sobre grandes fortunas e da volta do Imposto de Renda sobre os grandes lucros e dividendos. O Brasil precisa se mover para enfrentar esta crise que a pandemia e o Governo Bolsonaro estão nos trazendo.

---

Documento 372/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD 18:28	
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DELEGADO PABLO-PSL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### **Sumário**

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus; e às Emendas de nºs 1 a 23, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara

dos Deputados e do Senado Federal.

---

**O SR. DELEGADO PABLO** (Bloco/PSL - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Relatório da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, que altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da COVID-19.

Presidente, peço autorização de V.Exa. para passar diretamente à leitura do voto. (*Pausa.*)

Leitura do voto:

"II - Voto do Relator

II. 1 - Da Admissibilidade

II.1.1 - Do Atendimento aos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

O art. 62, *caput*, da Constituição Federal, estabelece que a relevância e a urgência são hipóteses que autorizam o Presidente da República a adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

A Medida Provisória nº 1.024, de 2020, foi editada em decorrência da continuidade das graves consequências da pandemia de coronavírus (COVID-19) para a indústria da aviação civil e para os que são usuários diretos dela. De fato, em razão da chamada 'segunda onda' da doença, que atingiu a maioria dos países e, mais especialmente, o Brasil, foram prorrogadas ou restituídas limitações a voos comerciais, domésticos e internacionais.

Devido às variantes agressivas do novo vírus, que surgiram no contexto da segunda onda, grande parte da população não retomou suas atividades normais, prolongando, em menor ou maior grau, condutas de isolamento ou distanciamento social. Diante dessa situação, a demanda brasileira por transporte aéreo de passageiros seguiu baixa e, nos primeiros meses de 2021, com destaque para fevereiro, março e abril, recuou a patamares verificados nos meses mais difíceis de 2020.

O quadro descrito, que ameaça a saúde financeira de todo um importante setor da economia, assim como o orçamento das famílias, justifica a prorrogação, pela MP 1.024/20, das medidas mitigatórias de dano contidas originalmente na MP 925/20. Consideram-se atendidos,

assim, os requisitos de relevância e urgência.

### II.1.2 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Não se verifica mácula quanto aos aspectos formais e materiais da constitucionalidade. Compete à União legislar privativamente sobre navegação aérea, trânsito e transporte (art. 22, X e XI, da CF) e, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, também sobre consumo (art. 24, V, da CF).

Além disso, a matéria tratada na MPV em análise não se insere dentre as vedações estabelecidas no art. 62, § 1º, e no art. 246 da Carta Magna. Também não viola as competências exclusivas do Congresso Nacional nem as privativas de qualquer de suas Casas, previstas nos arts. 49, 51 e 52 também da Constituição Federal.

No que tange à juridicidade, entendo que as disposições constantes da MPV são dotadas de abstração e generalidade, inovam o ordenamento jurídico e não contrariam qualquer princípio ou preceito da Lei Maior.

Por fim, a técnica legislativa empregada atende aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

Quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, considero que as de nºs 8, 21 e 22 são inconstitucionais, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, de acordo com a qual os Congressistas não podem inserir, por meio de emendas Parlamentares, matérias estranhas ao conteúdo original de MPV. Com efeito, a Emenda nº 8 se ocupa de regra aplicável à cobrança de pedágio em rodovia; a Emenda nº 21 cuida de isenção de tarifa de energia elétrica; a Emenda nº 22, por sua vez, trata do auxílio emergencial prestado a pessoas elegíveis durante a pandemia.

As demais emendas são constitucionais, jurídicas e têm boa técnica legislativa.

Sendo assim, sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, e das emendas a ela apresentadas, ressalvadas as Emendas nºs 8, 21 e 22, que considero inconstitucionais.

### II.1.3 - Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da

implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Destaca-se que o período de calamidade pública, previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, foi encerrado em 31 de dezembro de 2020. Sendo assim, volta a ser exigida a observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de todas as ações governamentais que acarretem aumento de despesa ou redução de receita.

A Exposição de Motivos EM nº 00061, de 2020, do Ministério da Infraestrutura, que acompanha a MPV 1.024/20, esclarece que as medidas propostas não implicam redução de arrecadação por parte do Governo Federal. Sob a ótica da despesa, também não vislumbramos quaisquer impactos dessa ordem no Orçamento da União. Da análise da MPV, observa-se, portanto, que esta não acarreta repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que:

i) as de nºs 1 a 21 e 23, à semelhança da MPV, não acarretam repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira;

ii) a de nº 22 garante a concessão do auxílio emergencial até 31 de outubro de 2021, no valor de R\$ 600,00. Nesse sentido, a emenda deveria estar acompanhada da estimativa de impacto e da correspondente de compensação (art. 125 e art. 126, inciso II, alínea "b", da LDO 2021). No entanto, tanto a estimativa quanto a compensação não a acompanham, fato que leva a emenda a ser considerada inadequada e incompatível orçamentária e financeiramente.

Diante das razões expostas, nosso voto é no sentido de que:

I - a Medida Provisória nº 1.024, de 2020, não acarreta repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira;

II - as emendas de nºs 1 a 21 e 23 não acarretam repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira;

III - a emenda de nº 22 não atende a legislação aplicável, sendo

considerada incompatível e inadequada orçamentária e financeiramente.

## II.2 - Do Mérito

A Medida Provisória nº 1.024, de 2020, prorroga até 31 de outubro de 2021 o prazo de vigência de regras de cancelamento e reembolso aplicáveis a viagens aéreas durante a pandemia da COVID-19, previstas no art. 3º da Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020. Originalmente, esse prazo acabaria no dia 31 de dezembro de 2020, em face da expectativa de que, nessa altura, a doença já pudesse estar sob controle. Infelizmente, no entanto, a pandemia se mostrou mais duradoura, avançando com extrema gravidade pelo ano em curso.

A piora do quadro epidemiológico brasileiro nos meses iniciais de 2021 - e, conseqüentemente, das estatísticas do setor aéreo - sucede um cenário que já era muito ruim. De acordo com a Organização da Aviação Civil Internacional - OACI, em 2020 o tráfego aéreo de passageiros diminuiu cerca de 60% em comparação com o verificado em 2019, considerando tanto viagens domésticas como internacionais. Isso, afirma a OACI, representou uma perda financeira de 370 bilhões de dólares para as empresas.

A IATA, por sua vez, apurou uma redução de quase 66% do volume de passageiros-quilômetros pagos transportados (RPK) entre suas companhias afiliadas. Abrindo o escopo das avaliações, a Organização Internacional do Turismo - UNWTO estimou em 1,3 trilhão de dólares, mundo afora, a perda de receitas com a exportação de serviços turísticos. Finalmente, para o Banco Mundial, 2020 trouxe contração da ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

No cenário brasileiro, o ano passado também foi bastante difícil para a aviação comercial. A quantidade de passageiros transportados em voos internacionais com destino ou origem no País, em 2020, foi aproximadamente 73% inferior à apurada em 2019. Em relação aos voos domésticos, a queda, no mesmo período, foi de quase 50%.

Quando se imaginava que 2021 traria números diferentes dos de 2020, eis que as infecções em território brasileiro se multiplicaram, jogando por terra o otimismo em relação à retomada da normalidade nas atividades de transporte aéreo. (...)

Em face desse contexto, não resta dúvida a respeito da necessidade de se preservarem as regras excepcionais adotadas ainda em 2020 aplicáveis a cancelamentos de voo e reembolsos de valores de passagens aéreas.



Trata-se de instrumento indispensável para assegurar o fluxo de caixa das empresas aéreas e, ao mesmo tempo, para garantir os direitos dos usuários dos serviços. Vale notar que, após a edição da MP 925/20, muitas dúvidas e discussões surgiram. Com o passar do tempo e a conversão da referida medida provisória na Lei nº 14.034, de 2020, a situação se pacificou", não havendo motivo que impeça a extensão da vigência dessas regras.

"Quanto à revogação do § 9º do art. 3º da Lei nº 14.034, de 2020, objeto do art. 2º da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, cabe dizer que esse dispositivo pretendia antecipar ao consumidor o reembolso da parcela do valor das passagens referente à tarifa aeroportuária, em caso de cancelamento do voo. Lembra-se que, ao adquirir o bilhete, o consumidor paga, no mesmo ato da compra, pelo serviço de transporte e, também, pelo uso da infraestrutura aeroportuária (tarifa de embarque). As empresas aéreas recolhem o valor total e depois repassam à administração do aeroporto o que lhe é devido.

Pois bem. Enquanto o prazo de reembolso foi estabelecido em 12 meses, o de devolução do valor tarifário pelo uso do aeroporto foi fixado em apenas 7 dias, impedindo o processamento adequado das solicitações e criando, para as empresas aéreas, procedimentos díspares de reembolso, que geram custo adicional e induzem a erros. (...)

Com respeito às emendas, cabe acentuar as que propuseram a ampliação do prazo de vigência das regras de cancelamento e reembolso aplicáveis a viagens aéreas durante a pandemia da COVID-19, de 31 de outubro de 2021, conforme estabelecido na MP, para 31 de dezembro de 2021. De fato, quando da publicação da medida provisória em exame, ainda em dezembro de 2020, não se previa tal piora do quadro epidemiológico (...). É razoável, portanto, que se prorroguem as medidas excepcionais até o fim deste ano (...).

Resta assinalar que, na condução dos trabalhos desta relatoria, recebemos sugestão, do Ministério da Infraestrutura, de inclusão no texto do PLV de autorização legislativa para a contratação de parceria público-privada para a administração de alguns aeroportos no Estado do Amazonas, todos eles qualificados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) como prioritários para investimentos nacionais e também já incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND), nos termos do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021. Eis os aeroportos: Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea, e Maués.

A autorização legislativa é necessária nesse caso, posto que a modelagem econômico-financeira elaborada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) recomenda que se adote a modalidade de

concessão patrocinada, na qual pelo menos 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado advém de contraprestação pecuniária da administração pública (...).

As infraestruturas aeroportuárias em caso, além de atenderem à demanda local por transporte aéreo, exercem uma função social vital para a região, que carece de infraestrutura de acesso, em virtude, inclusive, de suas características geográficas, como a dimensão dos Municípios, baixa densidade demográfica e vasta ocupação territorial pela floresta Amazônica. A concessão patrocinada permitirá a realização de investimentos (...) e manutenção desses pequenos aeroportos regionais. Sem tal providência, Estado e Municípios continuarão a lidar com a difícil tarefa de estruturar projetos de adequação e expansão de tais aeroportos, sem os quais não conseguem obter recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.

Tendo em vista a relação da proposta com o tema desta MPV - aviação civil -, considero pertinente a sugestão apresentada, incorporando-a ao projeto de lei de conversão.

Acolho, também, sugestão que nos foi encaminhada no intuito de aperfeiçoar a redação do §3º do art. 3º da Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020, de modo a tornar claro que o reembolso dos créditos devidos ao consumidor que desistir da passagem com antecedência superior a 7 dias em relação à data de embarque, na forma como já dispõe o referido dispositivo, deve ser efetuado pelo transportador aéreo.

Sob a mesma inteligência, faz-se oportuna a alteração proposta para o §7º do mencionado art. 3º, no sentido de expressamente reconhecer que o direito ao reembolso, ao crédito, à acomodação ou à remarcação será negociado entre o consumidor e o transportador aéreo.

A mudança se justifica em razão de que o novo contexto introduzido pela Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020, vem sendo equivocadamente interpretado (...) e tem dado ensejo a prorrogações inadvertidas dos prazos habituais de solicitação de *chargebacks* ou cancelamento, de forma dissociada da intenção que norteou a dicção do §3º do art. 3º da referida lei.

De fato, as passagens aéreas são geralmente comercializadas por meio de um cartão de crédito e, com isso, adiciona-se um elemento a mais de complexidade na relação consumidor-transportador. No sistema de *chargeback*, em eventual disputa de cobrança entre o titular do cartão de crédito e o estabelecimento comercial (...), normalmente o estabelecimento autoriza o débito do valor da transação diretamente de seus recebimentos futuros, caso tenha e somente se houver tais

recebíveis em sua agenda financeira futura, mantida junto à credenciadora do cartão de crédito.

No caso concreto, a adoção desse procedimento nas hipóteses previstas no §3º do art. 3º da Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020, tem potencializado um risco que não era intencionado quando da edição do referido dispositivo, materializado na prorrogação desproporcional dos prazos dos *chargebacks*. Importante notar que, inexistindo recebíveis na agenda financeira do estabelecimento comercial (...), a instituição credenciadora arcará com os eventuais prejuízos em sua integralidade.

Desse modo, o que se pretende com a alteração inserida é, tão somente, tornar bem definidas as responsabilidades contratuais que permeiam a formação do novo negócio jurídico (...).

O objetivo, portanto, é melhor delinear a intenção já consubstanciada no texto atualmente vigente e conferir maior segurança jurídica a essas relações, de modo que a crise imposta pela pandemia seja plenamente resolvida de forma satisfatória entre consumidores e companhias aéreas, sem impactos para terceiros, incluindo o Poder Judiciário.

Finalmente, o Ministério da Infraestrutura e a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA sugeriram a este Relator que o texto do PLV possibilitasse às concessionárias de aeroportos antecipar o pagamento das Contribuições Fixas ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. Tais contribuições são previstas em contrato e correspondem a parcelas anuais do valor total da outorga, já definido no leilão.

De acordo com os proponentes, a atual taxa de câmbio é muito favorável aos investidores estrangeiros, qualificação dos principais acionistas das sociedades (...) que controlam aeroportos sob concessão. Ora, sendo permitida a antecipação das contribuições, esses investidores podem tomar recursos a baixo custo no exterior e internalizá-los para a quitação das obrigações vincendas com a União, em reais.

Essa estratégia legal permitiria um alívio no fluxo de caixa das concessões aeroportuárias e proporcionaria ao Governo Federal uma receita extraordinária de aproximadamente R\$ 8 bilhões em 2021, via FNAC - Fundo Nacional de Aviação Civil, com provável redução de R\$ 1,1 bilhão da receita ordinária nos próximos 2 anos. O balanço, portanto, seria extremamente favorável, tanto mais se for considerado o aumento recente de despesas com o combate aos efeitos da pandemia. Não se pode esquecer, ainda, que a União teria um ganho considerável pela redução de risco de não recebimento desses valores a serem antecipados, pois o setor atravessa gravíssima crise, não se

sabendo ao certo quando haverá a esperada recuperação do movimento no transporte aéreo.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.024, de 2020;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 8, 21 e 22, consideradas inconstitucionais;

c) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas de nº 1 a 21 e da Emenda nº 23;

c.2) pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 22;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, e das Emendas nºs 1, 9, 10 e 19, acolhidas parcial ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo;

d.2) pela rejeição das demais emendas."

É o voto, Sr. Presidente.

---

Documento 373/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	25/05/2021-18:48
	- CD	
Publ.: DCD - 26/05/2021	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM DE
		QUESTÃO DE
		ORDEM

---

### **Sumário**

Questão de ordem sobre o acatamento, pelo Relator Delegado Pablo, de emendas incompatíveis com o texto da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo

de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. (Arts. 2º e 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021, da Medida Provisória nº 1.024, de 2020).

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, conforme autoriza o art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, eu apresento questão de ordem com o amparo no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Art.

4º.....

*§ 4º É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar.*

Com fundamento, principalmente, na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consubstanciada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, o entendimento é o seguinte:

*1. Viola a Constituição da República, notadamente o princípio democrático e o devido processo legislativo (...), a prática da inserção, mediante emenda parlamentar no processo legislativo de conversão de medida provisória em lei, de matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória.*

Presidente, violam o devido processo legislativo emendas estranhas ao conteúdo original das medidas provisórias. Este é o entendimento da Suprema Corte no julgamento da ADI 5.127.

Apresento esta questão de ordem, porque os arts. 2º e 3º do projeto de lei de conversão extrapolam o conteúdo original da Medida Provisória nº 1.024.

Sr. Presidente, o texto original da Medida Provisória nº 1.024 trata apenas e tão somente de reembolso do valor da passagem aérea em razão do cancelamento de voo. Já os referidos artigos tratam respectivamente de parceria público-privada para a concessão de aeroportos no Estado do Amazonas e de antecipação de pagamento à União, nos contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária federal. Portanto, trata-se de temas totalmente diferentes do que propõe a medida provisória.

Como se vê, as duas emendas são completamente estranhas ao conteúdo original da Medida Provisória nº 1.024, em total descumprimento da jurisprudência do Supremo Tribunal.

A lição do STF, vale dizer, tem o significado de não apenas ampliar, mas

sobretudo de robustecer e legitimar o necessário controle de constitucionalidade preventivo, que deve ser observado pelas diversas instâncias do Poder Legislativo: Presidentes, Comissões e Plenário.

Concluindo, Sr. Presidente, é preciso evitar a já demasiada judicialização do processo legislativo. Por que contemporizar com a prática proibida pelo estatuto da medida provisória? Renunciar às prerrogativas regimentais e constitucionais do controle preventivo da constitucionalidade das leis não se coaduna com o juramento de manter, defender e cumprir a Constituição, muito menos com a atribuição intrínseca ao Presidente de cumprir e de fazer cumprir o Regimento. Ademais, a contenção preventiva é evidente afronta à Constituição.

É esta a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

---

Documento 374/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	18:56
Publ.: DCD - 26/05/2021 - CARLOS VERAS-PT -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Defesa de discussão, pela Casa, do restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e da vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19.

---

**O SR. CARLOS VERAS (PT - PE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta o voto "sim" ao adiamento da votação desta medida provisória por conta, inclusive, do relatório apresentado aqui pelo Relator. O relatório está cheio de jabutis, cheio de problemas, até mesmo problemas de privatizações. Este não é o teor principal desta medida provisória.

Pelo tempo, pela hora, pelo momento que vive o Brasil, nós tínhamos que estar votando ou discutindo aqui a medida provisória do auxílio emergencial, os 600 reais de auxílio emergencial para quem está passando fome. São 125 milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome.

Vamos votar aqui a medida provisória do auxílio emergencial! Vamos

levar uma renda mínima para o conjunto dessas pessoas!

Nós tínhamos que estar aqui discutindo medidas urgentes para garantir a vacinação de todos. Agora é hora de vacina no braço e de comida no prato.

O PT vota "sim".

---

Documento 375/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD 18:56
Publ.: DCD - 26/05/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Defesa de investigação pela CPI da Covid-19 da aplicação, pelos Estados e Municípios, de recursos federais destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "não", Sr. Presidente.

Nós temos a consciência de que o Brasil precisa avançar e de que precisamos socorrer os setores que tanto sofreram em decorrência da pandemia.

Nós acreditamos que o Governo está no caminho certo. O Governo colocou 32 bilhões de reais para os Estados e os Municípios. Há Municípios aqui no Rio Grande do Sul que receberam 600 mil reais para lidar com a COVID, mas gastaram 18 mil reais em saúde. O resto foi para a folha de pagamentos, para pagar aos funcionários, enfim, não foi usado para a saúde. Eles não se prepararam para a saúde, mas o Governo fez a sua parte.

Agora, eu espero que a CPI também investigue onde foi parar esse dinheiro. Isso é muito importante. Espero que esta não seja a CPI da cloroquina. Nós precisamos de uma CPI que fale a verdade e mostre onde está a corrupção no Brasil.

O PL orienta o voto "não".

Documento 376/438

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 25/05/2021-19:04  
 Publ.: DCD - ARTHUR LIRA (PRESIDENTE)-PP -AL  
 26/05/2021 -  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

### *Sumário*

Decisão da Presidência sobre a questão de ordem suscitada pelo Deputado Pompeo de Mattos, a respeito da retirada dos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021, da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, relativa à alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Pompeo de Mattos, a Mesa defere a questão de ordem de V.Exa. no que pertine ao art. 2º e a indefere com relação ao art. 3º, que a SGM entende ser pertinente ao tema. Com relação ao art. 2º, V.Exa. tem razão, e ele será excluído da medida provisória.

Documento 377/438

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - CD -25/05/2021-19:08  
 Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, relativa à instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da proposta governamental de reforma administrativa.

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta o voto "sim", especialmente porque, neste momento, nós entendemos que a prioridade deste Parlamento deveria ser garantir um auxílio emergencial digno para o povo brasileiro. Isso significa pautar a MP 1.039, que, infelizmente, não é prioridade para o Governo, não é prioridade para os Deputados e as Deputadas desta Casa - pelo menos, para a maioria deles. Aliás, hoje, infelizmente aprovaram na CCJ a reforma administrativa, que destrói os serviços públicos neste momento.

Portanto, o PSOL mantém a proposta de adiamento da discussão da matéria.

Muito obrigada.

---

Documento 378/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD 19:20
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Presidente, de fato nós somos a favor da matéria, porque ela protege o cidadão comum, que, como eu disse agora há pouco, compra a sua passagem aérea e precisa aproveitá-la sem perder o seu dinheiro, podendo inclusive ser reembolsado ou remarcará-la para outro período.

Agora, nós não poderíamos aceitar - e V.Exa. já fez a correção - que se mantivesse um jabuti nessa medida provisória, algo que não tem nada a ver com a matéria. O que acontece hoje na maioria dos aeroportos do Brasil? Os governos constroem os aeroportos, e as prefeituras fazem a manutenção. E fazem isso sem nenhum dinheiro do Governo Federal. O que trazia o Relator? Trazia uma ajuda financeira do Governo Federal que poderia financiar a iniciativa privada em até 70% do custo, dinheiro que sairia da União. Aí eu pergunto: por que o Governo Federal não daria esse mesmo apoio às prefeituras hoje?

Hoje as prefeituras do interior do Brasil, especialmente da Amazônia brasileira, têm dificuldade, sim, de manter os seus pequenos aeroportos, de manter os seus aeródromos. Então, é muito importante que o Governo Federal ajude essas prefeituras. Agora, não precisa, necessariamente, o Governo negar esse recurso às prefeituras e botar na mão de uma empresa privada. Quando se consegue tirar isso, a medida provisória fica uma parte em que podemos manter o apoio ao cidadão comum que comprou uma passagem aérea, mas também podemos manter o apoio às empresas aéreas, como nós fizemos aqui.

Nós sempre tivemos a preocupação de não deixar as empresas aéreas quebrarem, mas elas precisam fazer a parte delas. Elas estão cancelando voos no Brasil inteiro, inclusive voos que chegavam lotados em Brasília.

Para que um cidadão do Acre vá ao Amazonas, ele tem que pegar um voo de Cruzeiro do Sul ou de Rio Branco, vir para Brasília, às vezes tem que dormir no aeroporto porque ele não tem para pagar um hotel, e só no dia seguinte seguir para o Amazonas. Então, é preciso retomar o debate sobre a aviação regional. É preciso retomar o debate sobre os voos regionais.

Nós não precisamos que o aeroporto de Brasília faça conexão de voos dentro da Amazônia brasileira, porque isso é desconhecer a realidade da aviação naquela região, na Região Norte do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 379/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021 - CD	19:24
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Redução da pobreza no Brasil e no Panamá durante a epidemia de coronavírus, segundo matéria divulgada pela rede BBC de Londres, Inglaterra.

---

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Lira. É uma satisfação! É muito bom estar

aqui nesta sessão.

Sou totalmente favorável. E sinceramente não vejo sentido nem motivo para ser contra esta MP. Mas a Esquerda, como é contra tudo e a favor de nada, quanto pior melhor; é contra tudo. É impressionante! E também dá para notar que têm surgido Deputados sofomaníacos, a todo momento, o que é bastante interessante. Mas o bom senso é liberar.

E o que mais esta medida provisória beneficia, em meu ponto de vista, não são as empresas, são os próprios consumidores, os clientes. Imagine que, quando se comprava uma passagem sem transferir, era muito difícil ter o reembolso. Isso antes da pandemia. Então, não tem por que não aprová-la.

Eu acho interessante. Inclusive a Deputada que me antecedeu tem que dirigir à ANAC. Ela entende tudo de aviação no Brasil! Ela sabe quais são os melhores destinos, as conexões. É impressionante! Tendo que ser contra, vale tudo! E não é assim que se faz uma oposição de respeito. Temos que pensar o melhor para o Brasil, o melhor para as empresas e também o melhor para os consumidores, que eu vejo como os grandes beneficiários desta MP.

E aproveito também para responder a um Deputado da Oposição que disse que a pobreza está imperando no Brasil durante a pandemia. Então, atenção, Srs. Deputados da Oposição: durante a pandemia, segundo a BBC de Londres - essa fonte é inglesa, quero que pesquisem, porque é uma empresa altamente reconhecida no mundo em divulgação, de fidelidade e credibilidade máximas -, na América Latina, o Brasil e o Panamá reduziram a pobreza nos seus países - Brasil e Panamá, entendam bem.

De novo: a BBC de Londres, que tem credibilidade, diz que o Brasil e o Panamá, durante a pandemia, foram os únicos países da América Latina que reduziram a pobreza! E ainda mais, nós éramos o quinto país que mais vacinava, agora somos o quarto. Estamos no quarto lugar. Teve dia que tivemos 5 mil mortos, nessa época, em maio, e ontem ficamos na faixa dos 700 mortos. É bastante ainda, mas é muito menos do que os urubus de plantão pregam para tentar combater o Governo, esquecendo-se da saúde do povo brasileiro.

Queremos o melhor para o Brasil!

Grato, Presidente.

---

### *Sumário*

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Obsessão do bolsonarismo pela mentira. Atraso do Brasil na vacinação contra a Covid-19.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente.

Nós somos favoráveis, evidentemente, à prorrogação de prazo para que haja o reembolso de passagens não utilizadas. A nossa contrariedade, que sustentamos até há poucos minutos, dava-se em torno da inclusão de medidas estranhas ao tipo de medida provisória que estávamos debatendo. Queremos, aliás, reforçar essa visão de que os assuntos não podem se embaralhar em medidas provisórias.

Mas é impressionante, Presidente, como o Bolsonarismo tem uma obsessão pela mentira. Ele foi construído, Líder, Deputado Bacelar, em cima de uma rede de *fake news* muito poderosa, uma espécie de instrumentalização muito poderosa do mundo da mentira, da construção de uma realidade paralela, Deputada Erika Kokay. Veja que o Parlamentar que me antecedeu insiste em dizer que o Brasil seria o quarto país do mundo que mais vacinou. Qualquer pessoa medianamente informada sobre o desafio de vacinar uma população sabe que o que conta é o percentual da população que foi vacinada, porque é isso que dá cobertura real a uma população contra uma pandemia, contra um vírus, como o coronavírus.

E nesse quesito, dados atualizados de hoje, o Brasil precisa aplicar 322 milhões de doses de vacinas em 130 dias, Deputado Danilo Cabral. O Brasil aplicou apenas 63 milhões e 475 mil doses, ou seja, faltam 258 milhões e 524 mil doses para o Brasil chegar ao objetivo de vacinação da população. E a média no Brasil - esse Brasil de Bolsonaro, de Bolsonaro negacionista, que não comprou as vacinas quando tinha que comprar -, a média que hoje se aplica no País é de apenas 684 mil vacinas por dia. Nessa média, Deputado Danilo Cabral, o Brasil vai demorar mais 377 dias para vacinar a população.

E nós temos que aguentar as *fake news* de Deputados que querem construir uma realidade paralela quando o povo está percebendo que faltam vacinas. Muitos não conseguem a segunda dose. Outros, com

59 anos, estão aguardando até agora, depois de 130 dias, e não conseguem se vacinar. E o Brasil é o 63º país mais atrasado na vacinação.

Documento 381/438

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BACELAR-PODE -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

### *Sumário*

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

**O SR. BACELAR** (Bloco/PODE - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu poderia até dispensar a minha fala porque o assunto já foi amplamente debatido. Mas, como o nobre Deputado Henrique Fontana trouxe aqui novamente a grave crise por falta de vacinas, o genocídio que ocorre neste País pela falta de vacinas, eu queria lembrar que as empresas aéreas brasileiras estão transportando, gratuitamente, desde o início da crise, profissionais de saúde que trabalham no enfrentamento da pandemia. E também foram transportados, sem custos, equipamentos como respiradores e EPIs para diversas cidades do País. Desde a chegada das primeiras vacinas, as empresas aéreas estão transportando as vacinas gratuitamente por todo o País, mostrando um compromisso social.

Vamos votar a medida provisória, que é urgente, senão ela vai caducar. E ela ainda deve ser apreciada pelo Senado Federal.

Obrigado, Deputado Arthur Lira, nosso Presidente.

Documento 382/438

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD	19:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO



## **Sumário**

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Obviamente, nós somos favoráveis à prorrogação do prazo no que diz respeito à possibilidade de reembolso, à possibilidade de crédito, de acomodação. É um direito dos consumidores que nós tenhamos assegurado este processo, para que se possa fazer justiça e para que os consumidores não sejam penalizados.

Agora, é importante atentar ao fato de que o Governo não calculou e não pensou que essa pandemia poderia se arrastar. E não pensou porque nega a ciência, nega todas as evidências, nega a própria verdade. Os fatos são açoitados todos os dias pelo Governo e por seus áulicos dentro do Parlamento. Os fatos são açoitados.

Dizer que o Brasil diminuiu a desigualdade social? Nós temos 19 milhões de brasileiros e brasileiras que estão passando fome, nós temos mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras que estão em insegurança alimentar, nós temos desemprego recorde no Brasil, nós temos uma parcela imensa de trabalhadores que está na informalidade. Nós, portanto, estamos vivenciando um caos, um caos que poderia ser evitado, porque essa crise é provocada em grande medida por uma intenção do Presidente da República de fazer a imunidade de rebanho por contágio, ou seja, levar milhões de brasileiros e brasileiras à morte. Nós temos 450 mil brasileiros e brasileiras que se foram. Todas e todos nós temos alguém de quem nós gostamos que já não está mais entre nós, com a responsabilidade que tem o genocida que ostenta hoje uma faixa presidencial.

Além disso, nós temos o acinte de um Governo que sai a passear de moto como se o Brasil não vivesse a crise que está vivenciando. E o Ministro das Comunicações falou: "*Olha, a CPI queria que o Bolsonaro trouxesse 70 milhões de vacinas da Pfizer*", o que poderia ter salvado muitas vidas, "*mas o Governo vai trazer mais de 200 milhões*", depois de mais de 400 mil pessoas mortas, que poderiam estar vivas se o Governo não tivesse menosprezado a vacina em função da origem chinesa ou não tivesse desprezado as vacinas da Pfizer!

Esse é um Governo assassino, que assassina de várias formas e busca assassinar a própria democracia; é um Governo que está enfrentando inclusive o Estatuto dos Militares; é um Governo que acha que o Estado lhe pertence e busca aprovar uma reforma administrativa que deforma o Estado de proteção social, para que o Estado lhe sirva e

não sirva ao povo brasileiro.

Nós votamos "sim", em protesto inclusive ao que o Governo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 383/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021 - CD	20:00
Publ.: DCD - 26/05/2021 - VIVI REIS-PSOL -PA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa.

---

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "sim". Nós precisamos discutir esse assunto melhor. Inclusive, pedimos a retirada dos arts. 3º e 4º. Ainda há muito debate a ser feito.

Eu queria aproveitar o tempo para expressar o nosso repúdio à aprovação da PEC 32 hoje na CCJ. É um verdadeiro absurdo o que está acontecendo aqui, esse ataque aos trabalhadores e trabalhadoras, aos servidores públicos, a esses que estão hoje na linha de frente no combate à COVID-19, a esses que estão lutando para garantir o futuro do Brasil, inclusive a muitos jovens que estão na universidade e querem ter oportunidade da estabilidade de um concurso público.

Então, deixo aqui também registrado o nosso repúdio à aprovação hoje da PEC 32 na CCJ.

---

Documento 384/438

---

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021-  
CD 20:24  
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Registro de voto da oradora nas últimas votações. Apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de votação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, sobre o reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e o estabelecimento das diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

---

**A SRA. PAULA BELMONTE** (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Cidadania orienta o voto "sim".

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que eu orientei as duas últimas votações, mas, infelizmente, não votei aqui. Então, quero deixar claro que estou votando com o partido, conforme a minha orientação.

Também quero aproveitar esses minutos que me restam para pedir que o Senado coloque em pauta o Projeto de Lei nº 5.595. Nós precisamos colocar as nossas crianças dentro da sala de aula. É muito importante!

Presidente, houve um aumento da violência doméstica e do abuso sexual. As nossas crianças estão com os abusadores e violentadores. A escola, além de um espaço educacional, é um espaço de segurança.

Por isso, nós fazemos um apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco para que coloque o PL 5.595 em pauta.

---

Documento 385/438

---

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021-  
CD 21:32  
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*



Alcance da marca de 452 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Descaso e irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da doença. Saturação de leitos de UTIs nas unidades de saúde do País. Recusa da aquisição de vacinas pelo Presidente da República. Contradições e inverdades dos depoimentos prestados à CPI da Covid pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, e pela Secretária da Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde, do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro. Defesa de demissão da Secretária Mayra Pinheiro. Imediata distribuição, pelo Ministério da Saúde, de testes de coronavírus aos Estados e Municípios. Defesa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.865, de 2021, sobre a inclusão de gestantes, puérperas e lactantes de até dois anos na lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização; e do Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, sobre a alteração do art. 71 da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à emissão de licença compulsória nos casos de declaração de emergência de saúde pública. (quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19)

---

**O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero usar esta tribuna a pedido do Líder Elvino Bohn Gass. Não é à toa que o Líder pede para que um Parlamentar médico, da área da saúde, faça uso do tempo de Liderança neste momento, porque a tragédia interminável que vive o País é de proporções cada vez maiores.

Sr. Presidente, hoje temos 452 mil mortes confirmadas pela COVID-19 no Brasil. Mais uma vez, houve mais de 2 mil mortes diárias. Eu queria falar de outros números, Presidente. O Brasil está na posição abaixo da 70 na proporção de população vacinada para COVID-19, ou seja, há 70 países com percentuais de população vacinada maiores do que o Brasil. Na última pandemia, a do vírus H1N1 - eu era Ministro do Presidente Lula à época -, o Brasil liderou a vacinação, sendo o País que, proporcionalmente e em números absolutos, mais vacinou em sistemas nacionais públicos no mundo.

Mas não quero falar só de números. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que cada um dos Deputados e Deputadas que estão participando desta sessão sabem da pressão que está acontecendo nos seus Municípios, nas suas regiões, a respeito da lotação dos leitos de UTI. No meu Estado, São Paulo - embora a divulgação seja de que há em torno de 90% dos leitos de UTI ocupados, teoricamente haveria 10% de leitos a serem ocupados -, em todas as regiões, nós temos filas de dezenas e mais dezenas de pessoas que estão esperando há 4 dias, 5 dias, 2 semanas por um leito de UTI no setor público e no setor privado.

Sr. Presidente, eu estou Deputado, mas continuo como médico, junto

com os meus alunos, atendendo na periferia de São Paulo e na periferia de Campinas. Sei que esse sofrimento não são apenas números. É o sofrimento diário dos profissionais de saúde. Diante dessa tragédia, diante desse sofrimento, Sr. Presidente, o que nos provoca profunda indignação é o espetáculo cruel, macabro, que nós vimos no último domingo de aglomeração provocada pelo Presidente da República à custa de dinheiro público. Meio milhão de reais foram gastos só para a escolta de motos da Polícia Militar naquele festival de aglomeração, um covidário, no País.

Quantos *kits* intubação, quantos medicamentos e quantas vacinas não poderiam ser comprados com esse espetáculo de gasto público, Presidente? E, nessa situação, o que nós vimos, junto com o Presidente da República, foi o ex-Ministro, chamado general da ativa, que foi ativo para blindar e mentir na CPI, mas passivo para comprar vacinas para o povo brasileiro, Sr. Presidente.

Esta Câmara dos Deputados presenciou várias reuniões da Comissão Especial da COVID-19 com produtores de vacinas e o Ministério da Saúde, no ano passado, quando foi oferecido o total de 700 milhões de doses de vacinas, para serem firmados contratos com o Ministério da Saúde. E o Governo Federal ignorou esse volume total de vacinas, Sr. Presidente.

Se nós temos um ex-Ministro, que se diz general da ativa, para fazer aglomeração com o Presidente da República e cometer crime sanitário, mas que foi passivo para comprar vacina, tivemos hoje um espetáculo na CPI com o terceiro componente dessa tríade do negacionismo, a Capitã Cloroquina, atual secretária no Ministério da Saúde, dirigente no Ministério da Saúde. Ela ocupou a tribuna de uma Comissão Parlamentar de Inquérito hoje para mentir, e mentir de forma compulsiva. Houve contradições atrás de contradições.

Eu publiquei na minha rede social, por exemplo, Sr. Presidente, um ofício que comprova que essa secretária não só estimulou, mas disse que era inadmissível a cidade de Manaus não usar cloroquina, um medicamento sem eficácia nenhuma, Sr. Presidente. Ela mentiu! Está lá publicado o ofício do dia 7 de janeiro.

O depoimento de hoje demonstrou como a secretária cometeu ato de improbidade, segundo a CONITEC e a Lei de Improbidade, ao adotar uma nota de orientação de medicamento sem passar pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, com um medicamento que não tem estudo de eficácia; ao contrariar a sociedade de especialistas; ao estabelecer e criar um aplicativo que induzia o uso desse medicamento; ao desconhecer ou negar o próprio parecer do Conselho Federal de Medicina, que diz que esse medicamento, se for usado, se o médico decidir usá-lo, precisa de um

termo de consentimento livre e esclarecido. O Ministério da Saúde, em nenhum momento, foi atrás de estabelecer uma parceria para ver se esses termos estão sendo feitos. Pelo contrário, negou a própria CONITEC, comissão criada por este Congresso para definir a incorporação do SUS.

No mês que passou, a CONITEC reuniu-se e disse não ao uso da cloroquina, não ao uso de tratamento precoce. Essa senhora faz parte da CONITEC, e ela foi derrotada lá. Mesmo assim, hoje, usou o depoimento para fazer propaganda de medicamento não eficaz.

Quero dirigir as minhas palavras ao Sr. Ministro Marcelo Queiroga. Sr. Ministro, alguém que mente compulsivamente, como ela mentiu hoje na CPI, não pode continuar na administração pública. O senhor tem que demiti-la! Se o Exército não colocou o General "Cara de Pauzuello" na reserva, o senhor, Ministro da Saúde, coloque a Capitã Cloroquina na reserva! Demita-a! Alguém que mentiu compulsivamente hoje, na CPI, não pode continuar na administração pública. Ela vai mentir para o senhor, se ainda não mentiu. Demita-a! Ela mostrou certo convencimento da sua tese hoje para a distribuição de medicamento que não tem eficácia. Está convencida disso. As pessoas, quando estão convencidas de forma compulsiva, começam a ver coisas que não existem.

O senhor, Ministro, soube o que ela viu na frente da FIOCRUZ? A FIOCRUZ hoje fez aniversário, são 121 anos. E essa senhora, que está no Ministério da Saúde, viu coisas na fachada e na frente da FIOCRUZ que ninguém viu nesses 121 anos de existência da instituição. Alguém com esse perfil não pode continuar no Ministério da Saúde.

E nós queremos, com urgência, Sr. Ministro, que sejam distribuídos os testes que estão encaixados no Ministério da Saúde. Nós denunciemos que, no dia 26 de novembro, a Organização Pan-Americana da Saúde ofereceu milhões de testes ao Ministério da Saúde - em 26 de novembro! O ex-Ministro "Cara de Pauzuello" não os aceitou, não os contratou, e esses testes só chegaram agora, no dia 11 de maio. E estão parados! Ficaram parados até a denúncia que nós fizemos, na sexta-feira, quando Estados e Municípios estão precisando de testes. O povo está precisando de testes, Sr. Ministro. Pessoas que estão nos acompanhando querem fazer os testes e não conseguem, têm que pagar por eles, comprá-los numa farmácia. A cepa indiana já é encontrada no País. Nós precisamos da distribuição imediata desses testes, como nós precisamos acelerar a vacinação.

Temos que aprovar aqui, Sr. Presidente, o direito à prioridade de vacinação das lactantes. Com uma dose de vacina, nós podemos proteger duas pessoas. Com a dose completa, vamos proteger a mãe e a criança. Para isso, apresentamos o Projeto de Lei nº 1.865, de 2021,

que precisa ser votado de imediato na Câmara dos Deputados. Vamos aprovar o direito das lactantes de serem vacinadas com prioridade contra a COVID-19.

Além disso, nós temos que apoiar a suspensão das patentes, Sr. Presidente, prevista no Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, que, desde maio, tem requerimento de urgência. O atual Presidente da Câmara assinou o requerimento de urgência. Temos que votar esse projeto. O mundo todo, inclusive os países mais ricos, que detêm a maior parte das patentes, está defendendo a suspensão das patentes de vacinas da COVID-19. Os Estados Unidos e a China defendem isso. O G-20 reuniu-se e defendeu essa posição. O Brasil vai continuar no isolamento, sendo pária internacional? Precisamos aprovar a suspensão das patentes o mais rapidamente possível.

E a CPI tem agora a possibilidade de pegar documentos que comprovem as mentiras contadas por "Pauzuello" e pela Capitã Cloroquina, Sr. Presidente.

---

Documento 386/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-25/05/2021- 22:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DELEGADO PABLO-PSL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Parlamentares pela votação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. DELEGADO PABLO** (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Excelência, quero agradecer-lhe pela Presidência dos trabalhos, nesta Casa, e aos nossos pares pela votação desta medida provisória, um vitória para todos os brasileiros.

Há muito tempo, Excelência, voar já é algo a que todos os brasileiros têm acesso. Esta medida provisória está garantindo que essa possibilidade de voar seja mantida mesmo em tempo de pandemia; e, caso ela não aconteça, que o consumidor não saia prejudicado, possa receber seu reembolso, possa remarcar o voo. E, ao mesmo tempo, garante que o setor aéreo também não saia prejudicado com a pandemia, receba um fôlego no sentido de poder remarcar as passagens aéreas, de poder pagar pelos voos que não foram

realizados em período razoável.

Além disso, Presidente, tivemos a felicidade de colocar, nesta medida provisória, um ganho para o Governo e para os brasileiros, que é a antecipação do valor das concessões, das concessionárias de terminais aeroportuários do Brasil. Haverá um incremento na casa de 8 bilhões de reais só com esta medida, o que, neste tempo de dificuldade de arrecadação por que nós passamos agora, é importantíssimo.

Além disso, Presidente, vamos reduzir o risco de inadimplência das concessionárias e fortalecer a nossa companhia mais forte do setor aéreo, a INFRAERO, que amanhã, com certeza, terá suas ações mais valorizadas com a aprovação, aqui na Câmara dos Deputados, desta medida.

Muito obrigado, Presidente.

Vitória para o povo brasileiro!

---

Documento 387/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	22:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desestruturação de pilares do Estado brasileiro pela reforma administrativa. Protesto contra a prioridade concedida na votação da Medida Provisória nº 1.029, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.475, de 2017, relativa ao exercício da profissão de tripulante de aeronave, em relação à Medida Provisória nº 1.039, de 2021, acerca da instituição do novo auxílio emergencial. Indignação da oradora com a alteração de preceitos regimentais em detrimento da Minoria. Protesto contra o atraso no início da sessão e a votação de medida provisória de forma atropelada. Não realização de reunião de Líderes partidários para decisão sobre a composição da pauta, especialmente quanto a requerimentos de urgência. Exiguidade do tempo entre a divulgação da pauta e a sua votação,

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.)** - Obrigada, Presidente.

Inicialmente, no meu tempo de Liderança, eu pensava em tratar do assunto que mobilizou a nossa manhã nesta Casa: o desmonte, mais uma vez, de elementos estruturais do Estado brasileiro com a reforma

administrativa. Eu queria tratar do desmonte do já frágil Estado Democrático Direito, que está casado com o alargamento do Estado penal. Mas vou deixar para falar disso em outro momento, embora seja um tema muito importante, porque estou provocada, convocada a tratar da democracia nesta Casa, que, aliás, não está descolada inclusive do que são as pautas penais e as pautas antipovo no que se refere aos direitos sociais.

É inacreditável! A medida provisória que vai entrar agora em votação e vai adentrar a madrugada - porque nós vamos ficar aqui madrugada afora, e não temos problema com isso - vence, segundo a assessoria me informou, no dia 10 de junho. Existem várias outras medidas provisórias, inclusive a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, que trata do auxílio emergencial e que, no meu ponto de vista, tem uma urgência muito maior para o Brasil, na maior crise sanitária que já vivemos, num Brasil de crise econômica, do que essa matéria, que traz graves problemas para o País e também para os trabalhadores aeroviários.

Não dá! Esta Casa está atropelando a minoria. É bom lembrar, Sr. Presidente, que quem foi minoria um dia pode ser maioria outro dia. A democracia pressupõe pluralidade. O Parlamento pressupõe diversidade de ideias. Quando a condução de quem está presidindo ou fazendo a gestão do Parlamento é autoritária, ela pode se virar, em algum momento, contra esta antiga maioria.

Nós estamos vivendo aqui várias situações - a de hoje não é a única - dos cenários antidemocráticos desse período. É preciso que o Presidente Arthur Lira responda sobre isso, quando se sentar nessa cadeira novamente: estão se aproveitando da pandemia e do sistema remoto de votação para atropelar a minoria. Não é possível que, madrugada afora, haja 500 Deputados colocando o seu voto ali. Não é possível! Sabemos que não é possível.

Não é possível, Sr. Presidente, haver mudanças regimentais de ocasião, tentando cercear o que é a atual minoria, mudando as regras do jogo durante a partida.

Não é possível, Sr. Presidente, haver 3 horas de atraso para começar uma sessão, e sair votando, de maneira atropelada, matérias que não têm urgência e que têm várias divergências de mérito, vários problemas de mérito.

Não é possível, Sr. Presidente, que tenhamos 2 semanas sem reuniões de Líderes e que entrem toda hora na pauta urgências que não foram conversadas com o conjunto da oposição.

Não é possível, Sr. Presidente, que a pauta para votação saia sistematicamente às 20 horas de uma segunda-feira para que seja

votada na terça de manhã. Isso tem acontecido sistematicamente. Eu não estou falando só das Deputadas e dos Deputados de oposição, estou falando das assessorias, que, além de ficar madrugada afora, têm que ficar que nem desesperados para conseguir apresentar subsídios para podermos votar mais ou menos sabendo o que é - e, às vezes, o relatório vem modificado. Temos que votar, 10 minutos depois, um relatório que mudou na mesma hora. Isso não é razoável.

Não falo aqui, bem sinceramente, contra a sua pessoa, Sr. Presidente, mas este método trator está inviabilizando a democracia nesta Casa. É inaceitável o que está acontecendo hoje e o que tem acontecido sistematicamente.

---

Documento 388/438

---

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	22:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Votação e aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Alerta aos Parlamentares sobre a votação da Medida Provisória nº 1.029, de 2021, acerca de alteração da Lei nº 13.475, de 2017, relativa ao exercício da profissão de tripulante de aeronave.

---

**O SR. CORONEL TADEU** (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas que assistem à sessão neste momento, até por questão de educação, eu não vou utilizar o tempo todo - são 10 minutos, o que é muito tempo.

Nós acabamos de votar a Medida Provisória nº 1.024, de 2020. Acho que V.Exas. sabem que eu sou piloto, sou bem próximo do setor aéreo e de tudo o que acontece na aviação brasileira. Eu sei das dificuldades desse setor. Eu acredito que nós fizemos um trabalho bem responsável em relação à MP 1.024/20, porque o setor passa por dificuldades. Hoje, o setor está operando quase sem oxigênio, porque a falta de passageiros é muito grande ainda. A área internacional praticamente não voltou. Para algumas empresas, isso representa muitas coisas: muito dinheiro em caixa, muita perda de lucratividade, muita perda de receitas. Então, é um transtorno terrível.

A área doméstica também não voltou 100% - está na casa dos 50%,

60%. E isso, obviamente, estraga toda uma cadeia econômica. Eu não preciso explicar isso para ninguém, porque V.Exas. sabem disso.

Acredito que nós fizemos um trabalho responsável em relação a essa Medida Provisória 1.024. Agora, nós vamos dar outro passo: a Medida Provisória nº 1.029, de 2021. Em que pese eu ser contra a votação da matéria amanhã ou outro dia - não haveria problema nenhum -, nós vamos enfrentar a Medida Provisória 1.029.

Quero dizer principalmente aos Líderes que estão acompanhando a sessão - e eu vejo vários Líderes aqui na minha tela - que nós vamos mexer com as relações de trabalho de um determinado grupo de trabalhadores, que são pilotos e não pilotos, aeronautas e tripulantes.

O objetivo dessa medida provisória já foi alvo de outra medida provisória no passado - MP 925 ou 926, eu não lembro exatamente o número -, que não foi votada por causar tanta polêmica ao mexer nas relações de trabalho. Estão mexendo no Código Brasileiro de Aeronáutica, que amarra as relações de trabalho entre tripulantes, operadores e proprietários de aeronaves.

Eu peço, durante este tempo de Liderança, muita atenção a V.Exas., porque eu tentei várias conversas com os interessados nessa medida provisória. E nós poderíamos resolver a questão até de forma simples. Apenas uma regulamentação da ANAC bastaria para que a intenção dessa Medida Provisória 1.029 funcionasse.

Mas resolveram colocar isso numa medida provisória.

A aviação não se resume em LATAM, GOL e Azul. Ela é muito mais ampla do que isso. Existem aeroclubes, táxis aéreos e aviação executiva, aquela em que a pessoa tem um avião próprio, em que o avião é dela. Há uma emenda na MP 1.029 tentando legislar em causa própria - faço esse alerta. Há também a aviação agrícola. Inclusive, há uma emenda muito boa sobre essa questão, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, do Rio Grande do Sul. Eu faço esse alerta a todos.

Quisera eu ter um tempo maravilhoso para explicar cada item, mas vou tentar fazer isso ao longo da votação.

Eu não queria estragar o que temos hoje, que é uma relação de trabalho em que mais se emprega, que é a aviação geral: LATAM, GOL e Azul. A LATAM demitiu 2.700 funcionários no ano passado. Demitiu 2.700 funcionários e, dependendo do resultado que obtivermos hoje, poderá demitir mais.

Eu me preocupo muito com o que será decidido nas próximas 2 horas - acredito eu - e espero que V.Exas. estejam muito bem assessorados e

conscientes do voto. O meu será apenas 1 voto no meio de 513, o que não faz diferença nenhuma. Eu venho aqui como ex-trabalhador do setor alertar para a responsabilidade que agora pesa não mais sobre mim, porque fiz o que pude para trazer o melhor texto possível. Ela pesa agora sobre os Líderes e todos os Srs. Deputados.

Boa sorte para todos!

Obrigado, Presidente. Obrigado, Líder Vitor Hugo, por ter me concedido esse horário.

---

Documento 389/438

---

56.2021	Sessão Comissão Geral	26/05/2021-11:48
Publ.: DCD - 27/05/2021 -	CHICO D'ANGELO-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade ao Deputado Paulo Teixeira, vítima de agressão física por parte de membro da Casa. Debate do Projeto de Lei nº 399, de 2015, sobre a comercialização de medicamentos formulados com a planta *Cannabis sativa*.

---

**O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ)** - Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Bismarck, que preside esta importante Comissão, e fazer uma saudação especial ao Deputado Paulo Teixeira, essa pessoa que, também como Deputado, tem trabalhado com seriedade e muito vigor no tema.

Manifesto minha solidariedade ao Deputado por ter sido agredido, na última reunião da Comissão, de uma maneira covarde. Às vezes, quem não tem argumento age dessa forma, parte para esse tipo de iniciativa.

Quero cumprimentar, ainda, o Deputado Fábio Mitidieri e o Deputado Luciano Ducci, que fez um belo relatório.

Há séculos a humanidade reconhece os efeitos positivos, benéficos da *Cannabis* na medicina. Não se iniciou esta discussão agora. Nós estamos há anos fazendo esse debate. Argumentações feitas aqui têm um componente muito forte de hipocrisia, de oportunismo eleitoral, de uso religioso de uma maneira equivocada. Existem pessoas das mais variadas religiões que se beneficiam do uso medicinal da *Cannabis*. Então, essa é uma falsa argumentação.

Eu queria cumprimentar a Sheila Geriz, que é a Presidente da Federação das Associações de *Cannabis* Terapêuticas do Brasil,

pessoa que tem uma experiência grande no tema, inclusive pessoal.

Quero pedir desculpas às famílias brasileiras por essa verdadeira demagogia e por esse discurso completamente oportunista. Eu sou médico e sou da Comissão e vejo que algumas pessoas que não têm conhecimento científico, não têm preparo fazem desta discussão palanque para outras argumentações. Então, quero pedir desculpas às milhares de famílias de brasileiros que se beneficiam do uso da *Cannabis* para tratar várias doenças, como aqui já foi dito: glaucoma grave, epilepsia etc.

Queria falar da Senadora Mara Gabrilli, que é uma pessoa pública, conhecida e recentemente foi ao *Fantástico* falar de sua experiência - eu disse isso na Comissão. A Mara Gabrilli não é uma pessoa desconhecida; é uma Senadora das mais votadas no Brasil e foi enfática ao falar sobre a síndrome que apresentou. Ela disse por que abraçou a luta pela regulamentação da maconha medicinal: porque devido a todo o período em que ficou sem THC e se tratou só com canabidiol, desenvolveu uma epilepsia refratária.

Então, esse discurso falacioso, tendencioso, de querer colocar... Quem tem interesses econômicos poderosos por trás é quem tenta medicalizar essa discussão, do ponto de vista de separar as substâncias. Há o efeito comitativa, que as pesquisas no mundo todo têm mostrado.

A importante advogada Margarete Santos de Brito tem uma frase que eu diria que resume bem este momento que nós estamos vivendo: *"Só quem tem a urgência de precisar de um medicamento que pode ser a diferença entre a apatia e a alegria, entre vida e morte sabe que a vida não espera"*.

Nós precisamos ter seriedade. Há pessoas aqui, Parlamentares, colegas meu - um até é médico -, que, no ano passado, diziam que não chegaríamos a mil casos de COVID-19, porque o efeito da imunidade de rebanho iria resolver o problema. Alguns defendiam o uso de medicamentos que já estão comprovadamente descartados para enfrentar a COVID-19. Essas pessoas, coincidentemente, são as mesmas que querem, agora, sem nenhuma base científica, diferentemente de vários países do mundo... Como o Deputado Paulo Teixeira bem disse, mais de 50 países fazem, de diferentes formas, o uso da *Cannabis* medicinal, e o PL 399/15 faz essa discussão.

Então, eu queria enfatizar a importância da discussão séria, da discussão científica dos benefícios que existem para milhões brasileiros - repito: para milhões de brasileiros. Não se trata de uma ou duas famílias.

Eu queria, como dado importante neste cenário grave em que vivem as pessoas, dizer que a *Cannabis* é barata. Quais são as...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 390/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/05/2021- CD	15:36
Publ.: DCD - 27/05/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.029, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.475, de 2017, relativa ao exercício da profissão de tripulante de aeronave, ressalvados os destaques. Desrespeito do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, ao Exército brasileiro e às Forças Armadas brasileiras demonstrado na participação em ato político. Responsabilidade do ex-Ministro por mortes decorrentes da Covid-19.

---

**O SR. MARCELO FREIXO** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, liberamos, porque existem votos diferenciados aqui na base.

Mais uma vez quero ressaltar o quanto a atitude do ex-Ministro Pazuello, de participar de um ato político no domingo, sem máscara, foi desrespeitosa para com o Exército. O ex-Ministro Pazuello, responsável em boa parte pelas mortes no Brasil, está na ativa. Ele deveria respeitar a instituição da qual fez parte a vida inteira. O Exército claramente proíbe a participação - e isso está expressamente escrito no Código Penal Militar - de um oficial da ativa numa ação político-partidária. Foi o que ele fez, como um grande vassalo permanente do Presidente Bolsonaro, que é o que mais desrespeita o Exército e as Forças Armadas e ainda provoca um silêncio estrondoso do Ministro da Defesa e do próprio Exército. É um desrespeito às Forças Armadas brasileiras.

---

Documento 391/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/05/2021- CD	16:48
---------	---	-------

Publ.: DCD - 27/05/2021 - LEANDRE-PV -PR

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Deputado Eduardo Barbosa, Relator da Medida Provisória nº 1.023, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento do critério de renda familiar per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Pedido à Presidência de conclusão das votações do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

---

**A SRA. LEANDRE** (PV - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Eduardo Barbosa e reconhecer a luta dele quando se trata de Benefício de Prestação Continuada.

Ressalto o grande avanço que conseguimos com a ampliação para meio salário mínimo.

Também quero agradecer ao Relator por ter acatado a emenda que apresentei. Como admitir que uma pessoa consegue sobreviver com uma renda inferior a 275 reais? Não é tudo o que esperávamos, mas, com certeza, foi uma grande conquista.

Parabéns, Deputado Eduardo Barbosa, pela luta, que sempre teve o apoio de todos nós que fazemos parte da Comissão de Seguridade Social!

Quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que voltemos à conclusão da votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, que amplia os grupos prioritários para a vacinação, podendo incluir entre eles os profissionais de assistência social. São pessoas que estão na linha de frente desde o começo da pandemia e que precisam ser vistas como prioridade na vacinação nos Estados e nos Municípios.

---

Documento 392/438

---

57.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021 -  
CD CD 17:00

Publ.: DCD - 27/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 52, apresentada à Medida Provisória nº 1.023, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento do critério de renda familiar per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "sim".

Quero cumprimentar V.Exa. e os colegas.

É uma medida extremamente justa, salutar e necessária o 13º no Benefício de Prestação Continuada.

Aliás, Presidente, eu faço uma reivindicação e sei que essa é a posição de muita gente neste plenário. Nós precisamos votar o que chamamos de fortalecimento do Bolsa Família. Primeiro, temos que votar a ampliação do auxílio emergencial, que deve continuar pelo menos no mesmo valor do ano passado, ou seja, 600 reais. Mais do que isso, mais do que esse auxílio emergencial de 600 reais, é inacreditável que o Governo Bolsonaro, depois de mais de 1 ano de pandemia, não tenha reestruturado o Bolsa Família para fortalecê-lo.

Dados recentes indicam que mais 17 milhões e 700 mil brasileiros...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 393/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 27/05/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.025, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.146, de 2015, (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Necessidade de liberação, pelo Governo Federal, de recursos ao setor de eventos, à cultura e às

artes, provenientes de proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT só queria chamar a atenção para o seguinte: nós concordamos, agora, o ideal seria - é óbvio - cuidar dos deficientes, porque é uma matéria que já vem rodando há muito tempo.

Contudo, Sr. Presidente, o que se tem na prática é que nem 20% dos cinemas vão sobreviver à pandemia. É uma coisa trágica! E o cinema é um espaço lúdico, um espaço maravilhoso da cultura, da arte, da construção, da indústria, da geração de emprego e de renda.

Portanto, a pandemia justifica a atitude que estamos tomando neste momento nesta Casa, mas que não deixemos de chamar a atenção do Governo para situações relacionadas aos cinemas, às artes, à cultura e a eventos, que votamos aqui, mas que ainda não foram efetivadas em termos de ajuda, para que possam ser colocadas em pauta e no radar e que possamos, após a pandemia, voltar a assistir àquele filminho bacana.

---

Documento 394/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/05/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 27/05/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Existência no País de elevado contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar, de pobreza, de miséria e de extrema pobreza. Necessidade de aumento do poder aquisitivo do salário mínimo. Elevação dos índices de desemprego no País. Defesa da aprovação de projeto de lei a respeito da instituição de política de reajuste real do salário mínimo. Insuficiência do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de votação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Congratulações a centrais sindicais pela realização de movimento a favor da vacinação, da segurança alimentar, do emprego e renda, da retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e contra os reajustes abusivos nos preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e de medicamentos. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, o Brasil voltou ao Mapa da Fome. Essa é a pior notícia que poderíamos ter. As pessoas que não estão morrendo de COVID podem estar morrendo de fome.

Quando o Presidente Lula assumiu o Governo, tirou o Brasil desse mapa, à época. Todos nós víamos a grande dificuldade que havia, as notícias de pessoas com dificuldades para se alimentar, com subnutrição, em várias situações. E Lula disse, quando assumiu a Presidência, em 2003: *"Se eu, no final do meu governo, tiver possibilitado que cada brasileiro possa tomar o seu café, ter seu almoço, fazer a sua janta, já estarei feliz"*. E numa ocasião dessas, eu disse ao Presidente Lula: *"Você pode ficar muito feliz"*.

As políticas públicas que foram trabalhadas permitiram que as pessoas não só pudessem ter a sua alimentação, mas também pudessem ter a sua alimentação com qualidade nutricional.

Deputado Rogério Correia, as pesquisas mostram que agora o Brasil não só voltou ao Mapa da Fome, mas também colocou 125 milhões de pessoas em situação de insuficiência alimentar, ou seja, com falta de nutrientes na sua alimentação. Há um dado que diz que 44% das pessoas já não estão comendo carne, e 41% já não consomem mais frutas. Mostro dados da situação trágica que estamos vivendo de insegurança alimentar. E, se pegarmos outro dado, o da pobreza, veremos que 61 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil e quase 20 milhões - são mais 19 milhões de pessoas - estão na extrema pobreza. Então, se somarmos as pessoas que estão na miséria às pessoas que estão na pobreza, chegamos a 80 milhões de brasileiros. Se somarmos a esses os que estão em situação de insegurança alimentar - outros 120 milhões de brasileiros -, chegamos a 200 milhões de pessoas.

Esta é uma situação que tem que tocar nas pessoas do Parlamento, nos Deputados, no Governo.

Nós não podemos permitir que esta tragédia continue aumentando no Brasil.

Nos Governos Lula e Dilma, nós orgulhosamente dizíamos que tiramos o Brasil do Mapa da Fome, e tínhamos esse reconhecimento de institutos internacionais, de instituições do mundo, das Nações Unidas. Em todos os países do mundo, havia o reconhecimento e a afirmação do Brasil por essa grande medida, garantida pelas políticas públicas trabalhadas. O Brasil saiu do Mapa da Fome e agora está voltando ao Mapa da Fome.

E o debate que nós estamos fazendo aqui hoje é sobre o salário

mínimo, que faz com que as pessoas possam ter renda e, com essa renda, possam comprar alimentos, ir a um mercado, fazer o seu rancho, aquecer o conjunto das atividades do comércio. E nós sabemos que um comércio aquecido reflete diretamente na indústria e gera emprego.

Além da fome, nós temos o crescimento do desemprego. São 14 milhões de pessoas no desemprego, sem falar nas pessoas que estão no desalento, no subemprego, situação provocada pelas grandes reformas que o Governo se orgulha de ter feito, dizendo mentirosamente para a população que elas gerariam empregos, atrairiam investidores e fariam a economia crescer. Isso não é verdade. Os números estão aqui a dizer que as pessoas estão no desemprego, ou no subemprego, ou no desalento, ou passando fome.

É fundamental que nós façamos aqui o debate do salário mínimo, porque foi exatamente o salário mínimo que permitiu que as pessoas pudessem ter poder aquisitivo.

Quando o Lula assumiu, o salário mínimo era reajustado apenas pela inflação. Se o Lula tivesse continuado essa política de reajustar o salário mínimo só pela inflação, segundo os dados do DIEESE, que faz análise e acompanhamento exatamente desse tema salarial, hoje o salário mínimo seria 616 reais. Repito: o salário mínimo, que hoje é 1.100 reais, o que nós consideramos muito baixo, seria praticamente a metade, 616 reais.

Foi a política do Presidente Lula e da Presidenta Dilma de reajustar o salário acima da inflação, aplicando reajuste pelo índice da inflação mais o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, que permitiu que o salário chegasse à situação em que está hoje, e está baixo. Mas o salário mínimo está baixo porque, nos últimos 5 anos, desde o dia em que foi dado o golpe injusto contra a Presidenta Dilma, pessoa honesta e legitimamente eleita, ele só foi reajustado pela inflação. Então, não houve nenhum ganho real. O Temer fez assim, e o Bolsonaro também.

Com esse congelamento praticamente do salário, mais pessoas compram menos do comércio, os aposentados não têm condições de ter o seu ganho real, a economia não cresce, a miséria aumenta.

Nós temos um projeto na bancada do Partido dos Trabalhadores - e eu também tenho um, junto com a Presidenta Gleisi - que institui novamente uma política de reajuste real do salário mínimo.

É esse projeto que tem que ser aprovado para que as pessoas tenham condições de ter mais qualidade de vida.

Neste momento, além das mortes por COVID, que já estão chegando

perto de meio milhão de pessoas, mortes causadas pela política genocida do Governo Bolsonaro, temos pessoas na extrema pobreza, e o Governo estabelece 150 reais como renda emergencial para algumas pessoas - os valores variam entre 150 reais, 250 reais e 375 reais. Essa é a faixa do auxílio para este ano, sendo que, no ano passado, o auxílio foi de 600 reais. E, quando a mulher era chefe de família, o valor era de 1.200 reais. Esse recurso do ano passado foi para onde? Parou no comércio, na loja, na farmácia, na padaria, no açougue, nas atividades comerciais das cidades, dos Municípios.

No ano passado, o Bolsonaro também só queria 200 reais de auxílio, mas a Câmara dos Deputados votou a proposta e, ao votar, colocou em 600 reais o auxílio. Isso foi bom para a economia e para as pessoas.

Por isso, nós estamos aqui, Presidente Arthur Lira, cobrando que se coloque em votação exatamente a medida provisória que o Bolsonaro mandou agora, porque, em janeiro, fevereiro, março e abril, não havia nenhuma renda emergencial para o povo brasileiro. Por isso o povo está mais pobre. Por isso falta comida para as pessoas. E essa medida provisória vai vigorar por 4 meses, apenas 4 meses, e com esse valor pífio.

Quero parabenizar as centrais sindicais - a CUT e as demais centrais sindicais - e os movimentos populares, que no dia de hoje fizeram manifestação, dizendo: *"Nós queremos vacina no braço! Nós queremos comida no prato! Nós queremos 600 reais de auxílio emergencial! Nós queremos emprego e renda! E não queremos aumentos abusivos no preço do gás de cozinha, dos combustíveis, dos alimentos e dos medicamentos!"*

Essa foi a mobilização hoje das centrais sindicais, que continuarão fazendo mais mobilizações. Inclusive, sábado, dia 29, teremos grandes mobilizações País afora para que se diga que, além de termos salário mínimo reajustado acima da inflação, queremos que se vote nesta Casa o auxílio de 600 reais para as pessoas, e não de 150 reais; que haja vacina para todas as pessoas; que se apure a irresponsabilidade do Governo Federal e com isso se possa realmente comprovar, como o Senado Federal está comprovando, o comprometimento irresponsável e genocida do Governo do Presidente Bolsonaro com tantas mortes que aconteceram no Brasil.

Fora, Bolsonaro! Aqui a política é para ajudar as pessoas que mais precisam contra o crescimento da fome...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 395/438

---

57.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2021-18:52
Publ.: DCD 27/05/2021 -	- ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, sobre a criação e concessão do título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e ao Instituto Butantan.

---

**O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com muito orgulho, eu herdei a autoria deste projeto. A autoria originária é do Deputado Odorico. Eu e o Deputado Jorge Solla herdamos a autoria deste projeto, que tem um valor simbólico, mas também um valor institucional muito forte e muito importante.

Neste momento, existe um grande reconhecimento da sociedade brasileira pelo papel do SUS. Nunca a população brasileira percebeu tanto a importância do nosso Sistema Único de Saúde, que já havia sido decisivo, por exemplo, na última pandemia, em 2009 e 2010. Eu era Ministro do Presidente Lula à época, quando o Brasil liderou a vacinação mundial - naquela época, o Instituto Butantan foi uma instituição fundamental para essa liderança, como sempre foi a Fundação Oswaldo Cruz, que é um marco institucional das nossas campanhas de vacinação. Então, precisamos aproveitar esse sentimento da sociedade brasileira sobre a importância do SUS para aprovarmos um projeto como este, que dá valor simbólico às instituições, ao conjunto das entidades - hospitais, institutos, universidades, Santas Casas - que têm uma grande contribuição para o fortalecimento da saúde pública brasileira.

E não poderíamos iniciar a aprovação deste projeto sem colocar, como uma das nossas primeiras instituições a serem reconhecidas como patrimônio da saúde pública brasileira, a Fundação Oswaldo Cruz, cujo fortalecimento e expansão tive o orgulho de acompanhar na condição de Ministro da Saúde - a plataforma industrial e tecnológica que

permite, por exemplo, a produção das vacinas contra a COVID-19 hoje, por meio da transferência de tecnologia, é fruto dessa expansão que construímos lá atrás. A instituição é responsável pela vacina produzida pelo Governo Federal para o nosso País para combater a COVID-19; é responsável por uma resposta muito importante para a ampliação da testagem; é muito importante e decisiva para os estudos e a análise da COVID-19 no Brasil neste momento.

Quero saudar a Deputada Joice Hasselmann pela ideia, como alguém que é do Estado de São Paulo, de, já nesta votação, também contemplarmos o Instituto Butantan.

Contemplar estas instituições significa protegê-las em sua estrutura, seu orçamento, seus processos e seus valores simbólicos, que, muitas vezes, são atacados.

Viva a FIOCRUZ!

Viva o SUS!

Viva o Instituto Butantan!

---

Documento 396/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/05/2021-
	CD	19:12
Publ.: DCD - 27/05/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pela Relatora da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, sobre a criação e concessão do título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e ao Instituto Butantan, ressaltados os destaques. Visita do orador às sedes da FIOCRUZ e do Instituto Bio-Manguinhos. Congratulações à Fundação Oswaldo Cruz e ao Instituto Butantan pela produção de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD orienta o voto "sim" a esta matéria, Sr. Presidente.

Eu queria aproveitar para dizer que, na sexta-feira, eu tive a oportunidade de visitar a FIOCRUZ no Rio de Janeiro. Visitei também o

Instituto Bio-Manguinhos. Aliás, quero parabenizar o Butantan e a FIOCRUZ, que já entregou 41 milhões de doses para o sistema de imunização nacional. Esta fundação vai entregar, até julho, 100 milhões de doses de vacina no Brasil e, até o fim do ano, 200 milhões de doses de vacina, junto com os 100 milhões de doses do Butantan e mais 100 milhões da Pfizer. Vamos chegar ao fim do ano com 400 milhões de doses distribuídas, para vacinar toda a população brasileira.

Vale a pena, sim, investir na ciência, apoiar os profissionais, os bons profissionais que nós temos nestes dois institutos.

Estão de parabéns o Governo do Estado e o Governo do Brasil, o Presidente Jair Bolsonaro e o Ministério da Saúde, um dos mantenedores da FIOCRUZ.

---

Documento 397/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/05/2021-
	CD	19:36
Publ.: DCD - 27/05/2021 - CAPITÃO WAGNER-PROS -CE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à atuação do Presidente da CPI da Covid, Senador Omar Aziz. Contestação às acusações do Parlamentar ao Senador Eduardo Girão. Não investigação, pelo órgão, de denúncias de desvio de recursos federais destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Atuação insatisfatória do CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

---

**O SR. CAPITÃO WAGNER** (Bloco/PROS - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Meu cordial boa noite ao Deputado Eduardo Bismarck e a todos os Parlamentares aqui presentes.

O Deputado Eduardo Bismarck é do Ceará, assim como o Deputado Odorico, que está presente, e ambos sabem que o cearense, bem-humorado como é, quando vê que está tudo errado, diz que "*o poste está mijando no cachorro*". Pois o "*poste está mijando no cachorro*" na CPI da COVID no Senado Federal.

Ontem vimos uma médica renomada do Estado do Ceará, com um currículo invejável, ser colocada na parede diante de Parlamentares que não tinham argumentos para questionar a atuação da Secretária Mayra à frente da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do

Ministério da Saúde.

Essa CPI tem se transformado na CPI da vergonha, Deputado Eduardo Bismarck, desde a sua composição. Incrivelmente a grande imprensa, desta vez, não tem questionado os membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tão importante como essa. Nas redes sociais, as pessoas questionam o porquê de termos um Presidente A, um Relator B e um Senador C que fazem parte dessa Comissão.

Acho que hoje a Comissão passou de qualquer limite com palavras do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Omar Aziz, do Amazonas. O Senador é pouco conhecido em âmbito nacional, mas o povo do Amazonas o conhece muito bem, e não por grandes feitos a favor do povo do Amazonas, não. Infelizmente o que conhecem do Senador não é nada agradável sequer de se citar. E o Senador, na condição de Presidente, hoje, abusando da sua autoridade, chama um Senador respeitado, ficha limpa, que representa o Estado do Ceará com muito orgulho, de "oportunista e sorrateiro". Foi o Senador Eduardo Girão, que tem a ficha limpa, que é respeitado no Estado do Ceará pelo trabalho que tem feito, lutando para que essa CPI de fato venha investigar escândalos de corrupção que aconteceram em todo o Brasil.

Mas eu queria dizer ao Senador Omar Aziz que nós conhecemos a história dele e que não é o Senador Eduardo Girão, de forma nenhuma, que é acusado e apontado em CPI de pedofilia. Não foi em nenhum momento o Senador Eduardo Girão acusado ou apontado, Deputado General Peternelli, de ter participado de orgia com menor. Em momento algum o Senador Eduardo Girão foi apontado, acusado ou teve irmão, mulher e assessor presos por conta de desvios de recursos na saúde.

Então queria deixar isso muito claro para o País. A grande imprensa infelizmente não tem questionado nada em relação à atuação ou aos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Sabemos quem são as pessoas que estão lá. E é por conta disso que essa CPI está se transformando na CPI da vergonha. Essa é a única CPI da história que não quer investigar escândalos de corrupção. Escândalos de corrupção envolvendo recursos que foram destinados para o combate à COVID-19 existem muitos. Existem muitos, Deputado Moses Rodrigues. V.Exa. sabe. Tivemos, inclusive, no Estado do Ceará operações da Polícia Federal. Mas ninguém lá quer investigar escândalos de corrupção ou desvios de recursos públicos, não. É o que está ficando muito claro para a população.

Não que o Senador Eduardo Girão precise, mas, como cearense, queria aqui dizer que me orgulho muito de tê-lo como nosso representante no Senado e nessa Comissão, lutando - quase solitário,

infelizmente - para tentar esclarecer a verdade, sem poupar ninguém. O que o Senador Eduardo Girão tem cobrado é que todos sejam investigados. O que o Senador Eduardo Girão tem feito naquela Comissão, e tem sido repetitivo, é tentado lutar para que seja esclarecida toda a verdade e não somente parte dessa verdade.

Se o Governo Federal foi omissivo, se errou em alguma coisa, que sejam apontados os responsáveis e que sejam punidos; se Governos Estaduais cometeram desvio de recurso público, se por acaso há escândalo de corrupção, que sejam apontados os responsáveis e que sejam punidos; se em alguma cidade ocorreu o mesmo, que sejam apontados os responsáveis e que sejam punidos.

Não existe na Comissão a intenção de investigar a todos. A intenção é seletiva, infelizmente. Isso está muito claro. Por conta disso, repito, essa CPI vai ficar registrada como a CPI da vergonha.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 398/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-26/05/2021- 19:44
Publ.: DCD - 27/05/2021 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Coerência da atuação do Senador Eduardo Girão na CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

---

**O SR. MOSES RODRIGUES** (Bloco/MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço-lhe só 1 minuto, para contribuir com a fala do Deputado Capitão Wagner.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que o Deputado Capitão Wagner traz ao Plenário da Câmara agora é de grande relevância para o País e para a CPI que hoje investiga no Senado Federal todos os trâmites quanto ao combate à COVID.

O que o Senador Eduardo Girão tem feito é defendido que não somente o Governo Federal mas também Prefeitos e Governadores possam prestar contas dos recursos que receberam, assim como possam prestar contas das ações efetivas que adotaram no combate à COVID-19. O Senador Eduardo Girão tem feito esse trabalho e representa muito bem o Estado do Ceará neste momento, quando

defende que a atuação daquela CPI não fique restrita ao Governo Federal. S.Exa. defende que a CPI possa ter uma ação também muito forte junto aos Municípios e a todos os Estados da Federação.

Portanto, deixo o nosso apoio ao Senador Eduardo Girão nessa missão que tem na CPI da COVID-19, no Senado Federal.

---

Documento 399/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 27/05/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem póstuma ao Procurador de Justiça aposentado Tadeu Francisco Sobreira Sales, do Ministério Público do Estado do Ceará. Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, sobre a criação e concessão do título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e ao Instituto Butantan. Produção, pelas instituições, de vacinas contra a Covid-19.

---

**O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.**

Inicialmente, eu gostaria de registrar voto de pesar pelo falecimento do Dr. Tadeu Sales, que teve uma vida dedicada ao Ministério Público do Ceará, a construir a cidadania pela justiça. O Dr. Tadeu, nos seus 40 anos dedicados ao Ministério Público, sempre morou na comarca em que atuava. Foi uma pessoa que deu grandes contribuições no Ministério Público, em várias cidades, como Tamboril, Nova Russas, Brejo Santo, Ipaumirim, Itapipoca e, por último, Fortaleza.

Gostaria de prestar a minha solidariedade aos seus filhos, grandes amigos, o Dr. Mozart Sales, Professor do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, de Pernambuco, um cearense e pernambucano; o meu querido amigo Emerson Sales e o Gustavo. Presto minha solidariedade a toda a família do Dr. Tadeu. O Dr. Tadeu foi um mestre, e, como os mestres não morrem, a memória dele continuará presente entre nós.

Sr. Presidente, eu gostaria também de ressaltar, neste momento, a importância de hoje termos aprovado aqui o PL 2.077/19. Exatamente há 121 anos, Sr. Presidente, nascia na bucólica Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro, um dos institutos mais respeitados

deste planeta. A Fundação Oswaldo Cruz foi responsável pelas intervenções sanitárias que erradicaram as epidemias de peste bubônica e de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, sendo também uma peça-chave para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920.

Rapidamente, o instituto ultrapassou os limites do Rio de Janeiro, com expedições científicas que desbravaram as lonjuras do País. Cito como exemplo a erradicação da febre amarela no Pará. E, apesar dos momentos de muitas transformações e conturbações políticas em nosso País, como o enfrentamento de duas ditaduras, que foram responsáveis pela cassação de direitos políticos de alguns dos seus cientistas, a FIOCRUZ sobreviveu e, junto com a democracia, voltou a fazer diferença, na gestão do nosso saudoso e querido sanitarista e ex-Deputado desta Casa, Sérgio Arouca.

Atualmente, a FIOCRUZ está presente em todas as regiões do País, inclusive na África, em Moçambique, em que temos uma fábrica de antirretrovirais. Cumpre um papel importante de instituição de ciência e tecnologia, que fortalece o SUS.

No contexto da pandemia causada pela COVID-19, Sr. Presidente, a FIOCRUZ já entregou 41,1 milhões de vacinas ao Ministério da Saúde, cerca de 40% do total de vacinas disponíveis pelo Programa Nacional de Imunizações, um resultado absolutamente fantástico.

Portanto, torna-se necessário reconhecer o papel relevante do instituto, através da aprovação do PL 2.077/19, de minha autoria, em conjunto com os Deputados Jorge Solla, Alexandre Padilha, Totonho Lopes e a Deputada Alice Portugal. O projeto cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública, e o concede, inicialmente, à Fundação Oswaldo Cruz e ao Instituto Butantan. A titulação, além do mais, é um caminho seguro para aqueles que queiram contribuir para a continuidade e melhoria dos serviços com a segurança e a certeza do cuidado e defesa da vida de todos os brasileiros e todas as brasileiras. Essas entidades poderão atuar como paradigma quanto à qualidade, à seriedade e à preservação da atuação desinteressada.

Entendo, Sr. Presidente, que os bons exemplos devem ser incentivados, aclamados e reconhecidos publicamente. Este Congresso Nacional deve, então, participar desse reconhecimento, para elevar um sentimento de pertencimento na sociedade, fundamental neste momento em que vivemos uma crise política, uma crise institucional. E, sem dúvida nenhuma, uma das coisas mais importantes neste momento é o sentimento de pertencimento que passa a existir por parte da sociedade brasileira, por exemplo, do

nosso querido Sistema Único de Saúde. Sem dúvida nenhuma, reconhecer essas instituições que fortalecem o SUS é também fortalecer esse sentimento de pertencimento em nossa sociedade.

Dessa forma, Sr. Presidente, já caminhando para o final, eu gostaria de agradecer ao Presidente Arthur Lira, por ter atendido o nosso pedido para que a proposta fosse pautada e votada hoje, dia em que a FIOCRUZ completa 121 anos.

Agradeço também ao autor do requerimento de urgência, aprovado ainda no ano passado, amigo e colega Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., o Deputado Luizinho, nosso Presidente da nossa Comissão de Seguridade Social e Família.

Gostaria também de parabenizar a nossa aguerrida Deputada Jandira Feghali, Relatora aqui do Plenário, desse projeto.

Sem dúvida alguma, o Plenário Ulysses Guimarães acerta ao aprovar esta proposta, justamente no aniversário da FIOCRUZ, dia que ficará marcado para a história desta Casa.

Finalmente, Sr. Presidente, finalizo este pronunciamento com a frase do eterno e ilustre Oswaldo Cruz: "*Não esmorecer, para não desmerecer!*" "*Não esmorecer, para não desmerecer!*" "*Não esmorecer, para não desmerecer!*" Sem dúvida nenhuma, é essa a nossa luta, é essa a nossa mobilização, a do sanitarista deste País, na defesa da vida, da ciência e do SUS.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 400/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/05/2021-
	CD	20:16
Publ.: DCD - 27/05/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, acerca da fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Apoio ao Projeto de Lei nº 1.954, de 2021, de autoria do Deputado Diego Andrade, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista ao

estabelecimento de prioridades no processo de vacinação contra a Covid-19.

---

**O SR. DARCI DE MATOS** (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou favorável à medida provisória.

Quero utilizar este tempo que me resta para externar meu apoio ao projeto de lei do Deputado Diego Andrade, Líder da Maioria. Esse projeto, do qual sou coautor, junto com outros Deputados, propõe a alteração da Lei nº 14.121, que define que a população carcerária seja prioridade no plano de vacinação do Ministério da Saúde. Isso é um absurdo! Esse projeto tira prioridade dos presos do Brasil, o que é correto. Ora, vamos vacinar os presos e deixar sem vacinar os professores, os caminhoneiros, os trabalhadores no transporte, os demais trabalhadores do País? Isso está se constituindo numa vergonha nacional, num absurdo mundial.

Portanto, Sr. Presidente, peço apoio ao projeto do Deputado Diego Andrade, para que possamos vacinar primeiro os trabalhadores e, ao final, aqueles que cometeram crimes e que estão pagando seus crimes e seus pecados nas cadeias do Brasil.

---

Documento 401/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021 - CD 20:16
Publ.: DCD - 27/05/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, acerca da fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Acerto da convocação de Governadores Estaduais pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Indagação ao Governador de Brasília, Ibaneis Rocha, sobre a aplicação de recursos federais destinados à saúde pública. Apelo à Câmara Legislativa do Distrito Federal de instalação da CPI da Covid.

---

**A SRA. PAULA BELMONTE** (CIDADANIA - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis a esta medida provisória.

Aproveito esta oportunidade para, nos minutos que me restam, dar meus parabéns ao Senado Federal, onde hoje foi feita a convocação de nove Governadores para a CPI da COVID.

É importante dizer que nós, Deputados e Senadores, estamos aqui

para legislar, para melhorar a vida de todo brasileiro, mas também para resgatar uma das funções mais importantes, que é a fiscalização da administração pública e do dinheiro do contribuinte.

Infelizmente, aqui em Brasília há uma situação nebulosa, em que a cúpula da Secretaria de Saúde foi presa. Temos notícia de que o próprio Governador pega dinheiro do contribuinte, que deveria ser usado para facilitar a vida da população brasiliense, e destina para outro Estado. Ele faz isso mesmo sabendo que aqui perto, nas redondezas de Brasília, estão precisando de tantas coisas. Morreram 480 pessoas aqui porque não tiveram atendimento adequado, fora mais de 5 mil pessoas que morreram pela COVID.

Precisamos, sim, fazer a fiscalização. Precisamos, sim, perguntar ao Governador o que aconteceu com os 6 bilhões de reais que vieram do Governo Federal e por que a nossa população ainda não foi atendida. Precisamos de transparência.

Fazemos um apelo à Câmara Legislativa para que instale, sim, a CPI da COVID do Distrito Federal. Essa é a grande função de um Deputado Distrital.

Não consigo entender, com o apelo da população para que esta CPI seja instalada, como os Deputados ainda não colocaram as suas assinaturas. Por isso, convoco todos os brasilienses: vamos fazer pressão aos Deputados Distritais para que possamos instalar a CPI da COVID aqui no Distrito Federal.

Fico grata, Presidente.

---

Documento 402/438

---

57.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2021-20:24
Publ.: DCD 27/05/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, acerca da fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Protesto contra a privatização de bancos oficiais e empresas públicas.

---



**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, nós precisamos valorizar o salário mínimo e entender que o Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional. O Brasil não pode ter a sua economia na mão de um rentismo, de um capitalismo improdutivo. O Brasil precisa, para construir a sua soberania, que é a soberania do seu próprio povo, de instrumentos estratégicos fundamentais. Nós temos um tripé de privatizações no Brasil que mostra qual é a intenção deste Governo. Querem privatizar e tirar do povo brasileiro a energia, que é insumo fundamental para qualquer desenvolvimento - desenvolvimento agrícola, desenvolvimento industrial, desenvolvimento social.

Eles também querem privatizar o mercado de logística, através da privatização dos Correios, entregar talvez para a Amazon, uma empresa que leva vacinas e livros didáticos para o Brasil inteiro, um país continental e com tantas desigualdades.

Eles estão privatizando aos pedaços a Caixa. Agora, querem privatizar o banco digital. Isto não acontece em lugar nenhum: criar um banco digital. Todo banco tem sua plataforma digital. Querem transformar a plataforma digital da Caixa em uma subsidiária para privatizá-la sem passar pelo próprio Parlamento. Portanto, querem privatizar o crédito e o financiamento.

Esse é o Brasil de uma política da morte, de uma política sem projeto de desenvolvimento. Para que tenhamos um país onde possamos olhar no olho de cada brasileiro e cada brasileira, é preciso aumentar a base de sustentação da própria economia através da renda. Como é possível assegurar que as pessoas vivam com 150 reais ou com uma política de salário mínimo que não valorize esse instrumento? O salário mínimo foi uma conquista do povo brasileiro e precisa ser valorizado como foi valorizado durante os Governos de Lula e de Dilma. O salário mínimo está muito distante ainda do ideal para dar dignidade, essa dignidade que está como fundamento básico da nossa própria Constituição.

Portanto, estamos vivenciando um momento de muita dor no Brasil, de muita dor. Somos um país onde o Presidente da República assina um ato para reajustar o seu próprio salário e para reajustar os salários dos seus Ministros em mais de 60%, um país onde não há uma valorização adequada do próprio salário mínimo, um país onde se convive de novo com a fome e onde temos a morte na esquina, essa morte que foi estimulada por uma política deliberada de imunidade de rebanho através do contágio, sabendo que isso iria custar tantas vidas.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD  
27/05/2021 -

ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões da rejeição da maioria da população brasileira à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Não reajuste ao salário mínimo pelos índices inflacionários.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu acabo de ter acesso a mais uma pesquisa de opinião pública sobre o Governo Bolsonaro. Ele alcançou agora, Deputado Bohn Gass, Líder do Partido dos Trabalhadores, o mais alto nível de rejeição desde que assumiu o Governo: 59% do povo brasileiro diz que este Governo é ruim ou péssimo. E o *impeachment* dele já é aprovado pela maioria do povo brasileiro. Repito: 59% diz que o Governo é ruim ou péssimo.

É fácil saber por que o povo acha este Governo tão ruim e tão péssimo. Difícil é saber por que não são 100%, por que ainda existe alguém que não ache este Governo ruim e péssimo. Mas, venhamos e convenhamos, 60% é um número alto. Um dos motivos é este que estamos discutindo aqui: não existe política para os mais pobres, não existe nenhum apontamento de recuperação da economia. O salário mínimo é para isso, é essencial. Se o pobre, se o povo brasileiro tem salário, tem emprego, isso faz a economia girar. Sem isso, é a recessão econômica, acompanhada de inflação, o que vivemos agora. Não é possível que esse Ministro Paulo Guedes tenha feito, de fato, algum curso real de economia, porque ele não entende isso.

O mundo inteiro agora, durante a pandemia, fala em recuperar a economia com ações do próprio Estado, colocando recursos para que isso aconteça.

Isso ocorre em países capitalistas, como, por exemplo, os Estados Unidos, o berço do capitalismo, o bambambã do capitalismo. Lá, o Presidente Biden disse que vai fazer um investimento de mais de 1,5 trilhão de dólares. Aqui eles não têm coragem, Deputado Pompeo de Mattos, de aumentar o salário mínimo conforme a inflação e aquilo que houve de crescimento, como faziam os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Não! Fala-se em arrochar o pouco salário que o trabalhador recebe. São 14,5 milhões de desempregados. Onde nós vamos chegar com um Governo desse tipo? Sessenta por cento de rejeição é pouco! Ele vai chegar a mais!

Hoje até o Ministro Delfim Netto - que não pode ser chamado de petista, não é? - disse que o Lula vai dar uma surra tão grande no Bolsonaro que este vai perder o rumo. É óbvio, pois a economia vai mal, o País está vivendo uma pandemia... E quem comanda o País para sair da pandemia? Sabem quem é? A "Capitã Cloroquina". Imaginem que país é este que tem a "Capitã Cloroquina" em vez de alguém que aplique vacina!

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 404/438

---

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021 - CD 21:00
Publ.: DCD - 27/05/2021 - LEANDRE-PV -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, sobre a fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, ressalvados os destaques. Apelo à Casa de conclusão das votações do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

---

**A SRA. LEANDRE** (PV - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV orienta "sim".

Como já encerraremos a votação, eu quero aproveitar o momento para pedir o apoio de todos os Parlamentares no sentido de que concluamos a votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, que visa incluir novos profissionais no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19, em especial os profissionais de assistência social, da área social, que, desde o início da pandemia, estão à frente de muitos programas, atendendo a população, principalmente os mais vulneráveis, correndo risco, assim como tantos outros.

Então, peço o apoio dos Parlamentares. E peço à Presidência desta Casa que possamos concluir a votação, que foi iniciada há algumas semanas, do projeto que inclui os profissionais da área social no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19.

---

Documento 405/438

---



57.2021

Sessão Deliberativa 26/05/2021-21:20  
Extraordinária - CD

Publ.: DCD  
27/05/2021 -

ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 17, oferecida à Medida Provisória nº 1.021, de 2020, sobre a fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Vinculação entre o aumento real do salário mínimo e a geração de novos empregos. Quadro de miséria e fome reinante no País. Razões do posicionamento do orador, favorável ao afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Presidente, eu vou fazer a defesa dessa emenda e aproveito para colocar alguns dados, números, que são reais.

Em 2011, o salário mínimo estava valendo 324 dólares; 3 anos depois, em 2014, nós tivemos no Brasil o pleno emprego, com um desemprego de apenas 4,3%. Isso foi durante o Governo do PT, de Lula e de Dilma. Em 2016, já com o golpe estabelecido, que retirou a Presidenta Dilma sem crime nenhum, e muito menos crime de responsabilidade, o salário mínimo caiu para 222 dólares. Agora, no Governo Bolsonaro, o salário mínimo caiu para 192 dólares, e o desemprego está na faixa de 14,5%.

Veja bem, hoje nós temos o menor salário mínimo e o maior desemprego, enquanto, em 2011 e 2014, tínhamos o maior salário mínimo e o menor desemprego.

Esses são dados da realidade. Basta colocar no Google que V.Exas. terão a mesma relação que eu aqui li. Então, dizer que o que gera inflação e gera desemprego é o pobre, é o aumento do salário mínimo, ficou para trás. Conta outra história da carochinha, que nessa ninguém acredita!

É por isso que as pessoas estão com saudade do Presidente Lula. E elas têm que estar mesmo, porque a vida era muito melhor. As pessoas podiam comer uma carnezinha no fim de semana, e não apenas ovo; as pessoas podiam tomar uma cervejinha no fim de semana, e não apenas tomar refrigerante quente, porque nem geladeira têm mais. A crise da economia está tão grande que as pessoas não podem sequer pagar sua conta de luz, muitos estão

perdendo isso.

O Brasil vive numa condição de miséria tão grande agora que a fome voltou. Nas classes D e E, que são as mais pobres, 40% das pessoas não sabem se, no dia seguinte, vão ter o que comer, Líder Bohn Gass. Essa é a situação a que esse sujeito, esse Bolsonaro, e seu Governo estão levando o Brasil.

E o pior é o genocídio. Ele não gosta de ser chamado genocida, mas ele é um genocida. Por que esse sujeito não comprou vacina e foi mandar o pessoal tomar cloroquina? Foi isso que ele fez durante todo o processo e continua fazendo!

Outro dia, ele foi ao Rio de Janeiro e declarou de novo que a pandemia acabou. Mentiroso! Bolsonaro é um mentiroso! A pandemia não acabou, o genocídio continua, o povo está passando fome. E ele não pode sequer se dignar a dar um salário mínimo um pouquinho maior para o povo brasileiro, que pudesse ter um crescimento anual.

Este Governo precisa cair, o povo brasileiro precisa ir às ruas. Não tem mais jeito. No sábado, nós vamos protestar, com segurança, mas vamos protestar no sábado.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 406/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:00
Publ.: DCD - 28/05/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aproximação da marca de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Adoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da estratégia de imunidade de rebanho e do chamado Kit Cloroquina no combate à epidemia de coronavírus, conforme o depoimento prestado à CPI da Covid pela Secretária da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro. Protesto contra a atribuição ao Sistema Único de Saúde - SUS pelo Ministro Marcelo Queiroga, da Pasta da Saúde, da responsabilidade pela crise sanitária instalada no País. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, órgãos de comunicação da Casa

que nos acompanham, infelizmente o Brasil caminha para ultrapassar mais de 220 mortes por 100 mil habitantes. Isso chega a quase 450 mil mortes, indo na direção das 500 mil no próximo mês.

Foi em razão dessa situação que o Senado instalou uma CPI para investigar gestão de combate à COVID no Brasil. Quem assistiu anteontem ao depoimento da Mayra Pinheiro ou Capitã Cloroquina, como é chamada e conhecida, entendeu claramente que o Governo adotou a estratégia de imunidade de rebanho e do tal *kit* de prevenção com a cloroquina, claramente já desmoralizado em todo o mundo e desmoralizado especialmente no Senado pelos Senadores Humberto Costa e Otto Alencar, que muito bem representa a Bahia, que demonstraram que vírus só se combate com vacina.

E, nessas circunstâncias, Sra. Presidente, com o agravamento tão grande da pandemia em nosso País, o Ministro Queiroga fez ontem um depoimento em duas Comissões da Câmara dos Deputados, a de Finanças e Tributação e a de Fiscalização Financeira e Controle, dizendo que a culpa foi do SUS.

Sr. Ministro, por favor, não perca a consideração profissional que os brasileiros têm pelo senhor. A responsabilidade está clara: é do Governo Bolsonaro, é do Presidente da República, que adotou uma postura negacionista diante de uma pandemia tão grave. Mais do que isso, muitos Deputados vêm a público aqui neste plenário para dizer agora que o Governo comprou 400 milhões de doses de vacina. Isso só aprofunda a responsabilidade do Governo. Comprou agora, quando poderia ter comprado meses antes e impedido mais de 400 mil mortes em nosso País.

Portanto, não há desculpa. A responsabilidade do Governo está comprovada nos depoimentos da CPI da COVID. Fica clara a sua completa irresponsabilidade, a forma como desdenhou das vacinas e da vacinação do Brasil.

É Bolsonaro um genocida!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 407/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:16
Publ.: DCD - 28/05/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos. Indignação com o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à mineração em terras indígenas. Confiança no cumprimento, pelas Forças Armadas brasileiras, do dever constitucional de defesa do Estado brasileiro. Não manifestação do Ministério da Defesa a respeito da participação do general Eduardo Pazuello em ato político. Prática pelo militar de crime contra a saúde pública no exercício do cargo de Ministro da Saúde. Recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à compra de vacinas contra a Covid-19 e à liberação de recursos aos trabalhadores autônomos, desempregados, famílias carentes e outros atingidos pela epidemia de coronavírus. Traição do povo brasileiro pelo Presidente da República. Implantação de programas e políticas públicas em prol do povo brasileiro.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Bom dia a todos e todas.

Primeiro, eu quero ressaltar a alegria de ser presidido por V.Exa., mulher, negra, representante deste País mais profundo. Eu tive orgulho, ao seu lado, de fazer um trabalho contra o genocídio da população jovem, negra e pobre do nosso País. Parabéns! É bom demais para o Parlamento brasileiro e para a democracia ver V.Exa. presidir esta sessão.

Quero aqui cumprimentar o meu amigo Deputado Helder Salomão e dizer que eu tenho confiança nas nossas Forças Armadas. Tenho convicção de que elas não entrarão na aventura dos bolsonaristas.

Hoje o Bolsonaro as leva à inauguração de uma ponte em terra indígena, onde, na verdade, ele quer mostrar um simbolismo a favor da mineração em terras indígenas. É uma vergonha!

Mas eu tenho convicção de que as Forças Armadas são sabedoras do seu dever constitucional, que é defender o Estado brasileiro, e não um Governo de plantão.

Também quero dizer que é uma vergonha para as Forças Armadas não se posicionarem contra o ato político irresponsável de um dos seus generais, o General Pazuello. Além do crime, da necropolítica que ele exerceu à frente do Ministério da Saúde, é sim o verdadeiro responsável, porque ele recebeu ordem de um Presidente negacionista, irresponsável, que, no momento correto, negou o papel da ciência. Ele não quis estabelecer os acordos comerciais com as farmacêuticas para garantir, Deputada Rosângela Gomes, vacina no braço do povo brasileiro e também não tem garantido as condições mínimas de alimentação para o povo brasileiro. Nós estamos com mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras com dificuldade de

alimentação, com insegurança alimentar e estamos com 30 milhões passando fome.

Precisamos de um estadista, de um Presidente capaz de unir o País. Infelizmente, Bolsonaro traiu a confiança do povo brasileiro. E, portanto, tenho muita convicção de que, nas eleições próximas, ele será derrotado no primeiro turno, porque o povo brasileiro é sabedor de que é fundamental um estadista, um republicano, alguém capaz de fazer uma unidade federativa, dialogando com subnacionais para enfrentar a crise que estamos atravessando.

E para enfrentar a crise que estamos atravessando, é preciso um novo programa de políticas públicas, um programa ousado de obras públicas para enfrentar o desemprego, para resolver o Custo País, para garantir uma nova infraestrutura para o nosso povo. E aí, com certeza, o Presidente Lula está mais preparado. Mas também é necessário programas de transferência de renda, mas programas verdadeiros, programas federativos, programas compartilhados com subnacionais, Município, Estado e que possa dialogar com a ampla maioria do povo brasileiro que se encontra sem trabalho. Nós temos que ter um conceito sobre políticas sociais. Ou o Estado brasileiro garante a todas e todos o direito ao trabalho, ou então o Estado brasileiro transfere uma renda básica universal para todos. É assim que a economia vai crescer: de baixo para cima. Quem está fazendo isso é o Presidente da economia americana neoliberal Joe Biden, copiando as ações de 2003 do Presidente Lula. E o Presidente Lula tem muito mais ousadia e muito mais capacidade que o Joe Biden do ponto de vista de usar o papel estratégico do Estado para combater as enormes desigualdades. É em nome de enfrentamento à desigualdade que vamos derrotar o Governo Bolsonaro.

Presidenta, peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 408/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:20
Publ.: DCD - 28/05/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País. Vinculação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas e o elevado número

de óbitos registrados no Brasil em decorrência da doença. Incompetência da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro. Transformação do Brasil em objeto de chacota internacional pelo Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares e todos que estão nos assistindo, infelizmente, é mais um dia triste que estamos vivenciando no País. Eu quero aqui trazer a minha solidariedade a todas as vítimas da COVID. São mais de 454 mil, 429 mil óbitos que foram anunciados ontem, uma tragédia nacional de pessoas que estão sendo vítimas da ausência, da omissão, da irresponsabilidade do Governo de não ter adquirido as vacinas. Este Governo em levado o nosso povo a esse genocídio a que nós estamos assistindo.

São pessoas jovens e de todas as idades que falecem. E nós, no dia a dia, infelizmente, temos ficado extremamente tristes, porque são pessoas próximas, pessoas amigas, familiares, pessoas que nós conhecemos no dia a dia, e em função de não terem tomado a vacina, vêm a óbito, porque o vírus, como se disse na CPI da COVID...

Eu quero inclusive lamentar aqui a ignorância da Secretária Mayra Pinheiro, que nem sequer saber distinguir o que é um logotipo, que disse que, na entrada da FIOCRUZ, havia um pênis. É uma pessoa completamente ignorante, desinformada.

E o Senador Otto Alencar inclusive a desmoralizou, dizendo para ela: "*Dra. Mayra, existe tratamento, a não ser vacina, para paralisia infantil, para doenças viróticas?*" Ela, como médica, deveria saber disso, e não ter comandado um tratamento que não tem comprovação científica, como é o caso da cloroquina. Por isso ela foi denominada Capitã Cloroquina, pela irresponsabilidade. Infelizmente, o Brasil está sendo vítima disso. Como disse o cantor Ivan Lins, nós não temos Presidente; nós não temos, hoje, na Nação, um comandante para enfrentar esta guerra da pandemia.

Infelizmente, Sra. Presidente, nós estamos sendo objeto de chacota internacional. Até o Papa está tirando sarro da nossa cara, dizendo que o brasileiro não tem salvação, porque só sabe, enfim, se divertir e beber cachaça. É lamentável!

### *Sumário*

Caráter fantasioso do depoimento prestado à CPI da Covid, pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Inconsistência da declaração do Presidente da Caixa Econômica Federal, a respeito da lucratividade alcançada pela instituição bancária nos Governos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Repúdio à gestão do Presidente da República.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Eu penso que uma das prerrogativas para fazer parte deste Governo, um Governo genocida, com o peito estufado cheio de misoginia, cheio de fascismo, de autoritarismo, ostentando a faixa presidencial, é a compulsão por mentir. Estamos vendo isso na CPI da COVID, em que o ex-Ministro da Saúde chegou ao ponto de dizer que um programa lançado oficialmente por uma rede do próprio Governo foi "hackeado" e que o lançamento se deu através da ação de um *hacker*. Esse mesmo Ministro tentou convencer a Nação de que ele mandava, e o Presidente - que não acata e não respeita o Estatuto dos Militares, que não respeita o pacto federativo, que não respeita a democracia, que não respeita a ciência; que, aliás, tentou adulterar a bula de um remédio -, esse Presidente obedecia.

O Ministro tentou convencer a Nação, desrespeitando os fatos. O negacionismo que está em curso no Brasil não é pontual, apenas da ciência, ele é um negacionismo da própria realidade. E nós vamos ver isso no próprio Presidente da Caixa. O Presidente da Caixa tem a ousadia de dizer que, em 2 anos de Governo Bolsonaro, lucrou-se mais do que durante o Governo Lula. Ele não considera a correção monetária do lucro da Caixa no Governo Lula, 41,3 bilhões de reais. Ele simplesmente congela os valores daquele momento. Se nós somarmos ao Governo Dilma, a Caixa teve 91,6 bilhões de reais de lucro.

Agora, se começarmos a investigar de onde vem o lucro do Governo Bolsonaro, vamos ver que de 22 bilhões de reais do lucro de 2019, 15,5 bilhões foram com vendas de ativos. Aliás, em 2020, de 13,2 bilhões de reais, 5,9 bilhões foram vendas de ativos. Vendeu-se a Caixa Seguridade ou parte dela, que é absolutamente lucrativa.

Podemos ver que, durante os Governos Lula e Dilma, a Caixa chegou a produzir e financiar 1,1 milhão de habitações, em média por ano, gerando milhões de empregos. E o que nós vamos ver no Governo Bolsonaro, com sua ojeriza ao povo pobre, com a volta da fome, com a volta do desemprego? O FIES, que chegou a atender 700 mil alunos, atende pouco mais de 90 mil, hoje; não há mais o Minha Casa, Minha

Vida, como havia antes, o financiamento para a faixa 1. Nós temos um Governo que acha que o Estado lhe pertence, que quer dominar a seu bel-prazer, e para defendê-lo as boiadas estão passando, as granadas estão sendo postas.

Por isso, fora, Bolsonaro!

---

Documento 410/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:32
Publ.: DCD - 28/05/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Despejo de famílias de trabalhadores rurais do Assentamento Jacutinga, no Município de Porto Nacional, e do Assentamento Maria Bonita, no Município de Palmeirante, Estado do Tocantins. Tentativa, pela Siderúrgica Ibérica S/A, de despejo de famílias do Assentamento Terra Prometida, no Município de Itaguatins, no Estado.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria que minha fala fosse incluída no programa *A Voz do Brasil*.

Sra. Presidente, nós estamos em plena pandemia. No Estado do Tocantins, a porteira abriu-se, as secas estão se arrebetando e despejos estão sendo realizados, sem que o Governo do Estado faça algo para evitar tal tragédia.

Na semana retrasada, no Assentamento Jacutinga, de Porto Nacional, um oficial de justiça truculento, com helicópteros, fazendo ameaças, retirou 39 famílias. Derrubaram escolas, creches, postos de saúde.

Na semana passada, foi o caso do assentamento Maria Bonita, no Município de Palmeirante, onde 260 famílias foram despejadas, sem ter para onde ir, por um oficial de justiça arrogante, prepotente, ameaçando e humilhando os trabalhadores.

E agora, nesta semana, nós temos o caso da Terra Prometida, no Município de Itaguatins. Uma tal de Siderúrgica Ibérica S.A., que nunca trabalhou no Tocantins, está tentando despejar 260 famílias do assentamento Terra Prometida. E o Juiz Jefferson David Asevedo, da cidade de Augustinópolis, que está respondendo pela cidade de Itaguatins, não tem ouvido o clamor do povo. Nós mandamos ofício

para a Polícia Militar, mandamos ofício para o Governador do Estado, para o Presidente do Tribunal de Justiça, para os Conselhos de Direitos Humanos da OAB e também da Câmara dos Deputados, para evitar que os despejos acontecessem; para os Prefeitos, para a Defensoria Pública, para a Procuradora-Geral de Justiça, mas infelizmente a coisa está acontecendo.

Muito obrigado, Sra. Presidente, por este espaço, mas, infelizmente o meu rosto, como o dos demais vários Deputados...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 411/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 28/05/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Renovação do apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Necessidade de retomada, pelo Governo Federal, do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Anúncio de realização de movimento Fora, Bolsonaro! em João Pessoa, Estado da Paraíba.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Bom dia, Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, telespectadores da TV Câmara.

Sra. Presidenta, ainda dentro da semana das comemorações da agricultura familiar, eu venho mais uma vez reforçar o apelo para que seja votada a nova Lei Assis Carvalho. Nós precisamos fortalecer a agricultura familiar, pois é ela quem produz mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

O Governo Federal precisa retomar o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Estes programas, no Governo do Partido dos Trabalhadores, compravam

muitos alimentos da agricultura familiar e, com isso, havia a circulação de dinheiro no campo e nas cidades, e o pequeno agricultor tinha a certeza de que sua renda era garantida. Hoje, isso não acontece mais, por causa desse Governo Bolsonaro, um Governo que protege os grandes e ataca os agricultores familiares.

Sra. Presidenta, em João Pessoa, na Paraíba, o movimento "Fora, Bolsonaro" também realizará uma manifestação no próximo sábado, dia 29. Tudo será feito com responsabilidade: o movimento exige o uso obrigatório de álcool em gel e de máscara e o respeito ao distanciamento social. Trata-se de uma iniciativa totalmente diferente dos comícios que Bolsonaro faz, porque não se usa dinheiro público e todos os participantes acreditam nas recomendações feitas pela ciência. A manifestação "Fora, Bolsonaro" está marcada para as 9 horas da manhã, e a saída será na Praça da Independência, no centro de João Pessoa.

Parabéns ao movimento "Fora, Bolsonaro", que está na organização!

Sra. Presidenta, solicito a V.Exa. que estes dois pronunciamentos sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

---

Documento 412/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 28/05/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desvio na aplicação de recursos federais destinados ao combate à Covid-19, pelo Prefeito Municipal de Iúna, no Estado do Espírito Santo. Inadmissibilidade de indicação do Presidente Jair Bolsonaro como vilão da tragédia provocada pelo coronavírus. Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 399, de 2015, sobre a comercialização de medicamentos formulados com a planta *Cannabis sativa*.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sra. Presidente. Obrigada por me conceder a palavra. Fico muito honrada de esta sessão ser presidida por V.Exa.

Sra. Presidente, falamos muito aqui da destinação de recursos para o

combate à COVID-19, e hoje quero mencionar um caso, que me foi denunciado, ocorrido no Município de Lúna, no meu Estado do Espírito Santo.

No ano passado, o Governo Bolsonaro enviou 7 bilhões de reais para a Prefeitura utilizar em ações de combate ao coronavírus, e a Controladoria do Município apontou irregularidades na gestão do Governo Municipal. O Prefeito usou o dinheiro para outras finalidades, não colocou 1 real sequer no combate à COVID-19. Não houve preferência para usar este recurso no combate à COVID. Este dinheiro seria para a área da saúde, para salvar vidas, para nossos amigos e nossos familiares serem protegidos. Fique bem claro: não estou falando de corrupção. Eu estou falando de desvio de finalidade da verba enviada pelo Presidente Bolsonaro para o enfrentamento desta pandemia assustadora que tem interrompido tantas vidas!

Em um momento de crise sanitária e econômica, em que o Governo Federal está se desdobrando para que nenhuma cidade fique desamparada, os gestores municipais não priorizam usar os repasses para o combate à COVID e investir em medicamentos e nas UTIs. Usaram os recursos para tapar os rombos da Prefeitura, para pagar contas em aberto. Isso é um verdadeiro absurdo! Não adianta o Governo fazer a parte dele e, lá na ponta, o recurso não ser usado de maneira correta.

A vida não tem mais valor para esses gestores? A COVID fez com que 66 vidas fossem perdidas em Lúna. Isso vai ficar impune? Não coloquem o Presidente Bolsonaro como vilão desta pandemia, criando essas CPIs ridículas que não levam a nada. Na realidade, esta é a CPI da cloroquina. A Esquerda luta tanto contra a cloroquina, mas quer colocar a maconha para o tratamento de mais de 20 doenças. Isso nós não vamos admitir. Chega de hipocrisia!

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 413/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:56
Publ.: DCD - 28/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Baixa qualidade dos serviços de Internet prestados à população amazônica. Necessidade de retomada do Programa Amazônia Conectada, implantado no Governo Dilma Rousseff. Realização de ato público contra o corte de recursos do setor educacional, pela vacinação e retomada do auxílio emergencial, em Manaus, Estado do Amazonas.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu queria, primeiro, falar sobre o sofrimento em que está a população do Amazonas e, eu diria, da Amazônia também, em relação ao acesso à Internet: temos na região uma Internet cara, falha e lenta. Nós recebemos diariamente relatos da população, de trabalhadores, de profissionais, de professores, de problemas no acesso à Internet, quanto à baixa qualidade e à lentidão da rede de dados.

Como sabemos, nós todos dependemos da Internet. Há uma série de serviços fundamentais que deixam de ser realizados, principalmente agora, no período da pandemia, pela falta de Internet, que é indispensável para a realização de todas as ações públicas e, de modo geral, para as atividades econômicas.

O Governo Federal não investe para garantir o acesso à Internet. Não investe para garantir a inclusão digital. Não investe em infraestrutura para isso. O Ministério da Ciência e Tecnologia deixou isso de lado, e não se preocupa com a situação de milhões de brasileiros nessa região, brasileiros que dependem da Internet.

Nós temos o Programa Amazônia Conectada, que a Presidenta Dilma iniciou em 2015.

Depois do golpe, o Governo Temer e o Governo Bolsonaro simplesmente paralisaram o projeto, que deveria levar Internet a todas as cidades, ao longo da calha dos rios da Amazônia, um projeto importantíssimo para mudar a realidade de vida de toda esta população. Mas, infelizmente, o Governo atual cortou tudo, e não há recursos. Uma obra iniciada com serviços contratados do Exército, das Forças Armadas, portanto, um investimento fundamental, executado por quem tem experiência na realidade amazônica, simplesmente parou. Nós precisamos garantir que o programa volte.

Sobre o retorno às aulas, que o Governo cobra, o Governo do Estado agora impôs um sistema híbrido que não é possível garantir. Neste sistema, os alunos teriam aulas *on-line*, o que não é viável, já que não há condições nenhuma para isso. Este sistema prejudica tanto os professores, como os alunos e, de modo geral, toda a educação.

Por isso, nossa cobrança e nossa insistência na continuidade do Programa Amazônia Conectada. É preciso dar prioridade no acesso à Internet na Região Amazônica, prioridade à energia, às políticas públicas, que hoje, infelizmente, estão paradas por conta desse Governo de morte, de retrocesso e de retirada de direitos.

Aqui em Manaus, também no sábado, teremos um ato público contra os cortes na educação e contra as medidas do Governo que estão prejudicando a população. O ato será promovido pelos movimentos sociais estudantis em defesa da vacinação, da Zona Franca de Manaus, do auxílio emergencial e da vida. Todos e todas estão convidados a participar.

Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 414/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-10:12
Publ.: DCD - 28/05/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, sobre a fixação do valor do salário mínimo em 1.100 reais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao isolamento social e à compra de vacinas. Transcurso do Dia Nacional da Mata Atlântica. Elevação dos índices de desmatamento no País. Investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pela Polícia Federal. Defesa de abertura da CPI do Meio Ambiente pela Câmara dos Deputados. Necessidade da implantação de política nacional de preservação do meio ambiente.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -** Obrigado, Presidente Rosângela. Ao cumprimentá-la, também cumprimento todos os Srs. e Sras. Parlamentares.

Queria fazer referência também à medida provisória aprovada ontem, contra o nosso voto, contra a nossa opinião. Trata-se da Medida Provisória nº 1.021, que não repôs sequer a inflação para o salário mínimo, então reajustado abaixo da inflação.

É comum a reportagem, por exemplo, dizer quanto custa 1 real de aumento no salário mínimo para os cofres públicos. Aumento de salário

mínimo tem uma repercussão grande, com muitas reportagens. Mas as reportagens não dizem, por exemplo, que parte desse aumento retorna aos cofres públicos na forma de impostos. Não dizem, por exemplo, que com o aumento do salário mínimo as pessoas vão poder comer mais, vão ter mais recursos para comprar remédios, e assim em diante.

As mortes por COVID já passam de 450 mil. É uma tragédia continuada frente a um Governo que é pior do que inoperante. É um Governo que escolheu um caminho que não deu certo aqui, não deu certo na Inglaterra, não deu certo nos Estados Unidos e que insiste em combater o isolamento social e em não apressar a compra de vacinas.

Pois bem, além disso tudo, nós temos um problema grave no Brasil que é o do meio ambiente. É uma coisa que parece distante, entretanto - hoje é Dia Nacional da Mata Atlântica -, há uma lei obriga o desmatamento zero. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, nos anos de 2019 houve um aumento de 400%, só no Estado de São Paulo, do desmatamento da Mata Atlântica. Isso correspondeu a 43 hectares. Onde é que está a causa? Como sempre, é o agronegócio, a pressão imobiliária e uma política ambiental que, da mesma maneira que abandona a Mata Atlântica, abandona a Amazônia, e por aí vai.

Também não é por acaso que o Ministro do Meio Ambiente, Ministro Salles, está sendo investigado pela Polícia Federal. O Ministro Alexandre de Moraes abriu inquérito. Há funcionários envolvidos com empreiteiras, assim como está sob suspeição o Ministro Salles.

Nós temos aqui uma proposta de CPI para investigar exatamente a política ambiental, condenada no mundo inteiro, a tal ponto que o Presidente da República, em recente pronunciamento, em um fórum internacional, assumiu o compromisso de que iria mudar a política. Bom, mas falta dinheiro e falta a política. A CPI a que nos referimos tem 106 assinaturas. Isso não é suficiente.

Portanto, como o Governo fala que não tem corrupção no seu Governo, como a base do Governo fala que não tem corrupção, a corrupção sempre está em outros governos, eu queria conclamá-los, naquela belíssima tese de quem não deve não teme, a investigar de maneira sóbria. Não tem que ter *show* midiático, tem que ter investigação. Não é somente para identificar culpados, ainda que isso seja importante, até para coibir outros, mas o objetivo é ter uma política ambiental que coloque o Brasil novamente no patamar dos países que preservam o meio ambiente. Para aqueles que ainda não entenderam que se nós não preservamos o meio ambiente, falta investimento, há boicote aos produtos brasileiros, porque esta é a realidade mundial.

Obrigado, Presidente.

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-10:28
Publ.: DCD - 28/05/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização de mutirão de solidariedade humana pela Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 (Associação Vida e Justiça). Convite à sociedade brasileira para participação nas ações da Associação.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje quero falar da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19.

Estamos mobilizando o Brasil inteiro pelas famílias das vítimas. Mais de 450 mil famílias de brasileiros perderam o pai, a mãe, o avô, a avó, o filho ou a filha para a COVID-19. Milhões de brasileiros foram contaminados pela COVID-19 e têm sequelas a partir da doença desenvolvida no seu organismo.

A Associação Nacional Vida e Justiça quer construir um grande mutirão de solidariedade humana, acolher, estender a mão. A Associação Nacional quer trazer a memória e a história de cada família, de cada brasileiro e brasileira que perderam a vida. É importante trazer a sua história, valorizar cada brasileira e cada brasileiro que perdeu a vida para a COVID-19.

Vamos articular assistência jurídica, psicológica, social para reparar danos morais e materiais das vítimas da COVID-19. Vamos construir políticas públicas e estamos apresentando o projeto de lei que busca criar a contribuição solidária da COVID-19.

Quem ganha acima de 20 salários mínimos e as grandes fortunas deste País têm que contribuir com políticas públicas para enfrentar a pandemia e a pós-pandemia e para acolher as famílias vítimas da COVID.

Existem 50 mil órfãos da COVID.

Também vamos construir a responsabilização dos agentes públicos que deram causa a esta tragédia humana, a este genocídio humano.

Vamos construir a responsabilização daqueles que negam a ciência, daqueles que não compram vacina e distribuem cloroquina, daqueles que se aglomeram sem uso de máscara, sem isolamento social, daqueles que não constroem uma política de enfrentamento à pandemia e fazem com que o Brasil seja um dos campeões do mundo em mortes, quando somente somos 2,7% da população do planeta, com quase 30% dos mortos do planeta.

Participe da Associação Nacional, se envolva. Não tem cobrança de mensalidade, não tem responsabilidade jurídica, só acesse lá, [www.vidaejustica.gov.br](http://www.vidaejustica.gov.br) e se associe. Participe, defenda a vida, defenda o futuro, defenda a justiça e o direito das vítimas da COVID-19.

Vida e justiça!

---

Documento 416/438

---

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-10:36
Publ.: DCD - 28/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Superação da marca de 450 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Crise socioeconômica brasileira. Elevação das taxas de desemprego no Brasil. Importância de retomada do auxílio emergencial de 600 reais para a exclusão do Brasil do Mapa da Fome.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT.** Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, demais Parlamentares que estão nesta sessão de Breves Comunicados, é muito bom ver a Deputada Rosângela presidindo a sessão.

Quero dizer para a nossa sociedade que, nesta semana e no último ano, sofremos um impacto muito forte, porque estamos numa pandemia que já tirou mais de 450 mil vidas. E estamos olhando o Brasil com a economia sem controle, e há desemprego crescente em todo País. Conforme os últimos dados anunciados, o desemprego chegou a 14,7%, a maior taxa de desemprego depois dos registros de desempregos no Brasil. A taxa de subutilizados é de 33,2 milhões de pessoas. E os chamados desalentados, aqueles que não estão mais em busca de nada, são 6 milhões de pessoas. O desemprego aumentou 6,3%. Isso para nós é muito triste. Quantas famílias estão em busca de um posto de trabalho? Mas nesse momento, sem o olhar

do Estado, sem o apoio do Estado, não conseguem.

Esta Casa deve se debruçar sobre o auxílio emergencial, necessário para que a nossa população saia do Mapa da Fome. O país que produz tanto, como o Brasil produz, deixar o nosso povo passar fome e as nossas famílias sem ter o mínimo necessário para sobreviver... Quando entram no supermercado, veem os preços nas alturas. Não podem mais comprar uma cesta básica! Olhem quanto custa o arroz, o feijão, o óleo, o açúcar, que é o mínimo que se pode levar para casa!

O desemprego, somado à carestia, somado à falta do trato com o Governo com as questões sociais, leva também a uma grande pandemia, porque nós temos uma pandemia na área sanitária e temos um desgoverno, porque o Governo não cuida da população.

Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Casa tem essa responsabilidade pública. Fomos eleitos para representar o nosso povo. E a nossa população, a grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, hoje está à mercê da vontade da caridade. Nós somos um país solidário. O nosso País construiu a possibilidade de uns ajudarem os outros. Contudo, somos um país continental altamente produtivo. Fica vergonhoso, diante do mundo, deixar desempregada a nossa população e deixar trabalhadores e trabalhadoras à mercê da doação daqueles que têm uma boa alma para ajudar o outro.

Portanto, vamos nos debruçar naquilo que interessa: auxílio emergencial de 600 reais já, para toda população que está desempregada!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 417/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	10:44
Publ.: DCD - 28/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus; e às Emendas de nºs 1 a 98, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. NILTO TATTO** (PT - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta medida provisória é necessária, é necessária até em função do acirramento dos conflitos a que nós estamos assistindo, com invasões, em especial de garimpeiros e também de madeireiros, nas terras indígenas.

Ainda no ano passado, houve a Medida Provisória nº 1.025. Havia preparado um relatório mais consistente, e não houve tempo de se fazer o debate e inclusive o diálogo com o Governo, para haver medidas mais estruturantes, necessárias para proteger os povos indígenas, patrimônio cultural e ambiental do País.

Esta medida provisória vence agora nos próximos dias. Em função da necessidade e da urgência, nós estamos encaminhando aqui a aprovação do texto original, que versa em especial sobre a possibilidade de a FUNAI pagar diárias para as operações de fiscalização, tão necessárias neste momento, haja vista o que vem acontecendo - e foi notícia, inclusive, na imprensa -, os conflitos lá na Terra Indígena Munduruku, no Pará, e aquilo que já vimos assistindo há um bom tempo, as invasões da Terra Indígena Ianomâmi.

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, conversando com a própria Liderança do Governo, vimos que há necessidade de nos aprofundarmos num texto e num projeto de lei mais estruturante. E aqui, dialogando inclusive com o Líder do Governo, acertamos de pensar em um projeto de lei com essas medidas mais estruturantes e, assim, estabelecer um diálogo para que esta Casa possa aprovar, com urgência também, um projeto de lei.

E neste momento de urgência, evidentemente atendendo inclusive à própria decisão do Supremo Tribunal Federal que obriga o Governo a proteger esses povos indígenas, nós podemos fazer a nossa contribuição aqui, neste Parlamento, aprovando esta medida provisória, que trata de pagamento de diárias; e depois, na sequência, nós nos comprometemos a trabalhar em um projeto de lei mais estruturante.

Eu pergunto à Presidência se posso ir direito ao voto do Relator, para dar sequência a este debate.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosangela Gomes. Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Pode sim, Deputado.

**O SR. NILTO TATTO** (PT - SP) - Passo à leitura do voto.

"II - Voto do Relator

## II.1 - Da Admissibilidade

### II.1.1 - Do Atendimento aos Pressupostos Constitucionais

A medida provisória em análise atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Os requisitos da urgência e da relevância saltam aos olhos diante da necessidade de mitigação dos efeitos da pandemia. Ademais, consoante consta da própria exposição de motivos, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 6.625 MC/DF, é imperiosa a prorrogação da operacionalização de barreiras sanitárias para a proteção dos povos indígenas, mediante cooperação federativa em matéria de segurança pública, tais como estabelecidas pela Medida Provisória nº 1.005, de 2020, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Nesse contexto, entendemos que está adequadamente demonstrado e caracterizado o atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

### II.1.2 - Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão.

Observamos, ainda, a juridicidade da matéria tratada na medida provisória, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A mesma situação se verifica quanto às emendas apresentadas à medida provisória, nas quais não há vícios relacionados à inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

### II.1.3 - Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação



orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Importante considerar que, com a pandemia da COVID-19, foi declarado estado de calamidade pública, consubstanciado no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Tal decreto tem como resultado prático, conforme prevê o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a promoção da flexibilização de regras fiscais, na forma da dispensa do atingimento das metas fiscais previstas no art. 2º da Lei nº 13.898, de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020), da dispensa da limitação de empenho, e da suspensão dos prazos e disposições previstas (...), relacionados a despesas com pessoal e dívida.

Em 7 de maio de 2020, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 106, cujo art. 3º estabelece:

*Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.*

*Parágrafo único. Durante a vigência da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.*

Diante do disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, ficam dispensadas as proposições legislativas de observar as limitações legais para a criação de despesa e renúncia de receita relacionadas ao enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Contudo há que ser observado o disposto no art. 113 (...), que exige que as proposições apresentem estimativas dos gastos na criação de despesa ou ampliação de renúncia de receita.

Da análise da medida provisória sob o ponto de vista orçamentário e financeiro, entendemos que os casos ali previstos não significam geração de despesa pública ou renúncia de receita, ainda que haja previsão da ocorrência de algumas despesas de caráter discricionário,

sendo a conclusão em relação à proposição original de que não há implicação orçamentária e financeira.

É nosso entendimento que a possibilidade do pagamento de diárias já é algo previsto na legislação e se trata de despesa discricionária, especialmente submetido ao disposto nos art. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos esses a serem observados no momento da execução da despesa.

Com relação às emendas, foram identificadas diversas que representariam aumento de despesa, mediante exigências específicas em relação à abrangência das ações de forma obrigatória. Tais emendas somente poderiam ser consideradas adequadas apenas caso atendessem os dispositivos legais citados, o que não foi constatado. É o caso das emendas nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 33, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 70, 71, 77, 83, 84, 86, 93, 94 e 98, que promovem aumento de despesa, sendo que não estão acompanhadas das estimativas exigidas pelo citado art. 113, nem das informações e medidas de compensação previstas nos citados artigos da LDO-2021 e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas emendas, portanto, foram consideradas inadequadas orçamentária e financeiramente.

As emendas de nº 1, 2, 3, 13, 16, 25, 32, 34, 36, 37, 42, 47, 52, 62, 69, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 91, 92, 96 e 97 tratam de questões que têm relação com despesa orçamentária, porém sem provocar, *de per se*, aumento de despesa. As despesas associadas à regulamentação proposta nessas emendas seguem o rito normal de acordo com sua natureza. Sendo essas consideradas adequadas à legislação orçamentária e financeira.

Por sua vez, as emendas que não afetam despesa pública, sendo o caso daquelas de nº 10, 28, 31, 38, 46, 50, 51, 54, 57, 63, 64, 67, 68, 74, 82, 89, 90 e 95.

Em conclusão, somos pela inadequação orçamentária e financeira das emendas nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 33, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 70, 71, 77, 83, 84, 86, 93, 94 e 98, pela adequação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, e das emendas de nº 1, 2, 3, 13, 16, 25, 32, 34, 36, 37, 42, 47, 52, 62, 69, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 91, 92, 96 e 97, e pela não implicação orçamentário-financeira das emendas de nº 10, 28, 31, 38, 46, 50, 51, 54, 57, 63, 64, 67, 68, 74, 82, 89, 90 e 95.

## II.2 - Do Mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria,

uma vez que a medida proposta converge com o interesse público de proteção integral do patrimônio humano e cultural dos povos indígenas no atual contexto de risco efetivo à saúde em decorrência da incidência e transmissão comunitária do SARS-COV-2.

Ademais, cabe ao Estado a defesa da cultura, das tradições e da saúde dos povos indígenas brasileiros, sobretudo no contexto de grave crise de saúde pública declarada como emergência internacional, cuja evolução no meio dos povos tradicionais pode gerar grande mortalidade e prejuízos incalculáveis para a continuidade geracional das comunidades tradicionais.

Assim, não há dúvidas de que deve ser aprovada esta medida provisória, em defesa dos povos originários deste País.

No que se refere às emendas, apesar de, em grande parte, serem louváveis, optamos pela rejeição conjunta, para que não se prolongue o debate e se prejudique a tramitação da medida provisória, que deve ser aprovada com máxima urgência, consoante explicado. No entanto, vamos construir um Projeto de Lei, à semelhança do que foi feito no relatório da Medida Provisória nº 1.005, de 2020, para que os direitos dos povos originários do Brasil sejam assegurados com maior eficácia. A defesa dos indígenas brasileiros é nosso maior interesse!

### II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.027, de 2021;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista;
- c) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.027, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 33, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 70, 71, 77, 83, 84, 85, 86, 93, 94 e 98; pela não implicação orçamentário-financeira das Emendas de nº 10, 28, 31, 38, 46, 50, 51, 54, 57, 63, 64, 67, 68, 74, 82, 89, 90 e 95, e pela adequação financeira das demais emendas.
- d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021; e

d.2) pela rejeição de todas as emendas."

Esse é o relatório. Em função da emergência que está colocada, esta Casa precisa apoiá-lo, dar resposta e fazer com que o Governo cumpra, inclusive, a própria decisão do STF de tomar as medidas necessárias para a proteção dos povos indígenas, em especial aqueles isolados e aqueles de recente contato, ainda mais pela situação de conflito que está ocorrendo nesse momento na Terra Indígena Mundurucu, localizada na região do Tapajós no Pará, e na Terra Indígena Yanomami.

Por isso, apresento este relatório e o compromisso, dialogado, conversado, inclusive com a Liderança do Governo, de ato contínuo, apresentarmos um projeto mais estruturante que, de fato, venha criar as condições de proteção dos povos indígenas, considerando, inclusive, a participação ativa das comunidades indígenas. Sabemos muito bem que, para o funcionamento dessas barreiras sanitárias, é importante o diálogo, uma vez que nós estamos tratando, em especial no caso desta medida provisória, do funcionamento das barreiras sanitárias com populações em que há indivíduos que sequer falam o português.

Portanto, é importante o diálogo e a participação do movimento indígena, com as comunidades e lideranças indígenas, para que funcionem as barreiras sanitárias e, assim, seja contida a entrada do vírus da COVID-19 nessas terras indígenas.

Era isso, Sra. Presidente.

Esse é o parecer do Relator.

---

Documento 418/438

---

58.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/05/2021-11:08	
Publ.: DCD 28/05/2021 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de

áreas indígenas contra o coronavírus.

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Parlamentares, esse assunto não é tão novo. Desde o ano passado, os povos indígenas vêm colocando a necessidade de se garantir medidas eficientes para o enfrentamento da COVID-19 em territórios indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais. Portanto, isso não é novo.

Inclusive, nós discutimos aqui nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, que se transformou em lei, não por questões do Governo, mas por nossa atuação como Legislativo. Nós fizemos uma discussão bastante ampla com a sociedade, com as organizações indígenas, com os apoiadores e colocamos iniciativas que as comunidades já fazem, sem recurso ou participação do Governo. Esse PL deu origem à Lei nº 14.021, de 2020. Sofremos, digamos assim, sérios vetos. Foram 22 vetos por parte do Governo, mas nós os derrubamos.

Agora, uma ação foi impetrada no Supremo Tribunal Federal, a ADPF 709, devido à inativação, à inação, à não concretização dessa Lei nº 14.021. As organizações indígenas foram obrigadas a buscar o Judiciário para que sejam implementadas algumas regras e se torne realidade a proteção das terras indígenas. E uma delas diz respeito a essas barreiras sanitárias.

Como o nome já diz, é sanitária. As organizações indígenas têm diversas barreiras. Uma delas é a barreira de contingência, que é para proteger das invasões, avisar quando há pessoa estranha entrando na terra indígena. A sanitária se vê relacionada à saúde. E, pelo que vemos na medida provisória, isso está muito limitado, restrito.

Não tenho nada contra o Relator, eu queria deixar isso bem claro aqui. O Deputado Nilto Tatto participou de diversas reuniões com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas quando era Relator de outra medida provisória. E nós colocamos muito bem esse cenário das organizações indígenas.

Hoje, nós não somos contra isso. Mas, da forma como está escrita a medida provisória, ela traz o pagamento de diárias a servidores. Ela não coloca o resultado das discussões, a situação da ADPF. Ela não fala das demandas dos povos indígenas para a proteção de suas comunidades, tampouco da instalação de barreira sanitária, que foi determinada via judicial pelo Supremo Tribunal Federal e apresentada aos povos indígenas. Não houve o direito de consulta prévia, livre, formada, tal como determina a ADPF.

Todas as medidas provisórias deveriam ser discutidas, dialogadas,



mas a redação desta não foi. Ela retira, para pagamento de diárias, recursos da FUNAI, um órgão indigenista que já é totalmente sucateado, que não tem recursos nem para se manter, e agora vai pagar esses serviços públicos de diária. Por mais que seja louvável enviar forças armadas, como vimos ontem nos ataques lá em Munduruku, a Polícia Federal, a Força Nacional, servidores para conter a violência, retirar esse recurso da FUNAI é tornar cada vez mais impossível à FUNAI a realização do trabalho.

Da mesma forma, nós colocamos muitas sugestões, através de emendas, que não foram acatadas.

Por mim, foram apresentadas mais de 14 emendas, Presidente Rosângela - 14 emendas -, não no sentido de impedir a medida provisória, mas no sentido de colaborar com o texto. Nós sabemos que a medida provisória pode caducar, mas eu digo aqui que faz um tempinho que ela está tramitando, é a segunda medida provisória. Ela não coloca prioridade para instalação da barreira, de acordo com a ADPF 709, um ponto judicial que já foi levantado no Supremo Tribunal Federal, ela exclui a participação indígena nas ações relacionadas à barreira sanitária.

Deputado Ricardo Barros, hoje, essas barreiras são compostas só de indígenas, que, mesmo com os poucos recursos que têm, vão lá colocar a sua vida em risco. Ficam 24 horas, muitas vezes, debaixo de sol, debaixo de chuva - na Amazônia, hoje, está chovendo muito -, doente ou não, deixam suas famílias. Não serem reconhecidos pelo serviço que realizam é cruel.

Também excluíram esse pagamento de diárias, porque consideram que eles estão ali realizando um serviço público. A instalação de barreira, conforme os critérios técnico e socioambiental, foi totalmente descartada. Da mesma forma, não colocaram isso para a utilização do recurso da SESAI. Ora, se estamos falando de barreiras sanitárias, barreira para a questão da saúde, deveriam colocar isso para ser retirado do órgão competente, que é a parte da saúde, da saúde indígena, e não somente da FUNAI.

Também não se colocou -- cortou aqui -- a questão da garantia de equipamento de proteção individual. Imagine uma equipe de servidores indo para lá sem ao menos ter a garantia desses equipamentos, Presidente Rosângela!

Nós colocamos aqui a questão da quarentena obrigatória para servidores que fossem trabalhar na barreira e da realização de exames, para provocar uma autorização que tivesse como comprovar que não se está com COVID-19. Isso é o básico. Isso é o básico para proteger pessoas que estão ali na comunidade indígena, que já estão

sendo vacinadas, mas que podem ser expostas a partir de um incentivo.

Então, o que eu quero falar aqui é que poderíamos estar melhorando o texto dessa medida provisória.

Pelo meu compromisso com os povos indígenas, com as organizações indígenas, que dedicaram seu tempo para discutir essa medida provisória perante a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que colocaram as suas sugestões de forma técnica, não ideológica, mas de forma técnica, com base científica, com base em estudos, com constatação do que está acontecendo dentro das comunidades indígenas, eu vou votar contra essa medida provisória.

E eu espero que o Governo se sensibilize com essa parte e se sente junto conosco, mas de forma civilizada, de forma aberta, com o coração aberto, porque os povos indígenas querem colaborar, Sr. Deputado Ricardo Barros.

Não queremos ficar doente nem morrer por COVID. Nós queremos fazer parte da administração deste País, mas com respeito, respeitando os direitos, respeitando essa participação, respeitando a consulta principalmente.

Então, eu queria finalizar aqui esta minha manifestação e discussão dizendo que espero que as coisas realmente avancem. Nós não podemos ver a cada dia aumentar o número de infectados, não somente dos povos indígenas, mas também dos quilombolas. Eu espero que possamos resolver essa situação também das barreiras de contingência, que é diferente da barreira sanitária.

Quero deixar claro que estamos aqui para ajudar o texto. E eu acredito que podemos fazer isso se tivermos boa vontade, se tivermos realmente defendendo a vida. É isso que estamos querendo fazer com uma medida que vai enfrentar... Esta medida provisória não deve ser somente para pagar diárias, não deve ser somente para garantir gastos que já foram feitos, não deve ser somente para colocar prioridade para pagamento de algumas despesas, mas deve ser também para atingir o verdadeiro objetivo a que se propõe, que é fazer a proteção das terras indígenas. Que essa proteção seja, realmente, eficaz, responsável e séria.

---

### *Sumário*

Pedido aos Parlamentares de aprovação do texto da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus. Compromisso de discussão de projeto de lei elaborado pelos Deputados Nilto Tatto e Joenia Wapichana.

---

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto, que, percebendo que a medida provisória no seu texto original já é um avanço importante, relatou-a. Ele também relatou anteriormente esse assunto, conhece profundamente as questões envolvidas e entendeu que aprovar essa medida pelo texto já é um avanço importante e que temos mais avanços a conquistar.

Eu me comprometo aqui a discutir um projeto de lei, a ser apresentado pela Deputada Joenia e pelo Deputado Nilto Tatto, para avançarmos mais nas questões que a Deputada Joenia está questionando, e S.Exa. tem razão. Mas não podemos fazê-lo neste momento. Então, eu me comprometo aqui, como Líder do Governo, a discutir, a avançar e a tentar aprovar esse projeto que o Deputado Nilto Tatto e a Deputada Joenia poderão apresentar, com todas essas questões que ela envolve.

Mas, neste momento, pedimos a aprovação do texto da medida provisória.

---

Documento 420/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021- CD	11:16
Publ.: DCD - 28/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Reformulação do parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus; e às Emendas de nºs 1 a 98, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**O SR. NILTO TATTO** (PT - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta e caros colegas Parlamentares, primeiro, gostaria de informar que foi promovida uma pequena alteração no parecer lido há pouco. A mudança é no sentido de admitir todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, rejeitando-as apenas no mérito.

Assim, releio a parte da conclusão do voto.

"II.3 - Conclusão do voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.027, de 2021;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista;
- c) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.027 e de todas as emendas a elas apresentadas;
- d) no mérito:
  - d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021; e
  - d.2) pela rejeição de todas as emendas."

E eu gostaria de dizer o seguinte: concordo e assino embaixo de toda a fala, com consistência, com conhecimento de causa, da Deputada Joenia. Concordo plenamente. Foi nesse sentido que, inclusive, nós construímos o relatório da Medida Provisória nº 1.005, do ano passado. E o texto da MP 1.027 é o mesmo.

E digo claramente que, em face da emergência, da necessidade e da decisão, neste momento, de permitir que a FUNAI pague as diárias para essas operações - e agora o Governo é obrigado a fazê-lo por decisão do próprio Supremo Tribunal Federal -, nós, então, evidentemente, não podemos abrir mão disso.

Eu tenho clareza de que essa ação emergencial é necessária, mas, para o funcionamento das barreiras sanitárias, para a proteção dos povos indígenas, nós precisamos ter uma política mais consistente. Estamos, inclusive, discutindo e elaborando um projeto de lei sobre essa questão.

Por isso, faço um pedido a todos os partidos da Oposição. Nós vamos

aprovar, sim, essa medida provisória, permitindo, então, o pagamento das diárias, mas vamos trabalhar essa política. E aí quero aqui agradecer o compromisso inclusive do Deputado Ricardo Barros para ajudar a construir uma política permanente, como responsabilidade daquilo que este Parlamento pode fazer para a proteção dos povos indígenas, o que nós temos clareza de que não está sendo feita neste momento por parte do Governo.

O mínimo que nós podemos fazer é aprovar essa medida provisória do jeito que está colocada ali e nos empenharmos para termos uma política mais consistente. O que não podemos, neste momento, é lançar mão de assumir a responsabilidade pela inoperância por parte do Executivo, que não resolve o problema do conflito que está em campo neste momento. Disso eu tenho clareza.

Por isso, faço um pedido aos partidos da Oposição. Vamos aprovar essa medida provisória, vamos criar as condições, mesmo sabendo que ela não resolve aquilo que é necessário fazer para ter política permanente, inclusive construída com a participação das comunidades e dos movimentos indígenas, o que é necessário para fazê-la funcionar.

Eu volto a dizer: em muitos povos indígenas não há sequer alguém que fale português. E uma questão básica é que qualquer política pública para funcionar precisa ter o entendimento daquela comunidade que vai ser beneficiada pela política pública.

Portanto, peço aqui que aprovemos essa medida provisória, para que assim o Governo possa cumprir com a própria decisão do STF, e nos empenhemos para construir projetos de lei mais consistentes para as barreiras sanitárias.

---

Documento 421/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	11:20
Publ.: DCD - 28/05/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus.

---

**O SR. BIBO NUNES** (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) -

Grato, digníssima Presidente Rosângela Gomes. É uma satisfação, é uma honra estar nesta sessão.

Sou totalmente favorável à matéria. Eu a vejo com a melhor das boas intenções. Ela estabelece a criação de barreiras sanitárias protetivas em áreas indígenas. Essas barreiras têm a finalidade de controlar o trânsito de pessoas e mercadorias que se dirijam a essas áreas, com o objetivo de evitar o contágio e a disseminação da COVID-19.

Essas barreiras sanitárias protetivas nas áreas indígenas são compostas por servidores públicos federais, prioritariamente, ou por militares, com a anuência do respectivo Chefe do Poder Executivo, por servidores públicos e militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Acredito que seja uma proteção altamente justificada. Temos a imensa maioria a favor da aprovação desta medida provisória. Pode não atingir todos os objetivos que queiram - que seja permanente -, mas, convenhamos, convenhamos, estabelece a criação de barreiras sanitárias protetivas em áreas indígenas. Esse é o fundamento. Eu só tenho a elogiar. Sempre há algo mais a fazer, sempre. Se se faz algo bom, dizem: *"Ah! Tá bom. Mas quero mais"*. É bom que saibamos, no momento, que estamos prestigiando as áreas indígenas, que estamos preocupados com a saúde e queremos barreiras sanitárias. Acredito que devamos apoiar e incentivar. O que precisa ser feito depois será feito, mas no momento em que se dá esse apoio, esse reconhecimento, acho de bom tom que também se aceite e se valorize. Sempre faltará algo, sempre teremos algo a fazer.

Eu sou totalmente favorável à proteção indígena, tenho amigos índios inclusive e apoio totalmente esta medida. Que ela seja ecoada, para que tenhamos mais respeito às áreas indígenas, sempre dentro do lógico, sempre dentro do plausível, reconhecendo a importância dos indígenas, que foram os primeiros a chegarem ao nosso País. Então, tem o meu total apoio a Medida Provisória nº 1.027, que estabelece a criação de barreiras sanitárias protetivas nas áreas indígenas.

Muito obrigado, digníssima Presidente Rosângela Gomes. Foi uma honra.

---

Documento 422/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021- CD	11:32
Publ.: DCD - 28/05/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

## *Sumário*

Apoio à aprovação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, esta medida provisória, que cria barreiras sanitárias para proteção à saúde indígena, é resultado de uma pressão muito intensa feita pela Oposição aqui na Câmara dos Deputados, a começar pelo próprio PDT, e por todos os partidos, até porque tínhamos apoiado e aprovado uma política de proteção indígena, que foi vetada pelo Presidente da República, que foi obrigado a emitir esta medida provisória.

Vamos ter nas barreiras sanitárias funcionários públicos federais, estaduais e municipais, com os custos pagos pela FUNAI e pela SESAI, SEXAI a secretaria nacional do índio, para combater endemias - de febre amarela, H1N1, COVID-19 -, mas ela é muito aquém daquilo que as comunidades indígenas precisam, merecem, necessitam e a que têm direito.

Pelo menos, Sra. Presidente, estamos nos esforçando num sentido efetivo, porque as comunidades indígenas estão à mercê daquelas que são doenças comuns dos brancos, cujo atendimento os brancos têm e que aos índios é dificultado, é negado, enfim, há toda uma lógica diferenciada. Então, é preciso um programa objetivo, específico, direcionado, determinado, porque os índios e as comunidades indígenas... No Rio Grande do Sul, temos a comunidade indígena Inhacorá, na minha Santo Augusto e em São Valério do Sul, a do Guarita, enfim, as tantas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul e do Brasil precisam, e nós temos que dar a proteção. O Congresso Nacional tem que ter esta consciência.

Esta é a nossa luta: respeitem as comunidades indígenas, respeitem os índios. É o que o Governo não está fazendo. Mas a nossa luta continua. Vamos insistir e determinar a luta em favor dos índios.

---

Documento 423/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-27/05/2021-
	CD	11:40
Publ.: DCD - 28/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

## *Sumário*

Descaso do Governo Jair Bolsonaro com as políticas de proteção às populações indígenas. Apoio à aprovação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-la, Presidenta Rosângela, pela condução dos trabalhos. Quero cumprimentar, especialmente durante esta votação, os povos indígenas do nosso País, na pessoa da nossa Deputada Joenia.

É um absurdo o que está acontecendo no Brasil. O Governo Bolsonaro ataca os povos indígenas enquanto política. Vejam que o Brasil tem em torno de 800 mil brasileiros autodeclarados indígenas. Todos eles deveriam estar vacinados, Deputado Bira do Pindaré. Neste momento, Deputada Fernanda, deveria, sim, haver vacina para todos.

É evidente que barreiras são importantes. Nós concordamos com a medida provisória, mas sabemos que é preciso muito mais do que isso, muito mais do que uma barreira. É preciso que haja uma política real de proteção à saúde indígena, e o que está acontecendo durante o Governo Bolsonaro é boicote às políticas de proteção às populações indígenas.

---

Documento 424/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	11:44
Publ.: DCD - 28/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os destaques.

---

**O SR. NILTO TATTO** (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT encaminha "sim", Presidente.

Eu quero destacar a urgência do momento que estamos vivendo, desse conflito, e o compromisso que temos que ter aqui no Parlamento. Quando há medidas provisórias que dialogam com o momento que estamos vivendo, de urgência e de prioridade, temos que trabalhar com

mais tempo, debater com mais tempo, preparar o relatório, para, assim, haver a contribuição do Parlamento. A forma como estão acontecendo as votações não permite esse diálogo nem permite as negociações com o próprio Governo.

Então, em função até deste momento - e nós não podemos abrir mão da nossa responsabilidade de ajudar na operação que precisa ser feita, mesmo sabendo que não temos um governo sério para fazê-la -, precisamos fazer a nossa parte. Por isso, nós encaminhamos o voto "sim".

---

Documento 425/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021 - CD 11:44
Publ.: DCD - 28/05/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os destaques.

---

**O SR. DANILO CABRAL** (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSB mais uma vez vai ratificar as nossas críticas ao conteúdo desta medida provisória, por ser absolutamente insuficiente ante os desafios que nós temos, e não só em relação às comunidades indígenas. Eu queria alertar que todas essas medidas deveriam estar contemplando também os povos tradicionais, as comunidades quilombolas, que também ficaram de fora dessa política. Então, além da ausência de medidas efetivas, porque se limita exclusivamente a uma barreira sanitária - repito, fruto de uma ação, porque a Justiça é que determinou ao Governo fazer isso -, outros povos também importantes que precisam ser preservados neste momento da pandemia ficaram de fora.

Então, o PSB tem críticas ao conteúdo e entende que, neste momento, é uma iniciativa que ajuda, mas não resolve absolutamente nada. Nós orientamos "sim", mas queremos voltar a discutir políticas para os povos tradicionais.

---

Documento 426/438

---

58.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021-  
CD 11:48

Publ.: DCD - 28/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os destaques.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiro, quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto o esforço para fazer um ajuste nesse texto.

Poderíamos votar, sim, destaques à medida provisória. Há tempo para isso. O que não há é boa vontade. Como explicar à sociedade e aos povos indígenas que eles não participam das barreiras sanitárias? Eles é que sabem identificar, sabem o que é melhor. Isso, inclusive, fura a própria lei. Os indígenas têm que ser consultados. Mais do que isso, utilizar os recursos da FUNAI, e não do serviço sanitário de apoio aos índios, é um absurdo!

É óbvio que a barreira é fundamental para impedir a contaminação, mas, dessa forma, sem participação, não é a melhor maneira.

Por isso, o PSOL acompanha a Deputada Joenia Wapichana e vota "não" a essa proposta, esperando que possamos reconquistar esse espaço, que é como uma lei responde de verdade às barreiras sanitárias.

Documento 427/438

58.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021-  
CD 11:48

Publ.: DCD - 28/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### *Sumário*

Disseminação da Covid-19 entre as comunidades indígenas. Distorções da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus. Necessidade de implementação, pelo Governo Federal, do disposto na Lei nº 14.021, de 2020, sobre as medidas de proteção

social preventivas do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas; a estipulação de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento à Covid-19; e a alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os destaques.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer a atenção que está sendo dada hoje aos povos indígenas, infelizmente por uma situação de emergência, que está acontecendo em todo o planeta: a disseminação da COVID-19.

A matéria não é nova, uma vez que a Medida Provisória nº 1.005, que tratava da mesma matéria, caducou. Inclusive, o relatório foi trabalhado pelo Deputado Nilto Tatto. Ela foi novamente editada como Medida Provisória nº 1.027, com o mesmo propósito, mas não foi a partir do Governo.

Estou nesta Casa hoje justamente para lembrar que esta medida provisória é, em parte, resultado das mobilizações e das cobranças dos povos indígenas ao Governo Federal para proteção de suas comunidades, em torno da disseminação da COVID-19.

Lembro que a instalação de barreiras sanitárias foi determinada via judicial no Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF 709, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e por seis partidos políticos, todos da Oposição - Rede Sustentabilidade, PSB, PSOL, PT, PDT, PCdoB.

Nós sabemos que não houve boa vontade. Por quê? Porque, em linhas gerais, as emendas apresentadas ao texto abordavam a temática, justamente porque a medida provisória omitiu pontos essenciais desse tema.

Primeiro, omitiu-se a prioridade na instalação de barreiras, de acordo com a ADPF 709. Esse é o ponto principal. Ora, se foi provocado via judicial, é porque não havia a ação por parte do Governo Federal.

Segundo, a participação dos indígenas nas ações relacionadas à barreira sanitária. Como muitos reconheceram aqui - e eu tenho que ser coerente, sendo, por isso, contra esta medida provisória -, se os próprios povos indígenas criaram barreiras sanitárias, é cruel, é omissivo

dizer que eles não têm direito a receber diárias e não reconhecer a participação deles nas barreiras que são instaladas dentro das terras indígenas. Isso é muito grave!

Eu falei do pagamento das diárias, porque os povos indígenas, com sol ou chuva, com ou sem diária, estão lá, dia a dia, enquanto os servidores só irão para áreas indígenas se houver pagamento de diárias. É só isso a que a medida provisória se destina: liberar recursos para pagamento de diárias. E os indígenas vão continuar nas barreiras, com os próprios recursos, com os próprios equipamentos, com a precariedade que sempre houve!

Não se previu a instalação de barreiras conforme critérios técnicos e socioambientais. Como uma medida provisória pode determinar que tem que haver barreira, se não prevê sequer os critérios técnicos, Deputada Jandira Feghali, que defende a área de saúde, relacionado à COVID-19? Como uma medida provisória não previu sequer a participação de funcionários da área de saúde? É diferente uma barreira de contingência para fazer a vigilância de terra indígena de uma barreira sanitária. Registra-se a palavra "sanitária", mas a medida provisória sequer prevê a participação de profissionais da área da saúde. Como pode isso?

Omitiu-se, ainda, a participação prioritária dos servidores federais na composição dessas barreiras. Também não se falou da utilização de recursos da SESAI para o pagamento de diárias. Só se prevê que a FUNAI deve pagá-las. Eu sou defensora da FUNAI, como órgão indigenista federal, que desde o primeiro momento tem sob responsabilidade 13% do território brasileiro. A FUNAI exerce um trabalho precário porque não tem recursos, e a cada ano diminui mais esse orçamento. Todo mundo é ciente disso, porque há reclamações sobre a diminuição do orçamento para proteger terras indígenas, o meio ambiente. E agora a FUNAI tem que pagar as diárias dos profissionais que vão estar lá? Isso é irresponsabilidade, gente.

Apresentei emenda para que, pelo menos, se dividisse esse encargo com a SESAI. Muitas vezes estivemos em reuniões com a SESAI e ouvi falar que o problema ali não era dinheiro. Então, a secretaria teria que, pelo menos, compartilhar as despesas que vão ocorrer.

Não se garante ainda equipamento de proteção individual. Todo mundo vai para a área para proteger, fazer barreira sanitária, mas não há previsão desses equipamentos. E sabemos que eles estão faltando.

Por último, um ponto básico: garantir uma quarentena obrigatória para os servidores que forem trabalhar nas barreiras. Era o mínimo! Sabemos que o primeiro caso de contaminação em área indígena deu-se através de um profissional da área de saúde. No sei se V.Exas.



sabem disso. E eu ainda coloquei que faltou a exigência de se fazer exame para comprovar a ausência de COVID. Como é que se vai entrar em área indígena? Deputado Renildo, na Amazônia, 50 grupos de indígenas estão isolados, não têm contato, não falam português e precisam de proteção, Deputada Perpétua.

Quero aqui destacar também, Sra. Presidente, mesmo com a apresentação da relatoria - e faço um agradecimento ao Deputado Nilto Tatto pela tentativa, nesta medida provisória, em relação ao texto original, e reconheço o esforço de S.Exa. -, que não atender ao disposto nas medidas previstas na ADPF 709 é muito perigoso. Por isso, o Deputado Ricardo Barros assumiu o compromisso de a União, quando da instalação da barreira sanitária e sua concretização progressiva, poder corrigi-la, porque, Sras. e Srs. Deputados, essa barreira é um passo fundamental para a proteção dos povos indígenas. Eu não sou contra as barreiras sanitárias. Eu estou sendo coerente com o que venho defendendo, e defendendo não por mim, mas a partir das organizações indígenas, do movimento indígena, que tanto demonstram, de forma clara, o posicionamento deles. Hoje estamos bem avançados, porque quando falamos que deve ser respeitada a consulta, não é da boca para fora, mas porque temos Convenção nº 169, da OIT, ratificada. E é lei no Brasil! No mínimo, eles teriam que ser ouvidos e sido considerados esses pontos, que já são constitucionais, já estão previstos na lei que aprovamos aqui, a Lei nº 1.421.

Portanto, precisamos atender as necessidades dos povos indígenas. Se estamos querendo proteger os direitos dos povos indígenas, então vamos atender o que se apresenta aqui, para conter essa ameaça de contaminação pelo vírus e a presença de invasores. Estamos vendo a situação dos ianomâmis, que se agrava cada vez mais com a entrada de garimpeiros ilegais levando o coronavírus.

Quero registrar, portanto, a necessidade de o Governo implementar, primeiro, o que já dispõe a Lei nº 1.421, aprovada por esta Casa no ano passado, que já prevê essas medidas urgentes. E digo novamente: não precisava de uma medida provisória, Presidente Rosângela Gomes, para estabelecer barreira sanitária. Isso poderia ter sido feito através de um decreto, se houvesse boa intenção. Não era preciso que nós atropelássemos o direito de consulta prévia e sem verificar que já existe o andamento na ADPF 709 nesse diálogo.

Por essa razão, como represento a REDE e sou a única Deputada Federal indígena, vou votar contra.

---

### **Sumário**

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes de indígenas em decorrência da Covid-19. Necessidade de reexame da condução de políticas públicas. Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os destaques.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, a fala da nossa colega Deputada Joenia Wapichana é muito forte, é muito autêntica.

Neste momento, nós estamos aqui votando uma suposta barreira sanitária, que ajuda os povos indígenas, as comunidades indígenas que estão com muitos de seus filhos morrendo de fome.

O Governo Bolsonaro é o Governo do genocídio. O Governo Bolsonaro, não esqueçamos, é dirigido por aquele Presidente que disse: *"Tá com medinho de pegar o vírus? Esse vírus é uma coisa que 60% ou 70% vão ter que pegar"*.

É a teoria, Deputado Bira, Deputado Tatto, Deputada Fernanda, da imunidade de rebanho, que está levando milhares de pessoas a uma morte desnecessária. E centenas de indígenas morreram desnecessariamente, como milhares de brasileiros, nesta pandemia.

Presidenta, nós não suportamos mais ver tanta arrogância, tanta irresponsabilidade de um Governo. Por que as comunidades indígenas apoiadas por partidos de esquerda tiveram que ir ao Supremo Tribunal Federal para garantir um plano nacional de proteção contra a COVID às comunidades indígenas? Porque este País não tem Governo. Esta que é a grande realidade. Este País tem um amontoado de preconceituosos que protegem uma elite e que lavam as mãos diante do drama social, sanitário e econômico da ampla maioria do povo brasileiro, Deputado Danilo.

Nós precisamos levantar a voz neste Parlamento. Eu quero convidar aqueles que estão num silêncio conivente: levantem a voz contra o genocídio de Bolsonaro! Exijam mudanças mais profundas na condução das políticas públicas!

Nós vamos liberar a Minoria, porque há posições diferentes, mas eu estou muito sensibilizado com a posição da Deputada Joenia

Wapichana.

---

Documento 429/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021- CD	12:04
Publ.: DCD - 28/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de aperfeiçoamento do texto da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus,

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, primeiro, como eu já disse, as emendas apresentadas ao relatório são superimportantes, aliás, foram essenciais para melhorar o texto. Nós não somos contra o texto, mas ele precisaria de um aperfeiçoamento relacionado às medidas necessárias e urgentes que o texto não apresentou, como a questão da ADPF 709 e a participação das comunidades indígenas. Fazer o básico era essencial, uma vez que a realidade é outra.

A medida provisória está simplesmente autorizando o pagamento de diárias, sem conter o real objetivo de proteger a área indígena. Isso é totalmente incoerente com o que os povos indígenas realmente precisam. Eles estão, de fato, necessitando de proteção, mas que eles possam dizer quais são as áreas realmente prioritárias, para o estabelecimento dessa proteção com a participação indígena. Entretanto, a MP só trata de diárias.

---

Documento 430/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -27/05/2021- CD	12:08
Publ.: DCD - 28/05/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus, ressaltados os

destaques. Importância de emendas apresentadas à proposição.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada Rosângela.

Nós já falamos aqui que a Oposição libera, em função de várias opiniões dos partidos que a compõem, e já destacamos o papel combativo e necessário da Deputada Joenia, que tem a nossa solidariedade. Sobre o papel do Deputado Nilto Tatto, que é Relator, nós sabemos que o texto não prosperou por imposição de um Governo que não quer avançar.

Neste bloco, há várias emendas importantes que estão sendo rejeitadas, como, por exemplo, a de inclusão de indígenas na composição das barreiras sanitárias. Essa é uma bandeira democrática. Quem conhece os territórios e aquela população, que possa ser parte da construção das barreiras sanitárias.

Então, é uma crueldade do Governo não incorporar uma emenda como essa, por exemplo. Aqui se fala de atender aos povos indígenas isolados e de recente contato, incluindo elencar terras indígenas com prioridade.

Portanto, nós não podemos votar pela rejeição dessas emendas. Enfim, liberamos a bancada, mas queremos registrar a importância de vários temas trazidos por elas.

---

Documento 431/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	12:08
Publ.: DCD - 28/05/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Distorções da Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus. Defesa da aprovação de emendas apresentadas à proposição.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria cumprimentar o Relator, Deputado Nilto Tatto, e reconhecer todo o seu esforço, sempre alinhado com o pensamento progressista em relação a

essa questão ambiental, que envolve indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.

Nesta medida provisória, como Presidente da Frente Parlamentar Quilombola, eu quero ser solidário à minha companheira, Deputada Joenia, Presidente da Frente Indígena. Os pontos aqui levantados por S.Exa. são corretíssimos.

Além disso, chamo a atenção para o fato de que esta medida provisória não contemplou os quilombolas - nós temos, inclusive, destaque nessa direção. Entendemos que as mesmas medidas de barreiras sanitárias para os indígenas devem também acontecer em relação às comunidades quilombolas. O grande erro é o fato de não haver consulta prévia.

Então, em relação às emendas, o PSB orienta "sim", Sra. Presidente.

---

Documento 432/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	12:20
Publ.: DCD - 28/05/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 52, apresentada à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus.

---

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB vota favorável ao destaque e considera muito importante a emenda apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro. Mas lamenta, que o Governo do nosso País, o Governo de Bolsonaro, em vez de combater o vírus, combata a ciência, em vez de atacar a COVID, ataque os cientistas, ataque a civilidade, ataque a dignidade das pessoas e acabe contribuindo para aumentar o número de mortes no Brasil. Muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se tivéssemos um Presidente responsável e comprometido com o povo.

O PCdoB encaminha o voto "sim".

---

58.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021-  
CD 12:24

Publ.: DCD - 28/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e o elevado número de óbitos registrados no País em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 52, apresentada à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, em 2 de abril de 2020, o Presidente genocida, incompetente, irresponsável e autoritário que governa o Brasil neste momento disse a seguinte frase: *"Está com medinho de pegar o vírus. Esse vírus é uma coisa que 60%, 70% vão ter que pegar"*. Acrescentou ainda, Deputado Bira do Pindaré: *"Eu desconheço qualquer hospital lotado"*. No dia 8 de abril, Deputado Camilo Capiberibe, ele disse o seguinte: *"Venho falando da hidroxicloroquina, que cada vez mais se apresenta como algo eficaz"*.

Essa é a causa do genocídio que o Brasil está vivendo. O Presidente da República orientou o Governo para apostar na ideia de imunidade de rebanho, não tomou as medidas, não comprou os testes, as vacinas na hora certa, não conduziu uma política de enfrentamento ao vírus, que está levando muitos à morte.

A Minoria vota "sim".

58.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021-  
CD 12:24

Publ.: DCD - 28/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 52, apresentada à Medida Provisória nº 1.027, de 2021, sobre a instalação, pela Fundação Nacional do Índio -

FUNAI, de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas contra o coronavírus. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas, revelada pela CPI da Covid.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a Oposição vota "sim".

E seguimos reafirmando que o Presidente Bolsonaro e o seu Governo são os principais aliados do vírus. Não bastasse o Presidente ter recusado, por várias vezes, a vacina da Pfizer, agora, na CPI da COVID, o Presidente do Instituto Butantan está desmascarando o Governo Bolsonaro, colocando a quantidade de vezes que o Governo se recusou a comprar a vacina do Butantan.

Dessa forma, o Brasil segue com a morte de muita gente e vai enfrentar, infelizmente, a terceira onda da COVID sem vacina para a sua população. Isso atrasa a economia, criamos mais problemas na saúde, atrasa a educação da nossa juventude, porque o Governo Bolsonaro, aliado do vírus, se recusou a comprar as vacinas.

Muito obrigada.

---

Documento 435/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021 - CD 12:36
Publ.: DCD - 28/05/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pela Comissão de Turismo, do Projeto de Lei nº 7.987, de 2017, relativo à inclusão de entidades de utilidade pública na organização e composição do Sistema Nacional de Turismo. Defesa de aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados. Necessidade de quebra de amarras e burocracias existentes no Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR.

---

**O SR. OTAVIO LEITE** (Bloco/PSDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputada Rosângela Gomes, é uma satisfação vê-la presidindo esta sessão durante a votação desta matéria. Para nós do Rio de Janeiro, é sempre uma satisfação vê-la presidindo uma sessão da Câmara dos Deputados.

Muito boa tarde a todas e a todos.

Eu queria, em rápidas palavras, dar ciência ao Plenário de que hoje foi aprovada uma matéria muito interessante na Comissão de Turismo, que julgo ser um contributo muito eficaz para a governança do turismo.

A Lei Geral do Turismo é de 2008 e precisa ser atualizada. Um dos pontos que merecem ajuste é exatamente o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Turismo.

Pela lei atual, o Sistema Nacional de Turismo é composto pelas instituições clássicas: o Ministério, a EMBRATUR, as Secretarias Estaduais, o Fórum Regional dos Secretários. Não obstante, para que haja ações integradas e convergência de esforços - no turismo, o público privado tem uma fertilíssima estrada por percorrer -, é necessário que também se inclua no Sistema Nacional de Turismo as instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que estão no dia a dia, no cotidiano das ações de turismo.

Toda a gestão integrada do turismo tem que se dar na prática e na lei, ou seja, na teoria e na prática, no direito e nas ações concretas. Todos esses organismos que poderão fazer parte do Sistema Nacional de Turismo oficialmente, conforme acabamos de aprovar na Comissão, na prática, desenvolvem um trabalho que é fundamental.

Eu estou me referindo aos Convention & Visitors Bureau de todos os Estados, Federações e Municípios; à ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, que tem a unidade nacional e as regionais todas; à ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens, que tem um papel relevantíssimo; à BRAZTOA - Associação Brasileira das Operadoras de Turismo; ao FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. Além disso, cito a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, que cuida da indústria da hospedagem, e a FECOMERCIO, que, nos seus âmbitos mais variados, tem atuado inclusive no Rio de Janeiro. Um dos pontos muito interessantes é o engajamento da FECOMERCIO na bandeira do turismo, sob a Presidência do Presidente Queiroz. Eu não tenho dúvida de que isso é um acréscimo importante.

Toda essa mecânica de ação entre o público e o privado tem que estar configurada também em lei. A Lei Geral do Turismo, que estabelece o Sistema Nacional de Turismo, precisa convalidar a presença desses entes. Eu não tenho dúvida de que isso é uma contribuição relevante, porque, em qualquer canto do mundo onde o turismo se desenvolveu, onde existe uma relevância para o PIB, como Espanha, Portugal e tantos outros, a gestão é integrada, a governança é integrada.

Aliás, há quem não pense assim - e eu respeito. Mas como imaginar que o Estado é capaz de fazer tudo? Isso, no meu entendimento, é uma visão "dinossáurica". É preciso que o Estado esteja atento,

enxergando à frente, mas em parceria com a esfera privada, construindo programas comuns, oferecendo oportunidades de financiamento, de apoio logístico e por aí vai.

Por falar em financiamento, um dos pontos em que nós precisamos avançar é a quebra, o corte das amarras do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR. Aportou-se no ano passado cerca de 5 bilhões de reais para o FUNGETUR, mas até o momento só foi emprestado na ponta 1 bilhão de reais. Por quê? Ainda há uma série de condicionantes e burocracias a serem vencidas. A Lei do FUNGETUR é pré-histórica. Precisamos, naturalmente, atualizá-la. Inclusive, a Comissão de Turismo está em tratativa com o Ministério para a criação de um projeto que permita isso ir adiante.

Enfim, nós estamos falando do setor que é a cara do Brasil, que tem um potencial formidável em todos os cantos. Não há um local em que não se conte uma história. Não há um local neste País onde não se possa mostrar alguma beleza ou alguma referência que atraia pessoas de outros lugares. A circulação econômica que o turismo produz é formidável por ter uma concatenação gigantesca na cadeia de atividade. Nós estamos falando de toda uma oferta de produtos e de serviços que emprega, que gera renda e que tem, no nosso potencial brasileiro, um grande horizonte.

No entanto, no que diz respeito a turismo receptivo internacional, nós seguimos patinando. É óbvio que a pandemia abruptamente cortou em todo o mundo esse fluxo entre os países, mas nós chegaremos lá. Daqui a pouco, nós estaremos - se Deus quiser - vacinados, assim como o mundo, e por aí vai. Mas é preciso com antecedência vislumbrar quais são as ações.

A retomada tem que ser segura. Os agentes econômicos do turismo têm trabalhado muito nessa perspectiva de oferecer ao consumidor todas as possibilidades de uma prática de turismo segura, numa perspectiva que é muito maior nos campos, nas áreas abertas, na área da ecologia e do verde.

Com essa informação, Presidente, eu queria dizer que espero ver este Plenário, em breve, apreciar esse projeto de minha autoria e do Deputado Herculano Passos, aprovado por unanimidade, que tem o condão de organizar, na lei brasileira, algo que é absolutamente justo: a participação das instituições que fazem o turismo no Brasil dentro da lei brasileira maior do turismo, que é a Lei Geral do Turismo.

Portanto, com essas palavras, eu queria cumprimentar todos os que estão à frente da bandeira do turismo no Brasil.

Muito obrigado.

---

Documento 436/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	12:44
Publ.: DCD - 28/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de revisão do ritmo acelerado imposto às votações da Casa, especialmente no tocante a medidas provisórias. Invasão de territórios indígenas por garimpeiros. Repúdio à política ambiental implementada pelo Governo Jair Bolsonaro. Transcurso do Dia da Mata Atlântica. Importância da sua restauração e preservação. Implantação de política de proteção ambiental pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Atribuição ao governo petista da responsabilidade pelo protagonismo assumido pelo Brasil perante o Fórum Mundial da Biodiversidade e o Fórum de Mudanças Climáticas. Atuação criminosa do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro Ricardo Salles, com relação ao meio ambiente.

---

**O SR. NILTO TATTO** (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidenta Deputada Rosangela Gomes, primeiramente, eu quero agradecer ao Líder Deputado Bohn Gass por me permitir utilizar o tempo de Liderança do PT.

Eu quero conversar com V.Exa., Sra. Presidente, com o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, com os Líderes dos partidos. Não dá para continuarmos com esse ritmo de votação, em especial nas votações das medidas provisórias, sem a instalação da Comissão Mista, sem dar a este Parlamento o tempo devido para o debate e o aprofundamento necessários para a aprovação de uma legislação.

Nós estamos assistindo a um exemplo disso hoje. Todos têm acompanhado notícias de que garimpeiros armados estão entrando em território indígena, tacando fogo nas casas, ameaçando de morte. Esse processo vem ocorrendo também na terra ianomâmi há um bom tempo, levando contaminação por mercúrio, matando aos poucos os ianomâmis. Enquanto isso, nós estamos aqui, nesta votação de hoje, sem a oportunidade de termos um relatório mais conciso, que crie condições para proteger esses povos indígenas.

É fundamental que esta Casa retome a normalidade do funcionamento, com o reconhecimento do papel da Oposição e da Minoria, para aprofundar o debate. Ninguém aqui faz obstrução por fazer. Faz-se



obstrução pela necessidade de aprofundar o debate e melhorar a legislação frente a um Governo genocida, que age assim com os povos indígenas, com os quilombolas e com o povo como um todo, haja vista a forma como vem atuando no enfrentamento à pandemia.

Nós precisamos dialogar e fazer com que esta Casa volte a ter o seu papel importante, em vez de simplesmente dar um aval a tudo que vem acontecendo, a uma política antipovo, a uma política genocida, a uma política de destruição ambiental implementada pelo Governo Bolsonaro.

Hoje é o Dia da Mata Atlântica. Nós precisamos comemorar este dia do bioma mais importante do ponto de vista da diversidade biológica no País. É neste bioma que moram 80% da população brasileira. Este é o bioma que mais foi desmatado em toda história do País. Hoje restam somente 12% da sua vegetação natural, nativa, originária. Os cientistas e os pesquisadores divulgam que, para restabelecer o mínimo de vegetação e restabelecer os principais serviços ambientais, como o clima, o fluxo gênico, a produção de água, esse bioma precisa ter, no mínimo, 30% do seu território com vegetação florestal. Portanto, é um trabalho muito grande de restauração.

Ao fazer essa homenagem ao Bioma Mata Atlântica, eu quero fazer uma homenagem ao Presidente Lula, que promulgou e ajudou a aprovar nesta Casa a Lei da Mata Atlântica, que é tão importante, mas não vem sendo cumprida integralmente. Isso ocorre porque hoje está sentado na cadeira do Ministério do Meio Ambiente um Ministro antiambiental, que vem implementando uma política de destruição do próprio Bioma Mata Atlântica, assim como de todas as florestas brasileiras, a serviço do próprio Presidente da República, Bolsonaro.

Nós sabemos que os Governos do PT - do Presidente Lula e da Presidenta Dilma - fizeram uma política de proteção ambiental não só da Mata Atlântica, mas de todos os biomas. Foi nos Governos do PT que se consolidou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm, que foi destruído agora no Governo Bolsonaro.

Os Governos do PT diminuíram o desmatamento em mais de 70%. Todos se lembram do índice de desmatamento que nós tínhamos no Brasil em 2003. As políticas adotadas pelo Presidente Lula reduziram o desmatamento. Com isso, o Brasil obteve reconhecimento internacional e se tornou protagonista no debate no Fórum Mundial da Biodiversidade, de âmbito internacional, e no Fórum de Mudanças Climáticas. Isso fez com que outros países assumissem metas mais ousadas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Esse reconhecimento é muito importante para os países em

desenvolvimento, em especial para o Brasil, pois reforça o conceito de que todos nós temos a responsabilidade de tomar medidas concretas para enfrentar a crise climática que vivemos. Mas essa responsabilidade também tem que seguir um outro conceito, uma responsabilidade diferenciada: os países desenvolvidos devem ter mais responsabilidades e aportar recursos e tecnologias aos países em desenvolvimento, para que possam se desenvolver e dar condições de qualidade de vida para o seu povo, além de proteger toda a população de forma inclusiva, em especial as populações originárias, os povos indígenas, os quilombolas, as populações tradicionais, sem trilhar o mesmo caminho que os países desenvolvidos trilharam, que levou o mundo a essa situação de risco para a vida no planeta como um todo.

Essa altivez do Brasil nesses fóruns internacionais conseguiu trazer inclusive recursos para o País. Foram aportados recursos para o Fundo Clima e para o Fundo Amazônia. Assim, o Brasil começou a implementar um conjunto grande de projetos que valorizavam os produtos da sociobiodiversidade, a floresta em pé; incluíam as populações; traziam condições de vida, qualidade de vida para povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhos. Todos esses programas foram paralisados desde o golpe.

Essa paralisação, que começou lá atrás, ocorre com mais intensidade agora, no Governo Bolsonaro, em decorrência de termos hoje um criminoso -- e quem diz isso é a própria Polícia Federal -- sentado no Ministério do Meio Ambiente e termos outro criminoso no Palácio do Planalto incentivando, a partir do discurso e de medidas concretas do Executivo, a paralisa das conquistas do povo brasileiro que foram implementadas, em especial durante os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, dos Governos do PT.

E a consequência nós vemos: o aumento das queimadas, o aumento do desmatamento, o aumento da violência no campo, o aumento do assassinato de indígenas, quilombolas, ambientalistas. Estamos vendo agora, na televisão, milicianos em campo aberto, entrando nos territórios indígenas, como ocorreu com os mundurucus, com os ianomâmis, com incentivo inclusive deste Governo.

Nós precisamos, de novo, chamar à responsabilidade este Parlamento, porque não é possível dar guarida aos criminosos que estão sentados no Palácio do Planalto e no Ministério do Meio Ambiente. Nós temos exemplos daquilo que foi feito de bom no Brasil, para construir um país inclusivo; um país generoso com toda a diversidade social, étnica, cultural; um país generoso com a diversidade biológica; um país generoso com as futuras gerações.

Por isso, nós precisamos dar logo um basta no Governo Bolsonaro.

Eu termino assim: Fora, Bolsonaro! Fora, Salles!

---

Documento 437/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD 12:56	
Publ.: DCD - 28/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem póstuma ao sambista Nelson Sargento, do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sra. Presidenta.

O que me motiva a fazer esta fala de Liderança hoje é exaltar Nelson Sargento, Deputada Rosângela Gomes. O Brasil perde um ícone da cultura popular, perde um ícone do samba, perde uma expressão da resistência negra, da resistência dos trabalhadores brasileiros. É com muita tristeza que mais um dos bons se vai. Os nossos bons estão indo. Precisamos honrar os bons, que estão indo nesses tempos tão dramáticos no Brasil.

O Brasil perde Nelson Sargento. E que Brasil é este que perde Nelson Sargento?! É o Brasil com quase meio milhão de mortos, vítimas da maior pandemia experimentada pelas gerações deste momento; é o Brasil do recorde de desemprego; é o Brasil em que faltam itens fundamentais para a nutrição na mesa do povo trabalhador, do povo das favelas do nosso Estado, o Rio de Janeiro; é o Brasil em que, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. A maior parte desses jovens é vítima do braço armado deste Estado. São jovens como deve ter sido o jovem Nelson Sargento. É este o Brasil que perde tantos bons.

Recebemos essa notícia com muita tristeza. Eu sou do samba. Eu amo o samba. Cresci também nas rodas de samba protagonizadas por Nelson Sargento, homenageando esse ícone ainda em vida.

Neste momento doloroso, ver esse mestre indo embora é motivo de muita tristeza para nós. Mas, se é motivo de tristeza, Deputada Rosângela Gomes - que bom fazer esta fala com a senhora sentada nessa cadeira -, é motivo também de muita força para a nossa resistência, é motivo também para não esmorecermos, para lembrarmos de uma juventude que luta, de um povo negro que não se

derrota, que se levanta em resistência, como nos quilombos.

Permita-me terminar lembrando uma letra de Nelson Sargento, como a Deputada Jandira Feghali fez:

*"Brasil*

*A juventude está presente*

*Lutando bravamente*

*Para corrigir as distorções*

*Brasil*

*Tanta terra e você nega*

*Descaradamente entrega*

*Para um bando de rufiões*

*(...)*

*Brasil*

*Vamos banir os abutres*

*E dar vez aos filhos ilustres*

*Que te amam de coração*

*Eu não dou bobeira*

*Ninguém vai bater minha carteira*

*Brasil*

*Por favor preste atenção*

*Saúde terra educação*

*São as vigas mestras do país*

*Brasil*

*O teu proceder lhe insulta*

*Mas a juventude vai à luta*

*Para te fazer feliz*

*(...)"*

Digo isso aos nossos jovens negros, aos favelados, às mulheres, às feministas, aos trabalhadores de aplicativos, aos jovens do campo, aos jovens indígenas.

É dessa força da juventude que virá a derrota de um projeto autoritário, de morte, de dor, de infelicidade que hoje, infelizmente, domina o País. Nós estamos de pé porque muitos como Nelson Sargento abriram o caminho para seguirmos.

Nelson Sargento, presente!

Viva o Samba!

Viva a cultura popular!

Viva o povo brasileiro, expresso na figura dessa referência para todos nós!

Obrigada, Sra. Presidenta.

---

Documento 438/438

---

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	13:04
Publ.: DCD - 28/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela grave crise econômica reinante no País. Desenvolvimento da economia brasileira e redução das taxas de desemprego no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Inexistência de projeto de desenvolvimento socioeconômico no âmbito do Governo Federal. Não aplicação, em projetos de desenvolvimento do País, de recursos provenientes da privatização de estatais. Falência da política econômica adotada pelo Governo Jair Bolsonaro. Medidas necessárias para reversão da crise socioeconômica instalada no Brasil.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Presidente Rosângela Gomes. Gostaria de

cumprimentá-la mais uma vez e cumprimentar também todos os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

Eu quero falar hoje, Deputada Erika Kokay, Deputado Nilto Tatto, sobre a crise econômica profunda em que o Governo Bolsonaro está colocando o País.

Começo com esta frase porque não é a pandemia, exclusivamente, que está levando o Brasil ao caos econômico e à profunda recessão em que estamos. A inação, as ações erradas, a política econômica completamente equivocada e na contramão do que o Brasil precisa estão aprofundando a recessão e o desemprego no nosso País. Para sintetizar numa frase, eu diria que o fanatismo liberal, misturado com o golpe que aplicado contra a democracia brasileira em 2016, e o bolsonarismo formaram uma tríade que está levando o País cada vez mais pelo caminho da recessão, do desemprego, da concentração de renda que aglutina em poucos os resultados da economia e leva ao empobrecimento da ampla maioria da população.

Eu lembro, Deputado Tatto, que, ao final dos Governos Lula e Dilma, o Brasil havia acumulado a cifra de 380 bilhões de dólares em reservas, o que, aliás, desmente a tese de que Lula e Dilma teriam quebrado o Brasil, tantas vezes propalada por aqueles que hoje governam o País. Não quebraram o Brasil. Ao contrário, acumularam reservas, as maiores de toda a história do País, deixando 380 bilhões de dólares, que hoje estão sendo lentamente consumidos pelo Governo Bolsonaro.

Mais do que isso, durante o Governo Lula, o Brasil chegou a ser a sexta maior economia do mundo. E desde que o golpe foi dado, o Brasil perde posições no *ranking* das maiores economias do mundo. Agora, durante o Governo Bolsonaro, com a gestão Bolsonaro e Guedes, o Brasil caiu mais dois degraus e hoje já é, infelizmente, a décima segunda economia do mundo.

Esses são dados comparativos, porque os outros países também enfrentam a pandemia. E por que o Brasil está perdendo posições no *ranking* das maiores economias do mundo? Porque aqui não há gestão econômica. Aqui não há, de fato, um Governo que tenha uma visão e um projeto de Nação.

Lembro, aliás, Deputado Paulão, que, no fim de 2014, antes de iniciar a ampla desestabilização do País para justificar o golpe que terminou sendo dado em 2016, o Brasil tinha a menor taxa de desemprego de toda a sua história: apenas 4,8% da população estava desempregada. Hoje, sob o Governo Bolsonaro, o desemprego chega a 14,7%. Nós temos 14,8 milhões de pessoas desempregadas, 6 milhões de pessoas desalentadas - que desistiram de procurar emprego - e muitas

trabalhando de forma precarizada, sem um trabalho para todo dia, para toda semana, para todo mês. As pessoas que teriam mais horas para trabalhar são perto de 30 milhões. É o caos do desemprego, é o caos da paralisia econômica.

A pergunta que eu faço ao abordar esse tema é a seguinte: qual foi a fala que V.Exas. ouviram ou a ação que viram do Presidente Bolsonaro em prol da economia brasileira? Qual foi o programa para tirar o Brasil da recessão e da paralisia? Não, não há programa. O único programa em curso é a obsessão em torno da ideologia de um fiscalismo exacerbado. Sempre dizem: "*É preciso equilibrar as contas públicas*", "*É preciso equilibrar as contas públicas*", "*É preciso privatizar*", "*É preciso vender*". E onde estão as soluções? As privatizações ocorrem, infelizmente, e o dinheiro nunca aparece para financiar o desenvolvimento do País. Ao contrário, vamos perdendo setores estratégicos, o que leva a economia do Brasil a mais crise.

Outro detalhe que é centro da política econômica de Bolsonaro e Guedes, a política econômica falida, é a explosão de preços de produtos de primeira necessidade para o Brasil, para os brasileiros: arroz, feijão, óleo de soja, combustíveis, gás. Tudo sobe 40%, ou 50%, ou 60%, ou 100% em alguns casos. Descontrole, inflação que vem e alta na taxa de juros.

O que deveria fazer o Governo para mudar a situação econômica do Brasil? O Governo deveria emitir moeda; ampliar, com responsabilidade, o endividamento público, como estão fazendo todas as grandes nações do mundo para enfrentar a recessão que se agrava com a pandemia; retomar um amplo programa de investimento público no País. Não há como querer que o setor privado retire o País de uma recessão como essa, porque ninguém vai abrir uma nova fábrica, Deputado Rogério Correia, se a população não tem poder de compra. Se a população está desempregada, com salários cada vez menores, não há quem amplie uma fábrica, porque não tem para quem vender os produtos.

O que move a roda da economia é exatamente a ampliação do poder de compra da sociedade, com recuperação do salário mínimo, com pagamento de abono emergencial para o salário mínimo, com adoção de um auxílio emergencial digno, de, no mínimo, 600 reais, e não um auxílio emergencial reduzido, como fez Bolsonaro em janeiro, fevereiro e março deste ano.

É preciso retornar com a política de exigência de conteúdo nacional que gere empregos no nosso País. É preciso adotar uma política industrial! Mas Guedes é um fundamentalista da financeirização do capitalismo. Para Guedes, o que funciona são as mesas dos chamados investimentos financeiros. Guedes conhece pouco ou nada da política

econômica real: de produção, de emprego, de olhar com uma visão sistêmica para o País.

É preciso, de fato, parar o Governo Bolsonaro enquanto o Brasil tem tempo de se recuperar. A crise sanitária é profunda! O custo sanitário sobre a economia é dramático! O Brasil é o 63º terceiro país mais atrasado do mundo na vacinação, e isso incide negativamente contra a retomada do crescimento econômico do País.

Em resumo, Presidenta, o Governo Bolsonaro está perdido também na política econômica.

---